

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Das narrativas do poder ao poder das narrativas:  
da reprodução do poder dos grupos subalternos  
do sistema-mundo – o caso de Angola

Vítor Manuel Eustáquio dos Santos

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Doutor em Estudos Africanos

Orientador: José Jorge Barreiros  
Doutor em Sociologia, Professor Auxiliar Aposentado, Departamento de Sociologia  
ISCTE-IUL

Co-Orientador: Eduardo Costa Dias  
Doutor em Antropologia Social, Professor Auxiliar, Departamento de  
Ciência Política e Políticas Públicas  
ISCTE-IUL

Julho, 2016



**Instituto Universitário de Lisboa**

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Das narrativas do poder ao poder das narrativas:  
da reprodução do poder dos grupos subalternos  
do sistema-mundo – o caso de Angola

Vítor Manuel Eustáquio dos Santos

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Estudos Africanos

Júri:

Doutor Luís Antero Reto, Professor Catedrático, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Moisés Adão de Lemos Martins, Professor Catedrático, Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade do Minho

Doutor Jose Carlos Gaspar Venâncio, Professor Catedrático, Universidade da Beira Interior

Doutor Pedro João Borges Graça, Professor Associado, Instituto Superior de Ciências Sociais  
e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutora Ana Lúcia Lopes de Sá, Professora Auxiliar Convidada, ISCTE-Instituto  
Universitário de Lisboa

Doutor José Jorge Fernandes Barreiros, Professor Auxiliar Aposentado, ISCTE-Instituto  
Universitário de Lisboa

Janeiro, 2017



## **Agradecimentos**

É longa a lista de todos os que merecem a minha profunda gratidão pela generosidade com que apoiaram este projecto e nele colaboraram.

A primeira palavra de apreço dirige-se inevitavelmente para os participantes neste estudo, pela honestidade, empenho e entusiasmo com que o fizeram, confiando-me sem reservas as suas opiniões e os seus estados de espírito sobre temas que, nalguns casos, revelaram ser particularmente problemáticos.

Acresce uma palavra de igual gratidão para os meus orientadores, Doutor José Jorge Barreiros e Doutor Eduardo Costa Dias, pela partilha do seu saber, pelo pragmatismo das suas constantes e estimulantes observações críticas (próprias do rigor, da competência e da seriedade que preconizam e de que dão exemplo) e pela disponibilidade e apoio incondicional que manifestaram ao longo de todo o processo.

Expresso também o meu reconhecimento ao Doutor Rui Brites, pelas preciosas orientações metodológicas, sobretudo ao nível da análise de conteúdo, que traduzem a sua enorme capacidade em simplificar o que nem sempre parece simplificável; e ao Doutor Ulrich Schiefer, pelas notas críticas e decisivas em relação ao primeiro esboço deste projecto, replicando a orientação e a cumplicidade académica aquando do curso de mestrado; bem como o meu agradecimento ao ISCTE-IUL, na pessoa do seu reitor, Doutor Luís Antero Reto, pela bolsa de doutoramento interna concedida que se afigurou de extrema importância para a minha continuidade neste ciclo de estudos; e ao CEI-IUL, na pessoa da Doutora Clara Carvalho, pelo acolhimento do projecto, que permitiu o enquadramento institucional e melhor publicidade do mesmo facilitando o trabalho de campo.

Finalmente, uma palavra de estima, pelo apoio a vários níveis, para os investigadores Ana Lúcia Sá, Assis Malaquias, Eugénio Costa Almeida, Jon Schubert, Luís Bernardino e Sabelo J Ndlovu-Gatsheni, os activistas José Patrocínio e Rafael Marques, os jornalistas Lara Pawson e Orlando Castro, e para os meus colegas Abel Paxe, Ezequiel Jonas, Joelma Almeida, Paula Morgado e Ricardo Falcão.

## **Resumo**

Este trabalho pretende dar conta dos conteúdos e das práticas discursivas dominantes, materiais e simbólicas, que concorrem para a construção da “ordem política” e das ideias de poder na sociedade angolana pós-colonial, ou seja, das principais categorias de percepção e sistemas de codificação do poder que caracterizam e dotam de sentido o *habitus* do *político* e configuram e modelam o campo político angolano na conjuntura dita pós-colonial. Trata-se pois de um estudo que apela para as múltiplas especificidades dos contextos subsarianos e para o questionamento da aplicabilidade nos mesmos da racionalidade analítica de matriz “ocidental”, com o fim último de promover uma reflexão crítica sobre a problemática da análise, *per si*, dos mecanismos da reprodução do poder dos ditos grupos subalternos do sistema-mundo.

## **Palavras-chave**

Angola, poder, Estado, sociedade pós-colonial, dominação, insubmissão, autoridade, legitimidade.

## **Abstract**

This thesis intends to observe and discuss the contents and dominant discursive practices, material and symbolic, encompassed at the construction of the ‘political order’ and of the ideas of power in the post-colonial Angolan society, ie the main categories of perception and encoding systems of power that characterize and endow of sense the ‘habitus’ of the ‘political’ and configure and model the Angolan political arena in the so called postcolonial conjuncture. This study aims to stress the multiple specificities of sub-Saharan contexts and question the applicability in these spaces of the ‘western’ matrix's analytical rationality with the ultimate goal of promoting a reflective and critical thinking on the problem of the analysis, *per se*, of the reproduction mechanisms of power of the so called world-system subaltern groups.

## **Keywords**

Angola, power, State, post-colonial society, domination, submission, authority, legitimacy.

## Índice

<b>Temática</b> .....	<b>1</b>
<b>Enunciação do problema e questões de investigação</b> .....	<b>2</b>
<b>Metodologia</b> .....	<b>8</b>
Caracterização da amostra .....	13
<b>Estrutura do trabalho</b> .....	<b>19</b>
<b>Parte I</b> .....	<b>21</b>
Cap. I. A problemática do poder.....	21
1.1. Premissas epistémicas da problemática do poder .....	23
1.2. O poder como relação .....	26
1.3. Da abordagem probabilística ao meta-poder .....	27
1.4. A aproximação estruturalista .....	31
1.5. A construção empírica do State power .....	36
1.6. O paradigma da hegemonia .....	44
1.7. Do idealismo liberal ao realismo político .....	51
1.8. A emergência do poder relativo .....	58
Conclusão.....	66
Cap. II. A mundivisão do poder em contexto subsariano.....	68
2.1. Da modificação do conteúdo dos conceitos.....	69
2.2. Do cálculo racional à ordem cosmológica .....	73
2.3. Dinâmicas relacionais no campo político africano .....	79
2.4. O Estado pós-colonial e os “agentes de transformação” .....	85
2.5. Da relação clientelar na transição para a “modernidade” .....	91
2.6. Da crise do Estado africano: a versão externalista e a internalista .....	96
2.7. Das mistificações da colonialidade do poder .....	100
Conclusão.....	106
Cap. III. A produção do poder em Angola .....	109
3.1. Da etnicidade e da sua politização .....	110
3.2. Os espaços políticos pré-coloniais .....	114
3.3. Do acontecimento colonial: processos de diferenciação e segmentação .....	122
3.4. Do indigenato à organização da insubmissão .....	127
3.5. A estruturação das zonas de confronto no campo político .....	131

3.6. Dos nacionalismos aos movimentos de libertação.....	136
3.7. A formação do sistema de poder pós-colonial.....	141
Conclusão.....	152
<b>Parte II .....</b>	<b>154</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>154</b>
Cap. IV. Estudo sobre as narrativas de poder em Angola .....	165
4.1. Narrativas de identidade .....	166
4.2. A dimensão espiritual .....	178
4.3. A dimensão política e o problema da liberdade e da democracia.....	191
4.4. Das autoridades tradicionais na sociedade pós-colonial.....	203
4.5. Do sistema político e dos seus agentes .....	215
4.6. Do contexto económico e social .....	229
4.7. Da cidadania e participação na vida pública.....	246
4.8. De quem manda em Angola e o problema da “sucessão” .....	261
<b>Considerações finais.....</b>	<b>292</b>
<b>Bibliografia e fontes .....</b>	<b>305</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>305</b>



## Lista de Quadros

Quadro 1. Distribuição dos participantes no estudo por local de residência.....	15
Quadro 2. Distribuição dos participantes no estudo por situação conjugal, nível de escolarização, condição perante o trabalho e grupo socioprofissional.....	16
Quadro 3. Relação entre a distribuição dos participantes no estudo por níveis de rendimento e a classe social a que consideram pertencer .....	16
Quadro 4. Sentimento de pertença a classes sociais por níveis de rendimento.....	18
Quadro 4.1. "Composição étnica" da população vs. Governo .....	159
Quadro 4.2. Interpretação da "distribuição étnica" no Governo .....	160
Quadro 4.3. Avaliação da acção dos “sobas” vs. “autoridades tradicionais”.....	162
Quadro 4.4. Níveis de confiança nas entidades e instituições da vida pública .....	164
Quadro 4.5. Línguas faladas pelos participantes no estudo .....	167
Quadro 4.6. Características que melhor descrevem os participantes no estudo.....	171
Quadro 4.7. Sentimento de pertença étnica.....	174
Quadro 4.8. Sentimento de pertença religiosa e espiritual .....	179
Quadro 4.9. Participação e grau de envolvimento em organizações da vida pública .....	182
Quadro 4.10. Avaliação da acção da igreja católica .....	184
Quadro 4.11. Ideologias políticas com que os participantes no estudo se identificam .....	192
Quadro 4.12. Relação entre a noção de democracia e o regime político de Angola.....	194
Quadro 4.13. De como qualificar o fim da guerra colonial.....	199
Quadro 4.14. O que conquistaram os angolanos com a independência .....	200
Quadro 4.15. Importância das autoridades tradicionais .....	204
Quadro 4.16. Percepção e avaliação da acção das autoridades tradicionais .....	206
Quadro 4.17. Aspectos positivos e negativos da da acção das autoridades tradicionais.....	208
Quadro 4.18. Classificação do sistema político, do regime político e do tipo de Governo ...	216
Quadro 4.19. Simpatia e filiação partidária dos que consideram viver num país democrático .....	219
Quadro 4.20. Simpatia e filiação partidária de todos participantes no estudo .....	219
Quadro 4.21. Avaliação do funcionamento do sistema político .....	220
Quadro 4.22. Avaliação da acção das instituições e entidades da vida pública.....	221
Quadro 4.23. Instituições e entidades da vida pública com mais capacidade para resolver os problemas económicos e sociais .....	222
Quadro 4.24. Níveis de confiança, pela positiva e pela negativa, nas instituições e entidades da vida pública .....	224
Quadro 4.25. Capacidade vs. vontade das organizações internacionais para resolver os problemas do país.....	225
Quadro 4.26. Discrepâncias nos níveis de confiança nas instituições entidades de vida pública .....	227
Quadro 4.27. Avaliação da situação económica e financeira.....	230
Quadro 4.28. Principais problemas que Angola enfrenta.....	231
Quadro 4.29. Avaliação da presença de estrangeiros em Angola .....	233

Quadro 4.30. Causas dos problemas de Angola.....	234
Quadro 4.31. Avaliação do nível de desenvolvimento.....	235
Quadro 4.32. Níveis de desenvolvimento por províncias .....	235
Quadro 4.33. Aspectos positivos da vida económica e social actual .....	237
Quadro 4.34. Aspectos negativos da vida económica e social actual .....	240
Quadro 4.35. Capacidade vs. vontade dos políticos para resolver os problemas do país .....	245
Quadro 4.36. Importância vs. vontade da participação nos assuntos da vida pública .....	247
Quadro 4.37. Participação em organizações e associações .....	248
Quadro 4.38. Participação em actividades públicas .....	249
Quadro 4.39. Participação em acções de reivindicação e protesto.....	250
Quadro 4.40. Sucesso das acções de protesto .....	251
Quadro 4.41. Interesse dos políticos pelas reivindicações populares .....	251
Quadro 4.42. Interesse dos políticos pela participação dos cidadãos.....	251
Quadro 4.43. Liberdade de expressão nos partidos políticos (declarada).....	252
Quadro 4.44. Liberdade de expressão nos partidos políticos (“aplicável”).....	253
Quadro 4.45. Quem deve escolher os governadores provinciais .....	254
Quadro 4.46. Razões para não votar .....	255
Quadro 4.47. Participação em actos eleitorais: críticas ao processo eleitoral e aos partidos políticos .....	255
Quadro 4.48. Valores e aspectos mais valorizados nos partidos políticos.....	257
Quadro 4.49. Requisitos mais valorizados num candidato a eleições.....	258
Quadro 4.50. Relação entre os aspectos mais valorizados nos partidos e noutras organizações .....	259
Quadro 4.51. Perspectivas de futuro em termos políticos.....	263
Quadro 4.52. Quem manda em Angola.....	263
Quadro 4.53. Avaliação do desempenho daqueles que mandam .....	268
Quadro 4.54. Avaliação da legitimidade daqueles que mandam .....	268
Quadro 4.55. Interpretação dos resultados eleitorais .....	269
Quadro 4.56. Da possibilidade de outros “agentes” no exercício do poder.....	275
Quadro 4.57. Quem deveria mandar em Angola? E porquê?.....	276
Quadro 4.58. Futuro de Angola em contexto de sucessão a José Eduardo dos Santos.....	283

## Lista de Figuras

Figura 1. Distribuição dos participantes no estudo por naturalidade .....	13
Figura 1.1. Dimensões do poder nacional .....	56
Figura 1.2. As “três imagens” das relações internacionais .....	59
Figura 1.3. Do realismo clássico ao realismo ofensivo.....	64
Figura 3.1. Principais reinos históricos vs. expansão portuguesa em Angola .....	119
Figura 4.1. Distribuição etnolinguística em Angola .....	157
Figura 4.2. Avaliação da acção de outras religiões e grau de intolerância religiosa.....	186

## Temática

O poder remete para uma das problemáticas mais controversas das ciências sociais, não só pela sua polissemia, mas sobretudo pela essência do seu objecto, em permanente mutação e deslocação, devido às inúmeras dimensões da actividade humana em que se manifesta. É neste quadro de severa multidimensionalidade e constante mutabilidade, no tempo e no espaço, e que tanto abarca o todo como o particular – o que obriga a diferentes formas de pensar e a um contínuo diálogo interdisciplinar (não obstante a interdisciplinaridade sempre se ter revelado difícil e complexa em razão dos apriorismos que os vários ramos do saber foram construindo para a peregrina afirmação da “autonomia” dos seus objectos de estudo)<sup>1</sup> – que o poder pode ser entendido, em jeito de atalho, como uma ideia portadora de linhas de código; uma ideia que codifica ideias sobre a natureza do mundo, as relações entre os seres humanos e os efeitos das suas acções quer sobre eles próprios, em particular, quer sobre o mundo, no geral. Neste sentido, é de aceitar que o poder é um artefacto da imaginação e uma faceta da criatividade humana, uma criatividade semântica que permite designar o mundo e os indivíduos que nele habitam, dotando-os de múltiplos sentidos e significados, entre exclusões e integrações, entre fragmentações e representações diversas.

Chegamos assim à evidência de que qualquer debate com propriedade sobre o poder pressupõe um percurso sinuoso, porquanto obriga a um exercício complexo e permanente de descodificação. De ideias, de sentidos e significados, de representações, dos processos de construção dessas representações, dos espaços em que são enunciadas, das historicidades a que se referem.

É o que sucede neste trabalho. Não só porque (i) convoca as narrativas de poder como uma imagem conceptual que pretende dar conta do modo como as manifestações de poder observáveis são descritas e apresentadas como ideias (ideias que caracterizam e circunscrevem o jogo político, ideias portadoras de fundamentos de legitimidade para o exercício da autoridade nas relações de dominação, subordinação e resistência), como também (ii) procura observar essas mesmas ideias num contexto de múltiplas especificidades, designadamente num determinado espaço subsariano. Múltiplas especificidades, porquanto a manifesta dimensão pluricultural e pluriétnica das sociedades africanas obriga a reequacionar

---

<sup>1</sup> Para desvelar a problemática dos apriorismos “científicos” construídos designadamente sobre a natureza das realidades africanas – que nos aproxima, desde já, da especificidade do presente estudo, enquanto dissertação de tese de doutoramento em Estudos Africanos – é de seguir as considerações de Dias (2014), no espírito do contributo crítico de autores como Copans (2010, 2014), Heimer (2002), Hountondji (2008), Mkandawire

as categorias empíricas que concorrem para a captura da noção de poder e conceitos associados, perante a modificação do conteúdo dos mesmos em razão dos particularismos das muitas e distintas ordens cosmológicas a que apelam estas estruturas sociais.

Significa isto que, para concretizar a dupla intenção desta tese – nomeadamente (i) a promoção de uma reflexão crítica sobre a problemática da análise, *per si*, dos mecanismos da reprodução do poder dos ditos grupos subalternos do sistema-mundo em contextos africanos, numa conjuntura de liberalização política e económica, a partir do (ii) exercício de captura das narrativas de poder num espaço específico, o de Angola, e do que delas se pode inferir enquanto práticas discursivas dominantes, materiais e simbólicas, que concorrem para a construção da “ordem política” e das ideias de poder mais expressivas na sociedade angolana pós-colonial – é incontornável a necessidade de recuperar e observar os principais contributos teóricos que estão implicados, a vários níveis e em diferentes dimensões, na explicitação conceptual do poder.

Uma explicitação que pressupõe três planos de análise: (i) a revisão crítica da herança tradicional de matriz “ocidental”, (ii) o que dela se pode extrair e aplicar fora dos seus espaços de enunciação, com vista a procurar o que se altera no conteúdo dos conceitos e o que os dota de sentido nos contextos africanos e (iii) o que resulta, no caso concreto de Angola e em conjuntura dita pós-colonial, do “encontro” entre essa herança exógena e a herança endógena, isto é, entre o poder “imaginado” pelo colonizador e o poder “imaginado” pelo colonizado, pelas chamadas comunidades autóctones, durante o acontecimento colonial.

Trata-se pois de um longo debate teórico que esta tese assume como inevitável a título prévio, perante as inúmeras dimensões implicadas na problemática em escrutínio, insistimos, e das quais, aliás e em conformidade, a discussão empírica faz eco, igualmente num formato extenso nos termos de que se dá conta na explicação da estrutura do trabalho.

### **Enunciação do problema e questões de investigação**

No plano geral, este trabalho tem como objectivo promover a reflexão e o debate sobre a problemática da análise, *per si*, dos mecanismos da reprodução do poder dos ditos grupos subalternos do sistema-mundo em contextos africanos numa conjuntura de liberalização política e económica, tendo Angola como *ground testing*.

Importa anotar que, em matéria de sistema-mundo, e em jeito de parêntesis, adoptamos para esta pesquisa os termos propostos por Wallerstein (2004, 2005) e a discussão promovida por alguns outros investigadores (e.g. Frank & Gills, 1996; Amin, 1997), que concorrem para a formulação da designada teoria dos sistemas-mundo. Com efeito, impulsionada pela teoria da dependência (discutida por vários autores a partir do final da década de 1960, sobretudo na América latina, que aborda as noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento como posições funcionais de cada país dentro de um sistema económico global de padrão capitalista, remetendo-as para uma dinâmica de relações de dependência entre países centrais e hegemónicos e países periféricos ou dependentes, na qual radica o debate sobre as relações Norte-Sul), a teoria do sistema-mundo, ou dos sistemas-mundo, é proposta em 1974 e desenvolvida ao longo da década seguinte pelo sociólogo Immanuel Wallerstein, fundando uma escola de pensamento que continua a orientar as críticas ao neoliberalismo e ao capitalismo financeiro global. Ainda que mantenha a dinâmica de relações entre regiões ou Estados hegemónicos e centrais e regiões ou Estados semiperiféricos e periféricos, Wallerstein tende a afastar-se do princípio da *dependência* para apelar, ao invés, para a ideia de *concorrência* e *conflito* numa economia-mundo ou império-mundo, fruto da transição da “civilização” feudal para a “civilização” capitalista, um sistema global que incorpora todos os Estados ou regiões e implica todas as dimensões da actividade dos mesmos. Trata-se, pois, de uma abordagem que recusa a noção de Terceiro Mundo e reavalia o desenvolvimento e subdesenvolvimento à luz da observação da complexidade da acção dos múltiplos agentes do sistema económico global, mas também dos sistemas sociais e respectivas relações de poder, bem como do modo como evolui o posicionamento de cada um destes agentes no espaço mundial. Neste sentido, o sistema-mundo, mais do que uma teoria, transforma-se num modelo de análise e de interpretação do mundo dito moderno que abarca as relações internacionais, a geoeconomia e a economia política internacional, indagando das inter-relações dos sistemas sociais, políticos e económicos com o avanço do capitalismo mundial, ou seja, das relações de forças, e de poder, entre os diferentes países e regiões. É uma perspectiva útil para nos aproximarmos das particularidades deste trabalho, ao convocar os contextos africanos e a referida conjuntura de liberalização política e económica.

Ora, no plano particular, e a partir (i) da ponderação heurística e questionamento do corpo teórico associado às “narrativas” de padrão centralista e hegemónico do Norte global – que pretendem dar conta no plano empírico e conceptual da transição do patrimonialismo estatal para o pluripartidarismo e a democratização – bem como (ii) das especificidades da

mundivisão ou mundivisões africana(s) e do paradigma da *colonialidade*, esta pesquisa visa observar, e indagar da bondade operativa, das várias dimensões e categorias que podem captar as “outras narrativas” das formas de socialização do poder – assentes nas diferentes respostas ético-epistémicas descoloniais – com vista, como ponto de chegada, a inferir as matrizes *materiais* e *simbólicas* do poder, ou mais especificamente apurar dentro destas as que se apresentam como dominantes (enquanto estratégia de resolução da insuficiência explicativa das matrizes *formais*), matrizes que caracterizam o jogo político em Angola.

Com efeito, é incontornável a evidência de que a dimensão pluricultural e pluriétnica das sociedades africanas obriga a reequacionar as categorias empíricas que concorrem para a captura da noção de poder e conceitos associados, uma vez que há uma modificação no conteúdo nos mesmos por força dos particularismos das várias ordens cosmológicas. A racionalidade weberiana, que formata a orientação dos estudos sobre o poder nas suas várias versões – da realista à liberal, da estruturalista à construtivista – requer pois um exercício conceptual de maior amplitude, porquanto ao ancorar-se na estrutura dos sistemas sociais das sociedades industrializadas ocidentais tende a excluir contextos diferentes de codificação, como os africanos, no qual avultam outras dimensões, designadamente as que resultam do universo político-simbólico. A deslocação dos modelos analíticos para o campo dos sistemas cosmológicos pressupõe aceitar que (i) o poder deve ser visto como um artefacto da imaginação e uma faceta da criatividade humana e que (ii) cada “cultura” traduz uma visão distinta do mundo que carece de ser interpretada e discutida à luz da sua própria coerência interna. Estes pressupostos ganham particular importância se consideramos que, no caso dos espaços africanos, o comportamento ritual e mágico está intimamente ligado aos processos de conversão das formas de poder e da sua transformação em capacidades de controlo sobre a vida social.

Para afastar o modelo do poder de padrão centralista e hegemónico do Norte global (incluindo o apêndice das críticas eurocêntricas ao próprio eurocentrismo), é de assumir uma etnografia da dominação guiada pela descodificação das noções culturais que dão sentido aos comportamentos observáveis, isto é, uma descodificação das premissas culturais inerentes à autoridade, e à legitimidade que a sustenta, nas múltiplas formações etnosociais africanas.

Neste sentido, é necessário delimitar o contexto estrutural e conjuntural do espaço africano, particularmente o campo político contemporâneo, o que pressupõe indagar dos

“agentes” e das relações de que estes são portadores e estabelecem entre si, bem como das fontes da dominação e da submissão, das funções de mediação e das regras da competição pelo poder no jogo político. Este objectivo implica observar a historicidade em que se enquadram estes “agentes”, o que convoca conceitos escorregadios como tradição e modernidade, ou em rigor, ancestralidade e contemporaneidade (Luhmann, 1982; Habermas, 1990; Mbembe, 2001; Castells, 2009; Mudimbe, 2013a, 2013b; P. E. A., 2014) bem como a bondade heurística de seguir empiricamente o sincretismo entre as sociedades rurais e a pretensa sociedade civil, que se “afirma” nas relações entre as autoridades tradicionais e o Estado pós-colonial.

Mesmo reconhecendo que esta dinâmica relacional do campo político é fundamental para seguir a noção de poder sob a mundivisão africana, ou em rigor, insistimos, sob as múltiplas mundovisões africanas (porquanto as realidades sociais, culturais e políticas em África, como em muitos outros espaços, são portadoras de inúmeras especificidades, fruto de continuidades e descontinuidades históricas, tratando-se pois de realidades fragmentadas e, regra geral, contraditórias e ambíguas, pelo que não são extrapoláveis para todo o continente)<sup>2</sup>, é de admitir também que a mesma não dá conta da acção de outros “agentes” não estatais, exógenos, como as forças transnacionais, e endógenos, “outros” grupos sociais, regra geral organizados e portadores de interesses diferentes dos “agentes” autoridades tradicionais, com historicidades total ou parcialmente autónomas das dos actores tradicionais, o que leva, aliás, a questionar o sentido da centralidade empírica do State power, como sublinhámos atrás (Chabal, 1986; Nieuwaal, 2000).

A este conjunto de dilemas e ambiguidades, para o qual concorrem duas visões em conflito – (i) a externalista, que pode ser interpretada como uma aproximação neo-weberiana a partir do desvio do padrão de Estado ideal (Clapham, 1996; Reno, 1999); e (ii) a internalista, que remete para a análise historicista e diverge da neo-weberiana em termos metodológicos (Mamdani, 1996; Cox & Schechter, 2002)<sup>3</sup> – acresce a problemática da

---

<sup>2</sup> Razão pela qual, aliás, se adopta para esta pesquisa a ideia de um “estudo de caso”, Angola, e mesmo assim, sob reservas perante a difícil convicção da existência de um “todo nacional”. Basta lembrar a “artificialidade” das fronteiras, ainda que, em rigor, este tema não possa ser colocado em termos de “herança colonial”, porquanto sugere uma linearidade que não dá conta, como veremos, da complexidade dos processos de produção, diferenciação e modificação ou deslocação dos espaços políticos angolanos que podem ser identificados entre os períodos pré e pós-colonial.

<sup>3</sup> É de referir igualmente, desde já, ainda que numa perspectiva de interpretação do fracasso do Estado pós-colonial, o confronto entre (i) uma corrente pan-africanista radical, que radica em Fanon (1963) ou Du Bois (2000) com as leituras “nacionalistas” e “federalistas” de C. Anta Diop (1987, 1989), T. Obenga (2013), Jean-

“distorção” da mundivisão africana forçada por mistificações várias que decorrem da designada colonialidade do poder na África pós-colonial (Grosfoguel, 2008; Maldonado-Torres, 2008). Resulta daqui a necessidade de uma redefinição e reconfiguração do próprio conceito de universalidade, no sentido da criação de um universal descolonial que respeite e integre as múltiplas particularidades locais nas lutas contra a colonialidade e a modernidade eurocentrada, no quadro da diversidade dos projectos históricos ético-epistémicos descoloniais (Ndlovu-Gatsheni, 2013). É uma perspectiva que remete para uma arquitectura empírica que apela à multidimensionalidade epistémica e oferece um quadro de coordenadas para relançar a discussão sobre os mecanismos da reprodução do poder dos grupos subalternos do sistema-mundo.

Tendo Angola como “estudo de caso” (ou mais especificamente como o que designaríamos por *ground testing*), enquanto opção estratégica no quadro da lusofonia e pelas funções directórias que este país desempenha na África austral, o que faz avultar a importância do mesmo para Portugal em matéria de política externa – a que acrescem várias singularidades do próprio país como, por exemplo, o facto de, enquanto “Nação pluriétnica”, coincidir com o primeiro grande espaço africano colonizado por uma potência europeia e pelo maior período de tempo ou por, actualmente (depois de uma das mais longas e tardias guerras pela independência no continente africano a que seguiu uma das mais longas guerras civis)<sup>4</sup> simbolizar um ponto de viragem entre continentes, um reposicionamento do “mundo dos ricos” em relação a África pelo sobredimensionamento da sua riqueza e a circunscrição desta a um grupo restrito de indivíduos (que, aliás, aponta para outra singularidade, designadamente a enorme resistência e capacidade de sobrevivência do MPLA enquanto movimento político hegemónico) – esta pesquisa, ancorada por conseguinte em contexto subsariano<sup>5</sup>, é inspirada por duas preocupações fundadoras, que se pretende utilizar como uma espécie de “pedagogia pela contraposição”:

---

Marc Ela (2014) e mesmo as de Mudimbe (2013a, 2013b) e Hountondji (2012) – que confluem na ideia da “anterioridade negra” no Egipto faraónico –, e (ii) uma mais “moderada”, na tradição de pensamento de autores como Mbembe (2001, 2013, 2014a, 2014b), que acaba por apontar para uma visão mais internalista.

<sup>4</sup> O Sudão registou a mais longa guerra civil pós-colonial (1983-2005).

<sup>5</sup> É de sublinhar que a utilização de expressões como África subsariana ou outras congéneres deve merecer cautelas e muitas reservas pelo seu valor heurístico reduzido e enganador. Como observa Dias (2014: 9), as expressões “África Negra” e “África Subsariana”, como aliás a de “África Branca”, não têm nenhum valor conceptual em si, não existem tanto no plano social e cultural como no plano político e económico e reenviam-nos para conjunturas políticas e científicas específicas do passado; a primeira é um “mito” geográfico de origem colonial revivificado, por razões diferentes, nos anos 1950 pelo pan-africanismo e pela criação da área cultural-geográfica-científica “Estudos Africanos”, a segunda, só pretensamente rompe com a tónica colonial do termo África Negra.



(a) questionamento da validade heurística do “discurso pós-colonial” e das suas diversas modalidades de análise (e.g. a *autopoiesis*, ou auto-produção ou auto-criação do poder no sentido construtivista luhmanianno) que pretendem dar conta dos mecanismos de reprodução do poder dos ditos grupos subalternos do sistema-mundo em contextos africanos;

(b) captura e (re)construção do “diálogo” entre as várias narrativas do poder – e do que nelas se manifesta enquanto adaptações, apropriações e alterações de conteúdo e significados – à luz de “outras” premissas, de “outros” códigos, assentes numa arquitectura empírica que apele à multidimensionalidade epistémica, ou seja, desmobilizando a tendência de análise focalizada no State power e a presunção ocidental de matrizes analíticas de observância universal.

É neste contexto que se pretende obter respostas (que permitam promover o debate e a reflexão) para duas questões de investigação:

1. Quais são os conteúdos e as práticas discursivas dominantes, materiais e simbólicas, que concorrem para a construção da “ordem política” e das ideias de poder na sociedade angolana pós-colonial?

2. Quais são as principais categorias de percepção do poder e que códigos, ou sistemas de codificação, fundamentam a disposição das estruturas de significação desta sociedade, que caracterizam e dotam de sentido o *habitus* do político – na acepção de Bourdieu (1989, 2003) – e configuram e modelam o campo político angolano?

Articulando este conjunto de preocupações fundadoras e questões de investigação, através de uma extensa matriz de indicadores e variáveis (que expressa a ponderação sobre os elementos que se afiguram como mais relevantes para a análise do problema enunciado, isto é, os elementos constitutivos do objecto que mais se pronunciam após a operacionalização e decomposição do mesmo), visa-se, pois, inferir as matrizes *materiais* e *simbólicas* do poder, ou em rigor, as que se apresentam como dominantes, enquanto “percepções” de poder que concorrem para a caracterização do jogo político em Angola.

É de reconhecer, porém, e independentemente dos objectivos colocados para esta pesquisa (posicionados sobretudo no plano da reflexão e da promoção de um debate,

insistimos), que as “percepções” de poder, ou as matrizes *materiais* e *simbólicas* do poder em Angola, que procuramos inferir, são inevitavelmente portadoras de um carácter restrito (porquanto são amostrais e não extrapoláveis). Trata-se, pois, de uma limitação metodológica incontornável, que não esvazia de sentido o debate, mas obriga a ter em mente os limites dentro dos quais é conduzido.

## **Metodologia**

Para esta pesquisa, partimos portanto da ideia de um “estudo de caso” (ainda que se tenha elegido uma amostra por conveniência à qual é aplicada um inquérito e algumas entrevistas semiestruturadas, pelo que, em rigor, não configura formalmente um estudo de caso) de acordo com a premissa discutida pela literatura de que um *case study* é um estudo de um caso semelhante a outros casos, uma estratégia metodológica que permite ao pesquisador aprofundar o objecto do seu estudo no sentido de dar conta de realidades mais matizadas e complexas e proceder a uma melhor contextualização, isto é, atender as particularidades e especificidades de contextos fragmentados que se correlacionam e interpenetram (Mitchell, 1983; Quivy & Campenhoudt, 1992; Yin, 1994; Rueschemeyer, 2003; Skocpol, 2003; Flyvbjerg, 2004; Brites, 2011).

Como sublinha Skocpol (2003), os estudos de caso apresentam vantagens na medida em que decorrem de uma frustração do investigador perante a inadequação do corpo teórico estabelecido, levando à exploração em profundidade de um “novo caso” e de uma revisão posterior da teoria. Na prática, trata-se de uma estratégia que permite a revisitação das abordagens teóricas à luz das evidências empíricas obtidas; um processo de “diálogo” que pode resultar como contributo para o desenvolvimento da teoria. Com efeito, Flyvbjerg (2004: 236) contrasta os estudos de caso com o que designa por “the ‘trait analysis’ inherent in large-N studies, which allows the research to analyse only certain aspects of a complex reality. Conversely, a case study eases the dialogue between evidence and theory in that the theoretical propositions are more likely to be corrected by the subjects ‘talking back’ to the researcher”. O que leva Ragin (*apud* Flyvbjerg, 2004) a considerar que isto explica “why small-N qualitative research is most often at the forefront of theoretical development”.

Neste quadro, preconizamos como adequada aos objectivos deste trabalho a opção pela ideia de um “estudo de caso”, enquanto porta de entrada metodológica, ainda que, do

ponto de vista formal, a recolha de dados empíricos seja conduzida essencialmente através de um inquérito.

Mas Ragin levanta outro problema, que deve merecer algumas anotações, porquanto nos remete para a problemática da “triangulação metodológica”, técnica que adoptamos para esta pesquisa, não obstante a aparente incompatibilidade entre investigação quantitativa e qualitativa que, aliás, a literatura tem questionado. Ainda que o interesse do debate resida apenas no campo da percepção da coerência interna dos dois modelos. É que na prática, no quotidiano da investigação empírica, a questão há muito que deixou de ser colocada.

De modo bastante sumário, podemos considerar que, no modelo de investigação quantitativa, o investigador parte do conhecimento teórico existente ou de resultados empíricos anteriores. Significa isto que a teoria antecede o objecto de investigação; as hipóteses decorrem da teoria e são formuladas com a maior independência possível em relação aos casos concretos que se estudam. Esquematisando, as hipóteses são operacionalizadas e testadas face a novas condições empíricas; os instrumentos de recolha de dados são predefinidos; a amostra é construída com a intenção de representar a população-alvo; e os fenómenos observados são classificados em termos de frequência e distribuição. A partir da análise de dados, regressa-se às hipóteses procedendo-se à sua comprovação ou infirmação com vista a generalizar os resultados para a população.

No modelo de investigação qualitativa, a teoria está igualmente presente, mas não assume um carácter tão “apriorístico” na investigação, como sucede na quantitativa. Os pressupostos teóricos são descobertos e formulados à medida que decorre o trabalho de campo e se analisa os dados recolhidos. Neste modelo de investigação, mais do que testar teorias, aspira-se a descobrir novos pressupostos teóricos empiricamente enraizados no objecto de estudo. Quer isto dizer que a selecção dos casos privilegia a importância que os mesmos têm para a temática em escrutínio, ao invés da sua representatividade que permita uma generalização para o resto da população-alvo. Acresce uma maior complexidade, uma vez que neste modelo privilegia-se igualmente o contexto, ou em rigor, a melhor contextualização possível de uma realidade que se apresenta sempre fragmentada e dispersa, contrariamente ao que sucede na investigação quantitativa, que tende a reduzir a complexidade pela decomposição em variáveis. Logo, também as hipóteses vão sendo reformuladas e, em muitos casos, elaboradas durante o próprio processo de investigação.

Quanto à amostragem, ainda que seja conduzida com base em critérios teóricos, os mesmos vão sendo alvo de redefinição, razão pela qual, para alguns autores (e.g. Brannen, 1992), a selecção de casos não pode ser planeada antecipadamente. Do mesmo modo, não existe uma escolha de um número predeterminado de casos, o que nos leva a amostras por conveniência. Com efeito, o principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador e a generalização adquire um estatuto diferente, no sentido da replicação dos resultados noutros casos semelhantes ou conjuntos de condições idênticas.

Ora, perante estas coordenadas, é de reconhecer que a aparente incompatibilidade entre os modelos afigura-se mais heurística do propriamente operativa. Como sugerem Lincoln e Guba (2003), os argumentos aduzidos para eventuais divergências na abordagem metodológica não decorrem da eficácia de uma combinação entre os dois paradigmas mas sobretudo de diferentes tradições epistemológicas, ontológicas e axiológicas, as quais, aliás, convergem em determinados pontos. Exemplo disso, como refere Kelle (2001), é a convergência entre os defensores dos dois modelos na crítica ao conceito naturalista ou ingenuamente empirista que advoga que o investigador pode abordar o campo empírico sem qualquer preconceção teórica. Para Flick (2005: 2), trata-se de um equívoco, sobretudo do lado do modelo construtivista: “Ao contrário de um mal-entendido generalizado, estes conceitos sensibilizadores são influenciados pelo conhecimento teórico existente. Mas, neste caso, as teorias resultam dos estudos empíricos”. Cupchik (2001) também sublinha que os defensores dos dois modelos partilham a convicção de que ambos tratam de fenómenos reais, com processos sociais, e que ambos têm de conferir sentido aos dados que processam. Para o autor, as duas abordagens estão inter-relacionadas: a pesquisa quantitativa contribui para a identificação precisa de processos relevantes; a investigação qualitativa proporciona a base da sua descrição. De igual modo, Johnson e Onwuegbuzie (2004) chamam a atenção para o facto de que a observação não constitui uma janela perfeita e directa para a realidade na medida em que é contaminada por conhecimentos, teorias e experiências anteriores do investigador. De resto, anotam os autores, tem vindo a construir-se nos últimos anos uma plataforma comum em determinados pontos: as hipóteses não podem ser testadas em completo isolamento porque estão sempre envolvidas num conjunto de crenças; o reconhecimento de que se obtém apenas evidência probabilística e não uma prova concludente; e o facto de que os investigadores estão integrados em comunidades, pelo são influenciados por atitudes, valores e crenças. Logo, nunca pode existir uma separação entre factos e valores, quer ao nível do objecto a investigar, quer ao nível da observação realizada e da interpretação do observado. As

afirmações de Brannen (2005), relativas à generalização, atestam igualmente esta visão convergente de paradigmas: uma generalização baseada na inferência estatística para a população, no caso da investigação quantitativa, que ocorre também na investigação qualitativa em termos de generalização para outros contextos ou generalização teórica no sentido de que os resultados são extrapolados em relação à sua aplicação teórica.

É de sublinhar que, não obstante este debate, a verdade é que a combinação destas tradições “desavindas” está em prática há muitos anos na pesquisa empírica; além de ser aceite pelas agências e outras entidades de financiamento à investigação, tem conduzido a resultados consideráveis que moldaram as condições políticas de financiamento (Datta, 1994). Daí a crescente afirmação de noções como “triangulação”, “métodos mistos”, “modelos mistos” ou “métodos múltiplos”. A esta modificação de paradigma, no sentido de uma maior abertura para o recurso a técnicas cruzadas, não são alheios fenómenos como a introdução de uma variedade assinalável de novas ferramentas metodológicas, quer quantitativas quer qualitativas, potenciadas pelo desenvolvimento de novas aplicações informáticas, bem como de uma cultura de maior diálogo interdisciplinar nas ciências sociais (Tashakkori & Teddlie, 1998).

Ora, a “triangulação” refere-se à utilização de técnicas e métodos vários, nas diversas etapas da pesquisa empírica, seguindo o pressuposto segundo o qual “interrelating data from different sources is to accept a relativistic epistemology, one that justifies the value of knowledge from many sources, rather than to elevate one source of knowledge (or more accurately, perhaps, to regard one knowledge source as less imperfect than the rest). Those taking an approach favourable to triangulation in conventional terms are more likely to work from a perception of the continuity of all data-gathering and data analysing efforts (...) They are more likely to regard all methods as both privileged and constrained: the qualities that allow one kind of information to be collected and understood close off other kinds of information” (Fielding & Schreier, 2001: 50). Trata-se, pois, de privilegiar a “triangulação metodológica” (Denzin, 1989; Cox & Hassard, 2005), e mais concretamente a combinação de métodos quantitativos e qualitativos (Fielding & Schreier, 2001; Flick, 2005).

Justificamos assim a metodologia adoptada neste trabalho, assente na “triangulação” e na opção por questões de investigação, ao invés da formulação de hipóteses à *priori*, tanto mais que não se pretende validar proposições mas analisar e discutir resultados empíricos, isto

é, o que é possível observar (num contexto restrito e metodologicamente limitado, pelas razões acima evocadas), ou seja, promover um questionamento que porventura possa ser retomado em futuras etapas de investigação.

Neste quadro, e recuperando a premissa segundo a qual a problemática do poder apresenta-se como uma das mais controversas das ciências sociais, começámos pela familiarização teórica com a mesma.

No âmbito do programa de trabalhos empíricos, foram feitas inúmeras leituras e releituras, com registo estruturado, de (i) estudos e outra produção científica sobre temáticas relacionadas com os contextos subsarianos e angolanos, de (ii) documentos oficiais do Estado de Angola, de organizações internacionais e de várias ONG's que actuam no terreno, e de (iii) vários artigos publicados na imprensa angolana e internacional. Foram realizados também vários contactos informais com fontes privilegiadas (junto das diásporas e de outros agentes, quer em Angola quer no exterior).

Este procedimento conduziu a um processo de crescente familiarização com as principais problemáticas em escrutínio, no geral, e com as várias etapas do percurso histórico de Angola, em particular (do pré-colonial ao pós-colonial, incluindo a transição do Estado revolucionário ao Estado patrimonial e deste ao Estado predador, com a liberalização económica), etapas que implicam inevitavelmente a observação de várias dimensões (política, social, económica, étnica, etc.) e de determinados fenómenos como o nascimento e afirmação dos “nacionalismos” angolanos, a evolução das diferentes formas de diferenciação e rivalidade social e política (que superam a racial ou étnica ou mesmo a tradicional distinção etnolinguística), as estratégias de domesticação, o “controlo semântico” de valores políticos, o problema dos “velhos” e dos “novos” assimilados e dos “outros”, a problemática das autoridades tradicionais e das dinâmicas de rivalidade entre espaços urbanos e rurais (que se mesclam com as redes clientelares e o aparecimento de outros “agentes” políticos), a problemática das Forças Armadas angolanas e de empresas-Estado como a Sonangol, bem como a da sucessão do presidente José Eduardo dos Santos.

Ora, perante estas coordenadas, surgiu a imagem conceptual de narrativas de poder (cuja noção, na acepção desta pesquisa, insistimos, refere-se ao modo como as manifestações de poder observáveis são descritas e apresentadas como ideias que caracterizam e

circunscrevem o jogo político africano, ideias portadoras de fundamentos de legitimidade para o exercício da autoridade nas relações de dominação, subordinação e resistência) como estratégia de problematização e operacionalização do objecto, traduzida na já referida matriz de análise.

A partir desta matriz, elaborou-se um longo questionário (com 100 questões: abertas, de escolha única ou escolha múltipla) e um guião de entrevista semiestruturada (com 40 questões abertas).

Para o questionário, foram obtidas e validadas 136 respostas ao ser aplicado, entre 1 de Janeiro e 31 de Março de 2015, a uma amostra de conveniência constituída por indivíduos nascidos em Angola.

Foram efectuadas igualmente, durante o mês de Abril de 2015, 12 entrevistas semidirigidas a um grupo de indivíduos, que representa as principais tendências político-partidárias, entrevistas com uma estrutura temática que espelha uma “segunda leitura” dos indicadores contemplados no questionário.

Em sede de análise de conteúdo, codificando o *corpus* de dados obtido com recurso ao MAXqda, foi estabelecido um conjunto de cerca de 3.500 códigos e subcódigos (que corresponde à agregação de todos os segmentos de texto codificados), permitindo cruzar vários indicadores, a que acresce a informação da análise estatística de dados de natureza objectivamente quantitativa.

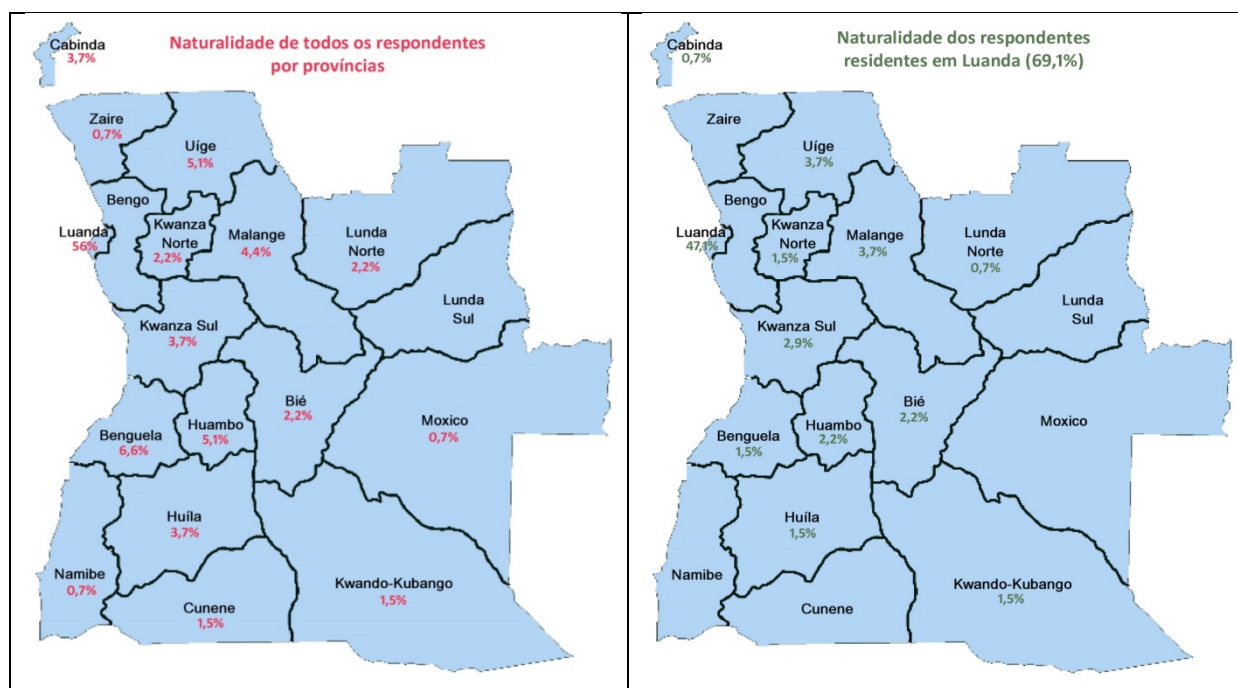
### **Caracterização da amostra**

Com idade a variar entre os 21 e os 72 anos, registando-se uma  $M= 36,7$  e um  $DP= 11,5^6$  (ou seja, com uma dispersão etária significativa), 30,1% dos respondentes são do sexo feminino. Relativamente à naturalidade dos mesmos, apresenta-se nos seguintes mapas a distribuição por províncias (i) de todos os respondentes e a (ii) dos respondentes que residem em Luanda (dada à sua expressividade no peso da amostra, isto é, 69,1%).

---

<sup>6</sup> Neste estudo, é utilizado sempre e apenas o desvio padrão amostral.

**Figura 1. Distribuição dos participantes no estudo por naturalidade**



Ainda que não seja feita aqui nenhuma análise das distribuições apresentadas, nem uma correlação das mesmas com os vários grupos étnicos a que os respondentes afirmam pertencer, é útil observar, como primeira leitura geral, a concentração de mais de metade da amostra na província de Luanda, isto é, de naturais de Luanda, área tradicional ambundo (ou mbundo). Por outro lado, não obstante a representação de naturais de todas as províncias, à excepção do Bengo (área “partilhada”, grosso modo, por ambundos, a sul, e bacongos, a norte) e da Lunda-Sul (área dos cokwe) – se bem que esteja contrabalançada pela Lunda-Norte – é de assinalar a baixa expressão de regiões como o Moxico (área nganguela), Namibe (área dos hereros) e Zaire (área dos bacongos).

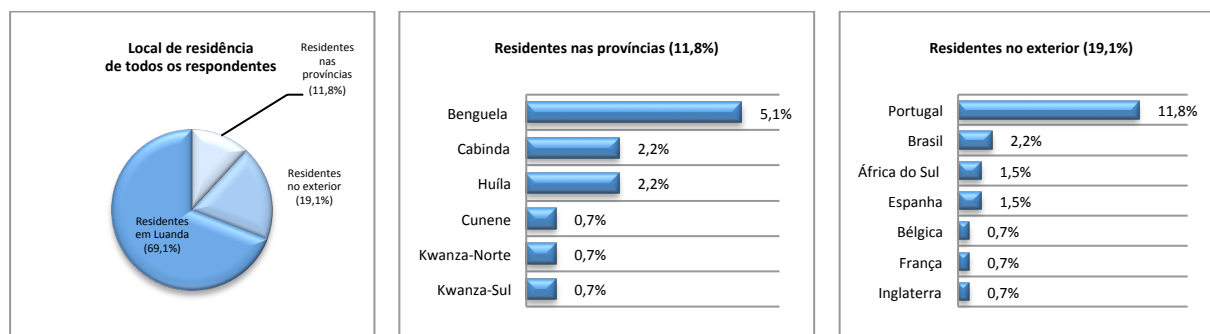
Significa isto que se trata de uma amostra supostamente com uma manifesta maioria de indivíduos de origem mbundo (que estimamos situar-se entre 60% a 66%, se considerarmos o eixo Luanda-Malange e parte do Kwanza-Norte e Kwanza-Sul), apesar de, paradoxalmente, não corresponder à distribuição “étnica” alegada pelos participantes no estudo (como veremos à frente mais em detalhe), o que, por conseguinte, leva a questionar a nossa própria estimativa.

Quanto ao local de residência dos respondentes – locais confinados exclusivamente a zonas urbanas, incluindo os daqueles que residem no exterior do país; e todos, sem excepção, com acesso à internet (o que obriga a um exercício de leitura diferente da que é sugerida pela



naturalidade, porquanto todas as respostas estão formatadas em função de narrativas em contextos urbanos, percepções que, à partida, diferem das que são experienciadas por aqueles que vivem em contextos rurais)<sup>7</sup> – apresentamos as respectivas distribuições.

**Quadro 1. Distribuição dos participantes no estudo por local de residência**

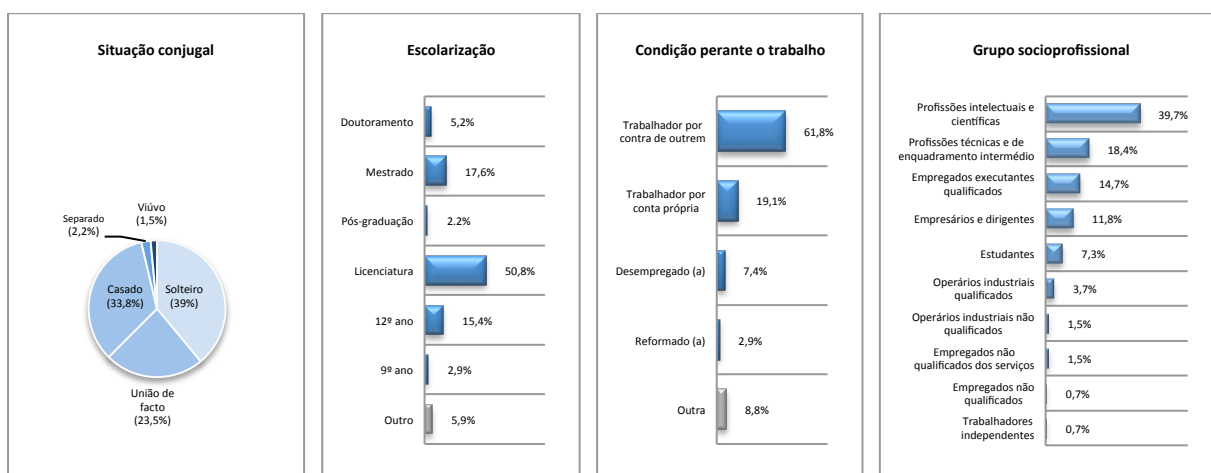


Representa-se igualmente a situação conjugal e o grau de escolarização dos respondentes, sendo de referir, por um lado, a elevada média de pessoas com que cada um dos participantes coabita, a saber  $M= 3,6$  com um  $DP= 2,4$  (o que traduz, mais uma vez, uma considerável dispersão) e, por outro, o elevado grau geral de habilitações literárias dos

<sup>7</sup> Estas diferenças de percepção, produzidas por um conjunto de vários factores diferenciadores que molda as trajectórias dos indivíduos e tende a alocá-los em dois contextos distintos (apesar do processo não ser assim tão linear, porquanto estes contextos se cruzam, interpenetram e se sobrepõem em vários planos), podem ser sinalizadas através de dois indicadores: os níveis de escolarização e os níveis de rendimento. Ora, no caso de Angola, como em muitos outros espaços, a escolarização e o rendimento (isto é, a soma das fontes de receita dos indivíduos) apresentam assimetrias significativas entre as zonas urbanas e as zonas rurais. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola referentes a 2014, o rendimento médio agregado nas zonas rurais (onde vive 37,7% da população) representa apenas 53,9% do rendimento médio agregado daqueles que habitam as zonas urbanas. Apesar de não ser, *per si*, um indicador do nível de pobreza, esta diferença conduz, porém, à *ideia* de baixos rendimentos em termos comparativos e cria e sustenta a *ideia* de maior pobreza nas zonas rurais, ideias com repercussões várias de natureza social e comportamental nos indivíduos que nestas zonas vivem (cf. Instituto Nacional de Estatística de Angola, 2014a). Em matéria de escolarização (excluindo a iliteracia, cuja situação é bem diferente), ainda que as diferenças entre zonas rurais e zonas urbanas sejam menores, a tendência de assimetria mantém-se. Segundo dados do Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) referentes a 2011, a taxa de frequência do ensino primário nas zonas rurais é de 68,5% (enquanto nas zonas urbanas é de 85,6%), situação que se agrava no ensino secundário com a taxa a cair para 6,6% (como sucede, ainda que de forma bem menos acentuada, nas zonas urbanas, cuja taxa fica pelos 31,7%). Significa isto que o nível de retenção escolar nas zonas rurais é extremamente baixo ao verificar-se que 61,9% das crianças que terminam o ensino primário não transitam para o ensino secundário. Nas zonas urbanas, a taxa de abandono entre estes dois ciclos é de 53,9%. Acrescem as taxas de atraso escolar, isto é, a percentagem de adolescentes entre os 12 e 17 anos a frequentar o ensino primário. Num total de mais de 2 milhões de adolescentes nesta situação, 66,7% encontram-se nas zonas rurais. Finalmente, uma nota para as taxas de alfabetização, que adquirem particular relevância se considerarmos a estimativa do INE, citada pelo IBEP, segundo a qual 41% do total da população iletrada vive numa situação de pobreza extrema. É de observar que, de acordo com o CIA World Factbook (2014), com dados referentes ao mesmo ano de 2011, a taxa nacional de iliteracia está estimada em cerca de 30%, o que coloca Angola na 145ª posição, entre 183 países, do *ranking* mundial de alfabetização. Ora, segundo o IBEP, que contabiliza apenas os indivíduos com 15 anos ou mais que sabem ler e escrever, nas zonas rurais a taxa de alfabetização é de 44,8% quando nas zonas urbanas cifra-se em 81,8%, ou seja, quase o dobro. Quer isto dizer que é provável que cerca de 22% da população rural viva em situação de pobreza extrema, em contraste com a mesma probabilidade para cerca de 7% da população urbana, isto é, com menos de um dólar por dia, se adoptarmos a definição genérica do Banco Mundial (cf. Ministério da Educação de Angola, 2014).

inquiridos, designadamente 75,8% com estudos ao nível do ensino superior (o que contrasta com os níveis de escolarização do país<sup>8</sup> e sugere a possibilidade de respostas/narrativas formatadas por um contexto de excepção, isto é, com um alto grau de escolarização). Acresce a condição perante o trabalho e a distribuição dos respondentes por grupos socioprofissionais, nos quais se destacam as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas, o que sugere de novo a possibilidade de respostas/narrativas formatadas por um contexto específico, ou seja, tendencialmente composto por indivíduos com mais competências no plano intelectual e científico.

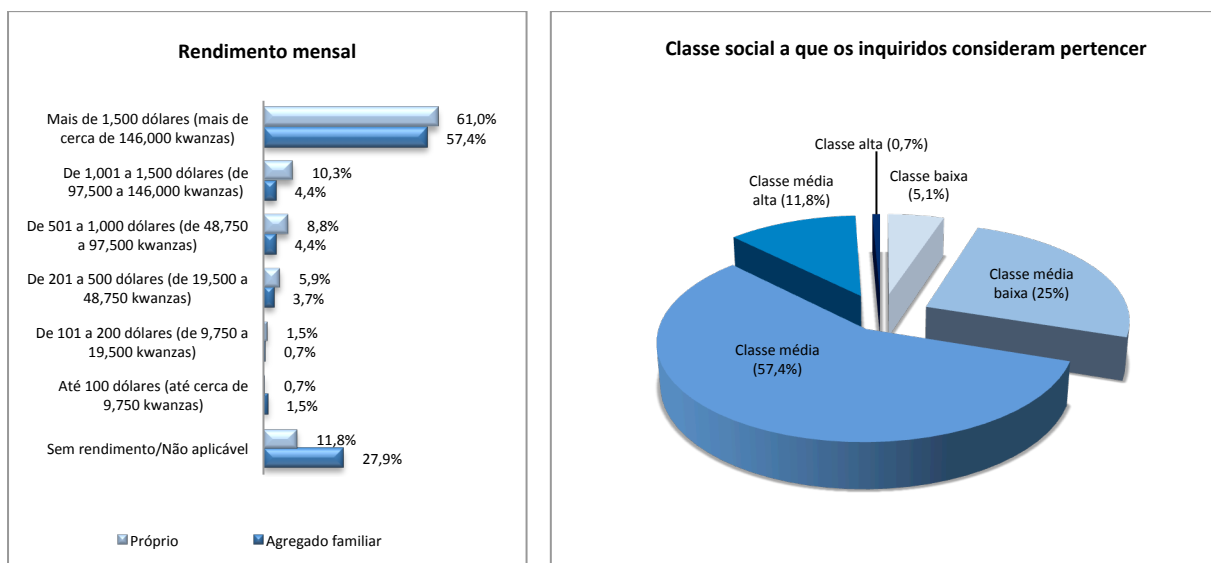
**Quadro 2. Distribuição dos participantes no estudo por situação conjugal, nível de escolarização, condição perante o trabalho e grupo socioprofissional**



Finalmente, como possível caracterização da situação económica dos inquiridos, apresentamos a distribuição do rendimento mensal próprio e do respectivo agregado familiar, isto é, dos montantes salariais auferidos, e da classe social a que os respondentes consideram pertencer, o que permite, aliás, chegar a uma primeira evidência a reter.

<sup>8</sup> A par da baixa taxa líquida de frequência do ensino secundário, designadamente 20,6%, (segundo informações do IBEP referentes a 2011), que se traduz em cerca de 934.200 alunos matriculados no 1º e 2º ciclo (de acordo com dados oficiais do Ministério da Educação), a frequência do ensino superior em Angola é também relativamente diminuta. Segundo o estudo de Carvalho (2012), em 2011, há registo de 140.000 estudantes no ensino superior, ao nível da licenciatura (o que, ainda assim, representa um crescimento de 60,6% em relação a 2008), distribuídos por 36 universidades e institutos politécnicos. Acrescem a estes estudantes em Angola, mais cerca de 7.000 no estrangeiro – sobretudo no Brasil, que acolhe quase 1.700, e em Portugal, que recebe cerca de 1.600 (cf. UNESCO, 2015) – dos quais 2.400 são bolseiros. De acordo com dados do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INABE), 146 frequentam cursos de mestrado e 294 cursos de doutoramento (cf. Portal de Angola, 2012). A título de comparação, e segundo a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Portugal regista no mesmo ano cerca de um triplo de estudantes matriculados no ensino superior, a saber, mais de 396.000, a que se juntam 9.500 no estrangeiro (cf. PORDATA, 2015).

**Quadro 3. Relação entre a distribuição dos participantes no estudo por níveis de rendimento e a classe social a que consideram pertencer**



Ora, neste particular, é interessante anotar a relação entre os valores recebidos (onde surge a particularidade do rendimento próprio ser sempre superior ao do total dos respectivos agregados familiares, à excepção do nível mais baixo, a saber, até 100 dólares)<sup>9</sup> e a classe social a que os inquiridos consideram pertencer (por força do rendimento salarial).

Numa primeira leitura dos dois gráficos, é de assumir que um rendimento próprio superior a mais de 1.500 dólares mensais posiciona, grosso modo, os indivíduos na classe média. Até porque, e não obstante os 10,3% de respondentes com um rendimento entre os 1.001 e 1.500 dólares mensais que consideram também fazer parte da classe média, há uma tendência de correspondência entre aqueles que auferem menos de 1.000 dólares por mês (28,7% da amostra) e os que consideram pertencer à classe média baixa ou à classe baixa (30,1% dos inquiridos). Quer isto dizer que, mesmo para aqueles que ganham pelo menos cerca de 10 vezes o salário mínimo nacional<sup>10</sup>, a classe média é a que melhor espelha a sua situação económica.

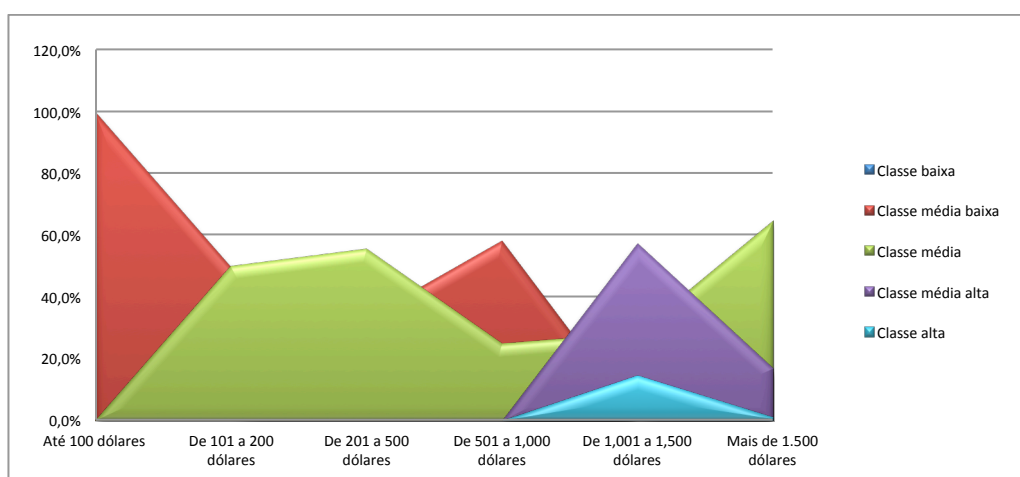
<sup>9</sup> Isto é, três dólares, ou menos, por dia, o que configura uma situação de pobreza moderada ou mesmo extrema, de acordo com a tipologia do Banco Mundial.

<sup>10</sup> O salário mínimo em Angola está fixado desde 2014 em 15.000 kwanzas (cerca de 111 dólares, à taxa de 1 USD = 135,22 Kz), mas varia em função do sector de actividade. Para o comércio e a indústria extractiva, por exemplo, o salário sobe para os 23.000 (cerca de 170 dólares), enquanto nos sectores de transportes, serviços e indústrias transformadoras, o valor mínimo mensal é de aproximadamente 19.000 kwanzas (cerca de 140 dólares) e pouco mais 15.000 na área da agricultura (que corresponde ao referido valor base de cerca de 111 dólares). Importa esclarecer, porém, que a leitura destes números deve ser relativizada (e encarada apenas a título de referência), não só por causa das constantes variações do valor de mercado do kwanza – que depende das oscilações da cotação do petróleo nos mercados internacionais (cf. Jornal de Negócios, 2015), mas também, e consequentemente, pelas variações de preços na economia paralela ou nos mercados informais (preços que

Contudo, importa dizer que a ideia de “classe média” mobiliza igualmente, e com um peso relativo significativo, respondentes que auferem salários mais baixos. Do mesmo modo, vários inquiridos com rendimentos do nível mais superior consideram pertencer à classe média baixa ou mesmo à classe baixa.

Com efeito, se reordenamos os dados procedendo a uma correlação entre as duas variáveis, ou seja, representando a segmentação relativa por níveis de rendimento, verifica-se que a ideia de “classe média” tende a ser transversal a todos os escalões salariais, encontrando aliás uma grande expressividade em dois níveis mais baixos, a saber, dos 101 a 200 dólares e dos 201 a 500 dólares por mês. Por outro lado, a ideia de “classe média alta” ou de “classe alta” é mais expressiva para aqueles que ganham entre 1.001 a 1.500 dólares do que para os que auferem mais de 1.500 dólares por mês.

**Quadro 4. Sentimento de pertença a classes sociais por níveis de rendimento**



Obs. Nesta representação, excluem-se os respondentes que não auferem quaisquer rendimentos (11,8% da amostra).

Chegamos assim à percepção de que para o universo de inquiridos aqui convocado, o conteúdo de conceitos como “classe média” (ou “classe média baixa” ou “média alta”) mostra ser instável e carece de uma reinterpretção à luz de cada caso. Esta evidência tem uma implicação imediata no modo como o sucesso ou insucesso económico e financeiro podem ser avaliados, isto é, nas ideias informais sobre a vida económica do país, privada e pública, no sentido de que sugere uma igual instabilidade noutras “leituras”, porquanto é feito um apelo a um espaço de enunciação muito específico que interpreta a realidade económica à luz da

---

dotam de sentido real o valor de referência do salário mínimo). Em Fevereiro de 2015, por exemplo, nos grandes mercados informais de Luanda, um quilo de açúcar, de arroz ou de sal custavam 150 kwanzas (quando no mês anterior o preço estava fixado em cerca de 100 kwanzas); um quilo de feijão ou um litro de óleo alimentar passaram dos 200 para os 300 kwanzas; e uma embalagem de 30 ovos disparou dos 750 para os 1.200 kwanzas. Contas feitas, uma subida de preços entre 50 a 60% (cf. Rede Angola, 2015).

relação pessoal e subjectiva do indivíduo com essa mesma realidade. Se é certo que este princípio é comum a todos os espaços, africanos e não africanos, neste caso revela-se problemático na medida em que se apresenta dotado, à partida, de uma natureza profundamente fragmentada.

## **Estrutura do trabalho**

Tendo presentes todos os pressupostos enunciados, e como leitura possível do percurso sinuoso efectuado, decidimos proceder à divisão deste trabalho em duas partes.

Na primeira, propomos em dois capítulos uma análise sobre a problemática do poder (i) orientada por uma revisão crítica da herança teórica tradicional de matriz “ocidental”, que retomamos, num segundo plano, através de (ii) uma revisão do conteúdo dos conceitos discutidos inicialmente e do que neles se altera por força da “ordem cosmológica africana”.

Revistos os principais contributos teóricos que concorrem a vários níveis e em diferentes dimensões para a problemática em escrutínio (como estratégia de operacionalização do objecto de estudo deste trabalho), aproximamo-nos por fim, no terceiro capítulo, das especificidades de Angola, isto é, do contexto em que se localiza o “estudo de caso” que decidimos adoptar, procurando dialogar com o passado em busca dos fenómenos de longa duração que manipulam o presente (e reconstroem simultaneamente o próprio passado como processo de reordenação dos acontecimentos que dotam o contexto actual de sentido e significados). Dito de outra forma, procuramos convocar as narrativas que desempenham de modo mais relevante uma função de significação no contexto actual de Angola, as narrativas que relatam um determinado “itinerário histórico” e que retransmitem a memória, porquanto qualquer apelo a uma reordenação do presente, isto é, qualquer tentativa de recuperação de uma identidade histórica à luz do presente, coexiste sempre com a lembrança de uma ordem antiga, a permanência de um imaginário.

Na segunda parte, e na sequência da problematização formulada nos capítulos anteriores, procedemos à análise e discussão das narrativas de poder capturadas em sede de pesquisa empírica, das ideias informais de poder que podem ser capturadas no país, ideias que descrevem e interpretam as manifestações de poder observáveis. Trata-se, pois, da captura do discurso informal, insistimos, isto é, das percepções de poder ou das várias narrativas de poder “situadas” nos pontos periféricos das redes de poder, no sentido que lhe dá Foucault

(1979), com vista a confrontá-las com as proposições teóricas que têm sido aceites pela academia e que, de um modo geral, percorrem a literatura sobre Angola nesta matéria.

Significa isto que, enquanto esforço de investigação, não só procuramos (i) capturar e descodificar estas “outras” narrativas, tendo em conta o conteúdo das noções que lhes dão sentido (para apurar dentro destas as que se apresentam como dominantes) – narrativas que vinculam os indivíduos a percepções e representações que concorrem para as matrizes *materiais* e *simbólicas* do poder – como também (ii) saber que continuidades ou descontinuidades, e em que níveis, existem entre estas “outras” narrativas e as narrativas de que temos posse ao seguir a literatura sobre o assunto.

## Parte I

### Cap. I. A problemática do poder

Uma das problemáticas mais controversas das ciências sociais é a do poder, não só pela sua polissemia, mas sobretudo pela essência do seu objecto, devido às várias dimensões da actividade humana em que se manifesta (cf. Barroso & Cabral, 1997: 1291-1292), o que obriga a uma contextualização permanente do corpo teórico que compete entre si em cada momento histórico em que é observado e analisado (cf. Button, 2010; 4-8; Moreira, 1993: 70-75). É que indagar da noção de poder implica observar as suas manifestações e a aplicação conceptual que lhes está associada, a qual, por seu turno, releva das mais diversas interpretações, incluindo o registo, ou em rigor, a localização da sua temporalidade, isto é, e numa perspectiva mais alargada, a historicidade em que se enquadra<sup>11</sup>.

Contudo, se a noção de poder encerra uma discussão complexa, uma vez que apresenta um carácter extremamente ambíguo e difícil de captar numa fórmula ou proposição, é também evidente que sem um esforço para tentar enquadrá-la nas suas categorias heurísticas dominantes, como primeiro passo para a sua operacionalização, não é possível trazer para este debate uma matriz que expresse de forma adequada a multidimensionalidade das abordagens que lhe são inerentes, pelo menos de acordo com os objectivos da presente investigação, que apresenta determinados particularismos em razão de se situar em contexto africano (o que implica uma revisão do conteúdo dos conceitos e das respectivas modificações perante as especificidades das mundivisões das sociedades africanas, que nos remetem para um universo de cosmologias diferenciadas com muitas subtilezas).

É, pois, disto que trata este capítulo. Das fontes do poder e das suas manifestações, o que pressupõe inevitavelmente seguir a tradição de pensamento predominante das ciências sociais, isto é, o discurso hegemónico ocidental. Nesse sentido, procedemos a uma revisão das categorias heurísticas dominantes que tentam capturar o conceito, arquitectada a partir de uma correlação epistémica e funcional como ensaio de resolução de constrangimentos apriorísticos, o que implica observar (i) as premissas epistémicas da problemática do poder, (ii) os principais contributos teóricos que estão associados à construção empírica do State

---

<sup>11</sup> Sobre esta questão, aplicada nos contextos africanos, é interessante seguir o debate promovido por Solli (2008: 19-46) que confronta, e faz convergir nos efeitos que produzem para o conhecimento, a abordagem metodológica neo-weberiana com a historicista. Neste debate, é apresentado igualmente um conjunto considerável e bastante pertinente de referências bibliográficas sobre a problemática do Estado africano.

power como categoria de análise, (iii) a proposta de uma interpretação mais ampla como prenúncio de ruptura epistemológica, a designada aproximação estruturalista, (iv) bem como a dinâmica operacional do confronto entre o realismo político e o idealismo liberal.

Para concretizar a aplicação da noção de poder sob a perspectiva empírica do State power, convocamos um eixo complementar, o paradigma gramsciano, para voltarmos a recuperar com maior sistematização o essencial do debate entre a escola liberal e a escola realista, o que nos leva para a discussão do conceito de Estado no contexto da crescente complexidade de relações no sistema internacional, até porque é dele que decorre o impulso para a formulação de uma visão mais ampla desta problemática que conduz finalmente aos postulados do neoliberalismo político e do neo-realismo ou realismo estrutural.

Em síntese, o objectivo deste capítulo é identificar o conjunto de coordenadas heurísticas que expresse de forma adequada a problemática do poder (o que pressupõe indagar não apenas das fontes do mesmo mas também dos paradigmas associados, sem os quais não é possível operacionalizá-lo), para, num segundo momento, inferir das possibilidades de captura das suas manifestações.

Ora, tendo este trabalho um objecto que se localiza em contexto subsariano, o que implica de imediato vários constrangimentos epistemológicos, é igualmente necessário indagar das noções de poder, legitimidade e autoridade, bem como da problemática das relações de dominação e subordinação e da “construção” do Estado nos espaços africanos – que, em traços gerais, enquanto codificação político-normativa, conhece basicamente duas versões, o colonial e o pós-colonial, e ambas dualistas e de certo modo rivais, um Estado urbano e centralista e um Estado rural e periférico<sup>12</sup> – processo que depende da percepção e interpretação crítica a montante das coordenadas heurísticas acima referidas (razão pela qual procedemos à análise em dois passos distintos, remetendo para o segundo capítulo o debate sobre a modificação do conteúdo dos conceitos).

---

<sup>12</sup> Como possíveis sínteses desta tese – que radica numa revisão crítica do paradigma “patrão-cliente” – defendida pela maioria dos autores que se ocupam da problemática do poder nos contextos africanos, propomos os estudos de Dias (2001), Gonçalves (2002) e Lourenço (2007).



## 1.1. Premissas epistémicas da problemática do poder

Se no plano etimológico e linguístico, o poder é desde logo um problema na medida em que a sua aplicação e interpretação lexical conduz a grandes divergências, conforme se pode observar através de uma rápida leitura das várias definições dadas pelos dicionários, tudo se complica quando se trata de analisá-lo enquanto conceito. É certo que este constrangimento não é exclusivo do poder, porquanto se apresenta em toda e qualquer análise dos próprios conceitos *per se*, mas é útil não perdê-lo de vista, como chama a atenção Clegg (1975): “Clear a priori definitions are neither useful nor necessary and that meaning can be sought in patterns of use. Furthermore, it assumes that the quest for a clear and concise definition of any concept is both naive and distorting, as there is no correspondence in the external world to match the multiple significances of utterances. The danger here is that neither definition nor use will be carefully examined and power will be taken to be a common sense, transparently clear, concept.”

Acresce a sentença lapidar de Ralf Dahrendorf (1959: 166), da escola liberal e discípulo de Karl Popper, que apesar de relativamente datada parece-nos apropriada para traduzir o essencial deste debate a título de preâmbulo: “No consensus on the definition of power has ever been achieved. Hence each discussion begins anew with a preliminary clarification of the intended usage.”

Nesta linha, a análise da problemática do poder obriga a ter em conta uma premissa básica, que é aplicável, aliás, a todos os ramos do saber no que diz respeito à da definição dos seus respectivos objectos: a percepção da temporalidade, ou dos diferentes tempos, que concorre para o conjunto de códigos inerentes à captura da historicidade, isto é, o princípio que exprime e dá sentido ao modo como os “agentes humanos” concebem a sua relação com o mundo, ou seja, as imagens ou representações, individuais e colectivas, que moldam, condicionam e determinam o conhecimento sobre o próprio conhecimento<sup>13</sup>. Significa isto

---

<sup>13</sup> Como sustenta Moreira (1993: 70), “todas as classificações em ciências possuem apenas um valor conjuntural e histórico. O pacifismo do objecto das ciências clássicas é baseado no tempo decorrido, que faz esquecer as dúvidas da sua afirmação inicial”. De resto, e mais importante ainda, sobretudo se pensarmos em estudos sobre e em contextos africanos, e adoptando a argumentação de Dias (2014), o próprio objecto pode comportar tempos muito diferentes, variados e contraditórios, bem como, em última instância, espaços fragmentados, igualmente diferentes e contraditórios, o que nos remete para o problema dos lugares de enunciação do “conhecimento” e dos próprios “agentes” que o produzem.

que o corpo teórico que compete entre si num dado momento histórico deve ser valorado apenas no contexto desse preciso momento, e na representação social que lhe é dada, insistimos – pois este é um aspecto crucial, como veremos, para a reapreciação da problemática do poder nos espaços africanos – pelo que não valida necessariamente a sua aplicação em diferentes contextos. Por outras palavras, a teoria negocia os seus limites com a localização do objecto que pretende investigar. Ora, sendo o poder um objecto de permanente deslocalização (simultaneamente temporal e dimensional, sublinhamos) – devido (i) à forte polissemia que o caracteriza enquanto conceito e (ii) à multidimensionalidade da sua essência, por se manifestar em todas as dimensões da actividade humana – os princípios axiomáticos de que é alvo são regra geral frágeis, porquanto se obrigam a uma constante mutabilidade (que depende do plano de análise ou, dito de outra forma, da proposição subjacente ao posicionamento atribuído ao objecto), pelo que, no limite, vivem sob a ameaça recorrente de dois espartilhos epistemológicos, a temporalidade e a (multi)dimensionalidade, que podem afigurar-se críticos e redutores no caso de não estarem devidamente equacionados.

Estas considerações encontram apoio em Foucault (1979), conforme se pode inferir pelos termos em que coloca o problema ao entender que o poder traduz uma matriz geral de forças ancorada num determinado contexto histórico, o que obriga a uma análise circunscrita a uma dada sociedade, num determinado momento histórico, e inclusive focada sobre as manifestações dessas forças numa “instituição” específica. O discurso segue o paradigma estruturalista que desenvolvemos na secção 1.4.

A título de parêntesis, anotamos que a multidimensionalidade do poder é reconhecida em todas as sociedades mesmo nas mais “rudimentares”, conforme sublinha Balandier (1969: 43). Este princípio, aplicado em contextos africanos, apela à revisão crítica de conceitos como *autoridade* (cf. Albuquerque, 1985: 1017-1019; Cabral, 1983: 493-495) – que representa, em traços gerais e como mera aproximação conceptual, a obediência pelo consentimento assente na *legitimidade* de quem manda – *fidelidades horizontais*, que estão na génese do anticolonialismo dito moderno, ou *fidelidades verticais*, expressas em diversas construções ideológicas adoptadas pelos “nacionalismos independentistas” e até mesmo pelo soviétismo, como de medida de legitimação do poder nos Estados soberanos que ocupou, após também ter recorrido à *horizontalidade* como fundamento do seu proselitismo no combate contra o capitalismo ocidental (cf. Vasconcelos, 1983: 57-72).

Para concretizar a relação íntima entre autoridade e legitimidade, ainda que de forma genérica porquanto a sua aplicação nos contextos africanos é mais complexa<sup>14</sup>, recuperamos o contributo de Robert MacIver, um sociólogo da escola realista: “By authority, we mean the established right, within any social order, to determine policies, to pronounce judgements on relevant issues, and to settle controversies, or, more broadly, to act as leader or guide to other men. When we speak of an authority we mean a person or body of persons possessed of this right. The accent is primarily on right, not power. Power alone has no legitimacy, no mandate, no office. Even the most ruthless tyrant gets nowhere unless he can clothe himself with authority” (1947: 82-83).

O problema da temporalidade e da (multi)dimensionalidade traduz assim um obstáculo epistémico com particular relevo na área da ciência política<sup>15</sup>, cuja autonomia disciplinar é justificada precisamente pela problemática do poder, reconhecido de forma unânime como o pilar estruturante dos fenómenos políticos e, por conseguinte, numa perspectiva *stricto sensu*, como um denominador comum desta área de conhecimentos.

Neste contexto, entende-se pois as preocupações metodológicas de Balandier (1969: 20-28) para reclamar o reconhecimento científico da abordagem antropológica no campo da ciência política, ao estabelecer desde logo um conjunto multidimensional de matrizes de orientação teórica, designadamente a genética, a funcionalista, a tipológica, a terminológica, a estruturalista e a dinamista. Não cabe aqui discuti-las em pormenor, se bem que determinados aspectos de algumas delas serão convocados para este debate.

Acresce o fenómeno da chamada “falta de autenticidade” do poder que nos remete para o paradoxo entre a realidade formal e a realidade material e para o problema do “poder normativo dos factos”, o que, na prática, constitui uma segunda barreira epistemológica a merecer sérias reservas metodológicas. Dito de forma simples, trata-se do fenómeno da

---

<sup>14</sup> Basta recordar que a força normativa da esfera religiosa e do mundo da magia (o domínio do ritual e do simbólico), e das respectivas funções identitárias, ditas étnico-religiosas, e repercussões na vida das sociedades africanas, das mais “tradicionais” às mais “modernas”, raramente são objecto de análise nos modelos teóricos da filosofia política e da ciência política, dois ramos do saber que, como sucedeu com muitos outros, permaneceram confinados ao “provincianismo ocidental” que dominou o conhecimento durante o longo monólogo africanista até à afirmação da autonomia multidisciplinar dos estudos africanos. A expressão “provincianismo ocidental” é do sociólogo francês Raymond Aron (1991), um dos primeiros autores a insurgir-se contra esta cumplicidade histórica, que Balandier virá também a denunciar.

<sup>15</sup> A problemática do *tempo histórico* e do *tempo estrutural*, à qual Balandier (2014) se refere ao inscrevê-los no campo político, é um exemplo dos debates que esta questão envolve.

institucionalização do modelo de conduta real, preconizado na realidade, que não coincide com o modelo normativo adoptado pelo poder, isto é, expresso pelo direito positivo. Ao institucionalizar-se, pela força reiterada da sua prática, o modelo de conduta real adquire força normativa, embora virtual, porque é aceite sem oposição, apesar de não estar legalmente enquadrado<sup>16</sup>.

## 1.2. O poder como relação

A discussão sobre o poder envolve ainda uma outra premissa básica: não há poder sem relações de poder. E aqui reside mais uma questão essencial. Toda e qualquer manifestação de poder pressupõe sempre uma relação – que visa suprir necessidades, na tradição do pensamento funcionalista de Malinowski com a leitura crítica de Merton (cf. Barroso, 1996: 1611-1616; Moreira, 1993: 90-95) – tratando-se pois de um fenómeno de interacção.

Afasta-se assim a tentação simplista de definir o poder em termos de *propriedades* ou *atributos* – que reenviaria o conceito para o mero plano etimológico (cf. Real Academia Española, 2001) – porquanto nesta perspectiva trata-se da capacidade de impor directa ou indirectamente determinados interesses numa dada situação social, o que implica, de imediato, relações entre pessoas, “an interpersonal situation”, como sugere Lasswell (et. al., 1950)<sup>17</sup>, se bem que, coincidindo com a tese de Morgenthau (2005), todas as suas considerações relevem sempre do princípio da indissociabilidade entre o poder e o poder político: “Power is derived from personal and organizational sources and resources of the actors and subject to the perceptions of the power positions as viewed by the competing forces seeking a political decision”.

---

<sup>16</sup> Vejamos os argumentos aduzidos por Moreira (1993:71): “O que preocupa a investigação política não é o sistema das normas em que se traduz o direito positivo, é sobretudo a diferença ou falta de coincidência frequentes entre o modelo normativo de conduta que a lei proclama, e o modelo de conduta que o poder adopta (...) É o do poder insistir em proclamar um modelo jurídico de conduta e persistir em ter uma conduta que não se adapta ao modelo. Raro é o Estado que não proclama o respeito pelos Direitos do Homem, mas não são raros os que não os respeitam e escondem ou negam as violações. Esta simultaneidade de modelos, o formal e o real, dá origem à importância do problema da imagem que o Estado pretende manter, mesmo sem coincidência com a realidade”. O tema é concretizado por Maltez (1993).

<sup>17</sup> Além dos contributos para a discussão da problemática do poder político, Harold Lasswell é um autor com um interesse particular pelas suas teorias da comunicação, nomeadamente o modelo comunicacional que pôs em evidência as limitações da teoria hipodérmica e abriu novas perspectivas no campo da “communication research” para a análise dos efeitos e dos conteúdos das mensagens dos media no campo político.

Estes problemas envolvem um eixo de correlação e interdependência entre protagonistas com esferas de acção ambivalentes; trata-se, com efeito, de constrangimentos que se colocam tanto ao nível da imagem do poder *projectada* pelos depositários, indivíduos ou organizações e estruturas (a partir do momento em que se institucionaliza), como ao nível da imagem do poder *criada* pelos destinatários no processo de recepção desse mesmo poder, ou seja, ao nível da *representação social* do poder, conceito que tem implicações várias. E mesmo assim é uma assunção redutora. Basta dizer que, a esta perspectiva do poder como relação, pode acrescentar-se desde já duas características que concorrem para uma maior amplitude da noção: (i) a abordagem probabilística e (ii) a ideia de *agregação* dos comportamentos, isto é, a relação sobre as relações de domínio, o que nos remete para o poder como uma meta-relação, ou mais especificamente para o meta-poder.

### **1.3. Da abordagem probabilística ao meta-poder**

Para Weber (1947: 152), o poder traduz “the probability that one actor within a social relationship will be in the position to carry out his own will despite resistance, regardless of the basis on which this probability rests”, o que significa, portanto, que não deve ser visto apenas como o resultado activo de uma relação de imposição, mas sobretudo em termos da *probabilidade* que um actor envolvido numa determinada relação social tem em obter aquilo a que aspira, não obstante eventuais resistências que enfrente. Chegamos assim a uma noção de poder como a probabilidade, seja qual for o fundamento da mesma, de impor a vontade própria dentro de uma relação social, ainda que haja resistência.

A leitura crítica desta noção, que envolve uma premissa básica que conduz a discussões de maior amplitude e abstracção – como a teoria da acção social de Parsons (1963, 1991) secundada pelos contributos de Habermas (1962, 1987, 1990, 2006) – leva Karl Deutsch (*apud* Barroso & Cabral, 1997: 1296-1297) a entender o poder como a “capacity of an actor to shift the probability of outcomes in a predictable direction”.

Não deixa de ser importante anotar que Deutsch usa a fórmula probabilística tanto no plano micropolítico como macropolítico, insistindo nas leis da probabilidade e da previsibilidade, como sucede em 1964 ao examinar a relação entre multipolaridade e estabilidade internacional: “Due to interaction opportunity, the increasing number of

independent actors increases the stability of the international system. Stability is defined as the probability that the system retains all of its essential characteristics, so that no single nation becomes dominant, most of its members continue to survive, and large-scale war does not occur (...) An arms race is defined as conflict in which the rival states stimulate one another to divert increasing” (Deutsch & Singer, 1964: 390-406).

Revisto o primado da relação entre actores sociais como possibilidade de definição do poder, ou seja, circunscrito à dimensão da interacção, assente num jogo de forças com índices de probabilidade para a imposição de interesses numa determinada situação social, passemos ao plano da *agregação* dos comportamentos ou da relação sobre as relações de domínio, que recupera a tradição do pensamento de Hobbes (1588-1679), fundador da teoria do contrato social e um dos percussores do realismo político, segundo o qual o poder é o resultado de forças reunidas, isto é, “mediante o consentimento do povo reunido” (cf. Ribeiro, 1989: 54-77). Recorde-se que as fontes da teoria da agregação radicam igualmente nos contributos de John Locke – 1632-1704 (cf. Fuller, et al. 2000) – Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Émile Durkheim (1858-1917), autor, aliás, de várias notas críticas sobre o homem e o Estado hobbesianos – das muitas de que o contratualista inglês foi alvo no século XIX e mesmo no século XX – compiladas pelo sociólogo e antropólogo Marcel Mauss (2011), sobrinho de Durkheim.

Com efeito, além de uma relação assimétrica entre actores sociais, vários autores defendem que, devido à sua obliquidade, o poder implica também uma relação sobre as relações de domínio, visando o controlo sobre as próprias situações sociais. “Social power is obtained obliquely as a result of successfully striving or appearing to strive for some other objective”, observa Czartoryski (1975), sustentando a tese de que as relações de poder, ao manifestarem-se de forma oblíqua, inscrevem-se numa dimensão ainda mais ampla ancorada no exercício de outras actividades – diferentes daquelas que aqui foram já enunciadas – na prática, em resultado da agregação relacional das próprias relações em que o poder ocorre num primeiro nível. Ora, isto mais não é do que reposicionar o poder no quadro das meta-relações, transformando-se assim em meta-poder no sentido em que promove, e visa alcançar, novas metas e novos objectivos (cf. Pedraza, 1998). Por outras palavras, a noção de poder, enquanto meta-poder, pode captar e expressar outras relações de poder, nomeadamente as relações estruturais e o controle sobre as mesmas. Trata-se, pois, do controle relacional, isto é, da influência sobre uma matriz de possibilidades de acção, de resultados de acção e de

orientações dentro da qual ocorre a interacção social (cf. Baumgartner, et al., 1976). Numa proposição simples, dir-se-ia que passamos do plano de uma mera situação de interacção (tipificada na relação clássica entre dois actores, por exemplo) para o fenómeno bem mais complexo da agregação de uma variedade infinita de sistemas de interacção.

Clarifiquemos. O poder e o controle social são, regra geral, conceptualizados e investigados em termos de relações interpessoais ou intergrupais no seio das quais um ou mais actores tentam exercer influência sobre um ou outros actores, geralmente contra a vontade destes últimos (e.g. Blau, 1964; Dahl, 1967; Weber, 1968; Burns & Buckley, 1976). Nestes termos, o poder está localizado no nível da interacção ou das relações que envolvem a competição entre actores em conflito (cf. Hall, 1997: 397-418). Quer isto dizer que o objecto do poder inscreve-se na esfera do controle dos comportamentos. Contudo, esta abordagem, que aparece em muitos estudos sobre o poder, captura apenas uma pequena parte das actividades do chamado poder estrutural, aquele que é exercido por grupos, organizações e outras instituições, incluindo os próprios Estados. Neste sentido, afiguram-se historicamente mais importantes todas as tentativas teóricas em estruturar ou reestruturar as matrizes sociais e culturais em que as actividades do poder se manifestam, todas aquelas que se propõem a indagar da forma como são “construídos” os alinhamentos ou entendimentos estruturais e os sistemas de normas e de valores. É que uma determinada estrutura institucional ou sociocultural pode ser lida como o resultado macroscópico da aplicação do poder estrutural ou do meta-poder no processo de institucionalização das actividades permitidas ou aceitáveis nas relações de indivíduos e grupos com outros tipificados em categorias semelhantes, bem como nas relações de todos estes com os recursos ou as formas de apropriação e exercício do poder. O meta-poder estrutural molda e restringe as condições sociais dos próprios agentes sociais ao nível das suas interacções.

O meta-poder refere-se, portanto, ao controle não apenas de indivíduos, mas das próprias estruturas sociais. Este postulado radica no trabalho de sociólogos como Tom R. Burns (1976) e Peter M. Hall (1997), do economista Thomas Baumgartner (1976), bem como de politólogos como James Rosenau (2003) e Stephen D. Krasner (1992, 2001). A esfera do meta-poder usa recorrentemente a linguagem da teoria dos jogos<sup>18</sup>, uma vez que, até a um

---

<sup>18</sup> É um ramo da matemática aplicada que estuda situações estratégicas nas quais os jogadores escolhem diferentes acções para tentar obter os melhores resultados possíveis. Inicialmente desenvolvida como uma ferramenta para compreender o comportamento da economia, a teoria dos jogos tem sido usada em várias áreas

certo nível, ter meta-poder sobre um grupo de indivíduos ou estruturas significa que se pode controlar a forma do jogo, bem como o respectivo resultado.

Seguindo este raciocínio, é de concluir que todas as relações de poder (i) são condicionadas por um vasto conjunto de constrangimentos estruturais que limita as regras do jogo, pelo que (ii) expressam, como observam Crozier e Friedberg (1980), a lógica das próprias instituições ou estruturas. De resto, por mais autónomas que estas relações possam parecer, na verdade não se modificam sem que haja repercussões sobre o próprio conjunto de que fazem parte.

Nesta perspectiva, insistimos, o poder deixa de ser apenas uma relação interpessoal para se transformar numa relação do próprio indivíduo com a organização. Ora, no processo de negociação do indivíduo com a organização, o poder do jogo depende do controle que pode ser exercido sobre uma fonte de incerteza que afecta a persecução dos objectivos da organização.

Segundo Luhmann (1982) – um autor da escola construtivista cujo pensamento se encontra sistematizado por Gomes (2009: 15-31) no pressuposto, aliás, da sua transposição para as especificidades do contexto angolano – o poder ultrapassa até este nível ao ponto de se colocar no plano da própria organização, pelo que tem de ser visto como uma selecção de alternativas, em rigor uma *selecção baseada em selecção*. “Power exists whenever a decision-maker chooses one specific possibility from among many and when its selection is in turn accepted by other as a premise for their own decision making, even though it obviously is based on a selective decision”, escreve o sociólogo alemão (*apud* Barroso & Cabral, 1997: 1294), o que nos leva a chegar, pois, à noção de poder como *a relação que condiciona de forma mais decisiva as outras relações sociais*.

Explica-se assim a ambivalência da dimensão sistémica e estrutural do poder, designadamente a dupla condição de se apresentar tanto como (i) produto da competição, como também (ii) um factor de limitação dessa mesma competição, o que reenvia a noção para a evidência inicial: há um plano de interacção simples mas igualmente um plano de

---

do saber, incluindo a ciência política e, em contextos africanos, pela antropologia social. Para indagar das possibilidades da sua aplicação nos estudos sobre o poder, sugerimos a consulta de Coelho (2012).



relação dos indivíduos com as organizações ou estruturas que condiciona os resultados previsíveis.

Associada a esta evidência, aparece uma outra: sendo resultado de uma competição (entre indivíduos, grupos de indivíduos, organizações e estruturas), cujo objectivo emergente é a conquista do controle sobre a própria competição em si, em ambiente de previsibilidade condicionada, o poder tende a institucionalizar-se, o que faz avultar o contrapoder e, conseqüentemente, a necessidade da luta contra a entropia, no sentido de se constituir como uma medida de regulação deste jogo de forças.

Neste quadro, e de acordo com Balandier (1969: 44), chega-se a uma outra noção, uma fórmula sintética de natureza complementar para a definição do poder “comme résultant, pour tout société, de la necessite de lutter contre l’entropie qui la menace du désordre, comme elle menace tout système”.

#### **1.4. A aproximação estruturalista**

A enunciação de Georges Balandier, que se apresenta como um contributo da antropologia, adquire particular interesse, não só para lançarmos o debate sobre as implicações da apropriação das noções de poder em contextos “subsarianos”<sup>19</sup> perante as especificidades das mundivisões das sociedades africanas, mas também para convocarmos a aproximação estruturalista como prenúncio de ruptura epistemológica, cuja concretização radica na proposta de Michel Foucault (1979), não propriamente como representante do estruturalismo clássico, ainda que siga a tradição do paradigma configurado por Lévi-Strauss (1952), mas já como voz dissidente que se inscreve no pós-estruturalismo ou, porventura, no pós-modernismo.

Aqui é necessário, porém, fazer um parêntesis, pois falar de pós-modernismo obriga a uma breve reflexão para melhor enquadramento da problemática que lhe está subjacente: (i) apesar da designação ser vaga<sup>20</sup>, porque não apela a uma corrente de pensamento específica

---

<sup>19</sup> É de sublinhar, mais uma vez, que a utilização de expressões como África subsariana ou outras congêneres deve merecer cautelas e muitas reservas pelo seu valor heurístico reduzido e enganador (cf. Dias, 2014: 9).

<sup>20</sup> E aqui, replicando os argumentos aduzidos por Dias (2001: 35-36), ousamos questionar até o valor heurístico do próprio termo de modernidade, que percorre acriticamente numerosos estudos sobre as relações de poder em África, porquanto “comporta em si um forte determinismo, isto é, a ideia de um fim à vista; transformar o antigo

ou dominante mas tão-somente à condição sociocultural e estética inerente a um determinado momento histórico, no limite à contemporaneidade, razão pela qual, aliás, (ii) a listagem de autores que figuram como pós-modernistas é imprecisa e de certo modo aleatória, uma vez que depende das várias interpretações que se dá ao conceito conforme os contextos disciplinares, cremos ser útil introduzir, pelo menos, o paradigma do desconstrutivismo desenvolvido por Jacques Derrida. Não é que este filósofo francês se tenha ocupado especificamente do poder, mas o seu sistema de ideias, lido por alguns autores mais como um método de análise científica do que uma abordagem epistémica<sup>21</sup>, embora o próprio Derrida tenha recusado essa interpretação – “deconstruction is not a method, and cannot be transformed into one” (1983: 3) – tem uma influência considerável sobre as teorias políticas e a filosofia política contemporâneas, na medida em que ao propor um exame à lógica interna de qualquer texto ou discurso leva muitos investigadores a analisar as contradições inerentes a todas as escolas de pensamento, dando nesse sentido um importante contributo para a análise política, no geral, e para a do poder político, em particular (cf. Beardsworth, 1996; Critchley, 2009).

Ora, esta proposta de ruptura epistemológica preconizada por Foucault – a primeira que visa desmobilizar o State power como categoria empírica dominante, e praticamente exclusiva, neste debate, abrindo espaço para interpretações como a de Hettne e Soderbaum (2000: 459), que abandona o “state-centrism in an ontologically fundamental sense” a favor da ideia segundo a qual “social processes must be analysed delinked from national space” – leva-nos para uma outra dimensão, a da análise das inter-relações (ou “estruturas”) culturais como sistemas de significação, que importa observar, ainda que de modo sumário, porquanto também está vinculada ao plano das categorias heurísticas dominantes da problemática do poder e é nela que se pode localizar o aspecto que aqui nos interessa sublinhar, nomeadamente (i) a “cumplicidade” crítica entre Balandier e Foucault e, sobretudo, (ii) o quadro analítico foucaultiano.

---

no novo”, o que põe em causa “não só a adaptabilidade das autoridades tradicionais às variações conjunturais, como também a própria noção de tradicional em ciências sociais”.

<sup>21</sup> Reclamamos aqui, e dito de forma simplificada, a diferença conceptual entre *epistemologia*, enquanto sistema de ideias que questiona as próprias ideias ou modelo que expressa as dúvidas colocadas quanto ao conteúdo das ideias, e *metodologias de análise*, enquanto processo de aplicação desse mesmo sistema, isto é, como processo que permite indagar materialmente das ideias com vista a validá-las ou não como proposições de conhecimento científico.

É que, se é certo que Balandier se distancia do estruturalismo, ao denunciar (i) o problema da historicidade a partir da observação da *imobilidade histórica*<sup>22</sup> de determinadas sociedades africanas em contexto de plena dinâmica colonial, e (ii) o equilíbrio “aparente e enganador” que identifica nas abordagens estruturalistas do poder (*apud* Dosse, 2007 (1): 349-350), há uma íntima relação com a análise foucaultiana, tanto mais que, do ponto de vista da filiação filosófica, Foucault é igualmente uma voz dissonante, não obstante figurar na história do pensamento como um pós-estruturalista, como salientámos.

Não é que haja também explicitamente na obra deste autor o que poderíamos designar por uma “teoria do poder”, com proposições concretas para possíveis definições, mas é possível extrair uma unidade heurística nesse sentido. De resto, o próprio Foucault justifica a razão pela qual entende que a problemática do poder não pressupõe a construção de uma teoria mas apenas um quadro de análise sobre os elementos que compreende bem como a dinâmica que lhes é inerente: “A ideia de que existe, num determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, parece baseada numa análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenómenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é o de construir uma teoria do coordenado; o problema não é o de construir uma teoria do poder” (1979: 248).

Esta observação assenta no pressuposto de que não existe “algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogéneas, em constante transformação. O poder não é um objecto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (Foucault, 1979: 10). O que coincide com a intuição de Castor B. Ruiz (*apud* Souza, 2011: 104), segundo o qual o poder “conota uma dimensão humana sempre criativa e, portanto, indefinível”, intuição particularmente pertinente no quadro das ordens cosmológicas dos contextos africanos.

Ora, numa tentativa de captar esta dispersão e fragmentação estrutural dos elementos que concorrem para as manifestações de poder, Foucault propõe uma análise inversa, partindo do plano macroscópico para o microscópico para no segundo inferir as dinâmicas relacionais com o primeiro, numa lógica de carácter ascendente dentro da referida organização “mais ou

---

<sup>22</sup> Convocamos de novo a problemática do *tempo histórico* e do *tempo estrutural* a que fizemos referência.

menos piramidalizada”. Neste sentido, deslocaliza o espaço de análise, isto é, procede a um reposicionamento espacial ao focalizar a temática do poder a partir das extremidades. Dito de outra forma, o objecto empírico para a análise do poder deixa de estar localizado na figura do Estado, o epicentro tradicional das abordagens clássicas, para passar para a figura que se lhe opõe: a periferia. Significa isto que, dentro da dinâmica das relações de poder, na óptica de Foucault, é possível estabelecer uma matriz circunfluenta com o Estado representado no centro e todas as outras instituições nos pontos periféricos, com o foco direccionado preferencialmente para as extremidades, os lugares nos quais se manifestam as operações de poder ao nível dos indivíduos e das organizações que integram e com as quais se relacionam.

Em termos práticos, como aponta Roberto Machado (*apud* Washington, 2011: 108), Foucault não pretende minimizar o papel do Estado nas relações de poder que se manifestam numa determinada sociedade num dado momento histórico, mas demonstrar que o Estado não é o órgão central e único do poder ou que a rede de poderes das sociedades ditas modernas não é uma mera extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou difusão do seu *modus operandi*. O foco da análise de Foucault encontra-se nos mecanismos e nas técnicas infinitesimais do poder que estão intimamente relacionadas como a produção de determinados saberes, micropoderes que possuem tecnologia e história específicas e que interagem com o nível mais geral do poder constituído pelos aparelhos do Estado. Seguindo ainda a interpretação de Machado, Foucault estuda o poder, não como uma dominação global e centralizada que se difunde e repercute nos outros sectores da vida social de modo homogéneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao seu nível mais elementar. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que – se assim fosse – estaria na origem de todo o tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas, até porque é fora dele que se instituem muitas relações de poder – essenciais para situar a genealogia dos saberes – que traduzem formas mais gerais de dominação. De resto, ainda que seja feita uma distinção entre centro e periferia, e níveis macro e micro, a mesma não releva da intenção de “querer situar o poder em outro lugar que não o Estado”. O sentido da proposta foucaultiana é o de afirmar que os poderes “não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras” (*apud* Washington, 2011: 16).

Nestes termos, o poder não pode ser pensado a partir da ideia de posse, mas da noção de exercício ou funcionamento. A relação estabelecida pelos pólos exercício ou luta, de um lado, e resistência, de outro, é mais apropriada, portanto, para pensar o tema do poder do que a relação propriedade ou posse, de um lado, e destituição, de outro. O perímetro em que a relação de poder, dotado de um carácter relacional, se coloca é o da rede de poder, ou seja, a ideia de multiplicidade de relações – contida na própria noção de rede – que configura, de ponta a ponta, toda a sociedade.

Vejam as palavras do próprio Foucault, que traduzem uma síntese possível da sua proposta para a abordagem da problemática do poder: “Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efectua, que funciona. E tudo funciona como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objecto, uma coisa, uma relação. Esse carácter relacional do poder implica que as próprias lutas contra o seu exercício não podem ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento do poder. Qualquer luta é sempre uma resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: o poder está sempre presente e exerce-se como uma multiplicidade de relações e forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (1979: 16).

Chegamos assim a um quadro analítico que leva à percepção de que o poder não é (i) uma coisa, (ii) nem o controle de um conjunto de instituições, (iii) nem “a racionalidade escondida da história”, o que afasta o pensamento foucaultiano do paradigma funcionalista, como observam Dreyfus e Rabinow (1995: 202-206), uma vez que não há uma ideia de equilíbrio, nem de um sistema, ou seja, um espaço que permita afirmar uma lógica de estabilidade. Ao invés, escrevem os mesmos autores, “há uma orientação produzida por cálculos mesquinhos, confronto de desejos, emaranhado de interesses menores (que) são moldados e direccionados pelas tecnologias políticas de poder”, pelo que Foucault caracteriza as relações de poder como desiguais, móveis e assimétricas, intencionais e não-subjectivas.

Logo, e a título de sistematização, o poder é entendido como *a operação de tecnologias políticas através do corpo social; uma matriz geral de relação de forças num determinado contexto histórico exercido tanto sobre dominantes quanto sobre dominados.*

## 1.5. A construção empírica do State power

Com a noção de poder enquadrada nas suas categorias heurísticas dominantes, embora não exclusivas, porquanto os discursos que a tentam captar relevam de perspectivas tão diversas, quanto antagónicas e contraditórias, como se tem estado a assinalar – o que significa que até agora temos vindo a suprimir aqui deliberadamente a tradicional arquitectura descritiva do conceito em termos tipológicos, privilegiando ao invés a correlação epistémica e funcional – há que conduzir o debate para um outro patamar, a saber, e finalmente, para a aplicação do conceito. Este objectivo implica algumas considerações relativamente extensas, a começar pela revisão da construção empírica da noção de poder – sob dependência do State power – o que obriga a introduzir, conseqüentemente, a discussão sobre dois outros conceitos indissociáveis do primeiro, o de Estado e de soberania, tanto mais que todos eles convergem no plano teórico para o campo político, como pivô estruturante de todos os fenómenos de poder que se manifestam nas várias dimensões da actividade humana, tanto a montante como a jusante, isto é, enquanto factor primordial para a determinação da reprodução da ordem social, na interpretação que lhe é dada por Bourdieu (1973: 56-68; 2002) complementada por Doob (2013).

Ora, tudo isto leva-nos para a esfera dos paradigmas da escola idealista e da escola realista<sup>23</sup>, em rigor para a dinâmica operacional do confronto entre o realismo político e o idealismo liberal, sobre o qual continua a não haver consenso<sup>24</sup>. De resto, mesmo no plano das matrizes teóricas que alimentam esta discussão também não há consenso. Basta lembrar que, para alguns autores, sobretudo os politólogos (e.g. Moreira, 1993: 29-61; Maltez, 1993), o realismo político é absorvido pela matriz institucionalista e remetido para a teoria das relações internacionais enquanto aplicação interdisciplinar da economia política institucionalista, a

---

<sup>23</sup> É na escola realista que se encontram as principais fontes do *soft power*, ainda que, paradoxalmente, este conceito introduzido por Nye (1990), e que tanto se popularizou desde então, se inscreva no pensamento liberal, em rigor, no neoliberalismo, que se consolidou com a transnacionalização e a afirmação da autonomia dos NSAs, reenviando a problemática do poder para o campo teórico do idealismo, particularmente criticado pelos realistas após a II Grande Guerra. Várias razões concorrem para esta inflexão teórica, reclamada pelo idealismo neoliberal como a mais apropriada para captar as novas categorias empíricas do *modus operandi* do sistema internacional, mas para melhor compreensão do problema afigura-se necessário rever as matrizes teóricas em que a mesma se fundamenta. É que, sem compreender a dinâmica operacional do confronto entre o realismo político e o idealismo liberal, não é possível captar as razões pelas quais vários autores defendem as limitações da aplicação do *soft power*, um conceito altamente discutível mas fundamental para a percepção das dinâmicas de poder (como o designado *smart power* ou *nation branding*), que se afastam, ou aspiram a afastar-se – porquanto não conseguem desfazer-se do seu carácter híbrido, isto é, da sua essência intrínseca enquanto manifestações de State power – do tradicional *hard power*.

<sup>24</sup> Para um panorama geral desta problemática, e das grandes correntes de pensamento a montante, sugerimos a consulta da obra de Touchard (1991).

partir de uma revisão crítica do modelo weberiano, de que resultam algumas dificuldades para a enunciação do problema, pois parte-se da assunção de que a análise do poder e a possibilidade da sua tipificação radicam em três matrizes – a marxista, a liberal e a institucionalista – quando nos parece que o debate implica uma negociação teórica mais ampla, porquanto abarca uma complexa pluralidade de paradigmas, que foi posta em evidência, aliás, pelos próprios realistas, e que apela para eixos adicionais, incluindo os contributos da escola construtivista.

Trata-se, com efeito, de uma problemática de formulação interdisciplinar que a abordagem institucionalista, enquanto matriz de investigação da ciência política, não sugere ser capaz de captar, até porque não é clara quanto ao objecto de que se ocupa, o que, de resto, se reflecte na difícil operacionalização do próprio conceito que define a ciência política (não obstante a mesma reclamar o poder como denominador comum que justifica a sua autonomia disciplinar)<sup>25</sup>.

Neste particular, sublinhamos a título complementar que a ciência política, sendo o estudo da política *lato sensu*, (i) posiciona-se de imediato em vários campos, desde a ciência do poder, à do poder político e à dos sistemas políticos, o que tanto amplia como restringe o seu objecto, a que acresce (ii) o problema do envolvimento dos politólogos no próprio processo político, porquanto determinam e são condicionados simultaneamente pela acção política que convocam como objecto de investigação. Estamos, pois, perante uma questão que deve ser avaliada com prudência: a afirmação do institucionalismo como matriz teórica para a análise do poder, tal como é reclamada pela ciência política e que altera os pressupostos da dinâmica tradicional de confronto entre a escola idealista e a realista (que domina a grande maioria dos estudos que segue a trajectória do debate sobre o poder) bem como a inscrição desta matriz no campo político, isto é, como fonte teórica estruturante do objecto da ciência política.

O idealismo, enquanto corrente filosófica – que se opõe ao materialismo (apesar de, paradoxalmente, ter conduzido à apropriação historicista marxista por via da *dissidência de esquerda* do hegelianismo) – remonta ao pensamento cartesiano e abriu caminho para os ideais políticos do liberalismo, em que avultam doutrinas importantes como o iluminismo de

---

<sup>25</sup> Sobre a problemática da inscrição do institucionalismo no campo político, convocamos a leitura crítica de Ribeiro (2012) complementada pela sistematização conceptual proposta por Conceição (2002).

Montesquieu (cf. Touchard, 1991 (2): 175-184) e o racionalismo de Kant (cf. Touchard, 1991 (3): 50-55). Não cabe aqui discutir em pormenor os recortes ideológicos desta longa filiação histórica, mas importa tê-la em mente para inferir da sua aplicação na análise da problemática do poder e convocar o idealismo wilsoniano e a escola idealista, fundada no pós-Guerra na década de 1920, bem como as críticas dos realistas – que surgem com Carr (1964), no início da II Grande Guerra, e especialmente com Morgenthau (2005), que formata o tom da teoria das relações internacionais durante a Guerra Fria no quadro de um sistema internacional bipolar – e, por fim, a reformulação do próprio idealismo que deu origem ao idealismo neoliberal<sup>26</sup>.

A propósito da *dissidência de esquerda* do hegelianismo acima referida, fazemos um breve parêntesis para anotar que a expressão requer cautelas porque, mesmo aceitando que o início do processo para a “construção” do marxismo deriva de uma das duas ramificações clássicas do hegelianismo – a mais “liberal” e crítica, e bastante combativa, tipificada politicamente como alinhada à esquerda, até por incorporar postulados das escolas românticas tradicionais, por oposição à corrente “ortodoxa” e francamente conservadora (tanto no campo político como religioso) – as fontes do materialismo histórico radicam noutros contributos (de que é exemplo a filosofia política lockeana), além de que o pensamento marxista, e é um dado a reter, estrutura-se principalmente através da inversão do pensamento hegeliano. De resto, a própria classificação de “esquerda” é escorregadia pois só apresenta uma validade heurística a título descritivo em termos de orientação ideológica *formal* (cf. Touchard, 1991 (3): 170-187).

No campo político, sobretudo na área da política externa e das relações internacionais – o que nos remete para a dimensão do State power, ou seja, (i) para o Estado como denominador comum dos estudos sobre o poder, no geral, e (ii) para a actividade diplomática e bélica como categorias empíricas de análise, em particular – o idealismo liberal é impulsionado enquanto primado teórico pelo célebre discurso do presidente norte-americano Woodrow Wilson (1918: 680-681), escrito dez meses antes do final da I Grande Guerra, no

---

<sup>26</sup> Para maior rigor terminológico, julgamos ser útil anotar que o termo neoliberalismo foi cunhado em 1938 pelo sociólogo e economista alemão Alexander Rüstow (o mentor do modelo sociopolítico e económico conhecido como “economia social de mercado”) para designar uma corrente de pensamento revisionista dos princípios do liberalismo, e esteve em voga na primeira metade do século XX. Contudo, apesar de voltar a aparecer a partir da década de 1960, desta vez para caracterizar a doutrina económica de liberalização total do mercado – no momento em que a escola idealista neoliberal começa a afirmar-se – a sua acepção distancia-se dos paradigmas neoliberais com a expressão a ser rejeitada pelos economistas e pensadores liberais, que preferiram manter o substantivo sem o prefixo, não obstante preconizarem uma evolução doutrinária no sentido do próprio neoliberalismo *stricto sensu*.



qual apresenta uma proposta para uma nova ordem mundial e a garantia da manutenção de paz. Na prática, uma proposta de paz enunciada em 14 pontos, assente num pressuposto de diagnóstico e interpretação das causas da guerra e de prescrição de medidas para evitar uma réplica da mesma. Este discurso, que se apresenta como uma primeira formulação de uma teoria liberal das relações internacionais fundada nos postulados idealistas, sobretudo no racionalismo kantiano – a tendência racional de que os Estados aproximam-se por interesse ao perceberem que a paz é mutuamente vantajosa e a guerra irracional (cf. Maciel, 2009: 215-229) – não só questiona a dinâmica belicista hobbesiana inerente à formação do Estado moderno como põe em evidência o princípio de interdependência entre os Estados e a necessidade de uma ordem mundial assente na cooperação internacional, o que implica uma regulação normativa de natureza supranacional. Ao mesmo tempo, apela ao respeito por princípios como soberania territorial e autodeterminação, oferecendo uma retórica de legitimação da afirmação dos nacionalismos anticolonialistas, como observa Manela (2007).

Esta ideia pacifista de cooperação internacional e regulação supranacional, que pauta o paradigma do idealismo liberal durante grande parte do século XX e releva, insistimos, da esfera empírica do State power, isto é, mantendo o Estado no epicentro da análise do poder, merece algumas anotações. Woodrow Wilson entende que a guerra pode ser evitada se houver a subscrição do princípio de que a paz é mais vantajosa, na tradição do pensamento kantiano – o que implica que a fonte do pacifismo não é filantrópica ou altruísta mas egoísta, porque radica nos interesses e nas necessidades do Estado, ou seja, na sua própria *raison d'être* – pelo que preconiza o respeito pela integridade territorial dos Estados, leia-se soberania, e a total independência dos mesmos, e aqui reside o apelo à autodeterminação e à legitimação dos nacionalismos anticolonialistas (que sublinhámos acima). Este respeito traduz a possibilidade e a garantia, se pela maioria for acordado, de uma convivência pacífica entre os Estados e de uma cooperação entre os mesmos, entendida como ferramenta para a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural.

A visão idealista, que perpassa por todo o discurso de Wilson, leva-nos a atentar particularmente nos termos do 14º ponto da proposta apresentada ao Congresso dos Estados Unidos, pelos efeitos que daí decorrem – “a general association of nations must be formed under specific covenants for the purpose of affording mutual guarantees of political independence and territorial integrity to great and small states alike” – pois é justamente aqui

que reside o princípio inspirador para a criação da Liga das Nações, a qual, apesar de ter fracassado, figura como o modelo precursor da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ora, uma das anotações que a ideia de cooperação internacional e regulação supranacional inerente ao paradigma do idealismo liberal merece, possivelmente a mais revelante porque indaga das contradições intrínsecas das fontes do discurso da escola realista, refere-se ao modo como é acolhida por estes autores. Se é certo que o tom dominante é crítico, porque os realistas não encontram nada que leve a inferir que os Estados cumpram regras comuns supranacionais resultantes de um normativismo positivo formal, considerando que há uma *supremacia material* de interesses nacionais que, com frequência, divergem ou opõem-se entre si (e.g. Carr, 1964; Aron, 1991, 2002; Morgenthau, 2005), também não deixa de ser verdade que mesmo numa perspectiva hobbesiana, logo de natureza realista, como observa Amorim (1994), a cooperação internacional consubstanciada numa ordem mundial com regulação supranacional pode ser entendida como a governação de um *Leviatã*, centralista e autoritária, a única que consegue conter o *estado natural* de uma “guerra de todos contra todos”. Assente no pressuposto de *alteridade* e sob o exercício do respeito pela existência de outros Estados e, inclusivamente, pelos seus respectivos interesses, porventura diferenciados, esta cooperação, ainda que possa apresentar-se como *contratualista* mantém-se igualmente sob a esfera de uma governação hobbesiana, expressa pelo desejo de um equilíbrio no sistema internacional, ou seja, pela ideia de *paz perpétua* ou de um mundo sem guerras (insistimos aqui de forma deliberada no paradoxo de fazer coincidir teses historicamente em conflito).

Em última instância, e seguindo ainda as premissas do desafio lançado por Amorim, encontra-se assim uma ferramenta para acautelar alianças *horizontais* com vista à formação de blocos (sendo certo que, tal como foi possível observar durante a Guerra Fria no quadro de um sistema bipolar, este pressuposto distancia-se desta dimensão de análise, pois envolve outras dinâmicas).

E aqui obrigamo-nos a fazer um novo parêntesis. Ainda que determinadas categorias de análise do poder sob a óptica do State power, designadamente a actividade diplomática e a acção bélica dos Estados, possam captar ou, em rigor, aproximar-se de fenómenos como a chamada *impotência de blocos* (ou o *equilíbrio do terror*) numa lógica de conflito Leste-

Oeste<sup>27</sup> – para citar um exemplo que, aliás, demonstra as limitações do ideal pacifista que impulsionou a primeira formulação da teoria liberal das relações internacionais – há que considerar outros planos que obrigam a uma reestruturação empírica dos estudos sobre esta temática, como por exemplo a dinâmica da massa ideológica, que fragmentou o tabuleiro do poder ao remeter a lógica do conflito para outras direcções, na qual podemos inscrever o confronto norte-sul. De resto, esta dinâmica sugere novas problemáticas: (i) a alteração de conteúdo na noção de soberania, que na versão nacionalista adoptada pelos movimentos anticolonialistas na sua luta pela autodeterminação não coincide com aquele que no Ocidente fundou o princípio das nacionalidades, e (ii) a tendência de desconfiguração das ideologias aquando da sua aplicação doutrinária, isto é, o processo de deformação das ideias políticas entre o momento em que são formuladas e o momento em que se transformam num princípio actuante na vida social.

Clarifiquemos. As ideias, tal como são formuladas pelos seus autores, não são as mesmas ideias que finalmente assumem um peso social. Quer isto dizer que os padrões da vida política real não se confundem necessariamente com os padrões que estão na sua génese e que se encontram a montante, isto é, nos elementos estruturantes das ideias políticas e doutrinárias que os geraram. Por outras palavras, os padrões obtidos que se efectivam na acção social são o somatório de contribuições recolhidas a partir de muitas outras fontes. Moreira (1993: 260-261) aponta um exemplo clássico: podemos aceitar o marxismo como uma doutrina formulada por Karl Marx (1818-1883) mas a sua aplicação na vida política real conduziu a doutrinas que não coincidem com a original, como o soviétismo. Esta abordagem não só tem implicações empíricas sobre toda a estrutura de análise do poder, mesmo sob a perspectiva restrita do State power, como assume uma relevância particular ao nível da (i) *apropriação* por parte das elites africanas das noções dominantes de poder político nos termos em que o debate é conduzido pelo Ocidente, bem como da sua respectiva (ii) *aplicação* nos contextos africanos.

A questão pode ser estendida, aliás, a várias outras esferas envolvidas por dinâmicas de natureza distinta, em que avultam, por exemplo, as clivagens com o mundo árabe (que

---

<sup>27</sup> As expressões (que caracterizam a possibilidade empírica de captura de uma das dimensões do poder, designadamente a ideia de que também se manifesta pela sua própria impotência em contextos específicos) entraram no léxico das relações internacionais durante a Guerra Fria perante a evidência de uma *mutual assured destruction* (MAD), princípio doutrinário de estratégia militar que dominou o paradigma da política de segurança nacional de Washington e Moscovo, em particular, e das relações internacionais, no geral, sobretudo no período turbulento da *corrida nuclear* (cf. Defarges, 1997: 73-75).

apelam, logo numa primeira leitura, à dimensão religiosa na qual se fundam o “nacionalismo muçulmano” e o pan-islamismo, o que pressupõe escalas de valores e normas de regulação social e cultural, como instrumentos de afirmação identitária e de agregação de fidelidades, inelutavelmente diferentes das do mundo ocidental) ou o reposicionamento ideológico *material* da China, expresso pela inflexão da sua política económica – localizada numa evolução paradoxal entre o comunismo maoísta e o chamado *comunismo capitalista*, como variante do capitalismo imperialista.

A tese é defendida por alguns autores como o economista Kenneth Austin, embora o próprio investigador considere haver constrangimentos estruturais que impedem que a designada economia capitalista chinesa possa afirmar-se de forma autónoma: “China’s economy is a synthesis of capitalism (with its supposedly unjust distribution of income) and its antithesis, communism (with its supposedly more equitable income distribution). Yet China’s income distribution is too uneven for it to function independently as a successful capitalist economy” (2011: 90).

Dois exemplos que atestam a complexidade de correlações, tanto convergentes como divergentes, tanto de sobreposição como de interpenetração, que coexistem na área de estudos sobre o poder.

Feitas estas considerações, e recuperando ainda as implicações do discurso de Woodrow Wilson, dir-se-ia em síntese que o apelo à cooperação internacional e à regulação supranacional como instrumentos com capacidade de evitar a guerra e expressar o desejo de uma convivência pacífica, que povoa o paradigma do idealismo liberal, pressupõe necessariamente a existência de uma unidade governativa supranacional, que coincide com o modelo hobbesiano de governação, ou seja, com uma das fontes teóricas precursoras do realismo político. Ainda que Hobbes afirme explicitamente que, no campo das relações internacionais, não há um *Leviatã*, isto é, uma autoridade acima dos Estados, como aliás concretiza Aron (2002), ao defender que, não obstante a panóplia de convenções e tratados internacionais, (i) não há um efectivo dispositivo normativo que regule as relações internacionais com carácter vinculativo e impositivo<sup>28</sup>, porquanto o mesmo decorre do

---

<sup>28</sup> Para ajudar a captar o alcance das objecções de Raymond Aron, recuperamos a tese de Weber, citada na secção 1.3., segundo a qual o carácter impositivo do poder refere-se à probabilidade que um actor envolvido numa determinada relação social tem em obter aquilo a que aspira, não obstante eventuais resistências que

princípio da arbitragem expressa em pareceres e recomendações, prevalecendo (ii) o livre recurso à força, uma problemática que pode ser exemplificada pela permanente indefinição política quanto à *agressão* – o desrespeito recorrente pelas resoluções do Conselho de Segurança da ONU atestam o espectro de vacuidade que paira sobre a organização – embora Morgenthau (2005), um dos principais teóricos da escola realista, insista no imperativo de uma ordem internacional assente no equilíbrio entre os Estados, perante a inevitabilidade da competição pelo poder (e aqui reaproxima-se de Hobbes) que caracteriza a acção dos mesmos.

Significa tudo isto que as clivagens entre a escola liberal e a realista, não impedindo a progressão de um debate importante sobre a problemática do poder – até porque é dele que surgem reformulações significativas, nomeadamente a reavaliação feita pelos teóricos do idealismo neoliberal, a aplicação dos contributos da escola construtivista e a evolução dos modelos de análise da mensurabilidade do poder desenvolvidos pelo realistas e neo-realistas – acabam por manifestar uma dependência empírica do State power enquanto objecto, de que resulta uma estruturação de categorias e dimensões de análise restrita a uma enunciação que não capta a complexidade do sistema global, como temos vindo a assinalar.

À margem, observam-se ainda mais dois aspectos implícitos no discurso de Woodrow Wilson que, apesar de estarem vinculados ao idealismo liberal, também são apropriados pelo realismo político, facto que nos leva a sublinhar a referida dependência empírica do State power que domina estas duas escolas de pensamento: (i) a obrigação dos Estados mais poderosos em assumir funções directórias no sistema internacional, for “every peace-loving nation” numa luta comum “against force and selfish aggression”, a que Washington se candidata – e que constitui a primeira declaração formal de um Estado neste sentido, não obstante a leste, em Moscovo, com a revolução bolchevique, se desenhar ao mesmo tempo um padrão semelhante embora com um fundamento ideológico diferente – e (ii) a emergência da afirmação numa nova ordem internacional do modelo democrático, ainda que embrionário nos termos em que é subscrito por Wilson, como medida de *prevenção do conflito*, conforme se pode inferir de um excerto do preâmbulo do seu discurso: “We entered this war because violations of right had occurred which touched us to the quick and made the life of our own people impossible unless they were corrected and the world secure once for all against their

---

enfrente, isto é, o poder traduz sempre a probabilidade, seja qual for o fundamento da mesma, de impor a vontade própria dentro de uma relação social, ainda que haja resistência.

recurrence. What we demand in this war, therefore, is nothing peculiar to ourselves. It is that the world be made fit and safe to live in; and particularly that it be made safe for every peace-loving nation which, like our own, wishes to live its own life, determine its own institutions, be assured of justice and fair dealing by the other peoples of the world as against force and selfish aggression. All the peoples of the world are in effect partners in this interest, and for our own part we see very clearly that unless justice be done to others it will not be done to us. The program of the world's peace, therefore, is our program; and that program, the only possible program, as we see it, is this:” (a que se seguem os 14 pontos da proposta de paz).

## **1.6. O paradigma da hegemonia**

Revistos os principais contributos teóricos que estão associados à construção empírica do State power como possibilidade de definição do poder, isto é, como categoria de análise que pauta uma longa tradição de pensamento para a captura do fenómeno do poder expressa em proposições heurísticas – incluindo aliás a proposta de uma interpretação mais ampla como prenúncio de ruptura epistémica, a designada aproximação estruturalista – observemos agora mais de perto a sua aplicação. Para isso, convocamos para já, como ponto de partida, um eixo complementar: a leitura crítica do materialismo marxista feita pelo filósofo político italiano Antonio Gramsci (1891-1937) consubstanciada na teoria da hegemonia, que retoma e aprofunda algumas linhas do pensamento de Lenine (1870-1924).

Voltamos a sublinhar que a aplicação da construção empírica do State power requer igualmente que recuperemos com maior sistematização o essencial do debate entre a escola liberal e a escola realista, o que nos leva para a discussão do conceito de Estado no contexto da crescente complexidade de relações no sistema internacional. Trata-se, com efeito, de um quadro teórico adicional que apresenta vários desafios de enunciação sobretudo para inferir da noção de soberania na África subsariana e a conseqüente “construção” do Estado no continente africano.

Em linhas gerais, Gramsci parte da análise da sociedade sob a óptica da organização política estrutural do capitalismo, repensando o modelo de produção ocidental, para relançar a dialéctica da “metáfora” marxista, isto é, seguindo a ideia do “edifício” da reprodução das relações de produção – expressas em termos de infraestrutura, estrutura e superestrutura – e

aplicar a teoria do “bloco hegemónico”. Para o autor, a hegemonia de uma classe social traduz a sua capacidade em estabelecer relações de subordinação com as outras classes, através da persuasão e da educação *lato sensu*. Por outras palavras, as classes dominantes mantêm o poder não pelo uso da força e da violência, mas através do consenso obtido junto da sociedade civil, ou seja, através da capacidade em persuadir a sociedade civil para aprovar o seu sistema de ideias e de políticas. A produção do consenso aparece assim, na perspectiva de Gramsci, associada ao sistema de educação – que inclui as instituições de ensino, as religiosas e outras organizações como os próprios sindicatos – mas também, e especialmente, ao dos *mass media*, que desempenha um papel fundamental para a expansão da hegemonia pelo facto dos media darem visibilidade aos acontecimentos, interpretações e ideias que garantem a sustentação ideológica da classe dominante<sup>29</sup>.

Significa isto que o poder é colocado empiricamente em termos de relações entre classes dominantes e classes dominadas, tendo como denominador comum o princípio de “hegemonia” cultural, isto é, o controle das massas pela via da “educação” exercida pelas elites, inevitavelmente burguesas. Ora, se aplicarmos a terminologia da escola idealista neoliberal, cujos fundamentos empíricos coincidem com esta linha de orientação, estamos pois perante uma estratégia de “shaping minds” ou de “power making by mind framing” (cf. Castells, 2007: 238-266), uma política de soft power que remete a eficácia do poder para a esfera da persuasão pela via da expansão de um determinado padrão cultural e ideológico, em prejuízo do hard power, isto é, da esfera da imposição através do aparelho repressivo do Estado. Um princípio que encontra eco nas palavras de Foucault (1979: 47): “Se a função do poder fosse só reprimir, através da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego; se apenas se se exercesse de um modo negativo, seria muito frágil (...) A força do poder reside na sua capacidade em produzir efeitos positivos ao nível do desejo – como se começa a conhecer – e também ao nível do saber.”

De resto, e a título de parêntesis, Foucault também se ocupa da análise do consenso, inferindo os mesmos efeitos, embora formule o problema de outro modo na tradição da terminologia estruturalista: “Não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder em exercício sobre o corpo dos indivíduos” (1979: 146).

---

<sup>29</sup> Neste particular, é de seguir o contributo de Barreiros (2012) que problematiza de modo bastante aprofundado as relações entre democracia, comunicação e media.

É certo que Gramsci admite que o poder também depende do controlo exercido pelo aparelho legal do Estado, e aqui faz uma concessão igualmente empírica à problemática da *imagem* do poder, mas concentra-se sobretudo na inibição da potencialidade revolucionária do proletariado e de todas as classes dominadas pelo efeito da “hegemonia” cultural das classes dominantes expressa, voltamos a sublinhar, pelo controlo do sistema de educação, das instituições religiosas e dos meios de comunicação pública, o espaço privilegiado para a afirmação do contrapoder. Em síntese, a sociedade é “educada” no sentido de (i) se identificar com um “destino nacional”, de certo modo sacralizado, porquanto une o proletariado e as classes dominadas contra inimigos comuns, os externos, e de (ii) aceitar como natural uma relação de forças ou um pacto de convivência, na qual aparece como um todo orgânico desprovido de antagonismos sociais objectivos. Resulta daqui a evidência de que, na perspectiva gramsciana, o poder hegemónico combina e articula a coerção (hard power) com o consenso ou consentimento (soft power).

Mantemo-nos, pois, na esfera empírica do State power, mas Gramsci introduz novas categorias ao ampliar a noção de Estado herdada por Hegel, Marx e Lenine, “descobrimo” na superestrutura dois segmentos distintos que se correlacionam e competem entre si: (i) a sociedade política – entendida como a arena das instituições políticas e do controlo legal constitucional – e (ii) a sociedade civil – isto é, a esfera “privada” ou “não-estatal” do próprio Estado que inclui a economia, noção que se mantém na superestrutura porquanto, como defende Coutinho (1999: 76) na leitura que faz da teoria da hegemonia, não é o poder económico que se manifesta na infraestrutura mas as condições das relações de produção impostas pela superestrutura. A sociedade política, insistimos, é do âmbito da força (hard power); a sociedade civil pressupõe o consentimento (área de actuação do soft power).

Vejamos como o autor italiano, revendo os pressupostos da doutrina marxista clássica, enuncia a emergência dos aparelhos privados da hegemonia: “What we can do, for the moment, is to fix two major superstructural ‘levels’: the one that can be called ‘civil society’, that is the ensemble of organisms commonly called ‘private’, and that of ‘political society’ or ‘the State’. These two levels correspond on the one hand to the function of ‘hegemony’ which the dominant group exercises throughout society and on the other hand to that of ‘direct domination’ or command exercised through the State and ‘juridical’ government.” (Gramsci, 1999: 145).



Esta versão ampliada da noção de Estado – que é retomada e desenvolvida por Althusser (1971)<sup>30</sup> e corroborada por Foucault (1979: 148-149), ao anotar que “o poder não está localizado no aparelho de Estado” pelo que “nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados” – tem algumas implicações quanto às especificidades da *ideologia* e da organização dos recursos da *acção política* com evidentes repercussões nas formulações que capturam e expressam o conceito de poder.

Enquanto (i) a *sociedade política* expressa o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante exerce o monopólio legal da repressão e da violência, que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controlo das burocracias executivas, policiais e militares, é (ii) a *sociedade civil* – ou seja, o conjunto de organismos sociais colectivos voluntários e relativamente autónomos em face da sociedade política – que procede à *organização material* da cultura e da ideologia, assumindo nesse sentido a função educativa e persuasiva das classes dominadas.

Como observa Coutinho (1999), é a sociedade civil que materialmente produz o consentimento, razão pela qual, ao ser a portadora material da própria figura social da hegemonia, inscreve-se na esfera de mediação entre a infraestrutura e o Estado em sentido restrito. Logo, a hegemonia traduz a capacidade de unir e de conservar unido através da ideologia um bloco social, não se restringindo à esfera política, mas compreendendo também um facto cultural, um facto moral, em suma, uma determinada concepção do mundo. Nesta perspectiva, Gramsci salienta, aliás, que todas as relações de hegemonia não “se verificam apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (*apud* Coutinho, 1999).

Ora, com o problema equacionado nestes termos, torna-se possível inferir que é na “sociedade civil” que se trava a luta pela hegemonia; que se negociam as ideologias e as orientações económicas; que se determinam as condições segundo as quais as relações de produção se manifestam; ou seja, é na “sociedade civil”, enquanto componente da

---

<sup>30</sup> Numa interpretação crítica com vista a superar o carácter descritivo da “metáfora” marxista, o filósofo francês faz uma distinção entre o aparelho repressivo e o aparelho ideológico do Estado, desenvolvendo o eixo proposto por Gramsci, não obstante as manifestas clivagens entre a categoria gramsciana de uma filosofia da práxis e a versão estruturalista althusseriana do materialismo histórico.

*organização material* da superestrutura, que se afirma a mediação entre a infraestrutura e o Estado *stricto sensu*.

Neste contexto, a teoria da hegemonia, ao ampliar a noção clássica de Estado com a deslocação da sociedade civil, isto é, de um segmento privado, para a esfera da superestrutura, atribuindo-lhe a capacidade da *produção do consentimento* – entendida como a variável “não estatal” que efectiva as relações de subordinação de forma activa superando o carácter passivo da sociedade política – pode conduzir a uma leitura de intimidade com a dinâmica da própria democracia, na interpretação que lhe dá Semeraro (1999: 85): “A concepção de hegemonia, de facto, supõe diferenças, multiplicidade, conflitos e interdependências entre partes sociais. De modo que o grupo que se propõe a ser hegemónico deve demonstrar as suas capacidades de ‘persuasão’ e de ‘d direcção’, muito mais do que força e dominação. A hegemonia, afinal, tem uma íntima ligação com a democracia entendida como forma de busca pública da verdade, como consenso obtido através de uma escola permanente de liberdade e autonomia (...) A hegemonia, então, não é a incorporação passiva das massas do Estado, sancionada só pelo sistema parlamentar, mas é acima de tudo a permanente movimentação de iniciativas que elevam a capacidade subjectiva e a participação dos indivíduos.”

Não obstante o entusiasmo com que o paradigma gramsciano é acolhido por vários autores, sobretudo pela primeira geração de teóricos da escola de Frankfurt – porquanto (i) indaga da organização dos recursos da *acção política* aproximando-se nesse sentido do ideal democrático ou, em rigor, da possibilidade de reestruturação das fontes do consenso; ou, noutra dimensão, (ii) estabelece as bases para uma sociologia crítica da cultura (e.g. Harris, 1992) ou (iii) clarifica o sentido “obscuro” da função hegemónica da “ideologia” na superestrutura, nos termos em que se apresenta na doutrina marxista, ao deslocar a sociedade civil para esse plano, ou seja, requalificando “o universo de representações mistificadas que mediava a lógica de funcionamento da reprodução da ordem social” (Lavalle, 2001) – é de sublinhar, porém, que o rol de críticas é também extenso e bastante complexo pelo conjunto de divergências que apresenta em vários planos.

Esta evidência incontornável, que se encontra, aliás, sistematizada por Chomsky e S. Herman (1988), leva-nos a recuperar precisamente o pensamento destes dois autores para tentar reposicionar o interesse dos contributos de Gramsci no contexto deste estudo, até porque o paradigma fragmenta-se em várias dimensões, como se pode inferir, por exemplo,

através das notas lapidares de Althusser, cujo modelo geral de funcionamento das sociedades humanas inviabiliza por completo a perspectiva de transformação social a partir da práxis gramsciana (cf. Duarte, 2008). De resto, neste particular, é interessante observar as divergências entre Gramsci e Althusser – pensadores de cunho marxista, é de anotar – na leitura que fazem de Maquiavel (cf. Martuscelli, 2008), um dos percursores da *realpolitik*, entendida como a dimensão pragmática e amoral do realismo político (e.g. Kissinger, 1994; Trocini, 2009), razão pela qual, aliás, a evocamos aqui.

Ora, tal como caracterizam Chomsky e S. Herman (1988), o essencial das críticas aponta para o facto de Gramsci formular um problema em termos contraditórios, pois avalia mas não infere das condições em que é essa desconstrução pode ser útil, isto é, efectivada como princípio actuante na vida política real. Com efeito, segundo estes autores, Gramsci confina-se ao mesmo plano descritivo e redutor que critica em Marx; reivindica a identificação de novas dinâmicas, que permaneciam obscuras no pensamento marxista e que passam a ser entendidas como novas categorias empíricas de análise, mas não as operacionaliza.

É que, ao explicar o processo através do qual o proletariado ou as classes dominadas podem ascender ao estatuto de classes dirigentes com a capacidade de exercer o poder político, ou seja, converterem-se numa classe hegemónica sem que a mesma se “aburguese” (isto é, evitando que haja tão-somente uma mudança de protagonistas), Gramsci sublinha a necessidade dos novos dirigentes em se afirmarem como uma classe nacional capaz de envolver toda a sociedade no mesmo projecto histórico, de assumir como suas as reivindicações das classes aliadas, o que implica uma total libertação dos resíduos do corporativismo reformista ou sindicalista (a matriz que impulsiona a acção do proletariado ou das classes dominadas). Contudo, Gramsci não indaga – no quadro deste novo paradigma – dos mecanismos e das condições necessárias para o funcionamento dos mesmos com vista à produção do consentimento, a problemática que, afinal, se apresenta como o fundamento basilar de toda a teoria da hegemonia, nos termos em que é formulada pelo filósofo italiano.

Ainda assim, mesmo sob estas reservas, importa reconhecer que o paradigma gramsciano apresenta-se como uma das fontes inspiradores mais relevantes do soft power à margem da arquitectura tradicional do debate assente nas clivagens entre a escola liberal e a realista (apesar de, em última instância, a corrente neo-gramsciana poder ser inscrita no

âmbito do neoliberalismo quando se pronuncia, em particular, sobre as noções de Estado)<sup>31</sup>. O contributo de Gramsci foi, de resto, recuperado nos finais da década de 2000 pela escola “cultural” chinesa no quadro da apologia da cultura como a componente dominante e praticamente exclusiva da superestrutura e da reivindicação da eficácia do soft power pela via da chamada “sci-tech culture” (cf. Yang, 2011).

Neste contexto, citamos duas sínteses do pensamento gramsciano que nos parecem pertinentes pela apropriação relativamente simplificada que os apologistas do soft power fazem – neoliberalistas portanto, na tradição do idealismo liberal – após duas décadas de longa discussão e divergências sobre a aplicação do conceito de Nye, de um autor que é apelidado como o “marxista das superestruturas” (Przeworski, 1989: 163), ou seja, que se localiza num eixo de transição tanto convergente como divergente com duas heranças de pensamento, a idealista e a realista, que se interpenetram e correlacionam, não obstante as clivagens aduzidas sobretudo a partir de Morgenthau (2005); na prática, duas sínteses das quais se pode inferir mais uma vez as contradições e a complexidade inerentes aos estudos sobre o poder.

Segundo Jing (2004: 5), “Gramsci realizes that the most effective tool to control the whole country is not the force to control the political and economy or the army, but the ideology and the culture (...) He fully realizes the importance of controlling the ideology and emphasizes the function of the culture, therefore he thinks that the leaders should shape the ideas of the average towards the world and then the common people can obey the current politics and the social orders.” Para Li (et al., 2012: 49), “Gramsci’s idea of the Culture Hegemony emphasizes the ideology and the culture, is one of the cornerstones during the development of the soft power. Then it attracts more and more attention of the importance of the culture in the soft power.”

É de sublinhar, porém, e desde já, que além da inspiração gramsciana que manifesta, esta tese da escola “cultural” chinesa radica igualmente nos estudos culturais desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970 por Raymond Williams e Stuart Hall, da escola de Birmingham

---

<sup>31</sup> Neste plano, e pelas várias razões que temos vindo a evocar, insistimos nas cautelas de observação que a problemática exige, uma vez que traz para o debate uma tríade conceptual complexa e escorregadia: o Estado, a ideologia e a cultura. São três conceitos que, por um lado, têm sentidos distintos na tradição do pensamento gramsciano e, por outro, podem ser analisados sob várias perspectivas, regra geral divergentes, mesmo se permanecerem circunscritas à esfera empírica do State power.

(cf. Williams, 1960; Peck, 2001: 200-249; Hall, et. al., 2005), autores que se opuseram ao paradigma funcionalista norte-americano ao mesmo tempo que procederam a uma revisão das posições preconizadas pela escola de Frankfurt. É um contributo importante para o debate sobre o papel da comunicação pública e dos media no processo de reprodução da ordem social, porquanto os faz participar na noção de cultura, entendida por estes autores como um conjunto interligado de todas as práticas sociais que moldam o curso da História. A temática envolve inevitavelmente a escola de Chicago.

### **1.7. Do idealismo liberal ao realismo político**

Para concretizar a aplicação da noção de poder sob a perspectiva empírica do State power, e sem perder de vista o paradigma gramsciano – que traduz uma nova linha de orientação para os estudos nesta área, ainda que permaneça também circunscrita a esta categoria, tratando-se na prática de um eixo de análise que de certo modo progride em paralelo com o debate entre a escola liberal e a escola realista – importa pois recuperar a ideia pacifista de cooperação internacional e regulação supranacional, proposta pelo idealismo wilsoniano, tanto mais que é dela que decorre o impulso para a formulação de uma visão mais ampla desta problemática que conduz finalmente aos postulados do neoliberalismo político, em que avultam autores como Robert O. Keohane (2002) e Joseph Nye, e aos do neo-realismo ou realismo estrutural, que tem como principais teóricos Kenneth N. Waltz (2008b) e John J. Mearsheimer (2001).

Com efeito, a leitura idealista de Woodrow Wilson, que apela ao princípio de interdependência entre os Estados, e a discussão que dela nasce, a partir do final da I Grande Guerra, reencaminham o paradigma do Estado para um campo mais vasto, modificando o sentido da análise do poder, porquanto é colocado sob uma perspectiva relacional. Clarifiquemos. A emergência do sistema internacional e a sua crescente complexidade – posta em evidência sobretudo após a II Grande Guerra com a expansão do capitalismo ocidental e a afirmação do socialismo soviético enquanto modelos de configuração de uma nova ordem mundial de natureza bipolar, com todas as implicações geoestratégicas que lhe são inerentes – pressupõem o posicionamento do Estado num sistema de relações, isto é, a observação do Estado a partir de um plano relacional. Logo, é de inferir duas condições: (i) a autonomização

da dimensão nacional do Estado *stricto sensu* e (ii) a incorporação de novas componentes inerentes à relação dessa dimensão nacional do Estado com as de outros Estados.

Consequentemente, o poder adquire possibilidades de mensurabilidade, ou em rigor, variáveis que são objecto de tentativas de classificação e medição, ao ser deslocado para a esfera das relações entre Estados e da agregação de relações entre Estados, ou seja, ao passar para o plano conceptual do meta-poder (tal como observámos em âmbito mais restrito na secção 1.3.). Dito de outra forma, ao ser capturado por dinâmicas de natureza relacional, o poder tende a ser tipificado e a incorporar elementos mensuráveis, uma vez que é deles que depende o jogo de equilíbrio de forças na arena pluralista na qual o Estado se instala e afirma o primado do *poder nacional*, a noção de poder que, aliás, orienta a cristação entre liberais e realistas na interpretação que dão à nova conjuntura internacional.

Tal como observa Button (2010: 5), que procura extrair das duas escolas uma síntese de contextualização para a problemática do soft power, tanto os liberais como os realistas colocam a análise do poder a partir do Estado, seguindo o padrão centralista weberiano – segundo o qual o Estado é entendido com a única entidade com o monopólio do uso legítimo da força – bem como defendem o primado do interesse nacional como fonte reguladora do *poder nacional* (embora deva ser dito, a título de parêntesis, que não existe em ambos os discursos uma explicitação clara quanto aos actores que são portadores da figura do interesse nacional, isto é, quanto às forças inevitavelmente em competição que se inscrevem na estrutura do aparelho de Estado).

Ainda assim, e neste contexto, compreende-se a célebre Convenção de Montevideo sobre Direitos e Deveres dos Estados, em 1933, na qual foram estabelecidos quatro requisitos necessários para definir o Estado como pessoa de Direito Internacional, a saber, (i) uma população permanente, (ii) um determinado território, (iii) um governo e (iv) capacidade de entrar em relações com os demais, conforme se pode ler no Artigo 1. Na prática, trata-se de um dos primeiros exercícios formais de tipificação do State power, que não resolve, como é óbvio, o problema dos Estados sem base territorial ou mesmo o das chamadas Nações sem território (e aqui enxertamos a dimensão pluricultural e pluriétnica das sociedades africanas que conduz a muitos equívocos sobre as fontes do poder no espaço subsariano bem como sobre as noções de soberania, ideal democrático e Estado de direito, inquinando o sentido dos esforços desenvolvimentistas e de democratização de África idealizados fora do continente).

Contudo, há uma diferença substancial entre liberais e realistas que reside na racionalidade da mediação, ou seja, no modelo funcional que visa capturar os indicadores que concorrem para a definição de poder. É que, apesar de ambas as escolas sustentarem que são os factores endógenos do Estado que determinam os factores exógenos, isto é, as manifestações do interesse nacional nas relações internacionais, os realistas focalizam-se sobre o pragmatismo racional das decisões do Estado que devem ser entendidas como algo acima de tudo, afastando-se neste sentido do princípio liberal, e idealista, que contextualiza e evoca restrições à acção do poder nacional dentro de um sistema mais amplo de organização política internacional.

Vejamos o paradigma liberal. Para esta escola, a *raison d'être* do Estado é a sua capacidade em manter as regras básicas do jogo político numa arena pluralista, não havendo uma separação explícita entre interesses nacionais domésticos e interesses nacionais de natureza internacional. Por outras palavras, os interesses que traduzem a acção no campo internacional, na prática, os interesses que conduzem a política externa do Estado são sempre interesses nacionais *per se*. Ora, recuperando a ideia de que são os factores endógenos que determinam os factores exógenos, significa isto que as relações entre Estados resultam, não propriamente de uma vontade de consenso internacional expressa pelas iniciativas concertadas nesse plano, de forma bilateral ou multilateral, mas da influência que nelas se exerce pelos propósitos subjacentes aos acordos intra-estaduais, isto é, aqueles que visam suprir interesses exclusivamente nacionais. A única variável é, portanto, o impacto que os interesses nacionais podem ter ou não nas relações internacionais.

Nestes termos, embora estando já perante uma versão mais racional do idealismo wilsoniano, a perspectiva liberal coincide com a realista. O que as distancia é a forma como uma e outra contextualizam o poder nacional do Estado no sistema internacional. Enquanto os realistas procuram indagar da natureza racional do poder, o que os leva a observar as razões pelas quais o Estado aspira à hegemonia no sistema internacional, adoptando assim um modelo pragmático de análise – que se repercute, aliás, no desenvolvimento dos estudos do State power em termos de funções e tipologias ancoradas na desagregação e observação das componentes do próprio poder nacional, nomeadamente os seus recursos e capacidades – os liberais procuram indagar das condições da interdependência do poder, o que os leva a

observar, não as razões, mas os níveis e os efeitos da interação do Estado no espaço internacional.

Logo, é de inferir a oposição entre uma tendência normativa da escola realista e uma tendência meramente teórica da escola liberal, expressa num confronto de paradigmas, nomeadamente entre a *anarquia* realista e o *ideal de equilíbrio* liberal (se bem que os neoliberais acabem por esvaziar o primado *anárquico* ao pôr em evidência o fenómeno da internacionalização e a autonomia dos actores transnacionais, relançando o princípio da interdependência, não só política mas sobretudo económica, do sistema internacional, ou seja, apresentando categorias empíricas que se afastam da análise da acção diplomática e bélica dos Estados e, em última instância, questionando a dependência empírica do State power).

É de concluir assim que o prenúncio da teoria do soft power, ou em rigor, as fontes da mesma, que se tornou incontornável na discussão sobre o problema do poder, encontram-se tanto na escola realista, a partir da noção de poder desenvolvida por Hans J. Morgenthau (2005) – designadamente do que dela resulta, a saber, a emergência da cultura e da ideologia como factores hegemónicos para a afirmação do poder nacional – como na escola liberal, particularmente na discussão da problemática da interdependência do poder, precisamente o princípio teórico que faz distanciar esta escola do realismo político. Na prática, dito de forma simplificada e a título de breve enquadramento do paradigma inerente à reformulação neoliberal, o que a teoria do soft power propõe é uma síntese de resolução das premissas sistémicas divergentes sob as quais estas duas escolas colocam o poder – a anarquia e o equilíbrio – porquanto tanto aceita a natureza racional e pragmática do poder nacional preconizada pelos realistas como o princípio liberal da interdependência no sistema internacional, revertendo a análise com vista à aplicação de ambos os contributos.

E tanto assim é que, se revermos o paradigma liberal, verifica-se que a afirmação do primado do *poder nacional* do Estado – que coincide com a visão dos realistas – não obsta, porém, a que seja aceite o facto do mesmo enfrentar um processo de erosão devido a fenómenos como a globalização ou o crescente poder das organizações transnacionais tradicionais, como a Organização das Nações Unidas ou a Organização Mundial do Comércio (Burchill, 2001: 63, *apud* Button, 2010: 5). A questão é que, para os liberais – e aqui começa o distanciamento da perspectiva realista – as restrições do Estado são determinadas apenas pela natureza da sua interdependência, isto é, pelo nível de interação no espaço internacional.



Resulta daqui uma mudança constante no equilíbrio de forças, porquanto acabam por ser influenciadas pelo modo como os actores nacionais se envolvem em novos acordos internacionais. Na prática, a escola liberal não identifica “ameaças” no sistema internacional mas tão-somente efeitos da interacção numa arena pluralista. Aliás, como defende Mingst (1999: 97-100), o sistema internacional é apenas a própria arena para a interacção.

Logo, e aplicando a terminologia idealista neoliberal, o nível de interacção do Estado no espaço internacional traduz a qualidade da produção do consenso e da persuasão no plano externo, mesmo considerando que as relações de interdependência presentes na arena pluralista relevam da esfera bélica e diplomática, porquanto o discurso liberal centra-se no *equilíbrio* do sistema internacional seguindo o princípio idealista de que a paz é mais vantajosa, ou seja, seguindo *racionalmente* os interesses nacionais *per si* que constituem a *raison d'être* do Estado.

O mesmo se aplica ao paradigma realista, se igualmente fizermos uso da terminologia associada à relação entre consentimento e coerção, embora seja de sublinhar que esta dinâmica emana, não propriamente do que está a jusante, isto é, das restrições da acção do Estado impostas pela natureza da sua interdependência no espaço internacional, mas do que se pode tipificar a montante, ou seja, da própria mediação racional do poder na interpretação que Morgenthau lhe dá. É que, tal como já anotámos, para a escola realista, o Estado também é o actor central no cenário mundial, mas passa a ser observado de forma mais pragmática na medida em que a sua acção não encontra limites a não ser aqueles que decorrem da *natureza anárquica* do sistema internacional.

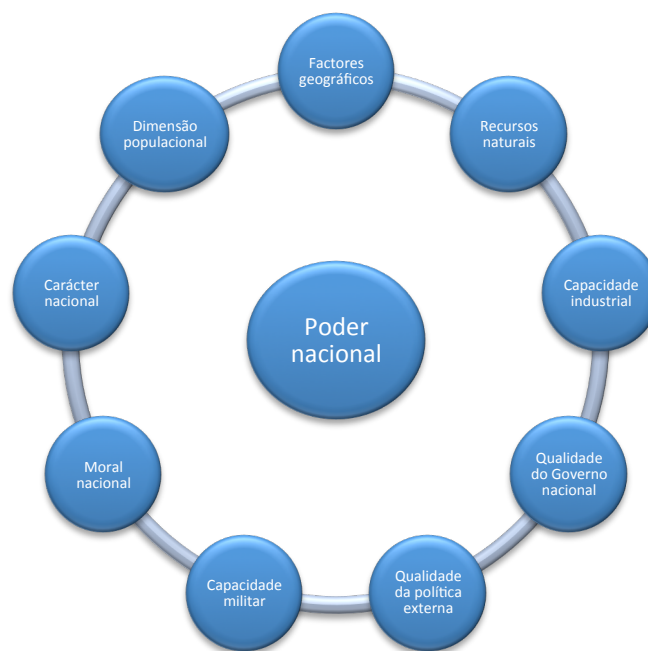
Neste sentido, a noção de soberania adquire uma importância redobrada porque se situa na base da autoridade do Estado para governar, isto é, dentro das suas próprias fronteiras. Logo, soberania e autoridade apresentam-se como conceitos exclusivos do Estado, cuja acção está acima de tudo.

Ora é daqui que decorre aquilo que importa extrair da noção de poder de Morgenthau. Com efeito, como anota Burchill (2001: 79, *apud* Button, 2010: 6), Morgenthau considera que é o poder que define o interesse nacional, mas fá-lo sempre em termos de capacidades estratégicas e económicas, o que pressupõe indagar dos *recursos* do poder e da *capacidade* para os tornar disponíveis. Na prática, e aplicando o raciocínio de Tellis (et al. 2000) – que

desenvolve uma tipologia semelhante, a partir do princípio de que o Estado é um “recipiente de capacidades” – trata-se de identificar os *recursos materiais* do poder nacional para que possam ser convertidos em instrumentos de acção política, interna e externa. Por outras palavras, trata-se de transformar os recursos em potencialidades para criar e ampliar a disponibilidade do poder. Só assim os recursos se manifestam na escala do poder, tornando-se mensuráveis, ou seja, determinando o *índice de disponibilidade* do poder de um Estado, o seu poder real e efectivo.

Nestes termos, Morgenthau concebe o poder – que é o que define o interesse nacional, apresentando-se nesse sentido na qualidade de indissociável do poder político – como resultado de nove variáveis:

**Figura 1.1. Dimensões do poder nacional**



Ora, analisando as componentes que são convocadas, na maioria com natureza mensurável, é de inferir que o interesse desta tipificação reside no facto de observar não só os recursos *visíveis* do poder mas sobretudo os *invisíveis*, o chamado *poder invisível*. Como refere o próprio Morgenthau (2005), o carácter nacional e a moral nacional são difíceis de prever – ou de medir, se colocarmos o problema em termos de critérios de avaliação – mas produzem efeitos permanentes e decisivos tanto sobre o interesse nacional, em particular,

como sobre a dinâmica das relações internacionais, no geral, a que acresce a “qualidade” da condução da política externa, nas palavras do autor, “the international policy quality which also have direct effects on the country”.

Resulta daqui a leitura de Li (et al., 2012: 49), um dos teóricos da escola “cultural” chinesa, que aplica no pragmatismo realista de Morgenthau os postulados neoliberais de Nye: “If the international policy of one nation is attractive to its citizens, the government can obtain the unpredicted advantages and power. The invisible power can enhance the national morale and the national power, can also destroy the national morale. Thus, Morgenthau treat the effects from the invisible power as the same important as the visible power, such as the military power, he is strongly opposed to opinion that the national power is identified with the military power.”

Esta ideia, embora formulada em termos mais simplificados, foi preconizada ainda antes de Morgenthau por Edwards H. Carr (1964), um dos primeiros autores vinculados ao paradigma realista e, por conseguinte, crítico do idealismo liberal, ao defender que a *opinião* não é menos essencial para fins políticos do que o poder militar e económico, e sempre esteve intimamente associada a estes.

Importa sublinhar, contudo, que sendo esta uma ideia importante para o desenvolvimento da teoria do soft power pela forma como os neoliberais colocam o problema do poder, ou seja, uma apropriação ao serviço do discurso reformista de teóricos como Nye, não deve ser galvanizada ou mistificada enquanto postulado realista, uma vez que isolada nada diz do contexto claramente pessimista em que se situa o realismo político (na dinâmica de oposição à visão optimista dos liberais). É que, tal como anota Mearsheimer (2001: 50), “realists agree that creating a peaceful world would be desirable, but they see no easy way to escape the harsh world of security competition and war. Creating a peaceful world is surely an attractive idea, but it is not a practical one”.

Não se trata, portanto, do ideal pacifista da busca do equilíbrio e, porventura, do entendimento mútuo por via da persuasão ou do consentimento, numa arena pluralista com forças em competição, como preconiza a escola liberal, mas da racionalidade pragmática com que o poder, ao determinar a acção política, aborda essa mesma arena. Por outras palavras, trata-se do exercício do poder num ambiente *anárquico*, isto é, e recuperando a perspectiva

hobbesiana, do *estado natural* de uma “guerra de todos contra todos” (não obstante a metáfora do *Leviatã* estar na origem da ruptura entre o chamado realismo clássico e o neo-realismo).

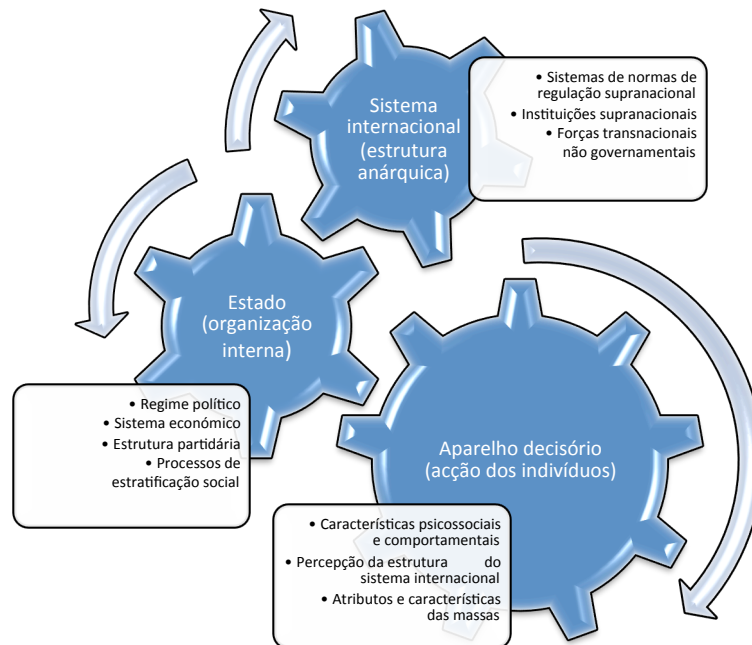
Nestes termos, explica-se, aliás, a abordagem de Mearsheimer quanto à orientação que deve estar subjacente à definição de poder: “Defining power clearly gives us a window into understanding state behavior. If states compete for power, we learn more about the nature of that competition if we understand more fully what power is, and therefore what states are competing for. In short, knowing more about the true nature of power should help illuminate how great powers compete among themselves” (2001: 44). De resto, basta recuperar a síntese que Carr faz do realismo ao considerar que esta corrente “tends to emphasize the irresistible strength of existing forces and the inevitable character of existing tendencies, and to insist that the highest wisdom lies in accepting, and adapting oneself to these forces and these tendencies” (*apud* Mearsheimer, 2001: 50).

Quer isto dizer por fim que, no âmbito do debate que temos vindo a conduzir neste capítulo, o interesse das coordenadas de Morgenthau não reside propriamente na ideia da persuasão e da produção do consentimento que nelas se identifica, mas sobretudo no reencaminhamento da problemática para a esfera da mensurabilidade do poder. Até porque a leitura crítica da noção de poder de Morgenthau leva a um processo de relativização do conceito, como defendem, embora de forma diferenciada nalguns aspectos, os politólogos Kenneth N. Waltz e John J. Mearsheimer, dois autores que se situam no campo teórico do neo-realismo, também designado como realismo estrutural.

### **1.8. A emergência do poder relativo**

A primeira contribuição para afastar o paradigma hobbesiano da escola realista e relativizar a noção de poder de Morgenthau parte de Waltz (2001, 2008), através das suas célebres “três imagens” das relações internacionais, isto é, dos três níveis teóricos de análise que propõe para capturar as manifestações do poder no sistema internacional:

Figura 1.2. As “três imagens” das relações internacionais



Apesar de aceitar que o *estado natural* ou a *natureza humana* constitui uma das condições genéricas que concorrem para o primado anárquico das relações de poder, este autor considera que não é determinante e minimiza-a até ao identificar muitos outros factores explicativos “bewildering in their variety and their contradictory qualities” (2001: 12), que podem ser analisados a partir de três categorias-chave: (i) a acção dos indivíduos ou o resultado de forças psicológicas, (ii) a estrutura ou a organização interna do Estado e (iii) a estrutura sistémica dos Estados ou a organização anárquica do sistema internacional. É de referir aqui que a noção de anarquia para Waltz coincide com a de Mearsheimer (que desenvolvemos à frente), apesar de algumas críticas que este dirige ao primeiro.

Ora, como sistematiza Faruque (2010), a primeira imagem refere-se ao nível individual de análise ancorado na acção de quem decide, o que implica variáveis como (i) as características comportamentais e psicossociais do aparelho decisório, (ii) a percepção por parte de quem decide da estrutura e dos tipos de interacção do sistema internacional e (iii) os atributos e características das massas que influenciam a acção dos decisores. Na prática, e citando Chatterjee (2000), “Waltz outlines the arguments of various philosophers such as

Spinoza, Rousseau and Niebuhr who believed that war was the direct result of human selfishness, misdirected aggressiveness and stupidity and, thus, to achieve peace men must be changed in their moral-intellectual outlook or their psychic-social behavior”.

A segunda imagem assenta na análise do Estado, o que implica observar aspectos como o regime político, o sistema económico, a estrutura partidária e os processos de estratificação social que concorrem, no conjunto, para a definição do interesse nacional, o qual, por sua vez, determina a acção do Estado no plano externo. Na prática, a noção de interesse nacional corresponde à formulada por Morgenthau; a diferença reside na desagregação das variáveis que moldam o interesse nacional.

Finalmente a terceira imagem, e aquela que se afigura mais importante no contexto do pensamento de Waltz, indaga da organização estrutural do sistema internacional em contexto *anárquico*, o que pressupõe observar não só a dinâmica das instituições e dos sistemas de normas de regulação supranacionais, incluindo as forças transnacionais não governamentais, em rigor os NSAs – trazendo para o debate variáveis como os níveis de centralismo e a qualidade da arbitragem internacional – mas também os efeitos da anarquia internacional sobre o comportamento dos Estados, ou seja, o confronto entre a racionalidade de quem decide e da racionalidade de quem se lhe opõe, o que pressupõe um critério de razoabilidade da decisão, porque quem decide tem um oponente que também toma decisões. Resulta daqui, aliás, o desenvolvimento e a aplicação da teoria dos jogos e do problema do “dilema do prisioneiro” (cf. Coelho, 2012), como assinalámos na secção 1.3. De resto, este critério de razoabilidade da decisão é retomado por Mearsheimer na quinta premissa do seu “realismo ofensivo”.

Estamos pois perante um modelo de análise que posiciona o poder sob o primado comportamental do State power, afastando para segundo plano a tipologia de Morgenthau, porquanto para Waltz o que determina e define a acção do Estado não é a ordem interna mas a anarquia da ordem externa. Não é que este autor conteste as virtudes da desagregação dos recursos do poder, enquanto critérios de avaliação do poder nacional, nos termos em que Morgenthau formula o problema – linha que aliás subscreve, embora de modo reformulado, sobretudo no seu segundo nível de análise – mas reverte a noção de interesse nacional ao abordá-la como resultado da pressão da anarquia do sistema internacional. Logo, emerge a noção de *poder relativo* (ou condicionado) e, por conseguinte, a esfera da polaridade do

poder, que leva Waltz a defender, por exemplo, que os sistemas bipolares apresentam uma natureza mais estável do que os multipolares.

A questão da polaridade do poder, que não cabe aqui desenvolver e é apenas evocada a título de enunciação das problemáticas associadas, conduz-nos para o paradigma do realismo tridimensional (cf. Magalhães, 2007)<sup>32</sup>, uma teoria realista neoclássica influenciada pelo “realismo ofensivo” de Mearsheimer. Neste particular, parece-nos interessante seguir a classificação do próprio Mearsheimer, que aplica cinco padrões de distribuição de poder – (i) unipolaridade, que se refere a uma potência principal hegemónica, (ii) bipolaridade equilibrada, (iii), bipolaridade desequilibrada, que designa o desequilíbrio hegemónico entre duas potências principais, (iv) multipolaridade equilibrada e (v) multipolaridade desequilibrada, que indica a hegemonia de algumas potências principais em contexto multipolar – para analisar o comportamento político externo das grandes potências mundiais entre 1792 e 1990<sup>33</sup>.

Mas clarifiquemos ainda a proposta de Waltz. Ao considerar que a ordem internacional releva da condição perpétua de anarquia, no sentido de que não há um governo acima dos governos, um *Leviatã* que estabeleça uma ordem absoluta e previsível nas relações entre os Estados – ao contrário do que sucede no plano interno, regulado por uma autoridade central não obstante os equilíbrios ou desequilíbrios, isto é, a correlação de forças que nela se manifestam – Waltz concentra-se basicamente nos padrões recorrentes do comportamento do Estado, ou seja, e numa visão mais ampla, procura os princípios gerais do comportamento que orientam as relações entre os Estados.

Neste quadro, infere que (i) as pressões da anarquia internacional definem e configuram o sistema internacional, independentemente da *natureza humana* ou do tipo de regimes políticos domésticos – afastando-se, neste sentido, do realismo clássico e da importância que este atribui ao *estado natural* ou à vocação natural para “guerra de todos contra todos” em busca da hegemonia – pelo que (ii) o interesse nacional, e a acção política que dele resulta, reflecte um único objectivo: a garantia da segurança do próprio Estado, isto

---

<sup>32</sup> Para melhor compreensão deste paradigma, cujas implicações afastam-se do âmbito desta estudo porquanto convocam perspectivas de análise inscritas essencialmente no campo da economia, como a perspectiva estratégica, sugerimos ainda assim, pela sua pertinência epistemológica, uma leitura articulada do mesmo com a aplicação do chamado realismo científico (cf. Chakravarty, 2013).

<sup>33</sup> O estudo está sistematizado num texto de apoio académico da Universidade de Harvard, recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.people.fas.harvard.edu/~plam/irnotes07/Mearsheimer2001.pdf>.

é, o imperativo da defesa nacional (que se transforma assim na matriz de orientação e regulação do State power, ou seja, a matriz que expressa as fontes empíricas a partir das quais o poder, ou em rigor, as relações de poder podem ser observadas).

Para Mearsheimer, é disto que trata o “realismo defensivo”, que se distancia do chamado “realismo da natureza humana” atribuído a Morgenthau. Contudo, apesar de Waltz preconizar uma ruptura com a herança do realismo clássico ao adoptar um modelo de análise estrutural, Mearsheimer considera que não capta um outro elemento essencial do sistema internacional que, em última instância, também concorre para a definição de poder, enquanto proposição inscrita no plano conceptual do meta-poder: o carácter ofensivo da ordem mundial. Como escreve o autor, “Waltz does not emphasize, however, that the international system provides great powers with good reasons to act offensively to gain power. Instead, he appears to make the opposite case: that anarchy encourages states to behave defensively and to maintain rather than upset the balance of power” (2001: 53).

Daí a proposta de Mearsheimer (2001: 68-71) consubstanciada no chamado realismo ofensivo, que assenta em cinco premissas basilares associadas à aspiração do Estado pelo poder e pela hegemonia internacional. Segundo o autor, isoladas nenhuma delas molda o comportamento do Estado, mas conjugadas apelam a uma mundivisão na qual os Estados têm razão para pensar e agir de forma agressiva:

(i) O primeiro pressuposto reside na referência realista à *anarquia* que, para Mearsheimer (embora aqui coincida totalmente com a noção de Waltz), não traduz ausência de ordem ou um caos existencial, mas um mundo caracterizado por uma competição constante pela guerra e pela segurança. Porém, a ideia de anarquia não reflecte uma condição *sine qua non* para o conflito. Por si só, é apenas a demonstração de que os Estados não têm qualquer autoridade superior na ordem internacional, ou seja, “there is no government over governments”, o que faz avultar o princípio da soberania;

(ii) O segundo é o de que todos os Estados têm intrinsecamente uma capacidade militar ofensiva, isto é, recursos para a agressão e a destruição. Significa isto que, num mundo de natureza ofensiva, não existe paridade, pelo que alguns Estados representam uma ameaça maior que outros. “After all, for every neck, there are two hands to choke it”, escreve Mearsheimer;



(iii) Resulta daqui o terceiro pressuposto; a incerteza quanto às intenções dos Estados no quadro das diferentes capacidades militares ofensivas de cada um. Estas intenções, mesmo que apresentem um carácter benigno, podem mudar rapidamente, o que implica que os Estados “can never be sure that other states do not have offensive intentions to go along with their offensive capabilities”;

(iv) O quarto aponta para a sobrevivência como o principal objectivo do Estado, o que significa que a integridade territorial e a autonomia da ordem política doméstica são fundamentais. Um Estado conquistado por um outro deixa de ter condições para procurar quaisquer objectivos senão o de se libertar para afirmar a sua autonomia, pelo que, neste sentido, a razão de ser do Estado é a sua própria existência enquanto tal, o que implica a sobrevivência a todo o custo. “Soviet leader Josef Stalin put the point well during a war scare in 1927: ‘We can and must build socialism in the (Soviet Union). But in order to do so we first of all have to exist’.”;

(v) Finalmente, o quinto pressuposto é o de que os Estados são actores racionais, conscientes do ambiente externo em que actuam e da necessidade de pensar estrategicamente sobre como sobreviver nesse mesmo ambiente, pautado pela competição, incerteza e agressividade num quadro de recursos ofensivos diferenciados. Esta premissa implica a percepção de uma correlação de comportamentos: o comportamento do Estado pode afectar o comportamento dos outros, o qual é susceptível de produzir efeitos sobre a própria estratégia de sobrevivência do primeiro. Logo, “states pay attention to the long term as well as the immediate consequences of their actions”. E aqui reside o referido o confronto entre a racionalidade de quem decide e da racionalidade de quem se lhe opõe, o que obriga à adopção de um critério de razoabilidade da decisão.

Vejamos, em síntese, a problemática levantada por Mearsheimer: “None of these assumptions alone dictates that great powers as a general rule should behave aggressively toward each other. There is surely the possibility that some state might have hostile intentions, but the only assumption dealing with a specific motive that is common to all states says that their principal objective is to survive, which by itself is a rather harmless goal. Nevertheless, when the five assumptions are married together, they create powerful incentives for great powers to think and act offensively with regard to each other. In particular, three general patterns of behavior result: fear, self-help, and power maximization” (2001: 71).

Este autor chega assim a um quadro geral da aplicação do paradigma do State power sob três tendências no qual a captura do poder releva de uma dinâmica empírica eminentemente belicista, radicalizando a divergência doutrinária entre o realismo e o liberalismo:

**Figura 1.3. Do realismo clássico ao realismo ofensivo**

	Realismo clássico	Realismo defensivo	Realismo ofensivo
O que leva os Estados a competir pelo poder?	O desejo de poder inerente ao Estado	A estrutura do sistema	A estrutura do sistema
Quanto poder querem os Estados?	Todo o que puderam obter. Os Estados maximizam o poder relativo com o princípio da hegemonia, enquanto objectivo primordial acima de todos os outros	Não muito mais do que aquilo que têm. Os Estados concentram-se em manter o equilíbrio do poder e do próprio sistema	Todo o que puderam obter. Os Estados maximizam o poder relativo com o princípio da hegemonia, enquanto objectivo primordial acima de todos os outros

Obs: Adaptado de Mearsheimer (2001: 57).

Na prática, pela leitura desta tabela, não obstante adoptar o mesmo modelo de análise estrutural preconizado por Waltz, rejeitando portanto o *estado natural* hobbesiano do realismo clássico, Mearsheimer recupera em sentido amplo a noção de poder de Morgenthau, designadamente o plano de interpretação que traduz a vocação hegemónica do Estado perante a inevitabilidade da competição na ordem internacional, pautada pela incerteza e agressividade num quadro de recursos ofensivos diferenciados. E aqui reside o compromisso de Mearsheimer tanto com Morgenthau como com Waltz, isto é, uma síntese ponderada dos dois contributos que serve de base para este autor introduzir uma nova perspectiva aplicando a teoria do realismo ofensivo: o princípio da sobrevivência do Estado não expressa propriamente o imperativo da defesa nacional, como defende Waltz, mas essencialmente o dilema da segurança, pela simples razão de que o poder é relativo, isto é, exercido de forma relativa<sup>34</sup>.

Com efeito, se os Estados agem de forma diferente, não havendo certezas quanto às intenções de qualquer um, logo há um “exercício relativo de poder”, já que o comportamento ou a expectativa do comportamento de um afecta o comportamento ou a expectativa do

<sup>34</sup> Ao se opor a esta distinção e reformular o problema, oferecendo portanto uma leitura adicional, cremos ser útil para o debate, pelo menos em termos de enunciação, observar a sistematização feita por Jervis (1999: 48-50) e a interpretação modificada que dá às divergências entre os realistas defensivos e ofensivos.

comportamento dos outros. Acresce o facto de que o poder do Estado varia constantemente e de forma significativa, pelo que o State power não implica uma mera busca de poder, mas de poder relativo, numa lógica de conquista da hegemonia, o que leva a um “dilema de segurança”. Quando um Estado aumenta a sua capacidade de segurança pressupõe inevitavelmente a diminuição da segurança de todos os outros Estados. Chegamos assim à ideia de que os Estados maximizam o poder relativo com o princípio da hegemonia, enquanto objectivo primordial acima de todos os outros.

Como observa Krasner (1992: 39), “sovereign states are rational self-seeking actors resolutely if not exclusively concerned with relative gains because they must function in a anarchical environment”. Significa isto que o poder pode ser entendido como a “moeda” que os Estados utilizam para a sua acção política num ambiente de competição e concorrência.

Para a escola neoliberal, bem como para a construtivista (que apela à análise intersubjectiva, propondo uma abordagem ainda mais ampla do poder que visa indagar do processo da “construção social” das premissas tanto convergentes como divergentes do realismo político e do liberalismo político, ainda que proceda a uma ruptura com o primado da fonte materialista em que se fundam estas duas correntes de pensamento, reordenando a correlação entre racionalismo e intersubjectividade)<sup>35</sup>, esta noção de poder relativo, nos termos em que Mearsheimer a coloca, apresenta diversas limitações.

Contudo, também é possível extrair desta noção um conjunto de critérios de avaliação que se nos afigura pertinente para a reformulação empírica dos estudos sobre o poder que, até aqui, como temos vindo a assinalar, manifestam uma total dependência do State power e de categorias de análise como a actividade diplomática e bélica do Estado, assentes no primado do interesse nacional, que reflecte e é determinado pelos recursos do poder, ignorando a emergência dos NSAs e a problemática que lhes é inerente, como põem em evidência os neoliberais, bem como a fragilidade do primado da maximização do poder, uma vez que diferentes contextos podem gerar diferentes preferências, pelo que é de indagar da

---

<sup>35</sup> Convocamos aqui o construtivismo não como escola que se ocupe especificamente da problemática do poder, mas pela sua intimidade analítica com o pensamento realista e liberal na área das relações internacionais (cf. Adler, 1999: 201-246) e, em particular, pela discussão epistemológica que promove nesse âmbito, relançando o debate sobre o paradigma estruturalista foucaultiano (que observámos na secção 1.4.). Trata-se, pois, de uma referência de contextualização, uma vez que o interesse desta escola reside noutra eixo do debate, ainda que não apareça de forma explícita mas implícita, nomeadamente o que releva da “construção” do Estado africano e de algumas temáticas associadas como as noções de autoridade e legitimidade, cujo conteúdo é modificado na aplicação em contextos subsarianos.

“construção social” associada aos papéis que os vários actores desempenham num determinado contexto (cf. Hasenclever, et. al., 2000: 11), como propõem os construtivistas.

De resto, e de um modo genérico, a relativização do conceito em termos de poder relativo ou condicionado leva-nos a inscrevê-lo na dinâmica do chamado *balanço do poder*, o que, por seu turno, pressupõe introduzir na observação das relações de poder na esfera internacional variáveis de quantificação (que orientam a política externa dos Estados), a exemplo do que Morgenthau faz no campo interno.

O interesse destas últimas considerações reside na problemática da ingerência internacional que, no caso de Angola, tem uma relevância considerável.

## **Conclusão**

Chegados aqui, e a título de remate provisório desta aproximação geral à noção de poder e questões associadas – expressa numa revisão crítica da herança teórica tradicional de matriz ocidental, que não é necessariamente aplicável em contextos diferentes daquele em que foi concebida, insistimos – importa recuperar a anotação inicial de que a problemática, sendo transversal a todas as ciências sociais devido às várias dimensões da actividade humana em que se manifesta, é inevitavelmente controversa, a começar pelo facto de pressupor um conceito ambíguo e, por conseguinte, de difícil operacionalização, dada a manifesta polissemia que é inerente ao próprio termo e, sobretudo, a essência do seu objecto, de permanente mutação. A evidência desta mutabilidade, a que não é alheia a sua natureza multidimensional, sinaliza possibilidades de análise tão diversas quanto os paradigmas dentro dos quais o poder pode ser enquadrado, bem como várias estratégias para conduzir a discussão.

Com efeito, a promoção de um debate sobre o poder implica convocar, como demonstrámos, um extenso e intrincado corpo teórico interdisciplinar, isto é, uma pluralidade de eixos em competição que releva de premissas epistémicas e de contextos analíticos diferenciados, contraditórios e, no limite, antagónicos. Esta complexidade de correlações, tanto convergentes como divergentes, tanto de sobreposição como de interpenetração, que coexistem nesta área de estudos, sugere consideráveis armadilhas apriorísticas, vários constrangimentos epistemológicos e muitas subtilezas.

Significa isto que, independentemente da estratégia adoptada para o acondicionamento da matriz crítica que oriente a discussão, é fundamental fazer um exercício prévio de ponderação heurística de acordo com o que se pretende observar, sem o qual não é possível captar com propriedade o que importa extrair dos contributos teóricos associados aos objectos em escrutínio.

Neste sentido, e suprimindo deliberadamente uma síntese do que foi enunciado até agora, justificamos assim a arquitectura empírica que perseguimos e os paradigmas teóricos convocados para o efeito, porquanto cremos que fornecem um conjunto relevante de coordenadas para retomar o debate num segundo nível, isto é, apelando a uma revisão do conteúdo dos conceitos e do que neles se altera por força das ordens cosmológicas africanas. É do que trata o próximo capítulo.

## Cap. II. A mundivisão do poder em contexto subsariano

A revisão crítica que fizemos no capítulo anterior, sendo útil para a discussão em sentido amplo, não dá conta da modificação de muitos dos seus pressupostos ao ser aplicada em contextos de codificação diferentes daquele em que radica. Com efeito, a herança teórica e a tradição de pensamento predominantes nas ciências sociais são beneficiárias de uma formatação ocidental, com a presunção – e a imposição, diga-se – da sua aplicabilidade à escala universal, o que quer dizer que traduzem uma mundivisão essencialmente eurocêntrica que não corresponde e é incompatível, em muitos aspectos, com a mundivisão que orienta outras sociedades, como é o caso das múltiplas formações etnosociais africanas. Ora, perante a manifesta dimensão pluricultural e pluriétnica destas sociedades, torna-se evidente que as categorias empíricas que concorrem para a captura da noção de poder e dos conceitos associados precisam de ser reequacionadas à luz das dinâmicas sociais e políticas observáveis no continente africano, no geral, e no espaço subsariano, em particular.

É, pois, disto que trata este capítulo. Da modificação do conteúdo dos conceitos de poder, o que implica reapreciar os modelos analíticos sob outros sistemas de codificação e delimitar o contexto estrutural e conjuntural dos espaços africanos, sobretudo o campo social e político na África contemporânea, porquanto é o que nos interessa em particular. Neste quadro, procedemos a uma análise das dinâmicas relacionais que nele se manifestam, o que pressupõe indagar dos “agentes” e das relações de que estes são portadores e estabelecem entre si, da historicidade em que os mesmos se enquadram – o que convoca conceitos escorregadios como tradição e modernidade – bem como das fontes da dominação e da submissão, das funções de mediação e das regras da competição pelo poder no jogo político africano.

Finalmente, observamos a problemática das mistificações da colonialidade do poder, uma proposta de ruptura epistemológica que concretiza a *modificação* do conteúdo dos conceitos no plano mais amplo da *distorção* desses mesmos conteúdos com implicações na matriz de poder que configura o campo político africano pós-colonial.

## 2.1. Da modificação do conteúdo dos conceitos

Se a noção de poder é problemática mesmo que circunscrita apenas aos termos que seguimos no capítulo I, isto é, conduzida sob o discurso hegemónico ocidental, há uma outra evidência incontornável que inscreve dificuldades adicionais na formulação do problema, a saber, o facto de que, ao ser aplicada em contexto subsariano, incorpora outras especificidades, porquanto há uma modificação do conteúdo dos conceitos no quadro das múltiplas mundivisões das sociedades africanas.

Quer isto dizer que nos colocamos perante outro desafio que é, de resto, a premissa básica que preside a esta revisão do debate sobre a problemática do poder ancorada nas peculiaridades dos espaços africanos: mais importante do que procurar perceber o conceito de poder – para o qual, aliás, apresentámos já um conjunto de proposições ao seguirmos as categorias empíricas de análise dominantes do pensamento tradicional ocidental – é identificar o que se modifica no seu conteúdo por força dos filtros de quem o aplica, questão que tem particular relevo ao convocarmos África como denominador comum e que apela a outros contributos disciplinares, especialmente os da antropologia e da sociologia que concorrem para a tentativa de resolução de alguns constrangimentos apriorísticos construídos precisamente pela tradição filosófica do modelo de hierarquização de saberes de padrão ocidental, isto é, pelo chamado “provincianismo ocidental” que dominou o conhecimento durante o longo monólogo africanista até à afirmação da autonomia interdisciplinar dos estudos africanos. É que, como sublinha Heimer (2002), as sociedades africanas abrangem sempre uma pluralidade de mundos que coexistem, se sobrepõem e interpenetram, que se encontram envolvidos em processos muitas vezes acelerados de mutação, e cuja configuração complexa está muito longe de corresponder à ideia de grupos sociais coerentes, sedimentados ou homogéneos.

Ao escrever sobre a resistência no âmbito do paradigma gramsciano, a que fizemos referência na secção 1.6., o antropólogo e politólogo norte-americano James C. Scott (1985: 335) identifica o mesmo problema que, aliás, não é só aplicável às sociedades africanas, o que faz avultar ainda mais a questão que se pretende pôr aqui em evidência: “Social systems, including ours, are not systematic and coherent; they are composed of groups and individuals who continually define their lives in contraposition to seemingly accepted norms.” Significa isto que o poder “does not emanate from a single source and social formations are composed

of centers and epicenters of power in dynamic relationship with one another” (Arens & Karp, 1989: xvi). Esta nota releva da esfera das relações de dominação e subordinação, mas sublinha igualmente a premissa da pluralidade de sentidos que coexiste em África.

Dito de outra forma, a dimensão pluricultural e pluriétnica das sociedades africanas – um enorme mosaico evidentemente parcelado de projectos cosmológicos, assentes em matrizes fragmentadas e distintas que expressam diferentes formas de socialização – obriga a reequacionar as categorias empíricas que concorrem para a captura dos conceitos em escrutínio, que coincide, aliás, com o esforço de ruptura epistemológica com algumas visões etno e socio-cêntricas que pautam a história e a etnografia da África subsariana. É um processo que levanta vários problemas de sancionamento científico, tanto mais que tropeça num impasse teórico da mundivisão africana, como denuncia Solli, apoiado por vários outros investigadores (e.g. Clapham, 1996; Mamdani, 1996; Herbst, 2000; Mbembe, 2001; Rotberg, 2004): “Africa has remained marginal to social theory and therefore we can talk about a theoretical impasse regarding understanding the power relationships on the continent. The consequences of this theoretical poverty are dire, as it inhibits purposeful action to improve the situation and further human development on the continent” (2008: 2).

É de sublinhar que este impasse teórico, que radica no referido esforço de ruptura epistemológica com as visões etno e socio-cêntricas, torna-se ainda mais relevante se convocarmos os contributos de autores como o sul-africano Ndlovu-Gatsheni (2013) e do porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2004, 2007a, 2007b, 2008) e uma outra denúncia que ambos fazem, nomeadamente a problemática das mistificações recorrentes da colonialidade do poder na África pós-colonial, uma visão de maior amplitude que forçosamente terá de ser abordada neste capítulo e da qual antecipamos para já o que poderíamos caracterizar como uma proposta de reflexão prévia que sugere vários desafios para a análise das mundivisões do poder em contexto subsariano. Para Ndlovu-Gatsheni (2013: 14), “what Africans celebrated as independence was a myth taken for reality as invisible snares of coloniality of power were ignored, thereby denying the birth of a truly postcolonial African world. In other words, the authentic postcolonial era is still part of unfulfilled African aspirations. The postcolonial African world is an imagined space of freedom and identity reconstruction that is still being fought for. It forms a major part of African aspirations that emerged from the terrain of colonial encounters of the 15th century”. Na leitura de Grosfoguel (2007a: 219), “one of the most powerful myths of the twentieth century was the notion that the elimination of colonial



administrations amounted to the decolonization of the world. This led to the myth of a ‘postcolonial’ world. The heterogeneous and multiple global structures put in place over a period of 450 years did not evaporate with the juridical-political decolonization of the periphery over the past 50 years. We continue to live under the same ‘colonial power matrix.’ With juridical-political decolonization we moved from a period of ‘global colonialism’ to the current period of ‘global coloniality’.

Ora, uma das primeiras possibilidades de sinalização das dificuldades que se apresentam neste contexto analítico é o sentido semântico do próprio vocábulo poder (o *macht* weberiano, na versão alemã), cujos equivalentes nas diferentes línguas e culturas subsarianas traduzem visões distintas da sociedade e da acção humana.

Vejamos alguns exemplos. Para o grupo linguístico Iteso, dialecto nilo-saariano falado por uma minoria étnica que ocupa parte do Quênia e do Uganda, na África Oriental, a palavra usada para traduzir “poder” é *apedor*, cujo significado principal é habilidade ou capacidade. Este sentido semântico pode ser contrastado com *agogong*, isto é, força física, ou nalguns contextos com *abeikin*, ou seja, algo para cumprir, mas não supõe a ideia de habilidade ou capacidade. De resto, não há nenhuma palavra para *autoridade* e os poderes públicos governamentais ou autoridades institucionais devidamente constituídas são designadas por algumas das palavras relacionadas com a ideia de controlo (cf. Fishman & García, 2010). Entre os Masai, da mesma família linguística, também na região dos Grandes Lagos, nomeadamente no Quênia e no norte da Tanzânia, a palavra mais próxima da ideia de poder é *aider*, que significa capacidade ou aquele que separa força física e controlo (cf. Kipury, 1983). Uma linha similar pode ser encontrada entre o Luo nilótico, falado na mesma região, incluindo o Uganda e o Sudão, no qual a raiz da palavra para a capacidade é *timo*, que também pode significar acção. A particularidade aqui é a forma substantiva de *timo*, *tim*, que traduz cultura (cf. Cohen & Odhiambo, 1987). Na África Ocidental, entre os povos Akan, é igualmente possível identificar uma estrutura semântica semelhante, nomeadamente junto dos Loma da Libéria, um grupo étnico da família Mandé, para os quais a palavra capacidade é *ghaabaa*, que contrasta com o termo que designa a força física. *Ghaabaa* pode referir-se, aliás, à possibilidade dos indivíduos envolverem-se em actos rituais como a adivinhação (cf. Leopold, 1991).

E daqui decorre a sugestão para o essencial desta sinalização, sem sequer ser necessário convocar a complexidade das línguas bantu, um tronco linguístico que envolve mais de 400 grupos étnicos em território subsariano ou, numa perspectiva mais alargada, a problemática do poder da linguagem e da comunicação (cf. Vigouroux & Mufwene, 2008): a “armadilha” da suposição apriorística, mais ou menos generalizada na visão ocidental por referência ao seu próprio dispositivo de normas culturais e simbólicas, de que (i) há factos “objectivos” descritíveis objectivamente e traduzíveis literalmente para qualquer língua e (ii) ficções ou “descrições simbólicas”, na impossibilidade de descrever objectivamente os factos de determinada cultura, que nesse caso passam a ser entendidos como “primitivos”.

Clarifiquemos com a sistematização crítica de Hamminga (2005): “The western superstition amounts to a belief in an objective distinction between real and symbolic description. If westerners conclude that some other culture deems something literal that according to western believe can only be taken symbolically, this culture is called ‘primitive’ (...) This restriction of human awareness to semantics, its ensuing truth-falsehood and facts-fiction dichotomies concisely depict the primitive epistemological savagery resulting from the impersonal objectivity icon of western culture (...) To understand Africa properly, western concepts like theory, language, art, science and religion should best all be left home.”

Emerge assim a evidência de que cada “cultura” traduz uma visão distinta do mundo que carece de ser interpretada e discutida à luz da sua própria coerência interna, como se pode verificar a partir da mera sinalização dada pela diversidade semântica das línguas que formulam e comunicam as ideias dos grupos de actores que as usam, ou seja, através do processo de construção e representação simbólica das próprias ideias inerente a uma determinada formação etnolinguística.

Ora, se reposicionarmos o debate no âmbito da problemática do poder, é de aceitar assim que, como apontam Arens e Karp (1989: xxii), “the concept of ‘power’ as it is used by all peoples encodes ideas about the nature of the world, social relations, and the effects of actions in and on the world and the entities that inhabit it”. Esta codificação de ideias sobre a natureza do mundo tem uma implicação imediata: o poder deve ser visto como um artefacto da imaginação e uma faceta da criatividade humana, o que requer um confronto entre as definições ditas “indígenas” captadas pelos cientistas sociais e as definições locais ditas “reais” ou *materiais*, isto é, as que se produzem na imaginação dos próprios indivíduos e que

não são necessariamente portadoras do conteúdo das primeiras, definições que decorrem das diferentes formas sob as quais o poder é pensado e criado para se manifestar como princípio actuante da vida social numa dada sociedade ou cultura africana.

Trata-se, portanto, do confronto entre (i) o *modus operandi* segundo o qual os cientistas sociais tendem a descrever e a analisar os conceitos de poder e (ii) o conteúdo *material* desses mesmos conceitos que povoa o imaginário e determina a acção dos actores sociais, aqueles que estão sob observação dos cientistas sociais. É um campo fértil de investigação para a antropologia social que remete para o plano da análise das inter-relações (ou “estruturas”) culturais como sistemas de significação bem como para a esfera da historicidade, tanto conjuntural como estrutural, inerente à observação das premissas culturais, tal como propõem Balandier (1956, 1957, 1963, 1969, 1977, 2014) e Foucault (1979).

Na prática, estamos, pois, perante a difícil tarefa da *representação social* do poder ou, em rigor, da captura das formas de socialização do poder num determinado sistema cultural, que condiciona e é determinado por vários subsistemas, isto é, todos os que traduzem as várias dimensões da actividade humana em que o poder se manifesta. Nestes termos, é de concluir que a percepção da modificação do conteúdo da noção de poder implica iguais alterações de conteúdo nos conceitos associados, da autoridade à legitimidade, das relações de dominação e subordinação à “construção” do Estado e do State power – que em África, como referimos, conhece duas versões, o Estado colonial e o Estado pós-colonial, que nem sequer são minimalistas, como sucede grosso modo no Ocidente, mas dualistas no sentido de que ambas pressupõem um Estado central e hegemónico e um Estado local rural, dito étnico ou tribal (cf. Mamdani, 1996; Dias, 2001) – ou seja, uma modificação que afecta toda a estrutura de análise.

## **2.2. Do cálculo racional à ordem cosmológica**

Recapitulemos a noção tradicional proposta por Weber (1947: 152) – que formata a orientação dos estudos sobre o poder quer na versão realista quer na liberal, enquanto tradições de pensamento, bem como alguns paradigmas de ruptura ou propostas de novas abordagens conceptuais – para tentar reformular o problema. Como observámos na secção 1.3., Weber entende que o poder traduz “the probability that one actor within a social

relationship will be in the position to carry out his own will despite resistance, regardless of the basis on which this probability rests”. Trata-se, assim, não apenas do resultado activo de uma relação de imposição, mas sobretudo da *probabilidade* que um actor envolvido numa determinada relação social tem em obter aquilo a que aspira, não obstante eventuais resistências que enfrente.

Esta proposição clássica tem várias implicações, como anota Arens e Karp (1989: xiii-xiv). Em primeiro lugar, Weber concebe o poder como resultante de relações entre actores sociais num contexto competitivo ou cooperativo mutuamente reconhecidos. O poder é exercido para atingir determinados fins práticos através dos mecanismos da dominação e subordinação. Significa isto que o poder pressupõe uma busca de objectivos individuais e não colectivos, uma vez que é o resultado e a expressão das relações de composição diádica, ou seja, de uma interacção entre dois pólos. Contudo, isto não explica um dos grandes problemas da teoria social, nomeadamente a relação entre as acções individuais e os fins definidos colectivamente, como argumenta Emmett (1972). Em segundo lugar, esta definição sugere que a fonte do poder encontra-se em agentes humanos que exercem a sua racionalidade para calcular os custos e benefícios do uso de diferentes meios na busca de objectivos aceites naturalmente. É aqui que Weber procede a uma distinção entre poder (que é da esfera racional) e autoridade, como algo que se aceita sem pensar, ou seja, como algo natural, ou melhor, *legítimo*. O cálculo racional tende assim a normativizar-se no quadro dos sistemas sociais, embora isso não queira dizer que seja universalmente reconhecido. Isto conduz-nos ao terceiro problema, pois não explica como os conceitos de poder são usados pelos actores sociais para produzir as suas acções e como relevam dos recursos culturais.

Com efeito, a maioria dos estudos sobre o exercício de poder e das relações políticas presume que as mesmas têm uma natureza secular, mesmo quando as actividades religiosas estão a ser descritas, o que sugere duas tendências de análise: (i) estudos orientados por uma matriz de universalização, que muitos filósofos africanos criticam como etnocêntrica (cf. Hountondji, 1996, 2008; Mudimbe, 2013a, 2003b), uma vez que visualizam a fonte universal e a aplicação das relações de poder como secular e invariável no tempo e no espaço; e (ii) estudos focalizados numa visão estática das relações de poder e das relações de cultura, sem observar que os recursos culturais também concorrem para as acções de orientação e definição de objectivos nas relações de poder, ou seja, produzindo efeitos nas relações de dominação e subordinação e na própria expressão da legitimidade das mesmas. Dito de outra forma, e

seguindo ainda o pensamento de Arens e Karp, há um vácuo na explicação quanto ao modo como os actores sociais utilizam os recursos culturais, isto é, como usam as crenças e as escalas de valores como instrumentos para a busca dos seus interesses.

Neste contexto, é de observar alternativas à aproximação weberiana como a formulada por Parkin (1982: 46), segundo o qual “power rests not simply on the acquisition of land and material objects but rather derives from unequal access to semantic creativity, including the capacity to nominate others as equal or unequal, animate or inanimate, memorable or abject, discussor or discussed”. Esta perspectiva afasta a tendência de um foco analítico exclusivo sobre o exercício do poder, abrindo espaço para questões como a relação entre poder e consciência, que envolve percepções subtis de que é exemplo a do sociólogo alemão Georg Simmel (1950: xlvii, *apud* Arens & Karp, 1989: xiv), ao assinalar que a dominação não é tanto a exploração do outro, mas a mera consciência dessa possibilidade.

Significa isto que a racionalidade weberiana obriga a um exercício conceptual de maior amplitude, porquanto ao ancorar-se na estrutura dos sistemas sociais das sociedades industrializadas ocidentais tende a excluir contextos diferentes de codificação – como os subsarianos, nos quais avultam outras dimensões, designadamente as que decorrem de vários sistemas cosmológicos – ainda que Weber defenda que a análise do poder envolve “all conceivable qualities of a person and all conceivable combinations of circumstances” (1947: 153), reconhecendo a mutabilidade das relações de poder no tempo e no espaço.

Por outras palavras, o princípio da escolha racional como norma de regulação das formas de organização social não explica a totalidade das dinâmicas que são observáveis em contextos não ocidentais, o que sugere a necessidade de uma negociação com outros pressupostos, entre os quais o princípio segundo o qual as formas culturais afectam a estrutura da acção social, como preconizam vários autores, tanto neoliberais como construtivistas e pós-estruturalistas (e.g. Balandier, 1956, 1957, 1963, 1969, 1977, 2014; Foucault, 1979, 1997; Keohane, 2002; Nye, 1990, 2004; Waltz, 2001, 2008; Luhmann, 1982; Hasenclever, et al. 2000; Li & Hong, 2012; Yang, 2011; Samatar & Samatar, 2002). Ora, perante a evidência de que as sociedades africanas apresentam uma natureza pluricultural e pluriétnica, isto mais não é do que rever a premissa básica para a captura da noção de poder, remetendo-a para um plano mais alargado, o que pressupõe igualmente uma revisão geral da orientação dos estudos sobre o poder desenvolvidos sob a dependência empírica dos padrões centralistas ocidentais.

Até porque, em última instância, a racionalidade weberiana é questionável até mesmo em contexto ocidental no sentido de que nem sempre é a norma que define as formas de organização social (Arens & Karp, 1989), se tivermos em conta que a cosmologia dentro da qual é contextualizada não é necessariamente homogênea e estável.

Chegamos, portanto, à noção de que o poder não é apenas o que faz, mas também o que significa, duas proposições cujo conteúdo varia no tempo e no espaço. Esta perspectiva, que releva da deslocação dos modelos conceptuais para o campo dos sistemas cosmológicos, isto é, da aplicação de um sistema de ideias em contextos de codificação diferentes daquele em que foi concebido, põe em evidência a complexidade de análise associada ao processo que produz os conceitos ditos “indígenas” e a percepção dos mesmos no quadro das mundivisões autóctones – e usamos aqui deliberadamente uma dialéctica com dístico ocidental para sublinhar as dificuldades inerentes à dinâmica tanto de distanciamento como de proximidade que a questão envolve – porquanto implica de imediato quatro coordenadas, nomeadamente (i) a forma, (ii) o conteúdo, (iii) o tempo e (iv) a localização do poder, que se correlacionam com a indefinível imaginação dos indivíduos em particular e a criatividade humana em geral, uma esfera de muitas subtilidades de difícil perceptibilidade. É que, tal como sinaliza o antropólogo e etnógrafo francês Pierre Clastres (1989: 16), e a título de remate, a barreira epistemológica é tendencialmente a mesma: o modelo do poder que, regra geral, é usado pelos cientistas sociais é constituído dentro de um contexto cultural ocidental, “which obscures the beliefs and experiences of those sought to be understood”.

Daí que Adams (1977: 390) defenda que o poder também deve ser analisado “as an aspect of the locally defined cosmos in the form of all immanent force derived from some ‘extra-human’ agency.” Trata-se, pois, da referida visão do poder como uma construção cultural, de imagens de poder que implicam ideias sobre a natureza da sociedade, sobre a natureza da própria natureza, e sobre a natureza das acções humanas. Passamos assim para o campo do potencial humano enquanto capital social e pessoal, capacidades que podem ser contrastadas com as capacidades de outros “agentes não humanos”, questão com particular revelo nas sociedades africanas, uma vez que, como afirmam Arens e Karp (1989: xvii), referindo-se ao poder político em concreto, “the members of these societies assert that the source of power resides in the interaction between natural, social, and supernatural realms. This contrasts with the ideal image of Western political systems”.

Este conjunto de interações, enquanto variáveis de orientação empírica para a captura dos fenómenos de poder em contexto subsariano, sugere a necessidade de estratégias alternativas – reabilitando a ideia de que a racionalidade weberiana obriga a um exercício conceptual de maior amplitude – ancoradas numa análise das premissas culturais que dão sentido aos comportamentos observados. Na prática, sugere que a etnografia da dominação deve identificar as noções culturais que obrigam um dado grupo social a aceitar a autoridade de alguns “sujeitos”, isto é, a sofrer as consequências presumidas no contexto dessa codificação. Mesmo aceitando, numa perspectiva simplificada, que o poder envolve sempre o exercício da vontade de um indivíduo sobre um outro, é de reconhecer igualmente que a fonte dessa relação assenta numa escala de legitimidade de largo espectro – escala que determina o capital de dominação, submissão e resistência – cuja dinâmica varia, e nalguns casos de forma considerável, conforme o contexto cultural em que se produz e manifesta.

Como sugerem Arens e Karp (1989: xvi), a dominação e a subordinação operam em ambos os lados de todas as relações, mesmo entre duas pessoas, uma vez que a dependência e o controle são compartilhados de forma desigual entre os actores. Logo, a chave não reside em indagar sobre como o poder está organizado e, porventura, centralizado, mas em saber como a *ilusão* do poder – do poder que organiza uma formação social composta por um centro e uma periferia – emerge e actua numa determinada sociedade. Na interpretação de Lukes (1978), esta perspectiva conduz a uma distinção operacional entre poder e autoridade na linha weberiana mas com um sentido modificado na medida em que o poder decorre não propriamente de um cálculo racional, de um apelo à razão prática, mas das “máscaras funcionais” que o sustentam, isto é, das ideologias da autoridade, dos sistemas de fé e de crenças, daquilo que se acredita ser legítimo e se aceita como tal.

Não se trata, pois, da razão prática do poder *per se*, mas do modo como a autoridade funda e determina a dita razão prática do poder apelando paradoxalmente a valores de legitimação “irracionais” (o que é uma expressão exagerada mas pode ajudar a clarificar o alcance desta alteração de conteúdo da distinção weberiana entre poder e autoridade). A ideia destas “máscaras funcionais” é apoiada por Foucault (1979) ao subscrever o entendimento de que o “power is tolerable only on condition it mask a substantial part of itself. Its success is proportional to its ability to hide its own mechanisms.”

Neste contexto, é de admitir que, na maioria dos sistemas sociais africanos, as operações de poder radicam no acesso e na utilização de duas esferas distintas – a do natural e a do sobrenatural (o domínio dos “agentes não humanos”) – que se apresentam de forma concomitante como fontes (i) com capacidade, leia-se autoridade, para controlar os indivíduos e (ii) com legitimidade para o exercício desse mesmo controle. Logo, é de inferir que o poder assenta em diferentes bases culturais, uma vez que envolve vários campos, regra geral, separados na experiência e na prática. De resto, é também de distinguir a actividade ritual e simbólica – que emana da esfera dos “agentes não humanos” como fonte de legitimação do poder – da própria “construção” de uma ordem simbólica do poder, como fonte de legitimação da actividade ritual enquanto mediadora da esfera do sobrenatural.

Quer isto dizer que o poder (i) adopta várias formas não só no domínio social como também no domínio cultural e, mais importante ainda, (ii) apresenta-se como um elemento essencial dos próprios recursos culturais usados para a produção da estrutura e da acção social; na prática, implica a capacidade de transformação enquanto expressão colectiva da imaginação humana, ou seja, e como indica Giddens (1979), “transformative capacity is a key element in people's understanding of power, as much as it is the link between actions and agency in social theory.”

Chegamos assim a uma noção de poder como um conjunto de ideias ligadas a acções que produz efeitos sobre outros conjuntos de ideias e acções, pelo que não se esgota numa mera caracterização de situações isoladas de interacção social. Esta perspectiva tem implicações consideráveis para as sociedades africanas nas quais o comportamento ritual está intimamente ligado aos processos de conversão das formas de poder e da sua transformação em capacidades de controlo sobre a vida social.

Sistematizemos com Arens e Karp (1989: xxi): “A different view of power is exhibited in African societies than in Western social science. The stress in Africa is not on the element of control but on the dynamic aspect of energy and the capacity to use it. African ideas of power have to do with engaging power and creating or at least containing the world. They may allow for the possibility of transformations in a way that Western social science concepts of power do not.”



Ora, sem descartar a herança tradicional ocidental e a importância da mesma para a operacionalização dos principais conceitos em escrutínio neste trabalho, e identificadas as razões pelas quais se observa uma modificação do conteúdo desses conceitos se aplicados em contextos diferentes daqueles em que foram concebidos, nomeadamente o subsariano – razões ditadas pelas diferentes ordens cosmológicas africanas que põem em evidência a necessidade de uma reavaliação dos paradigmas associados ao poder e, em última instância, de uma reformulação das categorias empíricas que concorrem para a captura das relações de poder à luz das premissas culturais que dão sentido aos comportamentos registados nos espaços africanos – é de avançar para um debate mais em pormenor com vista a analisar questões como o conceito de campo político em África, a “construção” do Estado africano, sobretudo pós-colonial, e as relações deste com as autoridades tradicionais e outros “agentes”, através das quais se pode indagar com mais propriedade (i) das fontes da dominação e da submissão e (ii) das funções de mediação entre os espaços “tradicionais” e os espaços dito “modernos” num contexto social e político de transformação.

### **2.3. Dinâmicas relacionais no campo político africano**

Para tentar capturar a noção de poder na África subsariana – conjugando (i) o princípio de que o exercício do poder deve ser analisado através das premissas culturais que dão sentido ao paradigma comportamental que lhe está associado com (ii) o postulado de Javeau (1998), segundo o qual as relações sociais exprimem-se sob a forma de dominação política (o que nos remete para a importância que temos vindo a sublinhar de uma etnografia da dominação guiada pela descodificação das noções culturais inerentes à autoridade, e à legitimidade que a sustenta, num determinado grupo social) – é necessário delimitar o contexto estrutural e conjuntural do espaço africano, particularmente o campo político na África contemporânea, o que pressupõe indagar dos “agentes” e das relações de que estes são portadores e estabelecem entre si.

Este objectivo implica observar a historicidade em que se enquadram estes “agentes”, o que convoca conceitos escorregadios como tradição e modernidade bem como a bondade heurística de seguir empiricamente o dito sincretismo dinâmico entre as sociedades rurais e a pretensa sociedade civil, que se “afirma” nas relações entre as autoridades tradicionais e o Estado pós-colonial africano. São, porém, constrangimentos incontornáveis, uma vez que

relevam da relação entre o Estado e as estruturas políticas tradicionais, cuja análise é essencial pela centralidade que ocupa no debate, como defendem vários autores (e.g. Hyden & Bratton, 1992; Huntington, 1993, 1996; Nieuwaal, 2000; Bratton & Walle, 2002), não obstante o crescente aparecimento de novos “agentes”, tanto externos como internos, portadores de interesses parcial ou mesmo diametralmente diferentes (Dias, 2001: 32).

Esta questão ganha uma relevância acrescida se tivermos em conta que a análise dos processos políticos e sociais na generalidade dos países africanos focaliza-se tendencialmente no Estado como ponto de partida, apesar das propostas para uma mudança de paradigma, como a de Hyden (1996: 30), que rejeita a presunção da aplicação de “leis” universais de desenvolvimento das instituições políticas e económicas para explicar o Estado independente africano no seu contexto histórico e geográfico, em conformidade com a convicção de que as questões políticas e socioeconómicas “are better understood through other lenses than those provided by theories of the state”.

Como explica Solli (2008: 21), na leitura que faz do pensamento de Hyden, “this approach maintains that if the aim is to understand the sources of actual authority that hold their sway over ordinary people, there are more salient and interesting places to look to than the state. Moreover, it holds that since it can be shown empirically that other (informal) structures and social organizations have more influence on the actual lives of people than the state, this is where the analysis should be concentrated”.

Contudo, o pressuposto que predomina, e usando ainda as palavras de Solli (2008: 4), é o de que o Estado é a única organização social capaz de proporcionar aos indivíduos um conjunto de garantias fundamentais. Com efeito, como anotam King & Kendall (2004: 1), “the state is the most authoritative and dominant institutional concentrations of power found within nations”, ideia partilhada por Clapham (1996: 3) – embora caracterize o típico Estado africano como “poor, weak and subordinate” – e Samatar & Samatar (2002)<sup>36</sup>, os quais consideram que mesmo que se admita que são, na sua maioria, “Estados falhados” não inquina o sentido da análise por duas razões: “One is to write them off as irrelevant actors and unit of analysis all together; another is to ask how they can be brought back in to play a positive role on the continent. Thus, the state’s importance is defined just as much by the roles

---

<sup>36</sup> Para estes dois autores africanos, além de “Estados falhados”, o da Somália, por exemplo, é desde 1991 o paradigma do pior cenário, um Estado que descrevem como “cadavérico”.

it has not played, such as provision of general welfare and accountability towards its population.”

Significa isto que, mesmo procurando indagar da relação entre o Estado e as estruturas políticas tradicionais, mesmo com uma deslocalização da problemática para o campo do paradigma desenvolvimentista no quadro da globalização do modelo de produção capitalista (como sugere a leitura das palavras de Samatar e Samatar), a primeira tendência de abordagem, tanto endógena como exógena, isto é, tanto induzida pela natureza da própria relação como idealizada a partir de uma observação exterior, leva-nos para a esfera da “construção” do Estado africano sob a dependência empírica do State power, replicando o modelo de análise de matriz centralista ocidental. É um padrão de Estado como “agente de desenvolvimento e de modernidade” (cf. Crowder & Ikime, 1970) que guia os estudos de autores como Herbst (2000), segundo o qual a chave para os desafios que o continente africano enfrenta passa pelo entendimento da história do State power, ou Mbembe (2001), que particulariza a questão ao identificar no Estado subsariano factores de extrema escassez, incerteza e inércia, promovidos pelo facto do controle sobre o aparelho de Estado manter-se nas mãos de pequenas elites.

Embora redutora por várias razões que assinalámos tanto neste como no capítulo precedente, o interesse desta linha de pensamento – que, no caso de África, se afirma sobretudo durante as décadas de 1960 e 1970 e acusa obviamente os embaraços conceptuais da transição da conjuntura colonial para a pós-colonial – reside na possibilidade de formular uma interrogação que nos parece essencial, nomeadamente indagar do papel desempenhado pelo Estado africano, isto é, saber não *o que é* mas *o que faz*, o que permite aplicar modelos de análise alternativos. De resto, é uma estratégia para a delimitação do campo político na África contemporânea e dos “agentes” que nele interagem, que inevitavelmente reenvia a discussão para o domínio das estruturas políticas tradicionais – ou “agentes de transformação” (cf. Nieuwaal, 2000) – as chamadas autoridades tradicionais, cuja génese remonta à governação e às “soberanias” pré-coloniais.

Entramos pois no campo da autoridade sobre a terra, sobre as relações de parentesco e o acesso à magia e à feitiçaria, em suma, na esfera dos fundamentos da autoridade sobre o universo político-simbólico constituído e reproduzido antes das experiências da construção da

“nação”, ou da ideia de “nação”, ancoradas em conceitos ideológicos como democracia, desenvolvimento, soberania ou direitos humanos (incluindo a questão do género).

Nestes termos, a noção de poder e o espaço que o exercício do mesmo ocupa podem ser circunscritos e observados através das relações entre o dito “agente de desenvolvimento e de modernidade” (o Estado) e os chamados “agentes de transformação” (as autoridades tradicionais), o que nos leva para a ideia já aqui referida de um Estado dualista, tanto colonial como pós-colonial – porque o segundo não se desfaz da herança do primeiro – ou seja, de um Estado central e urbano e de um Estado local e rural, não considerando evidentemente, e por enquanto, a acção dos novos “agentes”, externos e internos, a que também já aludimos e que concorrem para uma complexidade acrescida que o assunto merece.

Em traços gerais, e com a ressalva apontada por Lourenço (2007: 8) em relação “às diferenças regionais do continente africano, que são consideráveis”, e igualmente “à diversidade das histórias dos governos (pré-coloniais) coloniais e pós-coloniais, e, ainda, às diversas dinâmicas e processos políticos dentro dos quais sobreviveram e evoluíram as instituições políticas que integram as autoridades tradicionais” – isto é, perante a inevitabilidade de uma historicidade altamente diferenciada – os ditos “agentes de transformação” operam a partir de pressupostos políticos e cosmológicos diferentes dos de outros grupos sociais que integram a pretensa sociedade civil, porquanto apelam ao papel de “guardiões da tradição” no desempenho de uma mediação que aspira ligar o passado, o presente e o futuro.

Com efeito, as autoridades tradicionais – enquanto “legítimos” representantes (dominadores) das populações rurais e agrárias (que aceitam submeter-se a essa dominação) – reclamam o domínio sobre a gestão (i) dos recursos naturais, nomeadamente a designada *autoridade sobre a terra*, e (ii) dos recursos rituais e simbólicos. Apresentam-se assim como “administradores locais” das sociedades tradicionais com poderes de arbitragem de litígios e uma legitimidade *natural* para o exercício da autoridade ritual e moral facultada pelos atributos místicos e sagrados que lhes são conferidos pela ordem cosmológica percebida e “institucionalizada” pela respectiva comunidade local.

Neste particular da *autoridade sobre a terra*, abrimos um parêntesis para seguir apenas uma tendência de contraste entre a África francófona e a África anglófona sublinhada pelo

economista ganês George Ayittey (1991) e o historiador britânico Anthony Kirk-Greene (1995), que ilustra não só a problemática das diversidades regionais apontada por Lourenço (2007) mas também as diferenças, nalguns casos bastante significativas, dos próprios modelos de Estado colonial “construídos” pelas potências ocidentais, com repercussões distintas na relação entre os Estados e as estruturas políticas tradicionais, o que leva a recuperar a anotação inicial da pluralidade de mundos que coexistem em África e as cautelas de observação que a mesma obriga num contexto de matrizes tão fragmentadas.

Ora, no caso específico da África Ocidental francófona, Ayittey estuda o impacto das nacionalizações para demonstrar como a autoridade sobre a terra é um fundamento essencial para a legitimação da dominação política das autoridades tradicionais. Para o autor, esta acção estatal de padrão centralista é uma estratégia de enfraquecimento das estruturas políticas tradicionais ao esvaziar o “património” das mesmas bem como o sentido da relação clientelar com o Estado autocrata e centralizado. É que, sem “terra”, não há objecto nem fonte de legitimidade para o poder das autoridades tradicionais. Daí que Kirk-Greene faça a referida distinção regional que sinaliza diferentes modelos de administração colonial com reflexos na “reacção adaptativa” das autoridades tradicionais, porquanto considera que, na África anglófona, o processo de nacionalizações foi menos severo, razão pela qual as estruturas políticas continuam a deter, mesmo em contexto pós-colonial (subscrevendo assim o argumento de que o Estado africano moderno é uma réplica mais ou menos generalizada da governação dos antigos “soberanos” coloniais), um forte potencial para condicionar a distribuição do poder e são ainda capazes de competir com o Estado. Já na África francófona, e aqui Kirk-Greene recupera Ayittey, “the colonial administrators had shown themselves, by the single-minded continuity of their policy of destabilizing the traditional rulers, to be far more effective firemen. There are few better ways of preventing conflagration than by removing the matches”.

É certo que a questão não parece sugerir uma abordagem tão simplificada como esta, uma vez que as autoproclamadas autoridades tradicionais, numa dinâmica de adaptação e competição pelo poder, não só procedem a um “encavalitamento” dos espaços políticos tradicionais uns nos outros mas também destes com o próprio espaço estatal – num jogo político que dificilmente poderá ser considerado como de *soma zero*, e que leva mesmo a questionar o simplismo clássico do conceito de autoridade tradicional (cf. Dias, 2001: 32-39) – mas fica o registo desta tendência de contraste regional, que serve, aliás, para introduzir o

pensamento de George Ayittey (2011), um autor incontornável sobre os processos de “democratização” nos contextos africanos pela dissonância conceptual em sentido amplo, e a incomodidade de uma certa militância radical, diga-se, que apresenta em relação à maioria dos investigadores que se ocupam desta problemática.

Com efeito, Ayittey parte da premissa de que “África é pobre porque não é livre”, mas a causa primária não é tanto o que resultou da opressão e da má gestão das potências coloniais, mas sobretudo o que resulta da opressão das próprias autocracias nativas modernas. Esta questão entronca no problema mais vasto, e já formulado a título de preâmbulo na secção 2.1., das mistificações da colonialidade do poder na África pós-colonial, debate a que voltaremos convocando autores como Maldonado-Torres (2007), Grosfoguel (2004, 2007a, 2007b, 2008) e Ndlovu-Gatsheni (2013).

Ora, e recuperando o problema específico da autoridade sobre o universo político-simbólico das sociedades rurais e agrárias africanas, ou seja, nos ditos “espaços tradicionais”, é de reconhecer que a capacidade auto-atribuída e socialmente reconhecida de interpretação do *real* e do *sobrenatural* por parte dos líderes tradicionais produziu um conjunto de estruturas políticas locais dominadas pela figura do *dignitário religioso* com poderes concentrados para actuar no campo político como mediador entre as populações e o Estado, primeiro com o Estado colonial e, mais tarde, com o pós-colonial. Quer isto dizer, e tal como já sublinhámos, que estes *dignitários* ocupam um lugar central, embora não exclusivo, no relacionamento clientelar entre o Estado e as instituições políticas locais.

O que sucede, porém, como assinala o antropólogo nigeriano Olivier de Sardan (1994), é que a figura de mediação de que as autoridades tradicionais são portadoras sofre alterações de conteúdo na transposição da conjuntura colonial para a pós-colonial. Se é de admitir que a autonomia e a relevância social das instâncias políticas locais não se extinguiram, ao contrário do que poderia sugerir a dinâmica centralista inerente à afirmação do Estado africano pós-colonial, a configuração do campo político que estas ocupam acusa modificações substanciais.

Com efeito, a subordinação e, em muitos casos, a incorporação das autoridades tradicionais na burocracia estatal e até no aparelho político-jurídico do Estado conduzem a uma enorme ambiguidade, tanto de papéis e funções, como nas fontes de legitimação, já que

os *dignitários* locais tendem a transformar-me na figura de “notáveis”. Dito de outra forma, estes líderes assumem uma dupla qualidade, a de chefes tradicionais e a de “colaboradores” do Estado (cf. Nieuwaal, 2000), o que levanta vários problemas, nomeadamente na definição do conceito de campo político em África e do sentido das relações que emergem do confronto entre a dita modernidade e tradição, uma dinâmica que envolve espaços ambíguos, sublinhamos, de “notabilidade” e de “carisma” tanto ritual como moral, pequenos enclaves de espaços políticos pré-coloniais – bolsas de resistência, portanto – e espaços estatais, num contexto de correlação e interpenetração com a emergência de “novos agentes” locais e das forças transnacionais.

Perante esta teia complexa de relações e movimento de forças nos espaços políticos africanos, ou seja, feita uma aproximação ao quadro geral das dinâmicas relacionais observáveis no campo político em África, há que proceder a algumas sistematizações mais em detalhe dos conceitos aqui em escrutínio para convocar o paradigma das mistificações da colonialidade do poder.

#### **2.4. O Estado pós-colonial e os “agentes de transformação”**

Começemos por indagar da natureza do Estado pós-colonial sob a óptica da relação entre os governantes africanos e a dita sociedade civil, que integra entre outros “agentes” (ou grupos sociais, num sentido lato) as chamadas autoridades tradicionais.

Na linha do que assinalámos com Ayittey (1991) e Kirk-Greene (1995), e numa primeira leitura, dir-se-ia que há um consenso generalizado entre vários autores (e.g. Médard, 1982; Callaghy, 1984; Chabal, 1986, 1995, 1996; Bayart, 1986, 1989; Badié, 1992; Davidson, 1992; Clapham, 1996; Makumbe, 1998) quanto às *fontes* do Estado pós-colonial em África, o que não implica obviamente uma igual convergência de pensamento quanto ao *conteúdo* do conceito, até porque as próprias fontes relevam de matrizes relativamente diferenciadas de acordo com as especificidades das várias experiências coloniais.

Ora, em traços gerais, a orientação empírica sugere que o Estado africano independente replica o modelo de governação colonial, ou seja, reproduz a lógica dos antigos “soberanos” coloniais na gestão das estruturas sociais, económicas e políticas deixadas por

estes, que não correspondem necessariamente às das respectivas metrópoles (e esta é uma distinção útil no quadro das divergências entre liberais e realistas, discutidas na secção 1.8., e da aplicabilidade das mesmas nos contextos africanos, uma vez que envolvem distintos pressupostos quanto à configuração do poder nacional e ao modo como se manifesta nas relações internacionais).

No caso específico dos espaços africanos, o Estado pós-colonial adopta pois na fase inicial da pós-independência, antes da vaga da chamada *liberalização política* (Lourenço, 2006, 2007), o típico despotismo do Estado colonial (cf. Bayart, 1986, 1989; Chazan, et. al., 1999), acabando por se transformar numa cópia do modelo colonial europeu, isto é, não propriamente do padrão da “metrópole” – insistimos, uma vez que reside aqui um dos primeiros paradoxos inerentes ao fracasso recorrente dos esforços, endógenos e exógenos ao continente africano, para a implementação de modelos de organização política conducentes à pretensa “democratização”, o que, aliás, deve levar a questionar o que é que as sociedades africanas entendem como ideal democrático e as consequências dessa percepção sobre as políticas de desenvolvimento e da ajuda externa – mas da herança dos mecanismos usados pela metrópole para manter o controlo sobre o State power. Dito de outra forma, e no limite, o que sucede é uma reprodução, que nalguns casos é reforçada pelo próprio Estado pós-colonial, da matriz de governação dualista colonial, expressa pela “fractura” entre a área urbana, no centro, dominada pelas elites (a nova “versão” dos “brancos” e “assimilados”), onde há uma tentativa de imitação das políticas da metrópole – para consolidar o chamado “projecto hegemónico” a que se refere Bayart (1989) – e uma área de “mato”, na periferia, habitada pelas populações rurais e agrárias (os antigos “não civilizados”), e na qual as políticas aplicáveis correspondem ao tradicional poder repressivo colonial (cf. Sardan, 1994; Young, 1994), que tende a desprover de sentido, aliás, em muitos aspectos e paradoxalmente, o modelo de “indirect rule” (cf. Jua, 1995: 39-47).

Como aponta o politólogo francês Bertrand Badié (1992), este tipo de governação não mobiliza as populações africanas no geral e as rurais no particular, resultando numa ineficácia geral da gestão da coisa pública que só é possível manter com o recurso a um padrão autocrata e déspota. O problema é sintetizado pelo zimbabuano John Makumbe (1998): “The reality of the matter was simply that African political leaders were anxious to eliminate or, at least, effectively control all forms of political opposition in their countries by occupying all possible political space through their parties and the control of the State power and institutions.”



Trata-se, com efeito, da tendência do Estado em concentrar-se exclusivamente na reprodução do poder – que alguns autores (e.g. Sandbrook, 1987; Chabal, 1995) justificam como um efeito provisório da adaptação dos governantes africanos às estruturas político-administrativas herdadas da administração colonial – expressa em estratégias de governação de tipo neo-patrimonial, ou seja, e como observa Médard (1982), um modelo de gestão que implica a utilização das instituições e dos recursos públicos em benefício da elite governativa e das suas redes de clientela em prejuízo do “bem público”.

Neste contexto de análise, a condição de “marginalidade” do Estado inscreve na sua natureza um risco elevado de implosão, isto é, um potencial de permanente instabilidade ou crise interna (cf. Jackson & Rosberg, 1985; Sklar, 1985; Jackson 1990), porquanto o Estado tende a remeter-se para uma espécie de “autismo social” consubstanciado num défice de interação com a dita sociedade civil (cf. Marenin, 1987). Para o politólogo e sociólogo nigeriano P. Chudi Uwazurike (1990), este “autismo” é tão grave que a relação entre o Estado pós-colonial e a “comunidade civil”, a dos cidadãos – com dinâmicas sociais próprias – degenera nalguns casos até ao nível de um patrimonialismo oligárquico sob uma forma praticamente desconhecida na África colonial com manifestações perversas, entre as quais avultam o culto institucional desmesurado à figura do chefe de Estado (numa lógica de monopartidarismo, em muitos aspectos com carácter totalitário, que confunde o Estado-Nação com o Estado-partido, ou numa lógica de autoritarismo militar com os mesmos efeitos), a violação dos direitos humanos em larga escala e, conseqüentemente, uma instabilidade social e política crónica em todas as frentes.

Com efeito, como sistematiza o especialista em geopolítica africano Mwayila Tshiyembe (2014), o Estado pós-colonial não é um Estado totalitário de tipo mussoliniano ou estalinista, mas reclama a missão de concretizar a unidade nacional, colectiva, que nenhuma exterioridade pode limitar. Inspirado pelo fascismo, no sentido de que tudo reside no Estado e nada fora dele merece ser valorizado, o Estado pós-colonial adopta (ou procura adoptar, caso a insubmissão ou resistência dos micropoderes não o permita na totalidade) uma estrutura institucional de natureza totalitarista – e.g. partido único (monopólio da actividade política, mesmo que admita formalmente o pluralismo e o multipartidarismo), polícia secreta (monopólio da repressão), nacionalização dos meios de informação e comunicação (monopólio da propaganda) – porque só assim pode manter a paz, ou evitar a guerra, e conduzir a Nação para a pretensa unidade nacional. Para o efeito, apresenta uma fonte

ideológica “nacionalista” (cujas matrizes inspiradoras podem variar entre o marxismo-leninismo, o socialismo africano, o capitalismo de Estado ou uma imbricação entre todas estas e mesmo outras). O Estado pós-colonial também não é uma ditadura de tipo franquista ou salazarista, mas em nome da unidade nacional – que o leva a recorrer a tecnologias de poder de cariz totalitário – adota de modo concomitante um modelo autoritário semelhante ao preconizado pelas ditaduras ibéricas. A autoridade reside na força e é um fim em si própria, pelo que não reconhece limites mesmo que estejam codificados no direito positivo. O Estado pós-colonial aproxima-se assim de uma autocracia pretoriana que não admite sucessões no poder. O poder é uno e indivisível. E não é passível de partilha.

É de referir, porém, que esta visão, embora subscrita pela grande maioria dos autores que se ocupam da temática, não está isenta de discórdia, pelo menos a título parcial. É que, tal como assinalámos no início desta secção, se há um consenso mais ou menos generalizado quanto às *fontes* do Estado africano pós-colonial, no sentido de que procede a uma réplica da matriz de governação colonial, o mesmo não se pode dizer quanto ao *conteúdo* do mesmo, até porque não é clara, no tempo e na forma, a transposição da conjuntura (provisória) de *adaptação* para a do Estado africano dito moderno, no quadro da construção da nova ordem global ou do designado “modern world system” (Hopkins & Wallerstein, 1996, *apud* Lourenço, 2007: 6), que se presta a muitas ambiguidades, nomeadamente as que resultam dos discursos *formais* de “democratização política” dos regimes autoritários (monopartidários ou militares)<sup>37</sup>.

Mesmo no contexto de tensão acima referido por força do patrimonialismo estatal, o sociólogo francês Jean-François Bayart (1986), por exemplo, identifica um potencial de acção em determinados grupos sociais afastados do poder político directo, “agentes” com proeminência política e social e com capacidade de desempenhar um papel significativo na relação de intermediação política com o Estado, como os homens de negócios e, claro está, os líderes religiosos. Este autor reedita assim a importância das autoridades tradicionais e sobretudo do paradigma do “patrão-cliente”, que colide em vários níveis com a ideia de “autismo social” do Estado pós-colonial (modificando o *conteúdo* da noção de Estado), na

---

<sup>37</sup> É de recuperar aqui a problemática da “falta de autenticidade” do poder e a distinção operacional entre conduta formal e conduta real, ou *material*, sistematizadas por Moreira (1993: 71), questões que desenvolvemos na secção 1.1.

medida em que este aparece, nestes termos, com predisposição para convocar intermediários, reconhecendo-os como tal, para a arena política e para o jogo que nela decorre.

Neste particular, é necessário indagar da noção de campo político (e excluimos aqui deliberadamente, para simplificar, as divergências quanto a uma distinção operacional entre campo e arena, sobre a qual há uma produção extensa, embora, no limite, ambos os conceitos apontem para a ideia de jogo político) para compreender com maior propriedade as forças e as regras da competição pelo poder nos contextos africanos.

Ora, para Lourenço (2007: 10-17) – cujo pensamento voltamos a convocar pela utilidade da sistematização que faz desta problemática com apoio em vários investigadores – o campo político é um espaço social de lutas estratégicas de poder. Ainda que parta de um pressuposto que difere de autores como Mamdani (1996) ou Dias (2001), ou seja, na interpretação final que dá, porque conclui da condição de *soma zero* e da aplicabilidade do “dilema do prisioneiro” a que nos referimos na secção 1.3. (cf. Coelho, 2012) no jogo político africano, designadamente no que diz respeito à relação entre o Estado pós-colonial e as estruturas políticas locais, Lourenço adopta a perspectiva do “enigma sincrético” de Nieuwaal (2000) para caracterizar a acção política e social das autoridades tradicionais, o que remete, aliás, para uma figura de neotradicionalismo, na medida em que, ao manifestarem capacidade de diálogo com dois mundos sociais e políticos distintos, o esforço de adaptação contínua por parte dos líderes locais assume por vezes até um carácter “profano”, e nesse sentido imprevisível, pois tanto usam vestimentas “tradicionais” como indumentárias “modernas”.

Na linha de Bourdieu (1989: 163-164), que define o campo político como um microcosmos, um pequeno mundo social relativamente autónomo no interior do grande mundo social, “entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”, Lourenço coloca-nos perante um sistema de relações específicas de interdependência que podem assumir naturezas diferenciadas, da aliança ao conflito, da concorrência à cooperação, ou seja, num campo em que há pessoas, “agentes” dotados de *habitus* – no sentido dado por Bourdieu (1989: 169-170; 2003: 64) – predispostos a participar no jogo, como observa Dias (2001), mas também “bens raros”, “espécies de capital” (Giddens, 1984).

Deste modo, o campo político é um lugar em constante dinâmica no qual os “agentes” procuram melhorar a sua posição no jogo através (i) da apropriação e acumulação das “espécies de capital” disponíveis no grande mundo social e (ii) da apropriação das normas e das regras do próprio jogo. Logo, o campo político é um espaço concorrencial para a conquista, manutenção e alargamento da dominação sob uma configuração relacional tendencialmente em equilíbrio (e aqui reside um dos princípios que leva o autor a inferir da condição de *soma zero* na relação entre os dois tipos de “agentes” em escrutínio). Nestes termos, o maior ganho do jogo político é a possibilidade de imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social. Trata-se, portanto, da capacidade de transformar os esquemas de percepção e de acção em categorias explícitas e tributáveis, a todos os participantes no jogo, dando lugar a taxinomias relativamente coerentes e sistemáticas, e da capacidade de as impor como as únicas legítimas (Lourenço, 2006).

Neste quadro analítico, e dito de outra forma, os fundamentos da legitimidade do “agente” Estado e dos “agentes” ditos autoridades tradicionais são tão diferenciados quanto as suas *posições* e *disposições* sociais e políticas. Clarifiquemos. Num primeiro nível de análise, que remete para o plano da interdependência e do exercício legítimo da dominação política, as autoridades tradicionais dispõem da estrutura e da legitimidade local que lhes é conferida pelas comunidades rurais que representam e administram, mas dependem dos poderes públicos, institucionalizados à escala nacional, para obter o reconhecimento público dessa legitimidade e conseqüentemente exercer uma função redistributiva entre o Estado e as populações locais, obtendo do primeiro a “liquidez” financeira e logística para satisfazer as necessidades das segundas. Os poderes públicos, por seu lado, dispõem da estrutura político-jurídica e do monopólio do uso legítimo da força, mas dependem das autoridades tradicionais para obter informações e serem capazes de interpretar, de acordo com as mesmas, as necessidades e as pretensões das populações rurais que determinam a acção do Estado, no que a estas diz respeito, e, conseqüentemente, o “capital” de legitimidade do próprio poder estatal.

Ora, sendo pois uma relação entre forças distintas, a dependência mútua releva sempre da esfera concorrencial, uma vez que ambos os agentes aspiram a manter e, porventura, a alargar a sua capacidade de dominação política, sabendo, porém, que o aumento do poder de um implica a diminuição do poder do outro, ou seja, uma ameaça efectiva para o equilíbrio da relação. Logo, há um elo de competição entre estes agentes políticos e uma predisposição permanente para o conflito, tanto mais que, não sendo possível a estabilidade, e por receio do

desconhecimento do comportamento do adversário, os agentes políticos entram preventivamente em acção. O que faz com que, como conclui Lourenço (2006), “os agentes sejam simultaneamente concorrentes e ‘prisioneiros políticos’ uns dos outros”.

É nesta perspectiva que as autoridades tradicionais, perante as especificidades dos diferentes contextos étnico-geográficos africanos e o modo como neles se posicionam e procuram legitimar-se, aparecem como um elemento primordial no jogo político em África, no sentido de que procedem a uma síntese entre as forças antagónicas que resultam de (i) tipos distintos de pretensão da legitimação da dominação, (ii) de várias competências e “espécies de capital”, e (iii) da própria (di)visão dos mundos ditos “tradicional” e “moderno”. Por outras palavras, e simplificando, o que reverte a análise para a premissa inicial, as autoridades tradicionais aparecem como o intermediário político predominante entre os poderes públicos e as populações rurais e agrárias, tanto mais que, noutra dimensão, são os “agentes” que se apresentam como insubstituíveis na tutela da legitimidade cerimonial de um outro “capital” inalienável, o dispositivo ritual mágico-religioso que funda a ordem cosmológica das respectivas comunidades que representam e a favor das quais exercem a mediação com o Estado.

É de sublinhar, porém, e concretizando esta leitura, que a condição de mediador privilegiado por força, no limite, do domínio sobre um determinado capital inalienável concorre com a possibilidade do recurso à repressão simbólica ou material por parte do Estado, na medida em que este tem ao seu dispor, como já referimos, o monopólio do uso legítimo da violência. Significa isto que a mediação em contexto de competição é indissociável de uma situação de interdependência, pelo que Lourenço, na senda de vários autores em que avulta Nieuwaal (2000), defende a aplicabilidade do “dilema do prisioneiro”, ou seja, o pressuposto de que o “agente” Estado e os “agentes” ditos autoridades tradicionais estão *consagrados* um ao outro, não obstante cada um procurar definir a sua autonomia política.

## **2.5. Da relação clientelar na transição para a “modernidade”**

Esta dinâmica relacional do campo político em África, que releva da indagação das forças e das regras da competição pelo poder tuteladas pelo Estado e pelas chamadas autoridades tradicionais, é fundamental para seguir a noção de poder sob as mundivisões

subarianas, mas sugere alguns aspectos que importa observar e que obriga a recuperar o Estado pós-colonial de matriz autocrata e déspota e o advento da transição para a chamada *liberalização política*.

Uma primeira consideração releva do debate sobre as funções desempenhadas pelas autoridades tradicionais nas sociedades africanas, que reforça a ideia de que, independentemente do nível de despotismo do Estado pós-colonial e da sua governação de tipo neo-patrimonial, as mesmas não se eclipsaram. Mesmo considerando que as estratégias estatais para a captura da *autoridade sobre a terra* enfraqueceram o “património” destas estruturas políticas, é de sublinhar, como já observámos, que o fundamento da sua dominação decorre não só dos recursos naturais mas também dos recursos rituais e simbólicos, “na crença quotidiana da santidade das tradições”, como escreve Weber ao distinguir a dominação de carácter *tradicional* da dominação *racional-legal* (cf. Lourenço, 2007: 10-12), o que confere uma legitimidade *natural* para o exercício da autoridade ritual e moral. Trata-se, portanto, de um “capital” inalienável que referencia os líderes locais como figuras incontornáveis na mediação entre as populações e o Estado, tanto colonial como pós-colonial.

Acresce o já referido elevado grau de *adaptabilidade* das autoridades tradicionais a mutações conjunturais, posta em evidência precisamente pelo referido debate quanto aos papéis que as mesmas desempenham. Como anota Dias (2001: 32), apesar de partirem de perspectivas de análise diferentes, é neste ponto que vários autores se situam; tanto os que acentuam o carácter híbrido dos papéis das autoridades tradicionais (e.g. Nieuwaal, 2000), como aqueles que as vêem como agentes políticos locais numa luta constante por lugares de poder, ao nível local, entre uma multiplicidade de agentes sociais (e.g. Sardan, 1994).

Uma segunda consideração relaciona-se com a própria crise interna do Estado pós-colonial que faz avultar a importância das autoridades tradicionais, embora apenas até a um determinado nível, uma vez que, ao mesmo tempo e paradoxalmente, regista-se também uma tendência de enfraquecimento dos laços religiosos, devido ao aumento do êxodo rural, e uma redução da visibilidade política destas estruturas políticas forçada pelo esvaziamento da sua função redistributiva, a que não é alheio o movimento de *liberalização* política e económica, as chamadas políticas de transição com vista ao “pluripartidarismo” e à “democratização” inerentes à fundação do Estado africano “moderno” e à nova etapa do Estado pós-colonial.

Com efeito, e recuperando o que dita o início desta segunda fase, os vários planos de contenção financeira e de ajustamento estrutural e a política de privatizações impostos aos diferentes Estados africanos pelas organizações políticas e financeiras internacionais, no quadro do paradigma desenvolvimentista, retiram o monopólio patrimonial ao Estado, fazendo com que as estruturas políticas locais se tornem intermediárias redistributivas entre o Estado e as populações e, progressivamente, mais autónomas em relação a este, o que, aliás, leva-as a pensar não só em novas formas de relacionamento com o Estado, como também em modos alternativos e criativos de acumulação e redistribuição.

Na prática, o empobrecimento patrimonial do Estado, aliado à sua incapacidade de fazer face à crescente multiplicidade de intermediários, tradicionais e “alternativos”, acabam por retirar à relação clientelar qualquer sentido material e político (Dias, 2001: 33). Dito de outra forma, a relação “patrão-cliente” muda de direcção e de conteúdo em razão (i) dos chefes tradicionais começarem a negociar directamente com os “agentes” externos e (ii) do aparecimento de novos “agentes” políticos, com interesses diferenciados, a posicionarem-se no interior da “sociedade civil”.

É um quadro de crise generalizada, económica e política, de muitas indefinições e ambiguidades, que força uma reconfiguração do Estado, e tanto aumenta, por um lado, como restringe, por outro, o espaço de acção das autoridades tradicionais, que se obrigam assim a novas estratégias num contexto de crescente êxodo rural e esvaziamento da função redistributiva, ou seja, no âmbito do novo ciclo do Estado pós-colonial.

E é aqui que importa esclarecer que a relação entre o Estado e as autoridades tradicionais é útil, enquanto perspectiva de análise para a captura da noção de poder, mas não esgota a problemática na medida em que o campo político, nos contextos africanos, compreende outros “agentes” políticos não estatais, exógenos, como algumas forças transnacionais, e endógenos, “outros” grupos sociais, “outros” homens e mulheres, regra geral, organizados e portadores de interesses diferentes dos “agentes” ditos autoridades tradicionais, isto é, com historicidades total ou parcialmente autónomas das dos actores tradicionais, o que leva a questionar novamente o sentido da dinâmica conceptual entre tradição e modernidade bem como da centralidade empírica do State power.

É que, se assim não fosse, reduzir-se-ia a luta política nas sociedades africanas a um mero “braço de ferro” entre as autoridades tradicionais e o Estado, que neste contexto teriam de ser entendidas como algo de homogêneo e “convencionado”, o que não corresponde à complexidade dos comportamentos observáveis. De resto, retirar-se-ia a manifesta criatividade e adaptabilidade das próprias autoridades tradicionais, ou seja, a sua capacidade de sobrevivência e de contínua adaptação política que mantém viva a sua “memória social” ancestral (Ray, 1996).

Por outro lado, a problemática dos novos agentes políticos locais leva também a questionar o simplismo clássico da noção de autoridade tradicional, nomeadamente pela via da temporalidade da legitimação que funda essa mesma autoridade, o que nos reencaminha para os argumentos aduzidos por Dias (2001: 35-36), designadamente o valor heurístico do próprio termo de modernidade, que percorre acriticamente numerosos estudos sobre as relações de poder em África, porquanto “comporta em si um forte determinismo, isto é, a ideia de um fim à vista; transformar o antigo no novo”, o que põe em causa “não só a adaptabilidade das autoridades tradicionais às variações conjunturais, como também a própria noção de tradicional em ciências sociais”.

Neste particular, acresce ainda o problema da aplicabilidade ou não do jogo de *soma zero* e do “dilema do prisioneiro” como pressuposto básico para a análise da natureza da acção dos “agentes” políticos, estatais e não estatais, tradicionais e alternativos, ou novos. Ora, para Dias (2001: 35-39), o jogo político é, acima de tudo, uma luta política complexa entre vários actores, em que nenhum cede no seu interesse particular em termos de submissão ao interesse do outro ou ao interesse geral. Neste sentido, defende o autor, para que o jogo político se dinamize é necessária a existência de ganhos e de pessoas, de agentes predispostos a participar no jogo, isto é, de agentes dotados de interesses e maneiras de fazer próprios e conhecedores e reconhecedores das regras imanentes ao jogo e dos seus ganhos específicos. Logo, se a estrutura do campo ou da arena é um produto de relações de força entre agentes e instituições, ela própria constitui-se como o *tout début* das estratégias de poder nos contextos africanos.

De resto, e última instância, seguindo ainda esta linha pragmática que afasta a pretensão do sincretismo entre as sociedades rurais e a sociedade civil e a “bondade” empírica de não encontrar “vencedores” nem “perdedores”, é de referir que o acesso ao Estado nunca



deixa de ser um objectivo mesmo para os “sujeitos” tradicionais. Segundo Dias, “o terreno estatal é o alvo cada vez mais evidente dos diferentes actores tradicionalmente vistos como acantonados no campo das ditas instâncias políticas étnicas e étnico-religiosas”.

Nesta perspectiva, como assinala Mamdani (1996), o essencial do debate não se localiza no confronto ou no exercício de conciliação entre as duas tendências analíticas que têm pautado os estudos sobre a política africana, a “modernista” e a “comunitarista” ou “eticista”, mas nas razões que suportam e concorrem para o fenómeno mais ou menos generalizado da invasão da “cidadela branca”, isto é, do espaço político estatal, por parte de actores políticos considerados, regra geral, como incapazes de se desligarem ou saírem do casulo da sua “tradicionalidade”. Por outras palavras, os agentes ditos tradicionais e os novos agentes políticos locais, ao deslocarem a sua acção para o interior do campo político “moderno”, tentando conjugar ao mesmo tempo a política local com a regional e a nacional, têm vindo a pôr em causa o confinamento ao “gueto da tradicionalidade” – para o qual remetia, desde o Estado colonial, a dualização das sociedades africanas – e, em última instância, a dar corpo à esfera que configura, grosso modo, a sociedade civil.

É de anotar, como defende Dias (2001), que não se trata, porém, de um exercício de cidadania no sentido pleno do termo, tal como foi idealizado no Ocidente, nem propriamente de uma consequência da “modernização” das instituições estatais, mas do resultado da ambiguidade de papéis e funções reforçado pelo próprio Estado pós-colonial. Clarifiquemos. Enquanto o Estado colonial promoveu uma progressiva degradação dos espaços políticos pré-coloniais criando um novo espaço público de soberania, que poderíamos descrever como um espaço tradicional de “notabilidade” mais ou menos associado ao espaço estatal e com muitas ambivalências, no sentido de que os líderes locais assumem uma dupla qualidade, a de chefes tradicionais e a de “colaboradores” do Estado (cf. Nieuwaal, 2000), o Estado pós-colonial mais não fez do que reforçar as mesmas ambiguidades com implicações na definição e afirmação da sociedade civil em África.

Com efeito, o exercício da cidadania é inerente ao processo de construção do Estado no contexto social, cultural e político europeu e remete para a historicidade do próprio processo. Em termos de código, o conceito pode ser expresso como o conjunto de direitos e obrigações de observância geral, que geram poder e responsabilidades, inscrito na Lei. Desta forma, como salienta o sociólogo israelita Shmuel N. Eisenstadt (1997: 36, *apud* Dias, 2001),

“a ideologia da cidadania ligou-se à expansão do acesso à representação através da luta e do protesto político, representação de todos os cidadãos, em todos os sectores da sociedade, com a tónica posta na plena responsabilização dos governantes perante os cidadãos”.

Contudo, os elementos constitutivos da cidadania são incompatíveis com os do estatuto de senioridade que tradicionalmente rege o direito de participação política em África, ou melhor, a diferenciação de direitos de participação política, o que aliás sugere que cidadania e participação política são conceitos que raramente se cruzam no contexto africano no geral (Comaroff & Comaroff, 1999).

Logo, ao assumirmos que, nos espaços africanos, cidadania e participação política mostram ter trajectórias distintas e, em vários níveis, incompatíveis – até porque a primeira reflecte especificamente um “ganho” das camadas sociais “implicadas” no “sector moderno” das sociedades, nomeadamente alguns grupos do sector dos “assimilados”, durante o período colonial, e os grupos mais jovens e escolarizados da população e das camadas sociais urbanizadas, na actualidade – é de aceitar que a participação política é também, e sobretudo, uma relação de oposição e *resistência* em termos identitários entre os sectores ditos tradicionais e o Estado, sectores que, sublinhamos, se “encavalitaram” uns nos outros e no próprio espaço estatal.

Deste modo, a sociedade civil aparece nos contextos africanos como um tecido de operações profundamente fragmentado com sentidos diferenciados e antagónicos, que não corresponde à composição que é conhecida e reconhecida noutras sociedades. O que se explica, aliás, não só pela referida ambiguidade de papéis e funções, mas também por um conjunto de mistificações que “distorcem” os conteúdos das dinâmicas de representação e responsabilização política tradicionalmente incrustadas na sociedade civil. Trata-se, pois, de uma questão que se insere numa problemática mais vasta, designadamente a das mistificações recorrentes da colonialidade do poder na África pós-colonial.

## **2.6. Da crise do Estado africano: a versão externalista e a internalista**

Como ponto de partida e para uma melhor contextualização desta problemática, que envia a reflexão crítica sobre a modificação do conteúdo dos conceitos em escrutínio – que aqui tem estado a ser perseguida sob várias perspectivas de análise – para o campo mais

alargado da “distorção” desses mesmos conteúdos, isto é, sob o ponto de vista do modo como são percebidos, ou melhor, do modo como se produz e influencia essa percepção, e do modo como essa percepção determina a acção dos agentes que actuam no campo político em África, trazendo para o debate desafios adicionais na formulação dos problemas, cremos ser pertinente recuperar o pensamento de George Ayittey (1991, 2002, 2011). É uma leitura do âmbito do paradigma desenvolvimentista, mas com utilidade pelo que dela se pode extrair em termos de arquitectura empírica.

Com efeito, ao questionar a validade heurística de muitas das proposições dominantes – ainda que as posicione no plano macroscópico e situe a análise no campo do State power, acusando os embaraços conceptuais que daí decorrem – este economista ganês propõe uma linha de ruptura que coincide, em alguns aspectos, com o impulso para a revisão de natureza epistemológica preconizada pelos vários autores que se ocupam da temática da colonialidade do poder (e.g. Maldonado-Torres, 2002, 2007; Santos, 2007, 2009; Grosfoguel, 2004, 2007a, 2007b, 2008; e Ndlovu-Gatsheni, 2013).

Para Ayittey, o essencial da problemática do poder na África pós-colonial não reside propriamente na discussão e interpretação das clivagens ou crispações entre as visões “modernistas” e “eticistas”, ou seja, na análise da acção dos agentes políticos enquanto protagonistas de dinâmicas de interdependência entre espaços tradicionais e espaços modernos, associados ao espaço estatal – que decorre da historicidade do Estado colonial e da sua matriz de governação como fonte do Estado pós-colonial – mas na desmistificação dessas mesmas clivagens, em rigor, na desmistificação do *conteúdo* dessas clivagens, o que leva a recuperar a interrogação que aqui já formulámos quanto ao papel desempenhado pelo Estado em África, ou seja, a indagar não *o que é* mas *o que faz*.

Neste sentido, o autor questiona, não a matriz de governação colonial que porventura é replicada pelo Estado pós-colonial, sublinhamos, mas a essência da própria condição de pós-colonial do Estado africano para inferir das suas consequências – ou seja, e apesar da aparente contradição, para inferir do que o Estado faz e não do que incorpora – para as sociedades africanas e aplicar a tese do colapso económico no continente como resultado não propriamente da opressão e da gestão das potências coloniais mas sobretudo da opressão das

próprias autocracias nativas modernas<sup>38</sup>, como aliás já observámos na secção 2.3. a propósito do impacto do processo de nacionalizações na África Ocidental francófona.

Para isso, Ayittey (2002: 2) tipifica duas perspectivas de análise, que designa como a “externalista” e a “internalista” e dentro das quais “acantona” os respectivos “agentes” activos, matrizes analíticas que sistematiza nestes termos: “Externalists ascribe Africa’s woes to factors beyond Africa’s control: Western colonialism and imperialism, the pernicious effects of the slave trade, racist conspiracy plots, exploitation by avaricious multinational corporations, an unjust international economic system, inadequate flows of foreign aid, and deteriorating terms of trade. Internalists, on the other hand, lay the blame largely on the shoulders of the local systems of governance: excessive state intervention and associated corruption of institutions at all levels, from the police and judiciary to the highest branches of government”.

Com este mapeamento, Ayittey sinaliza a natureza do Estado pós-colonial ao referenciar a maioria dos líderes políticos africanos na versão externalista, isto é, como subscritores do argumento segundo o qual todos os males de África se devem à “conspiração” de agentes externos. Com efeito, na óptica de Ayittey, “many African leaders rigidly adhered to this externalist position. In fact, since independence in the sixties, African leaders, with few exceptions, attributed almost every African malaise to the operation or conspiracy of external agents. African leaders still point fingers at everyone else but themselves”.

Neste contexto de análise, generaliza-se uma tendência endógena africana de (i) desresponsabilização por todos e quaisquer fracassos da governação pós-colonial e de (ii) tentativa de reforço da autoproclamação da legitimidade da autoridade estatal para a gestão da

---

<sup>38</sup> A partir da análise de dados do Banco Mundial referentes a 1997, Ayittey (2002: 1-2) conclui que, no conjunto do continente africano, o rendimento real *per capita* caiu 14,6 por cento em relação ao valor registado em 1965, ou seja, pouco depois da conclusão do processo de descolonização da maioria dos territórios ocupados pelas potências coloniais europeias, “making most Africans worse off than they were at independence”. Em 1997, refere ainda o autor, o rendimento bruto *per capita* em África estava situado nos 1.460 dólares norte-americanos em comparação com 1.590 no sul asiático, 3.170 no leste asiático e 6.730 na América latina. Em contrapartida, e para demonstrar o que Ayittey classifica como o “paradoxo africano” entre os recursos e os níveis de (sub)desenvolvimento, “Africa has 40 percent of the world’s potential hydroelectric power supply; the bulk of the world’s diamonds and chromium; 50 percent of the world’s gold; 90 percent of its cobalt; 50 percent of its phosphates; 40 percent of its platinum; 7.5 percent of its coal; 8 percent of its known petroleum reserves; 12 percent of its natural gas; 3 per cent of its iron ore; and millions upon millions of acres of untilled farmland (Lamb, 1983: 20). It also has 64 percent of the world’s manganese, 13 percent of its copper, and vast bauxite, nickel and lead resources. It accounts for 70 percent of cocoa, 60 percent of coffee, 50 percent of palm oil, and 20 percent of the total petroleum traded in the world market, excluding the United States and Russia”.

coisa pública, independentemente do tipo de regime político que adopte e dos resultados a que conduza, uma vez que estão justificados *à priori*. Daí que Ayittey retome a tese da condição de marginalidade do Estado pós-colonial africano defendida por vários outros autores (e.g. Jackson & Rosberg, 1985; Sklar, 1985; Sandbrook, 1987; Jackson, 1990; Chabal, 1995), não hesitando em classificá-lo como “vampírico” ou “pirata”, na prática, denunciando por outras palavras o patrimonialismo estatal a que se refere Uwazurike (1990: 5): “What exists in many African countries is a ‘vampire’ or ‘pirate’ state, a government hijacked by a phalanx of gangsters, thugs and crooks who use the instruments of the state to enrich themselves, their cronies and tribesmen. All others are excluded”.

Em síntese, a versão externalista – que, para Ayittey, domina o discurso e a visão dos círculos governamentais e dos intelectuais e académicos africanos “radicais” até aos finais da década de 1980 – traduz-se por sistemas políticos ditatoriais, assentes no culto institucional à figura do chefe de Estado, e por sistemas económicos fortemente dirigidos. “The rationale for the adoption of these systems is well-known: the need for national unity, ideological aversion to capitalism, and the need to protect the newly-independent African nation against foreign exploitation”, conclui o autor.

Por oposição, na versão internalista, que desponta a partir da década de 1990 com uma nova geração de africanos (e acaba por envolver figuras como o diplomata ganês Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU) – “who stressed the role of internal factors, including misguided leadership, misgovernance, systemic corruption, capital flight, economic mismanagement, declining investment, collapsed infrastructure, decayed institutions, senseless civil wars, political tyranny, flagrant violations of human rights, and military vandalism, among others” (Ayittey, 2002: 3) – é reconhecido o efeito dos factores externos mas é-lhe dada uma importância relativa comparada com a do impacto dos factores internos para a configuração da actual situação política, económica e social em África.

Neste quadro, o interesse desta tipificação, além dos aspectos já enunciados, reside sobretudo na possibilidade de identificar algumas sinalizações quanto à problemática da colonialidade do poder que surgem na versão externalista, por exemplo nas palavras do historiador e politólogo queniano Ali Al’amin Mazrui, ao referir-se à rebelião africana “against westernization masquerading as modernity” (1986: 210), ou no pensamento do economista egípcio Samir Amin (2009: 165-188), ainda que releve de um contexto diferente,

um intelectual neomarxista que caracteriza o eurocentrismo como uma distorção ideológica da realidade, uma mitologia, uma farsa histórica e moral assente na apropriação da racionalidade grega e do cristianismo para criar, legitimar e justificar a ordem social capitalista de exploração e a conquista do mundo não-ocidental. Quer isto dizer que, apesar da “distorção” que, regra geral, é atribuída a esta visão e do que dela resulta, formal e materialmente, é nela porém que radicam as fontes de uma ruptura epistemológica que visa, paradoxalmente, corrigir essa mesma “distorção”, como de resto sugere o próprio Samir Amin.

Clarifiquemos. Se é necessária uma mudança de paradigma para observar as relações de poder nos contextos africanos e inferir das razões que concorrem para o fracasso do Estado pós-colonial na fase inicial das independências, nos termos que temos vindo a seguir com George Ayittey e os autores nos quais se apoia, é igualmente necessário rever a matriz de poder em que assenta esse novo paradigma, porquanto os elementos constitutivos das formas de opressão e exploração criadas pelos próprios africanos não são necessariamente divergentes dos que fundam a pretensão de adoptar um novo modelo que as combata, na prática, um modelo de adaptação à dita “modernidade”, noção que, de resto, suscita um intenso debate não só pela sua relação com o conceito de tradição – uma perspectiva de análise que seguimos na secção 2.5. – mas também e sobretudo pela relação com a ideia de “colonialidade” e a problemática do “mundo colonial/moderno”, a que se referem autores como Mignolo (2002: 452; 2003: 633) e Maldonado-Torres (2008: 84), a partir da leitura de Fanon (1963).

E voltamos ao campo dos impasses e dilemas africanos, um conjunto de ambiguidades e indefinições que, para investigadores como Ndlovu-Gatsheni (2013), radica numa “distorção” da própria mundivisão africana forçada por mistificações várias que decorrem da designada colonialidade do poder na África pós-colonial.

## **2.7. Das mistificações da colonialidade do poder**

Para este académico sul-africano – que adopta as ferramentas conceptuais e analíticas da perspectiva da colonialidade crítica desenvolvida por um grupo multidisciplinar de

intelectuais latino-americanos<sup>39</sup>, defensores das chamadas epistemologias descoloniais – a colonialidade do poder tem um carácter global e é portadora da figura de um neocolonialismo de matriz ocidental que se manifesta nas mais variadas dimensões da actividade humana, o que coincide com a interpretação do sociólogo peruano Aníbal Quijano, citado aliás por Ndlovu-Gatsheni: “La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal” (2000: 342).

Neste sentido, Ndlovu-Gatsheni recupera as três grandes dimensões da colonialidade propostas por Quijano no âmbito do projecto M/C – a do (i) poder, a do (ii) conhecimento e a do (iii) ser – porquanto considera serem “useful analytical tools enabling a deeper understanding of the roots of African predicaments and dilemmas, be they political, social, ideological, economic or epistemological” (2013: 7), para tipificar as componentes estruturantes das relações de dominação e exploração de matriz ocidental observáveis no mundo não-ocidental no geral, e em África, em particular, sobretudo na África pós-colonial (o que sugere a referida mistificação do poder e a ilusão da “independência” e da “liberdade” que obscurecem a continuidade do passado colonial na chamada “era pós-colonial”)<sup>40</sup>.

Ora, segundo o autor, esta *ocidentalidade* inscrita nas relações de dominação e exploração manifesta-se (i) no controlo das economias africanas, nomeadamente através das expropriações e da exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais; (ii) no controlo das autoridades tradicionais, em sentido lato, o que pressupõe o controlo das respectivas comunidades que representam e, por conseguinte, a atribuição aos líderes locais de um papel de “supervisão de baixo escalão” dos africanos, os quais são entendidos neste particular e de forma generalizada e homogénea como mera mão-de-obra barata e pagadores de impostos; (iii) no controlo do género e da sexualidade de modo a que a estruturação das famílias e a

---

<sup>39</sup> Trata-se do projecto “Modernidade/Colonialidade” (M/C), o programa de investigação latino-americano mais importante da primeira década de 2000 – em que avultam nomes como Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Aníbal Quijano, e Arturo Escobar, incluindo igualmente o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos – assente na construção de um modelo de pensamento crítico “descolonial” que visa refractar e superar a problemática do “mundo pós-colonial neocolonizado” sustentada pelas epistemologias ocidentais de dominação e exploração (cf. Maldonado-Torres, 2008: 71-114; Grosfoguel, 2008: 115-147).

<sup>40</sup> A problemática do passado e do presente, e da manipulação recíproca entre os dois como uma operação de reconstituição identitária, é objecto de análise de vários autores, em que avulta o filósofo camaronês Achille Mbembe (2013: 81-86).

educação possam ser influenciadas e condicionadas; e (iv) no controlo da subjectividade e do conhecimento, que permita a imposição de uma epistemologia ocidental e molde os processos formativos de desenvolvimento da subjectividade negra.

Para Ndlovu-Gatsheni, a aplicação desta matriz na África contemporânea aparece incrustada nos modelos de governação do Estado pós-colonial, independentemente do regime político adoptado, formal ou materialmente, o que constitui a *face visível* da mesma, mas também no que resulta da formatação colonial das actuais relações de poder social e político, o que constitui a sua *face invisível*.

Quer isto dizer que, na linha do pensamento de Quijano (2007) e Grosfoguel (2007a, 2007b), a colonialidade do poder “articulates continuities of colonial mentalities, psychologies and worldviews into the so-called ‘postcolonial era’ and highlights the social hierarchical relationships of exploitation and domination between Westerners and Africans that has its roots in centuries of European colonial expansion but currently continuing through cultural, social and political power relations” (2013: 8).

Trata-se, pois, como caracteriza Grosfoguel (2004), de uma colonialidade de natureza global, “which currently flexes its muscles in the form of globalization through which Western particularistic ideas, values and traditions are being spread across the world as global norms of governance”, procurando esconder assim a figura intrínseca de neocolonialismo de que é portadora. Uma figura que, para o conjunto de autores que temos estado a convocar, pode ser observada a partir de dois níveis adicionais: o da colonialidade do conhecimento e o da colonialidade do ser.

Na leitura de Escobar (2007), o primeiro nível adicional remete para a esfera epistemológica e implica indagar da forma como a “modernidade colonial” interfere com os modos africanos do saber, os sentidos ou significados sociais, isto é, os modos como os africanos imaginam, vêem e produzem o conhecimento, com vista a substituir as epistemologias eurocêntricas que assumiram o carácter e a presunção de saberes objectivos, científicos, neutrais e universais, ou seja, os únicos realmente válidos. Com base neste pressuposto, cujos problemas se encontram sistematizados por Chabal & Daloz (1999), Aníbal Quijano aplica a doutrina: “Coloniality of knowledge directly addresses the crucial question of how Western modernity spread through displacing other cultures, subordinating



others and colonizing the imagination of the colonized peoples. This took the form of repression of existing African beliefs, ideas, images, symbols and forms of knowledge that were found to be repugnant to global colonial domination” (2007: 169).

Com efeito, como sublinha o sociólogo peruano, os ocidentais labutaram de forma incansável para impor o seu conhecimento à escala global como o único válido, espalhando-o pelo mundo através do cristianismo e de outros meios que, no caso de África, resultou num processo de apropriação e sobreposição dos saberes locais existentes. Neste sentido, o conhecimento ocidental e o poder imperialista trabalharam juntos para transformar a dominação ocidental e o eurocentrismo numa matriz universal e inscrevê-la em todo o continente africano, a colonialidade invisível que a descolonização não erradicou. Pelo contrário. Como sublinha Fanon (1963), a descolonização não se resume a alcançar a libertação nacional; ao invés, pressupõe a criação de uma nova ordem material e simbólica que tem em consideração o espectro completo da história humana, incluindo as suas conquistas e fracassos. Daí a sentença de Grosfoguel (2007a: 220): “The decolonization standpoint obscured the continuities between the colonial past and current global colonial, racial, patriarchal and hegemonic hierarchies and, in the process, contributed towards continuities of ‘invisibility of coloniality’ today”.

Acresce, por fim, enquanto segundo nível adicional, a colonialidade do ser que, de acordo com Maldonado-Torres (2008: 84-96), refere-se ao paradigma dos “condenados da terra”, como chama Frantz Fanon, ao *ser-colonizado* que emerge quando o poder e o pensamento se tornam mecanismos de exclusão, um produto do “mundo colonial/moderno” ou da *modernidade/colonialidade* na sua íntima relação com a colonialidade do poder, com a colonialidade do saber e com a própria colonialidade do ser. Trata-se do processo que define o ser e os seus sentidos, o que remete para a historicidade da experiência colonial e para as ideias nascidas e perpetuadas pelo *submundo* da colonialidade; para as dinâmicas de poder de carácter preferencial, que discriminam os indivíduos e tomam por alvo determinadas comunidades; para o que Ndlovu-Gatsheni (2013: 8) caracteriza como a desumanização e despersonalização dos colonizados negros. Uma codificação ontológica fundada na herança epistémica e identitária, isto é, na prática colonial das hierarquias raciais do poder – “a domain of violence, war, rape, diseases, death and mourning”, no qual os *seres-colonizados* são reduzidos a *não-seres* – que define os espaços africanos actuais, ditos modernos, no

quadro da “continuidade colonial” ou, por outras palavras, da referida colonialidade da “era pós-colonial”.

De resto, para Maldonado-Torres (2008: 108), este é um paradigma que está tão enraizado que nem autores como Derrida (1983) e Habermas (1990) conseguiram derrubar, uma vez que apelam, quando muito, a críticas eurocêntricas do próprio eurocentrismo, “ao invés de desafiarem as geopolíticas racistas do conhecimento que se tornaram tão centrais no discurso ocidental”.

Ora, perante estas coordenadas, que propõem uma reavaliação da noção de modernidade à luz da experiência colonial, fazendo avultar a importância da espacialidade geopolítica, ou seja, abrindo “uma porta analítica e crítica que revela o lado mais escuro da modernidade e o facto de nunca ter existido, nem poder vir a existir, modernidade sem colonialidade”, como afirma Mignolo (2003: 633), é de seguir o pressuposto de Maldonado-Torres (2008: 94) segundo o qual “a colonialidade faz referência à raça e, conseqüentemente, ao espaço e à experiência”, bem como concretizar a problemática nos termos em que a formula: “A modernidade implica a colonização do tempo pelo europeu, isto é, a criação de estádios históricos que conduziram ao advento da modernidade em solo europeu. Todavia, os próprios laços que ligam a modernidade à Europa nos discursos dominantes da modernidade não conseguem deixar de fazer referência à localização geopolítica. O que o conceito de modernidade faz é esconder, de forma engenhosa, a importância que a espacialidade tem para a produção deste discurso. É por isso que, na maioria das vezes, aqueles que adoptam o discurso da modernidade tendem a adoptar uma perspectiva universalista que elimina a importância da localização geopolítica. Para muitos, a fuga ao legado da colonização e da dependência é facultada pela modernidade, como se a modernidade enquanto tal não tivesse estado intrinsecamente associada à experiência colonial”.

Neste contexto analítico, isto é, tendo em conta os elementos constitutivos do conceito de modernidade sob a perspectiva da colonialidade crítica, Ndlovu-Gatsheni (2013: 12) considera que se torna claro que o *mundo colonial/moderno* “is a domain of myths of decolonization and illusions of freedom and a terrain of unfinished nation-building, fragmented identities and failing economic development. At its centre is the reign of epistemological colonization”. Segundo o autor, é esta, pois, a matriz de poder que configura o campo político africano pós-colonial, mistificado e distorcido pelo conjunto de padrões

antigos de poder que emergiram do colonialismo e que continuam a definir a cultura, a produção de conhecimento e as relações intersubjectivas do sujeito africano. Uma matriz que se esconde, como assinala Maldonado-Torres (2007: 243), nas narrativas e na própria auto-imagem dos africanos. Numa frase, conclui Ndlovu-Gatsheni (2013: 16), “Africans have breathed and lived coloniality since their colonial encounters and it continues to shape their everyday life today”.

Este paradigma radical, ao pôr a tónica no carácter invisível da colonialidade do poder, faz avultar a capacidade de moldar e influenciar a percepção dos indivíduos bem como a de inscrever, a vários níveis, um sentido determinista na acção dos mesmos, na medida em que é a percepção que dita a acção. Contudo, e noutra linha de análise, é de observar, como chama a atenção Maldonado-Torres (2008), que os conceitos de colonialidade do poder, colonialidade do conhecimento e colonialidade do ser também podem tornar-se problemáticos se não derem espaço à enunciação das cosmologias não-ocidentais e à expressão das diferentes memórias culturais, políticas e sociais, o que, aliás, coincide com as reservas que formulámos na secção 2.2.

Daí que Grosfoguel (2008: 143-144) defenda uma redefinição e reconfiguração do próprio conceito de universalidade, no sentido da criação de um universal descolonial que respeite e integre as múltiplas particularidades locais nas lutas contra a colonialidade e a modernidade eurocentrada, no quadro da diversidade dos projectos históricos ético-epistémicos descoloniais. Trata-se de um apelo à diversidade das formas institucionais de socialização do poder assentes nas diferentes respostas ético-epistémicas descoloniais dos grupos subalternos do sistema-mundo a partir de uma perspectiva de transmodernidade. É que as formas de socialização do poder que emergem, por exemplo, no mundo islâmico são bastante diferentes das que emergem nos povos bantu da África Ocidental. Apesar de partilharem um projecto comum, “na sua luta anti-imperialista, antipatriarcal e anticapitalista descolonial”, dão ao mesmo concepções e formas institucionais diversas, de acordo com as suas múltiplas e diferentes epistemologias. Logo, e como preconiza Mignolo (2000), é necessário um apelo a um universal que seja pluriversal.

## Conclusão

A dimensão pluricultural e pluriétnica das sociedades africanas obriga a reequacionar as categorias empíricas que concorrem para a captura da noção de poder e dos conceitos associados, uma vez que há uma modificação no conteúdo nos mesmos. Quer isto dizer que a racionalidade weberiana – que formata a orientação dos estudos sobre o poder nas suas várias versões e traduz, de uma forma genérica, a herança tradicional do pensamento ocidental – requer um exercício conceptual de maior amplitude, porquanto ao ancorar-se na estrutura dos sistemas sociais das sociedades industrializadas ocidentais tende a excluir contextos diferentes de codificação, como o subsariano, no qual avultam outras dimensões, designadamente as que resultam do universo político-simbólico.

Com efeito, a reapreciação dos modelos analíticos, isto é, da aplicação de um sistema de ideias em contextos de codificação diferentes daquele em que foi concebido, pressupõe aceitar que (i) o poder deve ser visto como um artefacto da imaginação e uma faceta da criatividade humana e que (ii) cada “cultura” traduz uma visão distinta do mundo que carece de ser interpretada e discutida à luz da sua própria coerência interna. Estes pressupostos ganham particular importância se consideramos que, no caso específico dos contextos africanos, o comportamento ritual está intimamente ligado aos processos de conversão das formas de poder e da sua transformação em capacidades de controlo sobre a vida social.

Importa, pois, afastar o modelo do poder de padrão centralista e hegemónico do Norte global – incluindo o apêndice das críticas eurocêntricas ao próprio eurocentrismo – que, regra geral, é usado pelos cientistas sociais, uma matriz constituída dentro de um contexto cultural ocidental, que tende a obscurecer as crenças e as experiências daqueles que se procura entender, e assumir uma etnografia da dominação guiada pela descodificação das noções culturais que dão sentido aos comportamentos observáveis nos espaços africanos, isto é, uma descodificação das premissas culturais inerentes à autoridade, e à legitimidade que a sustenta, nas múltiplas formações etnosociais africanas.

Neste sentido, é necessário delimitar o contexto estrutural e conjuntural do espaço africano, particularmente o campo político na África contemporânea, o que pressupõe indagar dos “agentes” e das relações de que estes são portadores e estabelecem entre si, bem como das

fontes da dominação e da submissão, das funções de mediação e das regras da competição pelo poder no jogo político africano. Este objectivo implica observar a historicidade em que se enquadram estes “agentes”, o que convoca conceitos escorregadios como tradição e modernidade bem como a bondade heurística de seguir empiricamente o dito sincretismo entre as sociedades rurais e a pretensa sociedade civil, que se “afirma” nas relações entre as autoridades tradicionais e o Estado pós-colonial.

De resto, mesmo reconhecendo que esta dinâmica relacional do campo político em África é fundamental para seguir a noção de poder sob a mundivisão subsariana, é de admitir também que a mesma não dá conta da acção de outros “agentes” não estatais, exógenos, como algumas forças transnacionais, e endógenos, “outros” grupos sociais, “outros” homens e mulheres, regra geral, organizados e portadores de interesses diferentes dos “agentes” ditos autoridades tradicionais, isto é, com historicidades total ou parcialmente autónomas das dos actores tradicionais, o que leva a questionar o sentido da centralidade empírica do State power.

A este conjunto de dilemas, ambiguidades e indefinições, para o qual concorrem duas visões distintas que opõem os próprios africanos quanto às razões da “falência” do Estado pós-colonial e inscrevem, por conseguinte, variáveis adicionais na formulação do problema – (i) a externalista, que atribui o fracasso das políticas de desenvolvimento à “conspiração” do Ocidente e às pretensões deste de exploração capitalista manifestadas desde os tempos coloniais; e (ii) a internalista, que vê o colapso económico do continente como o resultado da opressão e má gestão de natureza neo-patrimonial das autocracias nativas modernas – acresce ainda a problemática da “distorção” da mundivisão africana forçada por mistificações várias que decorrem da designada colonialidade do poder na África pós-colonial. Trata-se da ilusão da “independência” e da “liberdade”, isto é, dos equívocos de percepção resultantes da descolonização, que obscurecem a dinâmica de continuidade entre o passado colonial e a chamada “era pós-colonial” e escondem a figura intrínseca de neocolonialismo de que a colonialidade é portadora.

Esta matriz de poder que configura o campo político africano pós-colonial – mistificado e distorcido pelo conjunto de padrões antigos de poder que emergiu do colonialismo e que continua a definir a cultura, a produção de conhecimento e as relações intersubjectivas do sujeito africano – tem um carácter visível, ao aparecer incrustada nos

modelos de governação do Estado pós-colonial, mas também, e sobretudo, invisível, porquanto se trata de uma codificação ontológica, escondida nas narrativas e na própria auto-imagem dos africanos, uma codificação fundada na herança epistémica e identitária colonial, isto é, na prática das hierarquias raciais do poder que define os espaços africanos actuais, ditos modernos, no quadro da “continuidade colonial” ou, por outras palavras, da colonialidade da referida “era pós-colonial”.

Resulta daqui a necessidade de uma redefinição e reconfiguração do próprio conceito de universalidade, no sentido da criação de um universal descolonial que respeite e integre as múltiplas particularidades locais nas lutas contra a colonialidade e a modernidade eurocentrada, no quadro da diversidade dos projectos históricos ético-epistémicos descoloniais.

É uma perspectiva que adquire particular interesse no contexto desta pesquisa, porquanto remete para uma arquitectura empírica que apela à multidimensionalidade epistémica, ou seja, desmobilizando a tendência de análise focalizada no State power e a presunção ocidental de matrizes analíticas de observância universal. São, pois, coordenadas úteis para relançar o debate sob as especificidades do contexto angolano, concretizando a leitura crítica sobre o poder e o modo como se manifesta e caracteriza nos espaços africanos, isto é, perante sistemas de codificação diferentes daquele em que o conceito e a sua aplicação foram concebidos.

### Cap. III. A produção do poder em Angola

Revistos os principais contributos teóricos que concorrem a vários níveis e em diferentes dimensões para a problemática em escrutínio (como estratégia de operacionalização do objecto de estudo deste trabalho), aproximemo-nos, por fim, das especificidades de Angola, isto é, do contexto em que se localiza o estudo de caso que decidimos adoptar.

Para isso, precisamos de dialogar com o passado, ainda que o façamos de forma breve e sintética, em busca dos fenómenos de longa duração que manipulam o presente (e reconstroem simultaneamente o próprio passado como processo de reordenação dos acontecimentos que dotam o contexto actual de sentido e significados). Dito de outra forma, é necessário procurar as narrativas que desempenham de modo mais relevante uma função de significação no contexto actual de Angola, as narrativas que relatam um determinado “itinerário histórico” e que retransmitem a memória, porquanto qualquer apelo a uma reordenação do presente, isto é, qualquer tentativa de recuperação de uma identidade histórica à luz do presente, coexiste sempre com a lembrança de uma ordem antiga, a permanência de um imaginário.

O que se torna particularmente problemático em Angola, como em muitos outros espaços africanos, se consideramos que (i) tanto o poder colonial como o poder pós-colonial têm sido poderes-historiadores, reconstruindo a história oficial de acordo com as suas necessidades de reprodução, bem como, por outro lado, (ii) o facto de que a independência não saldou as questões resultantes das experiências históricas de supremacia, tanto a escravatura e a colonização vividas pelas sociedades locais durante o domínio colonial<sup>41</sup>,

---

<sup>41</sup> É de sublinhar, aliás, neste particular, e seguindo o pensamento de Mbembe (2013), que a escravatura e a colonização fazem parte da declaração de identidade do “indígena” e cristalizam o que constitui a sua singularidade na história do mundo num dado momento. Neste sentido, desempenham também um papel figurativo, na medida em que convocam precisamente uma memória, as coisas que acontecem ao “indígena”, as virtualidades inacabadas do seu passado e da aventura das suas relações com o mundo. Com efeito, o “indígena” não é inocente nas transacções que culminam na sua subjugação e dominação. A vários níveis e em diversos momentos, o “indígena” sabe servir-se da supremacia externa como um recurso utilizável no ajuste de contas domésticas e na arbitragem de conflitos que as tecnologias locais de regulação social já não conseguem dominar. Logo, a memória é indissociável dos esforços indígenas de resistência à dominação. Esta perspectiva de análise obriga igualmente a assinalar o próprio facto de Mbembe utilizar a expressão “indígena” para designar o “não-sujeito” da época colonial, termo alargado a tudo o que, nas sociedades africanas, pode ser aceite como sendo “autóctone”, isto é, contrário ao que “vem de fora”. Como escreve o autor, “a condição de negro nos regimes independentes não se afastou suficientemente, em termos ‘qualitativos’, da condição da época colonial para que se justifique retirar-lhe esta ‘designação’”. Ora, isto mais não é do que uma forma de narrar o acontecimento colonial bem como o pós-colonial – discutível desde logo por ocultar, por exemplo, a ambiguidade da condição do “branco autóctone” ou do “mestiço autóctone” nas sociedades pós-coloniais – uma “narrativa” que colide, a vários níveis e em diversos aspectos, com outras narrativas, como as ditas “africanista” ou “afrocentrista”, às quais fizemos já referência a propósito da ideia da “anterioridade negra” no Egipto faraónico, que inverte todo o

como as humilhações experienciadas após a descolonização impostas por sistemas de pensamento autoritário e repressivo, fundados paradoxalmente em representações de poder pré-coloniais – ou na legitimidade que o passado confere ao presente, como uma “vingança do passado” – ainda que, na sua expressão material, relevem também, e sobretudo, de uma reprodução do sistema de poder colonial.

Ora, para contextualizar Angola – e aqui, insistimos, não se pretende fazer um levantamento histórico no sentido cronológico dos “factos” que, porventura, constituem a ordem histórica do país (até porque obrigaria a tentar desvelar de modo exaustivo as ambiguidades das várias histografias e das diferentes historicidades de que estas decorrem)<sup>42</sup> – parece-nos útil tecer algumas considerações preliminares, sobretudo a propósito do problema da etnicidade, e da sua politização, fenómenos que, em Angola, se têm manifestado com particular repercussão, moldando as dinâmicas de conflito e as múltiplas trajectórias individuais dos actores sociais.

### **3.1. Da etnicidade e da sua politização**

A noção de etnicidade tem sido objecto pela literatura de inúmeras formulações vagas e subjectivas, que pouco acrescentam aos significados amorfos apresentados por um qualquer dicionário. Kellas (1998: 5), por exemplo, define etnicidade como o “state of being ethnic, or belonging to an ethnic group”, não se afastando da abstracção etimológica, isto é, da qualidade do que é étnico, ou seja, do que é relativo a uma etnia, a um grupo, a um conjunto de habitantes de uma determinada região.

Ora, se considerada apenas em termos abstractos – o que desde logo apela a uma qualidade separada do sujeito e, por conseguinte, inquina a sua aplicação e alcance – esta abordagem é incapaz de resolver a sua vocação eminentemente axiomática, pelo que não informa com propriedade do modo complexo como se estrutura e se dá sentido a uma etnia, nem tão pouco ultrapassa a simplicidade de se observar uma etnia como um mero grupo de

---

paradigma da “racionalidade do negro”, preconizada por autores como C. Anta Diop, Obenga e Mudimbe. Esta questão é, de resto, objecto de uma análise crítica do próprio Mbembe (2014a).

<sup>42</sup> A literatura sobre o assunto é vasta, tanto geral como específica, sendo que, nalguns casos, obriga a leituras sob reserva pelas razões indicadas, designadamente as muitas ambiguidades impostas pelas “agendas” que as promoveram. Ainda assim, é de seguir, por exemplo, a célebre “História Geral das Guerras Angolanas”, de António de Oliveira de Cadornega, obra publicada pela primeira vez em 1681, bem como alguns trabalhos que propõem uma visão mais global, dos quais poderíamos destacar, como hipóteses de leitura, Henderson (1980), James (2004) Chabal e Vidal (2007) e Wheeler e Pélissier. (2009).



pessoas ligadas a uma área geográfica delimitada e cuja unidade assenta numa estrutura familiar, económica e social comum, no limite, numa *cultura* comum.

Trata-se, pois, de uma definição evidentemente redutora; comporta, porém, a virtude de desvelar a evidência de que a etnicidade não pode ser entendida de forma adequada como uma noção isolada. Com efeito, pensar numa estrutura familiar, económica e social comum, ou numa *cultura* comum, pressupõe pensar numa força política e social que apenas pode ser reconhecida pela sua relação com outras noções como grupo étnico ou nação (ainda que a formulação desta deva merecer muitas cautelas)<sup>43</sup>, o que remete para problemáticas associadas como memória ou ancestralidade, ou seja, passado histórico comum, e afiliações de várias naturezas, como a religiosa, a linguística, a fenotípica, entre outras, e/ou a combinação entre elas. É a intuição de Schermerhorn (1979: 12) ao referir-se a um grupo étnico como “a collectivity within a larger society having real or putative common ancestry, memories of a shared historical past, and a cultural focus on one or more symbolic elements defined as the epitome of their peoplehood. Examples of such symbolic elements are: kinship patterns, physical contiguity (as in localism or sectionalism), religious affiliation, language or dialect forms, tribal affiliation, nationality, phenotypical features, or any combination of these. A necessary accompaniment is some consciousness of kind among members of the group”.

Parece ser uma versão mais razoável e “compreensiva”, no sentido anglo-saxónico de maior abrangência conceptual, ainda que autores como Hutchinson e Smith (1996: 6) prefiram afastar a ideia apresentada por Schermerhorn de “larger society” – justamente, cremos nós, para minimizar o espectro do embaraço teórico da noção a que Schermerhorn faz apelo – optando por usar as expressões *etnia* ou *comunidade étnica*, que entendem como “a named human population with myths of common ancestry, shared historical memories, one or more elements of common culture, a link with a homeland and a sense of solidarity among at least some of its members”.

---

<sup>43</sup> O resultado desastroso das tentativas de aplicação, por parte das potências europeias, do sistema de Westphalia em África sinaliza bem os perigos inerentes a formulações apressadas, e inadequadas, da ideia de nação, e consequentemente da eficácia de *construções políticas* como Estado, soberania nacional ou integridade territorial fora dos espaços em que foram idealizadas. Apesar de fazermos referência ao tema em vários momentos deste trabalho, é interessante ler, a título de uma contextualização geral, dois artigos da revista sul-africana *Mail & Guardian Africa* (2014a, 2014b).

Perante estas duas versões, ampliadas e discutidas por muitos outros autores<sup>44</sup>, que são úteis para compreender com mais propriedade as “narrativas” sobre o tema capturadas em sede de trabalhos empíricos, fica a evidência de que, como salienta Malaquias (2000: 97), “it is hard to deny the importance of ethnicity (...) when, around the world, various ethnic groups, many masquerading as nations, claim the right to govern themselves as independent, sovereign entities. Much of the present international confusion arises precisely because many ethnic groups claim the status of a nation”.

E aqui reside um dos problemas, que faz cruzar etnicidade com a politização da etnicidade como estratégia para a edificação de novos núcleos territoriais politicamente organizados, isto é, de novos Estados, independentes – regra geral, nas mãos de determinadas elites que buscam o poder, usando para o efeito, à falta de melhor, uma retórica étnica – novos Estados que ocultam ou precedem a figura de nação. Em Angola, a criação do Estado pós-colonial é um bom exemplo deste paradigma, que aliás se estende a muitos outros espaços africanos.

Clarifiquemos melhor. Uma nação é muito mais do que um grupo de pessoas que partilha um sentido de comunidade resultante de laços históricos e culturais comuns, bem como de uma ascendência comum. Como lembra Kellas (1998: 2), as nações têm características objectivas que podem incluir um território, uma língua, uma religião ou uma descendência comum (embora nem todas estas características tenham de estar sempre presentes), e características subjectivas, essencialmente a consciência da nacionalidade de um determinado povo e a identificação dos indivíduos com essa “dimensão nacional”<sup>45</sup>. Contudo, do ponto de vista material, e no contexto do sistema-mundo que foi desenhado e no qual se funda o mundo moderno – entendendo a modernidade como fruto de uma associação entre colonialidade e a formação do próprio sistema-mundo, uma associação de conflitualidade de longo alcance – não é nas nações que o poder político reside ou se exerce, mas nos Estados. Logo, a figura do “Estado” é um requisito basilar e prévio para que um povo ou uma nação se afirme e seja reconhecida como tal pelo sistema internacional.

---

<sup>44</sup> Como contributo para a discussão da problemática da etnicidade no caso concreto de Angola, ver Malaquias (2000: 95-113).

<sup>45</sup> Moreira (1993) aponta igualmente esta distinção operacional ao referir-se à (i) componente objectiva de nação como uma identificação colectiva de um conjunto alargado de indivíduos a partir de distinções feitas no seio da espécie humana e (ii) à subjectiva como uma opção consciente dos indivíduos e uma adesão dos mesmos a princípios de convivência colectiva aceites por todos, pelo que conclui que a nação é uma realidade sociológica anterior ao Estado e pode existir sem ele.

Ora sucede que o sistema-mundo é conversador, na lógica da reprodução do seu próprio poder – como observámos na secção 1.8. – e tende a desencorajar quaisquer mutações territoriais, porquanto podem representar uma nova ameaça para o equilíbrio do sistema. Acresce o facto de que a maioria dos Estados concebe a sua sobrevivência através dos conceitos tradicionalmente associados ao hard power (independentemente de recorrer ou não também ao soft power), o que significa que entende o poder de cada unidade territorial como resultado, grosso modo, da soma entre massa territorial e massa populacional. Logo, não é de esperar que nenhum Estado abra mão do território e da população que possui a favor da criação de uma nova unidade. Dito de outra forma, se o poder e a sua capacidade de reprodução – pela via da aquisição, acumulação e utilização (para usar a nomenclatura tradicional do hard power) – é a matriz de sobrevivência de um Estado, nenhum Estado abdica, pelo menos pacificamente, do que quer que seja do seu capital a favor de um novo Estado, não obstante a presunção da existência de uma nação diferente, cuja afirmação internacional depende precisamente da capacidade de se organizar como um novo Estado.

Perante este impasse, e na maioria dos casos, os líderes políticos das novas “nações” ou dos grupos que se pretendem constituir como tal – independentemente de estar em causa a expressão de uma vontade dita “nacional” ou de meras ambições pessoais e/ou circunscritas a determinadas elites – procuram a relevância internacional para as suas “nações” através de um processo de politização da sua base étnica (que também pode ser concomitantemente uma estratégia de domesticação interna).

Para Rothschild (1981: 6), este processo de politização da etnicidade envolve quatro elementos: (i) “to render people cognitively aware of the relevance of politics to the health of their ethnic cultural values and vice versa”; (ii) “to stimulate their concern about this nexus”; (iii) “to mobilise them into self-conscious ethnic groups”; e (iv) “to direct their behaviour toward activity in the political arena on the basis of this awareness, concern, and group consciousness”.

E assim, como ilustram numerosos casos em África, incluindo o de Angola<sup>46</sup>, a partir do momento em que é politizada, uma etnia transforma-se numa força política poderosa que pode, como escreve Malaquias (2000), “enhance, retard, or nullify the political integration of states, may legitimate or delegitimize their political systems, and stabilise or undermine their

---

<sup>46</sup> Veja-se a tradicional rivalidade atribuída aos três maiores grupos étnicos de Angola e o processo de politização dos mesmos, particularmente durante a guerra civil, que faz “coincidir” – ainda que seja uma leitura redutora – a FNLA com os bacongos, o MPLA com os quimbundos e a UNITA com os ovimbundos.

regimes and governments”. Razão pela qual o mesmo autor conclui que “the politicisation of ethnicity in Africa has retarded and – at least in the cases of Angola and Somalia – nullified the political integration of states; delegitimised post-colonial African political systems and undermined many African regimes and governments”.

Entramos pois no campo da conflitualidade inerente à competição pelo poder e às pretensões de grupos rivais que, em busca de legitimidade com vista ao alargamento da sua base de apoio, instrumentalizam diferentes capitais de identidade étnica, tecem distintos projectos nacionalistas, no limite radicais e/ou separatistas, a que acresce concomitantemente a ingerência de poderes internacionais e a manipulação de conflitos regionais em função de interesses geopolíticos, regra geral, antagónicos. Fenómenos que, em Angola, têm uma expressão significativa e dos quais a história faz eco nos vários momentos estruturantes do país.

### 3.2. Os espaços políticos pré-coloniais

A história pré-europeia do território que constitui hoje a República Popular de Angola é uma das menos conhecidas da África Austral, apesar de existirem inúmeros vestígios arqueológicos<sup>47</sup>. Com efeito, não obstante o acervo de dados históricos a que os portugueses tiveram acesso a partir de finais do século XV, nunca se determinou com segurança a identidade do homem primitivo “angolano”<sup>48</sup>, como pouco se sabe da pré-história de Angola, a não ser a informação que é fornecida, regra geral, pela historiografia colonial<sup>49</sup>.

Parece ser consensual, no entanto, que as migrações bantu<sup>50</sup> – que, no caso de Angola, resultaram numa invasão do território pelo norte e pelo leste – foram determinantes para uma reconfiguração das sociedades angolanas pré-coloniais, pela via de uma ruptura com as

---

<sup>47</sup> Das pinturas bosquímanas nas grutas e cavernas da província do Namibe, no sudoeste, aos monólitos espalhados de norte a sul, dos Dembos ao Lubango, nas regiões próximas do litoral; dos instrumentos primitivos encontrados nos planaltos, na região central do país, entre o Huambo e o Bié, aos artefactos estudados nas Lundas, no nordeste. Sobre esta questão, é interessante seguir o trabalho de Ervedosa (1980).

<sup>48</sup> Alguns estudos (e.g. Estermann, 1983) apontam para os antepassados dos poucos bosquímanos (do grupo etnolinguístico khoisan) que ainda hoje vivem no sudeste de Angola, na província de Kuando Kubango.

<sup>49</sup> Nos últimos anos têm sido desenvolvidos alguns esforços de investigação com o objectivo de reverter esta cumplicidade histórica, de que é exemplo o projecto *Mbanza Congo, Cidade a Desenterrar para Preservar*, uma missão arqueológica que, ainda assim, decorre da candidatura desta cidade a Património Mundial da UNESCO (cf. Rede Angola, 2014a).

<sup>50</sup> Os bantu são, na verdade, uma enorme comunidade de diferentes povos da mesma família linguística, o bantu (pelo que se trata de uma classificação mais linguística do que propriamente étnica), língua que terá tido origem na cultura dos Nok, um povo nómada da Idade da Pedra referenciado na região que hoje corresponde ao nordeste dos Camarões e sudoeste da Nigéria. Estes povos, com um carácter expansionista explosivo, espalharam-se pela África Central e Austral, ocupando actualmente cerca de um terço do continente africano.

práticas locais com a introdução da agricultura e da metalurgia. Estas migrações estão na origem das actuais comunidades linguísticas bantu existentes em Angola, bem como da criação dos vários reinos e “Estados” que os portugueses vieram a encontrar, nomeadamente a partir de 1482 com a chegada de Diogo Cão à foz do rio Congo (ainda que muitos destas unidades politicamente organizadas tenham sido constituídas já depois da edificação colonial dos portugueses na costa angolana, à qual, aliás, ficaram confinados até ao século XIX)<sup>51</sup>: um número alargado de distintos grupos etnolinguísticos, variáveis em dimensão, nível de desenvolvimento económico e estágio de organização política. Tal como sublinha Malaquias (2010), enquanto alguns não passavam de pequenas tribos, outros constituíam verdadeiras “Nações”.

Contudo, e contrariamente ao que sucedia, por exemplo, nas cidades-Estado da costa oriental africana e nos vastos reinos do Sudão, estes grupos não tinham ligações com as economias-mundo, pelo que é dentro deste contexto que devem ser lidos os contactos entre o reino de Portugal e o reino do Congo – os primeiros a serem estabelecidos pelos portugueses em território angolano – que culminou com a cristianização do monarca Mbanza Kongo (ou Muemba-a-Nzinga, que adoptou, a partir daí, o nome português de D. Afonso I), abrindo espaço para o diálogo, e também para o conflito, entre autóctones e europeus bem como para o início da edificação colonial (que se desenrolou em várias fases, passando pela fundação de Luanda e do domínio do seu *hinterland* ao controle do comércio com o interior, pela fundação

---

<sup>51</sup> Os chamados cinco séculos de colonização portuguesa em Angola prestam-se a alguns equívocos. Com efeito, apesar da edificação colonial se ter iniciado no século XVI, a ocupação portuguesa do território angolano ficou condicionada às faixas costeiras até ao século XIX – e com o sobressalto, pelo meio, da ocupação holandesa de Luanda entre 1641 e 1648 – ainda que, a partir do litoral, os portugueses controlassem as principais rotas do comércio interno e detivessem o monopólio do comércio internacional, em que avulta o tráfico de escravos para o Brasil, negociados com sucessivos interlocutores e intermediários locais dos vários povos autóctones que dominavam as regiões do interior. Ora, é justamente depois da perda do Brasil, ou seja, apenas a partir da década de 1820, que Portugal dá início a uma campanha de conquista territorial mais sistemática. Os antigos reinos do Congo, Ndongo, Matamba e de Benguela só se transformaram numa província da Coroa Portuguesa em 1836 (mais de trezentos anos depois dos primeiros contactos), momento a partir do qual se registaram várias conquistas, como a tomada do Bondo e de Cassange (1848-1852), do porto de Ambriz (1855), de São Salvador (1860) e da encruzilhada comercial de Malange (1862). E mesmo assim, o domínio efectivo dos portugueses era superficial, como refere M’Bokolo (2007), autor que, aliás, desmistifica a intensificação da dominação estrangeira em África no século XIX, especialmente depois da Conferência de Berlim (1884-85) e da chamada “partilha de África”, porquanto resultou apenas, na sua leitura, numa continuação da corrida das potências europeias para o continente, com conflitos e entendimentos, em face de várias acções de resistência, ou seja, integrada numa lógica de tensão de longo alcance cuja datação é muito anterior.

de Benguela<sup>52</sup> às inúmeras campanhas expansionistas, tanto militares como missionárias, pelas regiões do interior)<sup>53</sup>.

Para já, importa traçar, para melhor compreensão das clivagens que virão a estar na base de alguns processos de diferenciação social e política (reconfigurados quer durante o domínio colonial quer após a independência), uma breve caracterização dos três principais grupos etnolinguísticos, bem como mapear algumas das mais relevantes unidades de organização política pré-coloniais.

Do ponto de vista etnolinguístico, e no contexto das referidas migrações de povos bantu que se instalaram nos territórios que correspondem actualmente a Angola, podemos destacar três grandes grupos (ainda que estas designações, apesar de comuns, sejam imprecisas, não só por mesclarem línguas com etnias e ocultarem “outras” identidades étnicas que se imbricam nesta fórmula simplificada tripartida, mas também, e sobretudo, por continuarem a reflectir a “tribalização” da guerra civil, isto é, uma realidade político-partidária “fabricada” e imposta às populações à margem das diferentes especificidades dos processos de diferenciação etnolinguística do território angolano):

(i) Os bacongos: grupo étnico também conhecido como M’kongo ou Mukongo (no singular), de língua quicongo. Os bacongos, que se dividem em vários subgrupos, mantiveram contactos relativamente próximos com os europeus desde finais do século XV e têm sido têm sido historicamente mapeados como indivíduos naturais das actuais províncias do Zaire e Uíge, situadas no extremo noroeste de Angola, fazendo fronteira com a República Democrática do Congo (e também da província de Cabinda, zona contígua à República do Congo, ou Congo-Brazaville), áreas tradicionais da UPA (União das Populações de Angola) e, mais tarde, da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola)<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Sobre o empreendimento de Benguela, é interessante seguir Pepetela (2011). Ainda que se trate de uma obra de ficção, é de assinalar a reconstituição histórica que o autor faz do sul de Angola nos séculos XVI e XVII, a partir de vários documentos da época.

<sup>53</sup> O chamado império português costuma ser dividido pela literatura em três etapas: o I Império, o do Oriente, que dura até ao século XVI; o II Império, focado no Atlântico Sul, especialmente no Brasil, com o desfecho de 1822; e o III Império, o de África, que subsiste até 1975. No II Império, o escravo e a mestiçagem desempenham papéis centrais, tanto em Angola, como no nordeste brasileiro (Venâncio, 2005: 35-36).

<sup>54</sup> Através da UPA, as elites dos bacongo reclamam ter protagonizado, em Março de 1961, a primeira acção concertada de insurreição “nacionalista”, precipitando o início da guerra colonial, com um ataque sangrento contra brancos, mestiços, “assimilados” e trabalhadores negros, incluindo ovimbundos, nas plantações do noroeste, do Uíge à zona dos Dembos, no Kwanza-Norte, uma área problemática conhecida pela longa e forte conflitualidade com o poder colonial português (cf. Marracho, 2008). Neste particular do início da guerra colonial, e tendo em perspectiva a problemática sobre o valor conceptual dos “nacionalismos” em Angola bem como da relação entre as rivalidades étnicas e geográficas e as rivalidades político-partidárias dos vários

(ii) Os quimbundos: de língua quimbundo, têm sido mapeados sobretudo na área de Luanda e no baixo vale do Kwanza. Entre este grupo, também designado como ambundo (ou mbundo) – expressões utilizadas para referir especificamente os naturais de Malanje ou de Luanda – há vários subgrupos, bem como um conjunto significativo de indivíduos cujas culturas reflectem uma influência quimbundo. Tal como os bacongos, os quimbundos estiveram em contacto com os portugueses durante cinco séculos e muitos deles foram “assimilados”<sup>55</sup>. É de sublinhar que entre os povos de língua quimbundo no norte de Angola, figuram os dembos, que se tornaram conhecidos como um dos mais aguerridos contra a ocupação colonial;

(iii) E os ovimbundos, ou “o povo do nevoeiro”: de língua umbundo, têm sido mapeados nos planaltos centrais de Angola. Constituem o grupo mais numeroso de Angola e têm hábitos tendencialmente mais migratórios do que sedentários. Espalharam-se da costa de Benguela à bacia do Zambeze. A língua umbundo é largamente conhecida no centro-sul de Angola. Apesar de terem rumado ao norte (região tradicional dos bacongos) e ao oeste (região dos quimbundos), os ovimbundos foram tradicionalmente remetidos para o seu próprio território ou orientados para leste em direcção à África Central Oriental.

Além destes três grandes grupos etnolinguísticos – que ganharam particular protagonismo pela organização de formas de resistência ao poder colonial e pela sua consequente politização por parte dos movimentos de libertação que negociaram com Portugal a independência de Angola e se envolveram, logo de seguida, numa guerra civil – é de referir (i) os cokwe, no nordeste, herdeiros do mítico império Lunda<sup>56</sup>; (ii) os nganguela,

---

movimentos de libertação angolanos, é de sublinhar que o MPLA também reclama ter desencadeado a luta armada contra o colonialismo, ao tentar libertar prisioneiros políticos em Luanda, a 4 de Fevereiro de 1961 – data, aliás, em que é celebrado oficialmente em Angola o início da guerra contra o poder colonial português.

<sup>55</sup> O que deu origem a um crescente processo de criouliização com a criação de uma comunidade de elite autóctone centrada em Luanda e no interior próximo de Luanda, que viria a ficar conhecida, já no fim do século XIX, como os “angolenses” (ou os “filhos da terra”), ou seja, uma comunidade crioula com funções de intermediação entre as chamadas sociedades indígenas e os europeus (e de compromisso com o mercantilismo escravagista), a troca de um estatuto privilegiado. Como observa Andrade (1997), trata-se da criação de um núcleo societal que assinala um “epifenómeno elitista” de “hegemonia sociocultural e económica” luandense e do espaço inicial da língua e cultura quimbundo, um núcleo escravocrata, patriarcal e maioritariamente mestiço. É de referir que, no caso específico de Angola – porquanto a criouliidade deve ser entendida conforme a realidade a que se refere e o sentido do uso que se lhe dá enquanto conceito – as comunidades crioulas não pressupõem uma determinada cor de pele, o que afasta a associação tradicional e exclusiva entre “negros” e “gentios” (ainda que a mestiçagem biológica acabe por ser predominante), mas obriga ao uso da língua portuguesa, à conversão ao catolicismo, à aceitação da regulação pela lei civil portuguesa e à fidelidade à Casa Real de Bragança (cf. Clarence-Smith, 1990; Chabal, 1996; Venâncio, 2005).

<sup>56</sup> Os cokwe, grupo étnico de origem bantu que se espalhou pela África central (designadamente no nordeste de Angola, noroeste da Zâmbia, sul da República Democrática do Congo e, mais recentemente, no norte da Namíbia), desempenharam um papel crucial na queda do mítico Reino Lunda – uma extensa e poderosa confederação pré-colonial de Estados, com capital em Mussumba, na província congoleza de Catanga, cuja

no sudeste, vizinhos orientais dos ovimbundos e meridionais dos cokwe, com os quais foram forçados a dividir parte das suas terras nativas (de resto, a expressão “nganguela” é uma palavra umbundo que designa “outros povos”, isto é, “não-sujeitos”, o que sinaliza a clivagem de natureza etnocêntrica com os ovimbundos); (iii) os nyaneka-humba, povo sedentário tradicionalmente referenciado no planalto de Humpata, no sul; e (iv) os herero e (v) os ambo, dois pequenos grupos nómadas das planícies áridas do sudoeste (divididos entre Angola e o norte da Namíbia). No sudeste do país, é de assinalar igualmente três pequenos grupos não bantu, de língua Khoisan, nómadas do deserto historicamente afastados quer das influências bantu quer das europeias.

Na prática, trata-se da distribuição tradicional que se transformou, durante a guerra civil em Angola, numa narrativa de guerra com base étnica sob a pretensão de fazer corresponder aos movimentos de libertação as suas respectivas “identidades étnicas”. Uma narrativa que, aliás, até vai mais longe. É que se observarmos as unidades políticas pré-coloniais, é possível fazer uma correspondência semelhante: os bacongus, como representantes do reino do Congo, os mbundos (quimbundos), como representantes do reino Ndongo, e os ovimbundos, como representantes do reino do Bailundo. O que significa que, para além do discurso étnico, as partes em conflito durante a guerra civil e, mesmo após o “processo de paz”, apelaram também à memória de um “outro” passado, o dos tempos gloriosos dos reinos pré-coloniais que justificam uma “vingança da história”, a reposição de uma determinada “ordem natural”, ou seja, uma reordenação dos acontecimentos à luz desse outro “passado”, que importa reabilitar para dotar de sentido e significados as acções do presente.

Importa aqui esclarecer e em jeito de parêntesis que, no caso concreto de Angola, a expressão pré-colonial comporta historicidades diferentes, porquanto o domínio colonial português não se estendeu a todo o território ao mesmo tempo. Se entendermos o

---

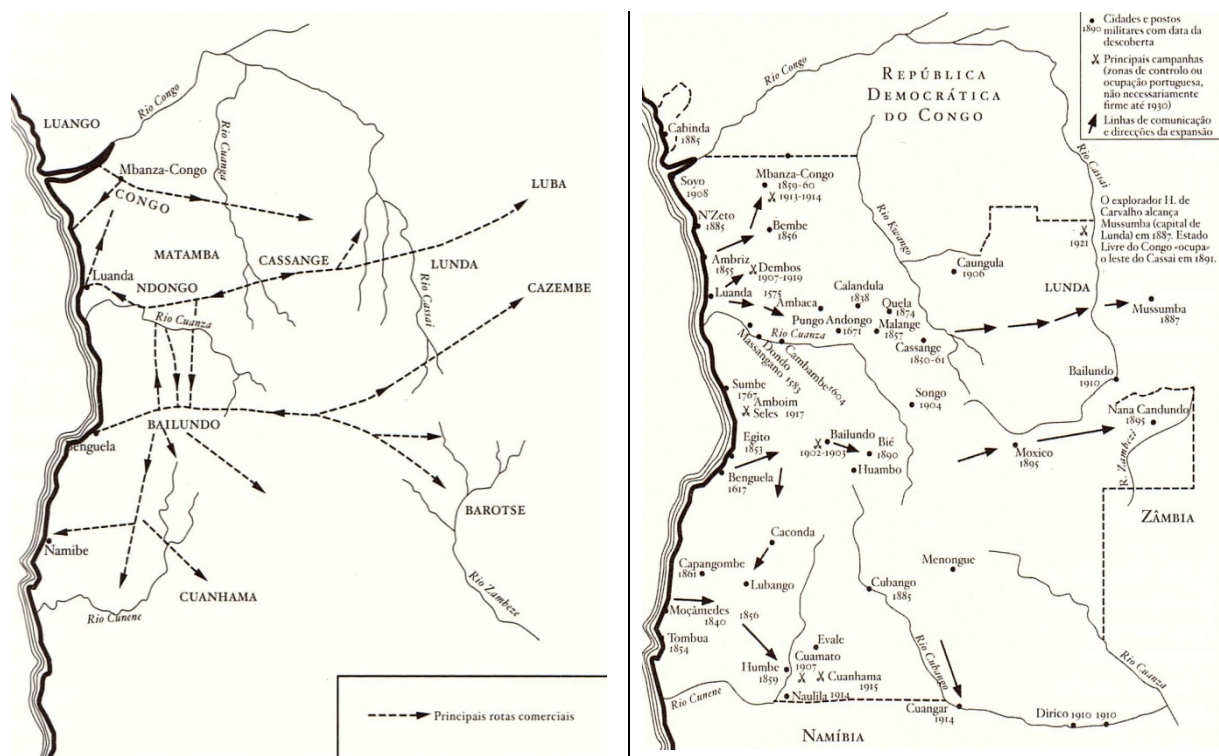
história dinástica tem sido fixada entre os séculos IX e XIX (cf. Martins, 2001). Neste particular, é interessante seguir o caso da rainha Lueji, que terá precipitado a divisão do império em três reinos, retratado, ainda que de modo romanceado, pelo escritor angolano Pepetela (1990). Em Angola, os cokwe têm vivido em permanente tensão com o Governo de Luanda por continuarem a reivindicar, através do Movimento Protectorado Lunda Tchokwe, “a autonomia da Nação Lunda Tchokwe”, leia-se a independência das províncias Lunda-Sul e Lunda-Norte. É nesta região que se concentram as principais áreas de exploração aluvial diamantífera do país, a segunda maior enorme fonte de riqueza de Angola, a seguir ao petróleo, que deu origem às denúncias de corrupção e escravatura feitas por Marques (2011). Foi na Lunda, um território duas vezes maior do que Portugal, que as autoridades coloniais portuguesas, em consórcio com capitais belgas, sul-africanos e anglo-americanos, criaram a célebre Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), “um Estado dentro do Estado” (Newitt, 1981: 92; Clarence-Smith, 1985:5), antecessora da estatal angolana Endiama e respectivas subsidiárias, a par de várias outras empresas mistas com a participação de capitais internacionais (cf. Marques, 2011: 25-36).



acontecimento colonial como a expressão da supremacia do poder do colonizador, isto é, de forças externas que conseguem impor uma dominação efectiva das forças internas num determinado espaço, como sucedeu em Luanda por exemplo (a partir de 1576 com a fundação de uma colónia permanente como base para o comércio de escravos), é apenas nesse espaço que ocorre uma ruptura com a dita conjuntura pré-colonial. Noutros espaços, como nas regiões do interior, na verdade em todos aqueles que os portugueses não conseguiram ocupar e dominar, os chamados poderes autóctones permaneceram intactos, isto é, ancorados em dinâmicas de conflito com forças endógenas, pelo que, para essas sociedades, o tempo pré-colonial coabitou com o tempo colonial.

Para melhor enquadramento, vejamos o mapeamento abaixo que dá conta das relações territoriais entre as principais unidades políticas ditas autóctones e a progressiva expansão das forças portuguesas.

**Figura 3.1. Principais reinos históricos vs. expansão portuguesa em Angola**



Fonte: Wheeler, D. & Pélissier, R. (2009).

Ora, em termos de unidades políticas pré-coloniais, o Reino do Congo é um dos casos mais paradigmáticos que importa observar com algum detalhe. Com capital na cidade de Mbanza Kongo (rebaptizada como São Salvador do Congo aquando da conversão rei africano ao cristianismo), na actual província do Zaire, o reino do Congo terá sido fundado no século

XIV e dividia-se em seis províncias, ocupando grande parte da região norte de Angola e do sul da República do Congo e da República Democrática do Congo (áreas tradicionais de vários subgrupos da família etnolinguística dos bacongos). Apesar dos relatos da época segundo os quais este reino tinha como tributários, através de “contratos de vassalagem”, vários outros reinos, como os de Ndongo, Matamba e Cassange (a que acrescem outras “unidades” em Cabinda e até no actual Gabão), a força do domínio do Congo é incerta para além das suas seis províncias originais. O que é de sublinhar é que a organização política deste reino assentava (i) no controlo de um complexo de economias regionais muito diversas, tendo desenvolvido inclusive um sistema financeiro endógeno baseado numa moeda local, o zimbo, e (ii) numa forte tradição monárquica (com a concentração tanto do poder político como do poder religioso na figura do rei), o que leva, aliás, Birmingham (1992: 7) a equiparar este reino ao de Portugal e ao de Inglaterra na época, caracterizando-o como “the culmination of a Central African search for stability and centralisation, and its ideology represented a unique innovation among societies which were predominantly small in scale”.

Não surpreende, pois, o interesse dos portugueses em desenvolver relações “cordiais” com esta formação política regional – sem ligação às economias-mundo, insistimos, e estrategicamente valiosa por controlar o *hinterland* sertanejo dos reinos vizinhos e o escoamento atlântico das suas riquezas – relações que acabaram por ser objecto de um tratado bilateral de aliança e ajuda mútua, celebrado em 1491 (nove anos depois da chegada de Diogo Cão).

Este encontro entre culturas, “europeus” e “africanos”, fundado em interesses comerciais, intensificou-se com a conversão “forçada” do rei do Congo ao cristianismo<sup>57</sup>, ou seja, com a expansão do movimento de evangelização mas também com a introdução da escrita<sup>58</sup>, de que resultaram profundas mudanças estruturais na configuração do poder e do tecido social local, designadamente com a criação de uma elite crioula afro-europeia e a

---

<sup>57</sup> Segundo Birmingham (1992), perante a resistência do rei do Congo em se converter a uma nova religião, os portugueses concentraram-se numa política de renovação da cúpula, na corte, com vista a garantir uma aliança duradoura, fundamental para o controle, a partir do norte, da extensa faixa costeira do território que corresponde hoje a Angola, ou seja, fazendo antever uma estratégia de ocupação territorial de longa duração. Nesse contexto, os portugueses terão posto os seus serviços à disposição de um candidato rival à linhagem real que aceitou a conversão ao cristianismo e utilizou a nova religião como arma política, resultando na “ascensão” ao trono do rei Afonso I do Congo em 1506.

<sup>58</sup> Como sugere Henriques (1997), a integração e a utilização da escrita disseminou-se “no espaço amplo dos chefes africanos, uma operação iniciada no século XVI, na corte congoleza, tendo o movimento sido retomado no século XVII na região da Ambaca e continuado ou até alargado na região dos Dembos”. Com efeito, a apropriação da escrita extravasou as fronteiras do Congo e expandiu-se, a par do comércio e da religião, em várias direcções. Sobre este assunto, além do estudo de Henriques, é de seguir também os trabalhos de Neto (2001) e Pestana (2002, 2003).

integração do Congo no espaço ideológico e político europeu. Com efeito, a adoção do cristianismo e a utilização da escrita impulsionaram a internacionalização e o reconhecimento formal do reino do Congo – que chegou a estabelecer relações diplomáticas com Portugal, Holanda e o Vaticano – dando início a um processo de ocidentalização precoce de um espaço africano, isto é, anterior à edificação colonial. De acordo com Pestana (2002: 51-52), este processo de ocidentalização do reino do Congo traduziu-se pela “adoption de nouvelles formes d'organisation sociale et d'un nouveau cadre idéologique et de régulation sociale, fortement marqué par la doctrine chrétienne, avec notamment l'introduction dans les sociétés proto-angolaises parmi des nouvelles technologies du pouvoir, du livre et de la langue portugaise.”

Neste contexto, o reino do Congo transforma-se no paradigma de uma dinâmica de longa duração, simultaneamente anterior e contemporânea ao acontecimento colonial, que molda a formação do espaço político angolano. Importa reconhecer, porém, que sendo o Congo um dos elementos basilares desta nova dinâmica não é o único. Neste longo processo sedimentar, participam também outras formações regionais, nomeadamente alguns Estados mbundo (ou ambundo) – nos quais avultam os já referidos reinos de Ndongo<sup>59</sup>, Matamba<sup>60</sup> e Cassange<sup>61</sup> – a sul e a leste do reino do Congo, isto é, na área etnolinguística dos

---

<sup>59</sup> O reino de Ndongo terá sido fundado por volta de 1500 e agregava vários povos quimbundo assumindo-se como um dos mais poderosos na região, a par do Congo. Da sua linhagem real destaca-se a acção do monarca Ngola-a-Kilwanji, ou Njinga Mbande Ngola Kilwanji (origem da palavra “Angola” cunhada pelos portugueses), que recusou a Paulo Dias de Novais a cristianização e a submissão à coroa portuguesa, e a da filha Nzinga Mbandi, a mítica Rainha Ginga (cf. Agualusa, 2014) que uniu Ndongo ao reino de Matamba – na época em que os portugueses, sob a governação de Pedro César de Menezes, cederam o controlo da costa aos holandeses – e estabeleceu diversas alianças estratégicas, ora com os portugueses ora com os holandeses, ora com os temíveis “jagas” (expressão usada pelos portugueses para designar os grupos de guerreiros mercenários que se infiltraram em várias secções da Angola central e oriental e cuja origem ainda hoje é debatida), em constantes iniciativas de insubmissão e resistência quer a forças europeias quer a forças regionais rivais.

<sup>60</sup> A origem do reino de Matamba permanece desconhecida. Ao contrário do que sucede com outras unidades de organização política pré-coloniais em Angola, a tradição oral não fornece quaisquer pistas sobre a fundação deste Estado. Com efeito, as primeiras referências a Matamba são de natureza documental e datam apenas de 1530, período a partir do qual o novo rei cristão do Congo começa a declarar o seu domínio sobre o território. Ainda que seja de aceitar que este Estado tenha uma base étnica mbundo, a verdade é que a sua história acaba por confundir-se com a do reino de Ndongo por influência da acção da rainha Ginga, a qual, aliás, se estabelece em Matamba em 1648, após a reconquista de Luanda por parte dos portugueses.

<sup>61</sup> Composto pelos imbangala, o reino de Cassanje – que ainda hoje gera polémica (cf. AngoNotícias, 2007) – terá tido origem nos estados Lunda-Luba, no Catanga, e estabeleceu-se a norte e a leste do Kwanza, no vale do Cuango, entre 1540 e 1600. Os imbangala assaltaram o Ndongo após 1540 e é possível que tenham chegado à zona de Luanda antes de 1576. A partir de 1699, os imbangala estabeleceram-se no vale do Cuango, onde se tornaram intermediários no comércio entre a Lunda e os portugueses na costa angolana. Opuseram-se à penetração portuguesa e ao monopólio do comércio do interior. O reino de Cassanje foi subjugado militarmente apenas por volta de 1911-13. É de referir que a origem dos imbangala (por vezes referenciados genericamente como “jagas”) continua a ser alvo de debate. Segundo a tradição oral do império Lunda, seriam um subgrupo do povo luba, caçadores nómadas descritos como guerreiros cruéis e intrépidos, e até “canibais”, que invadiu a região central do Catanga e, posteriormente, a região leste e central de Angola.

“quimbundos” (nas actuais províncias de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Malange e nordeste do Kwanza-Sul), bem como nas fases seguintes, além do já descrito império Lunda, os vários reinos dos povos ovimbundo que se deslocaram em vagas para Angola, do norte e do leste para o planalto de Benguela, “unidades” que ficaram definidas apenas no século XVIII, quando os reis do Bailundo, Bié e Ciyaka, entre outros, afirmaram a sua soberania sobre grande parte do planalto a leste da cidade de Benguela<sup>62</sup>.

### **3.3. Do acontecimento colonial: processos de diferenciação e segmentação**

Toda esta diversidade de organização social, económica e política, com uma manifesta natureza fragmentária, condicionou e moldou a “aventura colonial” no sentido de que não se tratou de um mero encontro entre europeus e africanos, ou populações autóctones – com os primeiros a desenhar os limites dos segundos – mas de uma interacção complexa, baseada no conflito enquanto fenómeno de longa duração, que influenciou reciprocamente as trajectórias dos vários grupos. Com efeito, as inúmeras acções de resistência e o consequente binómio “conflito/negociação” entre os angolanos e as forças coloniais constituem um fenómeno recorrente durante toda a “aventura colonial” intensificando-se nos momentos e nas áreas em que a presença e o controlo dos portugueses se tornam mais expressivos.

Logo, se os portugueses contribuíram para o desmantelamento, nalguns casos, ou reconfiguração, noutros, das estruturas de organização social e política que encontraram a partir dos séculos XV e XVI nos espaços que vieram a tornar-se o que é hoje Angola, também não deixa de ser verdade que essas mesmas estruturas, conforme o seu maior ou menor nível de coesão e resistência a forças externas, moldaram não só a trajectória da própria aventura colonial portuguesa como também as trajectórias dos seus grupos internos. Neste contexto, o processo de “ocidentalização” destas estruturas ditas autóctones, posto em marcha com a

---

<sup>62</sup> Estima-se que havia entre 13 a 22 reinos ovimbundos que se destacavam como entidades poderosas (Wheeler & Pélissier, 2009: 55). Depois das expedições militares dos portugueses entre 1890 e 1902, que conduziram à conquista da maior parte dos Estados ovimbundo (que nunca estiveram sob o poder de um único rei, ao contrário do que sucedeu com os bacongos no reino do Congo ou, de certo modo, com os “quimbundos”, aquando da unificação do reino do Ndongo ao de Matamba), os reis – bem como os líderes de outras “unidades” de menor dimensão ou mesmo de meras comunidades locais – deram lugar à figura de “guardiões da tradição”, portadores de um determinado capital de poder simbólico (essencialmente religioso, mas também político por implicar funções de intermediação com o colonizador e regulação local, sobretudo sobre a “terra”), ou seja, transformaram-se progressivamente na figura dos chamados sobas ou autoridades tradicionais. Regra aplicável, aliás, tanto nas áreas tradicionais dos ovimbundos como nas restantes. Neste particular, o caso do reino de Bailundo, no Huambo, pode ser um bom exemplo (cf. Diário de Notícias, 2012a; Angola Press, 2012) e também um dos mais paradigmáticos, a outro nível, designadamente no que diz respeito ao que a UNITA virá a reclamar, durante a guerra civil, em matéria de representação identitária com vista à afirmação da sua “legitimidade histórica”, tal como fizeram, de resto, os outros dois principais movimentos de libertação (com os reinos do Congo e do Ndongo).

chegada dos portugueses, deve ser lido não tanto como um encontro entre forças desiguais mas sobretudo como um cruzamento de matrizes civilizacionais (nomeadamente a judaico-cristã e a do niger-congo). O que quer dizer que, tal como já assinalámos, o processo de “ocidentalização” é simultaneamente anterior e contemporâneo ao processo de colonização, o que leva, aliás, a questionar a afirmação de que as fronteiras herdadas da colonização, apesar de serem respeitadas no quadro das convenções internacionais, continuam a ser artificiais. Com efeito, a ideia da “artificialidade das fronteiras”, fundada na separação arbitrária dos povos e na destruição dos “Estados” pré-coloniais que foram sendo constituídos ao longo de vários séculos de movimentos migratórios bantu – em resultado, num primeiro momento, da infiltração da presença portuguesa nos territórios que constituem hoje Angola e, num segundo momento, da edificação do domínio colonial português – sugere uma linearidade que não dá conta da complexidade dos processos de produção, diferenciação e modificação ou deslocação dos espaços políticos que podem ser identificados entre o período pré-colonial e o pós-colonial. Na verdade, a dita artificialidade, à falta de melhor termo, das fronteiras que Angola veio a dar corpo, mantendo no seu interior até aos dias de hoje inúmeros grupos e subgrupos étnicos, alguns dos quais parcial ou totalmente deslocalizados dos seus espaços tradicionais, dos espaços que historicamente foram ocupando, resulta de uma relação de conflitualidade anterior ao próprio processo de colonização – porquanto se assim não fosse estar-se-ia a atribuir uma qualidade de imobilidade histórica a todas as estruturas de organização política pré-coloniais. Ora, é esta relação de tensão permanente que interage e negocia os seus limites com o poder colonial e, mais tarde, se manifesta em sentidos diversos, como se pode observar, por exemplo, pelo posicionamento dos três movimentos de libertação durante a guerra civil. Como sublinha Malaquias (2010: 102), “unsurprisingly, the main combatants in Angola claimed to represent (or were seen to represent) the major ethno-linguistic groups in the country – Bacongo, Mbundu, and Ovimbundu – that once constituted distinct kingdoms: Kongo, Ndongo, and Bailundo respectively.”

Por outro lado, e ainda em matéria de formação e diferenciação do espaço político angolano na transição da conjuntura dita pré-colonial para a colonial – questão que obriga a convocar o problema do processo de assimilação, criouliização e criação de elites (que resulta numa estruturação policêntrica dos espaços políticos, devido à emergência de elites rivais, e nos antagonismos que se farão sentir no processo de formação do Estado pós-colonial) – é de anotar que, contrariamente ao que sucede no reino do Congo, a área mbundu rejeita o modelo de evangelização e qualquer ideia peregrina de “cooperação” ou “ajuda mútua” com forças

externas, mas progressivamente acaba por ceder à pressão dos ganhos escravocratas, tornando-se nesse sentido mais problemática. Com efeito, inicialmente bastante refractária à influência e à presença dos portugueses, a região tradicional ambundo, a sul e a leste de Mbanza Congo, imbrica-se numa complexa reorganização do seu tecido social e das suas relações de poder por força de cálculos fragmentados e ambivalentes à medida que o comércio de escravos se instala e amplia, à medida que os portugueses procuram monopolizar as rotas escravagistas do Atlântico e intensificam o seu sistema mercantil interno de captação de escravos<sup>63</sup> e, concomitantemente, as suas acções militares para a ocupação e expansão territorial.

Neste quadro, desenvolve-se uma nova dinâmica de miscigenação com o crescimento da população “crioula” (tal como sucede no Congo, mas fundada em circunstâncias diferentes, isto é, num contexto de resistência substancialmente diferente), de que resultam novamente, agora na área mbundo, enormes mudanças estruturais na configuração do poder e do tecido social. Com efeito, à elite crioula – que se liberta progressivamente da sua componente racial branca para se transformar num grupo heterogéneo, diferenciado não pela raça mas pelas suas características sociais e culturais, isto é, uma diferenciação pela hegemonia sociocultural, o que leva a que o processo de criouliização no caso concreto de Angola deva ser entendido como uma categoria de diferenciação elitista sociocultural<sup>64</sup> – é permitida a infiltração nos escalões mais elevados das estruturas de poder e da administração colonial, com a ocupação de cargos de liderança no exército ou o desempenho de funções como professores e intérpretes, entre outras<sup>65</sup>, pelo que se destaca como um segmento social

---

<sup>63</sup> Através da guerra, para o avassalamento dos sobados, e de relações comerciais com grupos de intermediação (Birmingham, 1992). Neste particular das relações mercantis, e ainda que pareça questionável, é de referir que tanto Miller (1995) como Wheeler & Péliissier (2009) defendem que grande parte dos quatro milhões de africanos que se estima terem sido enviados de Angola para o estrangeiro entre os séculos XVI e XIX (sobretudo para o Brasil) como escravos – estimativa que exclui os milhares de escravos africanos que seguiram para São Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX – era de origem ambundo e terá sido “comercializada” pelos próprios ambundo.

<sup>64</sup> Esta elite integra tanto os descendentes dos europeus nascidos em território africano (brancos e mestiços) como os africanos “destrribalizados” (os chamados “civilizados” ou “assimilados”), pelo que a criouliização em Angola, insistimos, deve ser lida como um epifenómeno elitista ligado ao tráfico de escravos e ao espaço mbundo com um sentido mais sociocultural do que racial. É, aliás, neste sentido que a área mbundo se distancia da área do Congo e se torna mais problemática, na medida em que propicia a emergência de elites comprometidas com o poder colonial (e o elitismo económico e sociocultural da região de Luanda) que rivalizam, por um lado, com os poderes ditos autóctones no espaço quimbundo e, por outro, com as elites bacongo que, entretanto e paradoxalmente, se afirmam no espaço tradicional do Congo, no nordeste, como importantes forças de resistência ao poder colonial. Este fenómeno de longa duração contribui decisivamente para a diferenciação e os antagonismos nos quais virão a se enredar os movimentos de libertação “nacionalistas”.

<sup>65</sup> De resto, a breve ocupação holandesa ampliou este processo de miscigenação, reforçando a tradição militar da elite crioula (cf. Pepetela, 1997), o que explica, em parte, que sejam os descendentes desta elite aqueles que virão a assumir um protagonismo singular no processo de formação dos “nacionalismos” angolanos no século XX.

com níveis superiores de riqueza e instrução, ou seja, com uma posição privilegiada em relação à esmagadora maioria da população angolana<sup>66</sup>. Como descreve Birmingham (1992: 12), “in the proto-colonial societies (...) creoles dominated both public and private services. They were civil servants, army officers, journalists, lawyers, medical men, property owners. (...) They spoke and often wrote beautiful Portuguese full of literary embellishments and quotations. They became known to a later generation as the ‘old assimilados’. Their culture was predominantly Catholic, their names Portuguese and Dutch”.

Esta comunidade crioula de “velhos assimilados”<sup>67</sup>, dotada de um estatuto de notabilidade histórica que percorre o empreendimento colonial entre os séculos XVI e XIX, acabará por ser secundarizada devido a uma sucessão de acontecimentos – da abolição formal da escravatura à Conferência de Berlim – que conduz a uma reformulação das políticas de miscigenação e assimilação nos territórios ocupados e à aceleração do processo de expropriações a favor dos colonos.

Para já, o que importa reter é que estas dinâmicas de longa duração, simultaneamente anteriores e contemporâneas ao acontecimento colonial, sublinhamos, observadas a partir da transição da dita conjuntura pré-colonial para a colonial no caso concreto do antigo reino do Congo e nos Estados da região mbundo (ou ambundo), levam a recuperar a ideia discutida por Pestana (2002), segundo a qual o processo de ocidentalização dos espaços angolanos é progressivo, sedimentar e não necessariamente coincidente com a instauração formal do sistema colonial, porquanto incorpora dimensões de socialização cultural, ou a recriação dos modelos organização política e social tradicionais, que não são imediatamente correlatas da dominação colonial, no sentido que actualmente se dá ao termo.

Neste contexto, o Estado colonial e pós-colonial em Angola não devem ser entendidos como um “objecto importado”, para usar uma expressão de Badie (1992). Ao invés, e como propõe Pestana (2002: 30), são “le résultat d’un processus historique d’appropriation de

---

<sup>66</sup> Ainda que conserve alguns traços das sociedades tradicionais africanas, a comunidade crioula adopta diversas práticas da tradição europeia promovendo transformações que se repercutem a vários níveis. Entre elas, avulta o modelo de acumulação de riqueza (e.g. o princípio da propriedade individual, que substitui o da propriedade colectiva da terra; e a transmissão de bens de pais para filhos, em prejuízo da redistribuição de bens por parentes da linha materna) que afecta os sistemas tradicionais de parentesco. Neste particular, Henriques (1997: 640) aponta para um confronto entre a concepção europeia de família nuclear e a ideia da extensa família africana: “a primeira parece permitir o comércio e o lucro (...), a segunda surge como um travão destinado a impedir a acumulação e, por consequência, as actividades comerciais e normais mais rentáveis. As cidades começam a abrigar homens e mulheres que preferem separar-se das famílias para levar a cabo projectos individuais”.

<sup>67</sup> A expressão entra no léxico colonial para distinguir os antigos “notáveis” – renegados pelas autoridades coloniais no início do século XX para um estatuto de “meros adjuntos” (Chabal, 2002: 109) – dos “novos assimilados”.

longue durée. Ce processus va de la formation d'un espace polycentrique structuré par 'l'empire spirituel' du christianisme et par le réseau d'intérêts liés au système marchand de l'Atlantique, jusqu'à l'invention d'un territoire, soumis à l'imperium d'un pouvoir central qui va provoquer un complexe maillage de collaboration et de résistance périphérique". Na mesma linha, Henriques (1997: 637) considera que "o Estado moderno angolano não pode ser explicado a não ser através do choque das forças europeias, que obrigaram as diferentes 'nações', 'impérios', 'reinos', 'sobados' ou 'etnias' a viverem em conjunto, sob a autoridade de um governo centralizador, inteiramente criado pela potência colonial, paradoxalmente a única força que podia impor uma 'unidade' política. A intervenção das autoridades portuguesas – e mais latamente europeias – organiza-se, para além do mais, para pôr termo aos particularismos das 'nações', ao passo que estas trabalham para manter a sua hegemonia secular em relação aos europeus, mas também em relação aos demais africanos".

Nesta perspectiva, os antagonismos dos vários movimentos de libertação que se radicalizam na transição da conjuntura colonial para a pós-colonial adquirem particular relevância para o processo de diferenciação, segmentação e reconfiguração do espaço político angolano contemporâneo, uma incompatibilidade fundada, como vimos, no modelo de apropriação do território e de indexação das chamadas comunidades autóctones e cujo resultado, após uma longa cumplicidade histórica, pode ser desvelado a partir da emergência dos "novos assimilados" e das novas dinâmicas produzidas pela relação entre estes e a antiga comunidade crioula de "notáveis"<sup>68</sup> (que entra em declínio por força de alterações várias da política colonial). Com efeito, a abolição do tráfico de escravos decretada em 1836 pelo

---

<sup>68</sup> Ainda que se deva ter em mente que esta relação correlaciona-se com uma outra não menos importante. É que se a dinâmica relacional entre "novos" e "velhos" assimilados põe em evidência fracturas consideráveis entre dois segmentos sociais distintos (não obstante haver alguns traços similares significativos, como por exemplo o facto de ambos constituírem uma elite assalariada de carácter não étnico), também é de considerar um outro factor diferenciador, designadamente a relação entre a comunidade de colonos brancos – que cresce exponencialmente a partir do início do século XX com sucessivas vagas de imigração (por força da "pacificação" e expansão da ocupação militar portuguesa, e da instalação em Angola de novas empresas portuguesas e estrangeiras, entre as quais avultam a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela, constituída em 1902, a célebre diamantífera Diamang, criada em 1917, consórcio de capitais portuguesas, belgas, sul-africanos e anglo-americanos, ou a CUF, que se instala em 1943 através da constituição da Empresa do Cobre de Angola, e as petrolíferas Angoil, empresa portuguesa que começa a fazer a prospecção de reservas a partir de 1922, a Angol, precursora da Sonangol, fundada em 1953 como subsidiária da companhia portuguesa Sacor, e a belga Petrofina, que dá início da exploração de petróleo em 1955), estimando-se que terá passado de cerca 6.000 indivíduos em 1890 para 58 000 em 1930 (Rosas, 1994a: 130) – e os "assimilados" no geral – os negros e mestiços "civilizados", que não ultrapassariam os dois por cento da população total, na sua maioria gente das cidades, fixada sobretudo na região de Luanda (Mateus, 1999: 23) – que demonstra a hegemonia de um outro segmento social e aprofunda tanto as dinâmicas de resistência como a referida estruturação policêntrica dos espaços políticos angolanos em que as mesmas se organizam, espaços fragmentados dotados de antagonismos, rivalidades e muitas ambiguidades. Por fim, acresce ainda a diferenciação do estatuto social, económico e político entre a "gente da cidade" e a "gente do mato" (outro factor que terá um papel importante na formulação dos vários projectos nacionalistas e no processo de politização da etnicidade).



Governo português – ainda que materialmente o negócio se mantenha por mais de cerca de uma década – traduz-se na substituição gradual do mercantilismo escravagista pelo controle da produção e exportação de matérias-primas de Angola para o mercado mundial<sup>69</sup>, o que leva ao início de um processo de expropriação das elites crioulas a favor dos colonos proprietários de grandes unidades produtivas, provocando o declínio do estatuto económico e social dos “velhos assimilados”, sobretudo os chamados “filhos da terra” (a elite crioula luandense).

### **3.4. Do indigenato à organização da insubmissão**

O novo paradigma mercantil valida assim uma política frontal de oposição ao processo de miscigenação que deu origem aos “velhos assimilados”, que aparece em grande parte da literatura personificada pela acção do general Norton de Matos<sup>70</sup>, e abre caminho para uma nova ordem colonial, cujo quadro normativo é instituído pelo Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas (o primeiro código do indigenato formulado em 1926 pelo ministro das Colónias João Belo<sup>71</sup>) e o Acto Colonial<sup>72</sup>.

Neste particular, é de reconhecer, porém, que apesar de ter sido criado em Angola um clima político propício para o desenvolvimento de um sistema de dominação colonial mais repressivo (em resultado das exigências do novo paradigma mercantil e da consequente emergência de formas de resistência mais organizadas, embrionárias dos nacionalismos

---

<sup>69</sup> E também num sentido inverso, isto é, o escoamento de produtos metropolitanos excedentários para Angola e as restantes colónias, que se convertem, neste termos, em mercados de reserva.

<sup>70</sup> Governador-geral de Angola entre 1912-15 e Alto Comissário da República em Angola entre 1921-24, fundador da cidade de Nova Lisboa (actual Huambo) – que transformou em capital durante um breve período – e autor do famoso decreto 77, aprovado logo no início do seu segundo consulado, documento que proibiu o ensino de línguas nativas nas missões religiosas e dividiu a administração pública angolana num ramo europeu e noutra africano, o designado quadro geral auxiliar dentro do qual “o funcionário público assimilado livre de 1920 deu lugar ao fantoche subserviente de 1926, enredado num ritual patriótico de patronagem política” (Wheeler & Pélissier, 2009: 129). Uma figura ambígua e controversa, que tanto criticou a “mentalidade germânica” de superioridade racial que, como escreveu o próprio, se havia infiltrado em Angola junto dos colonos brancos, e até aprovou a criação formal do primeiro partido político angolano com interesses especificamente africanos, a Liga Angolana (de inspiração pan-africanista, ainda que composto maioritariamente por “assimilados” moderados), como suprimiu a liberdade de imprensa e atropelou muitos dos direitos cívicos até então adquiridos (como resposta ao suposto envolvimento da Liga Angolana na conspiração que ficou conhecida como a “revolta de Catete”), procurando estabelecer uma “unidade” política absoluta em nome do desenvolvimento económico. Com efeito, Norton de Matos tanto ficou conhecido como um defensor dos africanos, ao criar por exemplo políticas laborais e de assistência social que lhes eram favoráveis, como o promotor de uma ditadura colonial e de um autoritarismo altamente repressivo, na prática o prelúdio republicano para a política do Estado Novo após 1930, consubstanciada no Estatuto dos Indígenas e no quadro legislativo que lhe serviu de suporte.

<sup>71</sup> Promulgado pelo Decreto n.º 12 533 de 23 de Outubro de 1926. Como leitura complementar deste diploma, ver o Decreto-Lei n.º 39 666 de 20 de Maio de 1954 – que introduz algumas alterações, designadamente o princípio da existência de “situações especiais em que ele (o indígena) pode encontrar-se no caminho da civilização, para que o Estado tem o dever de o impelir”, mas mantém a mesma diferenciação fundadora (cf. Ferreira & Veiga, 1957: 1-127).

<sup>72</sup> Promulgado pelo Decreto n.º 18 570 de 8 de Julho de 1930.

angolanos, coincidentes, aliás, com a afirmação internacional de ideias pan-africanistas)<sup>73</sup>, esta nova ordem colonial é imposta por uma conjuntura de crescente fragilização da soberania portuguesa sobre os territórios das colónias – que importa reverter – e para a qual concorrem vários factores: (i) o contexto internacional de profunda crise económica e financeira, no quadro da reconfiguração do espaço europeu pós-guerra e da Grande Depressão de 1929-30, que alimenta novos interesses expansionistas e de cobiça das colónias portuguesas por parte de outras potências, a que acresce, noutras frentes, outros impulsos expansionistas, como por exemplo o da África do Sul, ou a pressão da Sociedade das Nações que condena o trabalho forçado indígena e responsabiliza directamente os Estados coloniais pelas consequências das suas “missões civilizadoras”; e (ii) por um contexto nacional, na metrópole, de grande instabilidade política e económica, na transição da I República para a ditadura militar instaurada em 1926 e a subsequente subida de Salazar ao poder, que dá lugar ao desenvolvimento de um Estado autoritário, antiparlamentar e corporativista e a uma política colonial proteccionista do ponto de vista económico, com a nacionalização dos mercados das colónias, e politicamente centralizadora e repressiva.

Ora, a codificação normativa desta inflexão política é consagrada no citado código do indigenato que, não obstante a sua “bondade” retórica de pretender conferir um estatuto político, civil e penal ao “indígena”<sup>74</sup>, promove uma renovada discriminação social e política

---

<sup>73</sup> Entre estas ideias pan-africanistas, e por mais paradoxal que possa parecer, avultam tanto (i) o idealismo wilsoniano (que observámos na secção 1.5.), ao apelar ao respeito por princípios como soberania territorial e autodeterminação, oferecendo uma retórica de legitimação dos nacionalismos anticolonialistas, como (ii) o pensamento de Fanon, que se transforma no grande paradigma do apelo internacional ao anti-imperialismo militante e a uma reorientação humanista, ou seja, combinando a oposição ao imperialismo cultural com a defesa das culturas tradicionais como estratégia de resistência e de localização da identidade nacional de cada povo, ao discutir os efeitos do racismo, da alienação, das relações entre exploradores e dominados e outras “heranças” históricas, que devem fundar os processos conducentes à revolução e à libertação.

<sup>74</sup> Veja-se os eufemismos do legislador no texto que serve de preâmbulo à lei: “A governação ultramarina de Portugal obedeceu historicamente à norma cristã, humanitária e patriótica de manter e civilizar as populações indígenas (...) e de as incorporar fraternalmente no organismo político, social e económico da Nação portuguesa. Sob a influência honrosa deste ideal progressivo, julgou-se que se deveria fazer bem cedo a equiparação geral do indígena ultramarino ao europeu, nos direitos e obrigações fundamentais de ordem pública e privada. (...) Agora o Governo, indo mais além na compreensão positiva dessa necessidade essencialmente reconhecida pelas Nações, deseja estabelecer o estatuto político, civil e penal dos indígenas de Angola e Moçambique (...) O novo diploma está orientado por duas ideias dominantes. Uma delas é assegurar não só os direitos naturais e incondicionais do indígena, (...) mas também o cumprimento progressivo dos seus deveres morais e legais de trabalho, de educação e de aperfeiçoamento, com todas as garantias da justiça e da liberdade. O outro (...) é o dos levar a todos os adiantamentos desejáveis dentro dos próprios quadros da sua civilização rudimentar, de forma que se faça gradualmente e com suavidade a transformação dos seus usos e costumes (...) Um tal sistema, justo, prático e eficaz, envolve o respeito desses mesmos usos e costumes (...) Não se atribuem aos indígenas, por falta de significado prático, os direitos relacionados com as nossas instituições constitucionais. Não submetemos a sua vida individual, doméstica e pública, se assim é permitido dizer, às nossas leis políticas, aos nossos códigos administrativos, civis, comerciais e penais, à nossa organização judiciária. Mantêmos para eles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua

ao proceder definitivamente a uma distinção entre duas categorias: a do “indígena” (ou o chamado “nativo”, que inclui todos os africanos negros e mestiços “não civilizados”) e a do “civilizado” (isto é, todos os africanos brancos, negros e mestiços “assimilados”), razão pela qual a expressão “assimilado” apresenta-se mais do que nunca como uma construção jurídica colonial que sinaliza a “passagem do não-ser ao ser cultural” (Andrade, 2006: 45). Como observa Messiant (1989: 132), o sistema colonial aspira assim, em nome da assimilação, suprimir os elementos de coesão e de identidade tradicionais por acção da administração e das políticas linguísticas ou culturais, um sistema que Fanon (1963:45) descreve como um “mundo dividido em compartimentos, maniqueto, imóvel, mundo de estatuas”, no qual se opera a negação da dignidade do colonizado elaborada pelo colono.

Sem desvirtuar as inúmeras implicações de natureza social, cultural e identitária que a nova ordem colonial promove junto dos “indígenas”<sup>75</sup>, não deixa de ser pertinente anotar que, no plano da racionalidade económica, o Estado colonial acaba por aplicar, quer em Angola quer nas restantes “possessões ultramarinas”, o mesmo princípio escravocrata, que animou os seus negócios entre os séculos XVI e XIX, agora sob a figura não declarada do “trabalho forçado” adaptada à nova lógica de utilização das colónias como mercados de abastecimento de matérias-primas para exportação e mercados de escoamento de produtos excedentários da metrópole. Com efeito, ao definir um estatuto de indigenato que coloca sobre o “indígena” um conjunto de imposições – de que se destaca a tributação fiscal, impostos pagos em numerário ou em trabalho “voluntário” e não remunerado<sup>76</sup> – o Estado colonial cria uma reserva de mão-de-obra autóctone para os seus projectos de exploração económica.

Ao código do indigenato, que pressupõe do ponto de vista político e administrativo, a possibilidade de um controlo mais efectivo sobre as populações nativas com a colaboração (instrumentalização) das autoridades tradicionais<sup>77</sup> – o que leva, aliás, à adopção do modelo

---

vida, sem prescindirmos de os ir chamando por todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior, do seu nível de existência”.

<sup>75</sup> Para uma melhor contextualização da “leitura” que as autoridades portuguesas fazem dos “indígenas” de Angola na época é útil seguir a obra de Diniz (1918).

<sup>76</sup> As chamadas autoridades tradicionais, designadas pelo poder colonial como autoridades gentílicas – que passam a ser parte integrante da estrutura administrativa colonial através da Reforma da Administração Ultramarina de 1930 – são incumbidas de recrutar pela força todos aqueles que não se apresentem voluntariamente ao trabalho, bem como de recolher impostos e impor medidas laborais coercivas (leia-se trabalho forçado) aos que infringem as leis.

<sup>77</sup> No texto já referido que serve de preâmbulo ao Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, de 1926, os chefes gentílicos são descritos como “os conhecedores da lei especial do meio indígena e por isso os informadores seguros dos usos e tradições da tribo que sejam atendíveis na administração da justiça”. É de sublinhar, porém, que esta colaboração com o poder colonial por parte das autoridades tradicionais reveste-se de

de “indirect rule”<sup>78</sup>, no qual se funda o Estado colonial de tipo dualista (com o Estado central e urbano de um lado e o Estado local e rural do outro, coincidindo com a tradicional fractura entre a área “urbana” e a área dita de “mato”) – acresce o Acto Colonial, de 1930, a expressão máxima do carácter ultranacionalista e centralizador da política colonial do Estado Novo.

Este texto apresenta três grandes linhas de orientação: (i) a doutrina da superioridade racial do colonizador, fundada nas correntes de pensamento do darwinismo social; (ii) o princípio segundo o qual as possessões ultramarinas são entendidas como indispensáveis – e por conseguinte inalienáveis – para suprir as necessidades económicas de Portugal; e (iii) a doutrina da missão sobrenatural e social da colonização que dota o projecto colonial de uma dimensão de legitimidade suplementar, através da qual Portugal afirma uma “função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos” (Mateus, 1999: 19), ou seja, um destino messiânico e evangelizador do povo português (que legitima a ideia da Nação portuguesa pluri-racial e pluricontinental), uma construção mítica que confunde colónias, nação e regime.

Para Rosas (et. al., 1994b: 285), o Acto Colonial constitui, pois, um momento decisivo de reorientação: “Não só política, ideológica, institucional e administrativamente este é um decisivo ponto de alteração da estratégia colonial vigente, como economicamente aí se iniciam (...) os processos de integração/especialização dos mercados metropolitano e

---

um carácter ambíguo, porquanto serve igualmente como instrumento de domesticação e, nalguns casos, de “ajuste de contas” com as populações locais, transformando-se nesse sentido num *recurso de poder* manipulável.

<sup>78</sup> No caso português, esta forma subsequente do “indirect rule” do modelo colonial britânico elabora um dualismo de sistemas a vários níveis: por um lado, a separação entre controlo político e controlo administrativo, com o primeiro centralizado e o segundo descentralizado e selectivo (Santos, 2003); por outro, a distinção entre direito civil e direito costumeiro que coexistem numa ordem jurídica pluralista que se aplica de modo diferenciado, o primeiro aos indivíduos com um estatuto de cidadãos, o segundo aos “indígenas”. Como argumenta Meneses (et. al., 2003: 346), “pretendia-se legitimar uma presença colonial junto das comunidades locais; assim, o poder colonial achava-se representado não por um agente externo, mas pelas chefias tradicionais locais, dispensando os mecanismos de inserção sociocultural”. Apesar desta forma de pluralismo jurídico, as normas coloniais (civis) têm primazia sobre as “costumeiras”. Como explica Henriques (2004: 17), “frequentemente os portugueses eliminam os chefes africanos principais e ‘usam’ as autoridades secundárias – os seculos – o que lhes permite dispor de um poder africano mais flexível. Esta forma de agir é – para alguns administradores portugueses (...) – considerada indispensável ao sucesso da política colonial em Angola”. Não deixa de ser importante referir, por fim, que a esta distinção entre “cidadãos” (assimilados, civilizados ou destribalizados) e “indígenas” não é alheia a definição da própria estrutura territorial do Estado colonial, assente em duas unidades organizativas principais: os concelhos e as circunscrições. Os primeiros encontram-se predominantemente nas áreas urbanas e neles impera a lei “moderna” do Estado, com as populações regidas por autoridades civis. As segundas constituem a unidade administrativa básica das áreas rurais, dirigidas por um administrador colonial. Por seu turno, estas unidades são subdivididas em regedorias – unidades administrativas mais reduzidas, lideradas por uma autoridade tradicional sob controlo do administrador colonial (cf. Estatuto Político-Administrativo da Província de Angola, Ministério do Ultramar, promulgado pelo decreto n.º 45 374, de 22 de Novembro de 1963).

colonial, que conhecem grande desenvolvimento quantitativo e qualitativo durante a guerra e no pós-guerra.”

É neste quadro integracionista e centralizador, reforçado pela revisão constitucional de 1951 (que transforma as colónias em “províncias ultramarinas”), e cuja expressão material radica numa corrida desenvolvimentista em crescendo baseada em políticas, cada vez mais autoritárias e repressivas, de discriminação e sobreexploração das populações autóctones, que se movimentam as elites crioulas e se aprofunda o ressentimento e a contestação que rapidamente adquirem um carácter revolucionário, ainda que elaborado sobre fracturas sociais de profunda rivalidade que coincidem com a estruturação policêntrica dos espaços políticos angolanos a que temos vindo a fazer referência.

### **3.5. A estruturação das zonas de confronto no campo político**

Os “velhos assimilados”, desprovidos de sentido, procuram recriar-se para saldar a dívida histórica. Segundo Birmingham (1992: 12), “the creoles probably saw themselves as both the true children of Africa, loyal to its traditions, and the law-abiding subjects of European kings. They were deeply dismayed at the racism which affected the new style of colonial immigrant and bureaucrat that was reaching Africa at the end of nineteenth century. The ‘old assimilados’ of Angola feared that they were being submerged by a tide of racism which denied their equal humanity and their high status”.

Ora, com um estatuto em declínio acentuado desde o final do século XIX e praticamente eclipsado a partir da segunda metade da década de 1920 – por força da instauração da ditadura militar em Portugal e, logo de seguida, do Estado Novo – esta comunidade adopta, como estratégia de preservação da sua identidade, um ideário diferenciador e de distanciamento em relação ao africano das regiões do interior de Angola, sob a pretensão deste não ter incorporado os elementos identitários através dos quais decorreu o processo de miscigenação que esteve na origem dos crioulos, isto é, um afastamento do chamado “africano tribalizado” porquanto os “civilizados” (e “urbanizados”, diga-se, o que constitui também uma apropriação da nova conjuntura da governação colonial dualista, que procede à distinção entre “cidade” e “mato”)<sup>79</sup> consideram ser a elite da população não branca. De resto, “Angolan creoles proudly called themselves ‘natives’ in haughty

---

<sup>79</sup> Ainda hoje, esta clivagem tende a ser reproduzida. Em Luanda, o termo quimbundo “matumbo”, que é utilizado para designar coloquialmente aquele que é “burro” ou “ignorante”, também pode designar, de forma mais pejorativa, aqueles que vivem no “mato”, indivíduos sem instrução, “burros” e “ignorantes”.

contradistinction to the ‘aborigines’ (indígenas)”, como observa Birmingham (1992: 12). Trata-se, pois, de uma comunidade crioula que, para Messiant (1994: 162), “doit à son histoire une expérience sociale et une tradition culturelle spécifiques et une forte conscience de soi comme élite nationale d’Angola. Groupe multiraciale et dont la socialisation est restée en partie multiraciale (dans les écoles publiques et catholiques, l’Église, etc), elle a une vision sociale et culturelle de la société coloniale et des ses hiérarchies très marquée par sa position et sa culture”.

É justamente esta especificidade do passado, com uma função de legitimação do estatuto de longo alcance dos “velhos assimilados” como elite dita “nacional”, que dota de significado e conteúdo na nova conjuntura colonial a acção renovada dos mesmos (leia-se, a sua identidade à luz do presente) e as suas aspirações em reclamar um papel central tanto no processo de formação da consciência nacionalista angolana, como também na mobilização para a luta anticolonial (ideias que, aliás, inspiram e impulsionam a origem do MPLA). É um “capital histórico” diferenciado e diferenciador – em relação aos “novos assimilados” (um outro segmento social, predominantemente negro e sem ligações à “burguesia colonial”, que ascende ao mundo dos “civilizados” apenas no século XX no quadro da nova ordem colonial) – capital que exerce uma dupla função: (i) a afirmação da superioridade identitária da antiga comunidade crioula e, em resultado disso, (ii) a legitimidade desta em travar a promoção social da outra.

Significa isto que a política de assimilação das autoridades coloniais não só contribuiu para a complexificação e diversificação dos espaços sociais e políticos angolanos, mas também para as clivagens entre distintos segmentos sociais (que se organizam em distintos movimentos políticos de resistência anticolonial que estão na base da diferenciação, ou da estruturação de zonas de confronto, simbólico ou material, do espaço político pós-colonial). Com efeito, tal como observa Chabal (2002: 109), “colonial rule created other elites, both ‘mestiço’ and African, who rose through the ranks of colonial society to challenge the supremacy of the older established Creole society.”

Acresce o facto de que esta diferenciação entre “velhos assimilados” e “novos assimilados” é operada tanto pelo poder colonial como igualmente, e de modo concomitante, pelas próprias relações que os dois grupos estabelecem entre si. Enquanto os descendentes da velha “burguesia colonial” reclamam a superioridade em nome do seu “capital” histórico de “dominação” social, económica e – importa assumir – racial (aspirando ao monopólio da

“visão legítima”), os novos “civilizados” (sitiados por esta cumplicidade histórica) procuram uma definição identitária alternativa baseada na superioridade de um “capital” simbólico e cultural ligado à negritude e à experiência de africanidade<sup>80</sup>. Como observa Messiant (1994: 164), “ils perçoivent leur différence d’avec ces descendants de l’ancienne bourgeoisie où les métis sont dominants en termes à la fois raciaux et sociaux. Et face à la ‘supériorité’, au ‘capital’ social et culturel de ces métis et Noirs qui se pensent souvent comme une ‘aristocracie’ qu’ils peuvent difficilement prendre comme modèles – on ne devient pas ‘ancien assimilé’ – ils tendent à valoriser leur propre supériorité, résultant du lien maintenu avec les indigènes, de leur africanité (culturelle) et de leur couleur”.

A estruturação de zonas de confronto no campo político angolano comporta ainda a relação entre duas outras forças – “construída” igualmente pelo poder colonial em razão da pressão que exerce sobre os espaços tradicionais históricos de ambas – que se diferenciam de forma singular por convocarem um capital simbólico, associado a uma dimensão étnica (ainda que a esta dimensão se sobreponham as tradicionais fracturas produzidas pelos processos de segmentação social e económica, porquanto a relação entre estas duas forças se cruza, a vários níveis, com a problemática da emergência e afirmação dos “novos assimilados”).

Trata-se da relação entre as elites bacongo (cuja reinvenção identitária é procurada através da reificação das funções míticas do reino do Congo) e a população ovimbundo do antigo reino do Bailundo (que se imbrica num processo semelhante, se bem que mais “instrumentalizado” e numa fase mais tardia), forçada a migrar para norte, precisamente para a área do Congo, em busca de trabalho nas plantações de café (em consequência do crescente domínio militar dos portugueses na região do Huambo a partir do final do século XIX, associado ao recrutamento massivo dos chamados autóctones para o trabalho forçado, sobretudo por via dos “contratos de trabalho” com S. Tomé e Príncipe, e à destruição progressiva da agricultura, ou da capacidade de trabalhar a terra perante a constante ameaça de deportação, tornando praticamente inviável a sobrevivência das populações locais).

---

<sup>80</sup> Deste grupo dos “novos assimilados”, emergem vários intelectuais e activistas que concorrem para o processo de formação dos nacionalismos angolanos, sobretudo entre a elite negra bacongo mas também entre as elites quimbundo e ovimbundo, devido a vários factores que correlacionam entre si de modo desigual (e.g. diferentes sentimentos de pertença religiosa, regional e/ou étnica), o que reforça a ideia segundo a qual, e contrariamente ao que a literatura por vezes sugere, a consciência nacionalista não se funde em projectos étnicos mas em distintas formas de resistência anticolonial resultantes de distintas trajectórias históricas e incompatibilidades sociais e económicas). Sobre esta matéria, que procura indagar do posicionamento dos “novos assimilados” no tabuleiro dos movimentos nacionalistas e de libertação, Messiant (1994, 1995) aduz vários outros factores, decorrentes das diferentes experiências coloniais nas três grandes regiões etnolinguísticas de Angola, como o grau de urbanização, o grau de estratificação racial e religiosa, o grau de separação entre a população branca e a colona, o grau de mestiçagem ou o grau do reconhecimento social atribuído aos mestiços.

A confluência destes dois grupos no mesmo espaço social e económico, no espaço do antigo reino do Congo – reconfigurado pelo crescimento da agricultura e do comércio, a forte presença de colonos brancos e militares portugueses e a emergência do pensamento de cariz etnonacionalista entre a elite negra bacongo (beneficiário da experiência de emigração no Congo belga e do contacto com formas de segregação racial particularmente radicais) – adquire um carácter problemático. Como escrevem Meijer e Birmingham (2004), os imigrantes ovimbundo são humilhados tanto pelos colonizadores brancos como pelos bacongos<sup>81</sup>, o que inscreve uma nova dinâmica de revolta entre os “bailundos” que faz antever uma trajetória adicional em matéria de formação da consciência nacionalista e da luta anticolonial.

Esta dinâmica é, aliás, apropriada pela UNITA no impulso para a sua constituição como movimento de libertação, ainda que – importa esclarecer – exerça apenas uma função legitimadora, porquanto a estruturação material da organização é operada pela politização do ressentimento resultante da exclusão dos “novos assimilados” de origem ovimbundo da arena nacionalista, quer por parte da elite negra bacongo quer por parte da elite crioula, as quais procuram bipolarizar a organização da resistência ao domínio colonial e, por conseguinte, o campo político angolano<sup>82</sup>.

Do lado dos bacongos, a efervescência nacionalista ganha forma organizada com a criação de vários movimentos de natureza política, como a ABAKO (Aliança dos Bacongo), UPNA (União das Populações do Norte de Angola) e o PDA (Partido Democrático Angolano) (cf. Gomes, 2009: 86), que levam à constituição da UPA (União dos Povos de Angola) e finalmente da FNLA, a que acresce a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda),

---

<sup>81</sup> Neste particular, Pezarat-Correia (1996: 77) defende a ideia segundo a qual “quando em Março de 1961 a UPA (...) desencadeou a sua vaga de terrorismo sistemático no norte de Angola com que iniciou a luta armada e que provocou milhares de vítimas, os grandes atingidos foram (...) os portugueses das fazendas de café e os africanos seus assalariados, pretos e mestiços, que nelas trabalhavam. Ora, estes africanos de raça negra, eram os chamados ‘bailundos’, ovimbundos contratados no planalto central (...). Foi contra os ‘bailundos’, portanto os ovimbundos, que também se orientou o terrorismo da UPA”.

<sup>82</sup> Num prímimo momento, a maioria dos “novos assimilados” aproxima-se da FNLA, mesmo não se revendo por completo nos fundamentos ideológicos do movimento. Contudo, perante a progressiva supremacia dos bacongos nos centros de decisão (que tende a excluir a nova vaga de “assimilados”, sobretudo de origem ovimbundo), acaba por afastar-se e, no caso dos ovimbundo, envolver-se na criação da UNITA, como alternativa tanto à FNLA como ao MPLA (dominado pelos descendentes da elite crioula dos “velhos assimilados”). Esta nova organização política assume uma vocação messiânica ligada à referida especificidade identitária dos “novos assimilados” – a negritude e a experiência de africanidade – mas mobiliza também, como factor de diferenciação (apesar de nunca o expressar formalmente), o ressentimento histórico dos “bailundos”, elaborando nesse sentido uma reificação das funções míticas do reino do Bailundo indissociável da afirmação da identidade étnica ovimbundo (cf. Messiant, 1994, 1995; Birmingham, 2002).



criada por elites bacongo residentes na região, movimento que se fragmenta sucessivamente ao longo dos anos (cf. Mabeko-Tali, 2006).

É de sublinhar porém, e desde já, que em Angola, como em muitos outros espaços africanos, o valor conceptual da ideia de “nacionalismo” enreda-se em várias ambiguidades de que as proposições de matriz “ocidental” tendem a não dar conta, pelo que a sua utilização requer um exercício de leitura mais alargado. Como alerta Gonçalves (2002: 108), numa comunicação sobre o processo de construção dos nacionalismos em Angola, “a noção de nacionalismo é complexa e encontra-se estreitamente associada a conceitos de nação e de etnia, cujas ambiguidades e preconceitos são evidentes. O conceito de nação está intimamente associado à apropriação e estruturação de um espaço nacional em conjugação com o conceito de desenvolvimento. Utiliza-se geralmente, com graves prejuízos, em íntima conexão com a edificação de Estados-Nação, conquanto nada autorize que um nacionalismo seja obrigado a vazar-se sempre na construção do Estado”. Neste contexto, a dissociação registada em Angola entre identidades étnicas e culturais e poderes políticos, ou movimentos político-partidários, com ambições excludentes (isto é, assumindo materialmente que o poder é uno e indivisível e, logo, não partilhável, o que mais não é do que uma reprodução da lógica funcional do poder do colonizador, e que Mbembe (2013:112) caracteriza como o artifício ideológico do “todo político” ou a “dimensão política do mal”, tecnologias de poder através das quais se opera “a procura hegemónica” e a “marginalização dos agentes indesejáveis”) traduziu-se, regra geral, em formas de etnonacionalismo e protonacionalismo – ainda que sob a retórica da “angolanidade” – enquanto instrumentos ideológicos e políticos de “combate anticolonial” nas mãos das elites dos vários grupos rivais (em que avultam designadamente o MPLA, a UNITA e a FNLA). Significa isto que, apesar de usarem a “bandeira nacionalista” e de terem como denominador comum a vontade de expulsar o “colonizador” e de conquistar a “independência”, é frágil a ideia de que houvesse entre estes movimentos um projecto de autodeterminação nacional que expressasse a ideia de Nação e de “angolanidade”, uma nação multirracial e integradora da diversidade (justamente pelas ambiguidades de que estas expressões são portadoras, tanto mais que o nacionalismo angolano, como muitos outros “nacionalismos” africanos, comporta uma importante função catártica e de busca identitária que se modifica conforme os contextos, os diferentes lugares de enunciação e as diferentes historicidades daqueles que o evocam), como, aliás, é possível desvelar pelo modo fragmentado como estes movimentos conduziram a sua insurreição contra o poder colonial e, logo depois, pelas construções ideológicas antagónicas de que se serviram para justificar a

guerra civil, “legitimada” por “diferenças irreconciliáveis”. Neste contexto, estes movimentos apresentam-se mais como “independentistas” do que propriamente como “nacionalistas”, até porque, em Angola, acresce uma particularidade: o processo de consciencialização das elites que conceberam os “nacionalismos” foi influenciado não só pela negritude e pelo pan-africanismo, mas também pelo regionalismo nordestino e pelo modernismo brasileiro (Venâncio, 2005)<sup>83</sup>.

### 3.6. Dos nacionalismos aos movimentos de libertação

Todas estas fracturas entre distintos segmentos sociais, com diferentes trajectórias históricas (e historicidades, total ou parcialmente autónomas, conforme os elementos identitários que cada grupo utiliza para dotar de sentido a sua acção na transição da conjuntura colonial para a pós-colonial) – em que avultam a elite bacongo, a elite negra dos “novos assimilados”<sup>84</sup>, a elite crioula dos “velhos assimilados” e os africanos “pobres e sem instrução” das regiões do interior<sup>85</sup> – apelam para a evidência de que a organização política da insubmissão (que resulta em várias iniciativas de insurreição e, por fim, no confronto armado com o poder colonial no início da década de 1960) é, antes de mais, a expressão simbólica de diferentes experiências de opressão colonial. Trata-se, pois, de um capital histórico referencial que conduz a dinâmicas rivais de racionalidade económica e social, para as quais, isto é, ao serviço das quais, sublinhamos, se elabora igualmente uma racionalidade étnica enquanto “mercadoria transaccionável” para legitimação e apropriação política. Com efeito, como preconiza Birmingham (2002: 141), “the virulence of the rivalry between colonial peoples with different experiences of exploitation was profoundly rational and economic and had no roots in ethnic history”.

Nestes termos, insistimos – e perante a evidência de que é no quadro de várias dinâmicas rivais de longo alcance, isto é, de diferenciações históricas complexas capitalizadas

---

<sup>83</sup> Sobre esta problemática, cujo debate é extenso porquanto obriga a recorrer a várias categorias de análise (e.g. nacionalismo cultural, nacionalismo territorial, nacionalismo anticolonial, entre outros), ver também Gonçalves (1999), Malaquias (2000) e, para um breve enquadramento histórico, Wheeler & Pélissier (2009: 241-268), bem como Sá (2010: 93-130), que apresenta um interessante estado de arte sobre a dupla abordagem da (i) construção da nação pelo nacionalismo e da (ii) construção da nação pelo Estado em Angola.

<sup>84</sup> É de sublinhar que, apesar deste grupo aparecer por vezes na literatura associado às elites bacongo, ou à emergência destas, e ainda que delas emanem de facto muitos dos “novos assimilados”, a distinção opera-se não propriamente por um referencial geográfico mas por uma conjuntura de renovação da política de assimilação colonial, delimitada no tempo, ou seja, desde o segundo quartel do século XX (por via do código do indigenato e da subsequente legislação que lhe serve de suporte), momento a partir do qual uma nova vaga de africanos ascende ao “mundo dos civilizados”, o que o leva a diferenciá-la, aliás, e sobretudo, dos descendentes da elite crioula dos “velhos assimilados”.

<sup>85</sup> Leia-se, os chamados “gentios”, aqueles que as comunidades crioulas apelidam de “tribalizados”.

por uma ordem social severamente estratificada, que se edifica a consciência nacional angolana<sup>86</sup> e, conseqüentemente, os diferentes projectos nacionalistas – (i) a dimensão étnica, ou a dinâmica de exclusão com base em identidades étnicas (ainda que concorra para a configuração da arena nacionalista, na medida em que é objecto de manipulação política para a mobilização “partidária”) não constitui o factor fundador dessa mesma configuração.

O que, por conseguinte, retira conteúdo e significado (ii) à essência etnogeográfica da partilha das principais áreas etnolinguísticas entre os três grandes movimentos de libertação, uma distribuição que atribui a área quicongo à FNLA, a área quimbundo ao MPLA e a área umbundo à UNITA. Se é certo que esta distribuição coincide com a trajectória histórico-geográfica endógena das três organizações, isto é, com a trajectória inicial em que materialmente se movimentam – partindo de pólos irradiadores, justamente aqueles que estão dotados de recursos simbólicos que possibilitam a sua acção (ou seja, activando, sempre que necessário, os estereótipos étnicos e regionais da etnologia colonial) – o alcance político das mesmas ultrapassa a dimensão geográfica, porquanto procura dirimir antagonismos sociais e económicos que não reconhecem limites territoriais<sup>87</sup>. Acresce a aspiração à hegemonia e à ocupação efectiva e pela totalidade do espaço que o colonizador deve deixar vago, não obstante os distintos acervos de valores e cosmovisões que cada movimento apresenta e adapta, numa negociação constante com as mutações conjunturais do campo político<sup>88</sup> (tanto em contexto de guerra de libertação colonial, como em contexto de guerra civil após a

---

<sup>86</sup> A discussão do tema obriga a ter em conta algumas reservas conceptuais, insistimos, bem como a conjuntura internacional, sobretudo no que diz respeito à apropriação ou influência de determinadas correntes de pensamento que se afirmam fora do continente africano. De resto, e especificamente sobre o modo como se manifesta a consciência nacionalista angolana, é de seguir o estudo de Gonçalves (2002: 111-117), que identifica e caracteriza quatro formas de expressão fundamentais – (i) os movimentos literários angolanos; (ii) as instituições de ensino e de formação das elites angolanas; (iii) as associações cívicas e culturais; e (iv) os movimentos ditos nativistas, religiosos ou messiânicos, com forte influência nos meios rurais – na prática, quatro canais de tradução e adaptação no plano local das ideias anti-imperialistas e de organização da resistência anticolonial que circulam no plano externo.

<sup>87</sup> A falência da FNLA enquanto movimento político em 1975, na transição da independência para a guerra civil, atesta a especificidade redutora e contraproducente de um projecto exclusivamente etnonacionalista no contexto angolano ao pretender impor uma supremacia de base regional e étnica, neste caso das elites bacongo, sem representatividade de outras forças ou outros agentes, simbólicos ou materiais, sem emitir mensagens com conteúdo nacional. Com efeito, apesar da boa organização militar e política na região do Zaire, a FNLA mostrase incapaz de sair do seu espaço tradicional e tomar o poder pela força, entrando em declínio à medida que o MPLA e a UNITA assumem progressivamente a bipolarização do campo político, a mesma que é discutida na fase inicial da afirmação dos “nacionalismos” entre o MPLA e a própria FNLA (cf. Messiant, 1994; Chabal, 2002).

<sup>88</sup> A FNLA é a excepção, mantendo-se fiel à génese etnonacionalista regional, o que dita o seu declínio como movimento político nos termos que já caracterizámos.

independência, cuja internacionalização apela também a muitas contradições e ambiguidades)<sup>89</sup>.

Neste particular, a FNLA – sob a liderança centralizada e autoritária de descendentes das famílias tradicionais protestantes da aristocracia baongo, formatados por uma educação de padrão europeu e uma condição social urbana, com experiências de emigração no Congo belga e, conseqüentemente, contacto com formas de segregação racial particularmente severas (como referimos atrás) – desenvolve um projecto político exclusivamente etnonacionalista, dentro da lógica da afirmação da superioridade identitária das elites negras baongo (Chabal, 2002), cuja base ideológica é descrita por Messiant (1994: 163) nos seguintes termos: “son idéologie – un nationalisme liberal mais africain radical car très opposé non seulement au colonialisme mais aux colons et à l’imposition de la culture européenne – lui est donné par ces élites, néo-traditionnelles certes – mais qui sont devenus à Léopoldville des élites modernes, chrétiennes (protestantes), insérées dans l’économie moderne”.

Por seu lado, o MPLA – que agrega na fase inicial os descendentes da elite crioula dos “velhos assimilados”, ou seja, com uma forte componente social mestiça e intelectual (partilhando com a FNLA a condição eminentemente urbana e a educação de padrão europeu) – adopta, segundo Messiant (1994: 162), “un nationalisme, progressiste et socialisant, mais qui est aussi un nationalisme fondé sur des valeurs typiquement ‘créoles’, universalistes, nationales, multiraciales, et fortement influencé par des idéologies européennes, humanisme chrétien ou surtout marxisme”. O que leva Chabal (2002) a identificar neste movimento algumas características “modernizantes”<sup>90</sup>, designadamente uma determinação supra-étnica fundada na ambição de edificar um Estado-Nação moderno e secular, de acordo com um modelo europeu (ocidental ou de leste). É pois à luz desta ambição que o movimento da elite crioula recorre a um discurso de representatividade universalista, em rigor do todo nacional angolano, como forma de legitimação política, afastando-se assim da FNLA e do projecto

---

<sup>89</sup> A instrumentalização ideológica promovida por forças exógenas ao território angolano no quadro das fracturas da ordem internacional bipolar, para protecção de interesses económicos e estratégicos com relevância internacional, condiciona os alinhamentos políticos das forças internas (que elaboram ao longo do tempo várias inflexões com carácter ambíguo, por vezes contraditórios e, no limite, quase contranatura) e influencia a trajectória da guerra civil na medida em que concorre para o aprofundamento e complexificação das cisões na génese do conflito. Para Birmingham (2002: 77), “the result was that the country became the prey to superpower rivalry and its conflict with UNITA came increasingly to be interpreted in the light of Cold War calculations”. Com efeito, a internacionalização da guerra civil encontra expressão nos apoios tão diversos quanto antagónicos que, directa ou indirectamente, são dados ao MPLA e à UNITA por forças externas, a que não são alheios, no terreno, por exemplo, o apoio militar de Cuba ao MPLA e as incursões das tropas de Pretória no sul de Angola baseadas em cálculos manifestamente contraditórios.

<sup>90</sup> A reserva conceptual é nossa no quadro da discussão que promovemos já neste trabalho a propósito da relação escorregadia entre “modernidade” e “tradição”.

desta, de pendor etnonacionalista (ou seja, assente numa base de apoio regional), ainda que os fundamentos sejam frágeis, sobretudo a partir do momento em que se manifestam clivagens profundas entre os “velhos assimilados” e os “novos assimilados” que, entretanto, se juntam às fileiras do MPLA e entre os diferentes segmentos sociais que nele confluem, rupturas que se desdobram noutras dicotomias como negros e mestiços, “intelectuais” e “não intelectuais” ou gente do mato implicada na luta armada e burgueses citadinos que não se envolvem no conflito militar (cf. Mabeko-Tali, 2000).

Quanto à UNITA – criada pelos “novos assimilados” de origem ovimbundo dissidentes da FNLA – preconiza, pelas razões já expostas, uma oposição quer à elite negra bacongo da FNLA, quer à elite crioula mestiça do MPLA, procurando a diferenciação pela “representatividade africana”, o que lhe permite uma argumentação com um duplo efeito. Ao apelar à especificidade da negritude e da experiência da africanidade, tanto rejeita a “representatividade étnica”, isto é, o etnonacionalismo regional da FNLA, como as características “portugalizadas” e “europeizadas” da elite crioula do MPLA. Segundo Messiant (1994: 166), “est ainsi cette spécificité des ‘nouveaux assimilés’ par rapport aux ‘anciens’ (c’est l’opposition principale qui les fait choisir le FNLA), mais aussi par rapport aux élites ‘évoluées néo-traditionnelles’ du FNLA: L’UNITA s’oppose comme le FNLA à ‘l’aristocratie créole’ du MPLA vue comme ‘caste’, elle se définit face à celle-ci comme ‘africaine’ (et non comme ‘angolaise’), valorise sa communauté culturelle, linguistique et raciale avec le peuple, et oppose à cette ‘caste’ sa propre supériorité des ‘fils du peuple’. Mais contrairement au FNLA, ses dirigeants assimilados ne se posent pas comme direction réelle ou potentielle d’un groupe ethnique mais du ‘peuple africain’ (noir), et priorisent la distinction raciale (avec les métis) et culturelle (avec les créoles)”. Significa isto que a UNITA adopta um perfil tradicionalista, que se opõe ao perfil “modernizante” do MPLA, razão pela qual Chabal (2002: 7) defende que o conflito entre as duas forças, que se afirma particularmente a partir da guerra civil, “epitomises the political hostility between ‘modernizers’ and ‘traditionalists’ in Portuguese speaking Africa”.

Importa sublinhar porém – e é uma originalidade, mesmo em relação às mutações ideológicas do MPLA, as ditas “transições” ou “reajustamentos”, que têm viabilizado a reprodução do seu sistema do poder e a cristalização da sua hegemonia (através de uma enorme capacidade de resistência adaptativa, de auto-produção e auto-viabilização) – que a UNITA, não obstante fundar a sua proposta nacionalista no ideário maoista (com a especificidade de o entender como uma corrente marxista apoiada na revolução do

campesinato que se distancia do modelo de pensamento marxista europeu que este movimento considera ter sido adoptado pelo MPLA) (cf. Messiant, 1994), acaba por imbricar-se numa labilidade ideológica sem precedentes na história política angolana, uma estratégia de sobrevivência a todo o custo, pragmática e calculista, que aceita os mais diversos alinhamentos ideológicos (e alianças com os mais variados actores da comunidade internacional) desde que permitam a manutenção da organização no campo político angolano na competição pelo poder.

Com a queda do Estado Novo em Portugal e o início do processo de descolonização, a configuração tricéfala da arena nacionalista angolana é desvelada por completo, pondo em evidência a dupla conflitualidade do campo político (isto é, a particularidade de que a luta armada contra o poder colonial, entre 1961 e 1974, progride em paralelo com a competição entre grupos rivais pelo poder total de Angola) e a dimensão das fracturas entre as forças que o ocupam, de que é sintomático, aliás, o fracasso do acordo de Alvor (a que acresce a “originalidade” da declaração de independência feita a três, em separado, pelos líderes dos movimentos, em Novembro de 1975<sup>91</sup>, no dia em que Portugal transfere formalmente a soberania do território para o “povo angolano”, ao invés de para “os únicos e legítimos representantes” do mesmo – FNLA, MPLA e UNITA – conforme consagrado no artigo 1º do acordo assinado em Alvor em Janeiro desse ano entre o Estado português e os três movimentos de libertação)<sup>92</sup>.

O caos que se segue, com uma guerra civil que se arrasta durante 27 anos – pontuada por três etapas que reestruturam os conteúdos do conflito e a percepção dos mesmos tanto no plano interno como no externo, nomeadamente em 1991 com os acordos de Bicesse, em 1994 com o protocolo de Lusaka (cf. United States Institute of Peace, 1994) e finalmente em 2002

---

<sup>91</sup> Em plena guerra civil, o MPLA proclama a independência da República Popular de Angola às 23 horas do dia 11 de Novembro de 1975, em Luanda, pela voz de Agostinho Neto (cf. Neto, 1975). Uma hora depois, a FNLA proclama a independência da República Popular e Democrática de Angola, através de Holden Roberto, no Ambriz, na actual província do Bengo, ao mesmo tempo que a UNITA, no Huambo, pela voz de Jonas Savimbi. “Uma pressurosa e algo embaraçosa proclamação da independência de um país partido em três”, como caracteriza Santos (2002: 11), que traduz a tentativa de “instauração” de dois governos: o de Luanda, sob controle do MPLA (que acaba por ocupar o “edifício” do Estado colonial e reproduzi-lo sob a forma de um Estado monista de inspiração marxista), e o do Huambo, que se desagrega rapidamente pela volatilidade da coligação entre a UNITA e a FNLA (organizações que se mostram incapazes de chegar a um acordo operacional viável sobre a partilha de poder).

<sup>92</sup> É de anotar a forma como o último representante da soberania portuguesa em Angola, o Alto-Comissário e Governador-Geral de Angola Leonel Cardoso, declara a independência do país, numa cerimónia no então Governo Provincial de Angola em Luanda, sem a presença de um único cidadão angolano: “em nome do Presidente da República Portuguesa, proclamo solenemente (...) a independência de Angola e a sua plena soberania, radicada no povo angolano, a quem pertence decidir as formas do seu exercício” (cf. Diário de Notícias, 2004).

com o Memorando de Entendimento de Luena (cf. United States Institute of Peace, 2002) (após a morte de Jonas Savimbi) (cf. Público, 2002a) – é conhecido e tem sido amplamente documentado e discutido<sup>93</sup>.

Ora, o que importa observar a partir daqui, para os efeitos de contextualização crítica a que este capítulo se propõe e para além do que foi já enunciado, é a progressiva afirmação de um sistema de poder, ou de dominação, baseado numa “nomenclatura petrolífera” (Pestana, 2002) e em relações clientelares de interdependência entre poder e elites (Chabal, 1994; 2002) que engendram o Estado pós-colonial angolano, nos termos que hoje se lhe reconhece, e as ideias de poder dominantes que, aliás, são objecto do estudo empírico deste trabalho.

### **3.7. A formação do sistema de poder pós-colonial**

Sobre este sistema de poder e não obstante a sua evolução e adaptação às várias mutações conjunturais ditadas pelo curso da guerra civil (que permitem diversos mapeamentos ou leituras), três aspectos devem ser salientados desde logo: ainda que seja desenvolvido e “institucionalizado” pelas elites do MPLA – ao assumirem o ónus da edificação do Estado revolucionário pós-colonial – envolve todas as outras forças do campo político angolano, porquanto (i) se alicerça em contexto de guerra, ou seja, numa dinâmica de conflito inerente à competição pelo poder absoluto, o que obriga a exercícios de poder de carácter monista, repressivos e autoritários (independentemente do seu fundamento ideológico e das suas formas de legitimação). Quer isto dizer que (ii) tanto aqueles que capturam como aqueles que querem capturar o poder, isto é, todos os que partilham a ambição de ocupar o “edifício” do Estado, estão implicados na mesma racionalidade de dominação, cuja viabilidade, no caso específico de Angola, depende de cálculos de natureza patrimonial e predatória (que, aliás, são interdependentes), por força da chamada “maldição dos recursos” e do inevitável paradigma patrão-cliente.

Nesta perspectiva, é de aceitar, aliás, e em jeito de parêntesis, que o Estado revolucionário pós-colonial se transforma rapidamente num Estado patrimonial mas também, e em simultâneo – e aqui divergimos da evolução faseada defendida por Pestana (2002) – num Estado predador, porque só através do controle dos recursos pode assumir uma função redistribuidora, o que significa que um não exclui o outro. Pelo contrário, são

---

<sup>93</sup> Para uma sistematização crítica destes três momentos estruturantes da história política contemporânea de Angola, é de seguir por exemplo o contributo de Gomes (2009: 128-159).

interdependentes, pelo que a viabilidade de cada um depende da coexistência entre os dois. Ora, este princípio, enquanto estratégia de reprodução de poder, e até ao momento em que não se torna exclusivo do Estado (isto é, até à afirmação do monopólio estatal dos recursos que é viabilizada apenas após a conquista da paz militar), é também adoptado pelos outros movimentos de libertação, em particular pela UNITA, porquanto não só financia o esforço de guerra como alarga a esfera de influência e a possibilidade de mobilização de uma maior base de apoio (voluntária ou involuntária), bem como capitaliza a procura de legitimidade e de apoios junto da comunidade internacional, ainda que, paradoxalmente, devido a um conjunto complexo de factores externos (no quadro da transição da ordem internacional bipolar para uma nova ordem mundial e das consequentes ambiguidades de interesses no campo interno por parte das forças internacionais), seja justamente por esta via que a organização liderada por Jonas Savimbi acabe por tropeçar no isolamento diplomático, consubstanciado pela Resolução n.º 864 do Conselho de Segurança da ONU adoptada em Setembro de 1993 (cf. Organização das Nações Unidas, 1993), dois anos após o fracasso dos acordos de Bicesse (cf. Público, 2001; O País, 2014a).

É de sublinhar, por fim, que (iii) todas estas forças que ocupam o campo político e competem pelo poder não coincidem necessariamente com a configuração político-partidária que medeia o conflito armado, o que potencia igualmente a necessidade de relações clientelares e a figura do patrimonialismo incrustado tanto no chamado Estado revolucionário, sob controle do MPLA, como nas organizações que se lhe opõem de forma mais significativa, designadamente a FNLA e a UNITA (em razão das constantes dissidências, cisões e disputas internas, isto é, dentro dos próprios movimentos, incluindo o MPLA, que acusam a sua heterogeneidade e a consequente falta de coesão). Nestes termos, a relação entre poder e elites a que Chabal (1994, 2002) se refere, isto é, as relações clientelares e patrimoniais inscritas no sistema de poder que é desenvolvido em Angola assumem uma função de “domesticação” que é transversal a todos os agentes dominantes do campo político, porquanto são usadas para dirimir os antagonismos dentro do “Estado”, mas também dentro dos dois principais grupos que se lhe opõem, bem como para “minimizar” a relação de tensão com os inúmeros grupos de “desalinhados” que, por razões várias, não se vêem representados em nenhum dos três grandes movimentos políticos que ocupam o espaço do antigo Estado colonial.

Com efeito, e pelos motivos que discutimos atrás a propósito da complexidade das rivalidades sociais e económicas que estão na base da formação da arena nacionalista, os três principais movimentos de libertação – que se afirmam como mediadores dos interesses do



“povo angolano” na transição da conjuntura colonial para a pós-colonial – não só estão divididos internamente<sup>94</sup> como não representam todos os agentes nacionais que interagem no campo político, nomeadamente todos os chefes locais ou as chamadas autoridades tradicionais bem como todos os outros agentes, “outros” grupos sociais, regra geral portadores de interesses diferentes dos “agentes” autoridades tradicionais, com historicidades total ou parcialmente autónomas das dos actores tradicionais. Se é certo que estes grupos de “desalinhados”, diferenciados entre si pelas mais diversas categorias (e.g. grau de pertença territorial ou subétnica, grau de estratificação racial ou religiosa, grau de reconhecimento social, etc.) (cf. Messiant, 1994, 1995), comungam de uma localização periférica no campo político polarizado pelos três “grandes”, não deixam de ter nele uma expressividade considerável, razão pela qual as forças dominantes procuram subjugar-los pela via da negociação, de natureza eminentemente clientelar, ou pela força, a que não são alheias as campanhas de recrutamento forçado de muitos destes “agentes” (e, por arrasto, de vários segmentos da população civil não comprometidos com o esforço de guerra) para integração nas forças militares em conflito, promovidas tanto pelo MPLA como pela UNITA (sobretudo a partir do declínio da FNLA como força com capacidade bélica, o que conduz à progressiva bipolarização da guerra e a uma renovada escalada de violência). O recrutamento forçado degenera noutras formas de violência contra a população civil, perpetradas tanto pelo MPLA como pela UNITA (numa dinâmica de guerra de longa duração), das quais faz eco, por exemplo, a Human Rights Watch (2003), ao referir-se a “physical and sexual assaults, rape, mutilations, forced conscription, abduction of women and girls, looting, and extra-judicial executions”. Em resultado disto, a guerra provoca um fluxo migratório de refugiados que se estima em mais de 4,1 milhões de indivíduos (deslocados no interior de Angola ou para países vizinhos como a Zâmbia, República do Congo, República Democrática do Congo e Namíbia). “Many of these internally displaced are victims of land mines or face serious threats preventing their (...) access to humanitarian aid”, lê-se no mesmo documento da Human Rights Watch<sup>95</sup>.

Acresce à vocação patrimonialista deste sistema de poder a referida nomenclatura petrolífera (Pestana, 2002) e diamantífera, intimamente associada à primeira, que confere à ideia de poder uma expressão complementar. Num território em que abundam recursos e

---

<sup>94</sup> No caso do MPLA, é paradigmática a crise nitista e os acontecimentos que se seguiram ao 27 de Maio de 1977 (cf. Mabeko-Tali, 2000; Mateus & Mateus, 2009; Pawson, 2014). Sobre a UNITA, é de seguir, por exemplo, a obra de Péclard (2015).

<sup>95</sup> Ver também Human Rights Watch (1999, 2002).

competidores pelo controle dos mesmos, a pretensão da conquista do poder absoluto, uno e indivisível, tanto traduz a possibilidade de afirmação de um projecto político geneticamente monista (e, por conseguinte, de um modelo autoritário e centralizado de organização política e económica da sociedade) como a possibilidade de afirmação de projectos particulares individuais baseados em cálculos mesquinhos de enriquecimento e diferenciação social (aos quais não são indiferentes as elites das várias forças rivais). Quer isto dizer que os recursos e a competição pelo seu controle são portadores de uma dupla dinâmica (uma ampla e mais visível, outra restrita e tendencialmente sub-reptícia) que interage entre si: (i) a da viabilização do esforço de guerra na luta pelo poder absoluto e (ii) a dos cálculos particulares para a partilha de lucros entre as elites do grupo vencedor, elites imbricadas em rivalidades internas (justamente por causa do poder *per se* e dos lucros “mesquinhos” tributáveis desse mesmo poder).

É neste contexto que a expressão “maldição dos recursos” adquire particular significado, fazendo eco da tese defendida por Collier e Hoeffler (2004), segundo a qual um conflito civil tem maior probabilidade de ocorrer em contextos de grande riqueza de recursos, sobretudo quando a economia está sob dependência da exploração dos mesmos. Para os autores, é o controlo dos recursos, e não propriamente a oposição política contra a acção de um determinado poder central ou as clivagens entre grupos políticos rivais, que se transforma no verdadeiro móbil da guerra.

No caso de Angola, a guerra civil degenera, pois, numa luta feroz e progressivamente predatória pelo controle dos recursos entre as elites internas rivais do MPLA e entre estas e as forças associadas à UNITA. Como escreve Hodges (2004: 49), “minerals provided both the prize of victory and the means for achieving it. Due to the increase in oil production, government oil revenue, which had been less than \$1 billion a year for most of the 1980s, was running at an average of just over \$2.5 billion a year by 1995-2001. As for the UNITA, its success in controlling the most valuable diamond mining areas in the north-east of the country enabled the rebels to market up to \$3.7 billion worth of diamonds between 1992 and 1998, generating an estimated \$2 billion in net revenue with which to bankroll its war.”<sup>96</sup> Sobre esta matéria, Eiseman (2002) acrescenta ainda que “more than US\$ 2 billion annual government revenue from oil exports has served as the ultimate prize for that war, encouraged corruption and patronage in the MPLA government, and allowed for almost neglect of the non-oil

---

<sup>96</sup> Sobre esta questão, é interessante seguir o relatório da Global Witness (1998).

economy”<sup>97</sup>, aplicando no caso de Angola a tese da criminalidade ou delinquência do Estado pós-colonial africano, a qual, aliás, explica em parte a chamada “transição democrática” que o MPLA promove no início da década de 1990. Em parte, porque apesar da manifesta necessidade de renovação das fontes de legitimidade do Estado, para efeitos de domesticação interna e afirmação externa – perante o esvaziamento da fórmula de um regime político monopartidário de inspiração marxista-leninista (na sequência da implosão do soviétismo) – a crise do sistema de dominação é, antes de mais, uma crise económica e social (que se repercute no sistema de poder), em resultado de vários factores que se interpenetram e correlacionam (e.g. as condições militares do próprio conflito civil, em situação de impasse com o controle dos recursos dividido, ou a modificação de interesses e do jogo de forças entre a comunidade internacional).

A chamada tese da criminalidade ou delinquência do Estado pós-colonial africano, preconizada por alguns autores (e.g. Bayart, et. al., 1997), sinaliza a predisposição criminal do Estado pós-colonial africano para o desenvolvimento do clientelismo e da corrupção (encarados como os únicos instrumentos que viabilizam a reprodução do poder) com a cumplicidade da comunidade internacional que deles retira os seus próprios proveitos. Neste particular, é de considerar, porém, as reservas críticas de Chabal e Daloz (1999: 79) que explicitam esta dinâmica à luz da percepção da ilicitude, nomeadamente através do princípio segundo o qual, nos espaços africanos, os actos ilícitos só podem ser designados como tal se todos os actores implicados nos mesmos lhes atribuírem essa qualidade: “The key question here is how criminal activities can serve the patrimonial purposes of patron-client relationships. In Africa, the realm of clientelism and the world of crime overlap. The means to patrimonialism, including at times violence, are legitimate insofar as patrons are perceived to discharge obligations to clients. This is another way to say that, within a patrimonial social system, accountability takes the form of redistribution. (...) It is for this reason that it is analytically dubious to speak of the ‘criminalization of the state in Africa’ outside the context of what is perceived to be legitimate but the beneficiaries of the so-called criminal activities. As with mafia-type operations throughout the world, the loss of legitimacy derives not from the illegal nature of some activities but from the dissolution of accountability. It is when

---

<sup>97</sup> A esta situação não é alheia a referida internacionalização do conflito, por várias questões, incluindo a protecção de interesses económicos e estratégicos com relevância internacional, de que é exemplo a presença em Angola de grandes empresas petrolíferas como a francesa Elf Aquitaine (precursora da actual multinacional Total, em resultado da fusão com a TotalFina em 2003), a britânica BP-Amoco (que se transformou em 2001 na actual BP plc) e as norte-americanas Chevron e ExxonMobil (cf. Global Witness, 1999), bem como a Gulf Oil, em Cabinda.

patrons cease to redistribute their legal or ill-gotten gains to their clients – that is, in effect, to be accountable to them – that their activities became criminal, in the sense of being perceived as illegitimate by those who might have stood to benefit but no longer do. For us, therefore, the notion of criminal should only be used to refer to an illicit activity which is also clearly illegitimate in the eyes of those concerned”. Esta leitura é subscrita e complementada por Mbembe (2013: 126) ao defender que se trata de um princípio de dependência e reciprocidade “no qual os dominantes se submetem aos deveres de redistribuição (...) e no qual os dominados devem fidelidade aos seus protectores. É esta imbricação de redes de supremacia e racionalidades que permite que o Estado seja ‘minado’, sem que tal pareça ‘moralmente condenável’. De certa maneira, o sistema auto-regula-se e a prebenda e o apanágio como se tornam o seu modo de funcionamento normal.”

Com efeito, na transição do mundo bipolar para o dito mundo multipolar (expressa e percebida simbolicamente pela queda do Muro de Berlim em 1989 e a “reunificação alemã” no ano seguinte), o sistema de dominação em Angola tropeça num conjunto de mutações conjunturais – externas e, por conseguinte, internas – que apela para uma reinterpretação dos elementos de produção e reprodução do poder. Daí o programa de liberalização económica introduzido e desenvolvido pelo Governo do MPLA (para tentar saldar a crise interna e criar liquidez negocial no quadro da formação de novos alinhamentos políticos internacionais e da afirmação crescente do capitalismo de matriz ocidental, perante a circunstância de ter uma economia totalmente dependente da exploração de recursos que só são capitalizáveis nos mercados externos, o que, aliás, aprofunda o princípio do Estado predador) e, pouco tempo depois, a transfiguração formal do regime político que conduz à adopção do multipartidarismo e à instituição constitucional de um “Estado democrático de direito” (cf. Lei de Revisão Constitucional da República Popular de Angola, 1991).

É neste contexto de “transição democrática”, tal como é descrita pela historiografia oficial do MPLA, que se realizam finalmente as primeiras eleições gerais de Angola (legislativas e presidenciais), em 1992 – na sequência, aliás, dos acordos de Bicesse (e dos seus constrangimentos, é de sublinhar)<sup>98</sup> – as quais adquirem um carácter particularmente

---

<sup>98</sup> As negociações do processo de paz (patrocinado pela ONU com a mediação de Portugal e a participação de observadores dos EUA e da então URSS) acusam desde logo um embaraço, nomeadamente o facto de envolverem apenas as partes beligerantes. Ainda que decorram sob um espírito pacificador, na medida em que permitem um cessar-fogo temporário no terreno e fazem antever a possibilidade de um entendimento entre as duas forças militares em conflito (com a UNITA a reconhecer a legitimidade do governo do MPLA enquanto governo de transição e o MPLA a comprometer-se com o abandono do ideário marxista-leninista e a abertura ao sistema multipartidário, acabando os dois movimentos por acordarem na redacção de uma nova Constituição, na

significativo para a recomposição do sistema de poder no país. Não pelo que delas resulta em matéria de reestruturação do hemiciclo parlamentar, isto é, do acesso de outras forças políticas à “cidadela” do Estado, mas precisamente pela negação desses mesmos efeitos a partir do momento em que a UNITA contesta a validade da contagem dos votos, alegando fraude eleitoral<sup>99</sup>, e decide retomar as ofensivas militares (efemeramente interrompidas pelo protocolo de Lusaka em 1994)<sup>100</sup>.

---

fusão dos seus respectivos exércitos num exército nacional comum e na realização de eleições livres e democráticas), estas negociações excluem todas as outras forças civis não armadas implicadas no campo político angolano. Significa isto que, como observa Messiant (2004: 18), “the transition was placed entirely in the hands of the two armed parties. Transitory political rules were not established, nor was a coalition government (which would have avoided the dangers of a ‘winner takes all’ outcome) decided on for the period following the elections.”

<sup>99</sup> Nem a UNAVEM II nem a “troika” dos restantes observadores internacionais encontram indícios de fraude. A divulgação dos resultados eleitorais é feita por Margaret Anstee, a chefe da missão da ONU, 17 dias depois das eleições, vinculando a comunidade internacional aos mesmos. Sobre esta matéria, é de seguir a avaliação feita em 2011 pelo diplomata português nascido em Angola, na província de Bié, António Monteiro, membro da delegação portuguesa que medeia os acordos de Bicesse (cf. *Voz da América*, 2011). Ora, de acordo com os dados oficiais da Comissão Nacional Eleitoral de Angola (cf. CNE, 1992; Inter-Parliamentary Union, 1992), nas eleições presidenciais, José Eduardo dos Santos obtém 49,6% dos votos contra 40,1% de Jonas Savimbi. A segunda volta das presidenciais não se chega a realizar, pelo que o líder do MPLA é reconduzido na presidência da República Popular de Angola, cargo que assume pela primeira vez em Setembro de 1979, sucedendo a Agostinho Neto. Nas eleições legislativas, e segundo a mesma fonte, o MPLA obtém 54,1% dos votos, que se traduzem numa maioria parlamentar de 129 mandatos na Assembleia Nacional, enquanto a UNITA conquista 34,5% dos votos, elegendo 70 deputados. A FNLA, o terceiro grande partido histórico angolano, elege apenas 5 deputados, ficando atrás do então recém-criado PRS (Partido de Renovação Social), um movimento pró-federalista próximo dos interesses de Cabinda e das Lundas, que consegue obter 6 mandatos (cf. *Voz da América*, 2014). O PLD (Partido Liberal Democrático), criado por angolanos exilados em Lisboa, elege 3 deputados, transformando-se na quinta maior força política de Angola. Os restantes lugares na Assembleia Nacional são distribuídos à razão de um mandato cada pelos seguintes partidos ou coligações: Partido Renovador Democrático (PRD), formado por simpatizantes do grupo dissidente MPLA-PT, de Nito Alves; a coligação Angola Democrática (AD); Partido Social-Democrata; Partido da Aliança da Juventude, Operários e Camponeses de Angola (PAJOCA - PP); Fórum Democrático Angolano; Partido Democrático para o Progresso – Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA); e Partido Nacional Democrático Angolano.

<sup>100</sup> Sob a mediação da ONU e com a participação de observadores de Portugal, EUA e Federação Russa, a nova ronda negocial – que volta a excluir todas as forças civis não armadas, ou seja, advogando o princípio segundo o qual a instabilidade no campo político angolano decorre da luta entre dois grupos rivais pelo controle do Estado e dos seus recursos, sem a concorrência de outros factores que sobre ela também podem exercer influência, factores diversos para os quais chamam a atenção alguns autores (e.g. Bratton & Walle, 2002; Hodges, 2004; e MacQueen, 2006) – parte de dois pressupostos fundadores: (i) a inexistência do reconhecimento de qualquer vitória ou derrota militar quer da UNITA quer do MPLA e (ii) o princípio da conclusão, e não o da substituição, dos acordos de Bicesse, isto é, reiterando a legitimidade das eleições de 1992 e a obrigação da UNITA em participar no exercício do poder (com vista à formação do futuro Governo de Unidade e Reconciliação Nacional). Neste quadro, é prevista a desmobilização e o desarmamento da UNITA, com a integração dos oficiais no exército nacional, e a extensão administrativa do Estado a todo o território nacional. Ainda que desvantajoso para as pretensões da UNITA – com uma evidente assimetria de direitos e obrigações em matéria de desmilitarização, a que não é alheio o poder negocial reduzido da organização devido à perda de apoios externos e à crescente manifestação da comunidade internacional de que se trata de uma força ilegítima, o que leva, aliás, a cisões internas e à afirmação de uma facção dissidente, consubstanciada em 1998 com a criação da UNITA-Renovada (cf. Público, 2002b) – o protocolo é assinado; mas os efeitos são de curta duração. Como escreve Birmingham (2002: 174), “the war remained on the horizon and each side tried to provoke the other into being the first to break the Lusaka ceasefire and incur international opprobrium for returning Angola to civil strife”. As violações do cessar-fogo não se fazem esperar e o malogro da nova ronda negocial torna-se incontornável. Numa avaliação geral, Messiant (2004) interpreta o fracasso de Bicesse e Lusaka, que caracteriza

Se é certo que a decisão da UNITA leva a questionar o conteúdo do processo de liberalização política (nos termos em que acaba por ser negociado em Bicesse, isto é, perante a particularidade do perigo pós-eleitoral da trasfega total do poder), é justamente através desta decisão que se activam as implicações do mesmo, isto é, as implicações que a UNITA pretende travar assim que conhece a sua derrota nas urnas. Pela simples razão de que o móbil da liberalização política (concebido pelo MPLA e aceite pela UNITA na expectativa de dele se apropriar, perante o impasse da situação militar) não reside na neutralização das rivalidades mas na possibilidade da conquista do poder absoluto, por uma das partes rivais, legitimada através da instrumentalização de procedimentos democráticos.

Significa isto que o partido que vence, o MPLA – “aquele que ao vencer, vence tudo” (Messiant, 2004: 18) – não só vê assim a sua hegemonia reforçada, como pode desenvolver e aprofundar, em resultado da decisão da UNITA em não assumir a expressão dos resultados eleitorais, um sistema de poder descrito formalmente como democrático, isto é, portador de uma legitimidade popular, que se obriga a defender por todos os meios “legalmente consagrados” ao abrigo dos princípios de um Estado de direito democrático. Dito de outra forma, o controle semântico dos valores políticos, conferido ao MPLA pela derrota eleitoral da UNITA, permite, pois, ocultar as práticas informais do poder (o sistema de poder real) sob um espírito de impunidade que, aliás, se consubstancia na criação de um Estado militar-policia (Messiant, 2006) forçada pelo imperativo da defesa da ordem e normalidade constitucional em contexto de guerra civil (não obstante as contradições internas do sistema de poder).

É este sistema de dominação reconfigurado, nascido “do caos e da violência e por entre graves rivalidades nacionais, regionais e globais” (Meijer & Birmingham, 2004: 1), que se instala no “edifício” do Estado pós-colonial angolano a partir de 1991 e se perpetua após a paz militar de 2002<sup>101</sup>, ainda que sob várias metamorfoses inerentes a uma racionalidade de supremacia de longa duração, elaborada desde logo na transição formal para o pluralismo democrático. Com efeito, o valor heurístico da chamada transição democrática, que pressupõe uma transição política, tem sido questionado por vários autores (e.g Birmingham, 2002;

---

como soluções temporárias artificialmente impostas de fora, como o resultado do encavalitamento entre os reais interesses da “comunidade internacional real” e a determinação do MPLA e da UNITA em vencer o conflito pela via militar.

<sup>101</sup> O cessar-fogo é formalizado seis semanas após a morte de Jonas Savimbi na província de Moxico, no leste do país, através do Memorando de Entendimento de Luena, que retoma, e conclui, os elementos essenciais do protocolo de Lusaka. É interessante recuperar o balanço feito em Abril de 2012, precisamente dez anos depois da assinatura do documento, pelo general Abreu Muengo Ukwachitembo “Kamorteiro”, o signatário pela UNITA (cf. Diário de Notícias, 2012b).

Chabal, 2002; Pestana, 2002; Mabeko-Tali, 2006; Messiant, 2006), porquanto as práticas de poder observadas em Angola desde então apelam para dinâmicas de continuidade e reconversão de formas de dominação autoritária e repressiva (a que não é alheio o modelo de ditadura militar de tendência plutocrata).

Na leitura de Chabal (2002), a dita liberalização política iniciada em Angola na década de 1990 é portadora de uma tecnologia de reprodução de poder cujo fim último é a auto-legitimação modernizante de um partido-Estado presidencializado em contexto multipartidário e “democrático”. Um mecanismo que opera uma neutralização das contradições entre os recursos dominantes do ideário marxista-leninista (e.g. centralismo democrático, planeamento centralizado, pensamento único) e do ideário democrático (e.g. liberdade de expressão, liberdade de imprensa) com vista à conversão dos mesmos – por via de uma apropriação selectiva de diversos “bens” político-ideológicos (como a normalização institucional ou a institucionalização do Estado) – em novos elementos de produção de poder. Quer isto dizer, e recuperando a tese de Bayart (et. al., 1997) à luz do caso concreto de Angola, que o ideário democrático pode ser apropriado e percebido, em determinadas circunstâncias, como recurso de legitimação de um regime político comprometido com um ideário divergente, o que, em última instância, leva a questionar os conteúdos da noção de democracia e o que neles se modifica quando se apela para a aplicação e desenvolvimento da mesma nos espaços africanos.

Esta dinâmica de perpetuação metamorfoseada da hegemonia política do MPLA (sempre sob a regulação invulgarmente intensa da figura presidencial, insistimos, porque dela decorre uma condição importante para a produção do poder na medida em que é uma das principais forças motrizes da desdiferenciação funcional, nomeadamente entre o sistema político e o sistema económico em contexto de uma governação patrimonializada)<sup>102</sup> é também assinalada por Messiant (2006), referindo-se já ao período pós-2002, a qual se apresenta, aliás, como o principal condicionalismo do processo de democratização em Angola. Para a autora, os instrumentos de reprodução de poder são significativos e bastante diversificados, o que dá conta da dimensão dos múltiplos obstáculos para reverter a situação,

---

<sup>102</sup> O interesse desta distinção operativa radica na possibilidade de demonstrar que a desdiferenciação funcional pode ser tão racional como a diferenciação funcional. No caso de Angola, a desdiferenciação funcional, produzida e controlada pelo sistema de poder, institui-se como uma modalidade de organização social. Como sublinha Pestana (2002), o domínio económico é uma área específica da governação do Estado pós-colonial patrimonializado, cujo desenvolvimento ocorre essencialmente por critérios políticos. Trata-se, pois, de uma “aliança estrutural” desdiferenciada, porquanto a diferenciação e autonomização dos dois sistemas é imperfeita e “relativa”, mas claramente racional, no sentido de que serve a produção de poder.

isto é, no sentido de consolidar materialmente um sistema político democrático, porquanto o sistema de poder manifesta características estruturais que apontam numa direcção diferente: do controle partidário do Estado e da administração pública ao monopólio e redistribuição clientelar dos recursos nacionais (sob a forma das privatizações, próximas do círculo presidencial e da cúpula militar, e respectivas redes de “clientes”); do controle partidário do sistema económico e financeiro (através de um “Estado” paralelo)<sup>103</sup> à instrumentalização e subalternização do sistema judicial; do cerceamento dos meios de comunicação (que condiciona a produção e o acesso à informação, bem como a liberdade de expressão) à neutralização da sociedade civil (através da criação e gestão de uma “sociedade civil próxima do poder”, restrita e domesticada, que se sobrepõe à voz débil e intencionalmente reduzida de organizações independentes como sindicatos e associações).

O MPLA tem conseguido, pois, enquanto partido-Estado, mostrar uma enorme capacidade de resistência adaptativa, de auto-produção e auto-viabilização que assegura a sua hegemonia no poder e a hegemonia de um sistema de dominação que, para Mbembe (2013: 127-128), só é inteligível à luz daquilo que designa por “sociedades de miséria crónica”, como é o caso de Angola<sup>104</sup>, nas quais “o Estado constitui, simultaneamente, o local de acumulação e de redistribuição dos recursos necessários à sobrevivência”.

---

<sup>103</sup> Fruto da referida desdiferenciação funcional entre o sistema político e o sistema económico, este “Estado” paralelo emerge da empresa-Estado Sonangol que progressivamente assume o papel de guardião da economia interna de Angola (petrolífera e não petrolífera), através de uma dinâmica capitalista de crescente internacionalização. Sobre esta matéria, que implica a gestão do Fundo Soberano de Angola e faz colidir interesses públicos com interesses privados e pessoais, é de seguir o estudo de Lwanda (2011) bem como a análise de Oliveira (2015).

<sup>104</sup> De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola coloca o país no grupo daqueles que apresentam os valores mais baixos (numa classificação que varia entre o desenvolvimento muito elevado, acima de 0,800; elevado, acima de 0,700; médio, acima de 0,550; e baixo): 0,377 em 2000; 0,446 em 2005; 0,490 em 2008; 0,504 em 2010; 0,521 em 2012; e 0,526 em 2013. Apesar da evolução positiva, o valor de IDH registado em Angola em 2013 (0,526) está muito perto do da média da África subsariana (0,502) – o mais baixo do mundo – e é inferior ao de países como, e por ordem crescente, Suazilândia, Quênia, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, República Democrática do Congo, Gana, Namíbia, Cabo Verde, África do Sul, Gabão e Botsuana. De resto, Angola aparece classificada no 149º lugar da tabela de comparação internacional do IDH, com um PIB *per capita* em PPC de 6.323 USD, em 2013 (ainda que acima da média da África subsariana, cujo PIB *per capita* em PPC é de 3.152 USD). Portugal, por exemplo, aparece na 41ª posição com um PIB *per capita* em PPC de 24.130 USD. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade na distribuição do rendimento (sendo este mais desigual quanto maior for o valor do coeficiente, ou seja, quanto mais se distancia do valor 0, que corresponde a uma igualdade total), atribui a Angola, em 2013, o valor de 42,7, um nível de desigualdade semelhante ao da China, a saber, 42,1. E que se pode traduzir por um dado sintomático (de entre muitos outros indicadores que atestam as fragilidades económicas e financeiras do país), indicado pelo Relatório do Desenvolvimento Humano da PNUD referente a 2013: 54% da população angolana vive com menos de dois dólares por dia. Em contrapartida, nesse mesmo ano, Angola, enquanto o segundo maior produtor de petróleo na África subsariana, aparece na quinta posição do *ranking* das economias africanas mais poderosas (atrás apenas da África do Sul e da Nigéria) com um crescimento global de 5,1% (cf. Africa Ranking, 2015), não obstante as reservas e as inúmeras recomendações do Banco Mundial (cf. World



Com efeito, numa sociedade em que o Estado controla directa ou indirectamente, não só os recursos, como também todas as modalidades de acesso aos recursos, incluindo aquelas que, à partida, não lhe pertencem (e para as quais acciona igualmente a figura burocratizante das “licenças” ou “autorizações”) – o que explica o peso das burocracias e coloca todos os negócios “privados”, ou o sector dito privado, sob a dependência do aparelho de Estado – o poder público, ainda que não seja a única fonte de poder, faz depender dele todos os outros poderes. Nestes termos, e perante uma deliberada “dinâmica de miséria” (enquanto estratégia de reprodução de poder), o controle do Estado, ou de uma fracção do mesmo, significa controlar, total ou parcialmente, as redes de acumulação, o que faz avultar o princípio da “recompensa alimentar” que tende a neutralizar, junto dos agentes não estatais, o essencial das formas de consciência emergentes, isto é, o conteúdo que dota de sentido a insubmissão, e a disposição para promover formas de oposição.

Este “dilema de estagnação”, que tendencialmente se sobrepõe às contradições entre a “geração da utopia” e a nova ordem de “predadores”<sup>105</sup> (ocultada pela progressiva afirmação da “normalização democrática”, independentemente das diversas valorações que lhe possam ser dadas), não é alheio à problemática das mistificações do poder pós-colonial, nos termos em que a discutimos na secção 2.7., e leva mesmo a questionar o próprio sentido da opção dita “democrática”. Como Mbembe (2013: 123, 133) assinala, “enquanto a estagnação económica ou a distribuição desigual dos frutos de um crescimento hipotético persistirem (...), será impensável que se possa prescindir do exercício do *poder no estado bruto*, dado que, em primeira instância, ter-se-á de satisfazer as exigências materiais e alimentares da sociedade, antes de corresponder a outras aspirações, supostamente mais ‘abstractas’, e cuja ligação à própria tarefa de produção de riqueza não seja visível”. Para o autor, a consequência observável – que explica, em parte, a crise de governabilidade e o fracasso do processo de democratização – é a alienação gradual da “sociedade” em relação ao Estado, numa atitude de “pôncio-pilatismo”, ao descobrir que se pode ‘desenvencilhar’ sem ele ou negociar nos mesmos termos que negociam as elites dominantes, isto é, competir pelo acesso às redes de

---

Bank, 2013) para travar o crescente endividamento externo do país. Em relação a este paradoxo, é de seguir três artigos da CNN que traçam, de forma sintética, um retrato sobre as contradições da realidade económica de Angola (cf. CNN, 2012a, 2012b, 2012c).

<sup>105</sup> Para utilizar os títulos de duas obras de ficção do escritor angolano Pepetela (antigo guerrilheiro e ex-dirigente do MPLA, vice-ministro da Educação entre 1975 e 1982), que retratam precisamente a longa e problemática jornada entre a independência e o fim da guerra civil, e o que dela resulta (cf. 1992, 2005). Neste particular, é de referir igualmente o testemunho de Adolfo Maria, antigo dirigente do MPLA exilado em Portugal desde 1979 (cf. Pimenta, 2006; Maria, 2014, 2015; Club-K, 2014).

“alimentação” e enriquecimento, o que potencia e perpetua o patrimonialismo, a corrupção e a predação, perante o constrangimento de não haver alternativas exequíveis.

## **Conclusão**

A captura das narrativas que dão conta do sistema de poder pós-colonial em Angola implica, desde logo, um diálogo com o passado em busca dos fenómenos de longa duração que manipulam o presente (e reconstruem simultaneamente o próprio passado como processo de reordenação dos acontecimentos que dotam o contexto actual de sentido e significados). Por outras palavras, a compreensão das dinâmicas de conflitualidade e do modo como são percebidas pressupõe, antes de mais, a procura das narrativas que desempenham de forma mais relevante uma função de significação no contexto actual de Angola, das narrativas que relatam um determinado “itinerário histórico” e que retransmitem a memória, porquanto qualquer apelo a uma reordenação do presente, isto é, qualquer tentativa de recuperação de uma identidade histórica à luz do presente, coexiste sempre com a lembrança de uma ordem antiga, a permanência de um imaginário.

Neste contexto, a análise dos espaços políticos pré-coloniais tem uma relevância particular, porquanto é neles que radica a diversidade de organização social, económica e política, com uma manifesta natureza fragmentária, que condicionou e moldou a “aventura colonial”. Com efeito, o acontecimento colonial não se traduz por um mero encontro entre europeus e africanos, ou populações autóctones – com os primeiros a desenhar os limites dos segundos – mas por uma interacção complexa, baseada no conflito enquanto fenómeno de longa duração, que influenciou reciprocamente as trajectórias dos vários grupos. As inúmeras acções de resistência e o conseqüente binómio “conflito/negociação” entre os angolanos e as forças coloniais constituem um fenómeno recorrente durante toda a “aventura colonial” intensificando-se nos momentos e nas áreas em que a presença e o controlo dos portugueses se tornam mais expressivos.

Neste sentido, e tal como assinala Pestana (2002), o processo de ocidentalização dos espaços angolanos é progressivo, sedimentar e não necessariamente coincidente com a instauração formal do sistema colonial, porquanto incorpora dimensões de socialização cultural, ou a recriação dos modelos organização política e social tradicionais, que não são imediatamente correlatas da dominação colonial, no sentido que actualmente se dá ao termo (o que pressupõe, aliás, a coexistência de diversas historicidades que importa ter em conta).

Logo, o Estado colonial e pós-colonial em Angola não devem ser entendidos como um “objecto importado” (Badie, 1992), mas, e como propõe Pestana (2002: 30), “le résultat d’un processus historique d’appropriation de longue durée”.

Neste quadro, os antagonismos dos vários movimentos de libertação que se radicalizam na transição da chamada conjuntura colonial para a pós-colonial só são inteligíveis à luz dos processos de diferenciação, segmentação e reconfiguração do espaço político angolano, uma incompatibilidade fundada no modelo de apropriação do território e de indexação das chamadas comunidades autóctones. Todas as fracturas entre distintos segmentos sociais, com diferentes trajectórias históricas (e historicidades, total ou parcialmente autónomas, conforme os elementos identitários que cada grupo utiliza para dotar de sentido a sua acção na transição da conjuntura colonial para a pós-colonial) – em que avultam a elite bacongo, a elite negra dos “novos assimilados”, a elite crioula dos “velhos assimilados” e os africanos “pobres e sem instrução” das regiões do interior – apelam assim para a evidência de que a organização política da insubmissão (que resulta em várias iniciativas de insurreição e, por fim, no confronto armado com o poder colonial no início da década de 1960) é, antes de mais, a expressão simbólica de diferentes experiências de opressão colonial. Trata-se, pois, de um capital histórico referencial que conduz a dinâmicas rivais de racionalidade económica e social, para as quais, isto é, ao serviço das quais se elabora igualmente uma racionalidade étnica enquanto “mercadoria transaccionável” para legitimação e apropriação política.

É neste quadro de várias dinâmicas rivais de longo alcance, isto é, de diferenciações históricas complexas capitalizadas por uma ordem social severamente estratificada, que se edifica a consciência nacional angolana e, conseqüentemente, os diferentes projectos nacionalistas que ocupam o espaço deixado vago pelo colonizador e se enredam num longo confronto civil.

O sistema de poder pós-colonial nasce assim “do caos e da violência e por entre graves rivalidades nacionais, regionais e globais” (Meijer & Birmingham, 2004: 1), um sistema de dominação reconfigurado que se perpetua após a paz militar de 2002, ainda que sob várias metamorfoses inerentes a uma racionalidade de supremacia de longa duração, elaborada desde logo na transição formal para o pluralismo democrático.

## Parte II

### Introdução

Em Março de 2011, um grupo de cerca de 20 pessoas concentrou-se na Praça da Independência, em Luanda, com o objectivo de protestar contra o Governo angolano e o presidente da República José Eduardo dos Santos. Uma tentativa de manifestação convocada anonimamente nas redes sociais por um movimento desconhecido, o autodenominado Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola, que resultou na detenção de 12 indivíduos, incluindo a jornalista e activista de direitos humanos Ana Margoso<sup>106</sup>, do semanário “Novo Jornal”<sup>107</sup>, o rapper Luaty Beirão<sup>108</sup> e o autor da convocatória *online* da manifestação conhecido pelo pseudónimo de “Agostinho Jonas Roberto dos Santos”. Ainda que seja garantida “a todos os cidadãos a liberdade de reunião e de manifestação pacífica e sem armas, sem necessidade de qualquer autorização e nos termos da lei”, lê-se na alínea 1 do artigo 47 da Constituição da República de Angola (2010), “as reuniões e manifestações em lugares públicos”, consagra a alínea 2 do mesmo artigo, “carecem de prévia comunicação à autoridade competente”. Terá sido disto que se esqueceu o Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola. A manifestação, a acontecer num local público, carecia de autorização prévia do governador da província de Luanda.

---

<sup>106</sup> Nesse mesmo dia, a repórter contou à agência Lusa as circunstâncias em que foi detida e interrogada pela Direcção Provincial da Polícia de Investigação Criminal (DPIC) de Luanda (cf. Diário de Notícias, 2011). Três anos depois, Ana Margoso acabou por acusar o Governo angolano de tender a reprimir todas e quaisquer manifestações bem como de promover o monopólio dos meios de informação e suprimir a liberdade de expressão, uma vez que grande parte dos jornais privados foi comprada por grupos financeiros ligados ao círculo presidencial (cf. Portal de Angola, 2014).

<sup>107</sup> Na sequência das acusações de Ana Margoso, é de referir que este jornal “privado”, comprado em 2010 pelo grupo Media Investments, uma holding de capitais privados angolanos de origem desconhecida (cf. Diário de Notícias, 2010), passou em finais de 2012 para as mãos do grupo Nova Vaga, liderado pelo empresário luso-angolano Álvaro Sobrinho, ex-presidente do BES Angola (BESA) e uma das figuras envolvidas no caso GES/BES (cf. Expresso, 2014b).

<sup>108</sup> Luaty Beirão, conhecido por Ikonoklasta, voltou a ser detido em Luanda, em Junho de 2015, junto com outros 14 activistas – incluindo também, de novo, “Agostinho Jonas Roberto dos Santos” – sob a acusação do grupo estar alegadamente a preparar “um atentado contra o presidente e outros membros dos órgãos de soberania angolanos” (cf. Esquerda.net, 2015), ou uma “insurreição”, nas palavras do vice-procurador-geral da República angolana, general Hélder Pitta-Groz, pelo que, para o Estado, não foram considerados como presos políticos. “Não há nenhum mecanismo a nível do Estado que limite a liberdade de expressão”; em Angola “as pessoas expressam-se livremente (...) “Não foi por pensarem, não foi pela consciência, que eles foram presos. Foram presos somente porque estavam a preparar actos que levavam à subversão do poder instituído”, acrescentou o general (cf. Expresso, 2015). Sobre o despontar destes movimentos informais e espontâneos de protesto entre os jovens angolanos, que ganharam visibilidade pública em Angola, a partir do incidente de Março de 2011, e fora do país, sobretudo após a detenção de Junho de 2015 (cf. Folha de São Paulo, 2015), é interessante seguir o breve retrato feito por Metcalfe (2014: 113-120), que se encontrou secretamente em Luanda com Luaty Beirão e outro rapper e conhecido activista cívico, MCK, cujos álbuns têm sido sistematicamente proibidos em Angola por abordarem temas políticos “tabu”.

Para os dirigentes governamentais, tratou-se, pois, de uma acção condenável com um único desiderato: “a destabilização política de Angola, a provocação às forças de segurança, o desafio ao poder político que foi sufragado nas urnas”, lê-se no editorial de 8 de Março de 2001, logo no dia seguinte à tentativa de manifestação, do Jornal de Angola (o espaço tradicional do diário estatal para transmitir officiosamente as posições do Governo). “Só a irresponsabilidade e a falta de pudor de uma oposição em falência técnica”, acrescenta o editorial, “pode justificar que tenha convocado uma manifestação para o espaço sagrado onde Agostinho Neto e seus companheiros de luta, entre os quais já se destacava na época José Eduardo dos Santos, proclamaram a libertação da pátria (...) Em boa verdade, estava reservado mais um capítulo da novela iniciada pela UNITA quando mais uma vez rejeitou os resultados eleitorais e depois abandonou o Parlamento no momento da votação da Constituição da República. Estão convencidos de que quem não reconhece a Lei Fundamental pode seguir a via da subversão e do golpe. Para dar um verniz de contestação jovem à golpada, até descobriram um cantor na boca do qual puseram os insultos ao Chefe de Estado que eles não têm coragem de fazer”.

Daí a intervenção dos agentes da Polícia Nacional (PN). Embora se possa perguntar: porque é que houve necessidade de uma justificação, perante a evidência constitucional de que se tratava com efeito de um acto ilegal? Segundo a narrativa daqueles que se opõem ao regime, há uma razão: a brutalidade desproporcionada alegadamente usada pelas forças de segurança<sup>109</sup>. Tão desproporcionada quanto o enorme debate que esta acção espontânea, dir-se-ia que quase insignificante, suscitou entretanto nos media, junto dos partidos da oposição, do partido do Governo e da pretensa sociedade civil angolana.

É que, em boa verdade, o Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola não existe. Tal como provavelmente não existe a chamada Resistência Autóctone Angolana para a Mudança, conhecida sob a sigla RAAM, que mereceu já as atenções da imprensa norte-americana (e.g. Forbes. 2011) e até do Wikileaks (2011a, 2011b). Quer dizer, não existem como movimentos organizados nos termos em que se costuma reconhecê-los. Mas tanto um como outro têm gerado sinais de inquietação junto das elites do MPLA. De resto, e na

---

<sup>109</sup> Versão contrária, aliás, à institucional, ou pelo menos à da narrativa apresentada pelo já citado editorial do Jornal de Angola, no qual se pode ler: “Uma palavra de elogio para as forças de segurança que fizeram um trabalho competente. Face a uma manifestação não autorizada, as autoridades identificaram o cantor e a sua claque e depois foram mandados para casa. Entre a claque estavam os jornalistas do semanário. Como em Angola não há carteira profissional, foram igualmente identificados, prestaram declarações e depois levados gentilmente para casa. Fazemos votos para que noutras capitais cidadãos suspeitos de estarem a cometer uma ilegalidade grave sejam tratados da mesma maneira. A democracia angolana tem muitas lições a dar ao chamado mundo civilizado”.

perspectiva das vozes que apelam para uma mudança política, o dia 7 de Março de 2011 transformou-se no princípio de uma onda crescente de protestos de rua no país. O que sucedeu desde então é do conhecimento público: de Março de 2011 até ao final de 2013, há registo de pelo menos 27 manifestações que resultaram em confrontos com a polícia. Uma espiral de manifestações e detenções várias que tem vindo a ganhar visibilidade pública internacional, sobretudo a partir de Junho de 2015, com a nova detenção de Luaty Beirão, Manuel Nito Alves<sup>110</sup> e outros 13 activistas. Os numerosos incidentes entre 2011 e 2015 estão documentados pela imprensa angolana, ainda que haja versões contraditórias e sempre num tom mais ou menos inflamado conforme o grau de compromisso ideológico de cada meio.

O que provavelmente é menos conhecido é o retrato do activista que adopta o pseudónimo de “Agostinho Jonas Roberto dos Santos”, autor da convocatória nas redes sociais para a primeira tentativa de manifestação, a de 7 de Março de 2011, sob o lema “Basta 32 anos de tirania e má governação”.

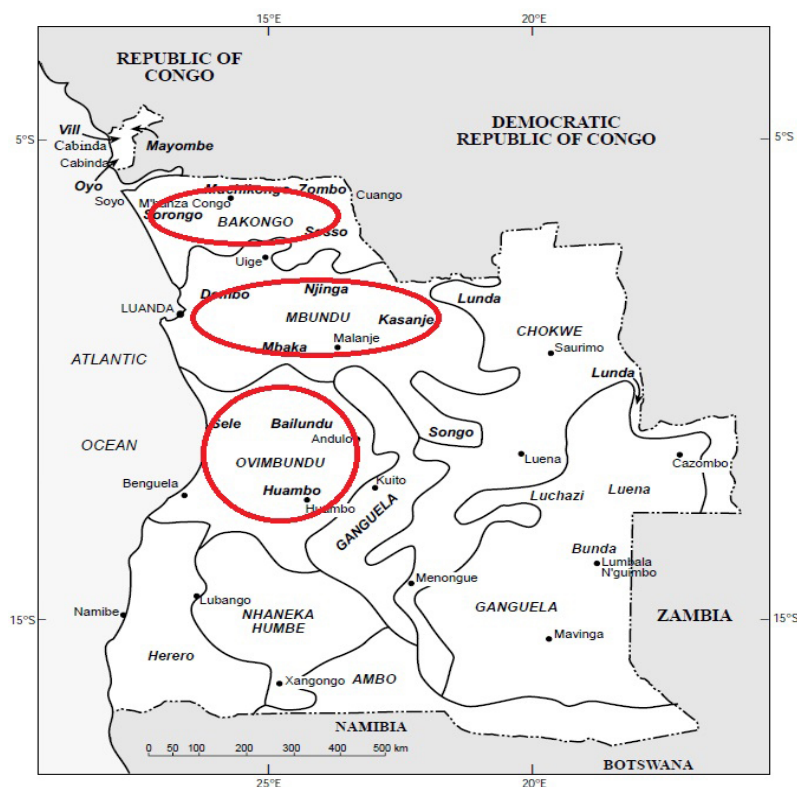
Em contexto de entrevista realizada em Fevereiro de 2015, em sede de trabalhos empíricos para este estudo, o jovem, cuja identidade mantemos sob anonimato a pedido do próprio, garantiu ser islâmico e da “família étnica” dos bacongós. Revelou também falar, além do português, quicongo. Tudo o resto, toda a narrativa que produz, decorre e coincide com a tradicional distinção etnolinguística e rivalidade de natureza político-partidária que estão na génese dos movimentos de libertação, e dos seus respectivos e diferentes projectos “nacionalistas”, envolvidos na guerra civil. Fracturas identitárias assentes numa alegada relação de causalidade linear entre pertença étnica e tensões e conflitos entre grupos distintos. Um espaço político “etnizado”, um espaço de rivalidade geográfica que reflecte o suposto fenómeno da “tribalização da guerra” – suposto porquanto é redutor quanto à explicação das várias e diferentes dinâmicas de diferenciação internas e externas ao próprio processo da dita “tribalização”. De resto, sobre o valor conceptual da problemática do tribalismo nos espaços africanos no geral e em Angola em particular, é útil seguir o contributo de Maffesoli (1997, 2007) e a leitura crítica de Gonçalves (2005).

Esta “narrativa” pode ser esquematizada da seguinte forma:

---

<sup>110</sup> O jovem, ainda menor, havia já sido detido em Março de 2013 durante uma vigília pelas vítimas do massacre de 27 de Maio de 1977 (cf. Pawson, 2014) e a 12 de Setembro do mesmo ano por encomendar a impressão de t-shirts, nas quais apelidava José Eduardo dos Santos de “ditador nojento”, para serem utilizadas numa manifestação antigovernamental. Acabou por ser libertado dois meses depois sob a obrigação da apresentação periódica do termo de identidade e residência (cf. Pawson, 2013). Para um breve perfil do jovem activista, com entrevista, ver igualmente Rede Angola (2014b).

Figura 4.1. Distribuição etnolinguística em Angola



**BAKONGO:** área **quicongo**  
“dominada” pela FNLA (bacongos)

**MBUNDU:** área **quimbundo**  
(mbundo) “dominada” pelo MPLA  
(comunidade crioula de “velhos” e  
“novos” assimilados e mbundos)

**OVIMBUNDU:** área **umbundo**  
“dominada” pela UNITA  
(ovimbundos)

Obs. Adaptado de Malaquias (2000:101).

Para quem está mais familiarizado com a problemática, esta é uma falsa questão. Porque é uma leitura estafada e redutora, que não dá conta de todas as dinâmicas de diferenciação subjacentes ao conflito armado que Angola experienciou durante 27 anos e muito menos subjacentes à realidade dos dias de hoje.

Se é certo que a diferenciação étnica e geográfica, ou a combinação entre estas duas dimensões, reflectiram-se na formação dos movimentos de libertação, lançando-os para uma espiral de antagonismos, também não deixa de ser verdade que existiram diferentes trajectórias históricas que produziram uma diferenciação social e cultural que ultrapassa, e em muito, a mera dinâmica excludente de identificação étnica ou mesmo geográfica (cf. Chabal, 2002; Malaquias, 2000; Messiant, 1992; e Pestana, 2002).

Mas no dia 7 de Março de 2011, nove anos após o fim da guerra civil, foi esta a “narrativa” que levou o activista “Agostinho Jonas Roberto dos Santos” a convidar os jovens angolanos a sair à rua em protesto.

Em contexto de entrevista realizada no início de Maio de 2015, um antigo combatente das FALA, o braço militar da UNITA, que é actualmente jornalista de um dos periódicos de Luanda mais inflamados contra o regime, reiterou esta leitura. Foi assim durante a guerra

civil, mas continua a ser assim nos dias de hoje. Significa isto que, apesar da maioria dos estudos e dos trabalhos de campo sobre esta problemática apontar noutras direcções, a visão “eticista” parece continuar a ser válida, isto é, a estar presente nas narrativas de vários actores sociais em Angola.

Mas não terá havido ou haverá outras formas de diferenciação e rivalidade social e política, que não a racial ou étnica? Por exemplo, “populações rurais vs. população urbanizada; novos intelectuais vs. tradicionalistas; elites burguesas/famílias de notáveis assimilados vs. “outras” elites? “Sim”, concorda o jornalista. “Existem outras rivalidades, sobretudo de carácter social em função da institucionalização de filhos (os ligados ao poder) e de enteados (todos os outros)”. Ana Margoso, a repórter detida em Março de 2011, diz exactamente o mesmo: “Vivemos num país onde, para certas questões, há os filhos dos governantes e os outros angolanos são os enteados” (Portal de Angola, 2014).

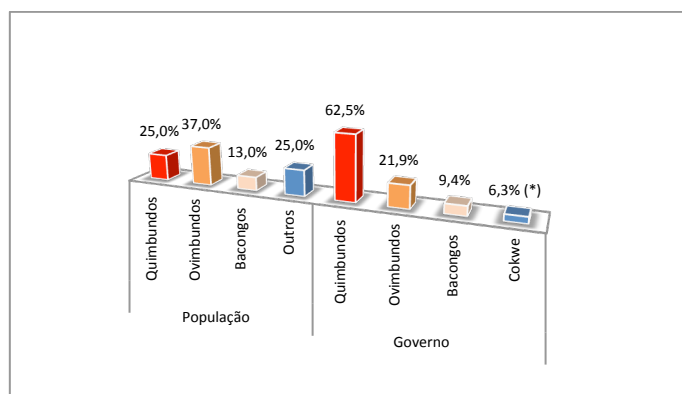
Ou seja, e traduzindo, chegamos a uma narrativa diferente. Porque a primeira, “está envelhecida e é pouco condizente com a realidade actual”, afirma um académico angolano, também em contexto de entrevista, que diz não ter, nem nunca ter tido, qualquer envolvimento ou simpatia partidária. Até porque, para ele, a abertura democrática do sistema político angolano não passa de uma ilusão. De uma manipulação semântica. “O que existe em Angola é tão-somente uma democratura”, conclui este académico. Ou uma “democracia musculada”. Ou uma “ditocracia”, como é apontado por outros actores sociais entrevistados para este trabalho. Em suma, e como observa um representante de uma das maiores organizações da diáspora angolana no exterior do país, “é óbvio que se vive em Angola um sistema ditatorial, mas nestes últimos tempos tem vindo a conhecer uma ruptura que nunca se viu desde a sua existência. José Eduardo dos Santos está refém dos militares, mas também dos inimigos que o proprio sistema criou, com o desvio de linha política e o afastamento de vários veteranos e conservadores da ideologia de Agostinho Neto”.

É um estado de espírito que não surpreende. Acontece em Angola como em todos os países, junto daqueles que não estão contentes com os governos que têm. O que muda porventura é a nomenclatura do desagrado em função da intensidade de conflitualidade do contexto político. A questão é que, mesmo nesta perspectiva parcial, com a tónica posta do lado dos oponentes ao regime, são notórias as ambiguidades e algumas contradições. O que pressupõe muitos dilemas e a necessidade de observar com cautela subtilidades várias.



O gráfico abaixo, que pretende dar conta da relação entre a “composição étnica” da população angolana e da “composição étnica” do Governo, saído das eleições gerais de 2012 (com uma sobrerrepresentação no executivo da “etnia” quimbundo, associada, grosso modo, ao MPLA), está deliberadamente errado. Porque quantifica, de forma enganadora, não a diversidade étnica mas a politização dessa mesma diversidade étnica, a partir, aliás, de dados questionáveis: não só a estimativa da população feita pelo NationMaster (2014a), que aponta para 18,6 milhões de habitantes, quando os resultados preliminares do Censo 2014, o primeiro desde o recenseamento feito ainda sob administração portuguesa em 1970, referem 24,3 milhões (cf. Instituto Nacional de Estatística de Angola, 2014b), mas também, e sobretudo, o próprio mapeamento étnico que dificilmente poderá ser quantificado e, em muitos casos, devidamente identificado, porquanto imbrica-se com (i) estereótipos sociais, culturais, geográficos e históricos ditados por critérios políticos erráticos, e (ii) uma manipulação recorrente desses próprios dísticos identitários. O facto de “não ser de Luanda”, por exemplo, tem grandes implicações na mobilidade social dos indivíduos e na natureza das suas relações com a sociedade pós-colonial, a dita moderna, pelo que, não raras vezes, a naturalidade é “alterada” ou a língua nativa é “adoptada”. De resto, basta recordar as conotações pejorativas atribuídas aos angolanos do sul, como “kwachas”, “bailundos” ou “sulanos”, designações utilizadas para perpetuar a associação estigmatizante entre os ovimbundos e a UNITA (cf. Martins, 2015).

**Quadro 4.1. "Composição étnica" da população vs. Governo**

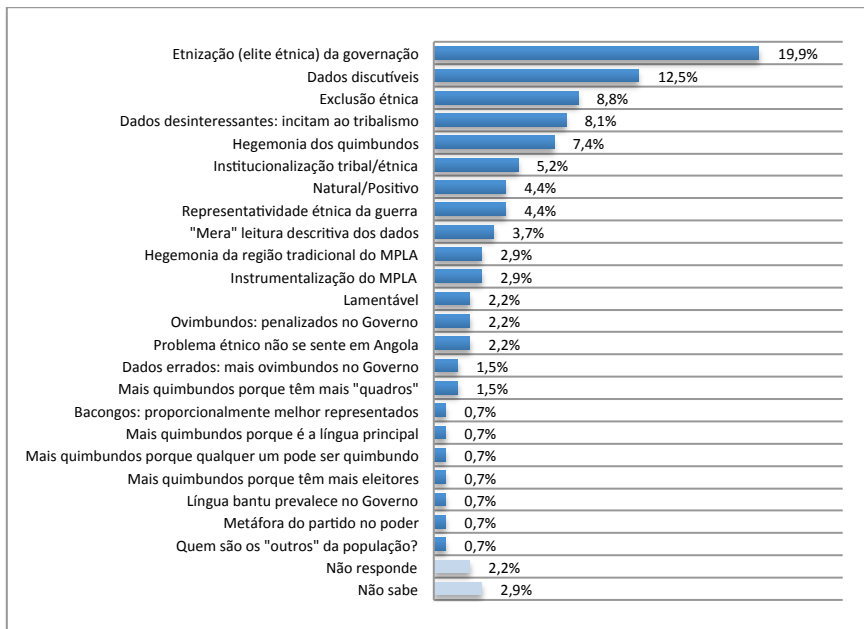


(\*) Em relação aos cokwe, não há dados desagregados disponíveis que indiquem o seu peso percentual na população angolana, apesar de aparecerem “representados” no Governo.  
 Obs. Adaptado a partir de informações do Semanário Angolense (2012) e do NationMaster (2014b).

Ainda assim, usado no nosso questionário (aplicado em 2015, entre Janeiro e Março, a uma amostra por conveniência constituída por 136 indivíduos nascidos em Angola, sob

anonimato, recordamos, como parte do programa de trabalhos empíricos deste estudo)<sup>111</sup>, produziu o seguinte quadro de respostas:

**Quadro 4.2. Interpretação da "distribuição étnica" no Governo**



Obs. (DP= 4.4) Representação da distribuição de incidências dos segmentos de respostas qualitativas codificadas em variáveis<sup>112</sup>.

Pela leitura da tabela, verifica-se que 12,5% dos respondentes considera que se trata de dados discutíveis. Duas das respostas obtidas são, aliás, esclarecedoras quanto a esta posição. “O gráfico é uma falácia sobre o princípio étnico como pressuposto da formação do executivo! Não existe estudo científico sobre a forma como os angolanos se identificam em termos de grupos étnico-linguísticos”, sublinha uma inquirida, de 35 anos, que nasceu e reside no Lobito, na província de Benguela, a que acresce o comentário de uma outra respondente, de 27 anos, nascida e residente em Luanda: “Como sabem a que etnia as pessoas pertencem? Local de nascimento? Aonde vivem? É declarado pela população e pelo Governo? O facto de as pessoas nascerem num sítio não significa que são de etnia A ou B, principalmente numa Angola que se movimentou bastante. A maior parte da população vive em Luanda. Por isso, não quero interpretar este gráfico”. É de sublinhar que, em ambos os casos, os inquiridos deixaram em branco a resposta à questão “a que grupo étnico considera pertencer”, ao contrário do que sucedeu com 83,8% dos participantes neste estudo. O que reforça a ideia já aqui referida de que a visão “eticista” não parece estar arredada das narrativas de vários

<sup>111</sup> Para todos os dados empíricos de natureza quantitativa apresentados neste trabalho, são feitos arredondamentos a uma décima, pelo que podem registar-se ligeiras discrepâncias nos somatórios.

<sup>112</sup> Em sede de análise de conteúdo, com recurso ao MAXqda.

actores sociais em Angola. Resta explicitar se a afirmação de pertença étnica (i) condiciona ou não a percepção quanto à natureza dos processos de diferenciação social e cultural em Angola, isto é, excluindo todos os outros que não os exclusivamente de natureza racial ou étnica, bem como (ii) se decorre ou não de categorias ou representações sociais e simbólicas associadas ao “prestígio” ou “desmérito” desta ou daquela etnia, questão a que aludimos atrás ao abordar o problema da associação estigmatizante entre os ovimbundos e a UNITA.

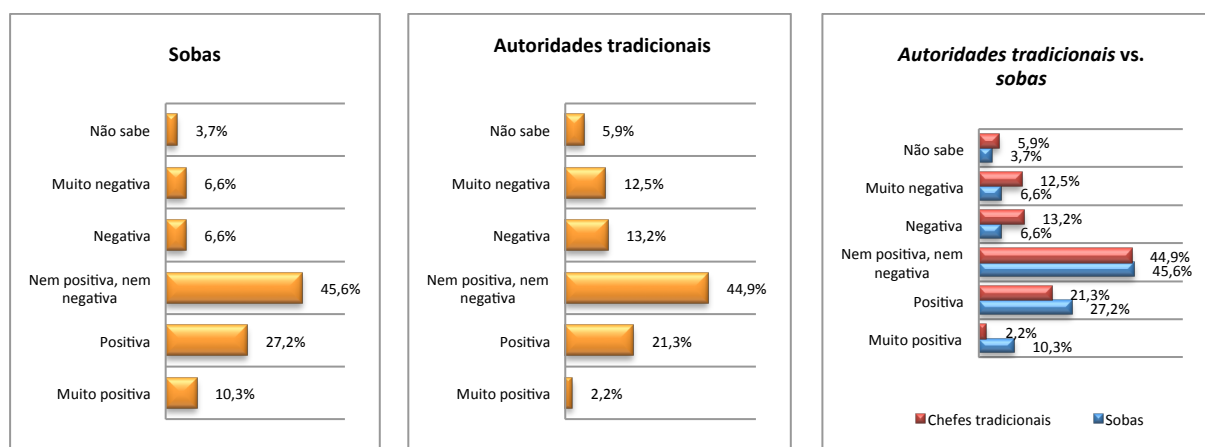
Além de discutíveis, são também dados desinteressantes, pelo menos para 8,1% dos participantes, porque incitam ao tribalismo, como dá conta um respondente de 57 anos, natural de Gabela, no Kwanza-Sul, a residir em Luanda: “Angola é um País que hoje é uno e indivisível. A guerra colonial e a decisão de Portugal em não conceder a independência acabou por ser um ponto positivo no sentido dessa indivisibilidade. Para mim, este gráfico nada representa a não ser incitar à divisão. Quem faz estes gráficos faz o jogo de uma teia criada por alguns países para influenciar economicamente demasiadas decisões internas de Angola, através de consultores e dos ‘ditos *standards* internacionais’. Alguns destes países estão na ‘mama’ desde 1976”.

Contudo, e aqui reside o interesse da questão, apesar destas posições – que arrastam 20,6% da amostra para aquilo que poderia ou deveria ser a leitura do gráfico – 25,1% considera que a “composição étnica” do Governo representa a institucionalização do tribalismo (indicado através das variáveis “etnização (elite étnica) da governação” e “institucionalização tribal/étnica”) pela suposta predominância dos quimbundos em prejuízo sobretudo dos ovimbundos. De resto, 8,8% fala até em exclusão étnica, como refere um inquirido de 37 anos, nascido na província de Huíla e residente em Luanda, para o qual “falta no Governo uma representação étnica das minorias, por exemplo dos povos Khoisan, no Kuando Kubango; dos Mukubais, no Coroca; ou dos Nganguelas, no Menongue”.

Na prática, considerando o conjunto de todas as outras variáveis, ou seja, excluindo também aqueles que consideram tratar-se de “dados errados”, porquanto “há mais ovimbundos no Governo”, 72,8% dos inquiridos subscreve esta narrativa, uma narrativa deliberadamente errada que lhes foi posta à frente. Errada, ou em rigor, discutível, pelos pressupostos que encerra; mas se é discutível do ponto de vista teórico, empiricamente sugere uma percepção dominante, um conjunto de ideias que está presente no pensamento de um determinado grupo de actores sociais. Dito de outra forma, as respostas produzidas perante este gráfico conferem relevância, “poder”, a uma determinada narrativa de poder.

Vejamus um outro exemplo: o dos sobas, as chamadas autoridades tradicionais. E vamos situar-nos apenas na esfera quantitativa. Se perguntarmos aos participantes neste estudo como é que avaliam a acção dos *sobas* o resultado é o que se apresenta na primeira tabela: não obstante o grau elevado de uma certa indiferença com que a acção dos sobas é encarada, dir-se-ia que a opinião positiva é claramente superior à negativa. Contudo, se trocarmos a expressão *sobas* pela de *autoridades tradicionais*, fazendo exactamente a mesma pergunta, a percepção dos respondentes, ou as ideias que tendem a manifestar, alteram-se: a tendência positiva recua e a opinião negativa aumenta para mais do dobro.

**Quadro 4.3. Avaliação da acção dos “sobas” vs. “autoridades tradicionais”**



Na prática, estamos a evocar o mesmo. Mas o que parece ser igual, não é na realidade, na “realidade imaginada” pelos respondentes. Pela simples razão de que a historicidade destas duas expressões é diferente (e nem sequer estamos a equacionar as alterações da acção dos “chefes tradicionais” durante as várias transições na relação com o poder colonial ou com o Estado pós-colonial); porque o sistema de codificação da ideia ou das ideias sobre os sobas é diferente do sistema de codificação das ideias sobre as autoridades tradicionais. Daí que resultem numa avaliação diferente, numa diferente narrativa de poder sobre o mesmo fenómeno. Numa frase, porque o conteúdo do conceito está modificado.

Esta pesquisa, como observámos logo no início, recupera uma inquietação que tem sido central em muitos questionamentos sobre a problemática da reprodução do poder em contextos africanos e, mais especificamente, em Angola: que mecanismos têm assegurado e asseguram a viabilidade do Estado angolano? Contudo, esta questão envolve necessariamente uma outra: que narrativas dão conta dessa mesma viabilidade?

Em linhas gerais, e fazendo uma brevíssima síntese do estado de arte sobre esta problemática, recuperando a discussão em detalhe promovida no capítulo III, a evolução do Estado pós-colonial em Angola tem sido mapeada por vários investigadores (e.g. Messiant, 1994, 1995, 2006), incluindo académicos angolanos (e.g. Pestana, 2002), através de várias transições para as quais tem havido uma enorme capacidade de resistência adaptativa, de auto-produção e auto-viabilização: (i) de um Estado revolucionário ao Estado patrimonial e (ii) do Estado patrimonial ao Estado predador (com a liberalização económica), que tem assegurado a reprodução do poder do chamado partido-Estado. Ideias-chave: uma contínua produção do “Estado fraco”, ou seja, uma elevada instrumentalização e manipulação das estruturas do Estado ao serviço da agenda do sistema de poder; uma integração dominada no aparelho do partido-Estado e nas redes clientelares como estratégia de domesticação da oposição e de potenciais vozes dissidentes; um controlo semântico dos valores políticos, isto é, uma apropriação de diversos recursos político-ideológicos (como a normalização institucional ou a institucionalização do Estado) para uma auto-legitimação modernizante do Estado.

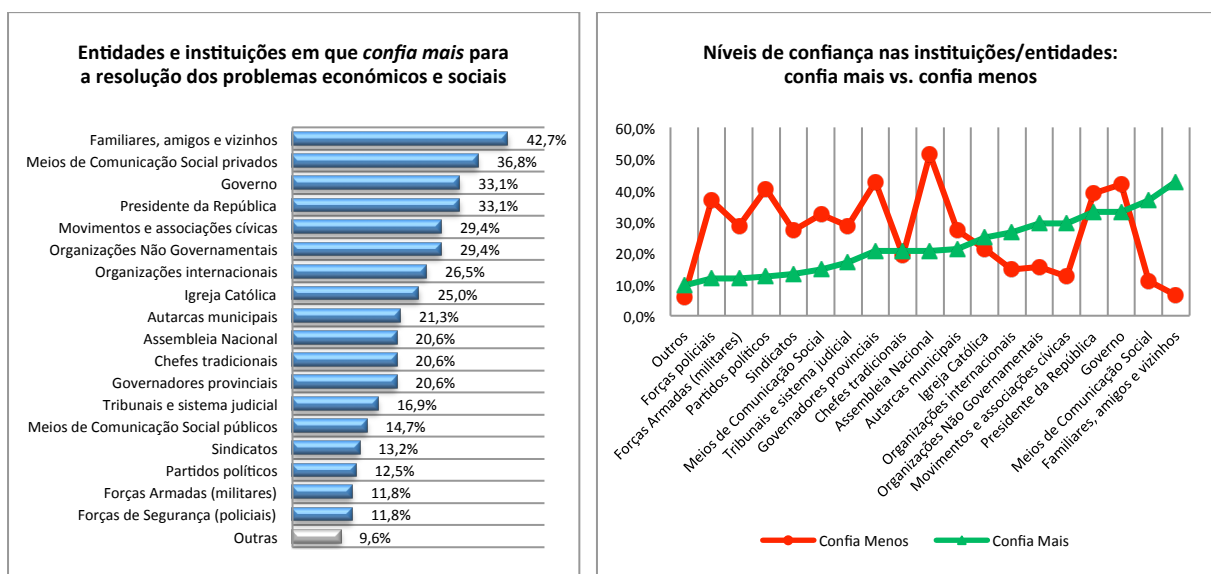
Ora, não obstante a validade ou não destas premissas ou, em rigor, das diferentes valorações que lhes podem ser dadas, há um problema: como desmobilizar o State power como categoria empírica dominante, e praticamente exclusiva, neste debate? Como saber se as proposições teóricas que têm sido aceites pela academia e que, de um modo geral, percorrem a literatura sobre Angola nesta matéria, coincidem ou não, e em que níveis, com o discurso informal, isto é, e parafraseando Foucault (1979), com as percepções de poder ou as várias narrativas de poder “situadas” nos pontos periféricos das redes de poder, sobretudo, quando por exemplo tropeçamos em tabelas como as que reproduzimos abaixo?<sup>113</sup> Trata-se agora de tentar registar os níveis de confiança nas entidades e instituições angolanas, utilizando a mesma técnica de recolha de dados com a amostra referenciada.

Em que entidades *confiam mais* os respondentes? E se perguntarmos em que entidades *confiam menos* os respondentes? Teremos resultados diametralmente inversos? Não. O que significa que “confiar mais” é diferente de “confiar menos”. O que significa que, mais uma vez, as narrativas de poder, ou em rigor, as ideias que dão conta da descrição das manifestações de poder tropeçam em *nuances* tão subtis quanto esta.

---

<sup>113</sup> E continuamos a situar-nos apenas na esfera quantitativa que é manifestamente redutora.

**Quadro 4.4. Níveis de confiança nas entidades e instituições da vida pública**



Se observarmos a tabela, que representa o nível de confiança nas entidades e instituições pela positiva, quase metade da amostra (42,7%) aponta em primeiro lugar para os “familiares, amigos e vizinhos”, reforçando a importância que lhes atribui em termos de capacidade de resolução dos problemas que Angola enfrenta (como veremos à frente através de outro indicador). Segue-se-lhes a imprensa privada (36,8%), por oposição à pública (que cai para os 14,7%), apesar desta última ser, ainda assim, mais “confiável” do que os sindicatos (13,2%), os partidos políticos (12,5%) e as forças de segurança, tanto militares como policiais (ambas com 11,8%).

É de assinalar igualmente, em termos de confiança para a resolução de problemas pela positiva, a relativa importância que é atribuída pelos respondentes à Igreja Católica (25%), apesar da efervescência em Angola das novas religiosidades, uma panóplia de novos credos e de confissões *new age* (que tanto apelam ao sincretismo como a “linguagens étnicas” adaptadas às várias especificidades culturais dos espaços que procuram conquistar, e cujo sucesso não só põe em evidência que a certeza cristã não é mais do que uma certeza entre muitas outras como confirma as múltiplas identidades, incluindo as espirituais, de que os africanos sempre foram portadores, utilizando táticas de compromisso “selectivo”, isto é, calculando os ganhos e os lucros simbólicos e materiais nos “mercados de comércio” de linguagens religiosas)<sup>114</sup>. O mesmo sucede com os movimentos e associações cívicas e as

<sup>114</sup> Inspirado nas reflexões de Mbembe (2013) sobre a problemática das relações entre poder, Estado e cristianismo e do *modus operandi* deste último nos processos de “conversão” e modelação política das sociedades africanas coloniais e pós-coloniais.

Organizações Não Governamentais (ONG), ambas com 29,4%, não obstante as críticas que lhes são feitas<sup>115</sup>.

Mas o que aqui parece ser mais relevante, já que voltaremos a uma análise mais detalhada de todos estes indicadores, é o nível de confiança atribuído ao Governo e ao presidente da República (aparentemente “mesclados”, perante a coincidência dos mesmos 33,1%) – em prejuízo da Assembleia Nacional (que cai para os 20,6%) – confirmando, grosso modo, que para os inquiridos são instituições não só com capacidade (outro indicador em escrutínio) como merecem confiança.

O problema é que nada disto é consistente se compararmos com a avaliação pela negativa, conforme mostra o segundo quadro. Com efeito, caso o “confia mais” valesse o mesmo que o “confia menos”, à curva ascendente deveria sobrepor-se uma curva descendente simétrica, porquanto ao valor de cada nível de confiança pela positiva deveria opor-se o valor de cada nível pela negativa. Contudo, não é o que sucede (o que nos levará, aliás, a aprofundar melhor estas discrepâncias). Daí que, por mais interessante que possa ser a análise atrás proposta, em busca dos níveis de confiança expressos pelos respondentes em relação às entidades e instituições que consideram ser aquelas que melhor respondem aos problemas económicos e sociais de Angola (e.g. “familiares, amigos e vizinhos” ou “imprensa privada”), a verdade é que se revela pouco consistente.

Trata-se, pois, de uma inconsistência que volta a sinalizar as enormes ambiguidades da percepção dos inquiridos e faz adivinhar, num sentido mais amplo – e finalmente justificamos a utilidade das considerações até agora feitas – as dificuldades e a sinuosidade do percurso do estudo que se segue.

#### **Cap. IV. Estudo sobre as narrativas de poder em Angola**

Na segunda parte deste trabalho (e na sequência da problematização que formulámos nos capítulos anteriores), procedemos pois à apresentação e discussão do estudo empírico sobre as narrativas de poder em Angola, ou seja, sobre as ideias informais de poder que podem ser capturadas no país, ideias que descrevem e interpretam as manifestações de poder observáveis. Trata-se da captura do discurso informal, insistimos, isto é, das percepções de poder ou das várias narrativas de poder “situadas” nos pontos periféricos das redes de poder,

---

<sup>115</sup> Ver, por exemplo, Theroux (2008, 2014), que, de modo irónico e azedo, apelida as ONG de “agentes da virtude” ao citar vários casos de corrupção em Angola e noutros países africanos.

no sentido que lhe dá Foucault (1979), com vista a confrontá-las com as proposições teóricas que têm sido aceites pela academia e que, de um modo geral, percorrem a literatura sobre Angola nesta matéria (nos termos que temos vindo a seguir).

Significa isto que, enquanto esforço de investigação, não só procuramos (i) capturar e descodificar estas “outras” narrativas, tendo em conta o conteúdo das noções que lhes dão sentido (para apurar dentro destas as que se apresentam como dominantes) – narrativas que vinculam os indivíduos a percepções e representações que concorrem para as matrizes *materiais* e *simbólicas* do poder – como também (ii) saber que continuidades ou descontinuidades, e em que níveis, existem entre estas “outras” narrativas e as narrativas de que temos posse ao seguir a literatura sobre o assunto.

Importa dizer, por fim, que esta pesquisa tem duas particularidades: por um lado, a recolha de dados empíricos foi feita através de uma amostra por conveniência, o que não permite extrapolações estatísticas para o total da população-alvo, a saber, indivíduos nascidos em Angola com acesso à internet; por outro, as opiniões registadas por questionário foram obtidas através de um formulário *online*, o que pressupõe por parte dos participantes o referido acesso à internet mas com boas condições de conectividade (porquanto a resposta ao formulário demora, em média, entre 40 a 50 minutos sem possibilidade de interrupção), questão que se torna problemática no caso de Angola (cf. Santos, 2014).

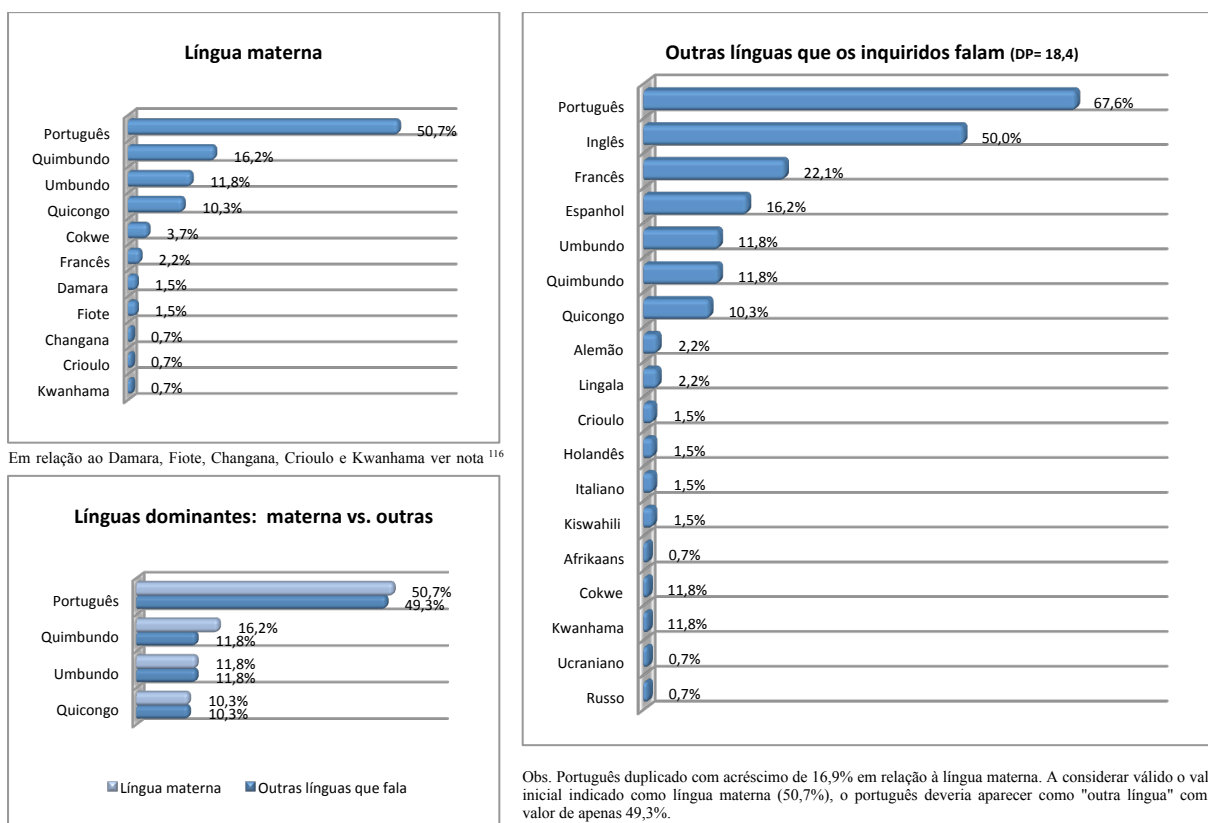
Quer isto dizer que, apesar da impossibilidade de extrapolação estatística, a representatividade da amostra inquirida é manifestamente superior à que seria de se supor em condições “normais” de acesso à internet, e dá conta, de forma significativa, da referida especificidade da população-alvo e do contexto em que são idealizados os conteúdos expressos pela amostra.

#### **4.1. Narrativas de identidade**

Em matéria de identidade, a primeira das várias dimensões que analisamos neste estudo, começamos pelo domínio linguístico, nomeadamente pela língua materna e outras línguas que os inquiridos falam, para verificar das línguas dominantes e das continuidades ou descontinuidades entre estas e a distribuição etnolinguística indicada pela naturalidade ou alegada pelos próprios respondentes.



Quadro 4.5. Línguas faladas pelos participantes no estudo



Pela leitura das tabelas, sobressai desde logo um primeiro aspecto: o facto de o português – a língua oficial adoptada por Angola – ser referenciado como a língua materna por mais de metade dos inquiridos, numa amostra com uma média etária de 36.69 (que projecta esta variável essencialmente para a década de 1970). Ou seja, num contexto que sucede à conjuntura da afirmação do nacionalismo angolano e das rivalidades entre três grandes grupos que glorificam o uso das suas respectivas línguas tradicionais (por razões várias que já discutimos), o português, a língua do colonizador, ou ex-colonizador, é aceite e reconhecida maioritariamente como a língua-mãe, a língua nativa. É certo que podemos questionar o valor da noção de língua materna no sentido de perceber se se cruza ou se se

<sup>116</sup> **Damara:** A expressão designa um pequeno grupo étnico, originalmente constituído por 30 clãs. A maioria deste povo vive actualmente no noroeste da Namíbia, na fronteira com o sudoeste angolano, e fala o khoeekhoe, uma língua não bantu; **Fiote:** Também designada por ibinda, é uma língua bantu falada na província de Cabinda (que agrega elementos linguísticos dos diversos dialectos tradicionais da região); **Changana:** Língua de origem bantu falada sobretudo na província de Gaza, no sul de Moçambique, sem qualquer relação com o território que constitui actualmente Angola; **Crioulo:** Expressão ambígua que, no contexto angolano (logo, distanciando-se, por exemplo, do chamado crioulo cabo-verdiano), designa genericamente (e com algumas imprecisões, às quais, aliás, fizemos já referência neste trabalho) os processos sociais de assimilação (e crioulição), pelo que não tem qualquer valor referencial em relação a uma língua específica a não ser, como sugere Pereira (2006), a sinalização de determinados “neologismos” adoptados pelas chamadas línguas autóctones em resultado do contacto com a língua portuguesa; **Kwanhama:** Também designada por cuanhama, é uma língua de origem bantu falada pelos ovakwanyama na província do Cunene, no sul de Angola, e no norte da Namíbia.

confunde ou não com ideia da “língua que se fala”<sup>117</sup>, ou mesmo, noutro plano, com a ideia de língua “franca”, à qual esteja associada porventura uma espécie de “neutralidade” simbólica num quadro de fracturas identitárias.

Mas se assim é, ou seja, a haver uma imbricação entre as noções de “língua materna” e “língua que se fala”, a dúvida também é aplicável às restantes línguas (como sugere, aliás, o quadro das “línguas dominantes: materna vs. outras”, em que a simetria é praticamente total). Esta constatação leva-nos a sublinhar um segundo aspecto, já que para estas línguas, os dados não são tão expressivos. Com efeito, se somadas enquanto língua materna, as três principais línguas tradicionais do país (o quimbundo, o umbundo e o quicongo) mobilizam apenas 38,3% da amostra, o que pressupõe uma sub-representação das mesmas em relação tanto à origem etnolinguística dos inquiridos referenciada pela sua naturalidade como também em relação ao sentimento de pertença étnica, e por conseguinte etnolinguística, alegado pelos mesmos (sentimento que veicula expressamente 51,5% da amostra aos grupos étnicos associados às referidas três línguas tradicionais, como veremos à frente mais em detalhe).

Ora, como mencionámos atrás, a partir da variável naturalidade, estimamos para esta amostra uma maioria de indivíduos de origem mbundo situada entre 60% a 66%. Contudo, a língua tradicional deste grupo, o quimbundo, é apontada como língua materna por apenas 16,2% dos respondentes. Mesmo se juntarmos o total das referências como língua materna ao das referências como outra língua que o respondente fala, o quimbundo envolve no máximo 28% da amostra ou, em rigor – se considerarmos as sobreposições, isto é, os casos em que o quimbundo tanto aparece como “língua materna” e como “outra língua” (o que dá conta da referida imbricação entre as duas noções) – 22% do total dos inquiridos.

Se é verdade que estes valores até estão próximos das estimativas da distribuição dos grupos étnicos em Angola (o NationMaster, por exemplo, a partir de dados referentes a 2013, indica que o grupo de origem ambundo ou mbundo representa cerca de 25% da população<sup>118</sup>,

---

<sup>117</sup> Segundo a ONU, “there are three types of language data that can be collected in censuses, namely (i) mother tongue, defined as the language usually spoken in the individual's home in his or her early childhood; (ii) usual language, defined as the language currently spoken, or most often spoken, by the individual in his or her present home; and (iii) ability to speak one or more designated languages”. Neste contexto, alerta a organização, “in compiling data on the usual language or on the mother tongue, it is desirable to show each language that is numerically important in the country and not merely the dominant language. Information on language should be collected for all persons. In the tabulated results, the criterion for determining language for children not yet able to speak should be clearly indicated” (cf. Organização das Nações Unidas, 2013).

<sup>118</sup> Segundo esta organização de recolha de dados estatísticos, os ovimbundos constituem o maior grupo étnico do país ao representarem 37% da população, enquanto os bacongós representam 13%. Nestas contas, não entram porém os mestiços, pelo menos aqueles que são tipificados pelo NationMaster como “mixed European and

o que leva a supor que, pelo menos 25% dos indivíduos nascidos e residentes em Angola tem como língua materna ou costuma falar quimbundo), há porém uma manifesta descoincidência com o que se deveria presumir, à partida, pela composição da amostra do nosso estudo em função (i) da naturalidade dos respondentes (60% a 66% de origem mbundo), insistimos, e (ii) do local de residência dos mesmos (69% a viver na capital, onde tradicional e maioritariamente se fala português e quimbundo, por força da hegemonia histórica dos povos mbundo neste espaço, ainda que esta ideia da predominância do quimbundo em Luanda não reúna consenso).

Com efeito, entre os inquiridos residentes em Luanda, tanto é defendida a ideia de que a maioria da população (não só da capital mas de todo o país, sublinhamos) fala quimbundo como a ideia de que a maioria fala umbundo, a língua tradicional dos ovimbundo. Em rigor, não há nenhum estudo fiável sobre o assunto, nem sequer quanto ao peso de cada “etnia” no total da população (uma vez que se trata de uma categoria de análise extremamente escorregadia, como observámos na secção 3.1.). O que existem são estimativas que atribuem, regra geral, um maior peso aos ovimbundos, apesar de não clarificarem o problema dos “outros”, isto é, os que não são tipificados dentro dos três principais grupos étnicos do país, incluindo os mestiços e todos os “outros” que, por exemplo, no já citado estudo do NationMaster, aparecem com um peso de 22% no total da população. Estas estimativas tendem a influenciar a formação das ideias sobre a composição do tecido etnolinguístico angolano, não obstante ocultarem determinados factores (e.g. a referida associação estigmatizante entre os ovimbundos e a UNITA, que leva a identidades forjadas, ou as migrações de mais de quatro milhões de refugiados durante a guerra civil, com inúmeras implicações em matéria de formação ou reformulação identitária) que dificilmente poderão ser quantificáveis.

Perante isto, coloca-se a questão: o que poderá levar a esta descoincidência?

Vejamos como o problema é analisado por uma respondente de 28 anos, nascida na província do Uíge e residente em Luanda: “Qualquer um pode ser quimbundo, uma vez que esta etnia é difícil de ser rastreada: não tem traços, nem culturas ou costumes identitários, nem mesmo é uma língua. Por isso, qualquer um pode ser malanjino, do Bengo ou de Catete e quem sabe, do Sambizanga”. Uma inquirida de 27 anos, que nasceu e vive em Luanda,

---

native African” (2%), a que se juntam os europeus (1%) e “outros”, expressão vaga para alocar 22% da população.

levanta outras dúvidas: “Como sabem a que etnia as pessoas pertencem? Local de nascimento? Onde vivem? É declarado pela população e pelo Governo? O facto de as pessoas nascerem num sítio não significa que são de etnia A ou B, principalmente numa Angola que se movimentou bastante”. A esta questão, relacionada com a já indicada problemática dos fluxos migratórios de refugiados e deslocados, acresce uma outra concretizada por um respondente de 38 anos, nascido em Samba Cajú, no Kwanza-Norte, e residente no município de Samba, em Luanda: “Um indivíduo quimbundo é ou pode ser um membro da família de outras etnias. Eu sou quimbundo, mas tenho filhos com uma mulher que não é quimbundo. Neste caso, o que são os meus filhos?” Na mesma linha, veja-se como se define um inquirido de 59 anos, nascido em Gabela, na província de Kwanza-Sul, e residente em Luanda: “Sou bacongo de concepção, ovimbundo de nascimento e quimbundo de vivência”. E da província de Benguela, chega uma convicção num tom lapidar: “Não existe estudo científico sobre a forma como os angolanos se identificam em termos de grupos étnico-linguísticos”, palavras de uma inquirida de 35 anos, que nasceu e vive no Lobito.

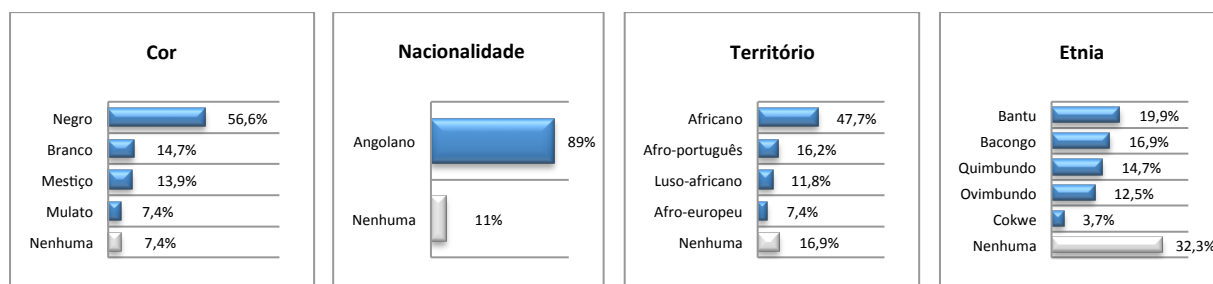
Ora, tudo isto apela para uma evidência: a naturalidade dos indivíduos, enquanto variável, pouco ou nada informa quanto à língua que os mesmos consideram como materna ou a que falam (conceitos que, aliás, tendem a imbricar-se). O mesmo sucede com a origem étnica ou o sentimento de pertença étnica. Logo, é de aceitar que, no contexto angolano, há incompatibilidades entre naturalidade, etnia e língua, ou seja, entre vários elementos constitutivos da identidade, pelo que o valor heurístico de cada um deles deve ser relativizado e interpretado à luz de outros factores, de outras relações. Até porque estas incompatibilidades, nos termos em que são narradas pelos próprios respondentes, sugerem, desde logo, que neste espaço, como noutros espaços africanos, os indivíduos são portadores de diversas identidades que se interpenetram e correlacionam, isto é, de múltiplas identidades que pressupõem ambiguidades e contradições.

Aprofundemos a questão ao observar o modo como os inquiridos se posicionam relativamente às características identitárias que consideram ser as mais adequadas para os descrever<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Esta questão foi colocada através de opções por escolha múltipla, expressões específicas que apontam para quatro categorias, a saber, (i) cor, (ii) território, (iii) nacionalidade e (iv) etnia. Os participantes no estudo estavam “obrigados” a referir pelo menos uma das características de cada categoria.

**Quadro 4.6. Características que melhor descrevem os participantes no estudo**



No que diz respeito à “cor”, uma característica física objectiva, ficamos a saber o peso percentual dos indivíduos negros (56,6%) e dos indivíduos brancos (14,7%) na amostra, o que faz supor que os restantes 28,7% são mestiços. Mas não é exactamente assim que os respondentes se vêem. Excluindo os 7,4% que não querem se pronunciar sobre o assunto, o que também não deixa de ser relevante (porquanto dá conta do grau de embaraço que a questão motiva), outros 7,4% optam pela condição de “mulato” em prejuízo da de “mestiço”. Na prática, temos 21,3% de inquiridos mestiços, dos quais cerca de um terço prefere ser descrito como mulato, o que significa que, independentemente das razões individuais que levam a esta distinção, a “mestiçagem” ou o “mulatismo” – para usar expressões referidas pelos próprios respondentes que sinalizam intencionalmente a utilização pejorativa que se lhes pode ser dada (ou o velho problema do “corismo”, como caracteriza um académico angolano, em contexto de entrevista, para o qual “não há racismo, mas ‘corismo’, uma distinção pela cor da pele, o que não significa o mesmo, embora os confundam normalmente”) – continuam a ser categorias problemáticas, na medida em que codificam diversos processos de miscigenação ou “sistemas de castas” (a que não é alheia a diferenciação historicamente produzida pela política colonial de assimilação, cujas consequências discutimos no capítulo III)<sup>120</sup>.

<sup>120</sup> Etimologicamente a expressão “mulato” remete para aquele que nasceu de mãe branca e pai negro, ou vice-versa, para aquele que tem uma cor que não é branca nem negra; apela, pois, para uma sinalização física, de diferença da cor da pele. No caso da expressão “mestiço”, e ainda do ponto de vista etimológico, é introduzida a ideia de raça, de cruzamento de “raças”, ao remeter para aquele que nasceu de pais de raças diferentes, sendo por isso, também ele, de uma “outra raça”. De resto, há terminologias tradicionais diferentes para distinguir vários tipos de mestiços, sobretudo no Brasil (e.g. “mulatos” para descendentes de brancos e negros; “caboclos” e “mamelucos” para descendentes de brancos e indígenas; “cafuzos” para descendentes de negros e indígenas), ou seja, e como referimos, diferentes códigos para designar diversos processos de miscigenação. Importa dizer, porém, que, no caso angolano, não há uma distinção clara entre as duas expressões (que aparecem, regra geral, de modo discricionário, quer na literatura quer mesmo no discurso informal) e a ambas pode ser dado ou não um uso pejorativo, pelo que a carga distintiva reside no contexto em que são pronunciadas e não nas expressões em si.

Em matéria de filiação nacional, e olhando para a segunda tabela, o que é de salientar não é tanto o número de respondentes que consideram que ser angolano é uma característica que os descreve, mas o número daqueles que a recusam, a saber, 11%, ou seja, o número daqueles que recusam a ideia de angolanidade apesar de terem nascido em território angolano. O mesmo sucede precisamente quanto à identificação com o território, como se pode observar na terceira tabela: 16,9% dos inquiridos – todos naturais de Angola, sublinhamos – não se revê nas expressões que são portadoras da ideia de África, o que quer dizer que, para estes respondentes, o local onde se nasce não implica necessariamente uma identificação com o mesmo (ainda que a naturalidade seja algo específico e não subjectivo, uma referência geográfica concreta). O que se torna particularmente relevante, porque a recusa identitária não se refere a um país mas a todo um continente, o que pressupõe a rejeição de uma determinada ordem simbólica ou cosmovisão extrapolada para todo o espaço africano (não obstante a pluralidade de mundivisões que nele coabitam).

Resta observar por fim – e ainda enquanto auto-retrato feito pelos inquiridos restrito a dados tabelados, isto é, como resultado de opções por escolhas previamente determinadas – o sentimento de pertença étnica, cuja leitura é dada pela quarta tabela. E neste particular, surge uma nova sinalização quanto à natureza problemática da questão.

Com efeito, ao invés da esperada distribuição dos respondentes por famílias étnicas específicas, designadamente pelos três principais grupos etnolinguísticos de Angola a que se juntam os cokwe, mais de metade compromete-se com duas ideias que neutralizam essa alocação: a de não pertencerem a nenhum grupo étnico (32,3%) e a de se remeterem para o grupo genérico dos povos bantu (19,9%), o qual, aliás, implica uma classificação mais linguística do que propriamente étnica (nos termos dos argumentos que defendemos na secção 3.2. a propósito do espaços políticos pré-coloniais). Quer isto dizer que 52,2% dos inquiridos rejeita a narrativa da tradicional diferenciação étnica e geográfica do espaço político angolano, intuindo o carácter redutor da mesma, como temos vindo a assinalar ao longo deste trabalho.

Ainda em relação à ideia de ser “bantu” há dois outros aspectos a sublinhar: é que a escolha desta opção (ao fazer referência à ideia de “africano”, na medida em que convoca a enorme comunidade de povos ditos autóctones, da mesma família linguística, que se espalhou pela África Central e Austral e ocupa actualmente cerca de um terço do continente africano) poderia sugerir uma colisão com a recusa atrás identificada de expressões portadoras da ideia

de África por parte de 16,9% dos inquiridos, a propósito da sua filiação com o território no qual nasceram. Mas a correlação múltipla entre as variáveis cor, nacionalidade, território e etnia indica precisamente o contrário. Na verdade, todos os respondentes que optam pela expressão “bantu” como uma das características que melhor os define em termos étnicos afirmam-se, sem exceção, como (i) negros e (ii) africanos – e como angolanos, diga-se, não se encontrando, portanto, entre aqueles que declinam a ideia de angolanidade – o que significa que, para os participantes no nosso estudo, ser bantu é indissociável da condição de negro e africano. Acresce o facto de que, do total dos indivíduos que compõem este grupo que se autodefine como “bantu”, 37% diz ser de origem bacongo. As restantes etnias, nomeadamente os cokwe, ovimbundos e quimbundos, aparecem à razão de 0,7% cada uma.

Tudo isto apela, pois – e é o primeiro aspecto a reter – para uma ideia, para uma determinada narrativa neste estudo: a ideia segundo a qual, no caso angolano, a indissociabilidade entre bantu, negro e africano está tendencialmente associada aos bacos, ao povo do noroeste do país, historicamente vinculado ao antigo reino do Congo. O que, na prática, implica – segundo aspecto a reter – uma dupla utilização do dístico bantu: a característica identitária que leva a concluir que uma parte significativa dos respondentes rejeita a narrativa da tradicional diferenciação étnica e geográfica do espaço político angolano é a mesma que maioritariamente e concomitantemente os indivíduos de um grupo étnico específico, os bacos, destacam e glorificam.

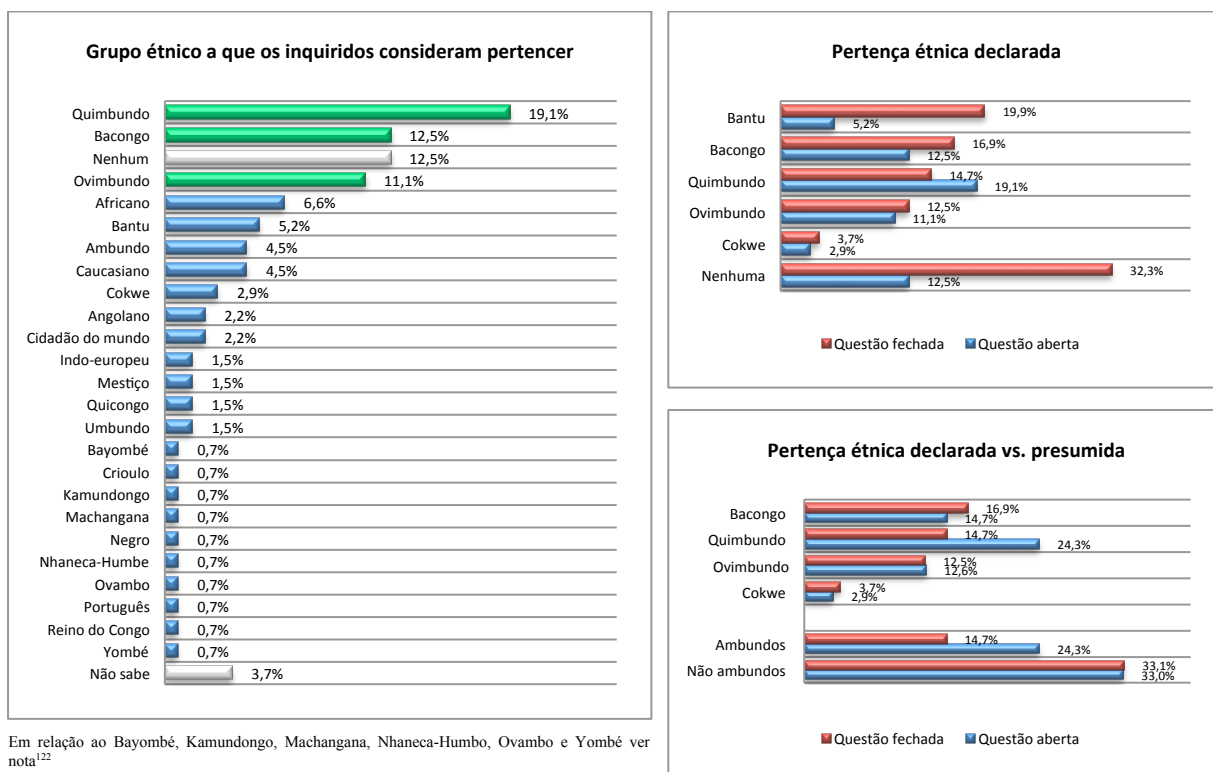
No remate, anotamos uma outra particularidade relacionada com o referido quadro tabelado da “etnia”, se bem que careça de melhor explicitação (porquanto colide com a percepção que percorre o nosso estudo): o número daqueles que se afirmam como bacos (16,9%) é superior ao dos que consideram pertencer ao grupo dos quimbundos (14,7%) e ao dos ovimbundos (12,5%), o que contraria a distribuição etnolinguística que estimamos para a amostra (mesmo com as reservas já assinaladas) bem como as estimativas nacionais que, à partida, deveriam estar mais ou menos reflectidas na mesma. Esta desconcórdia não só reforça a ideia preconizada acima quanto às incompatibilidades, no contexto angolano, entre naturalidade, etnia e língua, como também põe em evidência a fragilidade do sentimento de pertença étnica (pelo menos o declarado<sup>121</sup>), se insistirmos na questão, reformulando-a.

---

<sup>121</sup> Neste estudo, distinguimos o sentimento declarado do sentimento presumido: no primeiro caso, corresponde à indicação específica de um determinado grupo étnico feita pelo respondente; no segundo caso, corresponde à soma da associação de várias expressões indicadas pelos inquiridos que se referem a um dado grupo étnico, mesmo que esse grupo não seja mencionado especificamente.

Vejamos o que sucede se substituirmos os dados tabelados por dados não tabelados, isto é, se perguntarmos aos respondentes (em questão aberta) a que grupo étnico consideraram pertencer.

Quadro 4.7. Sentimento de pertença étnica



Em primeiro lugar, desdobram-se as respostas que, nalguns casos, se cruzam – por apontarem, com terminologias diferentes ou pela referência a uma determinada língua, as mesmas famílias etnolinguísticas<sup>123</sup> – e, noutros, se desviam do “objecto étnico” em si para

<sup>122</sup> **Bayombé (Yombé):** no contexto em que é assinalada no nosso estudo, a expressão designa um subgrupo étnico de origem bantu, referenciado entre a área de Cabinda e as repúblicas do Congo, conhecido sob inúmeros nomes, incluindo yombé. A língua falada é o kiyombé, embora esta denominação tenha igualmente diversas variantes; **Kamundongo:** expressão que começou por designar os habitantes do antigo reino do Ndongo (estando associada, portanto, à função mítica de Ngola e da hegemonia quimbundo) e, mais tarde, de modo genérico, os povos do Norte. Actualmente é-lhe dada um uso pejorativo, regra geral, por indivíduos que vivem fora de Luanda para referir os que residem na capital, não obstante ser ainda portadora de vários outros sentidos relacionados com clivagens de carácter regional ou de estatuto social; **Machangana:** refere-se a um grupo étnico do sul de Moçambique, cuja língua é o changana (a que já nos referimos em nota anterior a propósito das línguas maternas nomeadas pelos inquiridos), pelo que, neste contexto, não tem qualquer relação com o território que constitui actualmente Angola; **Nhaneca-Humbo:** expressão usada para referir vários grupos étnicos do sudoeste de Angola, junto ao rio Cunene, os quais, apesar de aparecerem sob esta designação genérica, apresentam características culturais e linguísticas distintas; **Ovambo:** termo introduzido pelos herero para designar um povo de origem bantu, composto por vários subgrupos, referenciado tradicionalmente no sudeste de Angola, em particular na província fronteiriça do Cunene, e no norte da Namíbia (onde, aliás, se estima que seja o maior grupo etnolinguístico do país). Este povo nómada das savanas semi-áridas do sul de Angola e norte da Namíbia é também conhecido como ambo.

<sup>123</sup> Veja-se, por exemplo, as expressões que apontam para os três principais grupos etnolinguísticos de Angola: (i) “bacongo”, “quicongo” e “Reino do Congo” ou (ii) “quimbundo”, “ambundo” e mesmo “kamundongo”



incorporar outras ideias que acabam por ter a mesma função que a opção pela expressão genérica “bantu” exerce na relação entre os dados tabelados, ou seja, a recusa de um compromisso com um grupo étnico específico, através da utilização de expressões vagas ou neutras (neste contexto) como “africano” e “cidadão do mundo” (e incluindo de novo a própria palavra “bantu”) ou mesmo através de expressões que traduzem outros traços ou características de identidade como “angolano”, “mestiço” ou “negro”.

Em segundo lugar, e mais importante, é de observar (na segunda tabela) que a tendência para neutralizar a distribuição por grupos étnicos recua consideravelmente, quer pela via da recusa à resposta (ao se assinalar “nenhum”) quer pela via do uso da expressão “bantu”. Com efeito, enquanto na questão tabelada 32,3% dos inquiridos declinam qualquer alocação étnica, em questão aberta o valor cai para os 12,5% (a que se junta 3,7% de respondentes que elege o “não sabe” como resposta). O mesmo sucede com a palavra “bantu”, cuja utilização desce de 19,9% para 5,2%.

Logo, é de concluir que, para os respondentes, é mais fácil expressar o sentimento de pertença étnica se não lhes forem impostas categorias prévias que os vinculem a um grupo étnico em específico, ainda que, e concomitantemente, haja uma particularidade paradoxal: é que, em questão aberta, tanto recua o compromisso com categorias neutras como o compromisso com os próprios grupos étnicos, à excepção do caso dos quimbundos<sup>124</sup>, pelo que importa saber se são ou não significativas estas variações.

Para medir com rigor a amplitude destas discrepâncias, recuperamos as expressões que se cruzam – aquelas que apontam, com terminologias diferentes ou pela referência a uma determinada língua, as mesmas famílias etnolinguísticas, como referimos – para observar o seguinte (conforme representado na terceira tabela): (i) em questão aberta, 14,7% dos inquiridos assume-se como bacongo (pela soma das percentagens de expressões associadas, a saber, “bacongo”, “quicongo” e “Reino do Congo”), enquanto que, em questão fechada, tabelada, o mesmo sentimento de pertença étnica é expresso por 16,9% dos respondentes (discrepância de -2,2%); (ii) no caso dos ovimbundos, em questão aberta, há uma identificação por parte de 12,6% dos inquiridos (soma entre “ovimbundo” e “umbundo”) que

---

(ainda que esta mereça algumas reservas semânticas, como assinalamos em nota anterior), ou ainda (iii) “ovimbundo” e “umbundo”.

<sup>124</sup> Veja-se a relação de queda entre as incidências das linhas vermelhas (resposta em questão fechada) e as das linhas azuis (resposta em questão aberta): todas elas apresentam uma taxa de crescimento negativo (“nenhuma”, -61,3%; “cokwe”, -21,6%; “ovimbundo”, -11,2%; “bacongo”, -26,0%; “bantu”, -73,9%), excepto a categoria “quimbundo” que cresce 29,9%.

praticamente coincide com os 12,5% obtidos em questão fechada (discrepância de 0,1%); (iii) quanto aos que dizem ser *cokwe* mantém-se a diferença entre 2,9% em questão aberta e 3,7% em questão fechada (discrepância de -0,8%); (iv) em relação aos *quimbundos* (que constitui o caso de excepção pela inversão acentuada dos resultados), em questão aberta, 24,3% dos respondentes dizem pertencer a este grupo (soma entre “*quimbundo*”, “*ambundo*” e “*kamundongo*”), mas em questão fechada apenas 14,7% dos inquiridos diz o mesmo (discrepância de 9,6%).

Nestes termos, e reiterando a conclusão anterior, ou seja, a de que o sentimento de pertença étnica é melhor informado quando não se impõe categorias prévias e vinculativas (como se pode observar a partir das variáveis “*neutras*”), acresce a evidência – apoiada pela medida dos níveis de discrepância acima enumerados – de que a afirmação de pertença ao grupo dos *quimbundos* é mais problemática do que a afirmação de pertença a qualquer outro grupo. Esta evidência é igualmente observável pela análise da relação entre os que se consideram *ambundos* (ou seja, *quimbundos*)<sup>125</sup> e os que se posicionam como não *ambundos*<sup>126</sup> (também representada na terceira tabela): enquanto os que afirmam ser *ambundos* variam entre 33,1% em questão aberta e 14,7% em questão fechada, o total dos que dizem ser não *ambundos* é exactamente o mesmo, 33%, em ambas as questões.

Trata-se, pois, de uma percepção que corresponde às reservas de alguns dos respondentes quanto ao que dota de sentido a ideia de ser *quimbundo* ou aos diversos conteúdos (não necessariamente compatíveis) que essa ideia codifica, reservas citadas atrás a propósito do problema, no caso concreto de Angola, da relação entre a língua, a naturalidade e a origem etnolinguística. Uma relação de incompatibilidades a vários níveis que sustenta, em última instância, a tese já aqui referida segundo a qual, no espaço angolano, como noutros espaços africanos, os indivíduos são portadores de múltiplas identidades que se interpenetram e correlacionam, isto é, de múltiplas narrativas de identidade que dialogam entre si e se questionam em razão das ambiguidades e contradições inerentes à conflitualidade entre as mesmas.

---

<sup>125</sup> Para o efeito, voltamos a associar os indivíduos que indicam as expressões “*quimbundo*”, “*ambundo*” e “*kamundongo*”.

<sup>126</sup> Consideramos como não *ambundos* os indivíduos que indicam as seguintes expressões (cujas incidências associamos): “*bacongo*”, “*ovimbundo*”, “*cokwe*”, “*umbundo*”, “*bayombé*”, “*nhaneca-humbo*”, “*ovambo*”, “*reino do Congo*” e “*yombé*”.

Em suma, e no plano das identidades (excluindo a espiritual, cuja análise remetemos para a próxima secção), é de destacar as seguintes ideias que se apresentam como dominantes ou mais relevantes:

(i) a naturalidade dos indivíduos, enquanto variável, pouco ou nada informa quanto à língua que os mesmos consideram como materna ou a que falam (conceitos que, aliás, tendem a imbricar-se). O mesmo sucede com a origem étnica ou o sentimento de pertença étnica. Logo, é de aceitar que, no contexto angolano, há incompatibilidades entre vários elementos constitutivos da identidade, pelo que o valor heurístico de cada um deles deve ser relativizado e interpretado à luz de outros factores, de outras relações;

(ii) a “mestiçagem” ou o “mulatismo” (para usar expressões referidas pelos próprios respondentes) não só se distinguem uma da outra – como meio de sinalização da utilização pejorativa que se lhes pode ser dada – como também, e sobretudo, continuam a ser categorias problemáticas, na medida em que codificam diversos processos de miscigenação ou “sistemas de castas” (a que não é alheia a diferenciação historicamente produzida pela política colonial de assimilação);

(iii) a afirmação de pertença bantu como indissociável da condição de negro e africano está tendencialmente associada aos bacongos (e às funções míticas de produção identitária do antigo reino do Congo), ainda que alguns daqueles que dizem pertencer a outros grupos étnicos, particularmente os quimbundos e ovimbundos, se revejam numa ou noutra categoria. Esta valorização da pertença bantu por parte dos bacongos (indissociável da negritude e da africanidade, insistimos) é utilizada, porém, para outro fim, designadamente como categoria de “neutralização” da alocação dos indivíduos a grupos étnicos e de rejeição, por essa via, por uma parte significativa dos respondentes, da narrativa da tradicional diferenciação étnica e geográfica do espaço político angolano;

(iv) o sentimento de pertença étnica, no geral, mostra ser problemático até porque tendencialmente só é “comunicado” se não forem impostas aos indivíduos categorias prévias que os vinculem a um determinado grupo étnico;

(v) a afirmação de pertença ao grupo dos quimbundos é mais problemática do que a afirmação de pertença a qualquer outro grupo, o que sugere múltiplos sentidos e conteúdos, não necessariamente compatíveis, na codificação da ideia de ser quimbundo.

## 4.2. A dimensão espiritual

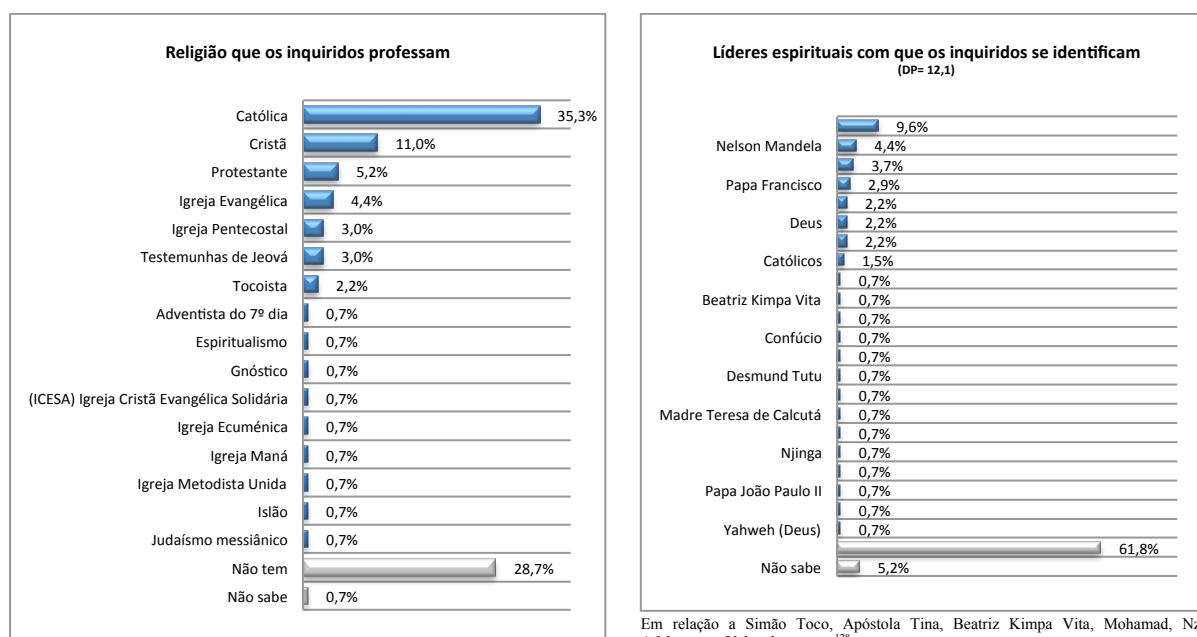
Ainda em matéria de identidades, a espiritual merece uma análise “autónoma”, porquanto se trata de uma dimensão particularmente paradigmática.

Nas últimas décadas, tem-se assistido no espaço subsariano ao chamado “retorno da religião”, designadamente das confissões que se reivindicam como as “religiões do livro”, um fenómeno de crescente visibilidade com a especificidade de se insinuar fortemente no espaço público (ao contrário do que sucede, por exemplo, em inúmeros países europeus, nos quais há uma tradição de separação efectiva entre o Estado e a religião e entre público e privado, ou seja, onde a religião é considerada um “assunto privado” e a prática religiosa tende progressivamente a confinar-se aos espaços dos templos e dos lares).

Com efeito, e como assinala Dias (2013), no contexto actual da África subsariana no geral, incluindo Angola, a religião – ao projectar-se para fora dos locais de culto e do espaço familiar, ao se imiscuir nos meandros de todas as instâncias que compõem a sociedade e só sendo efectivamente considerada como assunto privado por grupos minoritários – tende a constituir-se em simultâneo como (i) matriz de interpretação e explicação da realidade, como (ii) criadora de sentido objectivo das práticas sociais, económicas e políticas e, de forma só aparentemente paradoxal, como (iii) uma entidade exterior à própria realidade. Especializada na regulação da forma de acesso ao “sobrenatural”, a religião – nestas sociedades onde se projecta “desenvoltamente” para fora dos templos e não é considerada como um assunto meramente privado – é, por excelência, não só a instituição de controlo da moral, como da produção dos códigos que servem, em boa parte, de referência aos que “organizam” (ou devem organizar) os próprios padrões de controlo das outras instituições (família, política, economia, educação, etc.). Significa isto que a religião, sendo um incontornável instrumento de produção identitária, não se confina ao pretexto confessional. Ao invés, intervém em muitas outras dimensões, incluindo a étnica, pelo que, nesse sentido, a religião “acrescenta-se” a todas as outras dimensões e é, para muitos, fonte de “orgulho” e “complemento natural” a outras pertenças. No plano político, por exemplo, a religião não só informa os imaginários políticos numa escala de abrangência maior do que no passado, como ainda contribui de forma não negligenciável para a estruturação da dita sociedade civil e a “formatação” do espaço público de discussão de ideias e de confronto de propostas de toda a ordem.

Ora, para observar a forma como os inquiridos se posicionam em matéria de religião, num país em que a esmagadora maioria da população é referenciada como sendo cristã<sup>127</sup>, começámos por utilizar duas questões abertas, formuladas de modo directo (ainda que articuladas com uma pergunta de controle), com vista a saber que religião os respondentes professam e com que líder ou líderes espirituais se identificam.

**Quadro 4.8. Sentimento de pertença religiosa e espiritual**



Em relação a Simão Toco, Apóstola Tina, Beatriz Kimpa Vita, Mohamad, Nzambi A Mpungu e Yahweh ver nota<sup>128</sup>

<sup>127</sup> De acordo com uma estimativa do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos de Angola, citada pelo Observatório 2013 da Liberdade Religiosa no Mundo da Fundação católica AIS, quase 94% da população é constituída por cristãos, ainda que 25% siga “um misto de crenças cristãs e tradicionais”.

<sup>128</sup> **Simão Toco**: profeta angolano (1918-1984) nascido na localidade de Ntaia, no Uíge, no noroeste do país, que inspirou o designado tocoísmo. Do ponto de vista eclesiástico, este movimento é denominado como Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, uma das centenas de organizações religiosas que, em meados de 2015, começaram a estar envolvidas na polémica das chamadas seitas ilegais em Angola (Sobre esta matéria e no caso concreto do tocoísmo, ver Club-K, 2015a e AngoNotícias, 2015c). Estima-se que o tocoísmo seja um dos maiores movimentos cristãos em Angola. O bispo Dom Afonso Nunes, actual líder espiritual da igreja, afirmou em 2013 que o número de fiéis deve ser superior a 500.000, número entretanto rectificado para 800.000 através de um outro líder da organização, Antonio Domingos Cabral, em declarações à agência France Press nesse mesmo ano (cf. Gospel Prime 2013); **Apóstola Tina**: nome pelo qual é conhecida a angolana Ernestina Diogo Matias, líder da igreja pentecostal Ministério de Fé e Libertação (MFL), um movimento cristão fundado em Luanda em 2000 que é reconhecido como “parceiro” do Estado em actividades missionárias de evangelização, filantropia e solidariedade social (cf. Jornal de Angola, 2010; Club-K, 2015c.); **Beatriz Kimpa Vita**: profeta do antigo Reino do Congo que fundou no século XVII o chamado antonianismo, um movimento de insurreição contra os missionários brancos e o poder colonial em nome de um cristianismo renovado liderado por negros; **Mohamad**: ainda que, neste contexto, seja de considerar que se refere ao profeta Maomé enquanto fundador do Islão, trata-se de um patronímico árabe com inúmeras variações de grafia e, por conseguinte, designações diversas; **Nzambi A Mpungu**: expressão da língua quicongo, recorrente na tradição oral dos bacongus, que designa “Deus Supremo” ou “Deus Criador”. É discutível se se refere à ideia de um “deus criador do universo”, segundo as cosmovisões do antigo reino do Congo, ou se terá sido introduzida após o contacto com os portugueses, referindo-se nesse sentido a uma figura semelhante à do “Deus cristão”; **Yahweh**: expressão hebraica para Jeová (Deus), usada pelas Testemunhas de Jeová no seu quotidiano. É de recordar que 3% dos inquiridos diz pertencer a esta organização.

Com a primeira questão, e olhando para os resultados na primeira tabela, os inquiridos representam (e nesse sentido confirmam) de um modo geral as tendências de distribuição das crenças religiosas em Angola, sob o primado do cristianismo (africano/africanizado) nas suas várias modalidades (católica, protestante e ramificações evangélicas ou através de novos credos de carácter messiânico)<sup>129</sup> e da crescente efervescência das chamadas confissões *new age* (em que avultam as igrejas evangélicas de origem brasileira ou congolesa)<sup>130</sup>, cujo sucesso é interpretado por Mbembe (2013) à luz do apelo simultâneo ao sincretismo e a “linguagens étnicas” adaptadas às várias especificidades culturais dos espaços que as mesmas procuram conquistar, o que aliás confirma as múltiplas identidades, incluindo as espirituais, de que os angolanos, como muitos africanos, são portadores (utilizando para o efeito, tal como sucedeu durante os processos de cristianização e modelação política das sociedades africanas coloniais, tácticas de compromisso “selectivo”, isto é, calculando os ganhos e os lucros simbólicos e materiais nos “mercados de comércio” de linguagens religiosas).

A este conjunto de credos, acresce também, ainda que de modo pouco expressivo, o islamismo, cuja prática tem gerado alguns incidentes em Angola (ainda que não sejam propriamente significativos do que se pode entender como intolerância religiosa) (cf. Sputnik Brasil, 2013; PINN, 2014), e o judaísmo<sup>131</sup>. Na distribuição nacional, e segundo a fundação AIS, é de referir igualmente os cerca de 5% da população angolana nas áreas rurais (razão pela qual, deduzimos, não aparece qualquer representante na nossa amostra, porquanto é eminentemente urbana) que praticam o animismo ou crenças religiosas ditas indígenas.

Mas importa acrescentar, ainda em relação aos resultados desta tabela, duas anotações. Por um lado, a pouca explicitação quanto ao sentido do uso da expressão “(religião) cristã”, para a qual convergem – em questão aberta, sublinhamos – 11% dos respondentes, sugerindo no caso destes participantes alguma ambiguidade no sentimento de pertença ou identificação

---

<sup>129</sup> Destacam-se os cultos de tradição protestante (e.g. metodistas, baptistas, adventistas, congregacionalistas, Assembleias de Deus, etc.) e o tocoísmo.

<sup>130</sup> É de assinalar que, em Angola, a grande maioria destas organizações não tem reconhecimento legal (como observámos já em relação ao tocoísmo). Apesar da Constituição proteger a liberdade de associação religiosa, designadamente no artigo 10.º (alíneas 2. e 3.), o legislador exige que todos os grupos estejam devidamente registados, definindo como pré-requisito para o efeito um mínimo de 100.000 membros para cada um em pelo menos dois terços das províncias do país, o que, na prática, conduz à ilegalidade a maioria das organizações. Com efeito, e segundo informações da agência Lusa, há apenas 83 confissões religiosas “legalmente reconhecidas pelo Estado angolano” quando se estima que existam no terreno quase 1.300, ou seja, cerca de 1.200 ilegais (cf. Sapo, 2015).

<sup>131</sup> De acordo com o Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos de Angola, a partir de dados de 2012, existe no país uma pequena comunidade muçulmana, estimada entre 80.000 a 90.000 indivíduos (na sua maioria, imigrantes da África Ocidental ou de origem libanesa). A mesma entidade calcula que haja igualmente cerca de 450 a 500 judeus, principalmente de origem israelita.

religiosa, uma vez que não informa da modalidade cristã (perante a emergência dos inúmeros sectores ditos neo-pentecostais ou carismáticos do cristianismo) associada à ideia assinalada e, em última instância, do grau de adesão ou compromisso com a mesma, justamente por ser ambígua (o que leva a questionar o que é ser cristão num país que tradicional e maioritariamente se autoproclama como cristão, ou seja, por “convenção histórica”). Por outro, e não obstante o referido “revivalismo religioso”, o número considerável daqueles que dizem não ter qualquer religião, 28,7% dos inquiridos, o que aponta para a emergência de um fenómeno aparentemente desconhecido em Angola ou, pelo menos, não referenciado na maioria dos estudos que existem sobre o tema (na qual é recorrente a ideia de uma população 100 por cento religiosa, isto é, implicada directa ou indirectamente, pela crença ou participação, em organizações religiosas, o que parece ser pouco consistente com a realidade)<sup>132</sup>.

Esta tendência para um certo afastamento da vinculação ao “religioso”, evocado no plano privado (pelo que – importa distinguir – não colide com a crescente e manifesta “confessionalização” do espaço público), também é sugerida pela enumeração dos líderes espirituais com que os inquiridos se identificam, conforme se pode verificar na segunda tabela. A começar pelo facto de 61,8% não nomear nenhum e 5,2% optar por dizer que não sabe. Ou seja, dois terços dos respondentes não convocam qualquer figura que atribua ao “religioso” uma personificação moral, uma entidade corpórea ou mítica que exerça funções de mediação entre os assuntos terrenos e os assuntos espirituais. Em contrapartida, aqueles que o fazem utilizando expressões que implicam a ideia de cristianismo, isto é, a ideia que todas as estimativas apontam como dominante em Angola – independentemente da modalidade a que se referem<sup>133</sup> – representam apenas 24,7% da amostra, um valor bem diferente dos 68,3% de

---

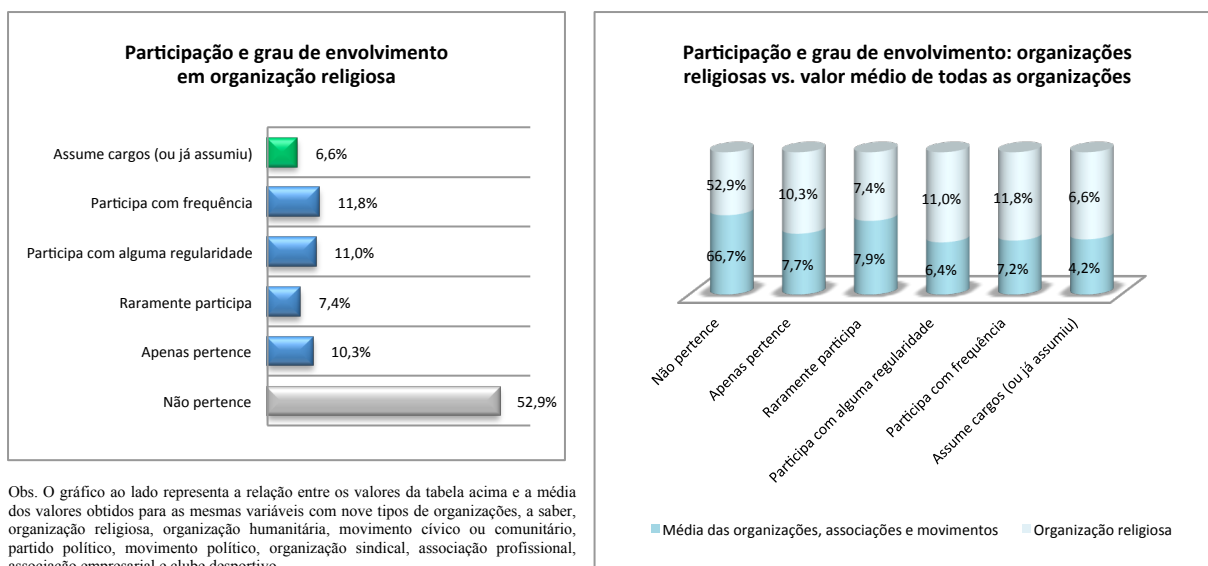
<sup>132</sup> Veja-se, por exemplo, entre os poucos estudos que constituem uma excepção, os relatórios do Pew Research Center, uma organização não-confessional sediada nos Estados Unidos, especializada em sondagens e análises de dados sobre a religião no espaço público. É de conferir, em particular, a projecção da composição religiosa por país entre 2010 e 2050 que, no caso angolano, apresenta uma estimativa curiosa: a inexistência de uma variação significativa, num espaço de 40 anos, entre o crescimento da população cristã (117,4%) e a população sem religião (119,4%). Se compararmos com Portugal, por exemplo – o que é ainda mais paradigmático, considerando o esperado agravamento do envelhecimento da população – o Pew Research Center estima que a população cristã registará um decréscimo de 90%, enquanto a população sem religião terá um crescimento de 837,5% (cf. Pew Research Center, 2015).

<sup>133</sup> Para o efeito, contabilizamos as seguintes expressões: “Jesus Cristo”, “Papa Francisco”, “Deus” (não obstante a ambiguidade que pode ter em contexto angolano), “Simão Toco”, “Católicos”, “Apóstola Tina”, “Beatriz Kimpa Vita”, “Cristãos”, “Desmund Tutu”, “Madre Teresa de Calcutá”, “Nzambi A Mpungu” (igualmente com reservas, devido às dúvidas que referimos em nota específica sobre a mesma), “Papa João Paulo II”, “Protestantes” e “Yahweh”.

inquiridos que afirmam ser fiéis a credos cristãos<sup>134</sup>. Não é que se possa estabelecer uma relação directa entre professar uma determinada confissão e identificar-se com um dado líder ou líderes espirituais – veja-se, por exemplo, a referência a líderes políticos entendidos como líderes religiosos inspiradores, designadamente Nelson Mandela, Mahatma Gandhi e Fidel Castro<sup>135</sup> – mas a descoincidência é grande, especialmente porque se trata da mesma dimensão de religiosidade supostamente hegemónica: ser cristão.

A esta inquietação, acresce uma outra: a evidente descoincidência entre ser fiel ou crente e pertencer a uma religião. É que ao perguntarmos aos participantes deste estudo que credo professam, 28,7% diz não ter nenhum (como vimos acima). Mas se reformularmos a questão, indagando se pertencem a alguma religião, a resposta negativa mobiliza quase o dobro dos respondentes, a saber, 52,9% (como indica a primeira tabela abaixo, que dá conta do nível de participação e grau de envolvimento dos inquiridos em organizações religiosas).

**Quadro 4.9. Participação e grau de envolvimento em organizações da vida pública**



Ainda que o nível médio de participação dos respondentes em qualquer organização seja particularmente baixo (como se observa no gráfico, sendo até a actividade religiosa aquela que mais mobiliza os inquiridos, na comparação entre vários tipos de organizações)<sup>136</sup>,

<sup>134</sup> Neste caso, contabilizamos igualmente todas as organizações ditas cristãs listadas na primeira tabela, excluindo “Gnóstico”, “Espiritualismo” e “Islão”.

<sup>135</sup> Não deixa de ser relevante que Nelson Mandela e Mahatma Gandhi sejam apontados apenas por respondentes que se afirmam especificamente como católicos, enquanto Fidel de Castro é referenciado só por indivíduos que dizem não ter qualquer religião.

<sup>136</sup> Discutimos esta matéria mais em detalhe à frente, em sede das narrativas de cidadania e de participação na vida pública.



a dedução lógica perante estas premissas é que, do ponto de vista dos respondentes, ter uma religião é diferente de pertencer a uma religião, o que confirma, aliás, um princípio que é recorrente no nosso estudo, como veremos em várias outras dimensões: quanto maior é o nível de compromisso com uma ideia menor é a adesão à mesma, isto é, questionados sobre uma determinada ideia, a adesão com carga positiva à mesma recua à medida que a questão, ao ser reformulada, presume maior envolvimento explícito por parte dos inquiridos.

Mas levanta-se um problema: como se autotransformam os indivíduos que dizem não professar qualquer religião? Como ateus? Agnósticos? Nihilistas? São termos que, aliás, não constam no léxico das crenças religiosas em Angola. E como se autotransformam os indivíduos que dizem não pertencer a qualquer religião, quando cerca de metade deles afirma, concomitantemente, ter uma religião?

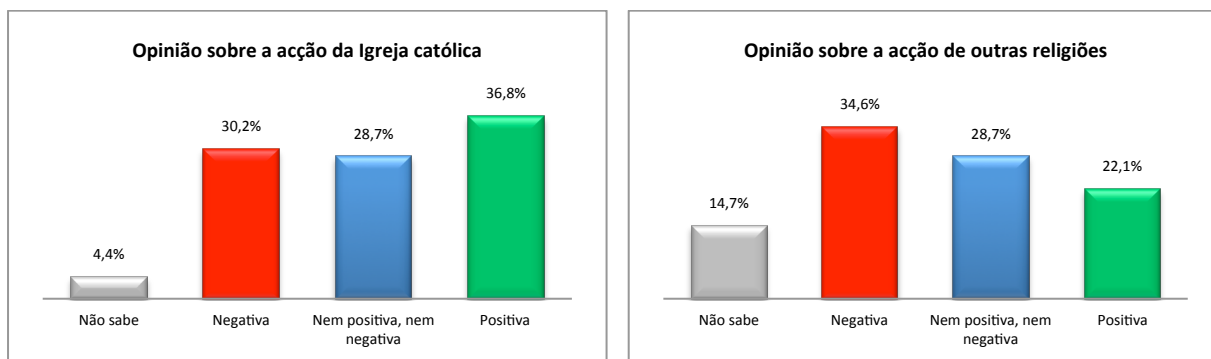
Percebe-se, pois, o interesse desta subtileza (a diferença entre ter e pertencer a uma religião). Porque não é devidamente explicitada ou informada nas estimativas e inquéritos que têm sido feitos a propósito da distribuição das crenças religiosas em Angola, o que leva, no limite, a questionar a validade e a relevância dos resultados dos mesmos. Com efeito, apesar dos participantes no nosso estudo representarem (e confirmarem) as tendências de distribuição nacional, como sublinhámos atrás, também é certo que desvelam este e outros problemas, ou seja, não só a referida subtileza (que não é uma mera questão semântica, porque ter e pertencer apelam, com efeito, para ideias diferentes que reflectem posicionamentos e modos de acção distintos em matéria de identidade espiritual e actividade religiosa), mas também uma dupla imbricação: por um lado, (i) a imbricação entre conceitos que apelam para o cristianismo, isto é, a difícil distinção entre as várias modalidades das confissões ditas cristãs com as quais os respondentes se identificam (por exemplo, a que confissão ou confissões em simultâneo estão associados os 11% de inquiridos que se afirmam como cristãos?); por outro, (ii) a imbricação entre os diversos sentidos que a nomeação de um determinado credo pode comportar (por exemplo, é de aceitar como válida a escolha de um indivíduo por uma determinada confissão pelo simples facto de nela ser baptizado mesmo que não a pratique ou nela não se reveja?).

Vejamos uma questão final: a narrativa dos inquiridos sobre a acção de “outras” religiões, das “outras” com que não se identificam e às quais, à partida, não estão ligados.

Mas comecemos por fazer um exercício prévio sobre a recorrente diferença de resultados entre a utilização de perguntas tabeladas e perguntas abertas, usando a Igreja

Católica como contraponto (até porque todas as estimativas indicam tratar-se da maior religião em Angola)<sup>137</sup>. Trata-se aqui de avaliar a acção das organizações religiosas no país pela positiva ou pela negativa, orientando deliberadamente os respondentes para a ideia de Igreja Católica vs. “outras” religiões.

**Quadro 4.10. Avaliação da acção da igreja católica**



Em questão fechada (cujos resultados estão representados nos dois gráficos acima), a acção da Igreja Católica é reconhecida de forma positiva por 36,8% dos inquiridos. Dir-se-ia que este valor está próximo do número daqueles que se afirmam como católicos, a saber, 35,3% (como observámos no quadro 4.8.), o que poderia sugerir uma coincidência entre ser católico e avaliar positivamente a Igreja Católica. Contudo, não é o que indica a correlação entre as duas variáveis: a avaliação negativa inclui 8,1% de respondentes que se consideram católicos, o que esvazia de sentido a suposta coincidência (transformando a relação de 36,8% para 35,3% numa relação de 36,8% para 27,2%).

Em questão aberta (cujos resultados estão representados abaixo, na tabela da figura 4.2.), e na qual os participantes podem nomear e avaliar nos mesmos termos as religiões que entenderem, ainda que orientados pela ideia prévia de “outras”, a Igreja Católica (que, à partida, deveria ser assunto esgotado) volta a aparecer, ou seja, é incluída no grupo das “outras” religiões por 8,8% dos inquiridos (que expressa inclusive opiniões divergentes)<sup>138</sup>.

Ora, a relevância desta *nuance* (que só é informada através de uma questão aberta) reside na possibilidade de demonstrar e reforçar o princípio segundo o qual as questões

<sup>137</sup> Em 2013, com base numa estimativa da população em 20 milhões (sabe-se agora, pelo Censo 2014, que o total é de 24,3 milhões), o Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos de Angola calculou que, pelo menos, 55% se declarava como católica. No mesmo ano, a fundação AIS registava um total de 8,3 milhões de angolanos baptizados.

<sup>138</sup> Neste lote de respondentes, que encara a Igreja Católica como uma “outra” religião, e em termos proporcionais, 58% avalia a acção da mesma de modo negativo, 25% de forma positiva e os restantes 17% opta pela avaliação neutra, isto é, “nem positiva, nem negativa”.

tabeladas tendem a ocultar informações, sobretudo quando a estratégia para a recolha de dados por esta via parte (ou pode partir) de pressupostos que manipulam um dado universo de inquiridos pela sugestão prévia de ideias, mesmo que essa estratégia acabe por ser denunciada, neste caso, por quase um décimo dos respondentes.

Em todo o caso, sistematizemos os dados que temos, até porque, na questão fechada, o próprio facto de 28,7% dos inquiridos coincidir numa avaliação neutra tanto da Igreja Católica como das outras religiões, quando todas as outras variáveis mudam de tendência, também sugere a necessidade de melhor explicitação (na medida em que indicia “códigos de silêncio”, num contexto já assinalado de tendência para um certo afastamento da vinculação ao “religioso” e cujas razões ou chaves de descodificação podem ser desveladas, ainda que apenas a título parcial, a partir da análise do conteúdo da opinião daqueles que os quebram).

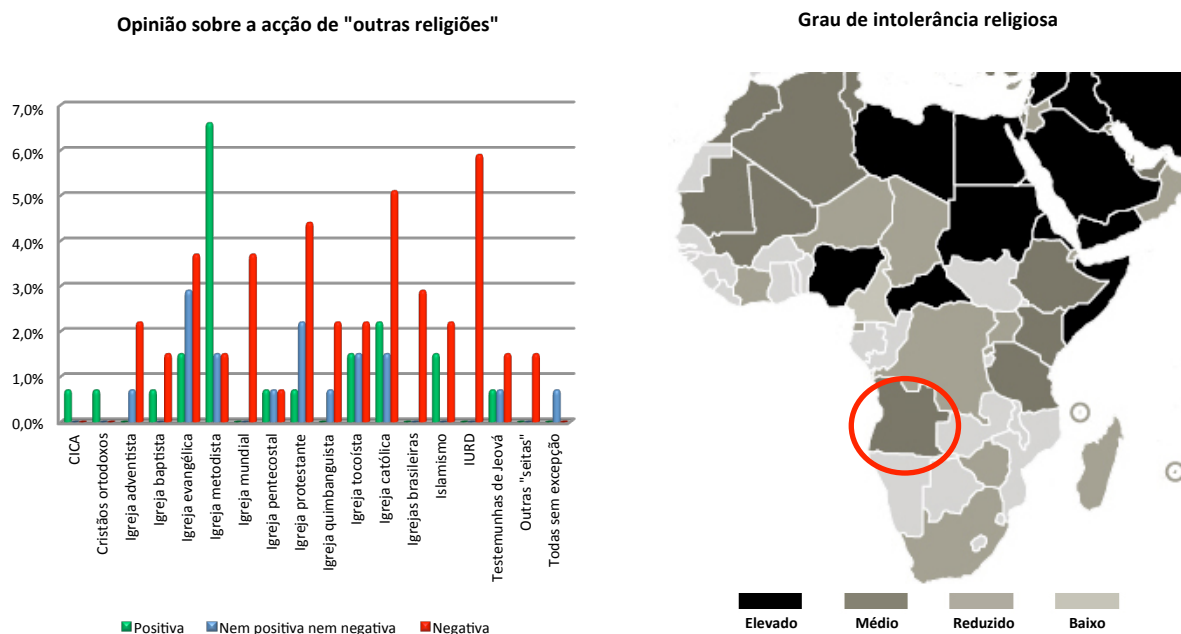
Nestes termos, é possível observar o seguinte: numa amostra em que 35,3% dos respondentes diz professar o catolicismo e outros 35,3% seguir outras confissões, ou seja, em que 70,6% são seguidores de credos religiosos (ainda que 47,1% não pertença a qualquer organização religiosa), a acção da Igreja Católica em Angola tem uma avaliação positiva por parte de 36,8% dos inquiridos e uma negativa por 30,2%, isto é, uma variação positiva de 6,6 pontos percentuais. Quanto à acção das “outras” religiões no país, a avaliação positiva mobiliza 22,1% dos respondentes e a negativa 34,6%, ou seja, uma variação negativa de 12,5 pontos percentuais.

Quer isto dizer que a acção da Igreja Católica, da religião dita dominante em Angola, apesar de ser tendencialmente aquela que é melhor avaliada, não se distingue substancialmente em relação à das “outras” religiões, pela evidência de que a carga negativa de que é portadora, na perspectiva dos inquiridos, está muito próxima da que é atribuída às religiões “concorrentes”.

De resto, esta premissa, que podemos encarar como uma narrativa geral, não se modifica se indagarmos, de forma desagregada e em questão aberta, da avaliação da acção das “outras” religiões. É que, não obstante se registarem diferenciações entre elas, a opinião expressa sobre as mesmas recua consideravelmente em termos percentuais (como se verifica na tabela abaixo, na qual nenhuma das variáveis mobiliza mais do que 6,6% dos respondentes).

É um aspecto a ter em conta, o que, ainda assim, não neutraliza a pertinência desta avaliação/narrativa de natureza mais “particular” (e relativa); porque se não modifica a narrativa geral, fornece outras informações, associadas aliás – e aqui reside a importância das mesmas – às interpretações dadas pelos próprios inquiridos.

**Figura 4.2. Avaliação da ação de outras religiões e grau de intolerância religiosa**



Em relação ao CICA, Igreja Quimbanguista e IURD ver nota<sup>139</sup>

Fonte: Expresso, 8 de Novembro, 2014, a partir do relatório “Liberdade Religiosa no Mundo 2014”, da Fundação Aid to the Church in Need<sup>140</sup>

Neste quadro, a primeira evidência (ou dado a reter) é (i) o enorme desequilíbrio entre a avaliação positiva (assinalada a verde) e a negativa (indicada a vermelho) que abarca praticamente todas as ditas “outras” religiões referenciadas pelos participantes, ainda que grande parte das mencionadas de forma isolada esteja implicada entre si, o que pressupõe uma percepção imbrincada dos respondentes em relação a critérios de classificação (e dá conta da

<sup>139</sup> **CICA**: Conselho de Igrejas Cristãs em Angola, fundado em 1977 pela Igreja Reformada Evangélica, Igreja Evangélica Baptista, Igreja Evangélica Congregacional e Missão Evangélica Pentecostal (cf. World Council of Churches, 2015); **Igreja Quimbanguista**: organização cristã oficialmente denominada “Igreja de Jesus Cristo na Terra por seu Enviado Especial Simon Kimbangu”, fundada em 1921 na localidade de Nkamba, na Republica Democrática do Congo, pelo profeta congolês Simon Kimbangu (1887-1951). Segundo dados da própria organização, terá cerca de 5,5 milhões de fiéis espalhados por todos os continentes, razão pela qual é apontada como a única igreja de origem africana que conseguiu expandir-se a nível mundial. Em Angola, a liderança da organização por parte de Kissolokele Dialungana Paul tem sido questionada e continua a gerar cisões e conflitos internos (cf. AnjoNotícias, 2015b); **IURD**: Igreja Universal do Reino de Deus, uma organização evangélica neopentecostal fundada no Brasil em 1977, por Edir Macedo, que reivindica ter em Angola cerca de meio milhão de seguidores (cf. Público, 2013).

<sup>140</sup> Trata-se de uma organização pontifical britânica ligada à Igreja Católica que observou a situação religiosa entre 2012 e 2014 em 196 países com a colaboração de jornalistas, investigadores e outros analistas (cf. Fundação Aid to the Church in Need, 2014).

confusão que resulta de um mercado saturado de ofertas religiosas)<sup>141</sup>. Mas nesta panóplia de credos, há uma particularidade (que é um segundo dado a reter, não menos negligenciável): (ii) entre as confissões que avultam pela negativa de modo pronunciado, além da IURD (confissão neo-pentecostal de origem brasileira), a Igreja Mundial do Poder de Deus (outro culto neo-pentecostal fundado no Brasil) e a Igreja Evangélica (designação que abarca as duas anteriores), aparecem também a Igreja Protestante, nomeada de forma genérica, e a própria Igreja Católica (cuja integração neste grupo das “outras” religiões sinalizamos acima). Em contrapartida (e terceiro dado a reter), (iii) a Igreja Metodista (protestante) destaca-se pela avaliação positiva, contrariando a tendência geral (numa amostra em que apenas 0,7% dos respondentes declara professar esta confissão). Para explicar esta singularidade, há a tentação de recordar, recuperando aliás a problemática já aqui referida da “confessionalização” do espaço público e da separação (incompleta) entre o Estado e a religião nos espaços subsarianos, que esta igreja tem sido conotada como muito próxima do MPLA<sup>142</sup>, mas presumir é diferente de demonstrar, pelo que a única evidência a aceitar, neste nível de análise, é de que esta particularidade é tão-somente parte constitutiva da narrativa dos participantes neste estudo (até porque não é explicitada pelos mesmos em sede de interpretação/explicação das avaliações dadas).

Sobre este quadro, deixamos apenas mais uma pequena nota: entre tantas religiões com avaliações negativas significativas num universo de inquiridos maioritariamente cristão, e num país cujo grau de intolerância religiosa é considerado médio, isto é, de nível 3 numa

---

<sup>141</sup> Os protestantes, por exemplo, podem ser metodistas, baptistas, adventistas ou membros das Assembleias de Deus. Contudo, para os inquiridos que se pronunciam sobre o tema, é feita uma distinção entre Igreja Protestante (categoria ou família religiosa) e Igreja Adventista, Igreja Baptista, Igreja Metodista e Igreja Pentecostal (ramificações da tradição protestante). O mesmo sucede, outro exemplo, entre Igreja Evangélica, CICA ou Igrejas brasileiras (categoria ou família religiosa, associação de igrejas da mesma família e cultos similares da mesma família e com o mesmo país de origem) e IURD, sigla para Igreja Universal do Reino de Deus, e Igreja Mundial, em rigor, Igreja Mundial do Poder de Deus (ramificações neo-pentecostais contidas nas três expressões anteriores).

<sup>142</sup> Fundada em Angola em 1885 pelo missionário norte-americano William Taylor, a Igreja Metodista Unida expandiu-se pela área tradicional dos povos ambundo, afirmando-se progressivamente como uma alternativa cristã às missões católicas, associadas ao poder colonial português. Com a emergência dos nacionalismos angolanos, a Igreja Metodista Unida acabou por aparecer próxima das elites quimbundo e, mais tarde, do MPLA. Agostinho Neto é uma das figuras referenciadas como membros deste movimento evangélico (cf. *AngoNotícias*, 2014), igreja que, nas palavras de Roberto de Almeida, vice-presidente do partido do Governo, “é parte integrante da história de Angola, pois muitos dos seus filhos contribuíram para a luta de libertação nacional”. Num comunicado enviado à Igreja Metodista Unida para a cerimónia de abertura da 30ª Conferência Anual do Oeste de Angola, daquela organização, em 2014, Roberto de Almeida fez saber que deseja que a relação existente entre a Igreja e o seu partido “continue a traduzir-se no trabalho conjunto, no sentido da formação de cidadãos activos, conscientes das suas responsabilidades individuais e colectivas, na Igreja, na família e na sociedade” (cf. *O País*, 2014b).

escala de 1 a 4 (de acordo com o mapa acima)<sup>143</sup>, o islamismo é olhado de modo negativo por apenas 2,2% de respondentes, o que indicia que, para o nosso universo de inquiridos, o proselitismo muçulmano pela conquista de posições no “mercado religioso”, no caso angolano, e ao contrário do que sucede noutros espaços africanos, é de um modo geral um fenómeno irrelevante. O que não quer dizer que o mesmo aconteça com o proselitismo das diferentes igrejas cristãs.

Vejamos como os respondentes interpretam o assunto, a começar por uma participante de 55 anos, nascida e residente em Luanda, que afirma não ter qualquer religião: “Angola está invadida por religiões que tiram ao angolano o que tem e o que não tem com a promessa de que Deus vai dar muito mais. Neste momento, estão inscritas centenas de igrejas (para pedir a legalização), mas espero que o Executivo não autorize porque é um dos maiores negócios em Angola. Aproveitam-se da ignorância do povo”. Esta percepção é replicada por um outro inquirido, de 50 anos, nascido em Jamba, na província de Kuando Kubango, e residente em Luanda, que diz igualmente não ter qualquer religião: “Sei que são muitas as religiões. Em 2009 eram perto de 1.000 a pedir alvará, e sei que o povo é pobre e dá muito do pouco que tem”. A que acresce a opinião de um outro respondente, uma protestante de 31 anos, nascida e residente em Luanda: “Actualmente em Angola existem inúmeras religiões que lutam apenas para o seu bem-estar e não o do povo”.

Estamos pois perante duas ideias fundamentais, que se interpenetram e correlacionam: (i) a religião como expressão de uma dupla “filantropia”, assente no princípio “fundacional” de que a mesma deve cuidar tanto da alma como do corpo, razão pela qual se torna compatível o comércio de bens espirituais com o de bens materiais, ou seja, “confessionalizar” com a promessa da “salvação”, tanto espiritual como terrena, num quadro socioeconómico marcado por dificuldades endémicas e pelo empobrecimento galopante de vastos sectores populacionais, e (ii) a “religião-negócio”, porque é prestadora de serviços e é

---

<sup>143</sup> Apesar de poder ser uma classificação discutível, a começar pelo facto de não serem informados os critérios de avaliação nem o que diferencia ao certo os quatro níveis da escala apresentada, não é de ignorar que este relatório da Fundação Aid to the Church in Need coincide com os estudos do já citado Pew Research Center. Com efeito, no último Social Hostilities Index divulgado por esta organização – que contabiliza e avalia as incidências de hostilidades entre indivíduos por questões religiosas registadas em 198 países no ano de 2012 – Angola é indexada na 65ª posição, a última da categoria 3 (hostilidade elevada), numa escala de 1 a 4 (que varia entre níveis de hostilidade religiosa baixos, moderados, elevados ou muito elevados) (cf. Pew Research Center, 2014b). A posição do país melhora em matéria de liberdade religiosa na relação com o nível de restrições impostas pelo Estado no espaço público, conforme indica o Government Restrictions Index, o qual coloca Angola na categoria 2 (moderada) (cf. Pew Research Center, 2014a), ainda que não se deva perder de vista as já referidas contradições entre a configuração constitucional que protege a liberdade de associação religiosa e o quadro normativo complementar que a condiciona e restringe.

obrigada a competir num mercado saturado de concorrentes, mercado que o Estado procura domesticar, regulando, não propriamente em nome da separação efectiva entre este e a religião, mas em nome de uma negociação de funções, que o primeiro detém por “direito” e a segunda procura exercer por conquista, ou seja, através de uma racionalidade baseada em cálculos de lucro simbólico.

Esta ideia da “religião-negócio” é reiterada por um outro participante, de 59 anos, que se afirma católico, natural da cidade de Gabela, na província de Kwanza-Sul, e residente em Luanda, mas estabelece uma diferença: há religiões e seitas, ou “empresas comerciais que vendem boa disposição”, para usar uma expressão do próprio, de que a IURD é um bom (mau) exemplo: “Estas igrejas são um perigo económico, uma vez que ‘exportam divisas semanalmente’ através dos seus crentes/pastores e não pagam impostos. O Estado deveria criar, nestes casos, um sistema que separasse o que são igrejas e religiões e o que são ‘empresas comerciais que vendem boa disposição’. As segundas deveriam pagar impostos e muito elevados”. De resto, para este participante no nosso estudo, o perigo não é só económico; é também político. “A IURD é o caso mais flagrante de abuso de um direito constitucional que o país dá aos seus cidadãos e que é levado ao extremo pelo uso de uma coisa que se chama ‘psicologia de massas’. É um perigo para a democracia, pois neste momento tem poder para formar um partido político. Aliás, é a única força capaz de criar um partido político organizado à maneira maoísta. A IURD utiliza regras maoístas no seu processo organizacional somadas ao motor da ‘psicologia de massas’ para obter dinheiro através do dízimo. E existem outras organizações religiosas que estão a tentar seguir o mesmo caminho”, conclui.

Argumentos que levam a convocar a opinião de um inquirido de 58 anos, natural de Luanda e a residir em Lisboa, que afirma não ter religião: “Os vigaristas, canalhas, aldrabões e ladrões que compõem o conjunto das ditas organizações religiosas deviam, num contexto sério, ser todos encarcerados e remetidos a tribunal popular à moda maoísta”.

A este conjunto de opiniões, que espelha uma visão mais exacerbada, acresce uma outra ideia dominante, a que não são alheias as anteriores, designadamente (iii) a relação estreita entre religião e poder político.

“As religiões são reféns dos líderes políticos. Na verdade, o partido no poder manda as religiões bajularem-no”, afirma um respondente de 27 anos, também sem religião, nascido na cidade de Tomboco, na província do Zaire, e residente em Goiânia, no Brasil. Para um

católico de 29 anos, nascido no Huambo e a viver em Luanda, “todas as igrejas são em suma coniventes com o poder”. Ainda que, para alguns inquiridos, nem todas as religiões o façam. “A religião católica e a tocoísta são as mais seduzidas pelo perfume do regime do MPLA”, diz um respondente de 24 anos, natural e residente em Luanda, que afirma não ter religião. Para uma protestante de 38 anos, nascida em Maquela do Zombo, na província do Uíge, e residente em Bruxelas, “de facto, existe uma grande diferença entre as igrejas angolanas. No meu ponto de vista, a igreja católica é a mais corrupta de Angola, na qual a maioria dos crentes tornou-se ‘boca de aluguer’ e ‘agente de segurança’ do MPLA e de José Eduardo dos Santos”.

Em sentido inverso, mas mantendo a ideia da proximidade entre religião e poder político, uma católica de 58 anos, natural e residente em Luanda, coloca o problema nestes termos: “À excepção das seitas (e incluo aqui a IURD e semelhantes), cuja actuação é muito negativa, as outras vão dando uma no ‘cravo’ e outra na ‘ferradura’. As duas igrejas que me parecem ter mais peso são a católica e a metodista e essas têm que se equilibrar com o poder... ou não fosse isto uma ditadura! Mas vão fazendo algum trabalho sobre valores e princípios. Não sei é se com muito êxito, porque os políticos não mudam de atitude e a consciência e convívência cívica é muito débil”.

Em suma, e a par destas três ideias que interpretam e avaliam, nas palavras dos participantes neste estudo, o fenómeno religioso em Angola, a saber, (i) a religião como expressão de uma “filantropia” tanto espiritual como terrena, (ii) a religião como “religião-negócio” e (iii) a religião como parceira íntima do poder político (que coincidem com as intuições iniciais da crescente “confessionalização” do espaço público e da intervenção da religião em várias outras dimensões, incluindo a política, na qual a religião de forma concomitante tanto manipula como é manipulada), avultam algumas outras evidências:

(i) a afirmação da crença e pertença religiosa – ainda que, no nosso universo de inquiridos, corresponda, grosso modo, às tendências de distribuição das confissões religiosas em Angola, sob o primado do cristianismo (africano/africanizado) nas suas várias modalidades e da crescente efervescência das chamadas confissões *new age* – são ideias diferentes, por vezes incompatíveis, pelo que não são suficientes para informar da identidade espiritual dos indivíduos;

(ii) o cristianismo, sendo dominante em Angola, é objecto vários processos de “africanização” (vários, porque não são generalizáveis mas específicos, conforme os



“espaços” a que se aplica ou pretende conquistar), processos tanto endógenos como exógenos que o adaptam em função de diferentes “agendas” e o dotam de múltiplas ideias, convergentes e divergentes, que acabam por se imbricar (regra aplicável às várias modalidades das confissões ditas cristãs bem como a outras, o que degenera num “encavalitamento” entre credos);

(iii) a acção da igreja católica, da religião dita predominante em Angola, apesar de ser tendencialmente aquela que é melhor avaliada, não se distingue substancialmente em relação à das “outras” religiões, em razão da carga negativa de que é portadora estar muito próxima da que é atribuída às religiões “concorrentes” (a que acresce a desconcórdia entre ser católico e avaliar positivamente a igreja católica);

(iv) a acção do islamismo não mobiliza apreciações positivas ou negativas consideráveis, o que indicia que o proselitismo muçulmano pela conquista de posições no “mercado religioso”, no caso angolano, e ao contrário do que sucede noutros espaços africanos, é de um modo geral um fenómeno irrelevante;

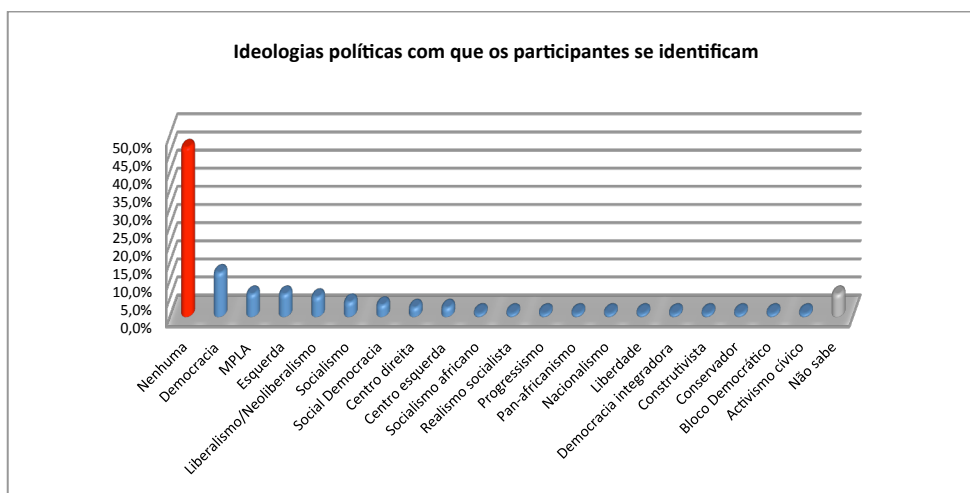
(v) a tendência para um afastamento da vinculação ao “religioso”, evocado no plano privado, aponta para a emergência em Angola do fenómeno do “não religioso”, ou seja, dos indivíduos que não professam qualquer religião e/ou não manifestam sentimentos de pertença religiosa, fenómeno que, regra geral, é omitido nos estudos sobre o assunto.

#### **4.3. A dimensão política e o problema da liberdade e da democracia**

Seguidas as várias dimensões identitárias que participam e, por conseguinte, informam do político, na medida em que influenciam e estruturam o imaginário político dos indivíduos, importa por fim procurar caracterizar justamente esse imaginário, ou seja, indagar das formatações políticas dominantes sob as quais as narrativas de poder são conduzidas. Para o efeito, e no caso concreto deste estudo, é de saber, por exemplo, as ideologias políticas com as quais os respondentes se identificam, a noção de democracia que preconizam ou a interpretação que é dada à transição do acontecimento colonial para o acontecimento pós-colonial, factores que concorrem para a leitura ou o posicionamento actual dos indivíduos em relação ao sistema de poder pós-colonial em Angola.

Começamos por explorar o campo ideológico em busca das filiações (ou da ausência delas) e do modo como são tipificadas, utilizando uma questão aberta directa, designadamente qual a ideologia política com que os inquiridos se identificam.

**Quadro 4.11. Ideologias políticas com que os participantes no estudo se identificam**



Perante o conjunto de respostas produzido (representado no quadro), dir-se-ia que a grande evidência, independentemente do que se poderá deduzir da dispersão de rótulos ou da pluralidade de opiniões, é que a ideologia política, enquanto categoria de análise, tende a não informar do pensamento político-ideológico dos indivíduos, isto é, tende a não ser *entendida* como uma categoria de expressão do pensamento político-ideológico, pelo menos neste contexto específico.

Primeiro, porque quase de metade dos participantes neste estudo (46,3%) não se revê em nenhuma ideologia; segundo, porque a outra metade (47,8%) que indica a respectiva ideologia com que se identifica, adopta diversos critérios de classificação que se “encavalitam” uns nos outros, acabando por colocar sob a noção de “ideologia política” ideias que não são compatíveis entre si porquanto apelam para outros conceitos que esvaziam de eficácia operativa a “ideologia política” enquanto categoria.

Clarifiquemos. A ideia de não ter qualquer ideologia política traduz um sentimento apolítico, isto é, do sujeito que se afirma estranho à política, do sujeito que tende a recusar o próprio pensamento político-ideológico (ou alega não o ter). Nestes termos, e numa sociedade altamente politizada como a angolana (nos termos que discutimos no capítulo III), é de aceitar que praticamente metade dos respondentes não tenha qualquer ideologia política? Ou não é de reconhecer ou colocar como hipótese que a própria categoria em si tende, por razões diversas,

a não ser percebida como um canal de expressão do pensamento político-ideológico? É que aos 46,3% dos inquiridos que não se revê em nenhuma ideologia junta-se ainda 5,9% que diz não saber responder. Mas isto não obsta a que estes respondentes tenham simpatias partidárias. Com efeito, ao correlacionarmos este indicador com outros dois, o da simpatia partidária e o da filiação partidária (que apresentamos mais à frente), 11,1% dos que afirmam não ter qualquer ideologia política admitem ser simpatizantes do MPLA, enquanto 6,3% tem simpatia pela CASA-CE e 1,6% pela UNITA (os quais, aliás, não são só simpatizantes mas também militantes). De resto, mesmo entre os que não sabem responder em relação à ideologia política, 37,5% é simpatizante do MPLA. Ora, se é de considerar que ter uma simpatia partidária ou estar filiado num partido pode ser diferente de ter uma ideologia política, também é de assumir que, ao não ter uma ideologia, a simpatia ou a filiação é desprovida de conteúdo ideológico, o que indicia que a motivação política para a afirmação da identificação partidária não reside no ideário mas noutras razões.

Mas este gráfico apela para um outro problema: o facto da noção de “ideologia política” ser entendida como recipiente viável para (i) correntes de pensamento, como o construtivismo ou o progressismo, que não são ideologias políticas mas modelos teóricos político-filosóficos que as inspiram ou modelam; (ii) os próprios partidos políticos, nomeadamente o MPLA e o Bloco Democrático; (iii) a tradicional e escorregadia distinção entre esquerda e direita (escorregadia, porquanto é usada, regra geral, como uma dicotomia categórica assente na ideia de fractura entre dois pólos que se opõem, ocultando os conteúdos ideológicos que não coincidem com essa fractura, os conteúdos que integram simultaneamente ideários de ambos os lados); ou (iv) ideias que, *per si*, não constituem uma ideologia política mas valores, como “liberdade”, no limite, “activismo cívico” (que, em rigor, nem sequer apela a um valor ideológico mas a uma acção política), ou “democracia”, expressão que não é exclusiva de uma ideologia em particular mas de determinados modos de acção e práticas políticas, pelo que se trata de uma categoria política que serve como critério de classificação de regimes e não de ideologias.

De resto, é de assinalar que a “democracia”, que aqui aparece como “ideologia política” dominante (em relação às que são indicadas), é referenciada por vários respondentes associada à ideia de pluralismo ou participação. Ou seja, o ideal político preconizado por estes participantes, rotulado como “ideologia política”, insistimos, não é apenas a democracia em abstracto, mas uma democracia pluralista e participativa, ou mesmo “integradora”, nas

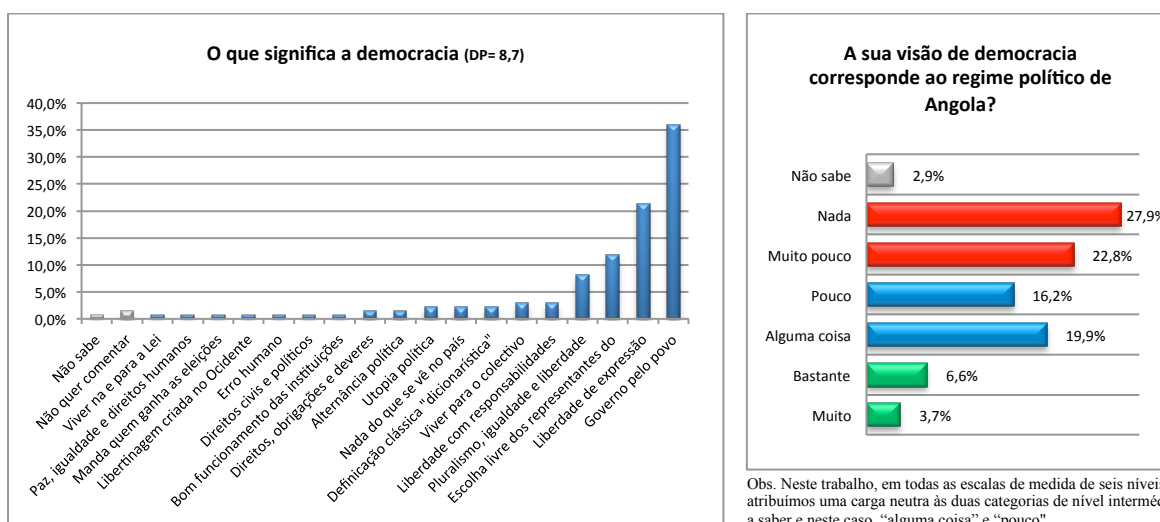
palavras de um inquirido de 31 anos, nascido e residente em Luanda (que a associa, aliás, à figura de Lopo do Nascimento)<sup>144</sup>.

Relativamente aos dados em si, e para além do que foi já formulado, como última nota, é de observar a proximidade com que aparecem no campo das “ideologias políticas”, com os inquiridos se identificam, três ideias, a saber, MPLA (5,9%), esquerda (5,9%) e liberalismo/neoliberalismo (5,1%), que coincidem com a inflexão ideológica material, ainda que portadora de muitas ambiguidades, usada pelo MPLA, enquanto partido-Estado pós-colonial, como estratégia de reprodução do poder para o desenvolvimento do seu sistema de dominação (como discutimos na secção 3.7.).

Mas vejamos mais em detalhe o problema da democracia, e o modo como é entendida pelos inquiridos, aceitando portanto a premissa de que a ideologia política, enquanto categoria, não mostra ser suficiente para informar do pensamento político-ideológico dos indivíduos.

Recorremos aqui à análise do conteúdo de todas as respostas, conteúdo codificado por ideias e quantificado a partir da frequência de incidências das mesmas (de que resulta o primeiro gráfico abaixo)<sup>145</sup>, a que juntamos, a título de referência complementar, a representação gráfica de uma questão associada tabelada.

**Quadro 4.12. Relação entre a noção de democracia e o regime político de Angola**



Obs. Neste trabalho, em todas as escalas de medida de seis níveis, atribuímos uma carga neutra às duas categorias de nível intermédio, a saber e neste caso, “alguma coisa” e “pouco”.

<sup>144</sup> Dirigente histórico do MPLA que abandonou a vida política activa em Janeiro de 2014 (cf. Diário de Notícias, 2014; Portal de Angola, 2015).

<sup>145</sup> Este método é aplicado na análise de todos os indicadores que se seguem, sempre que se assinala o DP (amostral).

Uma breve leitura do primeiro gráfico sugere, desde logo, que o conjunto de ideias que concorre para o que os inquiridos entendem por democracia pouco ou nada difere das leis ditas universais inerentes à noção convencionada pela tradição do pensamento grego. Significa isto que a democracia, enquanto conceito sob apreciação crítica, mesmo que colocado numa perspectiva endógena, isto é, e neste caso concreto, sob a visão de indivíduos angolanos, não informa das especificidades (e dificuldades) da sua aplicabilidade nos contextos africanos, ou seja, não faz qualquer eco do facto de se tratar de um modelo de governação idealizado fora dos espaços africanos que colide, ou pode colidir, com os conteúdos dos imaginários políticos locais que dotam de sentido a acção e os interesses dos múltiplos agentes do campo político ou, em rigor, dos vários “campos políticos” africanos. De resto, e salvo raras excepções – como a que é expressa por um respondente de 27 anos, nascido em Tomboco, na província do Zaire, e residente em Goiânia, no Brasil, para o qual “a democracia não passa de uma manipulação dos políticos, de uma libertinagem criada no Ocidente” – é de anotar que a ideia de democracia é percebida e aceite de forma inquestionável como o modelo “ideal” de governação, o “bom modelo” por oposição aos outros modelos, os “maus”, ou seja, como o ideal universal do exercício de poder.

Contudo, há “virtudes” deste modelo que são mais valorizadas do que outras, e aqui reside o interesse da questão, uma vez que é feita uma sinalização dos aspectos críticos, isto é, das práticas que se afastam do “modelo ideal” e que se apresentam como essenciais no imaginário político dos participantes neste estudo. É certo que grande parte destes aspectos cruza-se entre si, justamente porque ao reproduzirem de um modo geral os conteúdos da noção clássica de carácter “dicionarística” acabam por se imbricar, como sublinhámos, mas ainda assim é possível observar a afirmação de algumas linhas dominantes, das quais importa extrair o que mostra ser dissonante em relação ao referido “modelo ideal” (porquanto, à partida, dota de conteúdo os sentimentos expressos para a questão tabelada acima representada, na qual, aliás, esta dissonância é assumida por 50,7% dos inquiridos).

Nesta perspectiva, avultam pelo menos quatro ideias: (i) governo pelo povo, (ii) liberdade de expressão, (iii) livre escolha dos representantes do povo e (iv) pluralismo, igualdade e liberdade.

Em relação à primeira ideia, vejamos como são sinalizados os problemas ou os “aspectos críticos” de que a mesma é portadora. Trata-se aqui, como explica um respondente de 36 anos, nascido e residente em Luanda, do “governo do povo, pelo povo e para o povo”,

isto é, “governar, servindo em vez de se servir”, acrescenta um inquirido de 59 anos, que nasceu no Huambo e vive no Porto, um “poder do povo, mas povo que saiba ler e escrever”, afirma um outro inquirido de 31 anos, igualmente nascido e residente em Luanda. Em suma, como caracteriza um outro respondente de 35 anos, que também nasceu e vive em Luanda, “o poder é do povo, mas desde que este povo vote em sã consciência sem qualquer manipulação, devido às suas carências de informação ou níveis de escolaridade e outras”.

A liberdade de expressão é outra das ideias mais recorrentes, entendida pelos inquiridos como um dos aspectos que melhor caracteriza o ideal democrático. Nas palavras de uma respondente de 45 anos, que nasceu e vive em Luanda, trata-se da “liberdade de ser, de falar, de viver sem medo de sofrer represálias, liberdade de viver uma vida digna de um ser humano, liberdade de ser livre”. Numa frase, a “liberdade de expressão sem risco de vida”, como afirma uma outra inquirida de 27 anos, também nascida e residente em Luanda, ou a “liberdade de tudo”, segundo um respondente de 40 anos, que nasceu em Canzar, na província de Lunda-Norte, e vive em Luanda. “A liberdade de opinar, contribuir e sugerir mudanças”, como sugere outra inquirida de 31 anos, nascida e residente em Luanda, ou “ter a liberdade de poder dizer o que se pensa e poder votar no partido que se acredita que merece estar no poder”, acrescenta uma outra participante, de 24 anos, que nasceu em Angola e vive no Rio de Janeiro. Em síntese, trata-se de “freedom to defend and exercise your rights as a human and Angolan in all aspects of live within the political and social context”, como observa um respondente de 45 anos, que nasceu em Maquela do Zombo, na província do Uíge, e vive em Londres, opinião secundada por um outro inquirido, de 28 anos, nascido em Milunga, também na província do Uíge, e residente em Luanda: “Democracia é poder dizer não sem temer represálias, é poder sermos todos, mas sem apagar o meu eu. É poder ter os meus e os nossos direitos respeitados, reclamá-los e exigi-los sem ter a cabeça partida. É o Ocidente poder ver pessoas e não somente petróleo. É poder ter esta pesquisa publicada na Televisão Pública de Angola e ao autor não lhe ser negado o visto de entrada no país”.

Em matéria de livre escolha dos representantes do povo e tal como sucede com as duas ideias anteriores, para além da ideia em si, são assinaladas várias implicações. “Significa não só o direito de escolhermos os nossos representantes como também a obrigação destes em nos prestarem contas acerca das suas acções. Significa responsabilização e um esforço conjunto para melhorar as condições de vida dos cidadãos e abertura de espírito para aceitar críticas e opiniões contrárias”, comenta uma respondente de 31 anos, que nasceu e vive em Luanda. “Significa a diversidade de ideologias políticas e a livre escolha por parte das populações

sobre vários aspectos que têm impacto nas suas vidas”, acrescenta um inquirido de 37 anos, igualmente nascido e residente em Luanda, a que se junta um outro, de 72 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa: “Significa a possibilidade de escolhermos quem nos governa, podermos dar a nossa opinião, podermos contar com uma justiça igual para todos, podermos levar a cabo os nossos sonhos”. Trata-se pois da “possibilidade de escolher livremente, o que pressupõe acesso a informação diversificada”, como anota um respondente de 27 anos, nascido e residente em Luanda, em sintonia com um outro participante no estudo, de 57 anos, nascido em Gabela, na província de Kwanza-Sul, e residente em Luanda: “num país saído de uma terrível guerra fratricida, sou levado a concordar com Abraham Lincoln, quando afirmava que a democracia é quando ‘o voto é mais forte que a bala’”.

Quanto à ideia de pluralismo, igualdade e liberdade, ainda que inevitavelmente se cruze a vários níveis com as anteriores, permite também desvelar pontos críticos em algumas outras áreas. “A democracia é o exercício que deve pautar e reflectir na sociedade pluralista e electiva dos representantes do povo. Para isso, é necessário diferença de ideias, pluralismo e liberdade de expressão, direitos que estão consagrados na nossa atípica constituição mas que não se exercem, e eleições periódicas que reflectam a vontade da maioria”, observa um inquirido de 38 anos, nascido e residente em Luanda. “A democracia significa um forte equilíbrio de lutas para conquistar os poderes entre os partidos políticos, igualdade de oportunidades e livre mercado de negócios entre empresários, capacidade e influência do sector não-governamental (media e associações) na monitorização e fiscalização da actuação dos órgãos, e a participação dos cidadãos nas questões públicas”, comenta um respondente de 37 anos, que nasceu na província de Huíla e vive em Luanda. Trata-se pois, como assinala uma inquirida de 39 anos, também nascida e residente em Luanda, da “igualdade de direitos e deveres, liberdade de escolha, participação, opinião e universalidade de direitos fundamentais e sociais em áreas como a educação, saúde e condições de vida no geral”, e também na esfera religiosa, como aduz um outro respondente, de 36 anos, nascido e residente no Lubango, na província de Huíla: “poder da maioria, liberdade de expressão, reunião e de culto religioso, e criação de um Estado de direito”. Em suma, e como afirma um inquirido de 27 anos, natural do Cuito, na província de Bié, e a viver em Luanda, “a democracia é um ensaio para o exercício das liberdades individuais e o desenvolvimento colectivo”.

A todas estas observações é de acrescentar a ideia explícita de (i) descoincidência entre o “modelo ideal” e o modelo adoptado em Angola, subscrita por alguns participantes, que usam expressões como “democracia só no papel” ou “nada do que se vê no país”, bem

como, e por outro lado, (ii) a desvalorização do “modelo ideal” ao ser entendido como uma utopia política, “algo que, na prática, só existe nos livros”, como anota um dos respondentes, de 34 anos, natural e residente em Luanda, “um sonho sistematicamente logrado pela apropriação do poder pelo conjunto de todas as forças do mal que impera no mundo”, para usar as palavras de um outro inquirido de 58 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa.

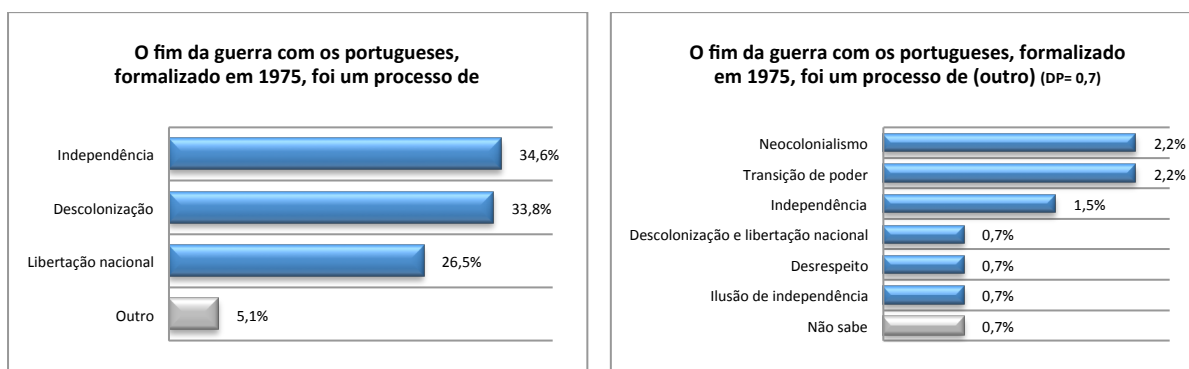
Chegamos assim à percepção de que, no imaginário político dos indivíduos desta amostra, os conteúdos da noção de democracia – ao contrário do que sucede com os conteúdos de alguns outros conceitos idealizados fora dos espaços africanos – não são, regra geral, objecto de uma apropriação que os “africanize” ou os adapte, total ou parcialmente, a especificidades locais ou regionais, ainda que a noção em si – importa distinguir – constitua inegavelmente um valor político cujo controle semântico é disputado pelos vários “agentes” do campo político, africano no geral, ou angolano em particular, como recurso fundamental (no quadro interno e externo) para a legitimação dos sistemas de dominação que exercem ou pretendem impor e exercer.

Esta descoincidência entre a intactilidade dos conteúdos da noção (aceites como “ideais”) e a apropriação selectiva da própria noção em si (como esforço de viabilização, nos espaços africanos, dos modelos de governação ditos democráticos ou que se afirmam formalmente como democráticos) sugere uma incompatibilidade “fundadora” ou “genética” que explica, à partida, as ambiguidades, os constrangimentos e, no limite, a falência do ideal democrático nestes espaços, cuja amplitude pode ser desvelada precisamente através dos factores que se distanciam do “modelo ideal”, informado, insistimos, pela interpretação que lhe é dada (que, como podemos verificar, pouco ou nada difere do modelo convencional).

Observada a utilidade do conceito de democracia enquanto contraponto de análise, é de seguir um terceiro vector que concorre, entre outros, para o posicionamento actual dos indivíduos em relação ao sistema de poder pós-colonial em Angola, designadamente a interpretação que é dada à transição do acontecimento colonial para o acontecimento pós-colonial.



**Quadro 4.13. De como qualificar o fim da guerra colonial**



Obs. Alguns respondentes que assinalaram uma das três opções indicadas usaram igualmente o espaço “outro” para acrescentar outras expressões, pelo que a segunda tabela representa não 5,1% mas 8,8% do total da amostra.

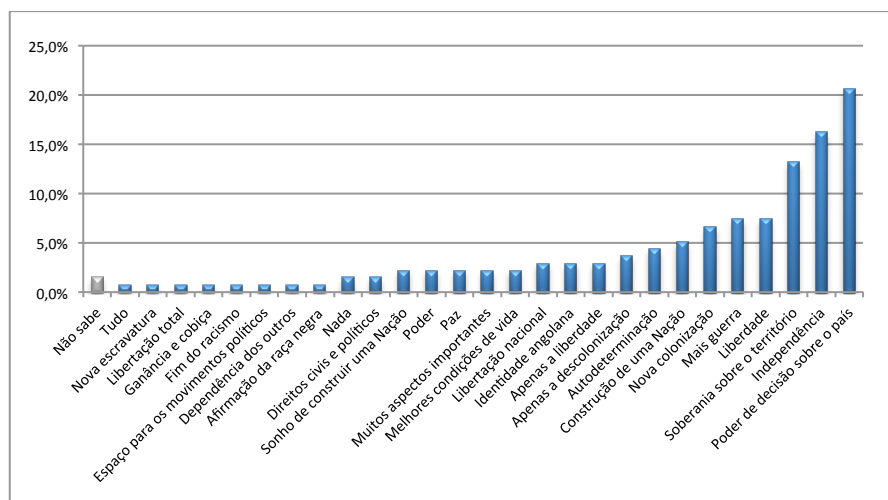
Ao olharmos para as duas tabelas, e contrariamente ao que por vezes é sugerido pela literatura, não parece ser consistente a ideia segundo a qual a utilização de expressões diferentes para designar o processo de autodeterminação de Angola, desencadeado com o fim da guerra colonial, presuma uma diferenciação de pontos de vista, nomeadamente entre o colonizador e o colonizado. Pelo menos, nos dias de hoje e sob a perspectiva dos indivíduos aqui em escrutínio. Se é certo que a historiografia colonial tende a usar a palavra descolonização, em prejuízo de libertação nacional ou mesmo independência, enquanto a historiografia dos três principais movimentos de libertação tende a fazer o oposto, isto é, a evocar a independência ou, mais em particular, a libertação nacional, hoje em dia a diferenciação semântica não passa disso mesmo: de diferentes recursos semânticos para designar a mesma ideia. Aliás, a haver uma distinção essa seria mais pronunciada, pela negativa, na utilização da expressão “libertação nacional”, o que se tornaria paradoxal porquanto se trata aqui da opinião daqueles que se libertaram do colonizador.

Nestes termos, o que é interessante observar é a utilização da pergunta em si (tal como é formulada acima), por parte de alguns dos respondentes, para sinalizar a valoração que dão ao fenómeno, ou seja, para expressar a sua opinião negativa em relação aos “lucros” obtidos com a independência, problemática que observamos mais em detalhe precisamente na questão seguinte. Esse pessimismo surge pela via da opção “outro” e aponta essencialmente para o problema do chamado neocolonialismo operado através de uma “transição de poder”. “Houve apenas um acordo de gestão, uma transição política, mas nunca uma descolonização ou independência”, afirma um inquirido de 26 anos, nascido e residente em Luanda. Com efeito, e nas palavras de um respondente de 28 anos, natural de Milunga, na província do Uíge, a residir em Luanda, “foi uma simples troca de colonizador”. Como conclui uma outra inquirida, de 38 anos, nascida em Maquela do Zombo, na província do Uíge, e residente em Bruxelas,

“foi o fim da colonização e o renascimento do neocolonialismo”, ou seja, “uma ilusão de independência”.

Mas vejamos o problema de forma mais concertada através de uma questão aberta.

**Quadro 4.14. O que conquistaram os angolanos com a independência**



Obs. (DP= 4.9).

De acordo com o gráfico, e não obstante a dispersão de opiniões, avultam essencialmente três ideias com carácter positivo: (i) a conquista do poder de decisão, (ii) a conquista da independência e (iii) a conquista da soberania sobre o território.

Quanto ao poder de decisão, e além da premissa de que os cidadãos de Angola passaram a “decidir o seu destino”, “o rumo da Nação” ou a “traçar a sua própria história” (ainda que um respondente de 59 anos, natural do Huambo e a viver no Porto, sublinhe “em tese”), é de destacar algumas observações como a de uma inquirida de 45 anos, nascida e residente em Luanda, que afirma que “os angolanos conquistaram a liberdade de poder decidir por si mesmos os seus interesses, como legítimos donos da terra e não como escravos”. Trata-se pois de um poder que emerge da ruptura com o poder do colono, como concretiza uma outra respondente, de 31 anos, igualmente natural e residente em Luanda, segundo a qual “foi conquistada a oportunidade de fazer mais do que o colono e dos angolanos se colocarem nos mesmos patamares que as outras sociedades”, isto é, e nas palavras de outro inquirido, de 30 anos, que nasceu e vive em Luanda, “a oportunidade dos angolanos em criar os seus ideais e lutar por aquilo em que cada um acredita”, independentemente das direcções a que esses ideais podem conduzir, como explica um respondente de 54 anos, natural de Gabela, na província de Kwanza-Sul, e residente em Luanda: “os angolanos conquistaram um país seu e a possibilidade de tomarem decisões, sejam elas boas ou más, democráticas ou não”.

Em matéria de independência, e apesar da unanimidade quanto à sua importância, entendida como uma forma de emancipação em relação à “opressão e ao jugo dos portugueses”, como caracteriza um inquirido de 30 anos, nascido e residente em Luanda, vários participantes não escondem algum desapontamento. “Conquistámos a independência, mas nessa conquista pela independência sufocámos as liberdades”, anota um respondente de 25 anos, também natural e residente em Luanda, que é replicado por um outro, de 40 anos, nascido na província de Cunene e residente no Lubango, em Huíla: “conquistámos a independência, mas depois conquistámos a guerra e a pobreza”.

Às duas ideias anteriores, acresce a da conquista da soberania sobre o território, que se torna a mais paradigmática, porque além de ser aceite de forma unânime como um valor fundamental é usada também para interpelar o problema da guerra civil e algumas divergências nele incrustadas. Com efeito, a soberania implica a ideia de “voltar a ser dono da terra”, como observa um inquirido de 38 anos, que nasceu e vive em Luanda, “a hegemonia perdida”, segundo um outro inquirido de 32 anos, nascido em Luanda e a viver em Lisboa, ou “a consolidação da consciência das fronteiras nacionais e da geografia de um povo”, nas palavras de uma respondente de 50 anos, também nascida e residente em Luanda, ou ainda “a emancipação política, a conquista e manutenção da soberania nacional, da identidade e do reconhecimento da qualidade de cidadãos sem discriminação de cor, raça, sexo ou etnia”, como acrescenta uma outra inquirida de 37 anos, natural e residente em Luanda. Contudo, a conquista da soberania teve um preço. “Conquistámos a soberania de sermos uma nação. Mas o processo em si devia ter sido muito melhor. Tanto Portugal como o partido que assumiu o poder depois da independência têm muita culpa nos destinos que o país tomou depois daí”, comenta um respondente de 28 anos, que nasceu em Milunga, no Uíge, e vive em Luanda. “Penso que a grande conquista dos angolanos foi essencialmente a soberania sobre o solo pátrio e a possibilidade de *per si* decidirem o seu futuro, sem ingerências externas, mas também houve consequências da má gestão desse processo de transição, que acabou por levar a uma guerra civil fratricida que ceifou muitos bons filhos desta pátria”, conclui um participante de 35 anos, nascido e residente em Luanda.

A “libertação nacional” transformou-se assim num “conflito”, para usar as expressões de uma inquirida de 53 anos, que nasceu e vive em Luanda, ou seja, em “mais guerra”, como subscrevem vários outros respondentes. “Conquistámos a continuidade da opressão, desta vez com uma outra faceta pois, e como é sabido, Angola tinha três movimentos de libertação e era lógico que, com a descolonização, dois movimentos ficariam à deriva e atendendo ao facto de

os três movimentos ostentarem forças armadas, era também lógico que a guerra seria inevitável. O processo foi feito de forma tendenciosa”, afirma um outro inquirido, de 30 anos, igualmente nascido e residente em Luanda. “Devido à forma como Portugal abandonou Angola mas também ao egoísmo entre irmãos”, acrescenta um respondente de 26 anos, que nasceu em Luanda e vive em Cabinda.

Em síntese, e interpretando no geral o balanço feito pelos participantes sobre a transição do acontecimento colonial para o acontecimento pós-colonial, ainda que os “lucros” da independência não ocultem o problema da guerra civil (como uma das consequências mais penosas do fim da guerra colonial), é manifesta a valorização positiva do fenómeno no sentido de que a liberdade, ou a libertação do “jugo colonial”, é uma conquista fundamental, uma condição que está acima de qualquer outra. Significa isto que, neste plano, o objecto essencial do discurso é a dinâmica de ruptura entre o colonizado e o colonizador, que se basta a si própria, ou seja, que tende a ignorar tudo aquilo que é informado a partir do problema da democracia. Esta “ocultação”, à distância, isto é, expressa 13 anos depois do fim da guerra civil, sublinhamos, sugere um duplo discurso, compartimentado, no imaginário político dos indivíduos, porquanto o acontecimento pós-colonial é observado a dois tempos ou sob dois enfoques que tendencialmente se omitem um ao outro: a independência enquanto conquista em relação ao poder colonial e a independência enquanto força motriz para um sistema de dominação que se distancia do “ideal” conquistado.

O interesse da percepção desta diferença reside no facto de que indagar da independência não presume inferir das suas consequências, uma vez que o valor “liberdade” assume-as desde logo, desvalorizando-as. Neste sentido, o discurso que tem como referência o valor “liberdade” pode ser incompatível com o discurso que tem como referência o valor “democracia” ou, em rigor, “ideal democrático”, porquanto a “liberdade” é portadora de duas historicidades diferentes, a descolonização e o acontecimento pós-colonial, pelo que importa distinguir ou identificar não só o referencial de cada narrativa de poder mas também a historicidade desse mesmo referencial. Trata-se pois de uma subtilidade com implicações metodológicas e conceptuais que leva a questionar, no limite, a bondade operativa em cruzar as noções de liberdade e democracia nos contextos africanos.

Chegamos assim, em suma, a um conjunto de ideias que importa sistematizar:

(i) a ideologia política, enquanto categoria de análise, tende a não informar do pensamento político-ideológico dos indivíduos, isto é, tende a não ser entendida como uma

categoria de expressão do pensamento político-ideológico, até porque é encarada como recipiente viável para diversos conteúdos incompatíveis entre si;

(ii) o conjunto de ideias que concorre para o que os inquiridos entendem por democracia pouco ou nada difere das leis ditas universais inerentes à noção convencionalizada pela tradição do pensamento grego;

(iii) a ideia de democracia é percebida e aceite de forma inquestionável como o modelo “ideal” de governação, o “bom modelo” por oposição aos outros modelos, os “maus”, ou seja, como o ideal universal do exercício de poder, pelo que pode ser usada como contraponto de análise em relação àquilo que se distancia do “ideal”, desvelando o que, para os respondentes, é criticável no modelo de governação de Angola;

(iv) o acontecimento pós-colonial é, regra geral, observado sob dois enfoques compartimentados que tendencialmente se omitem um ao outro: a independência enquanto conquista em relação ao poder colonial e a independência enquanto força motriz para um sistema de dominação que se distancia do “ideal” conquistado;

(v) o valor “liberdade” é portador de duas historicidades diferentes, a descolonização e o acontecimento pós-colonial, pelo que importa identificar não só o referencial de cada narrativa de poder mas também a historicidade desse mesmo referencial.

#### **4.4. Das autoridades tradicionais na sociedade pós-colonial**

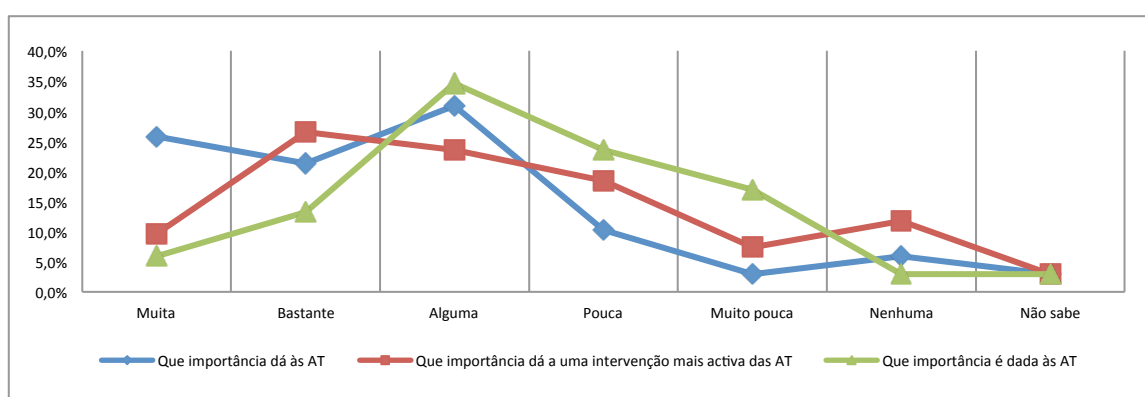
Percorridas as principais linhas das narrativas de identidade do nosso “estudo de caso” nas suas diversas dimensões, incluindo a espiritual e a política, avançamos para as narrativas relacionadas com a organização política de Angola, a vários níveis, começando por convocar os sobas, ou as chamadas autoridades tradicionais, às quais recorreremos logo no início da parte II deste estudo para fazer um exercício de análise sobre as ambiguidades e contradições de que muitas ideias e conceitos são portadores.

Observada portanto essa subtileza diferenciadora quanto à utilização dos termos “sobas” e “autoridades tradicionais” – associada, como vimos, às diferentes historicidades ou sistemas de codificação destas duas expressões (pelo que, em rigor, não designam o mesmo) – e aceitando a margem de erro que dela decorre, passamos a adoptar as várias terminologias de modo discricionário, conforme as necessidades de texto, para indagar do papel destes chefes

locais na sociedade angolana nos dias de hoje e da avaliação da sua acção, na perspectiva dos respondentes.

Começamos pela importância que lhes é atribuída, contrapondo (i) a ideia genérica da figura de autoridades tradicionais à (ii) associação entre a ideia e uma acção específica, ou seja, dotada de um sentido, neste caso a uma maior intervenção destes chefes na vida pública, a que acresce uma terceira linha, designadamente (iii) a percepção dos “outros”, isto é, a percepção que cada inquirido tem em relação ao que pensam os demais, ao que pensam os angolanos no geral sobre a mesma ideia.

**Quadro 4.15. Importância das autoridades tradicionais**



Obs. Como referimos, em todas as escalas de medida de seis níveis, aplicamos a regra de “neutralidade” às duas categorias de nível intermédio, a saber e neste caso, “alguma” e “pouca”.

Numa primeira leitura, e grosso modo, há uma aparente tendência de convergência entre as três linhas (excepto no primeiro nível positivo em que há uma descoincidência pronunciada a reter), o que sugere que a importância dos sobas para os respondentes não se altera substancialmente em função de outras variáveis, e sublinha, aliás, o próprio conteúdo da mesma, que aponta para um elevado nível de indiferença ou “neutralidade” em relação a esta figura estruturante da sociedade angolana. Este alheamento é expresso por cerca de metade da amostra, independentemente de se tratar da importância dada pelos inquiridos à ideia genérica de chefes tradicionais (44,1% remete-se para níveis de carga neutra, “alguma” ou “pouca”, ou “não sabe”), à ideia associada a uma acção (44,8%) ou à ideia do que pensam os demais (61%).

Ainda assim, e por outro lado, é de observar que a carga positiva é tendencialmente superior à carga negativa<sup>146</sup>, o que significa que, apesar da considerável indiferença com que

<sup>146</sup> Em rigor, 47,1% vs. 8,8%, no caso da importância dada às autoridades tradicionais enquanto ideia geral; 36,1% vs. 19,2%, no caso da importância dada a uma intervenção mais activa dos sobas na vida pública; e 19,1% vs. 19,9%, o que constitui a excepção, no caso da importância que os respondentes consideram que é dada pelos

são olhados, os chefes tradicionais mobilizam mais atenções positivas do que negativas, pelo que importa explicitar o conteúdo da valorização dada, incluindo a que tem carga neutra (porquanto não obsta, como veremos, a uma apreciação qualitativa), ou seja, importa indagar dos aspectos positivos e dos aspectos negativos que os respondentes atribuem à acção das autoridades tradicionais.

Mas antes disso, deixamos duas notas que nos parecem relevantes:

(i) Em primeiro lugar, é de observar a ligeira descoincidência, na percepção dos inquiridos, entre a *importância da acção* dos chefes tradicionais (assinalada a azul) e a *importância que é dada à acção* dos chefes tradicionais (indicada a verde), o que implica, insistimos, que aquilo que é válido para o “eu”, “aquilo que eu penso”, não coincide com os “outros”, com “aquilo que eu julgo que os outros pensam”. Com efeito, se correlacionarmos as duas variáveis, verifica-se que os que consideram que as autoridades tradicionais são bastante ou muito importantes tendem a afirmar que os demais, os outros no geral, não dão essa importância. Entre estes, que representam 47,1% da amostra<sup>147</sup>, apenas 25% consideram que o que pensam coincide com o que outros pensam, ou seja, a grande maioria daqueles que defendem a importância dos chefes tradicionais considera que os outros são indiferentes (54,7%) ou não dão qualquer valor a esta figura tradicional da organização política de Angola (20,3%);

(ii) Em segundo lugar, é possível verificar igualmente que o papel atribuído às autoridades tradicionais na sociedade angolana é tendencialmente mais valorizado se for entendido apenas de forma genérica, isto é, como uma figura “distante” da realidade (como dá conta a linha azul representada no gráfico) – em que a carga positiva mobiliza os referidos 47,1% de respondentes – do que se for dotado de um sentido prático, próximo de uma realidade específica, neste caso, como uma intervenção mais activa na vida pública (representada na linha vermelha do mesmo gráfico) em que a carga positiva desce para 36,1%<sup>148</sup>, o que explica ou traduz a descoincidência detectada no primeiro nível positivo e retira valor prático à primeira leitura. Por outras palavras, esta descoincidência relativiza o

---

angolanos no geral às autoridades tradicionais, o que reflecte que aquilo que é válido para o inquirido não é válido para os seus pares. Dito de outra forma, na percepção dos respondentes, a valorização que dão a essa “intervenção mais activa” dos chefes tradicionais não corresponde à que é feita pelos demais, sendo que os “outros”, os angolanos no geral, dão menos importância do que “eu”, o inquirido.

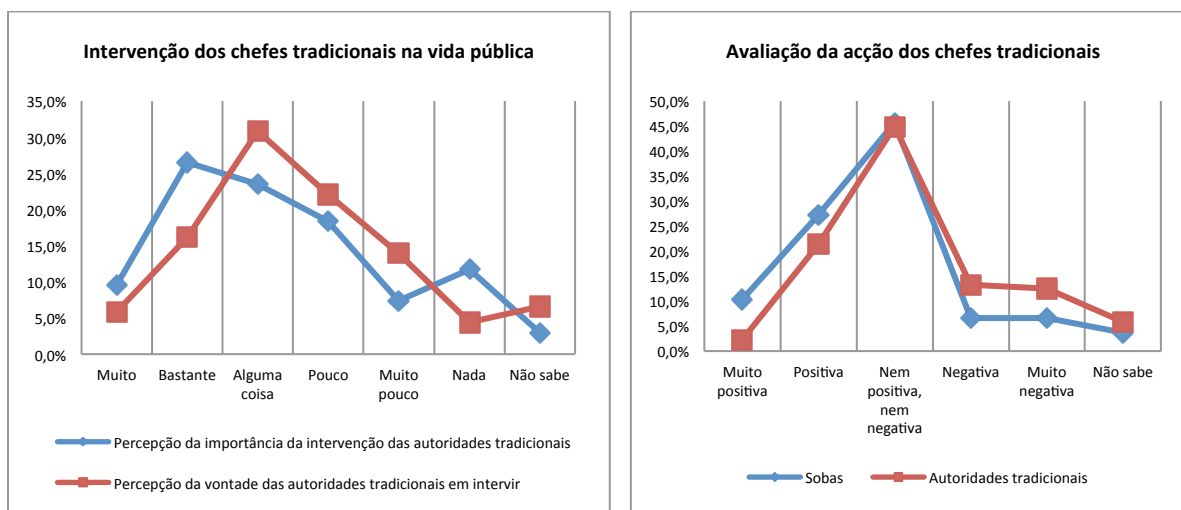
<sup>147</sup> Soma das percentagens de inquiridos que assinalam como “bastante” ou “muita” a *importância que dão* aos chefes tradicionais.

<sup>148</sup> Soma das percentagens de inquiridos que assinalam como “bastante” ou “muita” a *importância que dão a uma intervenção mais activa na vida pública* por parte dos chefes tradicionais.

primeiro impulso de valorização da importância dos chefes tradicionais, o que, aliás, confere maior estabilidade ao referido elevado nível de indiferença ou “neutralidade” com que os mesmos são encarados pelos participantes neste estudo.

A partir desta primeira abordagem, em contexto geral, passamos pois da percepção da importância para a avaliação concreta da acção das autoridades tradicionais, introduzindo uma outra questão complementar, designadamente a relação, na perspectiva dos respondentes, entre a *importância da intervenção* dos sobas na vida pública e a *vontade de agir* por parte dos mesmos, como referências de entrada para a análise específica dos aspectos positivos e dos aspectos negativos atribuídos à acção destes chefes.

**Quadro 4.16. Percepção e avaliação da acção das autoridades tradicionais**



Em matéria de intervenção das autoridades tradicionais na vida pública, e ainda que haja de novo uma tendência de convergência tendencialmente dominada pela indiferença<sup>149</sup>, a leitura do primeiro gráfico apela para a evidência de que a percepção da importância é superior à percepção da vontade: 36% dos inquiridos atribui uma nota positiva à importância dessa acção, mas só 22,1% acredita que haja vontade por parte das autoridades tradicionais em intervir mais na esfera pública. De resto, mesmo para os 36% dos respondentes que considera o assunto relevante, o optimismo quanto à vontade ou disponibilidade dos sobas para o efeito é baixo: apenas 26,5% (ou 9,6% do total da amostra) mostra estar confiante no

<sup>149</sup> Os níveis de indiferença coincidem de um modo geral com os níveis registados nas questões anteriores, isto é, mobilizando cerca de metade de amostra: em rigor, 41,9% dos respondentes mostra o seu distanciamento em relação à importância de uma maior intervenção das autoridades tradicionais na vida pública; 52,9% mostra o mesmo em relação à vontade ou disponibilidade que consideram que haver junto das mesmas para essa intervenção.



interesse dos chefes tradicionais em contribuir para a resolução dos problemas em Angola; dos restantes, 49% desconfia e 24,5% não acredita em definitivo.

O interesse desta relação reside na possibilidade de desvelar, de novo, a necessidade de relativização do primeiro impulso da valorização dada pelos inquiridos a esta figura de poder, porquanto tende a decrescer sempre que a ideia genérica, *per si*, é relacionada com algo concreto. Além de que obriga a explicitar o sentido da noção de “intervenção”, porque considerar que há ou não há vontade em agir não informa da motivação dessa acção (algo que é particularmente paradigmático no caso das autoridades tradicionais em contexto pós-colonial, no quadro da relação “patrão-cliente” e das funções de intermediação entre as áreas ditas urbanas e as ditas rurais, como discutimos no capítulo II, sobretudo na secção 2.5., questões que os próprios respondentes recuperam, como veremos a seguir).

De resto, a valoração em si, em termos absolutos, isto é, a valoração expressa pelos inquiridos aponta para uma secundarização das autoridades tradicionais, que são olhadas tendencialmente com indiferença ou como pouco relevantes para a vida da sociedade angolana, ainda que continuem a ser parte constitutiva da identidade dos indivíduos (como, aliás, é possível sinalizar através dos vários indicadores em escrutínio, incluindo a referida diferenciação produzida pelo uso da expressão “sobas” e da expressão “autoridades tradicionais”, representada no segundo gráfico a propósito da avaliação da acção destes chefes).

É que não só a avaliação da acção dos chefes tradicionais é tendencialmente negativa (ao ser absorvida pela indiferença dos respondentes, o que é problemático neste caso, porquanto a indiferença não favorece a importância da acção das autoridades tradicionais)<sup>150</sup> como a figura em si não inspira uma confiança considerável, como poderemos ver através de dois outros indicadores (nomeadamente os níveis de confiança e os níveis de capacidade para a resolução dos problemas da população atribuídos às várias entidades e instituições angolanas, que resultam em listagens ordenadas nas quais as autoridades tradicionais

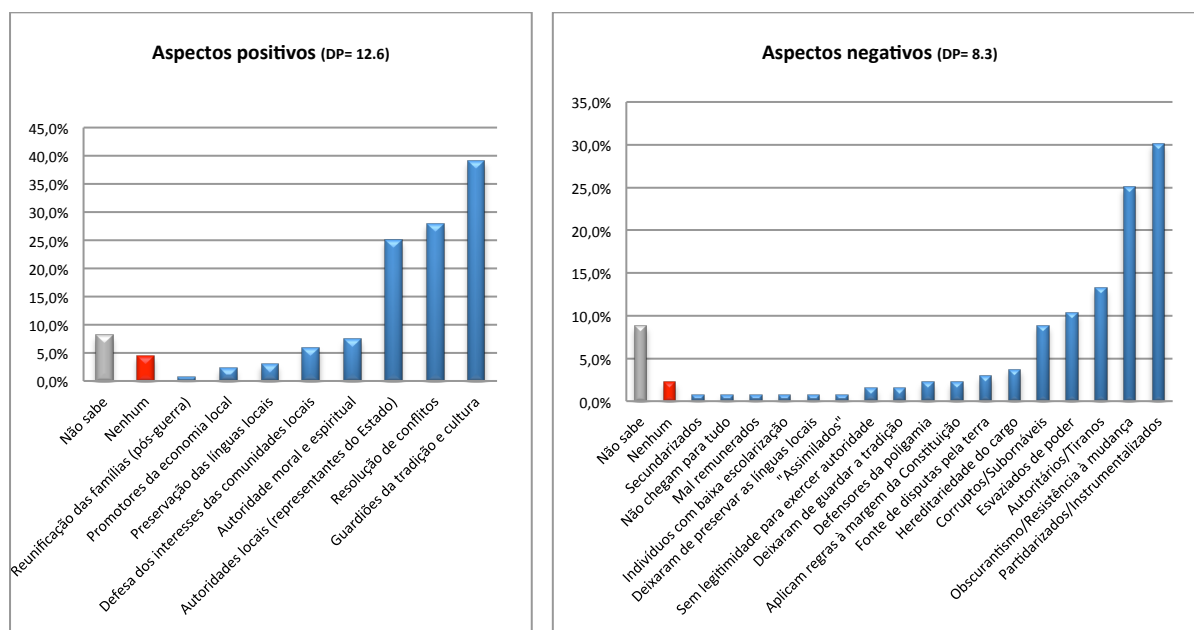
---

<sup>150</sup> A avaliação positiva mobiliza apenas 37,5% dos inquiridos e só se questionados sobre a acção dos sobas. Porque ao mudarmos de expressão e referirmo-nos explicitamente a autoridades tradicionais, a avaliação positiva cai para 23,5%. Esta tendência agrava-se pela negativa dando consistência à diferenciação inerente às duas expressões: enquanto sobas, são avaliados negativamente por 13,2% dos respondentes; enquanto autoridades tradicionais, a avaliação negativa duplica, designadamente para 25,7%. Esta diferenciação, como temos vindo a sublinhar ao longo deste trabalho, demonstra que “sobas” e “autoridades tradicionais” designam ideias que não coincidem necessariamente e tendem a incorporar visões diferentes, só inteligíveis à luz da associação entre a expressão e aquilo a que, para cada indivíduo, se refere positiva e negativamente.

aparecem em posições intermédias atrás de figuras como, por exemplo, autarcas municipais e organizações não governamentais).

Mas vejamos por fim, e em detalhe, os aspectos positivos e os aspectos negativos da acção dos chefes tradicionais assinalados pelos participantes neste estudo.

**Quadro 4.17. Aspectos positivos e negativos da acção das autoridades tradicionais**



De um modo geral, os inquiridos que se pronunciam sobre o assunto referem tanto aspectos positivos como negativos, a que acresce inclusive a opinião de alguns daqueles que optam pelo “não sabe” na avaliação das variáveis anteriores.

Pelo lado positivo, avultam essencialmente três ideias dominantes: (i) a preservação da tradição e da cultura, (ii) a mediação para a resolução de conflitos locais e (iii) a figura de representação do Estado nas zonas rurais.

Em relação à primeira ideia, um respondente de 36 anos, que nasceu e reside em Luanda, coloca a questão nestes termos: as autoridades tradicionais são “líderes comunitários, que orientam, informam e educam as comunidades locais (em nome da) preservação das normas, tradições e do respeito pela cultura”. Como diz um outro inquirido, de 54 anos, nascido em Gabela, na província de Kwanza-Sul, e residente em Luanda, estes chefes locais “são um elo agregador das comunidades”, que “utilizam a sabedoria africana”, como acrescenta uma respondente de 58 anos, que nasceu no Lubango, na província de Huíla, e vive em Luanda. Trata-se pois de uma figura de poder local que, nas palavras de um outro

inquirido, de 45 anos, que nasceu e reside em Luanda, assegura “a manutenção da tradição histórico-étnica”, mas também o respeito pela terra, a transmissão da história oral, das origens, ou seja, a preservação da identidade e dos rituais, “o conhecimento dos antepassados transmitido de geração em geração”, sublinha um respondente de 26 anos, nascido no Huambo e residente em Luanda, valores que concorrem para aquilo que um outro inquirido, de 35 anos, que nasceu e vive em Luanda, descreve como “uma reserva moral da sociedade rural e o baluarte da cultura e dos valores tradicionais positivos”.

No que diz respeito à resolução de conflitos, enquanto função dos chefes tradicionais valorizada pelos participantes neste estudo, é referida sobretudo a ideia de justiça, ou aplicação da mesma de acordo com um sistema normativo tradicional, ou seja, com o direito costumeiro, que abarca várias dimensões da actividade das populações locais sob “jurisdição” destas “autoridades”, o equivalente nas zonas ditas rurais aos juizes nas zonas ditas urbanas. Como explica um respondente de 40 anos, que nasceu na província do Cunene e reside no Lubango, em Huíla, “as autoridades tradicionais têm o papel de velar pelos direitos costumeiros nas regiões rurais. Estes direitos têm a ver com a resolução de conflitos sociais (laborais e residenciais) e também com a sensibilização, mobilização e divulgação de todas as normas de prevenção e tratamento de problemas”. Neste rol é de incluir, como sugere um outro inquirido de 46 anos, também nascido em Cunene, no município de Ombadja, e igualmente residente no Lubango, a “resolução de conflitos conjugais, de questões ligadas a feitiçaria, bem como a resolução de conflitos de terra”. Trata-se, em suma, “da resolução de conflitos em regiões aonde a estrutura de Estado não chega”, como observa um respondente de 27 anos, nascido e residente em Luanda, com a vantagem das autoridades tradicionais, acrescenta um outro inquirido de 25 anos, também nascido e residente em Luanda, darem “prioridade ao diálogo” e terem “maior percepção dos problemas porque acompanham a par e passo os membros da sua sociedade”. Numa frase, e nas palavras de um respondente de 28 anos, igualmente nascido e residente em Luanda, “chiefs take the front role in all aspects of local governance, such as ensuring law and order, mobilization of the people, socio-economic development and legislation”.

A terceira ideia dominante, como aspecto positivo da acção das autoridades tradicionais, refere-se à função de representação do Estado, o que dota o princípio da resolução de conflitos de um carácter mais “institucional” ou “moderno”, no sentido de que não se trata de observar o que é “tradicional”, o acervo histórico das comunidades locais, mas de seguir as orientações do poder central e servir de elo de ligação entre o Estado e as

populações. Nas palavras de uma inquirida de 55 anos, que nasceu e vive em Luanda, os chefes tradicionais “colaboram com o Executivo no sentido de criar melhores condições de vida aos cidadãos”. Nesta perspectiva, como diz um respondente de 24 anos, nascido em Kwanza-Sul e residente em Luanda, as autoridades tradicionais “recebem a informação por parte dos órgãos e informam a população sobre o andamento do país através de métodos e orientações vindas das autarquias”, pelo que, acrescenta um outro inquirido de 36 anos, nascido e residente no Lubango, na província de Huíla, “servem de elo de ligação entre as autoridades administrativas e a população sob a sua jurisdição”. Alguns participantes consideram que os chefes tradicionais substituem as autarquias locais ou que representam a autoridade governamental e, no limite, o próprio chefe de Estado. “Os sobas são tidos como a autoridade máxima nas zonas rurais e fazem a vez do presidente da República”, afirma um respondente de 25 anos, que nasceu e vive em Luanda.

Entre os inquiridos, surge também a ideia – ainda que com menor expressividade no conjunto da amostra – de que as autoridades tradicionais são igualmente “mediadores espirituais” no sentido moral, isto é, “guardiões da moral”, pelo que merecem respeito pela influência positiva que exercem sobre o carácter dos indivíduos. Apresentam-se, pois, dotados de um poder simbólico associado a uma autoridade moral inquestionável. “São altamente respeitados e ouvidos pela região em que se encontram, movimentam o seu povo e basta que o soba diga alguma coisa, sendo verdadeira ou não, que o povo acredita”, comenta um respondente de 27 anos, nascido e residente em Luanda.

Acrescem ainda, como aspectos positivos, o domínio e preservação das línguas nacionais e a defesa dos interesses das populações locais (expressões que, apesar se cruzarem com ideias anteriores, separámos aqui em razão de serem repetidas de forma genérica, sem qualquer outra explicitação, por vários inquiridos), e por fim, duas ideias isoladas: “os sobas, não raras vezes, são dinamizadores da economia das zonas em que estão instalados”, aponta um respondente de 25 anos, que nasceu e vive em Luanda; “e dão um apoio muito importante às equipas de trabalho para a reunificação familiar após o conflito armado”, conclui uma inquirida de 45 anos, igualmente nascida e residente em Luanda.

Pelo lado negativo, isto é, entre os vários aspectos negativos que são creditados na acção das autoridades tradicionais, é de sublinhar duas ideias dominantes: (i) a associação íntima entre estes chefes locais e o partido-Estado, que resulta em práticas de corrupção e instrumentalização tanto dos sobas como das populações sobre as quais exercem influência, e

(ii) o que designaríamos por lei do obscurantismo, de natureza feiticista, invocada em nome da tradição, que obsta ao progresso e ao desenvolvimento material e espiritual dos indivíduos.

Vejamos como a primeira questão é sinalizada por um inquirido de 30 anos, que nasceu e vive em Luanda: “Os sobas ostentavam um poder que, do ponto de vista do direito costumeiro, era crucial para a união das sociedades rurais. Esse poder fazia-se afirmar pela legitimidade na escolha e respeito ganho pelos sobas no seio da comunidade. Actualmente, e em função da politização/partidarização das instituições, os sobas passaram de autoridades tradicionais para simples activistas políticos que, em vez de pregarem, como sempre foi, a concórdia e a união no seio da comunidade, desenvolvem um conjunto de acções que, do ponto de vista da sua essência, os descredibiliza e os torna no que são hoje: indivíduos comuns a lutar para a supressão de necessidades comuns. Na aldeia de hoje, o soba veste uma cor partidária. Só isso diz tudo”. Com efeito, a instrumentalização política dos chefes tradicionais que, “a troco de benesses materiais”, como caracteriza um respondente de 40 anos, nascido na província do Uíge e residente em Luanda, se colocam ao serviço de interesses político-partidários é o aspecto negativo mais evocado pelos participantes neste estudo. “A fragilidade financeira das autoridades tradicionais torna-as vulneráveis à cooptação político-partidária”, afirma um inquirido de 35 anos, nascido e residente em Lobito, na província de Benguela. “Os políticos aproveitam-se destas individualidades; instrumentalizam-nas e retiram-lhes todo o protagonismo do exercício dos seus reais papéis e responsabilidades”, acrescenta um respondente de 29 anos, que nasceu no Huambo e vive em Luanda. “Servem de instrumento político-partidário e influenciam o voto dos autóctones, devido ao baixo nível de escolaridade a até da infoexclusão a que as populações do interior estão votadas”, concretiza um outro inquirido de 35 anos, nascido e residente em Luanda. De resto, para vários participantes, esta proximidade envolve um poder específico. “As autoridades tradicionais fazem campanha pelo MPLA obrigando os seus munícipes a votarem no partido. Saem de casa com indicações prévias e quem não as cumprir é conotado como homem da UNITA ou como alguém que quer trazer a guerra de volta”, diz um respondente de 21 anos, nascido e residente em Luanda. “Os sobas são como marionetas do MPLA e são usados apenas para enganar e ludibriar o povo angolano”, declara um outro inquirido, de 36 anos, igualmente nascido e residente em Luanda. “São controlados, forçados e manipulados pelo MPLA que lhes rouba o poder e a sua actuação imparcial. Os sobas são assalariados em troca de subserviência ao MPLA e às suas nefastas políticas de controlo e alienação”, acrescenta mais um respondente, de 28 anos, que nasceu em Milunga, na província do Uíge, e

vive em Luanda. “Por estarem condicionados politicamente, as acções dos sobas há muito que saíram do costumeiro para uma acção totalmente dependente do poder político”, sentencia um outro inquirido, de 37 anos, também nascido e residente em Luanda.

Em relação à segunda ideia dominante, são várias as referências à feitiçaria e às superstições como instrumentos de domesticação e recurso de legitimação da autoridade dos chefes tradicionais num contexto de mudança, em relação ao qual os sobas, na perspectiva dos respondentes, mostram ser avessos. “São tomadas muitas decisões apoiadas em aspectos sobrenaturais (feitiços, etc). Por vezes, funcionam como elementos de exclusão de outras culturas, o que mostra que as autoridades tradicionais não estão aptas para as novas exigências da governação”, observa um inquirido de 27 anos, que nasceu e vive em Luanda. Uma respondente de 45 anos, igualmente nascida e residente em Luanda, fala no “incentivo a práticas de feitiçaria” coincidindo com a opinião de um outro participante, de 56 anos, nascido em Bembe, na província do Uíge, e residente em Luanda, para o qual há uma “conservação de práticas não compatíveis com a vida actual”. Para um outro inquirido, de 28 anos, também nascido e residente em Luanda, “they support many practices that are actually detrimental to progress, for example certain superstitious customs”. Na mesma linha, mas introduzindo dois novos aspectos, um respondente de 40 anos, que nasceu na província do Cunene e vive no Lubango, em Huíla, considera que “estas autoridades, em muitos casos pelo seu fraco nível académico, desviam as regras sociais estipuladas por Lei, como o direito à educação, e ignorando a medicina moderna”. O baixo nível de escolarização dos sobas associado ao estatuto de senioridade é outro problema aduzido por um inquirido de 26 anos, que nasceu no Huambo e vive em Lisboa: “há pouco conhecimento científico e uma crença de valorização muito acentuada da posição do mais velho. Ou seja, o saber do mais velho tem mais importância que o saber empírico”. A estas opiniões, juntam-se várias expressões que caracterizam a problemática da chamada lei do obscurantismo que domina a acção dos chefes tradicionais: dogmas, crenças absurdas, mitos, resistência à mudança, machismo e, por consequência, discriminação das mulheres.

O autoritarismo ou os comportamentos déspotas aparecem também associados à acção dos chefes tradicionais, na perspectiva de diversos participantes neste estudo, que se referem a casos de abuso de autoridade, caciquismo e reprodução do modelo autocrata do poder central. “Por concentrarem muitos poderes, os sobas agem por vezes como tiranos. São guiados pelas aclamações dos povos e não exercem aquilo que é a justiça que todo o homem anseia. Mortes sem julgamentos e sem justa causa são exercidas muitas vezes pelos sobas”, assinala um

respondente de 25 anos, nascido e residente em Luanda. “Muitos sobas acreditam que são um deus no seio da comunidade”, acrescenta uma inquirida de 36 anos, nascida no Cuito, na província de Bié, e residente em Luanda, que é secundada por um outro respondente de 36 anos, nascido e residente no Lubango, em Huíla: “em certos casos, usurpam até os bens da população circundante”. Em suma, e como anota um inquirido de 60 anos, também nascido e residente no Lubango, “há uso e abuso de posições não confirmadas pela tradição, uma confusão entre memória e história e o uso discricionário do poder”.

Acresce uma outra perspectiva, em sentido diferente, que aponta para um crescente esvaziamento de poderes destes chefes tradicionais. “Não há políticas sérias que definam os seus poderes e a sua importância, que devia ser encarada de outra forma, já que têm uma relação muito mais complexa e ambivalente com as populações locais”, anota uma respondente de 59 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa. Nesta linha, um inquirido de 56 anos, que nasceu no Lobito, em Benguela, e também vive em Lisboa, observa que “o poder central tenta condicionar e marginalizar as autoridades tradicionais”, pelo que, acrescenta um respondente de 28 anos, igualmente nascido em Luanda e a residir em Portugal, “sem meios para proteger e divulgar a nossa tradição, os sobas não se fazem valer nem respeitar; e não são levados a sério”. Pouco impacto, pouca influência, visibilidade quase nula são algumas das expressões usadas para caracterizar o papel dos chefes tradicionais na sociedade angolana dos dias de hoje, o que se reflecte por exemplo na “falta de participação activa (dos sobas) nas políticas públicas do país”, como sublinha uma inquirida de 32 anos, nascida e residente em Luanda, ou na sua “falta de envolvimento e participação no plano educacional e académico”, aduz uma outra respondente de 31 anos, igualmente nascida e residente em Luanda.

Associada à relação íntima entre as autoridades tradicionais e o partido-Estado, a corrupção destes chefes é outra faceta para a qual convergem vários participantes no nosso estudo, que acusam a fragilidade desta figura do poder local. “Os sobas são muito limitados. Sabem sobre a verdadeira história, mas ficam atrás do pano. São manipulados com facilidade, com motorizadas, enxadas, bicicletas e outros meios não duráveis”, refere um inquirido de 24 anos, que nasceu na província de Kwanza-Sul e vive em Luanda. “Tudo é feito à base do maldito dinheiro. Querem agradar um chefe ditador com base numas esmoladas manchadas de muito sangue”, acrescenta um outro respondente, de 42 anos, nascido em Luanda e residente em Salamanca.

Acrescem outros aspectos como (i) a hereditariedade do cargo, “por linhagem e não pela escolha da população”, sublinha um inquirido de 27 anos, que nasceu e vive em Luanda; (ii) a problemática da posse ou acesso à terra, observada tanto pela perspectiva da usurpação de poderes em benefício próprio como pela da negligência do poder central que transforma as autoridades tradicionais numa “source of land disputes”, explica um respondente de 28 anos, nascido e residente em Luanda, para o qual “in the areas where there are land disputes, traditional authorities suffer neglect from the Government and they are not receiving fast economic development”; (iii) a violação de princípios constitucionais e de outras leis, consubstanciada, por exemplo, em julgamentos cuja força jurídica não coincide com o ordenamento normativo do país ou na aplicação de determinados impostos e coimas; ou (iv) a poligamia, “que eles praticam e promovem, o que também os faz ser mais frágeis, no sentido de que não têm moral para orientar os membros das suas comunidades, contribuindo desta feita a favor do fenómeno”, como assinala um inquirido de 29 anos, nascido no Huambo e residente em Luanda.

Chegamos assim, e em síntese, à possibilidade de demonstrar que, em matéria de autoridades tradicionais:

(i) a narrativa dominante na nossa amostra aponta para uma secundarização desta figura de poder local, olhada tendencialmente com indiferença ou como pouco relevante para a vida da sociedade angolana, ainda que continue a ser parte constitutiva da identidade dos indivíduos;

(ii) apesar da apreciação da acção e da própria figura em si dos chefes tradicionais ser tendencialmente negativa, são aduzidos argumentos tanto desfavoráveis como favoráveis, argumentos que, de resto, não são necessariamente incompatíveis;

(iii) entre os vários aspectos positivos que são creditados na acção das autoridades tradicionais, avultam três grandes ideias, designadamente a preservação da tradição e da cultura, a mediação para a resolução de conflitos locais e a figura de representação do Estado nas zonas rurais, ou seja, onde este não chega;

(iv) pelo lado negativo, é de sublinhar duas ideias dominantes: a associação íntima entre estes chefes locais e o partido-Estado, que resulta em práticas de corrupção e instrumentalização tanto dos sobas como das populações sobre as quais exercem influência; e



o que designamos por lei do obscurantismo, de natureza feiticista, invocada em nome da tradição, que obsta ao progresso e ao desenvolvimento material e espiritual dos indivíduos<sup>151</sup>.

Finalmente, é de salientar que a problemática das autoridades tradicionais permite sinalizar, enquanto exercício de investigação, um pormenor de análise que se afigura pertinente: “sobas” e “autoridades tradicionais” designam ideias que não coincidem necessariamente e tendem a incorporar visões diferentes, só inteligíveis à luz da associação entre a expressão e aquilo a que, para cada indivíduo, se refere positiva e negativamente. Significa isto que a terminologia utilizada para a observação de um determinado fenómeno carece de uma descodificação prévia em função do uso que lhe é dado, isto é, das várias especificidades de que qualquer denominação é portadora.

#### **4.5. Do sistema político e dos seus agentes**

Analisada a problemática das autoridades tradicionais enquanto agentes políticos na sociedade angolana actual, é de observar como os participantes neste estudo avaliam a importância e o desempenho de outros agentes e do contexto em que a acção destes se revela.

Para o efeito, começamos por indagar da percepção quanto à natureza do sistema político de Angola, isto é, do modo como o poder (i) está institucionalmente organizado e (ii) se manifesta materialmente, bem como da avaliação que é feita em relação ao funcionamento desse mesmo sistema.

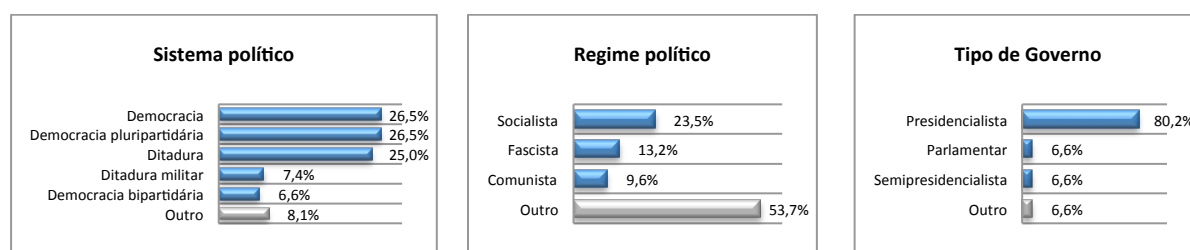
Neste particular, e tendo em conta as tabelas que apresentamos abaixo, importa fazer uma ressalva: sistema político e regime político são conceitos que tendem a imbricar-se porquanto as formas de poder e as formas de exercício do poder são objecto de várias tipologias que, não raras vezes, incorporam elementos comuns, além de que cada Estado pode igualmente adoptar elementos de sistemas e regimes diferentes, o que pressupõe múltiplas combinações. Neste sentido, e aceitando que o funcionamento das estruturas de poder e sociais de cada sociedade reflecte um conjunto de especificidades que as categorizações não abarcam na totalidade, cada modelo de governação é único e carece de uma observação atenta das suas singularidades.

---

<sup>151</sup> Parece-nos relevante assinalar que estas narrativas, capturadas em sede de trabalhos empíricos, coincidem com as intuições do debate teórico promovido no capítulo II, sobretudo na já referida secção 2.5.

Perante estas dificuldades operativas e também, por conseguinte, a possibilidade de recorrer a outras classificações que possam captar melhor as singularidades de cada caso, decidimos nomear sob o rótulo “sistema” categorias que conduzem a uma distinção deliberada entre dois pólos distintos – ditadura e democracia – com vista a averiguar a percepção dos respondentes quanto ao exercício do poder segundo uma dinâmica de conflitualidade. No rótulo “regime”, sob o qual é aplicada a uma dinâmica semelhante de categorias, procuramos indagar da percepção quanto à ideologia que orienta o exercício do poder. Por fim, no rótulo “governo”, e para verificar a percepção quanto à forma de poder, utilizamos uma tipologia clássica de governação.

**Quadro 4.18. Classificação do sistema político, do regime político e do tipo de Governo**



Numa breve leitura da primeira tabela, dir-se-ia que mais de metade dos inquiridos, designadamente 59,6%, considera que experiencia em Angola um “sistema político democrático”, independentemente da sua configuração político-partidária (de natureza constitucional e/ou parlamentar), enquanto 32,4% defende ter um “sistema político ditatorial” (o que, ainda assim, indicia uma certa “degradação” do princípio de democracia, se recuperamos, por exemplo, os resultados de um estudo do International Republican Institute (IRI), segundo os quais, em 2006, o número de angolanos que considerava viver num país democrático rondava os 85%). De resto, em matéria de sistema político, 8,1% dos participantes na nossa pesquisa não se revê nas categorias indicadas, preferindo adoptar outras expressões como “democratura”, a mais recorrente (2,9%) – entendida como “democracia manipulada por interesses de ditadura”, nas palavras de um respondente de 51 anos, nascido na província de Huíla e residente na África do Sul; ou como “uma mistura de democracia com ditadura”, segundo um inquirido de 45 anos, natural de Cambambe, na província de Kwanza-Norte, e residente em Luanda – “democracia musculada”, “ditocracia”, “autoritarismo”, ou ideias como “uma mistura de cleptocracia com ineptocracia” ou sistema “económico-lobista”.

Apesar desta sinalização sob o rótulo de “sistema” ser relativamente residual, adquire outros contornos se analisarmos as respostas em sede de “regime político” (na segunda

tabela), da qual é possível inferir que a dicotomia democracia vs. ditadura tende a ocultar outras percepções que se afastam daquela que parece emergir dos resultados iniciais. Clarifiquemos. Ainda que conceptualmente sistema e regime político possam ser entendidos como campos distintos, a referida imbricação de conceitos ganha expressão, porquanto fascismo, socialismo ou comunismo (ideologias políticas que, à partida, à luz da história recente de Angola, poderiam dotar de sentido a percepção do exercício do poder) não são suficientes para explicar o que os respondentes lêem como regime político, enxertando nele outras ideias (e.g. capitalismo ou “endocolonialismo”) que convocam, aliás, mais o sistema político, ou elementos de sistemas de dominação, do que propriamente o regime político.

É que, apesar de 33,1% dos respondentes considerar que o regime assenta numa base ideológica socialista ou comunista, a que não são alheias a inspiração marxista ou a adopção do chamado “socialismo científico” que estiveram na génese e na consolidação do MPLA enquanto partido-Estado, antes da dita “transição democrática” e em contexto de fracturas ideológicas<sup>152</sup> (o que pode explicar os 13,2% de inquiridos que se referem a um regime fascista), mais de metade (53,7%) assinala outros “regimes” (em rigor, “outros sistemas”, caso os conceitos não se imbricassem entre si). Quer isto dizer – e é o que importa sublinhar – que, no imaginário político dos participantes, tanto a organização do poder como o exercício do mesmo são tendencialmente mais inteligíveis (e melhor traduzíveis) sob a ideia de regime e não de sistema.

E neste particular, sob o rótulo de “regime”, é a palavra “capitalismo” – associada a expressões como “capitalismo selvagem” ou mesmo “capitalismo selvagem mascarado de socialista” – que aparece com mais frequência (10,3%), a que se juntam ideias como “regime dos interesses económicos” ou “ideologia do dinheiro” (2,9%), “regime eduardista” (2,2%) e endocolonialismo (1,5%), isto é, “uma ditadura endocolonialista, que substituiu a ditadura colonial portuguesa, agora exercida pelos detentores do poder, seus agentes e clientes”, como explica um respondente de 60 anos, nascido em Luanda e residente no Porto. Por outro lado, também não deixa de ser significativo que 14,5% dos inquiridos que opta por “outros

---

<sup>152</sup> Em rigor, em contexto de uma relação complexa e fracturante entre justificações ideológicas, rivalidades étnicas e, sobretudo, da politização e partidarização das diversidades regionais alegadamente com base étnica – eclipsando as tradicionais clivagens, num primeiro plano, entre zonas rurais e as zonas urbanas e, num segundo plano, entre o negro, ou antigo “gentio”, e os “assimilados”, incluindo os “novos assimilados” – que, aliás, esvaziavam de conteúdo e de sentido o dito “nacionalismo” supostamente incrustado nos movimentos de libertação que se envolveram na guerra contra o colonizador, numa primeira fase, e depois na guerra entre si próprios, numa segunda fase.

regimes” (isto é, 8,1% do total da amostra) acabe por “não comentar”, reiterando o silêncio que habitualmente sinaliza a natureza problemática de algumas questões.

Quanto ao tipo de Governo (na terceira tabela), a percepção dos respondentes é quase unânime em relação à figura presidencial (ainda que combinada para alguns, designadamente os 6,6% que optam pela via de “outro”, com expressões como “imperialista” ou “idolatria presidencial”, a que acresce de novo o designado “eduardismo”), o que corresponde à intuição formulada na secção 3.7. a propósito da viabilidade do sistema de poder através de um partido-Estado presidencializado, isto é, regulado de forma particularmente intensa pelo chefe de Estado.

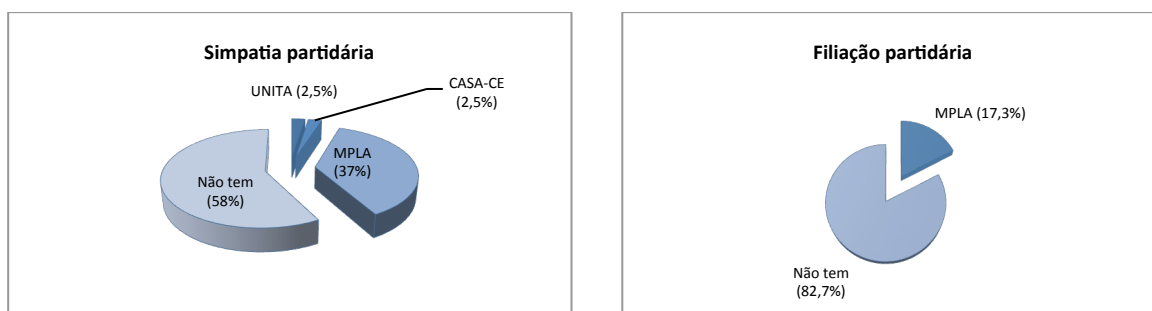
Significa tudo isto em suma que, para os inquiridos, a organização do poder político em Angola e o seu exercício são percebidos através de múltiplas combinações que evidenciam não só o elevado índice de ambiguidades no plano das (in)certezas políticas, mas também, e sobretudo, as contradições da noção de democracia, enquanto referencial para a produção das narrativas de poder. É que, não obstante a grande maioria, nomeadamente 86,8% dos respondentes (como vimos na secção 4.4.) considerar que a sua visão de democracia pouco ou nada corresponde ao regime político de Angola, quase 60% acaba afinal por caracterizar o sistema político angolano como democrático. E desses, dos que afirmam a ideia de um sistema democrático (se correlacionarmos as variáveis para procurar dotar de conteúdo ideológico essa afirmação), 6,2% consideram tratar-se concomitantemente de um regime fascista<sup>153</sup>.

Ora, a não haver uma manifesta contradição, dir-se-ia que se trata, no limite, de um duplo discurso que faz coabitar a visão pessoal e individual de democracia com uma “outra” visão de democracia, mais ampla ou “colectiva”, por “conveniência” ou convenção. Até porque, apesar de mais de metade dos que percebem o sistema político angolano como democrático não simpatizar com qualquer formação partidária, entre os que o fazem (42%), avulta uma relação dominante com o MPLA, que, assume mesmo, para 17,3%, a figura de militância (conforme ilustram os gráficos abaixo).

---

<sup>153</sup> Para concretizar as restantes categorias através desta correlação, além da concomitância com o fascismo, verifica-se que daqueles que caracterizam o sistema político angolano como democrático, 34,6% consideram-no socialista e 4,9% comunista.

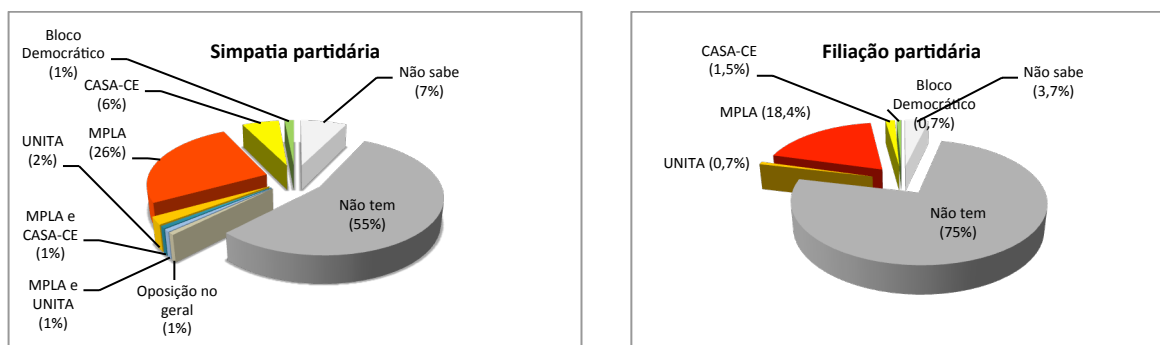
**Quadro 4.19. Simpatia e filiação partidária dos que consideram viver num país democrático**



Obs. Total de respondentes que consideram viver num sistema democrático (59,6% da amostra)

De resto, esta tendência de proximidade entre o MPLA e a ideia de sistema político democrático ganha maior expressividade se mapearmos partidariamente todos os participantes neste estudo, porquanto o peso proporcional no total da amostra daqueles que simpatizam ou militam pelo MPLA é consideravelmente inferior<sup>154</sup>.

**Quadro 4.20. Simpatia e filiação partidária de todos participantes no estudo**



Obs. Nesta leitura geral do enquadramento político-partidário dos respondentes, é de sublinhar o elevado número daqueles que dizem não ter qualquer simpatia partidária (55%) e o dos que garantem não ter filiação partidária (75%), a que acrescem os que “não sabem” (7% e 3,7% respectivamente). Esta tendência sugere um “código de silêncio” que se mantém, grosso modo, em questões menos “vinculativas”, como a do grau de participação em associações e organizações da vida pública, designadamente em movimentos políticos (79,4% diz não ter qualquer ligação) e partidos políticos (71,3% declina qualquer envolvimento).

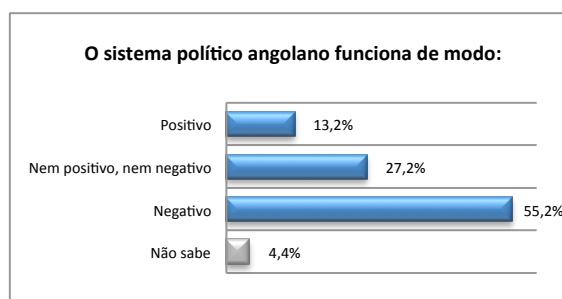
É pois neste contexto de imbricamento entre formas de poder e formas de exercício de poder, entre representações ideológicas e representações político-partidárias, que o sistema de poder é observado e “imaginado” sob duas tendências gerais mas provisórias, no sentido de que ambas são portadoras da mesma ideia de “singularidade”, de algo “sui generis” e inacabado: a visão de um poder dito democrático e a visão de um poder dito ditatorial ou autoritário. Duas visões por concretizar, porque nelas, para a maioria dos respondentes, o poder não é totalmente democrático nem totalmente ditatorial ou autoritário, além de que nas duas são viáveis os mesmos fenómenos como o capitalismo e o “eduardismo”, ou a

<sup>154</sup> Ao nível da simpatia partidária, o peso proporcional do MPLA desce dos 58,7% para os 26%, enquanto em matéria de filiação partidária há um decréscimo de 20,9% para 18,4%.

“democracia” e a “ditocracia”, expressões materiais de um sistema político “por definir”, um sistema que “não tem nome por ser único”, como diz um inquirido de 40 anos, nascido em Canzar, na província de Lunda-Norte, e residente em Luanda, porquanto é um sistema que está ainda a “ser inventado”, para usar as palavras de um outro respondente, de 24 anos, que nasceu e vive em Luanda.

Nestes termos, isto é, neste quadro de imbricação de conceitos e de múltiplas percepções, o funcionamento do sistema político angolano tende a ser avaliado de forma negativa (conforme se observa na tabela abaixo).

**Quadro 4.21. Avaliação do funcionamento do sistema político**

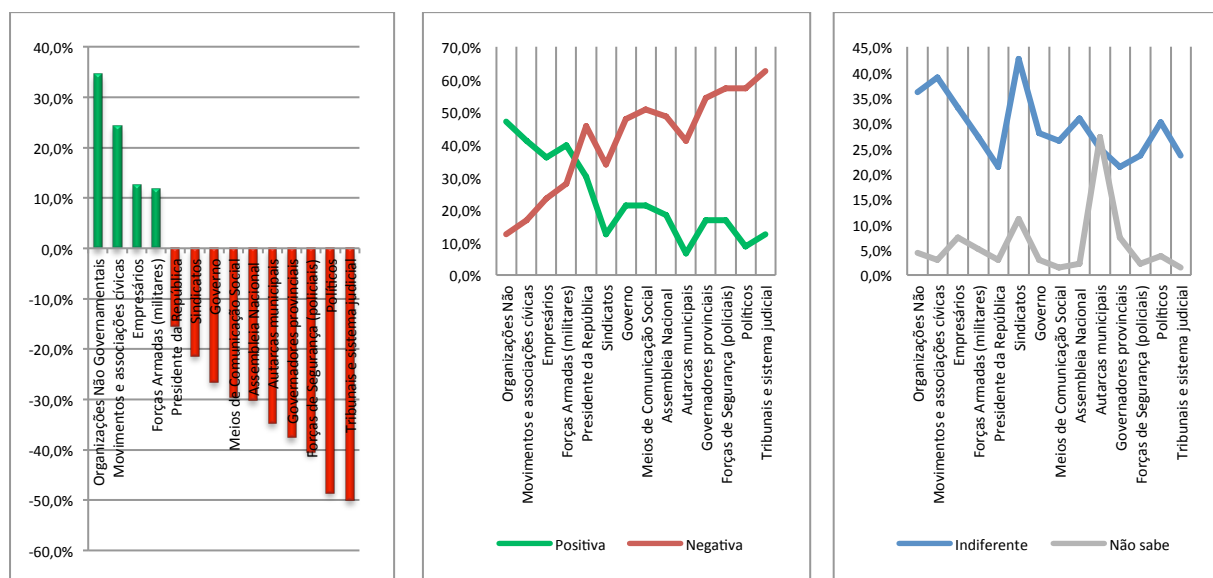


Significa isto que, independentemente dos diferentes códigos contidos nesta representação, o poder político e o seu exercício são observados e entendidos como fenómenos tendencialmente disfuncionais, pelo que importa procurar os principais factores que concorrem para esta visão.

Chegamos assim à intenção formulada no início desta secção, isto é, a de observar como os participantes neste estudo avaliam a importância e o desempenho de outros agentes na sociedade angolana (além das autoridades tradicionais), pelo que começamos por convocar a avaliação da actuação de várias instituições e entidades da vida pública.

Neste particular, vejamos os três gráficos seguintes.

**Quadro 4.22. Avaliação da acção das instituições e entidades da vida pública**



Em termos gerais, das 14 instituições e entidades aqui em escrutínio<sup>155</sup>, apenas quatro mobilizam uma opinião tendencialmente positiva, nomeadamente as organizações não governamentais, os movimentos e associações cívicas, os empresários e as forças armadas (militares), o que indicia uma avaliação negativa em relação a praticamente todos os “agentes” ligados ao Estado (ainda que o rol incluía igualmente, e é um dado a reter, os sindicatos, não obstante o elevado nível de indiferença com que são encarados, outro dado a reter, que reúne quase metade da amostra<sup>156</sup>, e os meios de comunicação social, apesar de ser feita uma diferenciação, como veremos à frente, entre os meios públicos e os privados). Com efeito, as forças armadas constituem a excepção positiva em matéria de instituições estatais, numa relação desigual considerável com as forças policiais, cuja acção é considerada aliás como uma das mais negativas, ficando apenas atrás da dos tribunais e do sistema judicial. Quer isto dizer, e é mais um dado a reter, que para os respondentes, é de distinguir o modo de actuação dos militares do modo de actuação dos polícias (ainda que o índice de confiança em ambas as forças de segurança seja igualmente baixo, como observaremos à frente). Nesta primeira leitura, é de assinalar ainda o facto da acção dos “autarcas municipais” não ser “inteligível” para 27,2% dos inquiridos (como indica o terceiro gráfico), o que sugere uma tendência significativa de secundarização desta figura do poder local.

<sup>155</sup> Excluímos nesta representação as autoridades tradicionais, a Igreja católica e outras religiões, que foram já objecto de análise nas secções anteriores.

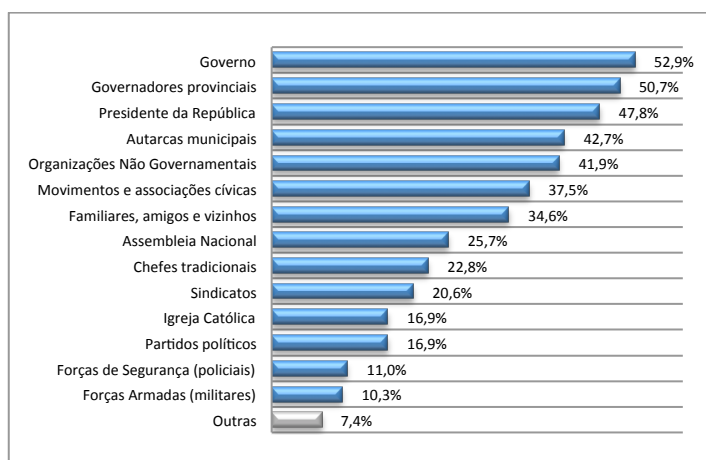
<sup>156</sup> A indiferença em relação à acção dos sindicatos na vida pública angolana é expressa por 42,7% dos inquiridos, a que acrescem mais 11% que “não sabem”.

Quanto aos órgãos de soberania, e apesar de todos terem uma avaliação negativa, o desempenho do presidente da República é o que apresenta o menor índice de reprovação (-15,4%), distanciando-se do Governo (-26,5%) – apesar do poder executivo estar constitucionalmente concentrado no chefe de Estado – e da Assembleia Nacional (-30,2%), bem como dos tribunais, cuja acção é percebida de forma particularmente negativa (-50%).

Contudo, há uma sinalização que sugere a possibilidade desta avaliação geral ocultar algumas particularidades: o elevado índice de reprovação em relação à acção dos políticos em geral (-48,5%) que está próximo do que é atribuído ao poder judicial.

Daí a utilidade de verificar os níveis de confiança dos respondentes nestas instituições e entidades, bem como da importância que lhes dão, variável que pode ser medida através da capacidade das mesmas, na perspectiva dos inquiridos, para a resolução dos problemas do país.

**Quadro 4.23. Instituições e entidades da vida pública com mais capacidade para resolver os problemas económicos e sociais**



Obs. (DP= 15.1) Em "outras", são referidos sobretudo os "agentes económicos" ou "empresários", nacionais e internacionais (2,9%), o "povo" (2,9%) e a "ONU" e "outros doadores" (1,4%).

Pela leitura da tabela, uma primeira ideia ganha forma: o facto de nenhuma das instituições ou entidades listadas ser entendida de forma maioritária como dotada de capacidade para resolver os problemas económicos e sociais de Angola, o que coincide com o elevado grau de indiferença manifestado desde logo pelos respondentes ao avaliarem a acção das mesmas (assinalado no terceiro gráfico do quadro 4.22.) e obriga a uma relativização dos resultados obtidos.



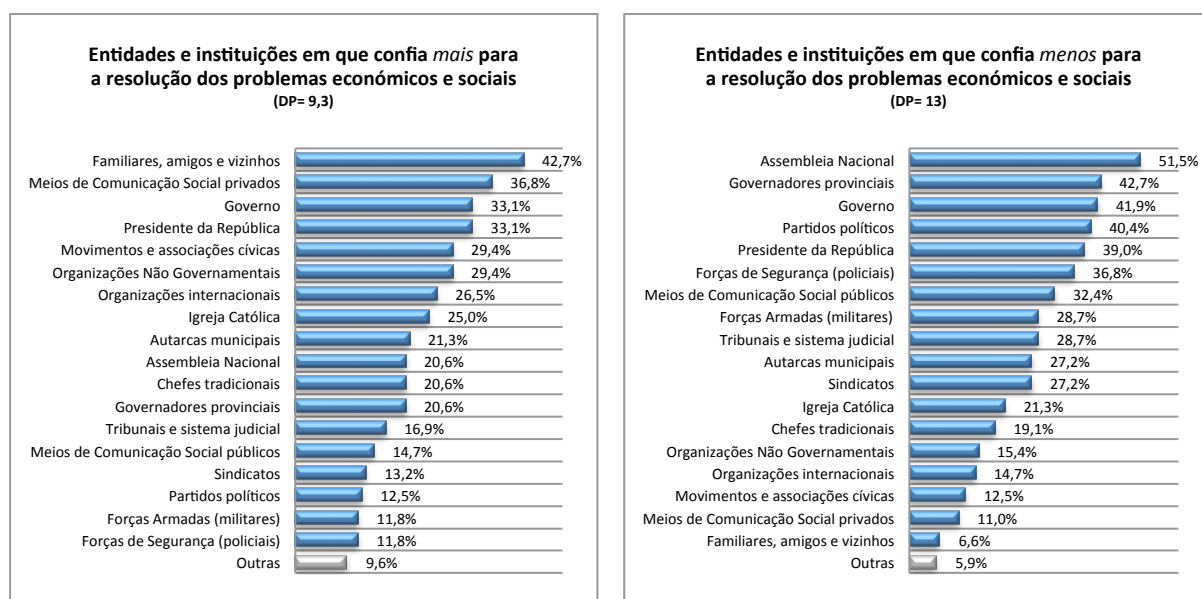
Neste contexto de “contenção”, é de observar a ambiguidade atribuída à figura do presidente da República e ao seu papel (no sentido de que não se diferencia claramente dos outros órgãos de soberania, à excepção da Assembleia Nacional) num sistema de poder reconhecido como presidencialista, regulado aliás de forma particularmente intensa pelo chefe de Estado, como temos vindo a sublinhar. É que apesar do desempenho do presidente da República ser aquele que apresenta o menor índice de reprovação, não é nele, porém, que recai a escolha dos respondentes como sendo a entidade com mais capacidade (ou a mais determinante) para a resolução dos problemas. Com efeito, a importância dada ao chefe de Estado (47,8%) é inferior, ou tendencialmente próxima, da que é dada ao Governo (52,9%) e aos governadores provinciais (50,7%) – o que não sucede com a Assembleia Nacional, insistimos, uma descoincidência que está em consonância, aliás, com a relativa má cotação de que o parlamento angolano é objecto em todas as variáveis em escrutínio – e aproxima-se até da que é dada, por exemplo, aos autarcas municipais (42,7%), uma figura cuja acção não é só pouco “inteligível” para os participantes neste estudo como também, e de forma paradoxal, é secundarizada pelos mesmos.

Clarifiquemos. Se é certo que avaliar a acção de uma entidade é diferente de avaliar ou dotar de importância a mesma enquanto figura institucional com capacidade para solucionar os problemas de uma sociedade, não deixa de ser assinalável que o presidente da República (i) num país em que se confunde com o Estado, o partido-Estado e a capacidade do exercício do poder político em regime dito “absolutista” (por força da concentração de poderes que a constituição lhe confere) e (ii) cuja acção é melhor avaliada em relação aos outros órgãos de soberania, (iii) apareça em termos de importância para a vida pública ao nível, grosso modo, do Governo, dos governadores provinciais e dos autarcas municipais. Até porque, como veremos, o presidente da República tanto é uma das instituições angolanas mais confiáveis como uma das menos confiáveis.

Neste quadro, avulta igualmente a importância relativa atribuída às organizações não governamentais (41,9%) e aos movimentos e associações cívicas (37,5%), que coincide com a opinião de tendência positiva expressa pelos respondentes em relação à actuação das mesmas, bem como aos “agentes económicos” e “empresários” (que voltam a ser referidos, mesmo não estando tabelados). Acresce a importância dada aos familiares, amigos e vizinhos (redes de proximidade altamente valorizadas, e confiáveis, como se verificará abaixo) e, em sentido contrário, o papel atribuído aos sindicatos (20,6%) e aos partidos políticos (16,9%), o que também faz eco da tendência de avaliação negativa da acção dos mesmos.

Para concretizar, vejamos o terceiro vector de análise, designadamente os níveis de confiança dos inquiridos nestas instituições e entidades, considerando o pressuposto de que indagar da avaliação da actuação das instituições e entidades da vida pública ou saber da importância que lhes é atribuída é diferente de confiar ou não nelas. Como, aliás, também é diferente confiar *mais* ou confiar *menos* (como assinalámos desde logo na introdução da parte II deste trabalho), uma subtilidade que acaba por obscurecer ainda mais (perante os índices consideráveis de indiferença ou de “silêncio”) a opinião emitida pelos respondentes.

**Quadro 4.24. Níveis de confiança, pela positiva e pela negativa, nas instituições e entidades da vida pública**



Obs. Em “outras”, e tal como sucede em matéria de instituições com mais capacidade para a resolução dos problemas, são referidos o povo (2,9%) e a “ONU” e “outros doadores” (1,5%), mas também “Deus”, sob vários nomes, associado a organizações religiosas não católicas, em particular à igreja protestante (3,7%), e “nenhuma” (2,2%).

Obs. Todos os respondentes que utilizam “outras”, referem-se à ideia de todas as entidades “que estão comprometidas com o poder” ou “se servem do povo em vez de o servir” (3,7%).

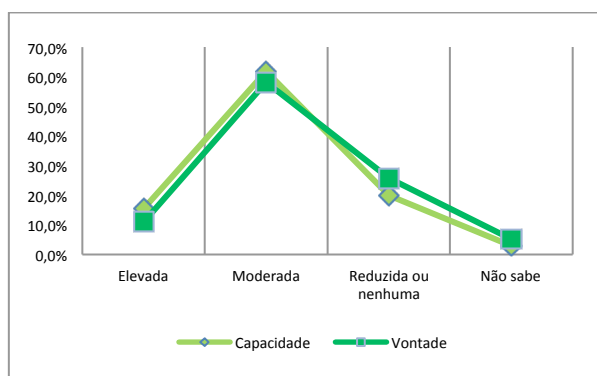
De acordo com a primeira tabela, em que é analisado o nível de confiança nas entidades e instituições pela positiva (e na qual se reedita de novo um elevado grau de indiferença por parte dos participantes e, por conseguinte, a necessidade de relativização dos dados), quase metade da amostra (42,7%) aponta para os familiares, amigos e vizinhos, o que reforça a importância que lhes é atribuída em termos de capacidade de resolução dos problemas (como é indicado no quadro 4.23.). Segue-se-lhes a imprensa privada (36,8%), por oposição à pública (14,7%), a qual, ainda assim, é mais “confiável” do que os sindicatos, os partidos políticos e as forças de segurança, tanto militares como policiais, esgotando-se aqui a diferenciação entre as duas forças inicialmente referida em sede de avaliação da actuação das mesmas). É de sublinhar igualmente, e mais uma vez, a posição tendencialmente favorável em relação aos movimentos e associações cívicas e às organizações não governamentais e a

posição tendencialmente desfavorável em relação aos tribunais e sistema judicial (ainda que melhore em termos proporcionais, o que colide parcialmente com a avaliação dada à sua acção).

Nesta tabela, avulta também um nível considerável de confiança atribuído ao Governo e ao presidente da República (em prejuízo, mais uma vez, da Assembleia Nacional), confirmando, grosso modo, que são instituições não só com capacidade de resolução dos problemas como merecem confiança (contrariamente ao que acontece neste particular com os governadores provinciais, os quais, apesar da capacidade relativa que lhes é reconhecida, não merecem, na perspectiva dos respondentes, um índice de confiança semelhante). Acresce, por fim, a referência à “ONU” e “outros doadores”, ao “povo” e a “organizações religiosas não católicas” entendidas não só como entidades com capacidade para resolver os problemas mas também como instituições “confiáveis”, uma referência que adquire particular relevo, porquanto são nomeadas por iniciativa dos respondentes.

Ainda que, no que diz respeito particularmente às organizações internacionais, os inquiridos façam uma distinção entre a função “doadora” e outras funções (um dado a reter). É que se olhadas de forma isolada, isto é, enquanto entidades *internacionais* no geral, a apreciação muda de trajectória (como mostra o gráfico).

**Quadro 4.25. Capacidade vs. vontade das organizações internacionais para resolver os problemas do país**



Com efeito, na percepção dos respondentes, a capacidade (que não se distingue de forma substancial da vontade) das organizações internacionais para resolver os problemas de Angola é considerada essencialmente moderada (ou seja, mais ou menos), ou tendencialmente reduzida ou mesmo nenhuma. O que colide com as referências positivas em relação à “ONU” e a “outros doadores”.

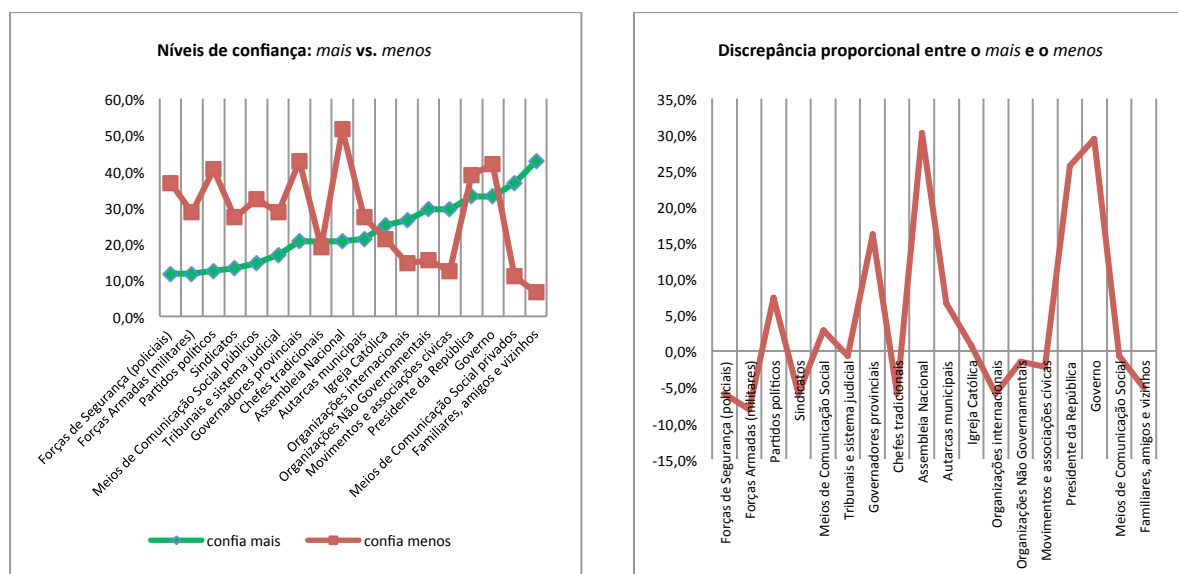
Desenham-se assim algumas tendências gerais quanto ao desempenho, a importância e o nível de confiança de algumas entidades e instituições da vida pública angolana (pela articulação entre as diversas variáveis sob as quais são observadas), de que se destacam, pela positiva, as organizações não governamentais, os movimentos e associações cívicas e os empresários ou agentes económicos “privados” por oposição aos sindicatos, partidos políticos, forças de segurança (militares ou policiais) e tribunais e sistema judicial (ainda que, de um modo geral, se registre um elevado grau de indiferença em relação às instituições, o que faz avultar a importância das redes de proximidade, nomeadamente os familiares, amigos e vizinhos).

É de sinalizar, por outro lado, em matéria de órgãos de soberania ou, em particular, de poder executivo, a relação ambígua entre a figura do chefe de Estado e o Governo bem como a distinção valorativa entre o Governo e a Assembleia Nacional (que aparece, regra geral, secundarizada), o que traduz uma desvalorização do poder legislativo ou, em rigor, uma indiferenciação entre o poder legislativo e o poder executivo que tende a absorver o primeiro.

Sendo esta, pois, uma síntese possível do modo como os inquiridos interpretam, no geral, a acção e a importância das entidades e instituições que regulam a vida pública angolana ou nela exercem funções de mediação, importa reconhecer porém que se trata ainda de uma leitura relativamente linear, pelo que é de aprofundar o problema através de outras estratégias de observação (de que fazemos eco na secções seguintes). É que se tivermos em conta, por exemplo, a avaliação dos níveis de confiança destas entidades pela negativa (conforme mostra a segunda tabela do quadro 4.24.), surgem algumas contradições que, apesar de não modificarem substancialmente o sentido do que foi observado pela positiva, põem em evidência mais uma vez as inúmeras ambiguidades da percepção dos respondentes.

Observemos em pormenor as descoincidências.

**Quadro 4.26. Discrepâncias nos níveis de confiança nas instituições entidades de vida pública**



Caso o “confia mais” valesse o mesmo que o “confia menos”, à curva ascendente (representada no primeiro gráfico) deveria sobrepor-se uma curva descendente simétrica, porquanto ao valor de cada nível de confiança pela positiva deveria opor-se o valor de cada nível pela negativa. Contudo, não é o que sucede. Se representarmos graficamente a discrepância proporcional (no segundo quadro), o valor percentual de distorção é tanto maior quanto mais se distancia do valor 0%. O que faz pressupor que a análise proposta, em busca dos níveis de confiança expressos pelos respondentes em relação às entidades e instituições que consideram ser aquelas que melhor respondem aos problemas económicos e sociais de Angola, oculta algumas incoerências internas<sup>157</sup>.

Veja-se, por exemplo, o caso do presidente da República: se listado entre as entidades que os respondentes mais confiam é escolhido por 33,1%; se listado entre as entidades que os respondentes menos confiam é escolhido por 39%, quando deveria ser escolhido por apenas 13,2% (isto é, o valor proporcional que se lhe opõe). Significa isto que 25,7% dos inquiridos tanto confia mais como confia menos no chefe de Estado.

<sup>157</sup> Para o cálculo destas discrepâncias em particular, partimos do pressuposto de que os respondentes produzem opiniões coerentes entre si, isto é, sem alterações de conteúdo perante a modificação da formulação das questões. Por exemplo, se entre as instituições em que confiam mais as forças de segurança (policiais) recolhem uma opinião favorável de 11,8% seria de esperar, se as respostas fossem perfeitas, que 42,7% dos respondentes as avaliassem negativamente (porquanto é o valor proporcional que se lhe opõe). Mas não é o que acontece. Se subtrairmos este total do valor que efectivamente é expresso no caso negativo (isto é, 36,8%), chegamos a uma distorção proporcional de -5,9%.

O mesmo se pode dizer em relação à Assembleia Nacional (que envolve 30,2% da amostra) ou em relação ao Governo (29,4%), o que nos leva a sublinhar o facto de estas incoerências revelarem-se particularmente acentuadas em relação aos órgãos de soberania – com a excepção dos tribunais e sistema judicial, que é aliás a única das 18 entidades em escrutínio que não regista praticamente qualquer discrepância (mantendo-se inalterável pela negativa) – incoerências que sugerem de resto, e noutra perspectiva, serem justamente estes os “agentes” que constituem o “sector sensível” do sistema de organização política de Angola, um sistema que é entendido, recordamos, como tendencialmente disfuncional.

Em suma, e em matéria de sistema político e dos agentes que nele operam, no contexto do que foi observado até aqui, é possível sublinhar algumas ideias centrais:

(i) ainda que mais de metade dos inquiridos considere que experiencia em Angola um “sistema político democrático”, enquanto um terço defende viver num “sistema político ditatorial”, há na percepção dos mesmos um manifesto imbricamento entre formas de poder e formas de exercício de poder, entre representações ideológicas e representações político-partidárias, de que resultam duas particularidades: (a) tanto a organização do poder como o exercício do mesmo são tendencialmente mais inteligíveis (e melhor traduzíveis) sob a ideia de regime e não de sistema; (b) a organização do poder político em Angola e o seu exercício são percebidos através de múltiplas combinações que evidenciam não só o elevado índice de ambiguidades no plano das (in)certezas políticas, mas também, e sobretudo, as contradições da noção de democracia, enquanto referencial para a produção das narrativas de poder;

(ii) a ideia de sistema ou regime democrático é expressa através de um duplo discurso que faz coabitar a visão pessoal e individual de democracia com uma “outra” visão de democracia, mais ampla ou “colectiva”, por “conveniência” ou convenção, até porque, apesar de mais de metade dos que percebem o sistema político angolano como democrático não simpatizar com qualquer formação partidária, entre os que o fazem, avulta uma relação dominante com o MPLA;

(iii) o sistema de poder é observado e “imaginado” sob duas tendências gerais mas provisórias, no sentido de que ambas são portadoras da mesma ideia de “singularidade”, de algo “sui generis” e inacabado, duas visões por concretizar, porque nelas, para a maioria dos respondentes, o poder não é totalmente democrático nem totalmente ditatorial ou autoritário, além de que nas duas são viáveis os mesmos fenómenos como o capitalismo e o

“eduardismo”, ou a “democratura” e a “ditocracia”, expressões materiais de um sistema político “por definir”, um sistema que “não tem nome por ser único”, sistema que está ainda a “ser inventado”;

(iv) o funcionamento do sistema político angolano tende a ser avaliado de forma negativa em razão do poder político e do seu exercício serem observados e entendidos como fenómenos essencialmente disfuncionais, a que não são alheios (a) o elevado índice de reprovação da acção de praticamente todos os “agentes” ligados ao Estado, (b) a relação ambígua entre a figura do chefe de Estado e o Governo, que se confundem, e (c) a distinção valorativa entre o Governo e a Assembleia Nacional (que aparece, regra geral, secundarizada), o que traduz uma desvalorização do poder legislativo ou, em rigor, uma indiferenciação entre o poder legislativo e o poder executivo que tende a absorver o primeiro;

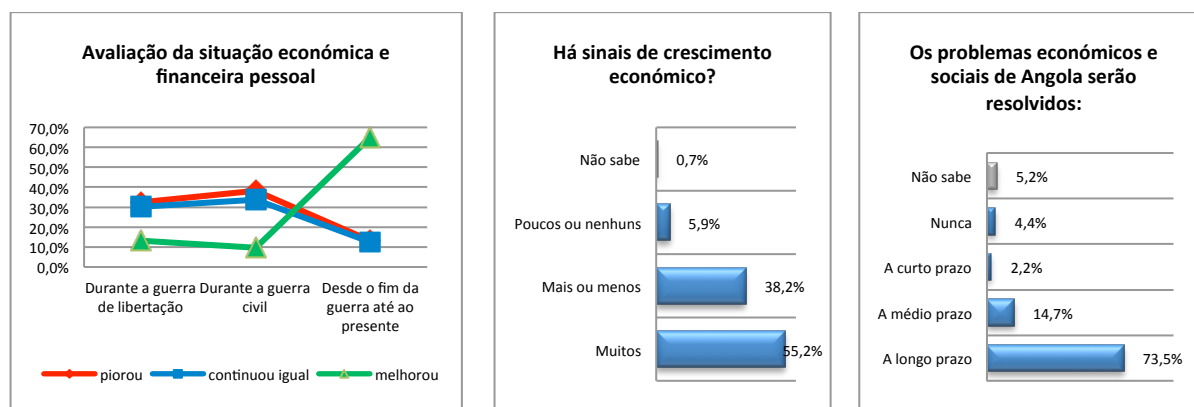
(v) ainda que as organizações não governamentais e os movimentos e associações cívicas se destaquem pela positiva, nenhuma instituição ou entidade da vida pública é entendida de forma maioritária como dotada de capacidade para resolver os problemas económicos e sociais de Angola, o que faz avultar a importância das redes de proximidade, nomeadamente os familiares, amigos e vizinhos.

#### **4.6. Do contexto económico e social**

Observada a problemática do sistema político e dos seus agentes (a que voltaremos em sede de cidadania e participação na vida pública e na discussão a propósito de quem manda em Angola e do problema da sucessão do presidente José Eduardo dos Santos), procuramos seguir nesta secção vários indicadores que concorrem para a percepção do quadro económico e social, a partir do qual é possível inferir outras manifestações de poder e o modo como estas se relacionam com o exercício do poder político, ou seja, capturar outras narrativas de poder que possam informar de especificidades não desveladas nas narrativas até agora registadas.

Começamos por articular a avaliação da situação económica e financeira individual dos respondentes com as perspectivas que têm em relação ao futuro do país.

**Quadro 4.27. Avaliação da situação económica e financeira**



Pela leitura do primeiro gráfico, dir-se-ia que para os inquiridos, a título pessoal, a situação económica e financeira é objecto de optimismo. Para aqueles que alegam ter experienciado os conflitos armados em Angola (74,3%), a guerra colonial representou um período difícil que se agravou ainda mais durante a guerra civil. Mas desde a paz militar, em 2002, a situação tem vindo a melhorar substancialmente. Pelo menos para a grande maioria, já que 12,5% considera que continuou tudo igual e 10,3% diz que a situação até piorou<sup>158</sup>. Um optimismo significativo, mesmo tendo em conta que 42,6% dos respondentes e respectivos agregados familiares (constituídos em média por 3,6 indivíduos e residentes em zonas urbanas) auferem na totalidade menos de 1.000 dólares por mês, o que na prática representa um rendimento mensal médio de cerca de 278 dólares por pessoa.

Este optimismo tende a estender-se em relação ao futuro, não apenas individual mas também colectivo, pelo menos para mais de metade dos inquiridos que defende haver muitos sinais de crescimento económico (conforme ilustra a primeira tabela acima). Ainda que o PIB *per capita* em PPC seja de 6.323 USD (dados de 2013) ou que 54% da população viva com menos de dois dólares por dia, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano da PNUD referente ao mesmo ano (a que acrescem os efeitos recessivos desde a crise petrolífera de Junho de 2014)<sup>159</sup>.

Contudo, esta percepção tendencialmente optimista quanto ao crescimento económico de Angola não coincide com o estado de espírito dos participantes se questionados em relação à resolução dos problemas económicos e sociais de Angola (como dá conta a segunda tabela

<sup>158</sup> Quanto aos restantes, os mais novos (que representam 25,7% da amostra), a tendência é a mesma, ainda que haja 2,2% a defender que a situação continuou igual e 3,7% a considerar que piorou.

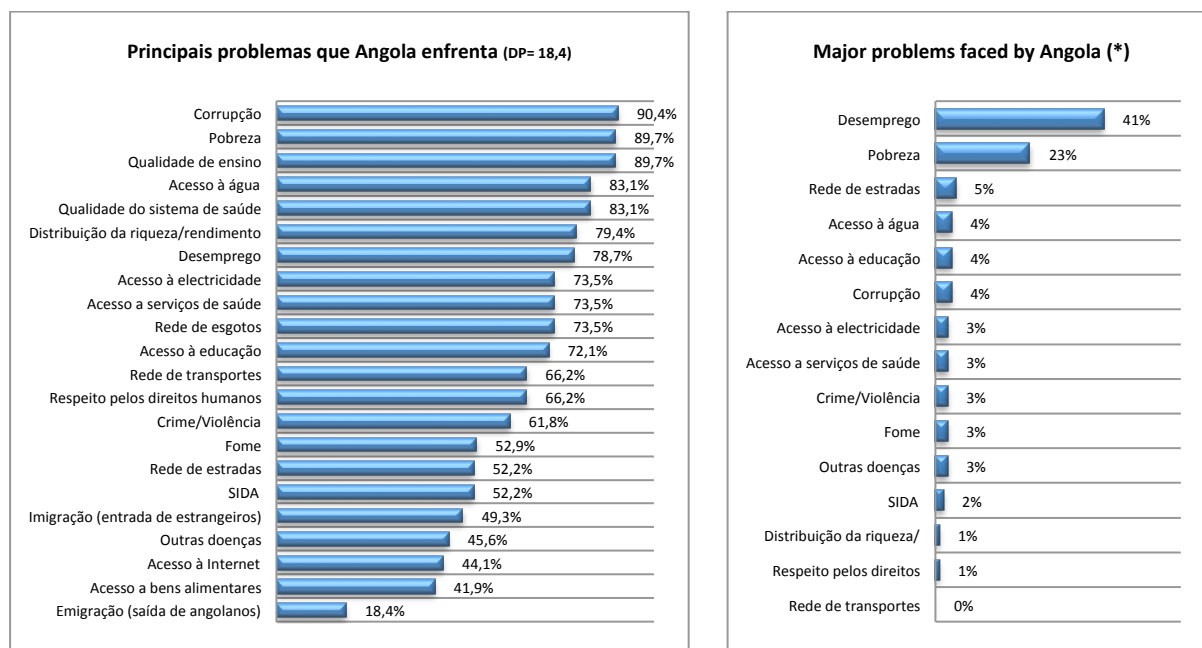
<sup>159</sup> Em 2014, o petróleo representava 48% do PIB, 98% das exportações e 72% das receitas do Estado angolano. Sobre a crise económica em Angola, ver entre outros Rocha (2014), Sábado (2015) e AngoNotícias (2015a).



do quadro 4.27). O que leva a deduzir que, para os respondentes, a solução destes problemas, ainda que sejam de natureza económica e social, não passa necessariamente pelo crescimento económico.

Resta pois observar em pormenor que problemas são e quais as dimensões com que se relacionam.

**Quadro 4.28. Principais problemas que Angola enfrenta**



Obs. Em relação a "outras doenças", é referida essencialmente a malária ou paludismo.

(\*) Inquérito geral à população de Angola (International Republican Institute, 2006).

De acordo com o estudo do IRI de 2006, já aqui citado, o desemprego e a pobreza eram as duas principais preocupações dos angolanos (como indica a segunda tabela). Três anos depois, num estudo semelhante do mesmo instituto, o desemprego e a pobreza voltaram a estar no topo da lista dos problemas com mais impacto na vida quotidiana dos angolanos, mas começaram a avultar algumas outras questões como o acesso à educação, aos serviços de saúde e à água (cf. International Republican Institute, 2009). Uma tendência de desmultiplicação de preocupações de que o nosso estudo faz eco, ainda que com uma amostra mais reduzida, com a particularidade de sinalizar a corrupção como o grande problema de Angola (como se pode observar na primeira tabela), fenómeno que, para os entrevistados do IRI, apesar de não ser dominante, agravou-se entre 2006 e 2009<sup>160</sup>.

<sup>160</sup> Em 2006, a corrupção preocupava 4% dos entrevistados do IRI, ocupando o sexto lugar na lista dos principais problemas do país; em 2009, desceu para a oitava posição, mas passou a ser assinalado por 16,2% dos inquiridos.

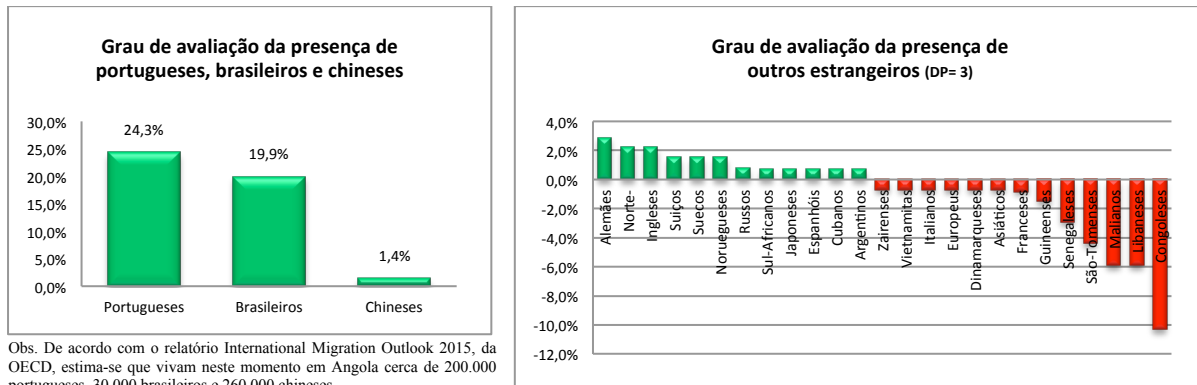
Mas o que importa aqui sublinhar, para já, é sobretudo o agravamento geral dos problemas (ou a maior publicidade que deles se faz), ou seja, o facto de que, ao desemprego e à pobreza, acresçam tantas outras questões, e de diversas dimensões, consideradas problemáticas.

No decurso dos trabalhos empíricos, esta primeira tabela foi reproduzida num grupo secreto do Facebook dedicado à situação política em Angola, com mais de 15.000 membros, no qual teve um comentário paradigmático que gerou dezenas de observações em uníssono: “Quais são os maiores problemas de Angola?! Todos e mais algum”, escreveu um dos subscritores do grupo, que é também um dos líderes da manifestação de rua de Março de 2011, em Luanda.

Com efeito, além dos problemas tabelados, e dos elevados índices de incidências que mobilizam (os quais evidenciam que se trata de uma narrativa dominante), os participantes referem muitos outros, gerais e específicos, como a exclusão social e as injustiças sociais, a desvalorização dos quadros nacionais a favor dos consultores internacionais, “uma teia de consultores criada pelo capitalismo internacional”, como anota um inquirido de 59 anos, nascido em Gabela, na província de Kwanza-Sul, e residente em Luanda, o nepotismo e o tribalismo, a intolerância política e as “manipulações maquiavélicas”, a “longevidade do presidente da República”, ou a “imigração desenfreada”, entendida como uma ingerência internacional de natureza capitalista sob a cumplicidade do Estado angolano. “A maioria dos imigrantes não contribui nada para o país; não são professores universitários nem cérebros que possam dar sangue novo para o desenvolvimento de Angola. Só Deus sabe que cambalachos os nossos dirigentes têm feito”, comenta a propósito um respondente de 26 anos, que nasceu e vive em Luanda, secundado por um outro, de 60 anos, que nasceu em Luanda e vive no Porto: “há uma cumplicidade entre as empresas estrangeiras e a ditadura, servindo-a e servindo-se, colocando os seus interesses acima da necessidade de libertação e de desenvolvimento harmonioso da sociedade angolana”.

Neste particular da imigração e em jeito de parêntesis, veja-se como é avaliada a presença de estrangeiros em Angola, opondo três casos paradigmáticos (tabelados) – o dos portugueses e brasileiros (pela ligação histórica com Angola) e o dos chineses (pela intensa actividade económica bilateral) – a todos os outros estrangeiros nomeados pelos inquiridos (em questão aberta).

**Quadro 4.29. Avaliação da presença de estrangeiros em Angola**



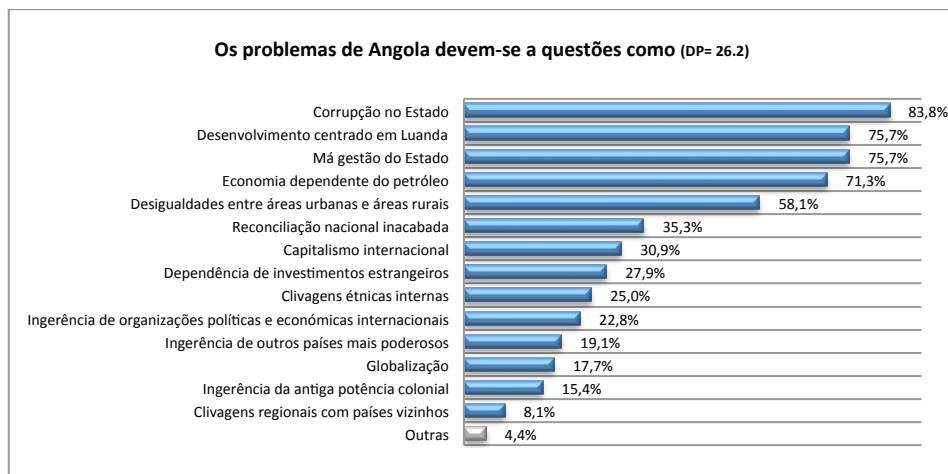
Apesar da grande maioria dos respondentes mostrar indiferença em relação à presença de estrangeiros em Angola, entre aqueles que procedem a uma avaliação (cerca de um quarto da amostra) é produzida uma análise crítica e diferenciadora que penaliza tendencialmente os asiáticos e africanos, em particular os libaneses, congolese, malianos, são-tomenses e guineenses. Ainda assim, e paradoxalmente, 82,4% concorda com a ideia de que os imigrantes são necessários e devem ser apoiados e integrados na sociedade angolana.

Contudo, e não obstante ser um fenómeno referenciado como relevante, não é a imigração que mais preocupa os inquiridos (como indica a primeira tabela do quadro 4.28.): é a corrupção, a pobreza, a qualidade de ensino, o acesso à água, o sistema de saúde, a distribuição de rendimento, o desemprego, na prática, uma longa lista em que afinal cabe tudo e mais alguma coisa.

Significa isto que, apesar do optimismo quanto ao crescimento económico do país (paradoxalmente em contexto de recessão), voltamos à perspectiva de uma desfuncionalidade generalizada, cujas principais razões, para os respondentes, radicam na corrupção (e na má gestão do Estado), mas também na problemática do desenvolvimento, designadamente pelo facto do esforço desenvolvimentista estar centrado em Luanda – de que resultam as desigualdades entre áreas urbanas e as áreas rurais – e na dependência económica do petróleo (como dá conta o quadro abaixo). Neste sentido, os problemas sociais e económicos – que para a maioria dos partipantes, recordamos, nenhuma instituição ou entidade da vida pública tem capacidade de resolver – transformam-se em problemas de natureza eminentemente política (uma indissociabilidade que é comum a todas as sociedades organizadas em função de um Estado, mas que se torna dramática no caso de Angola, porquanto o “agente” dominante do campo político, nos termos em que é narrado pelos inquiridos, é o partido-

Estado presidencializado, o agente da “democratura” ou da “ditocracia”, como observámos na secção anterior).

**Quadro 4.30. Causas dos problemas de Angola**

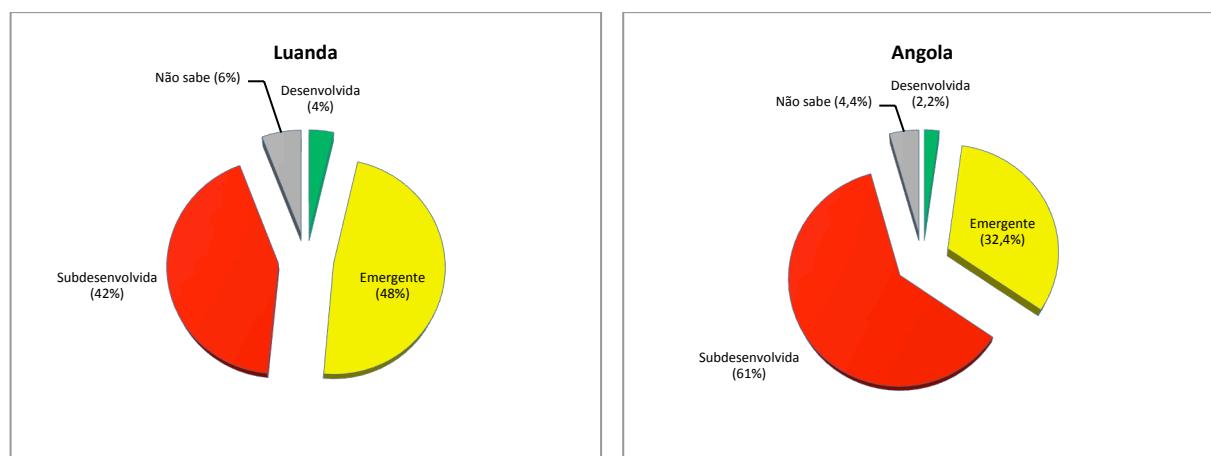


Obs. Nas “outras” questões, é referida essencialmente a ideia de “ganância” ou “gula dos dirigentes” associada ao “capitalismo selvagem” (2,9%).

Nesta tabela, e para além do que foi já formulado, é de registar a sinalização feita quanto à “reconciliação nacional inacabada” (35,3%) e às “clivagens étnicas internas” (25%), “problemas que são ainda considerados tabu para serem discutidos”, como comenta um respondente de 28 anos, natural de Milunga, na província do Uíge, e residente em Luanda (e cujo debate promovemos na secção 4.2.).

Mas continuemos a seguir a problemática do desenvolvimento, perante a evidência de que as ideias de crescimento económico e de desenvolvimento não se cruzam necessariamente. É que apesar do esforço de desenvolvimento feito na capital, em prejuízo de outras cidades e regiões (esforço que é apontado como um problema, em razão das assimetrias associadas ao mesmo), apenas 4% dos inquiridos está convencido de que Luanda se trata de uma cidade desenvolvida (como ilustra o primeiro gráfico abaixo). E o problema agrava-se se indagarmos do desenvolvimento do país no seu todo (a que, aliás, não é alheio o longo rol de questões problemáticas referenciadas pelos inquiridos).

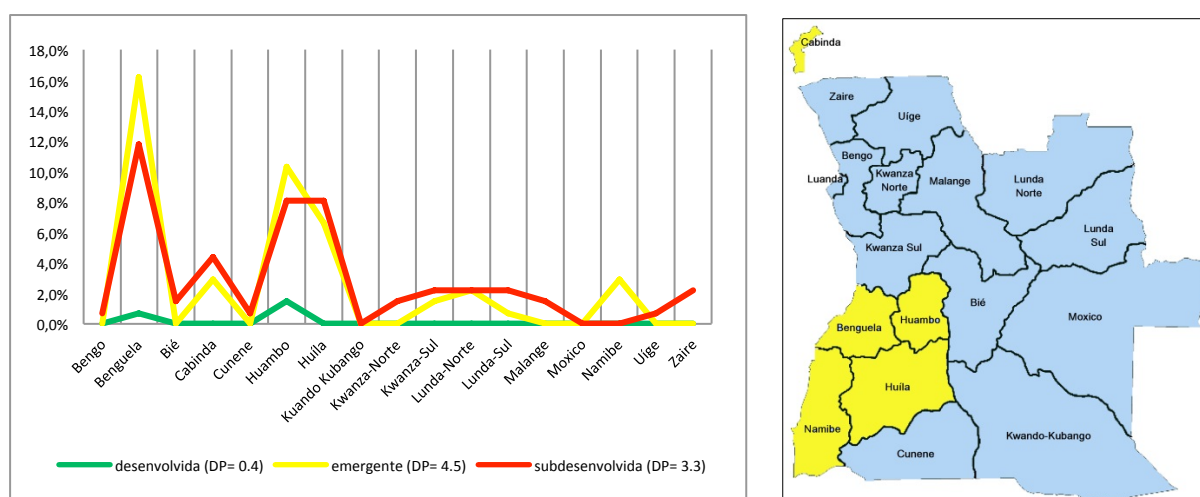
**Quadro 4.31. Avaliação do nível de desenvolvimento**



Se é certo que desenvolvimento ou subdesenvolvimento são noções vagas e imprecisas, sobretudo quando se desconhece o sentido da sua utilização, não deixa de ser relevante a “leitura” feita pelos respondentes, independentemente dos critérios que concorrem para esta avaliação. Porque traduz uma percepção, que aliás se releva particularmente interessante se capturada em questão aberta, convocando outras cidades e regiões de Angola, isto é, verificando em que áreas convergem os inquiridos.

Vejamos a distribuição.

**Quadro 4.32. Níveis de desenvolvimento por províncias**



De um modo geral, os participantes que nomeiam outras áreas além de Luanda dividem-se entre a ideia de zonas ditas subdesenvolvidas e a de zonas ditas emergentes (como dá conta o primeiro gráfico), mas concentram-se sobretudo, e aqui reside o interesse desta

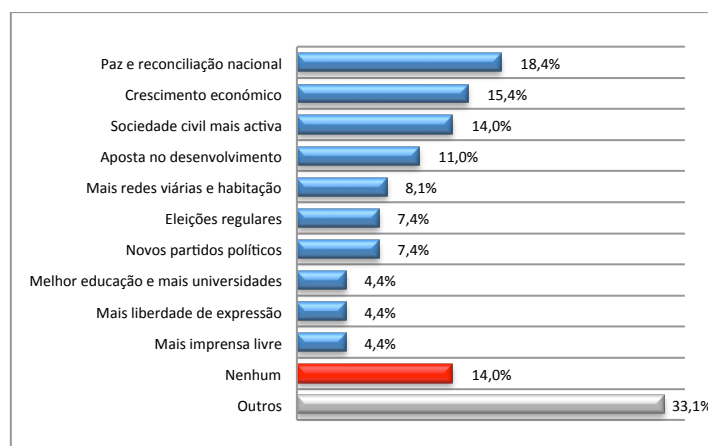
nota, em cinco províncias, nomeadamente Cabinda, Benguela, Huambo, Huíla e Namibe. Quer isto dizer que, no imaginário dos respondentes, a discussão do desenvolvimento tende a separar as regiões do litoral das do interior, à excepção do Zaire, Bengo e Kwanza-Sul (como ilustra o mapa). Ou seja, é particularmente nestas regiões do litoral que o problema se coloca – valorizando-se mais ou menos, em função do “conceito de progresso”, como sublinha um participante de 61 anos, nascido no Namibe e residente em Setúbal – uma vez que as restantes, na percepção dos inquiridos, são remetidas definitivamente para a esfera do “subdesenvolvimento”.

E tudo se deve, segundo um respondente de 24 anos, nascido e residente em Luanda, ao facto do “Governo ter a mania de priorizar mais verbas nos seus orçamentos para as províncias ou cidades do litoral”. Mas com um resultado desanimador, na opinião de um inquirido de 58 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa, porquanto “todas as regiões fora da capital são subdesenvolvidas e acodem a uma lógica de ‘postal’ para justificar as manipulações descaradas do poder”. Esta ideia é subscrita por um outro participante, de 59 anos, natural de Gabela, na província de Kwanza-Sul, e residente em Luanda, que aduz várias razões para o efeito: “A guerra provocou a concentração não planificada das populações nas grandes cidades e depois houve um erro na estratégia de criação de condições para a diminuição das assimetrias. E os principais responsáveis por isto são os interesses económicos dos grandes países que propõem soluções que são do seu interesse e não do interesse das populações locais. Somado ao critério ‘o que é bom lá fora também é bom cá dentro’, as decisões não são ‘angolanas’ mas sim do capitalismo internacional”.

Esta visão crítica dominante, em sede de problemática do desenvolvimento, reconduz-nos pois ao longo rol de problemas que Angola enfrenta, associado à referida ideia de desfuncionalidade generalizada que importa caracterizar mais em detalhe. Neste contexto, e com vista a dotar de conteúdo as preocupações assinaladas pelos respondentes, procuramos saber quais são afinal os aspectos positivos e negativos que mais se destacam na vida económica e social do país, isto é, que narrativas de poder melhor dão conta destas duas dimensões e de que modo se relacionam com o poder político e o seu exercício.

Vejamos a faceta positiva, que pode ser representada da seguinte forma:

**Quadro 4.33. Aspectos positivos da vida económica e social actual**



Obs. (DP= 7.8).

Avultam portanto várias ideias essenciais, ainda que haja uma dispersão considerável de outras observações, a que acresce a referência taxativa e relativamente expressiva a “nenhum” aspecto positivo.

Em primeiro lugar, é de salientar a singularidade, porque se trata de indagar da dimensão social e económica (ainda que ilustre o impacto que este fenómeno tem em todas as dimensões da actividade humana), da alusão recorrente à paz e à estabilidade, à reconciliação nacional (apesar de 35,3% dos inquiridos considerar que é um processo inacabado, o que em si, para os mesmos, constitui um problema). “Não existe guerra, e só quem a viveu sabe o que isso representa de positivo”, afirma um inquirido de 59 anos, que nasceu em Gabela, na província de Kwanza-Sul, e vive em Luanda. Mesmo que para alguns seja uma paz “armada”, isto é, uma situação em que “o exército está controlado até ver”, ou uma paz que ainda não se estende a todo o território nacional. “O silêncio das armas é a nossa maior conquista, excepto em Cabinda”, anota um respondente de 40 anos, que nasceu e reside na província de Kwanza-Sul.

Em segundo lugar, o propalado crescimento económico, “a fast and brutal economical development of the country”, como caracteriza um participante de 45 anos, nascido em Maquela do Zombo, na província do Uíge, e residente em Londres, não obstante o ciclo recessivo que Angola experiencia desde 2014. Este crescimento, que segundo uma respondente de 58 anos, natural e residente em Luanda, decorre do facto de haver um “sector

empresarial progressivamente mais forte”, tem vindo a consolidar-se através “do controlo da moeda angolana, de políticas de incentivo ao empresariado local e de políticas de pressão para o investimento privado na formação dos angolanos”, como regista um inquirido de 31 anos, nascido e residente em Luanda, ou da “criação de emprego com fácil constituição e apoios a micro, pequenas e médias empresas”, como regista um outro participante, de 24 anos, que nasceu em Kwanza-Sul e vive em Luanda. Em suma, e na perspectiva de um outro respondente, de 36 anos, igualmente natural e residente em Luanda, “Angola cresce a olhos vistos. E só não vê quem não quer ou está mal-intencionado”, ainda que nem todos partilhem deste optimismo, como um inquirido de 28 anos, natural de Luanda e a viver em Portugal, para o qual “há algum desenvolvimento, mas é pouco sustentável e de curto prazo”, ou uma participante de 32 anos, também de Luanda, segundo a qual “há um grande índice de crescimento económico mas pouco desenvolvimento humano”.

Em terceiro lugar, a percepção de uma dita sociedade civil mais activa, observada sobretudo através das acções de protesto que têm sido protagonizadas pelos mais jovens, como destaca um respondente de 38 anos, nascido e residente em Luanda, para o qual “a juventude que se rebela hoje contra os 36 anos de poder do senhor José Eduardo dos Santos é a geração dos netos dele, o que é uma grande vergonha”. Opinião partilhada por uma inquirida de 24 anos, igualmente natural e residente em Luanda, segundo a qual, “os jovens, lançados à sua sorte, começam a não deixar que a vontade do partido governante se consuma e uniram-se em bloco pela primeira vez para protestar contra os assassinatos políticos do regime”. Em suma, como salienta um outro participante, de 54 anos, nascido na província de Kwanza-Sul e residente em Luanda, “apesar de se tratar de uma democracia musculada, o povo, no seu dia-a-dia, nas ruas, nos cafés, nos mercados, diz o que pensa”.

Um outro aspecto positivo assinalado pelos participantes é a aposta no desenvolvimento, que se cruza com o de mais redes viárias e habitação, porquanto neste particular o desenvolvimento é entendido essencialmente como a construção ou reconstrução das infra-estruturas nacionais, a que acrescem expressões como “integração regional” e “modernização de Angola” ou a ideia de “resolução dos problemas que assolam o povo, nomeadamente a (quase) resolução do problema habitacional”, como indica uma respondente de 24 anos, que nasceu em Menongue, na província de Kwando-Kubango, e vive em Luanda, ainda que haja reservas, como observa um inquirido de 38 anos, também nascido e residente em Luanda: “tem-se registado uma grande actividade na reparação das vias rodoviárias e ferroviárias e na construção de moradias, mas é tudo de pouca qualidade e durabilidade”.



Destacam-se também a realização de eleições regulares e “livres”, “sem caos nem problemas”, e a criação de novos partidos políticos, em que avulta a CASA-CE. “Esta força da oposição trouxe uma nova vitalidade e tem atraído grande parte da população que se encontra perdida entre as promessas falsas de um partido e o sono de outro partido, que são os tradicionais no país”, explica um respondente de 30 anos, que nasceu e vive em Luanda. Trata-se pois da “existência de multipartidarismos, mesmo com pouca intervenção da oposição”, como defende um inquirido de 45 anos, nascido em Cambambe, na província de Kwanza-Norte, e residente em Luanda, da “manutenção de uma ambiência política que não permite comodismos políticos”, como sustenta um outro participante, de 37 anos, igualmente nascido e residente em Luanda, ou do “interesse da oposição em criar uma plataforma para a democratização de Angola”, como refere uma respondente de 46 anos, que nasceu no Cuito, na província de Bié, e vive em Luanda.

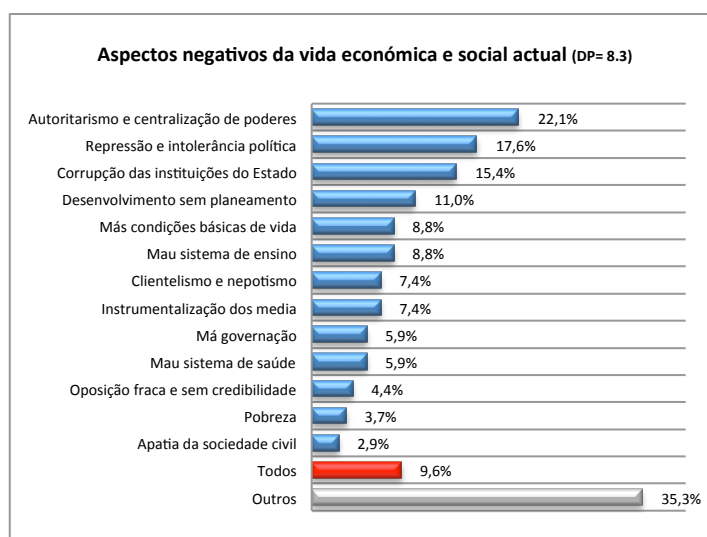
O reforço da educação, sobretudo com a criação de novas universidades e uma relativa maior liberdade de expressão, traduzida por exemplo pela possibilidade de haver uma “discussão aberta sobre determinados temas de que pouco ou não se falava”, como indica um participante de 28 anos, nascido no Huambo e residente em Benguela, apesar de que se fale ainda “muito nas entrelinhas”, como sublinha uma inquirida de 58 anos, nascida e residente em Luanda, são duas outras questões postas em destaque, a par de uma maior liberdade de imprensa, se bem que se manifeste de forma tímida, como observa uma outra respondente de 58 anos, também de Luanda: “alguns jornais privados – poucos – já conseguem noticiar diferente, mas com muito pouca qualidade”.

De modo mais avulso são referidos ainda alguns outros aspectos considerados positivos como (i) um maior acesso à informação através da internet, que permite “uma maior consciencialização da população”, no sentido de que “vai tendo mais noção do que se tem e ainda se pode ter”, como assinala um inquirido de 26 anos, que nasceu no Huambo e vive em Lisboa; (ii) a crescente afirmação internacional de Angola, pela via de uma “política internacional de não alinhamento às potências ou de subserviência”, como sublinha um participante de 27 anos, nascido no Cuito, em Bié, e residente em Luanda; (iii) o aprofundamento da democracia, com “alguns processos de intervenção democrática e mais possibilidades de escolha para os cidadãos”, como defende uma respondente de 60 anos, que nasceu em Lubango, na província de Huíla, e vive em Lisboa, a que não é alheia (iv) uma “nova mentalidade dentro do MPLA”, com a manifestação de “alguns lampejos críticos”, segundo um inquirido de 58 anos, nascido em Luanda e a viver em Lisboa; (v) o

aparecimento de uma classe média que, “apesar dos muitos defeitos, está hoje a sedimentar-se”, como anota um respondente de 54 anos, que nasceu em Gabela, na província de Kuanza-Sul, e vive em Luanda; ou (vi) a inexistência de legislação homofóbica ou pena de morte.

Quanto à faceta negativa, pode ser representada do seguinte modo:

**Quadro 4.34. Aspectos negativos da vida económica e social actual**



Obs. (DP= 8.3).

Neste plano, avultam várias ideias principais (com a particularidade de serem mais profundas, no sentido de que registam um maior número de incidências, e de remeterem de forma mais evidente para a esfera política) bem como uma dispersão considerável de outras opiniões e igualmente a referência taxativa a “todos” os aspectos como negativos, ainda que com menor peso do que sucede nos aspectos positivos, o que sugere, na perspectiva dos inquiridos, mais facilidade em comunicar o que consideram ser mau do que o que classificam como bom.

Os dois grandes problemas da vida económica e social de Angola, ou seja, os dois aspectos negativos mais sinalizados pelos participantes referem-se (i) ao modo autoritário e centralizado como o poder político é exercido e o impacto que esse exercício tem nestas duas dimensões da actividade dos indivíduos, na medida em que se manifesta pela via da (ii) repressão e da intolerância política, isto é, promovendo a cultura do medo e do silêncio, um sistema que oprime e censura, que nega as liberdades fundamentais e tende a distorcer o sentido da livre iniciativa e da mobilidade social, porque tudo tem razões políticas e pode ser uma ameaça para o Estado. Trata-se pois, como caracteriza um respondente de 40 anos, nascido no Uíge e residente em Luanda, do “confisco do poder real por um grupo restrito de

pessoas”, designadamente “os generais e a família do presidente”, como afirma um participante de 29 anos, de Luanda, ou na leitura de um outro inquirido, de 58 anos, que nasceu e vive em Luanda, do “apoderamento do espaço político, económico, social e informativo pela classe política dominante com a arrogância própria de um ‘novo-milionarismo’ sem educação”, que se traduz, segundo um outro participante, de 30 anos, igualmente de Luanda, na “monopolização do sistema financeiro, das forças de segurança, da polícia nacional, das forças armadas, dos meios de comunicação, tudo em prontidão para defender a causa do partido no poder”. Logo, “a incapacidade do Governo em dialogar com a sociedade e de prestar atenção aos problemas reais do país”, como assinala uma respondente de 46 anos, nascida em Cuito, na província de Bié, e residente em Luanda, ou o “desprezo dos políticos e grandes empresários pelos seus concidadãos”, como observa uma outra inquirida, de 58 anos, também de Luanda, expressões materiais de uma “estabilidade fundada no poder da força e na alienação das necessidades sociais das maiorias”, segundo anota uma outra participante, de 39 anos, de novo de Luanda, que resulta, por exemplo, na “fraca qualidade da planificação das oportunidades para a realização dos sonhos individuais dos cidadãos, sobretudo das políticas públicas para a promoção da cidadania”, como conclui um respondente de 35 anos, que nasceu e vive em Lobito, na província de Benguela. Daí que “os políticos têm que se aproximar mais da população e serem responsabilizados pelos seus sucessos e insucessos”, remata um inquirido de 27 anos, de Luanda. É que “falar sobre o que se pensa ainda é crime em Angola”, alega um respondente de 34 anos, nascido e residente no Lobito, em Benguela, uma vez que, acrescenta um outro inquirido, também de 27 anos e de Luanda, “quem tem opinião sobre a má governação é considerado um manifestante, e deve ser reprimido, ou quer guerra, e deve ser morto”. Em suma, e como sintetiza um participante de 40 anos, que nasceu e vive em Sumbe, na província de Kwanza-Sul, “estamos a falar de prisões arbitrárias, assassinatos, raptos, demolições de casas, expropriações de terras, de constantes violações dos direitos humanos e de uma impunidade total”.

O terceiro aspecto negativo, intimamente associado aos dois primeiros, é a corrupção das instituições do Estado (que aparece, aliás, como vimos, no topo da lista dos principais problemas que Angola enfrenta e se cruza com o clientelismo e nepotismo que os participantes identificam como outro aspecto com um profundo impacto negativo na vida económica e social do país). Uma “corrupção institucionalizada”, nas palavras de um respondente de 31 anos, que nasceu e vive em Luanda, uma “corrupção em larga, elevada e descarada escala”, como aduz um outro inquirido, de 58 anos, igualmente de Luanda. “Há

uma delapidação total dos recursos do país, enquanto o desenvolvimento humano é quase zero. Desconheço até que ponto o petróleo está já empenhado e por quantas décadas”, concretiza o mesmo participante. Daí as inúmeras referências a expressões como “clientelismo”, “compadrio”, “nepotismo” “cabritismo” ou “tráfico de influências”. “É constante o desvio de fundos públicos pelos dirigentes políticos”, anota um inquirido de 38 anos, também de Luanda. “Em tudo há corrupção. Nas reuniões, os políticos estão mais preocupados em receber casas ou carros através dos projectos de investimento, ao invés de se preocuparem com o povo”, corrobora um outro participante, de 26 anos, igualmente nascido e residente em Luanda. “Os agentes da polícia fazem o mesmo com as famosas ‘gasosas’”, acrescenta um respondente de 50 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa, visão partilhada por um outro inquirido, de 51 anos, natural e residente em Luanda. “Há uma incapacidade de dotação das forças policiais e dos órgãos superiores de justiça e magistratura de quadros coerentes e não corruptos, com vontade de efectivamente se começar a crescer em termos de cidadania e direitos humanos”, observa, fazendo eco das críticas, assinaladas na secção anterior, em relação aos tribunais e sistema judicial. Chegamos assim mais uma vez ao referido paradigma “patrão-cliente” e à dinâmica das redes estatais de redistribuição clientelar que pressupõem, segundo um respondente de 30 anos, também de Luanda, “a criação e elaboração de leis que apenas beneficiam quem está no poder” ou “a excitação pelos partidos na distribuição de favores”, como refere um outro participante, igualmente de 30 anos, que nasceu em Malange e vive em Luanda. “Os políticos não são tecnocratas sábios e têm demasiados negócios a interferir com o ‘correcto’ para a Nação”, conclui um inquirido de 28 anos, nascido em Luanda e residente em Portugal.

Neste contexto, o paradoxo do desenvolvimento volta a ser referenciado como um problema estrutural com repercussões em sectores como a saúde ou o ensino e nas próprias condições básicas de vida dos angolanos. “Há um crescimento económico desacompanhado de desenvolvimento económico, pois enquanto o primeiro se refere ao PIB, o segundo envolve outros aspectos relacionados com o bem-estar social de uma Nação, como os níveis de educação, saúde, entre outros indicadores de bem-estar”, observa um respondente de 37 anos, de Luanda, explicando a descoincidência registada atrás entre a percepção tendencialmente optimista quanto ao crescimento económico de Angola e o estado de espírito pessimista dos participantes neste estudo se questionados em relação à resolução dos problemas económicos e sociais de Angola. Trata-se pois da contradição entre “investir muito em infra-estruturas e investir pouco no homem”, para usar as palavras de um inquirido de 25

anos, de Luanda, que resulta num baixo índice de desenvolvimento humano ou na “forma desigual como este crescimento económico tem sido distribuído pela população”, como assinala um participante de 26 anos, nascido no Huambo e residente em Luanda. “Há falta de quase tudo: empregos, habitações, saneamento básico, água, luz, etc.”, acrescenta, coincidindo com a opinião de um respondente de 61 anos, que nasceu no Namibe e vive em Setúbal, segundo o qual “é notável a não inclusão de melhorias no quotidiano do povo em proporção directa com o crescimento económico”. “Tenta-se mostrar grandes avanços nas políticas de educação, saúde, etc., mas não há uma definição que torne sustentáveis estas políticas”, comenta um inquirido de 72 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa. Em resultado, como aduz uma respondente de 51 anos, de Luanda, “neste momento, temos duas gerações sem instrução e cultura e sem hábitos de trabalho”. “Estas situações estão a minar a jovem democracia, a ameaçar a paz e a adiar o desenvolvimento do país”, comenta um inquirido de 40 anos, nascido e residente em Sumbe, na província de Kwanza-Sul, aprofundando, como observa um outro respondente, de 45 anos, que nasceu e vive em Cabinda, “as enormes diferenças entre as zonas urbanas e as zonas rurais, onde não há estradas, escolas ou indústrias”.

É um problema de má governação, de “dirigentes pouco visionários”, como caracteriza uma participante de 26 anos, de Luanda, com “falta de ‘profissionalismo’ e ética”, nas palavras de outro inquirido de 32 anos, natural de Luanda e a viver em Lisboa, ou seja, num cenário de “total impreparação dos quadros políticos, quase todos sem qualquer peso específico, nem capacidade para inverter decisões presidenciais, nem interesse em correr riscos”, como anota um respondente de 58 anos, igualmente de Luanda e a residir em Lisboa, para o qual “há um total conformismo e resignação por parte dos políticos”, o que resulta, segundo um inquirido de 61 anos, que nasceu no Lobito, em Benguela, e vive em Madrid, “na pouca eficácia governativa e no investimento em projectos megalómanos em detrimento da solução de outros aspectos sociais muito importantes”.

Mas é também um problema da oposição, dos “partidos da oposição que parecem cada vez mais incipientes e incapazes de se converterem numa força alternativa”, como salienta uma respondente de 31 anos, natural e residente em Luanda, “uma oposição fraquíssima, sem visão e sem estratégia de trabalho”, como sublinha uma outra inquirida, de 58 anos, igualmente de Luanda, para a qual “os partidos da oposição trabalham apenas em vésperas de eleições, não fazendo educação para o voto; os candidatos não são conhecidos do povo nem fazem esse esforço atempadamente. Em contrapartida, os partidos estabelecem metas

demasiado ambiciosas, mas não sabem capitalizar os momentos e os factos políticos de forma inteligente, nem preparar quadros para a Assembleia Nacional de modo a que haja intervenções técnicas de qualidade”. Em suma, “há uma falta de credibilidade dos partidos da oposição e a noção, por parte da população, de que se fossem detentores do poder, teriam o mesmo comportamento que o dos actuais dirigentes”, conclui um participante de 54 anos, que nasceu em Gabela, na província de Kwanza-Sul, e reside em Luanda.

O que significa que é igualmente um problema da dita sociedade civil, com “falta de cultura política”, na opinião de um respondente de 37 anos, que nasceu e vive em Luanda, “apática e inerte”, “conformada”, acabando por, como anota um inquirido de 28 anos, nascido e residente em Benguela, “não se envolver na vida pública”.

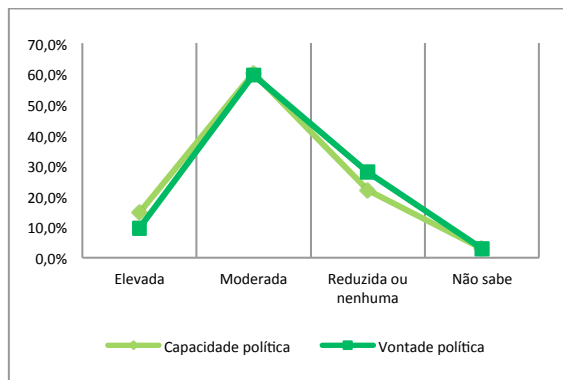
Além de todas estas questões, é referido o problema da pobreza, entendido como uma consequência directa da má governação e das políticas de desenvolvimento, uma “pobreza extrema num país que exporta recursos com rendimentos fabulosos”, segundo um participante de 60 anos, que nasceu em Luanda e vive no Porto, e o da instrumentalização ou manipulação dos media, públicos e privados, sobretudo por parte do Estado, através de campanhas de desinformação ou da negação da liberdade de imprensa, o que traduz, na perspectiva de um respondente de 36 anos, natural e residente em Luanda, “a não existência de uma verdadeira democracia nos media”. É também uma matéria que seguiremos à frente com mais detalhe.

De forma mais avulsa são referidos ainda alguns outros aspectos considerados negativos como (i) a burocracia excessiva, “tanto para nacionais como para estrangeiros”, como assinala um inquirido de 43 anos, nascido em Benguela e residente em Luanda; (ii) “o custo de vida irracional e inviável nas cidades”, nas palavras de uma respondente de 58 anos, de Luanda; ou (iii) a falta de políticas de emprego, que se cruza, para alguns participantes, com a problemática da imigração (que observámos acima), no sentido de que há um “desprezo da mão-de-obra nacional e a aceitação do estrangeirismo”, como refere um participante de 38 anos, igualmente de Luanda, secundado por um outro de 37 anos, nascido em Luanda e residente em França, para o qual “os nacionais não são valorizados quando se sabe que a força de um país está sempre nos nacionais, seja qual for a sua origem ou raça”, a que acresce, por outro lado, a “discriminação dos portugueses nascidos em Angola”, conforme observa um inquirido de 61 anos, que nasceu em Malange e vive em Lisboa.

Perante todas estes constrangimentos, que os respondentes tendem a reenviar para o campo político, designadamente para a esfera da acção e decisão política – ou seja,

implicando as instituições do Estado mas também outros “agentes”, na prática, os “políticos” no geral – coloca-se de novo o problema da *capacidade* e da *vontade* para a resolução dos problemas, aplicado especificamente à classe política.

**Quadro 4.35. Capacidade vs. vontade dos políticos para resolver os problemas do país**



E neste particular, ainda que seja uma avaliação geral (que não distingue os “agentes”, nos termos que seguimos na secção anterior a propósito, por exemplo, dos níveis de confiança ou da análise do desempenho das várias instituições e entidades da vida pública), não deixa de ser paradigmática a leitura dos inquiridos, porquanto se trata, insistimos, dos “políticos” no geral: não só não há uma diferenciação entre capacidade e vontade, o que neutraliza o argumento de que “não se faz porque não é possível”, como ambas são percebidas de forma tendencialmente negativa, o que significa uma responsabilização acrescida da classe política (de quem decide e como decide) pelo estado da Nação.

Em suma, no plano económico e social, os participantes neste estudo sinalizam essencialmente as seguintes questões:

(i) ainda que o desenvolvimento seja um conceito vago que atende a muitas especificidades locais e regionais, não percebidas e/ou valorizadas da mesma forma por todos os participantes, no geral, e visto a partir de dentro, Angola é considerado um país “subdesenvolvido”, com a excepção de Luanda, e algumas outras cidades, designadamente Cabinda, Benguela, Lobito, Lubango, Huambo e Namibe, que dividem as opiniões no sentido de serem encaradas também como espaços “emergentes”. Esta discussão sobre os níveis de desenvolvimento tende a separar as regiões do litoral das do interior, à excepção das províncias do Zaire, Bengo e Kwanza-Sul, uma vez que é particularmente nestas áreas do litoral que o problema se coloca. As restantes, na percepção dos inquiridos, são remetidas definitivamente para a esfera do “subdesenvolvimento”;

(ii) a título pessoal, para os respondentes, a situação económica e financeira é objecto de optimismo que tende a estender-se em relação ao futuro, não apenas individual mas também colectivo, porquanto é tendencialmente aceite a ideia segundo a qual há manifestos sinais de crescimento económico (não obstante os efeitos recessivos que se sentem em Angola desde a crise petrolífera de Junho de 2014);

(iii) a percepção optimista dá lugar porém a um profundo pessimismo se forem convocadas questões que apelam para a descoincidência entre crescimento económico e desenvolvimento humano, cujo reconhecimento por parte dos inquiridos implica a enumeração de um longo rol de problemas e o reenvio dos mesmos para o campo político, designadamente para o das instituições do Estado, um campo dominado tendencialmente, nesta perspectiva, por uma governação autoritária, centralizada, repressiva e intolerante (enredada na corrupção e no clientelismo);

(iv) apesar dos inúmeros problemas referenciados, com repercussões em sectores como o emprego, a saúde ou o ensino e nas próprias condições básicas de vida dos angolanos, são reconhecidos vários progressos, em que avulta sobretudo o princípio da paz e da reconciliação nacional (ainda que, para cerca de um terço dos respondentes, seja um processo inacabado ou entendido no “sentido armado do termo”).

Acresce uma singularidade relacionada com a problemática da imigração: não obstante a maioria dos participantes mostrar indiferença em relação à presença de estrangeiros em Angola, cerca de um quarto produz uma análise crítica e diferenciadora que penaliza tendencialmente os asiáticos e africanos, em particular os libaneses, congolezes, malianos, são-tomenses e guineenses.

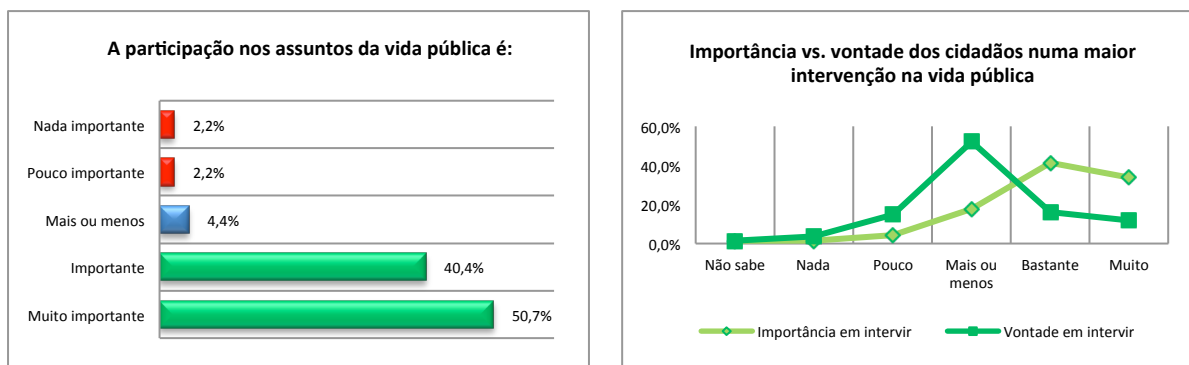
#### **4.7. Da cidadania e participação na vida pública**

Desvelados os principais problemas que Angola enfrenta, no imaginário dos inquiridos, bem como as razões que concorrem para os mesmos nas suas várias dimensões, importa perceber como os participantes neste estudo lidam com essa percepção da realidade, isto é, como interagem e se manifestam, sobretudo no campo político – ou seja, considerando-os também como “agentes”, “outros agentes” do campo político – porquanto é nele que tendem a identificar a matriz estruturante de toda a ordem social, económica, histórica e cultural do país. Trata-se pois de apelar para a sua condição de “agentes” da dita sociedade civil e observar as narrativas de poder que dela emanam.



Neste contexto, procuramos identificar as dinâmicas de participação na vida pública e os sistemas de valores que conduzem a acção política destes indivíduos, pelo que começamos por recuperar a análise sobre a participação e grau de envolvimento dos respondentes em vários tipos de organizações e associações (questão que lançámos na secção 4.3. a propósito da actividade religiosa), partindo de uma questão geral: a da importância dada à intervenção dos cidadãos na esfera pública.

**Quadro 4.36. Importância vs. vontade da participação nos assuntos da vida pública**



A tabela acima não deixa dúvidas: 91,1% dos inquiridos considera importante ou muito importante a participação nos assuntos da vida pública. Uma tendência que se mantém, ainda que recue (como mostra o gráfico), ao perguntarmos aos respondentes se consideram que a participação pode contribuir para melhorar a situação do país: 75% diz que sim, embora a indiferença suba dos 4,4% para os 17,7%, o que sinaliza algum descrédito quanto aos efeitos práticos da intervenção. E agrava-se quando se trata de indagar da vontade, isto é, da vontade em participar que os inquiridos identificam nos demais, nos seus pares. Com efeito, apenas 27,9% acredita que os outros, os angolanos no geral, estão empenhados em intervir na vida pública; 52,2% tem dúvidas.

Perante isto, importa pois explicitar que formas de “participação” estão presentes no imaginário dos respondentes.

**Quadro 4.37. Participação em organizações e associações**



Obs. Em relação à “participação” em partidos políticos, o número aqui referenciado (28,7%) é superior ao total daqueles que dizem estar filiados (21,3%), o que indicia que a ideia de “participar”, na perspectiva dos respondentes, não implica necessariamente a filiação partidária; pode resultar também da mera simpatia por uma determinada formação político-partidária<sup>161</sup>.



Obs. A título de referência, a distribuição por filiação partidária dos que dizem assumir ou ter assumido cargos em partidos políticos é a seguinte: UNITA (0,7%), CASA-CE (1,5%) e MPLA (2,2%).

É que apesar de ser considerada importante, se medirmos a participação, por exemplo, através da adesão a organizações e associações da vida pública, chegamos à evidência de que cerca de metade daqueles que subscrevem a afirmação declina qualquer actividade de carácter associativo (como ilustra o primeiro gráfico). Aliás, a média dos que expressam o seu interesse de participação por esta via é de apenas 33,3%, valor distante dos 91,1% inicialmente apurados na questão genérica. De resto, se indagarmos em matéria de responsabilidades assumidas dentro destas organizações, a média cai para 4,2% (como mostra o segundo gráfico).

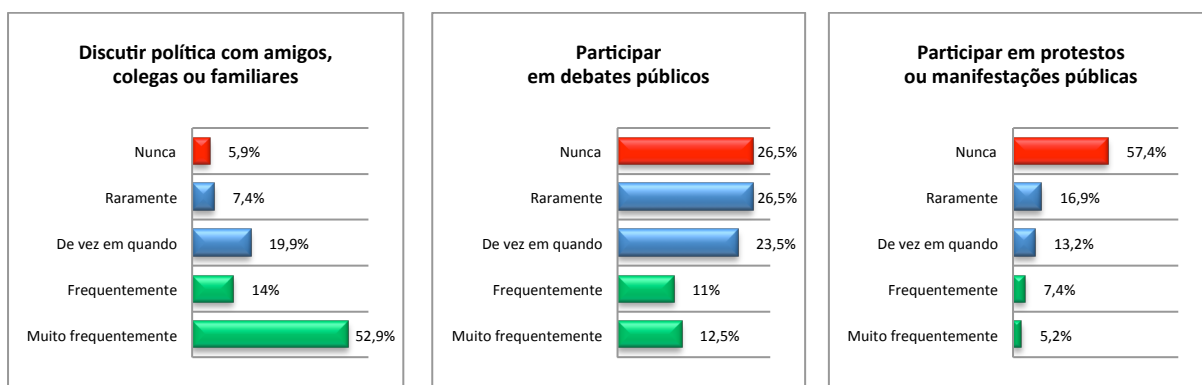
Mas neste particular há pelo menos dois aspectos que devem ser assinalados: por um lado, o baixo índice de adesão a organizações sindicais (o que faz eco da tendência de avaliação negativa da acção dos mesmos e da importância que lhes é atribuída, como registámos na secção 4.6.) e, por outro, em sentido contrário – se excluirmos as organizações religiosas e as desportivas (que remetem, à partida, para dimensões “mais distantes” da esfera

<sup>161</sup> Poder-se-á argumentar que a distinção aqui feita entre partido político e movimento político não é devidamente informada, pelo que terá inquinado a distribuição das frequências. Contudo, se correlacionarmos as variáveis, verifica-se que a “participação em partidos políticos” abrange todos os que estão filiados e alguns que têm simpatias partidárias. Mas não inclui nenhum inquirido que não se reveja de um modo ou de outro num partido político, o que significa que aqueles que consideram “participar em movimentos políticos” fazem-no sem referência a qualquer formação partidária em particular, procedendo portanto à referida distinção. De resto, esta coincidência entre o sentimento de “participar” num partido político e estar filiado ou ser simpatizante indica não só, como formulámos, que (i) “participar” tanto envolve os que são filiados como os que são simpatizantes de partidos políticos, mas também que, para alguns, (ii) o sentimento de “simpatia” não é suficiente para que considerem que “participam”.

política) – o considerável índice de adesão a movimentos cívicos ou comunitários (que também faz eco, neste caso, da tendência de avaliação positiva da acção dos mesmos).

Ora, considerando que o envolvimento em organizações e associações abrange apenas cerca de metade daqueles que consideram a participação na vida pública importante ou muito importante, vejamos se a mesma é expressa por outras vias, designadamente através da participação em determinadas actividades, como as que listamos abaixo.

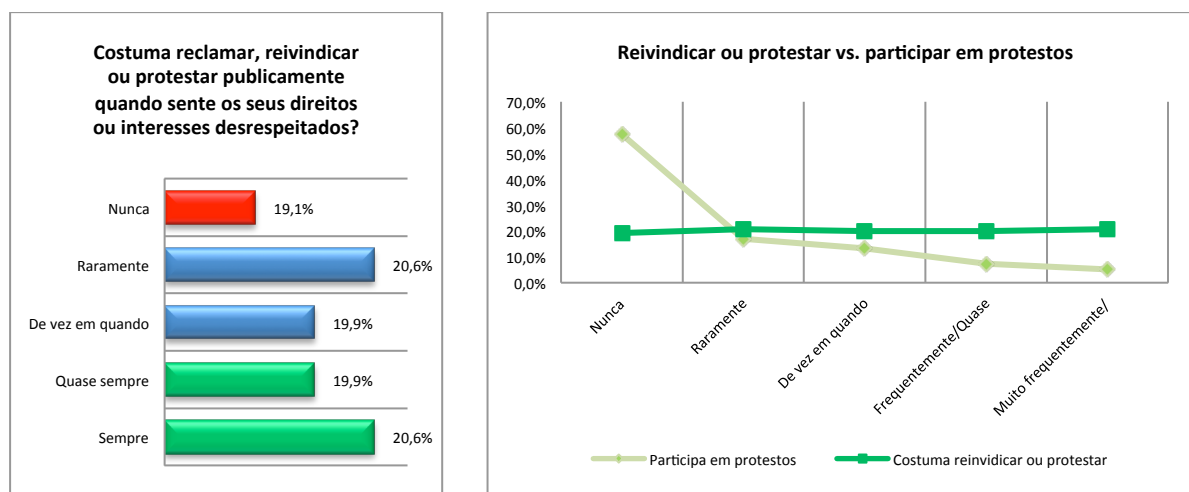
**Quadro 4.38. Participação em actividade públicas**



Pela leitura das três tabelas, é de concluir que, na esfera privada, entre amigos, colegas e familiares, a discussão de temas políticos é uma acção tendencialmente frequente. Dir-se-ia que é uma forma de participação na vida pública, porquanto presume uma necessidade dos respondentes em reflectir e partilhar com terceiros a sua visão sobre factos da vida pública que experienciam, ou seja, factos relacionados com o sistema de poder. A questão é que, à medida que a actividade se torna mais pública ou adquire maior exposição, a frequência da “participação” diminui, sobretudo quando se trata de “contestar” (como demonstra a evolução da linha vermelha assinalada nas tabelas, sintomática da inversão do sentido da participação entre a primeira e a terceira actividade).

A carga “sensitiva” ou problemática da contestação em contexto público é, de resto, sinalizada por uma pequena subtizela obtida pela reformulação da questão.

**Quadro 4.39. Participação em acções de reivindicação e protesto**

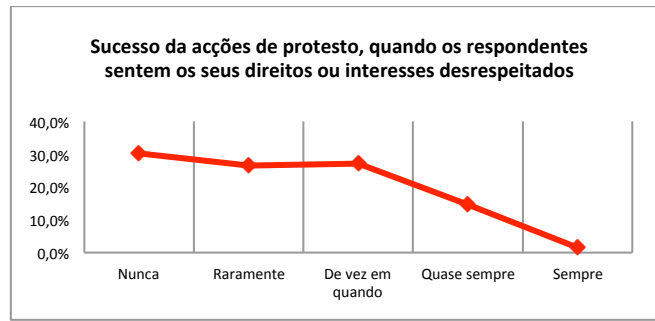


Ao olharmos para a tabela, o primeiro impulso é o de considerar que, afinal, a “contestação” em contexto público não é tão reduzida como é sugerido pelas respostas acima em relação à “participação em protestos ou manifestações públicas”. Mas se sobrepusermos as duas tabelas (de que resulta o gráfico), verifica-se que a utilização de diferentes expressões conduz a duas tendências distintas que expressam a ideia de que, para os inquiridos, é mais fácil ou comum reivindicar ou protestar do que *participar* em protestos.

É que reclamar, reivindicar ou protestar publicamente quando os direitos ou interesses do indivíduo são desrespeitados é diferente de *participar* em protestos ou manifestações públicas. A primeira acção não implica necessariamente sair para rua em protesto, ou seja, não pressupõe de imediato um grau acentuado de exposição pública. Mas a segunda implica. Além de que a primeira envolve um objecto de contestação mais restrito, tendencialmente da esfera individual, enquanto na segunda o objecto de contestação é entendido como mais geral ou que a muitos diz respeito. O que significa que, no primeiro caso, estamos perante uma actividade menos pública do que a que está subjacente ao segundo caso, pelo que se mantém a “regra”: quanto mais pública é a actividade menor é a frequência da “participação”.

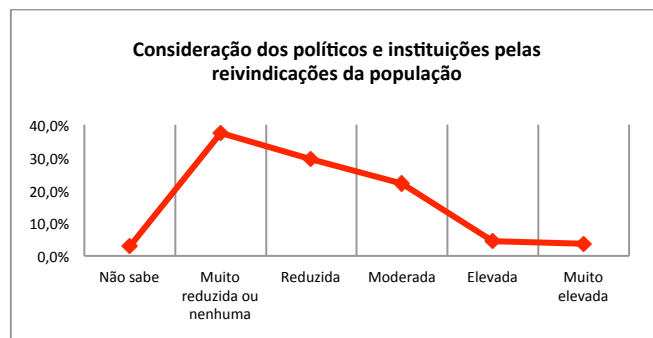
Até porque, em termos práticos, na percepção dos respondentes, independentemente da frequência do protesto, o sucesso do mesmo é tendencialmente negativo (como indica o gráfico abaixo);

**Quadro 4.40. Sucesso das acções de protesto**



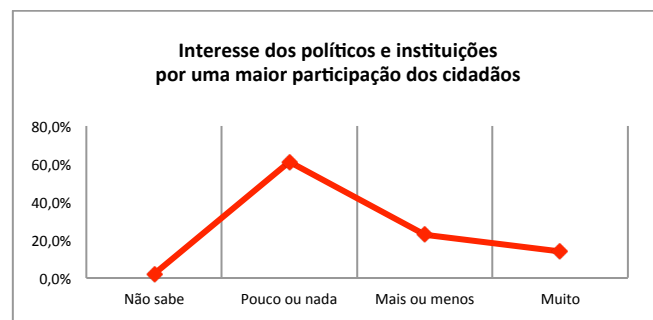
Porquanto os políticos tendem, segundo os inquiridos, a não ouvir ou a ter em conta as reivindicações da população;

**Quadro 4.41. Interesse dos políticos pelas reivindicações populares**



Tal como tendem a não mostrar interesse pela própria participação dos cidadãos na vida pública.

**Quadro 4.42. Interesse dos políticos pela participação dos cidadãos**



Ainda assim, e não obstante os vários constrangimentos referidos pelos respondentes, é de reconhecer a ambiguidade de que a ideia de reivindicar ou protestar é portadora, bem como, no limite, uma certa descoincidência entre (i) *ter vontade* ou *direito de* e (ii) *materializar* a contestação.

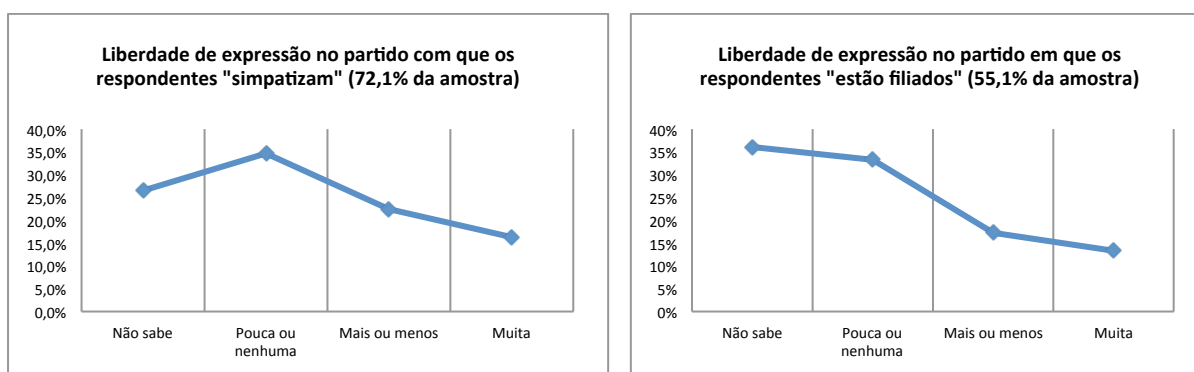
Neste particular da participação na vida pública podemos aduzir um outro indicador: 87,5% dos inquiridos nunca se candidatou a quaisquer eleições (políticas ou outras), o que coincide de certo modo com a relativa pouca adesão à vida político-partidária activa (que abarca apenas 21,3% da amostra, como observámos na secção 4.6., apesar de, em matéria de simpatia partidária, o número subir para os 37,5%).

São valores modestos para uma sociedade tão “politizada” como a angolana – como dão conta muitos dos indicadores que temos vindo a seguir – o que sugere que pode haver outros aspectos por identificar.

Vejamos o problema da liberdade de expressão nos partidos políticos, cuja utilidade reside não só na possibilidade de compreender melhor a tendência para o “apartidarismo” (questão que não é alheia à participação dos indivíduos nos assuntos da vida pública), como também na possibilidade de averiguar eventuais discrepâncias nos valores registados.

E é justamente este último aspecto que se evidencia desde logo ao indagarmos da liberdade de expressão no partido com o qual os respondentes simpatizam, questão que, à partida, deveria ser aplicável apenas a 37,5% dos participantes, isto é, àqueles que indicam a sua simpatia partidária. Contudo, as respostas mobilizam 72,1% da amostra, ou seja, mais 34,6% de inquiridos. O mesmo sucede em matéria de filiação partidária: apenas 21,3% dos respondentes indica ser membro de um partido, mas associada à liberdade de expressão, a questão mobiliza respostas de 55,1% da amostra, isto é, mais do dobro.

**Quadro 4.43. Liberdade de expressão nos partidos políticos (declarada)**



Obs. Apenas 51 respondentes indicam a sua simpatia partidária. Mas se se perguntar se há liberdade de expressão no partido político com o qual os inquiridos simpatizam, 98 respondem, ou seja, mais 47 (quase o dobro), que haviam dito não ter qualquer simpatia partidária. Acrescem os que “não sabem”: no primeiro caso, são 10; no segundo, passam a ser 26.

Obs. Apenas 29 respondentes indicam ter filiação partidária. Mas se se perguntar se há liberdade de expressão no partido político no qual os respondentes estão filiados, 75 respondem, ou seja, mais 46, que haviam dito não ter filiação partidária. Acrescem os que “não sabem”: no primeiro caso, são 5; no segundo, passam a ser 27.

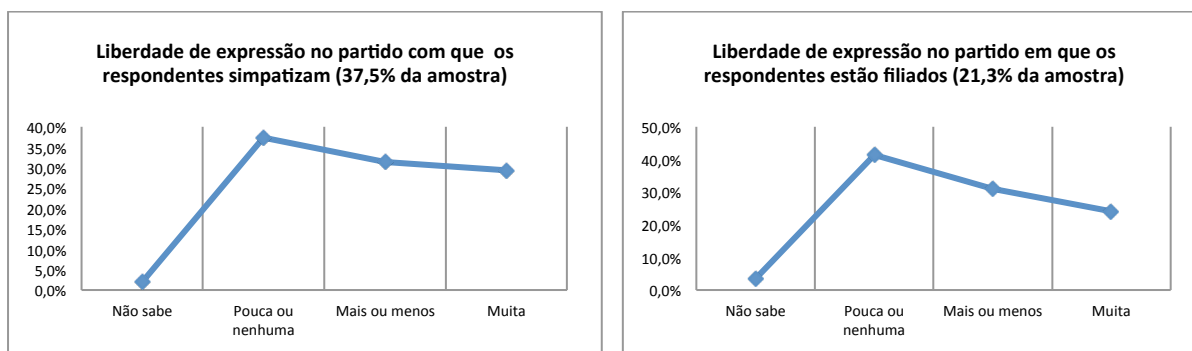
Estas discrepâncias apelam pois para os “códigos de silêncio” a que neste estudo temos vindo a fazer referência, sugerindo que, no plano da simpatia partidária, é mais difícil

(ou há uma manifesta tendência nesse sentido) nomear partidos políticos com os quais se simpatiza (uma ideia vinculativa) do que referir o grau de liberdade de expressão nos mesmos *em abstracto*, isto é, sem se designar explicitamente o partido A ou o partido B (uma ideia valorativa mas não vinculativa neste caso). O mesmo raciocínio é aplicável no plano da filiação partidária, ou seja, sugerindo que, para os inquiridos, é tendencialmente mais fácil avaliar a liberdade de expressão de um partido (que, nesta perspectiva, é de supor que assuma a forma de “partidos em geral”) quando se diz não estar filiado em qualquer partido político.

E mesmo assim, em ambos os casos, há reservas. Porque tanto num como noutro, sobe o número dos respondentes que escolhem a opção “não sabe” (quando o expectável seria que considerassem as questões como não aplicáveis, ou seja, não respondendo, como aliás está indicado no formulário do questionário)<sup>162</sup>.

Quanto à liberdade de expressão nos partidos políticos em si, é dominante a tendência de uma avaliação negativa por parte dos participantes, tanto se consideramos todos os que se pronunciam, nos termos que seguimos acima, como também se analisarmos apenas a avaliação daqueles que indicam efectivamente a simpatia (37,5% da amostra) e a filiação partidária (21,3%).

**Quadro 4.44. Liberdade de expressão nos partidos políticos (“aplicável”)**



De resto, se compararmos os dois grupos, os mais críticos são os inquiridos com filiação partidária (como indica o segundo gráfico), o que torna ainda mais relevante esta tendência, dado a maior proximidade destes indivíduos com estas organizações políticas.

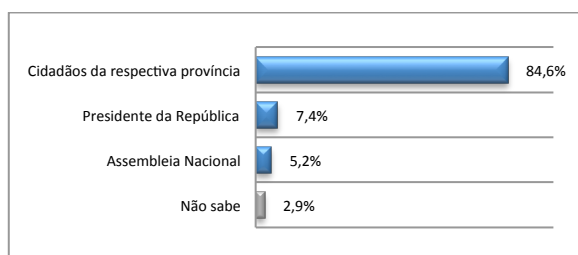
Chegamos assim à evidência de que, apesar da participação na vida pública ser considerada importante na medida em que pode ser um contributo para a resolução de

<sup>162</sup> Nas duas perguntas – que são facultativas, contrariamente ao que sucede com muitas outras em que o formulário obriga a uma resposta – há a indicação explícita “responda apenas se for aplicável”.

determinados problemas do país, os respondentes exercem-na com reservas e sob “códigos de silêncio”, sobretudo se apelar para a acção política que assuma um carácter contestatário ou reivindicativo. Daí, aliás, a ambiguidade promovida pelos próprios inquiridos em relação à ideia de reivindicar ou protestar (que aparece incrustada na utilização de instrumentos de expressão política como as manifestações). Nesta perspectiva, a acção dos respondentes enquanto “agentes” do campo político, “agentes” que representam a dita sociedade civil, é tendencialmente neutralizada (ou remetida para a esfera privada), até porque, na percepção dos mesmos, um dos outros instrumentos de expressão política, os partidos, tendem igualmente a “silenciar” essa acção.

O problema pode ser observado também a partir do comportamento dos inquiridos nos actos eleitorais, valorizados, de resto, como uma das “conquistas” do chamado processo de emancipação política dos angolanos, ao ser sublinhada a importância da livre escolha dos representantes do povo, como registámos atrás, importância que a questão na tabela abaixo ilustra bem (ao usar, como exemplo, o caso dos governadores provinciais).

**Quadro 4.45. Quem deve escolher os governadores provinciais**



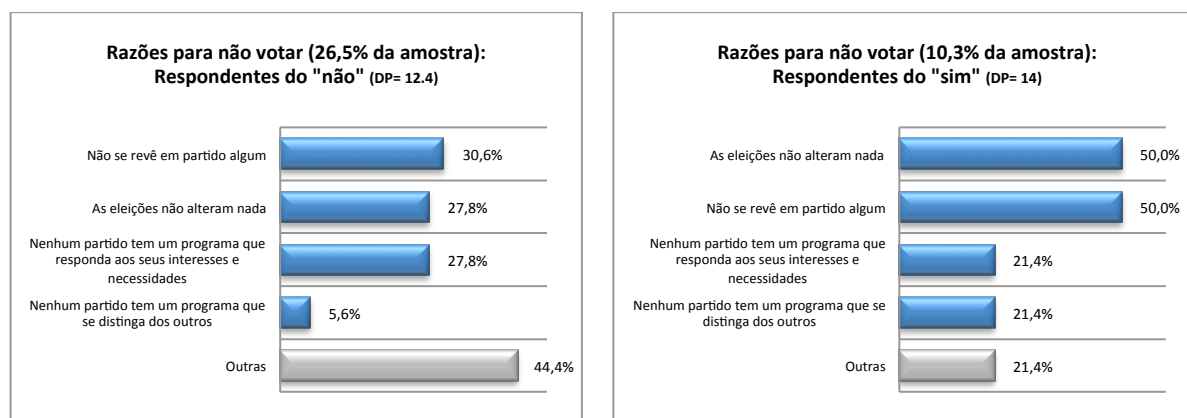
Obs. Contrariamente ao que defende a grande maioria dos participantes neste estudo, os governadores provinciais são nomeados por decreto presidencial, conforme previsto na alínea k do artigo 119.º da Constituição da República de Angola.

Mas voltemos à problemática das eleições políticas em si. Se colocada a questão em termos gerais, ficamos a saber que 73,5% dos participantes costuma votar, o que significa que, sendo uma tendência dominante, não esconde o facto de que mais de um quarto da amostra não exerce o direito de voto. E por várias razões<sup>163</sup> (como mostra a primeira tabela do quadro abaixo), que importa analisar mais em detalhe, sobretudo porque a maior parte delas também é invocada pelos que votam, nomeadamente por mais 10,3% do total dos respondentes (como dá conta a segunda tabela).

<sup>163</sup> Assinaladas por escolha múltipla, em pergunta que permite aduzir ainda “outras” em espaço aberto.

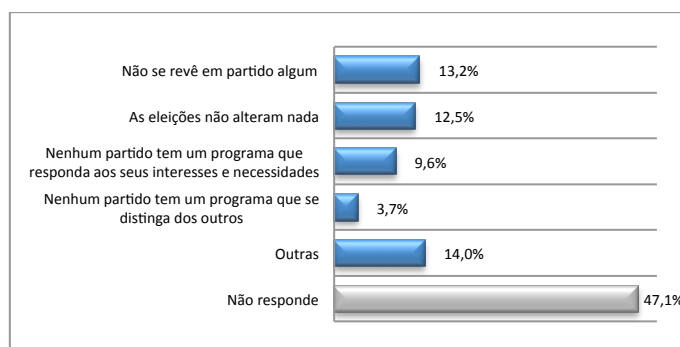


**Quadro 4.46. Razões para não votar**



Esta sobreposição mais não faz do que reforçar a natureza das críticas ao processo eleitoral e aos partidos políticos, preconizadas não por 26,5% dos participantes mas por 36,8%, críticas realinhadas conforme a tabela abaixo:

**Quadro 4.47. Participação em actos eleitorais: críticas ao processo eleitoral e aos partidos políticos**



Obs. O valor de cada variável reflecte o peso sobre o total da amostra, ao contrário do que sucede nas duas tabelas anteriores.

Com esta nova leitura, verifica-se pois que, para os inquiridos, há essencialmente dois problemas: (i) o facto de nenhum partido conseguir mobilizar de forma expressiva o sentimento de identificação com o mesmo (questão que se cruza com a falta de resposta dos partidos aos interesses e necessidades dos indivíduos) e (ii) a convicção de que as eleições em Angola não mudam nada (aspecto que é particularmente assinalado pelos respondentes do “sim”, isto é, aqueles que costumam votar).

Acresce um terceiro, além dos aqui referenciados, que adquire uma relevância considerável, porquanto não está tabelado e mobiliza ainda assim 6,6% da amostra: (iii) o facto do sistema eleitoral não permitir que cidadãos angolanos residentes no exterior possam

votar, mesmo estando registados como eleitores. Para uma inquirida de 38 anos, nascida em Maquela do Zombo, na província do Uíge, e residente em Bruxelas, “a diáspora angolana é assim excluída de todas as eleições por razões políticas do regime angolano”.

A par desta impossibilidade do exercício de voto por parte dos emigrantes, ainda que seja “um dever e um direito consagrado pela Constituição”, como sublinha um participante de 48 anos, natural e residente em Luanda – que justifica em parte o facto de 26,5% dos inquiridos não votarem (não porque não queiram, mas porque estão impedidos de o fazer) – é indicada igualmente (iv) a problemática das fraudes eleitorais. “Não participo em encenações”, diz de modo peremptório um respondente de 28 anos, nascido em Milunga, na província do Uíge, e residente em Luanda, que é secundado por um outro inquirido, que nasceu e vive em Luanda: “já pude ver e saber que há uma máquina fraudulenta montada que, quando chega a hora e o momento certo, é só accionar”. Com efeito, com refere um outro participante, de 27 anos, natural de Tomboco, na província do Zaire, e residente em Goiânia, no Brasil, “o povo vota, mas nem sempre os votos são contabilizados. Há sempre coisas estranhas”.

A discussão sobre o comportamento dos respondentes nos actos eleitorais relaciona-se portanto com dois planos: o do próprio sistema eleitoral, referenciado sob uma dupla crítica (a impossibilidade de voto dos emigrantes e a suspeita de irregularidades ou fraudes eleitorais) e o dos partidos políticos.

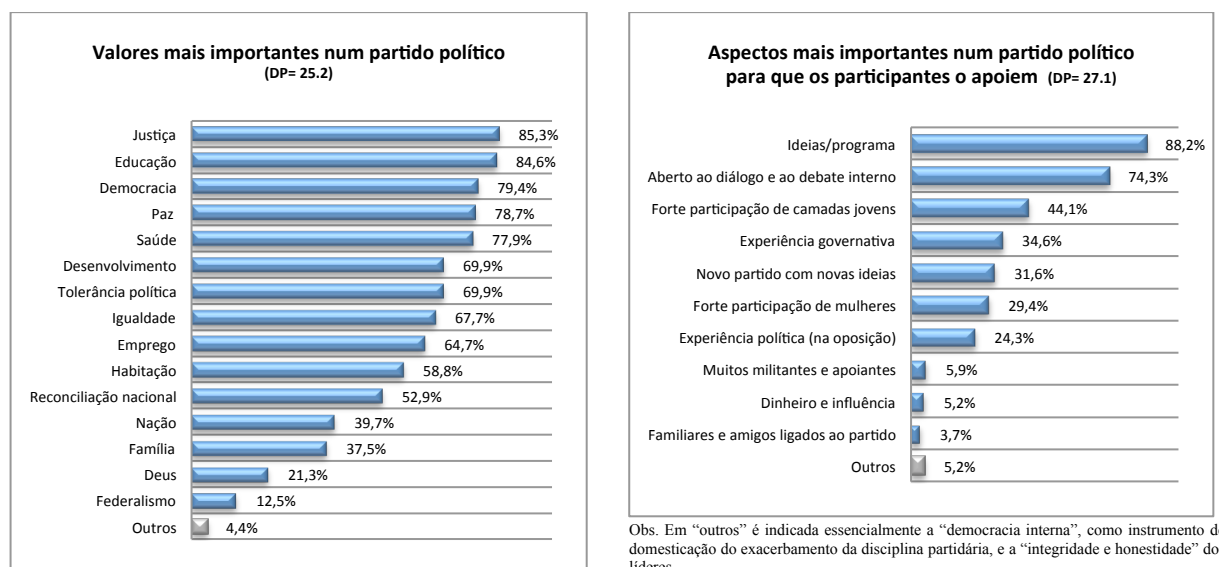
Neste contexto, vejamos pois o que os inquiridos valorizam nos partidos políticos, deixando à margem uma outra nota em matéria de sufrágio: 5,1% dos participantes neste estudo não vota em candidatos femininos<sup>164</sup>. Ora, neste particular, associamos duas questões, uma geral, outra mais específica: (i) os valores a que os participantes dão mais importância num partido político e (ii) os aspectos a que os participantes dão mais importância num partido político para eventualmente decidirem apoiá-lo<sup>165</sup>.

---

<sup>164</sup> Nesta matéria, e segundo dados da União Interparlamentar (UIP), é de referir que Angola é o país de língua oficial portuguesa que registou o maior aumento de mulheres no parlamento entre 1995 e 2015. Neste período, a percentagem de mulheres no parlamento angolano passou de 9,5% para 36,8%, o que significa, de acordo com as contas da UIP, um crescimento de 27,3%, o maior entre os países lusófonos. Com efeito, dos 220 deputados que compõem o plenário 80 são mulheres. (cf. Assembleia Nacional de Angola, 2015). No Executivo, e segundo dados do Portal Oficial da República de Angola, a presença feminina é igualmente considerável: das 33 pastas ministeriais, 8 estão nas mãos de mulheres, designadamente a da Ciência e Tecnologia, Cultura, Família e Promoção da Mulher, Indústria, Pescas, Ambiente, Comércio e a dos Assuntos Parlamentares. Dos 46 secretários de Estado também 8 são mulheres.

<sup>165</sup> Ambas as questões são de escolha múltipla, pelo que os gráficos representam a distribuição do total de incidências.

**Quadro 4.48. Valores e aspectos mais valorizados nos partidos políticos**



Pela leitura da primeira tabela, e independentemente da valorização de cada variável, ressalta uma evidência: a coincidência entre os valores a que os respondentes dão mais importância nos partidos políticos e os principais problemas que, para os mesmos, Angola enfrenta, como observámos na secção 4.7.

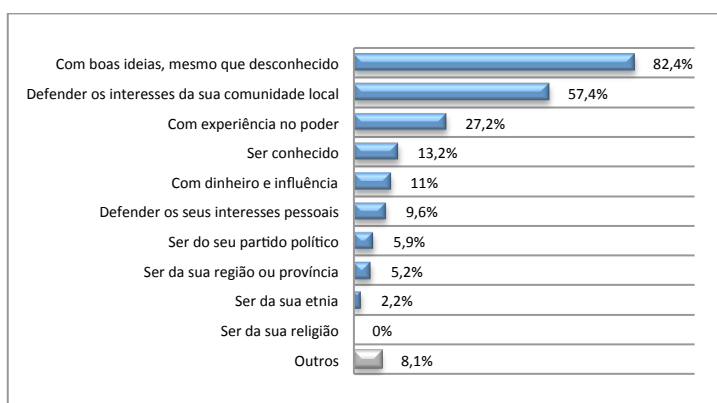
Não deixa de ser relevante que a justiça, por exemplo, seja o valor mais referenciado quando, em sede de avaliação da acção e importância das entidades e instituições da vida pública, são justamente os tribunais e o sistema judicial os que motivam as maiores críticas e os que obtêm os menores índices de confiança. Ou que a educação, que aqui aparece como o segundo valor mais importante, coincida com o terceiro principal problema de Angola identificado pelos inquiridos, a saber, a qualidade de ensino (com um nível de incidência quase igual ao da corrupção e da pobreza). Ou que a democracia, aqui igualmente tão valorizada, seja precisamente a ideia que melhor se opõe ao problema do autoritarismo e centralização de poderes ou da repressão e intolerância política (que dominam os aspectos negativos da vida económica e social), porquanto é percebida e aceite de forma inquestionável, como vimos na secção 4.4., como o modelo "ideal" de governação, o "bom modelo", o ideal universal do exercício de poder. Ou que a paz, considerada como o aspecto mais positivo da vida económica e social actual de Angola, volte a ser indicada como um valor essencial. De resto, se seguirmos os "outros" valores apontados pelos inquiridos, que têm uma relevância acrescida por não estarem tabelados, avulta de imediato o "combate à corrupção" e a necessidade de "uma maior preocupação com os problemas sociais do povo".

Trata-se de uma coincidência que não só confirma e sublinha o conjunto de questões mais problemáticas que dominam o imaginário dos participantes neste estudo (entendidas, insistimos, como percepções de poder ou dos modos como este se manifesta e do que resulta dessas manifestações) como também, e noutro plano, apela para a ideia de que a principal missão dos partidos políticos, mais do que incorporarem valores gerais e com menos “ganhos” imediatos como Nação, família, Deus ou federalismo, é a de intervirem nos processos de resolução dos problemas sociais, económicos e políticos do país.

Daí a importância das ideias e dos programas eleitorais dos partidos (como indica a segunda tabela do quadro 4.48.) e da sua abertura ao diálogo e ao debate interno (que remete, aliás, para o problema da liberdade de expressão que discutimos acima), ainda que não deixem de ser valorizadas, embora com pouca expressão, ideias que se aproximam do campo do clientelismo como o “dinheiro e influência” dos partidos ou o facto de neles haver “familiares e amigos”.

Verifica-se assim uma coerência interna entre os dois mapeamentos, pela sinalização reiterada dos elementos que melhor expressam a visão dos respondentes nesta matéria, coerência que se estende a dois outros mapeamentos, designadamente o que trata dos (i) requisitos gerais mais valorizados para a escolha de um candidato a eleições e o que ordena os (ii) aspectos mais importantes dos movimentos políticos, cívicos, comunitários ou sindicais que podem determinar o apoio dos inquiridos, aspectos que coincidem, de um modo geral, com os que são valorizados nos partidos políticos.

**Quadro 4.49. Requisitos mais valorizados num candidato a eleições**



Obs. (DP= 24.9) Em “outros” é assinalado essencialmente, e mais uma vez, o compromisso com a resolução dos problemas sociais, e a seriedade e competência.

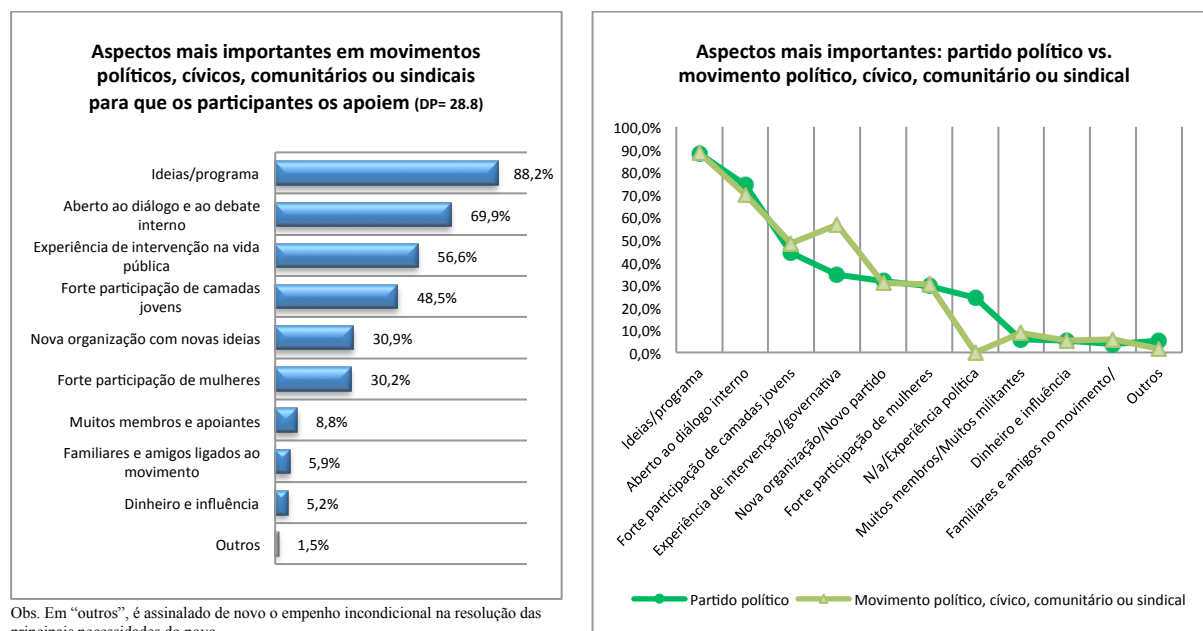
Em relação aos candidatos, e tal como sucede com os partidos políticos, o que tendencialmente mais importa para os respondentes são as ideias e a determinação em

defender os interesses do povo. “Ser incondicionalmente do povo, para o povo e pelo povo”, como observa um participante de 26 anos, natural de Malange e residente em Luanda, e que “defenda os interesses comuns e promova a paz, a democracia e a boa governação”, como acrescenta uma outra participante, de 25 anos, que nasceu em Luanda e vive no Rio de Janeiro.

É de referir, porém, que não deixam de ser assinalados, mais uma vez, aspectos como o “dinheiro e influência” e a defesa dos “interesses pessoais” dos próprios respondentes, ainda que, paradoxalmente, e em relação especificamente ao “dinheiro”, possam estar subjacentes ideias como a que é expressa por um inquirido de 58 anos, natural e residente em Luanda: “o candidato ideal deve ter já bastante dinheiro para não roubar mais”. Por outro lado, e em sentido contrário, é de sublinhar igualmente a rejeição total da importância da proximidade religiosa, isto é, da partilha do mesmo credo, mesmo considerando que o sentimento de proximidade com os candidatos através de outras afinidades (por exemplo, de natureza partidária, territorial ou étnica) mostra ser pouco relevante.

Vejam, por fim, a relação entre os partidos políticos e outras organizações como movimentos cívicos, comunitários ou sindicais.

**Quadro 4.50. Relação entre os aspectos mais valorizados nos partidos e noutras organizações**



A leitura da tabela não deixa dúvidas quanto à manifesta coincidência<sup>166</sup>, mais uma vez, entre os aspectos mais importantes dos partidos políticos que podem determinar o apoio dos respondentes e os dos movimentos políticos, cívicos, comunitários ou sindicais para o mesmo efeito (como representa o gráfico), confirmando as tendências que temos vindo a assinalar.

Logo, a este nível, é de concluir que, de um modo geral, são as ideias, e o modo como se tornam inteligíveis, associadas à possibilidade do diálogo e do debate, ou seja, em contexto de liberdade de expressão, que importam para os inquiridos, ideias que devem apelar, sobretudo, para a defesa dos interesses do povo. O que quer dizer, por fim, que neste particular o “ideal” ou “ideais” perseguidos pelos “agentes” que representam a dita sociedade civil no espaço político angolano não se diferenciam substancialmente do “ideal” ou “ideais” de “agentes” semelhantes noutros espaços políticos ditos democráticos. O que se modifica, ou o que se altera por força de uma diferente configuração do sistema político, é a forma como esse “ideal” é informado ou se manifesta perante a percepção de um acentuado défice de liberdade de expressão.

Em suma, e em matéria de cidadania e participação na vida pública, chegamos assim a algumas ideias dominantes:

(i) apesar da participação na vida pública ser considerada importante – e encarada, ainda que em menor escala, como um contributo para a resolução de determinados problemas do país (o que sinaliza algum descrédito quanto aos efeitos práticos da intervenção) – os respondentes exercem-na com reservas e sob “códigos de silêncio”, sobretudo se apelar para a acção política que assuma um carácter contestatário ou reivindicativo (de acordo com o princípio segundo o qual quanto mais pública é a actividade, menor é a frequência da “participação”);

(ii) a ideia de reivindicar ou protestar (que aparece incrustada no recurso a instrumentos de expressão política como as manifestações) é utilizada com deliberadas ambiguidades que procuram ocultar a diferença subtil entre protestar e *participar* em protestos, isto é, entre *a vontade de* ou *o direito de* e a materialização efectiva da contestação em contexto público;

---

<sup>166</sup> Exceptua-se uma variável, ainda que a diferença não seja particularmente considerável. Trata-se da “experiência no poder” ou “experiência de intervenção na vida pública”, que é ligeiramente mais valorizada no caso dos movimentos associativos do que nos partidos políticos.

(iii) nesta perspectiva, a acção dos respondentes enquanto “agentes” do campo político, “agentes” que representam a dita sociedade civil, é tendencialmente neutralizada (ou remetida para a esfera privada), até porque, na percepção dos mesmos, um dos outros instrumentos de expressão política, os partidos, tende igualmente a “silenciar” essa acção;

(iv) em matéria de sufrágio ou direito de voto, expressão maior da chamada emancipação política dos angolanos e do exercício da cidadania, os inquiridos identificam quatro problemas que traduzem uma apreciação crítica do sistema eleitoral e dos partidos políticos: (a) o facto de nenhum partido ser capaz de mobilizar de forma expressiva o sentimento de identificação com o mesmo (questão que se cruza com a falta de resposta dos partidos aos interesses e necessidades dos indivíduos); (b) a convicção de que as eleições em Angola não mudam nada; (c) a impossibilidade do exercício de voto por parte dos emigrantes; e (iv) a problemática das irregularidades e fraudes eleitorais;

(v) em matéria de sistema de valores que conduzem a acção política dos respondentes, verifica-se uma manifesta coincidência entre as referências a que os mesmos dão mais importância nos partidos políticos e nos seus líderes e os principais problemas que, para os inquiridos, Angola enfrenta, coincidência que não só sublinha o conjunto de questões mais problemáticas que dominam o imaginário dos participantes neste estudo (entendidas como percepções de poder ou dos modos como este se manifesta e do que resulta dessas manifestações) como também, e noutro plano, apela para a ideia de que a principal missão dos partidos políticos, mais do que incorporarem valores gerais e com menos “ganhos” imediatos como Nação, família, Deus ou federalismo, é a de intervirem nos processos de resolução dos problemas sociais, económicos e políticos do país. Daí a importância dada às ideias e aos programas eleitorais dos partidos e à sua abertura ao diálogo e ao debate interno (que remete, aliás, para o problema da liberdade de expressão), ainda que não deixem de ser referidas ideias que se aproximam da esfera do clientelismo como a valorização do “dinheiro e influência” dos partidos ou do facto de neles haver “familiares e amigos”.

#### **4.8. De quem manda em Angola e o problema da “sucessão”**

Chegados aqui, importa pois perspectivar o futuro de Angola em matéria de sistema de poder, ou em rigor, seguir as narrativas de poder que perspectivam esse futuro. Para isso, reapreciamos nesta secção as dinâmicas de poder dominantes e as tendências de reprodução das mesmas, à luz do que até agora observámos, ou seja, perante a compatibilidade entre a

percepção teórica (discutida na primeira parte do nosso estudo) e a percepção empírica (que temos vindo a analisar nesta segunda parte).

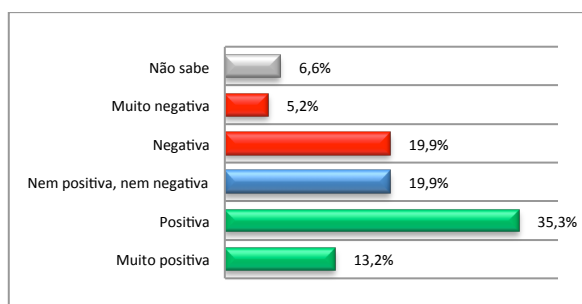
Com efeito, ambas as percepções dão conta, em linhas gerais, de uma racionalidade de perpetuação metamorfoseada da hegemonia política do MPLA, isto é, de um partido-Estado presidencializado, ou seja, sob a regulação intensa da figura presidencial – da qual decorre uma condição importante para a produção do poder na medida em que é uma das principais forças motrizes da desdiferenciação funcional, nomeadamente entre o sistema político e o sistema económico em contexto de uma governação patrimonializada – de um partido-Estado cuja acção é conduzida em contexto multipartidário e dito “democrático”. Dito, porquanto o modelo material de exercício de poder se afasta a vários níveis do “modelo ideal” democrático caracterizado pelos respondentes; porquanto o sistema de poder em Angola, como refere Messiant (2006), manifesta características estruturais que colidem com a consolidação de um sistema político democrático.

Essa descoincidência é reproduzida através de vários instrumentos, entre os quais avultam, como assinalámos na secção 3.7. e observámos ao longo da discussão empírica, o controle partidário do Estado e da administração pública; o monopólio e redistribuição clientelar dos recursos nacionais (sob a forma das privatizações, próximas do círculo presidencial e da cúpula militar, e respectivas redes de “clientes”); o controle partidário do sistema económico e financeiro (através de um “Estado” paralelo, a que não é alheia a empresa-Estado Sonangol); a instrumentalização e subalternização do sistema judicial; o cerceamento dos meios de comunicação (que condiciona a produção e o acesso à informação, bem como a liberdade de expressão); e a neutralização da sociedade civil (através da criação e gestão de uma “sociedade civil próxima do poder”, restrita e domesticada, que se sobrepõe à voz débil e intencionalmente reduzida de organizações independentes como sindicatos e associações).

Neste contexto, dominado por inúmeros constrangimentos, vejamos como os participantes neste estudo avaliam de um modo geral as perspectivas de futuro para Angola em termos políticos.



**Quadro 4.51. Perspectivas de futuro em termos políticos**

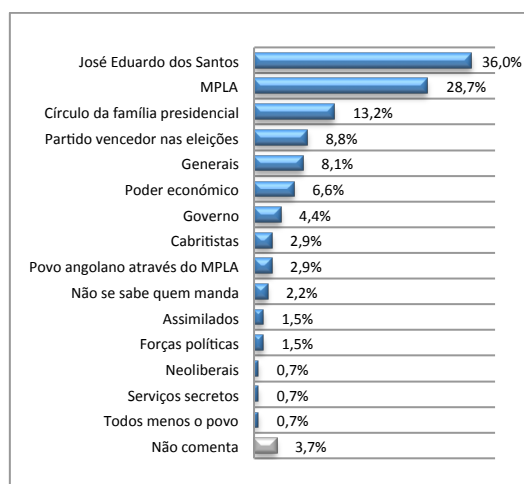


Pela leitura da tabela, e não obstante tudo o que foi discutido, dir-se-ia que há uma tendência para um sentimento optimista. Se é certo que contraria o pessimismo actual e até pode indiciar, no limite, uma certa alienação em relação ao que parece ser razoável defender, perante todos os indicadores que observámos, também não deixa de ser verdade que ser pessimista hoje não implica necessariamente sê-lo amanhã, pelo que importa explicitar este sentimento.

Para o efeito, é de indagar que futuro político é “imaginado” pelos respondentes, o que pressupõe saber (i) quem manda no país (que nos remete para a referida reapreciação das dinâmicas de poder dominantes e as tendências de reprodução das mesmas) e (ii) o que poderá mudar (que nos leva para o problema da “sucessão”).

Vejam os a primeira questão.

**Quadro 4.52. Quem manda em Angola**



Obs. (DP= 10.0).

Se colocarmos o problema de modo directo, em pergunta aberta, chega-se à evidência de que, no imaginário dos participantes neste estudo, e contrariamente a uma possível dispersão de opiniões, há duas respostas essenciais (como se pode ver na tabela) que tendem aliás a se imbricar: (i) o presidente da República, figura titulada por José Eduardo dos Santos desde 1979 (na sucessão a Agostinho Neto), e (ii) o MPLA, o movimento de libertação que ocupou o “edifício” do Estado colonial, na transição da conjuntura dita colonial para a conjuntura dita pós-colonial, reproduzindo-o num primeiro passo sob a forma de um Estado monista de inspiração marxista e depois, no início da década de 1990, por força da liberalização económica e política, e já como partido-Estado, transmutando-o num Estado dito democrático de acordo com a dinâmica da chamada “transição democrática” (problemática que discutimos na secção 3.7.).

Mas sendo estas as duas “forças” que aparecem maioritariamente implicadas na ideia de poder em Angola, as forças que comandam os destinos da Nação, não é consensual que o façam necessariamente, isto é, que exerçam materialmente o poder, porquanto, aos olhos dos inquiridos, não só há múltiplas combinações entre estes e outros “agentes”, endógenos e exógenos ao país, bem como entre as próprias forças internas do partido-Estado (o que implica um exercício de poder por “mandato”, ou sejam, condicionado pelas “regras” impostas, explícita ou implicitamente, por todos aqueles que o viabilizam), como nalguns casos é feita uma distinção entre ter poder e mandar, entre dirigir e decidir (o que reforça a intuição anterior). “Sei que muitos dirão que quem manda é o presidente José Eduardo dos Santos, mas só diz isso quem não convive com as massas, porque, na verdade, basta ser do MPLA para mandar”, afirma uma inquirida de 33 anos, nascida na província de Kwanza-Norte e residente em Luanda, destacando um problema que pode ser colocado em termos mais gerais, como dá conta outro respondente, de 46 anos, que nasceu no Cuito, na província de Bié, e vive igualmente em Luanda: “o país está a deriva, preso a uma figura, José Eduardo dos Santos, que tem concentrado todos os poderes mas, ao mesmo tempo, não manda nada, porque em Angola cada um faz a sua própria lei”.

Acrescem as diferentes apreciações feitas em relação àqueles que os respondentes consideram que mandam, o que também, nalguns casos, esvazia o sentido das respostas na medida em que são aduzidas determinadas críticas que se aplicam mais ao sistema político em geral do que propriamente aos “agentes” de poder.

Sistematizemos pelos diferentes níveis, a partir precisamente da figura que reúne o maior número de incidências, José Eduardo dos Santos, que tanto é referido de forma lacónica – através de expressões neutras como “presidente da República” ou “chefe de Estado” ou de expressões pejorativas como “ditador” ou “todo-poderoso” (que sinalizam, desde logo, diversas apreciações) – como associado a várias interpretações que, no essencial, traduzem duas perspectivas: (i) José Eduardo dos Santos enquanto chefe do Executivo, porque ganhou as eleições, o que significa que é ele e o Governo que controlam o Estado mas por escolha do povo, pelo que, no entender de uma inquirida de 55 anos, natural e residente em Luanda, “não se trata de uma questão de mandar mas de uma opção dos eleitores que deram a vitória ao MPLA e ao seu candidato com 71,8 por cento”; e (ii) José Eduardo dos Santos enquanto chefe do país ou, como designa um respondente de 60 anos, que nasceu em Luanda e vive no Porto, o chefe da “fazenda” Angola, de que ele e o seu círculo próximo se apropriaram “como se fosse uma propriedade pessoal e privada”. Nesta linha, e nas palavras de uma participante de 38 anos, nascida em Maquela do Zombo, na província do Uíge, e residente em Bruxelas, “Angola tem apenas um representante que manda e determina: José Eduardo dos Santos. Ele é o chefe de Estado, chefe do Governo, chefe das Forças Armadas, chefe da segurança, dono do país e das instituições da Nação”.

Seguem-se as inúmeras referências ao MPLA, igualmente tanto numa perspectiva crítica como numa perspectiva legalista – que convoca a legitimidade conferida pelos resultados das eleições gerais e o entende assim como o “partido maioritário” ou o “partido que venceu as eleições” – bem como sob a mencionada tendência de imbricação entre o partido no poder e o chefe de Estado, imbricação expressa através de fórmulas simples como “manda o MPLA na pessoa do seu presidente”, segundo um inquirido de 37 anos, de Luanda, ou “o partido que está no poder, que é a mesma coisa que dizer o presidente da república que é também o presidente do partido maioritário”, como observa um outro respondente, de 25 anos, igualmente de Luanda. Mas há outras *nuanças*, de que pode ser exemplo a indicada por um participante de 28 anos, também de Luanda, para o qual, “the MPLA party is in charge of the country and is more powerful than the president himself”.

A intimidade entre o presidente da República e um círculo restrito que lhe é próximo (que inclui a sua própria família) é apontada igualmente, de modo expressivo, como a fórmula que melhor traduz o exercício do poder em Angola. A intimidade entre José Eduardo dos Santos e uma pequena elite, “uma minoria que beneficia dos esforços da maioria”, nas palavras de um inquirido de 24 anos, natural da província de Kwanza-Sul e residente em

Luanda, de “um grupo de meia dúzia de pessoas que enriquece dia após dia em detrimento da maioria”, segundo um respondente também de 24 anos, de Luanda, ou de “uma oligarquia construída em poucos anos a partir dos recursos do país”, como refere um outro participante, de 60 anos, que nasceu no Lubango, na província de Huíla, e vive em Luanda, ou seja, de “um grupo reduzido de famílias ligadas ao poder político e militar”, como acrescenta um inquirido de 35 anos, de novo de Luanda, o que faz incluir no chamado “círculo presidencial” os militares, designadamente os “generais”, “os tais ditos heróis da Nação”, como sublinha uma respondente de Luanda que vive em Salamanca.

Cruza-se assim, na leitura de um participante de 26 anos, natural do Huambo e residente em Luanda, “o Presidente da República, os governantes do MPLA e as Forças Armadas angolanas”, a que acresce o designado poder económico ou o poder das forças económicas, “o presidente e os ricos”, nas palavras de um inquirido de 60 anos, nascido e residente em Benguela, ou “o poder do dinheiro”, como assinala uma respondente de 21 anos, de Luanda. Um poder que é observado essencialmente sob duas perspectivas: o de “um grupo de pessoas com grande poder e capital económico que se apresenta ao povo e à comunidade internacional como MPLA”, como sublinha um inquirido de 30 anos, também de Luanda; ou o poder da “oligarquia bancária e dos grupos económicos internacionais”, segundo um respondente de 61 anos, que nasceu no Lobito, na província de Benguela, e vive em Madrid, ou dos “interesses económicos internacionais aliados à elite rendeira e predatória”, como caracteriza uma participante de 39 anos, igualmente de Luanda.

Além destas várias combinações entre diversos “agentes”, avulta também a percepção de que é o Governo que manda, “o governo do MPLA que, com sabedoria, tem sabido conduzir o seu povo”, segundo um respondente de 48 anos, nascido e residente em Luanda, ou “o poder executivo, legislativo e judicial, porque a Constituição assim o define”, como defende uma inquirida de 32 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa, ideia partilhada por uma outra respondente, de 41 anos, também nascida em Luanda e residente em Cascais: “manda o presidente, o Governo e a Assembleia Nacional. E acompanho-os sem hesitações,

quer José Eduardo dos Santos, quer o vice-presidente Manuel Vicente<sup>167</sup>, quer o Fernando Dias dos Santos, presidente da Assembleia Nacional<sup>168</sup>”.

Acresce a tese do “cabritismo” que envolve, segundo um participante de 38 anos, nascido e residente em Luanda, “José Eduardo dos Santos e todos os que estão reféns dele”, ou a do poder nas mãos do presidente, dos generais e dos serviços secretos angolanos, o SINSE (Serviço de Inteligência e Segurança do Estado), entendido como um “outro Estado paralelo”, como descreve um inquirido de 29 anos, que nasceu e vive em Benguela, secundado por um outro de 21 anos, de Luanda, bem como as referências a outros “agentes” como “os assimilados”, subscreve um respondente de 46 anos, que nasceu em Bembe, na província do Uíge, e vive em Luanda, ou “os neoliberais de todo o mundo, representados em Angola pelo conjunto das figuras políticas que com eles afinam o diapasão”, segundo um inquirido de 58 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa.

Por fim, é de sublinhar a ideia preconizada por vários participantes de que quem manda em Angola é o povo, por si próprio ou através do Governo ou do MPLA (o que acaba por remeter para a referida imbricação entre os “agentes” de poder), ou em sentido contrário, “todos menos o povo”, como afirma um respondente de 45 anos, nascido e residente em Cabinda.

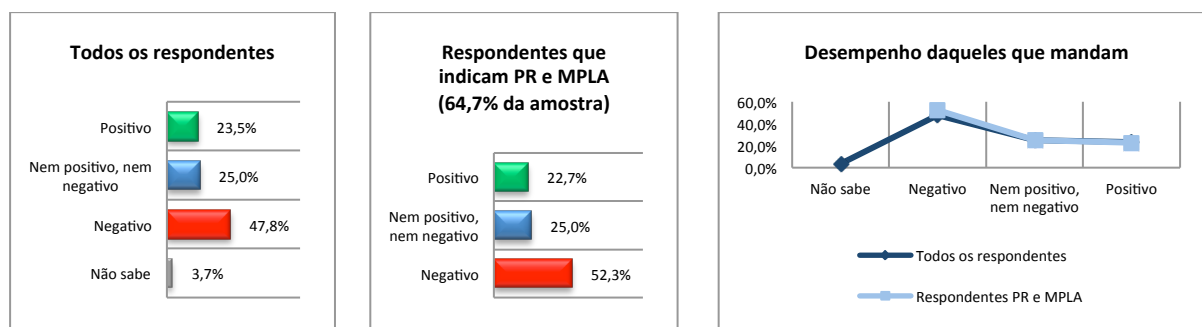
Neste contexto de múltiplas combinações sobre a ideia de “quem manda”, ainda que haja uma tendência dominante a favor da figura do chefe de Estado, do MPLA ou do “encavalitamento” entre os dois, observemos como os participantes avaliam o desempenho dos “agentes” de poder, ou em rigor, dos “agentes” que identificam como tal, bem como da legitimidade dos mesmos para o exercício do poder, porquanto o “desempenho” e a “legitimidade” reencaminham para a questão de “quem deveria mandar”, questão através da qual é possível indagar finalmente das narrativas que perspectivam o futuro do país e da “problemática da sucessão”.

---

<sup>167</sup> Manuel Domingos Vicente foi presidente do Conselho de Administração da Sonangol e Ministro de Estado e da Coordenação Económica até assumir a vice-presidência da República, após as eleições gerais em 2012, substituindo no cargo Fernando Dias dos Santos. É um nome apontado para a sucessão a José Eduardo dos Santos, apesar de não ser uma figura consensual no *bureau* político do MPLA.

<sup>168</sup> Conhecido por Nandó, Fernando Dias dos Santos é uma figura histórica do MPLA e um dos colaboradores mais próximos de José Eduardo dos Santos (apontado como um possível sucessor do actual presidente). Foi primeiro-ministro entre 2002 e 2006 e vice-presidente da República entre 2010 e 2012, tendo voltado nesse ano à presidência da Assembleia Nacional, cargo que havia já ocupado entre 2008 e 2010. Foi igualmente vice-ministro do Interior e chefe dos SINFO (actualmente sob a designação de SINSE, Serviço de Inteligência e Segurança do Estado) e Ministro do Interior e Comandante-Geral da Polícia Nacional.

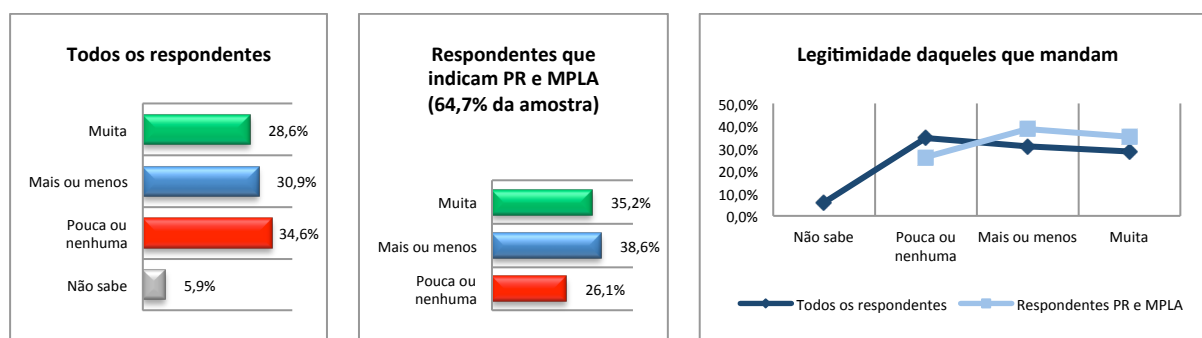
**Quadro 4.53. Avaliação do desempenho daqueles que mandam**



Em matéria de desempenho, e pela leitura da primeira tabela, dir-se-ia que, de um modo geral, a apreciação é tendencialmente negativa, fazendo eco das inúmeras reservas com que os participantes neste estudo observam os “agentes” de poder e o exercício do mesmo, nos termos que temos vindo a seguir. Contudo, o mais relevante não é propriamente a avaliação geral, mas a coincidência entre essa avaliação e a que é feita pelos respondentes associados às duas tendências dominantes (presidente da República e MPLA), como dá conta a segunda tabela e o gráfico (que representa a sobreposição ds dois grupos).

Significa isto que, independentemente de quem manda, ou de quem consideram que manda, o entendimento dos inquiridos é o mesmo: cerca de 23% da amostra aprova o modo como o poder é exercido (pela forma como se manifesta), ou seja, e em última instância, as condições políticas que Angola experiênci

**Quadro 4.54. Avaliação da legitimidade daqueles que mandam**



No plano da legitimidade, e aplicando o mesmo raciocínio, há um ligeiro crescimento em termos proporcionais da tendência positiva expressa pelos respondentes associados às duas tendências dominantes, mas também do nível de indiferença, o que, na prática, não altera substancialmente a afirmação anterior, até porque o exercício do poder pode ser considerado legítimo apenas à luz do direito positivo (explicando nesse caso a subida geral da carga

positiva e neutral neste particular), o que se torna problemático porquanto a “lei” não dá conta do sentimento de concordância ou não com a mesma, sobretudo num contexto político com manifestas fracturas e rivalidades.

De resto, se reavaliarmos a questão a partir de uma outra perspectiva – a dos resultados eleitorais e a interpretação que lhes é dada pelos inquiridos – chegamos precisamente ao mesmo nível de contestação da legitimidade de “quem manda”. Com efeito, a percentagem dos respondentes que consideram que aqueles que mandam têm “pouca ou nenhuma” legitimidade para o efeito, a saber, 34,6% (como indica a primeira tabela do quadro 4.54.) é exactamente igual à dos respondentes que põem em causa os resultados eleitorais (representados nos dois gráficos abaixo), se juntarmos os que alegam “fraudes eleitorais” (25%) e os que se referem ao sufrágio como uma “ilusão da democracia” (9,6%), como indica a tabela do quadro 4.55.

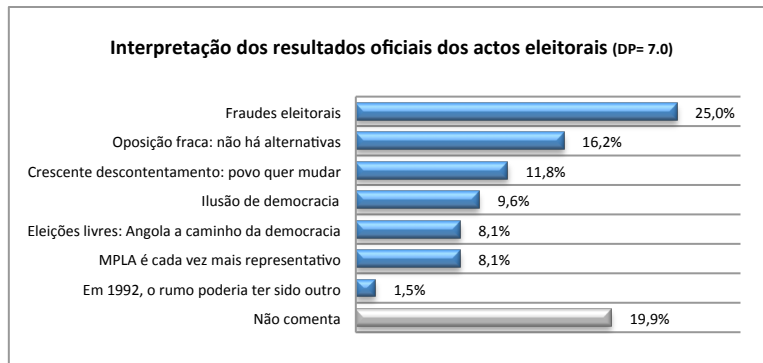
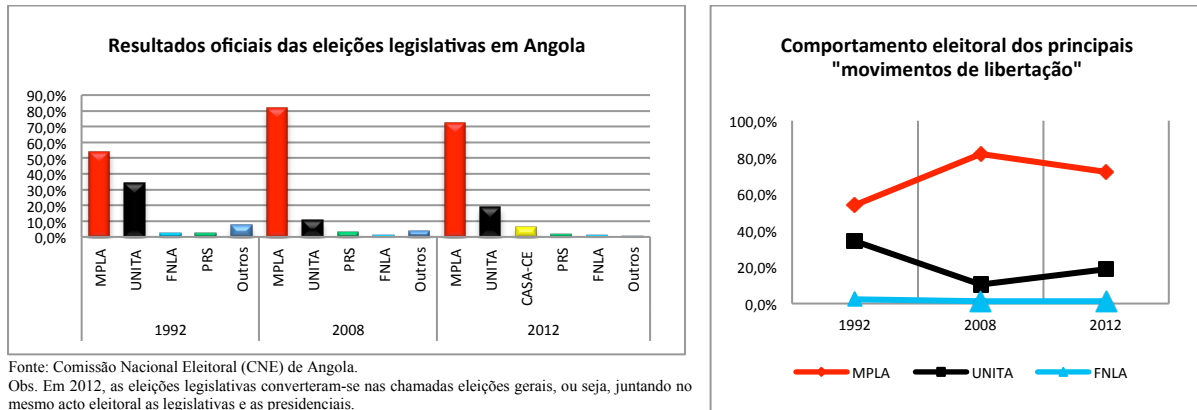
Mas a utilidade desta reavaliação não se esgota aqui. É que tendo “quantificadas” as tendências dominantes da avaliação do desempenho e da legitimidade dos “agentes” de poder, podemos indagar agora com maior propriedade, por esta via, das razões que concorrem para as mesmas.

Vejamos como os inquiridos se posicionam em relação aos resultados dos três actos eleitorais registados no país<sup>169</sup>, perante a evidência do domínio reiterado do MPLA.

---

<sup>169</sup> Às eleições legislativas de 1992 e 2008 e às gerais de 2012, acrescem as presidenciais de 1992 (das quais se realizou apenas a primeira volta, com José Eduardo dos Santos a obter 49% dos votos e Jonas Savimbi 41%). A vitória esmagadora do MPLA nas legislativas de 2008, seis anos depois do fim da guerra civil, associada ao adiamento sucessivo das presidenciais acabou por resultar na adopção de uma nova Constituição, no início de 2010, que suprimiu o sufrágio directo em acto isolado do chefe de Estado (o qual passou a ser eleito por via das chamadas eleições gerais, segundo as quais é atribuída a presidência da República ao líder do partido mais votado, como sucedeu em 2012).

**Quadro 4.55. Interpretação dos resultados eleitorais**



Neste particular, chegamos a algumas ideias fundamentais, conforme representa a tabela, ainda que nos pareça útil fazer uma consideração prévia. É que, olhando para a mesma, verifica-se desde logo a expressão considerável de duas tendências que sinalizam, se bem que de modo diferente, a natureza problemática do tema: a do “silêncio” e da associação dos actos eleitorais à fraude ou manipulação (a que não é alheia também a referência à “ilusão de democracia”). Significa isto que estamos perante uma “categoria autónoma”, porquanto esta ordem de ideias apela para um “contexto não democrático”, contrariamente ao que sucede com as restantes, que remetem para uma leitura dos resultados eleitorais à luz de uma perspectiva de “normalidade democrática”.

Neste contexto, e no caso específico da amostra em escrutínio, é de assumir portanto que a interpretação dos resultados eleitorais, enquanto narrativa, tende a ser portadora da informação daqueles que consideram ou não o sistema político como democrático, informação que, aliás, coincide com a que é obtida através de outros indicadores. Na secção 4.6., por exemplo, observámos que 32,4% dos respondentes defende ter em Angola um “sistema político ditatorial” (em oposição ao “democrático”); na secção 4.8., concluímos que os que criticam o processo eleitoral e os partidos políticos (por estes não manifestarem “princípios democráticos”) totalizam 36,8%; ou seja, valores que não se afastam dos 34,6%



dos inquiridos que observam aqui o sistema político como não democrático (os mesmos que, como vimos, questionam a legitimidade de quem exerce o poder). Quer isto dizer que, não obstante as ambiguidades dos “códigos de silêncio” que se manifestam em vários planos e em diversos momentos (como sucede de forma pronunciada nesta questão), é possível inferir que cerca de um terço dos participantes neste estudo preconiza a narrativa que dá conta da incompatibilidade a vários níveis entre a dita transição democrática e a racionalidade de reprodução da hegemonia política do MPLA, enquanto partido-Estado presidencializado, isto é, e como se verificará ainda através de outro indicador, um terço que rejeita o modelo de governação de Angola, os seus “agentes” e o modo como exercem o poder.

Mas voltemos à interpretação dos resultados eleitorais para seguir os principais argumentos aduzidos em cada uma das dimensões referenciadas, começando pela ideia que apresenta o maior índice de incidências: a das fraudes eleitorais.

Com efeito, para um respondente de 36 anos, que nasceu e vive em Luanda, “desde 1992 a 2012, as eleições em Angola foram sempre fraudulentas”, porque, como explica um inquirido, de 38 anos, nascido em Maquela do Zombo, na província do Uíge, e residente em Bruxelas, “são organizadas e dependem dos órgãos ligados a um único partido, o partido-Estado dirigido pelo ditador José Eduardo dos Santos”, e nelas há, nas palavras de um outro participante, de 59 anos, natural de Luanda e residente em Lisboa, “demasiados interesses instalados, corrupção ao rubro e muito medo por causa da manutenção da paz”. Na perspectiva de um respondente de 28 anos, que nasceu em Milunga, na província do Uíge, e vive em Luanda, “só as de 1992 é que podem ser consideradas eleições. O resto tem sido encenação política e uma bela demonstração do poder de fabricar resultados”. Resultados “viciados, maquilhados e manipulados que não espelham a vontade do povo”, como caracteriza um outro inquirido, de 38 anos, também de Luanda, uma vez que, como acrescenta um respondente nascido em Kwanza-Sul e residente em Luanda, “actualmente já se pensa de modo diferente e não é possível haver tanta disparidade nos resultados das eleições. Ouvimos notícias que diziam que até a população congoleza votou”. Ainda assim, diz um inquirido, igualmente de 38 anos e de Luanda, “para a comunidade internacional foi positivo porque esta está mais preocupada com os cifrões em detrimento da verdade eleitoral”. Em tom irónico, um respondente de 60 anos, nascido em Luanda e residente no Porto, recorda que “Saddam (Hussein) ganhava as eleições com 90 por cento dos votos”, fazendo eco da opinião de um inquirido de 28 anos, também de Luanda, segundo o qual “não é possível estas percentagens todas, porque em Angola muitas províncias não gostam da liderança falsa do MPLA”. Em

suma, como remata um respondente de 29 anos, nascido e residente em Benguela, “é claro que os resultados não correspondem ao mínimo da verdade. Em Angola, as eleições nunca foram transparentes, livres e nem tão-pouco justas”.

Nesta linha crítica, e segundo vários participantes, as eleições servem apenas para dar uma ilusão de democracia e de luta partidária. “Os partidos políticos só fazem a figura de partidos. Ou melhor, aquilo que chamamos de democracia angolana tende a se aforar e, com isto, voltamos para o Estado de partido único”, assinala um inquirido de 35 anos, natural e residente em Luanda. “É um quadro triste e a predição da democracia que se diz existir, pois só existe no papel”, comenta um outro inquirido, de 26 anos, também de Luanda, secundado por um respondente de 32 anos, que nasceu em Jamba, na província de Kuando Kubango, e vive em Luanda. “Estes gráficos são simplesmente o espelho da realidade da maior parte dos países africanos, sul-americanos e asiáticos, resumindo, dos países em vias de desenvolvimento: ‘quem está no poder não perde as eleições’ e as pessoas ficam cansadas e desistem”, conclui.

A segunda ideia com mais incidências, mas já colocada num contexto de “normalidade democrática” – nos termos da diferenciação que sublinhámos acima – explica o domínio reiterado do MPLA nas eleições à luz de uma oposição fraca e fracturada, o que inviabiliza a possibilidade de apresentação de alternativas políticas. “Há um claro domínio do partido no poder desde a independência, mas mais propriamente por demérito da oposição do que por uma boa *performance* na gestão da coisa pública. A desunião da classe política na oposição é um factor de descrédito perante a população e, portanto, há aqui uma falha clara em captar os indecisos”, observa um inquirido de 35 anos, que nasceu e vive em Luanda. “The opposition parties have not been formidable enough to oust the ruling MPLA. If only there was unite among the oppositions, MPLA would not continue to lead all the elections”, acrescenta um respondente de 28 anos, igualmente de Luanda, opinião partilhada por uma inquirida de 24 anos, também de Luanda: “a oposição deveria procurar fazer um melhor trabalho, entender os problemas das massas e tentar conquistar de maneira legítima a simpatia destas”. Para um participante de 43 anos, nascido em Benguela e a viver em Luanda, “a oposição deveria aprender mais com o que se faz nos outros países. Os partidos da oposição não podem utilizar o tempo de antena a que têm direito para apenas criticar o partido no poder; devem ter um programa definido sobre o que querem fazer em Angola”, pelo que, segundo um respondente de 46 anos, que nasceu em Ombadja, na província de Cunene, e vive no Lubango, em Huíla, “há necessidade de uma melhor organização dos partidos da oposição para uma alternância de

poder ou um melhor equilíbrio no parlamento. Necessita-se de um parlamento activo e participativo na resolução dos problemas dos angolanos”. Em síntese, como reflecte uma inquirida de 28 anos, de Luanda, o problema é que “Angola não tem partidos políticos; o MPLA não concorre com ninguém, senão com ele próprio”.

Ainda assim, há quem veja nos resultados eleitorais a afirmação crescente do descontentamento do povo, que quer uma mudança política. “Em 2012, o MPLA foi o ‘grande derrotado’, pois perdeu parte do seu eleitorado em relação ao pleito de 2008. A presença de uma força política nova assumindo-se como o terceiro partido político do país (CASA-CE) demonstra a vontade de mudança por parte do povo angolano”, anota um respondente de 25 anos, nascido no Huambo e a residir no Lobito, na província de Benguela. “Apesar do MPLA ter raízes profundas no sistema governativo do país, os angolanos acreditam cada vez menos nele”, acrescenta um outro participante de 27 anos, que nasceu e vive em Luanda.

Em sentido oposto, sobretudo em relação ao problema das alegadas fraudes eleitorais, avulta a ideia segundo a qual os resultados dos sufrágios realizados no país não só representam a vontade da maioria como atestam que Angola está a caminho da democracia plena. “Em 1992, o povo pouco sabia. Havia uma acentuada ignorância política e pouca informação em relação aos partidos. Os próprios partidos da oposição não tinham qualquer preparação política, estratégia ou dinâmica política. Faziam discursos repetitivos e muito vagos. Em 2008, falou mais alto a emoção depois de um longo período de guerra. Pouco ou nada a oposição podia fazer. Mas em 2012, vimos um povo calmo, criterioso e racional, que votou com consciência”, explica um participante de 28 anos, natural do Huambo e a residir em Benguela. Neste contexto, como refere um inquirido de 45 anos, nascido e residente em Luanda, “o país está no caminho da democracia. Quanto mais as pessoas forem instruídas, melhor saberão escolher os seus legítimos representantes”. Daí que, para um respondente de 30 anos, também de Luanda, “tudo isto mostra que têm sido eleições livres e justas”, opinião partilhada por uma inquirida de 45 anos, igualmente de Luanda: “estes gráficos representam a vontade da maioria, a vontade do povo. É o povo quem decide o partido que quer ver governar”.

Acresce a convicção da crescente representatividade nacional e popularidade do MPLA, de que os resultados dos actos eleitorais dão conta, se bem que seja referenciada sob duas perspectivas de valorização: (i) a que a exalta em nome do bem da Nação e (ii) a que a

reconhece apenas como um facto observável, e explicável sobretudo à luz da função exercida pelo MPLA enquanto guardião da paz. Em defesa da primeira perspectiva, um respondente de 36 anos, que nasceu e vive em Luanda, considera que “é justo que assim seja, porque o povo é o MPLA e o MPLA é o povo”. Com efeito, como assinala um outro participante, de 58 anos, natural de Luanda e residente em Lisboa, “o povo passou a factura à oposição belicista e confiou mais no partido no poder, pois o mesmo agiu conforme os acordos para a obtenção da paz. O povo não é burro, é apenas analfabeto, mas tem sensibilidade”, razão pela qual, segundo uma inquirida de 53 anos, igualmente de Luanda, “o MPLA é cada vez maior e mais representativo do país, um justo castigo à UNITA pela guerra”. Esta ideia é sublinhada igualmente por um participante de 27 anos, que nasceu no Cuito, na província de Bié, e vive em Luanda, mas já sob uma perspectiva de algum distanciamento: “o MPLA continua a congregar o maior número de simpatias, talvez porque seja detentor do poder e aliado ao facto de ter formado um governo combatido por um grupo rebelde”. Na mesma linha, um respondente de 25 anos, também de Luanda, reconhece que “o MPLA tem muita popularidade no país, porque até certo ponto o povo considera-o libertador da Nação e os demais são vistos pela maioria como vilões”. Mais crítica é a opinião de uma inquirida de 22 anos, nascida e residente em Cabinda, para a qual “o povo vê o MPLA como Deus por causa do fim da guerra, mas são pessoas sem muitas visões do mundo, geralmente muito sofredoras e que se contentam com cucas (cervejas) na época de eleições”. Daí que, de acordo com um participante de 31 anos, igualmente de Luanda, “após 2002, o MPLA ganhou força em todo o país através do controle dos meios de comunicação social, empresas públicas e privadas, catapultadas pelo partido, o que explica todo este monopólio nas eleições”.

Finalmente, é de assinalar a importância dada por alguns respondentes ao primeiro acto eleitoral em Angola no sentido de que podia ter determinado um rumo diferente para o país. “Se as eleições de 1992 tivessem sido aceites pela UNITA, hoje certamente a UNITA estaria na posição do MPLA. O conflito armado foi um factor desfavorável para a alternância do poder e o que temos agora é um nível elevado de falta de confiança nas estruturas do Estado”, argumenta uma inquirida de 33 anos, natural da província de Kwanza-Norte e residente em Luanda.

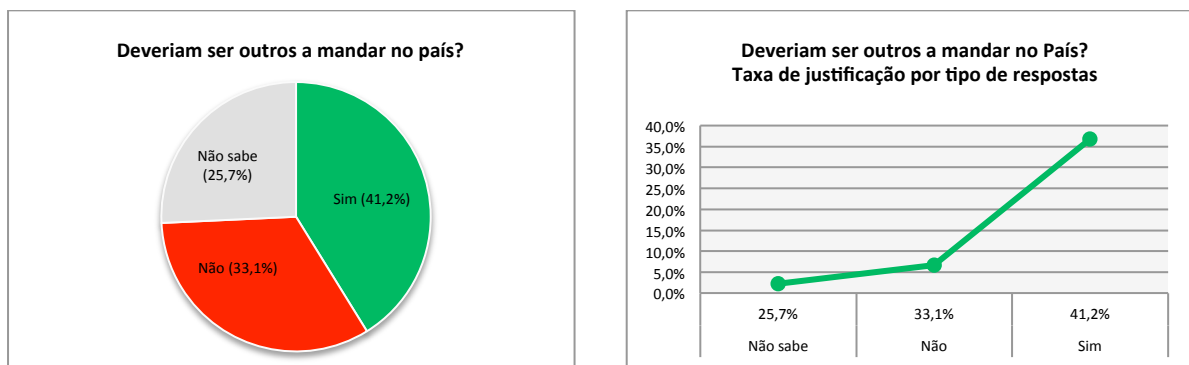
Em suma, desvelam-se assim as principais linhas de interpretação dos resultados dos actos eleitorais realizados em Angola, cuja utilidade reside, insistimos, na possibilidade de explicar e justificar as tendências dominantes observadas em relação à avaliação do desempenho e da legitimidade dos “agentes” de poder identificados como tal pelos

participantes neste estudo. Ora, perante estas coordenadas – que traduzem, na prática, uma reapreciação das dinâmicas de poder mais relevantes e das tendências de reprodução das mesmas – importa pois, com vista a indagar que futuro político é “imaginado” pelos respondentes, reencaminhar o problema para a esfera do que poderá mudar em Angola.

Esta problemática pode ser analisada a partir de duas questões: deveriam ou não ser outros a “mandar” no país e que futuro é expectável num quadro de sucessão ao presidente José Eduardo dos Santos (figura que, como temos vindo a demonstrar, “codifica” a cristalização da hegemonia política do MPLA enquanto partido-Estado, ou seja, um sistema político dominado pela dinâmica de autoreprodução e perpetuação metamorfoseada de uma única força política, implicada no controle de todas as instituições do Estado, e cuja presença se faz sentir nas várias dimensões da sociedade angolana, pelo que é portadora não só de poder político mas também de “outros” poderes, que moldam, condicionam e domesticam todas as áreas da actividade, pública e privada, dos indivíduos).

Vejamos como os inquiridos encaram a questão dos “outros”, isto é, a possibilidade de terem “outros” agentes no exercício do poder.

**Quadro 4.56. Da possibilidade de outros “agentes” no exercício do poder**

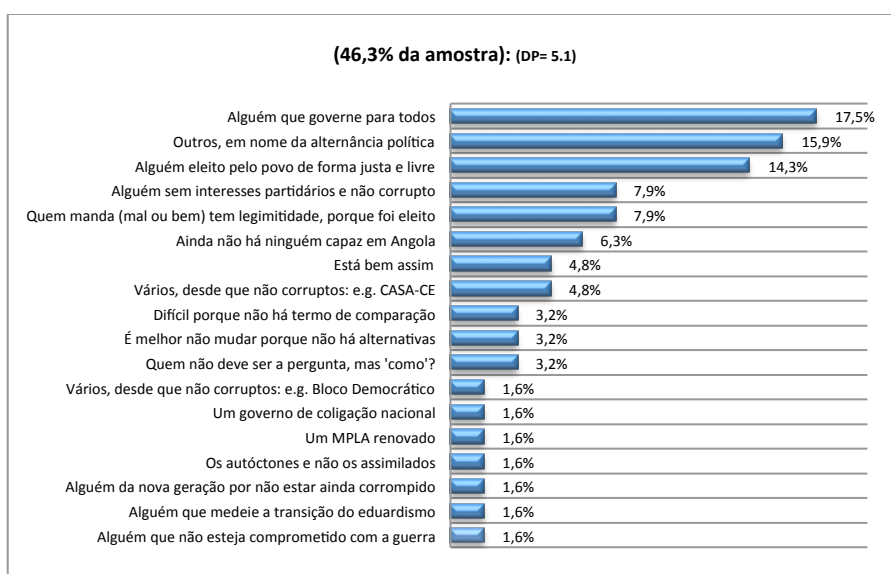


Ao colocarmos a pergunta de modo directo, não só se confirma a dedução que acima foi posta em evidência, designadamente o facto de cerca de um terço dos participantes neste estudo preconizar a narrativa que dá conta da incompatibilidade entre a dita transição democrática e a racionalidade de reprodução da hegemonia política do MPLA, ou seja, um terço que rejeita o modelo de governação, os seus “agentes” e o modo como exercem o poder (que, aliás, sob este indicador, sugere envolver mais respondentes, situando-se num valor acima dos 40%), como se estabelece, por outro lado e de um modo geral, o número daqueles que tendem a defender o contrário, também cerca de um terço. Estes números posicionam

pelo menos 25% dos inquiridos numa “zona cinzenta”, de indefinição, um grupo que não informa, nem justifica (como se verifica no segundo gráfico do quadro 4.56.), remetendo-se para o “silêncio”.

Perante isto, é de conferir os argumentos aduzidos por todos os que se pronunciam sobre o assunto, tanto os respondentes do “sim” como os do “não”, porquanto aos caminhos de mudança que são idealizados por uns opõe-se a tese defendida por outros de que o rumo actual não deve ser modificado (conforme se pode ler na tabela abaixo).

**Quadro 4.57. Quem deveria mandar em Angola? E porquê?**



Com efeito, apesar do “silêncio” de 53,7% dos inquiridos, são muitas e diversas as opiniões daqueles que se manifestam, ainda que avulsem três ideias dominantes que se cruzam entre si, desenhando uma tendência que envolve 22% da amostra (isto é, quase metade dos que respondem à questão): a de um sistema político que eleja os representantes do povo de forma justa e livre, em contexto democrático, promovendo a alternância política e um modelo de governação em defesa dos interesses de todos.

Trata-se pois de convocar “pessoas que defendam verdadeiramente os interesses do povo”, como caracteriza uma respondente de 22 anos, que nasceu e vive em Cabinda, ou “gente que promova um crescimento estável do nível de vida da população”, nas palavras de um participante de 60 anos, nascido e residente em Benguela; de “alguém responsável pelo maior equilíbrio na distribuição da riqueza, pois não é possível aceitar a fome, as doenças, a

falta de cuidados primários de saúde ou a falta de escola para todos”, como anota uma inquirida de 60 anos, que nasceu no Lubango, na província de Huíla, e vive em Lisboa, ou “daqueles que são patrióticos e que amam Angola e os cidadãos angolanos, que sabem que viver em democracia é viver na diferença (sem hipocrisia política), porque só esses poderão reverter a situação caótica que o país vive nos aspectos económico, financeiro e sociocultural”, como explica um respondente de 38 anos, nascido e residente em Luanda. Para isso, é necessário, segundo uma inquirida de 59 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa, “políticos que governem com transparência e isenção, mesmo sendo do partido no poder, para que as riquezas do país sejam usadas em proveito de toda a população e não apenas de meia dúzia”, “políticos com vontade de servir o povo em geral, deixando de estar sob o mandato dos *lobbies*, que só corrompem”, como complementa um outro participante, de 61 anos, nascido no Lobito, em Benguela, e residente em Madrid. “Todos sabemos que vivemos numa tirania, numa ditadura e numa espécie de Estado falhado”, observa um respondente de 36 anos, de Luanda, pelo que, e já nas palavras de um inquirido de 24 anos, igualmente de Luanda, “se, segundo a Constituição, Angola é um estado plural, quem governa deve governar para todos e não só para aqueles que se revêem nas cores do MPLA”.

Daí a importância dada à alternância política porquanto, segundo uma respondente de 21 anos, nascida e residente em Luanda, “num país que se chama democrático tem de haver o pluralismo de ideias e a troca de lugares”, ainda que, na opinião de um participante de 22 anos, também de Luanda, “enquanto estiver no poder alguém que seja do MPLA ou da família do presidente, nada vai mudar”. Como assinala um outro participante, de 29 anos, igualmente de Luanda, “precisamos de novos elementos maduros e mais fortes, porque no MPLA há muitos corruptos e gatunos”. Angola precisa, pois, de “outras pessoas e outros partidos políticos, porque o país é de todos os angolanos. Não é somente o MPLA que tem pessoas que pensam, ou seja, que estudaram e têm capacidade para dirigir o país”, acrescenta um respondente de 29 anos, natural do Huambo e a residir em Luanda. “Angola precisa de pessoas capazes de perceber o passado, de organizar o presente e com atitudes proactivas dentro do quadro de crescimento internacional. O MPLA não garante esta perspectiva. Precisamos de alternância e não da continuidade, até que alguém se afirme com acções e não com politiquices, porque o mundo é feito de pessoas, que resolvem as necessidades das pessoas, e não de aproveitadores”, argumenta um inquirido de 30 anos, que nasceu em Malange e vive em Luanda. Importa referir, porém, que a defesa do princípio da alternância, para alguns, não é incompatível com a permanência do MPLA no poder. “Se o partido no

poder é o MPLA, pelo menos que haja outra pessoa qualquer a liderar. O problema está em José Eduardo dos Santos, que concentrou nele e nos que o seguem todos os poderes. Não existe uma cultura de crítica às acções da presidência. Tudo o que o presidente faz é descrito como trabalho de visionário. Mas se andarmos pelas ruas de Luanda, podemos ver que a visão dele já não é das melhores”, comenta um respondente de 31 anos, natural e residente em Luanda, secundado por uma outra participante, de 21 anos, igualmente de Luanda. “Para mim, não é preciso que outros liderem o país, pois não se sabe se os que vierem serão piores ou melhores. O que é importante é que haja uma proposta de mudança, porque quando a dor de não se estar mudando for maior que o medo da própria mudança, a pessoa muda”.

Mas o medo persiste, como preconiza um inquirido de 37 anos, que nasceu em Malange e vive em Luanda, razão pela qual a solução deve passar pela escolha de dirigentes “eleitos pelo povo de forma justa e livre; seria o mais justo e aplicável em qualquer sociedade”, “eleições realizadas nas circunstâncias de uma democracia de facto”, sublinha um respondente de 60 anos, natural de Luanda e residente no Porto, até porque são princípios consagrados na Constituição angolana, como recordam dois participantes, um de 40 e outro de 43 anos, ambos nascidos na província do Uíge e residentes em Luanda. “Assim se pensou o Estado”, sublinha o mais novo. Contudo, para um respondente de 58 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa, esse é apenas “um cenário idílico. Deveriam ser os verdadeiros representantes dos interesses do povo angolano, mas obviamente que aqueles que estão no poder defendem interesses próprios e ignoram o enorme drama em que vive a esmagadora maioria do povo angolano”. Daí que, como vaticina um inquirido de 61 anos, nascido em Malange e residente também em Lisboa, “só saberemos quem deve mandar em Angola depois de eleições verdadeiramente livres”.

Além desta tendência dominante, portadora de três ideias que se cruzam entre si (como salientámos), é valorizado o princípio de dirigentes políticos sem interesses partidários, que pode travar, na opinião de alguns participantes, a corrupção e o clientelismo. “Precisamos de pessoas sérias e não partidárias, porque o povo ainda é analfabeto e não tem cultura política”, anota um respondente de 27 anos, que nasceu em Tomboco, na província do Zaire, e vive em Goiânia, no Brasil. Ou de “pessoas individuais e apartidárias, porque o país está viciado dos mesmos partidos políticos”, acrescenta um inquirido de 22 anos, nascido no Huambo e residente em Luanda. Na prática, como assinala uma outra respondente, de 46 anos, que nasceu no Cuito, em Bié, e vive em Luanda, é de incluir “todas as pessoas que demonstrem competência, independentemente da opção política. É tempo de reforçarmos as instituições do



Estado e despartidarizá-las”. Uma opinião partilhada em parte por um inquirido de 28 anos, natural de Luanda e a viver em Portugal, que a reformula com críticas dirigidas sobretudo à cúpula militar: “Precisamos de mais tecnocratas com experiência adquirida em muitos anos e não de generais e pessoal ligado às Forças Armadas e às polícias, cuja experiência é apenas de morte e destruição. Só assim podemos ter ideias novas e não ficar à espera da iluminação do ‘chefe’, a fim de resolver os grandes problemas sociais e económicos do país”.

Em sentido contrário, enquanto ideia que se destaca pelo número de incidências que regista, avulta a afirmação de que quem “manda” tem legitimidade para o efeito, razão pela qual o problema da governação não se coloca ou não deve ser colocado. “Para mim, a questão é muito simples: quem ganha as eleições, manda”, declara um inquirido de 51 anos, que nasceu na província de Huíla e vive na África do Sul, secundado por um outro de 54 anos, nascido em Gabela, na província de Kwanza-Sul, e residente em Luanda: “Considero negativo o desempenho, apesar do muito que tem sido feito, mas entendo também que, tendo saído de eleições, quem ganhou tem toda a legitimidade para governar”, sublinha. “Apesar de termos uma Constituição atípica, devemos respeitá-la”, reitera um respondente de 38 anos, natural e residente em Luanda, pelo que “sendo este o sistema vigente, segundo o qual quem manda são os vencedores das eleições, e se as eleições foram livres e justas, somente após novas eleições é que poderá haver uma mudança”, conclui um participante de 72 anos, nascido em Luanda e residente em Lisboa.

Nesta linha de pensamento, é de referir igualmente aqueles que consideram que não só há legitimidade como há sinais claros de que o país está em boas mãos. “Angola continua a crescer em todos os sentidos, a evoluir e a amadurecer. Há já muitas provas dadas”, observa uma inquirida de 41 anos, natural de Luanda e residente em Cascais. “A estabilidade do país só é possível com o actual presidente da República por razões que têm a ver com o equilíbrio das forças militares e partidárias e com os resultados obtidos através dos programas estratégicos e operacionais que estão em curso e do Orçamento Geral do Estado. O presidente quer sair do poder, mas com níveis menores de pobreza”, explica uma outra respondente, de 50 anos, nascida e residente em Luanda.

Ao rol de questões já observadas acresce uma outra, mas de natureza diferente: o país deve mudar de rumo, mas não há ainda alguém em Angola com capacidade para o efeito. “Alguém que se mostre capaz de liderar e não de chefiar. Algo que não se encontra em África. Talvez o presidente deva ser estrangeiro”, afirma um inquirido de 27 anos, igualmente de

Luanda. “Ainda não apareceu ninguém porque são todos iguais”, concretiza um outro participante, de 32 anos, que nasceu em Jamba, na província de Kuando Kubango, e vive em Luanda. “Ainda não há nenhum dirigente ou partido capacitado para dirigir o país porque, enquanto o interesse e bem-estar pessoal dominar sobre o interesse e bem-estar comum, a democracia em Angola estará comprometida”, acrescenta uma respondente de 25 anos, natural de Luanda e residente no Rio de Janeiro. “Penso que nem sequer a oposição tem estrutura e maturidade para dirigir o país se conquistar o poder. Para todos sem excepção, a máxima é a mesma: primeiro, e mais importante do que tudo, é satisfazer os seus próprios interesses. Vêm todos de uma realidade comum, de pobreza e destruição causada pela guerra civil. Actualmente as ambições mais comuns nos angolanos, na sua generalidade, são riqueza e poder”, remata um inquirido de 40 anos, que nasceu em Malange e vive em Luanda.

Daí que haja respondentes que consideram que o melhor é não mudar, não porque estejam satisfeitos com o actual modelo de governação e os “agentes” no poder, mas por causa da falta de alternativas, sobretudo junto da oposição. “É um facto: não temos oposição”, afirma uma participante de 55 anos, que nasceu e vive em Luanda, opinião partilhada por uma outra, de 34 anos, também de Luanda: “sinceramente a concorrência não se faz sentir pela positiva”.

Da inexistência de líderes com capacidade para conduzir os destinos da Nação e da falta de alternativas junto da oposição, chega-se ainda à ausência de um termo de comparação, o que também é problemático para alguns respondentes. “Deve existir uma comparação político-partidária. Se desde que nasci, o partido a comandar é o mesmo, como vou poder comparar com os outros que nunca tiveram oportunidade para isso?”, questiona uma participante de 28 anos, de Luanda, sinalizando um aspecto a que não é alheio o tipo de informação produzido pelos media. “É necessário um melhor desempenho da camada jornalística, que deve nos apresentar melhores exemplos. Como tal não acontece, fica difícil descobrir alguém mais capacitado”, anota um inquirido de 28 anos, igualmente de Luanda.

Acresce finalmente um outro questionamento, colocado sob duas perspectivas. “Quem deveria mandar não é a pergunta adequada, mas como? Porque os que estão no poder devem ser pessoas comprometidas com a moral, a ética e o humanismo. Devem ser pessoas dignas e honradas”, sublinha um respondente de 26 anos, também natural e residente em Luanda. “A pergunta não deve ser quem, porque na verdade não precisamos de indicar. Não aceito viver refém de quem quer que seja. Devemos ter a possibilidade de cada cidadão maior de 18 anos

poder sonhar e expressar o seu desejo de governar o país. Qualquer angolano deve servir. Se for incompetente, só quero ter a garantia de que em quatro ou cinco anos posso trocá-lo. Para mim, isso é que importa”, declara um inquirido de 28 anos, que nasceu em Milunga, na província do Uíge, e vive em Luanda.

A tudo isto são aduzidas várias outras opiniões, se bem que com menor número de incidências, que apontam para “soluções” mais específicas. Por exemplo, a substituição dos actuais líderes no poder (i) por alguém que venha da esfera da CASA-CE, desde que não seja corrupto. “Alguém que tenha um ego superior aos desejos pessoais e que tenha defeitos também, mas que não faça dos defeitos a sua prática diária. Se tiver de citar algum nome, citaria o nome de Abel Chivukuvuku<sup>170</sup> ou mesmo de Carlos Rosado<sup>171</sup>”, sugere um participante de 30 anos, nascido e residente em Luanda. “O que a sociedade precisa é de sangue novo, com ideias novas e bem aplicadas, que mostre aos angolanos que podemos sair da miséria em pouco tempo. Geograficamente, Angola tem tudo para ser uma grande potência africana. Por isso, é preciso alguém com as características de Abel Chivukuvuku”, reitera um respondente de 42 anos, também natural de Luanda e residente em Salamanca. “Está provado cientificamente que quando um partido demora muito no poder, não há mais criatividade, não há mais inovações, como é o caso do MPLA. E é a mesma coisa na oposição, na UNITA, porque já deram tudo. Por isso, vejo a CASA-CE como a única alternativa”, conclui um outro inquirido de 43 anos, natural e residente em Cabinda;

Ou (ii) por alguém que não esteja comprometido com a guerra, por “partidos políticos não envolvidos directamente no conflito armado e alguns membros da sociedade civil empenhados na melhoria do país, para evitar a polarização entre os beligerantes e possibilitar o desenvolvimento de Angola”, como justifica um respondente de 36 anos, de Luanda; ou (iii) por alguém da nova geração que não esteja ainda “corrompido”, como sugere um inquirido de 59 anos, que nasceu no Huambo e vive no Porto. “Deveriam ser políticos das novas gerações que, por natureza ou formação, respeitam os mais elementares direitos de cidadania, porque

---

<sup>170</sup> Ex-líder da UNITA, Abel Chivukuvuku, nascido em Bailundo, na província do Huambo, representa a ala de dissidentes do partido que contesta a nova liderança de Isaiás Samakuva. Em Março de 2012, Abel Chivukuvuku fundou o movimento Convergência Ampla de Salvação em Angola (CASA-CE), uma coligação eleitoral que agrega o Partido de Aliança Livre de Maioria Angolana (PALMA), Partido de Apoio para Democracia e Desenvolvimento de Angola – Aliança Patriótica (PADDA-AP), Partido Pacífico Angolano (PPA) e Partido Nacional de Salvação de Angola (PNSA).

<sup>171</sup> Economista e jornalista, actualmente a exercer funções como director do semanário económico “Expansão”, do grupo Score Media, Carlos Rosado de Carvalho tem sido uma voz crítica em relação a várias políticas públicas de investimento e desenvolvimento económico no país. É de seguir, por exemplo, a sua opinião sobre as relações económicas entre Angola e a China (cf. Club-K, 2015b).

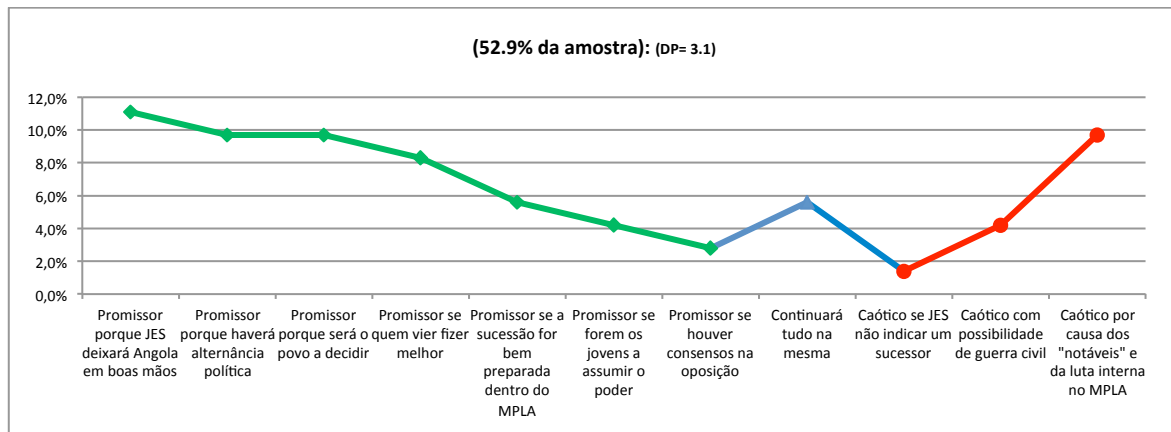
ainda não terão sido corrompidos pela lógica do ‘vale tudo’ que coloca sempre o povo em segundo ou terceiro plano”; ou (iv) por um governo de coligação nacional, que “reduziria talvez a corrupção e o enriquecimento ilícito e daria maior fôlego ao sistema de justiça”, como defende um outro participante, de 40 anos, nascido e residente em Sumbe, na província de Kwanza-Sul; ou (v) por um MPLA renovado, “uma nova plataforma política que congregue diferentes sensibilidades”, segundo as palavras de um respondente de 26 anos, que nasceu na província do Uíge e vive em Luanda. “Defendo o MPLA, por ser o mais representativo, diversificado e plural em termos étnicos, mas só se a superestrutura dependente de José Eduardo dos Santos for substituída”, acrescenta; ou (vi) por alguém que medeie a transição do eduardismo, “alguém em condições de conduzir Angola para uma nova era, porque o país caminha para um nepotismo sem igual”, como observa uma inquirida de 38 anos, natural de Malange e residente em Luanda; ou, no limite, (vii) pelos autóctones e não os assimilados, como refere uma participante de 46 anos, que nasceu em Bembe, na província do Uíge, e vive em Luanda. “Devem mandar os autóctones, que outras vezes eram chamados de indígenas, pois eram esses que queriam ser livres e independentes e não os assimilados. É uma questão de lógica”, remata.

Perante todos estes cenários ou “soluções” – que dão conta tanto de (i) uma vontade de mudança como de (ii) um desejo de continuidade, isto é, de vários “futuros imaginados” (em função da interpretação e da diferente valorização dos fenómenos do presente) – ou, num outro plano, perante as narrativas que se apresentam como dominantes ou melhor expressam a percepção dos respondentes quanto ao “modelo ideal” de governação ou do exercício de poder (bem como dos “agentes” que nele devem estar implicados) – razão pela qual, aliás, aparece sempre neste domínio o princípio do aprofundamento do “contexto democrático” (expressão de um ideal aceite de forma inquestionável como o “bom modelo” por oposição aos outros modelos, os “maus”, tal como discutimos na secção 4.4., mas que a este nível se transfigura sob diferentes codificações, em razão das múltiplas e diversas configurações em que é “aplicável”), analisemos por fim que futuro é expectável num quadro de sucessão ao presidente José Eduardo dos Santos.

Neste particular, ao colocarmos o problema em pergunta aberta e facultativa, 44,9% dos participantes “não comenta” e 2,2% “não sabe”, ou seja, 47,1% remete-se para o silêncio, valor que se aproxima do nível de “silêncio” registado na questão anterior (a saber, 53,7%). O quadro 4.58. representa assim a opinião expressa por 52,9% dos respondentes, com a particularidade de observar apenas, para uma melhor leitura, as ideias que concorrem para

uma dicotomia que varia entre o “futuro promissor” e o “futuro caótico”, isto é, e em termos proporcionais, 72,1% de todas as variáveis categorizadas. As restantes referem-se essencialmente à ideia de “futuro incerto” – expressão que é usada, aliás, por vários participantes – o que na prática nada informa quanto ao futuro expectável.

**Quadro 4.58. Futuro de Angola em contexto de sucessão a José Eduardo dos Santos**



Obs. Como assinalámos, este gráfico oculta deliberadamente “outros” aspectos referidos pelos participantes, porquanto remetem para ideias que não apelam à dicotomia aqui representada.

Pela leitura do gráfico, verifica-se pois que a tendência para o optimismo (mesmo sob reservas) em relação ao futuro de Angola, pensado sob uma perspectiva de sucessão ao presidente José Eduardo dos Santos, é superior à tendência para o pessimismo, o que coincide, de resto, com a relação desigual entre as tendências manifestadas pelos participantes ao serem questionados, de modo mais geral, sobre o futuro do país em termos políticos, como demos conta logo no início desta secção: 48,5% avalia-o de forma positiva, 25,1% de forma negativa. Aqui, ainda que se deva ter em conta o facto de se tratar de cerca de metade da amostra, a relação é de 51,4% (positiva) para 15,3% (negativa).

Perante esta evidência, importa dotá-la de conteúdo porquanto tanto o optimismo como o pessimismo são portadores de argumentos que, a vários níveis, são incompatíveis entre si, o que pressupõe, à partida, uma dinâmica de continuidade das fracturas e rivalidades, independentemente dos cenários idealizados ou “imaginados”. Neste sentido, a análise das “zonas de confronto” (que a dicotomia aqui adoptada permite identificar) assume uma particular relevância, na medida em que desvela, na percepção dos inquiridos, o que melhor expressa os elementos de ruptura, a saber, (i) a sucessão sob o patrocínio do MPLA (que incorpora dois níveis que se correlacionam entre si, a indicação ou não do sucessor por parte de José Eduardo dos Santos e o grau de manifestação, e respectivas consequências, dos

antagonismos entre os vários grupos dominantes do partido-Estado) e (ii) a sucessão sob o patrocínio das forças que se opõem ao MPLA (que implica sobretudo o consenso ou não entre os “agentes” da oposição, do qual depende a viabilização de uma “alternativa” e as condições em que a mesma se pode processar).

Nestes termos, começamos por convocar a ideia que mais incidências regista, designadamente a convicção de um futuro promissor porque o presidente da República deixará Angola em boas mãos. Disso mesmo faz eco um respondente de 28 anos, natural e residente em Angola: “about the president, I commend him for one thing, his ability to maintain peace and unite of the people in Angola since the end of the war. Soon he will be leaving office, I am sure he is trying to make sure that he leaves his country in good hands as he steps down”. Opinião partilhada por um inquirido de 35 anos, igualmente de Luanda: “(José Eduardo dos Santos) é o garante da estabilidade política e militar no país e, portanto, todo cuidado é pouco quando se pensa na sua sucessão, porque a experiência de outros países em África mostrou que é preciso ponderar correctamente o momento de transição para evitar retrocessos com consequências terríveis. Penso que cedo ou tarde ele vai sair da presidência da República, mas não sai tão cedo do MPLA como seu líder, porque um próximo presidente da República terá uma certa carência de influências junto das altas patentes do exército e da polícia nacional. Logo, ele pode servir como uma boa ponte entre estes órgãos e os outros órgãos de soberania, como a Assembleia Nacional, os tribunais e a Procuradoria-Geral da República”. De resto, para vários participantes, nesta matéria é José Eduardo dos Santos quem melhor sabe. “Neste momento, a melhor pessoa para falar sobre isso com propriedade é o presidente. Ele é que decide”, afirma uma respondente de 27 anos, também de Luanda. “O presidente, como estratega que é e com a sua inteligência, saberá qual a altura certa para sair. Tenho pena, porque governou pouco tempo, porque antes, na paz, não teve hipótese, porque o que governava era uma guerra. Gostava que tivesse saúde para governar no mínimo mais 20 anos, porque tenho a certeza de que faria muito”, acrescenta uma outra respondente, de 55 anos, de novo de Luanda. A isto, acresce o princípio segundo o qual, como salienta uma inquirida de 58 anos, que nasceu no Lubango, em Huíla, e vive em Luanda, “não há pessoas insubstituíveis. Passámos por isso uma vez, com Agostinho Neto. E Angola sobreviveu”, pensamento subscrito por um respondente de 25 anos, nascido no Huambo e residente em Lobito, na província de Benguela, para o qual “o país tem recursos humanos capazes de levar Angola a bom porto. Ninguém é insubstituível”. Em suma, como defende um inquirido de 48

anos, que nasceu e vive em Luanda, “Angola vai crescer plenamente mesmo em caso de retirado do senhor presidente Eduardo dos Santos”.

Com efeito, o mais importante, como refere uma outra inquirida, de 40 anos, nascida e residente em Sumbe, na província de Kwanza-Sul, é que “a saída de José Eduardo dos Santos deve ser bem preparada para evitar turbulências”.

Porque se assim não for, o futuro poderá ser caótico. “Tal como aconteceu na independência, a transição será caótica se o presidente não souber indicar em tempo oportuno o seu sucessor no seio do MPLA ou para a candidatura presidencial”, declara uma respondente de 43 anos, que nasceu em Damba, na província do Uíge, e vive em Luanda.

Caótico porque “virá o seu delfim e primo”, nas palavras de uma participante de 58 anos, nascida e residente em Luanda. “Diz-se que ele encomendou aos brasileiros um estudo académico sobre cenários futuros para Angola na era pós-José Eduardo dos Santos. Pode ser um bom sinal e é inteligente que o faça, mas o principal problema serão os seus próprios correligionários do MPLA”, acrescenta. E “todos aqueles que enriqueceram demasiado e depressa, os seguidores (do presidente) que estragam tudo o que já construímos”, afirma um outro participante, de 32 anos, igualmente de Luanda.

Caótico porque “será motivo de confusão no seio do partido”, assinala um inquirido de 26 anos, natural de Luanda e residente em Cabinda. “Haverá muita instabilidade política no interior do MPLA que terá dificuldades em integrar diferentes sensibilidades (políticos e gerais de diferentes gerações)”, aduz uma respondente de 36 anos, nascida e residente no Lubango, em Huíla. “Quem manda no país é o MPLA e não se vislumbra nenhum outro partido a conseguir essa posição nos próximos 20 anos. Depois do presidente sair de cena (ou mesmo morrer, pois pode retirar-se mas manter-se-á líder do partido e continuará realmente a mandar no país), tudo depende da vontade e do entendimento dos membros do *bureau* político do MPLA, no qual existem muitos idosos arrogantes que podem não aceitar outra sucessão senão a deles próprios”, argumenta um inquirido de 28 anos, que nasceu em Luanda e vive em Portugal. Trata-se pois, na opinião de um participante de 37 anos, também de Luanda, de um “quadro muito incerto, com o poder executivo centrado num só líder e muitas forças opostas no interior do partido no poder. Há um grande risco de haver divisões internas. Portanto, vejo um futuro não muito optimista”.

De resto, o regresso de uma guerra civil é uma possibilidade apontada por alguns participantes. “A sucessão poderá abrir caminho a uma guerra civil semelhante ao que aconteceu com o salazarismo em Portugal”, observa uma respondente de 61 anos, natural de Malange e residente em Lisboa. “Se a sucessão ocorrer de uma forma abrupta será o início de uma nova guerra civil”, corrobora uma outra inquirida, de 50 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa. Ainda assim, como salienta uma participante de 58 anos, também nascida em Luanda e residente em Lisboa, é uma possibilidade a admitir mas que se coloca apenas num cenário muito pessimista.” Aqueles que estão em posição de disputar o poder estão tão conluiados que jamais se comportarão de forma comprometedora. Há muito que se habituaram à atitude ‘cartelista’. Do lado de fora, ou seja do lado do povo, penso que pode vir a haver uma fortíssima reacção, ditada pela miséria, a fome, a doença e sobretudo a desesperança e falta de perspectivas. O regime será assolado por violentas convulsões sociais, sem excluir a hipótese de alguma aventura militar, algo desorganizada”, comenta.

Perante estes cenários, e na leitura de vários outros participantes, mantém-se porém uma visão optimista, se bem que condicionada pela escolha do novo líder do MPLA, ou seja, optimista desde que o partido no poder não mude, porquanto, nesta linha de pensamento, é dele que depende o processo de consciencialização da sociedade em relação à responsabilidade que é necessária para governar o país e mantê-lo num quadro de “normalidade democrática”. Como anota uma respondente de 36 anos, natural e residente em Luanda, “o MPLA deverá continuar no poder pelo menos durante mais dois mandatos com um novo candidato imposto por José Eduardo dos Santos. É o tempo mínimo para que a sociedade continue a tomar consciência da sua responsabilidade no controle da governação e na eleição dos governantes”, pelo que, na opinião de um inquirido de 22 anos, que nasceu no Huambo e vive em Luanda, “o sucessor sairá do MPLA nos próximos 8 anos”. Uma respondente de 43 anos, nascida em Benguela e residente em Luanda, pensa o mesmo mas está preocupada justamente com o problema do sucessor. “O futuro de Angola parece-me bastante positivo, mas esse futuro vai depender do escolhido pelo MPLA para ser o substituto do actual presidente que, a meu ver, ainda não está claro”, sublinha.

A visão optimista implica também um outro “futuro” idealizado sob a dinâmica da alternância política, que remete essencialmente para a mudança dos “agentes” do poder. “Seria importante experimentarmos primeiro outros tipos de lideranças que não a do actual partido no poder”, sinaliza uma inquirida de 30 anos, que nasceu e vive em Luanda. Como observa uma outra respondente, de 45 anos, nascida no Dundo, na província de Lunda-Norte,



e residente em Ondjiva, em Cunene, “a nação tem um futuro positivo e neste Angola precisa de alternância no poder de qualquer formação política desde que possamos atingir o sonho angolano: uma sociedade sem corrupção e com uma boa distribuição da riqueza nacional”. Daí que, segundo uma participante de 38 anos, que nasceu em Maquela do Zombo, no Uíge, e vive em Bruxelas, “o futuro do país passa por uma alternância política. A reversão do poder é a única hipótese para um futuro melhor e sustentável de Angola”. Porque, como assinala uma inquirida de 24 anos, de Luanda, o “país está ansioso por mudanças e pelo que se segue”. O que importa, diz um respondente de 24 anos, que nasceu na província de Kwanza-Sul e vive em Luanda, “é que apenas se mude o quadro e nos deixem ser felizes”. Ou seja, e numa palavra, mudança, como explica uma outra inquirida de 24 anos, nascida em Angola e residente no Rio de Janeiro. “Nós, angolanos, somos especiais de várias formas. Nascemos num país rico e temos por ele um amor louco. Todos os que conhecem o país não querem sair. Angola poderia ser os Emirados africano pois há muito dinheiro para pouca população. Infelizmente isso não acontece, mas com o tempo as coisas vão mudar e haverá alguém que nos trará a felicidade que merecemos. Só votar certo não, por estar acostumado com o presidente, mas votar para que haja mudança”, conclui.

Neste quadro de mudança sob o princípio de alternância, que sustenta o optimismo de de diversos participantes, avulta um outro factor: a possibilidade da decisão soberana e livre do povo. Por outras palavras, o futuro é promissor porque com a sucessão, na percepção de alguns respondentes, é o povo quem passará a decidir. “Penso que vai haver condições para que as eleições sejam verdadeiramente livres”, defende uma inquirida de 59 anos, que nasceu em Luanda e vive em Lisboa. “Mas antes é importante que se preparem quadros para ocupar esses cargos”, acrescenta, opinião secundada por uma outra respondente, de 30 anos, nascida em Malange e residente em Luanda: “o futuro de Angola é promissor, quer queiram os partidos políticos quer não, porque a vontade de um povo sempre triunfará”. Como complementa um participante de 29 anos, natural do Huambo e também residente em Luanda, “o futuro de Angola depende da boa vontade dos angolanos” ou, como diz uma inquirida de 24 anos, igualmente de Luanda, “a esperança de bons dias para os angolanos está nos próprios angolanos”.

Contudo, este “futuro de paz, tranquilidade e mais oportunidade para todos os angolanos”, como caracteriza uma respondente de 35 anos, nascida e residente no Lobito, em Benguela, é também olhado à luz de alguns condicionalismos, nomeadamente em função dos consensos a que possam chegar os vários “agentes” de poder. “A sucessão do presidente José

Eduardo dos Santos poderá ser benéfica para Angola, na medida em que reduzirá o risco de conflitos por oposição ao tempo de permanência do mesmo no poder. Todavia, penso que, dada a realidade actual, é preciso que a oposição angolana saiba fazer um verdadeiro trabalho de casa, que, no meu entender, passa por criar um equilíbrio no parlamento. É preciso resolver os problemas na fonte e quero lembrar que é no parlamento que se define o destino de qualquer país. Num momento como este, o objectivo da oposição angolana não devia ser a governação do país, mas sim estabelecer um equilíbrio no parlamento para que as suas vozes também possam ser ouvidas”, sublinha uma inquirida de 33 anos, natural da província de Kwanza-Norte e residente em Luanda.

Acresce a convicção segundo a qual o futuro é promissor desde que as gerações mais novas integrem também e de modo activo o processo de transição. “Devemos dar o poder não aos políticos mas aos jovens com mérito, com mentalidades mais humanas e menos capitalistas”, diz um respondente de 27 anos, que nasceu em Tomboco, na província do Zaire, e vive em Goiânia, no Brasil. “Everything has an end. And I believe the new young generation with the help of the social media and better education will increase pressure for a much better Angola governed with the interests of its people where democracy will prevail”, observa na mesma linha um participante de 45 anos, natural de Maquela do Zombo, no Uíge, e residente em Londres, sinalizando a importância da educação, de que também faz eco um inquirido de 28 anos, de Luanda: “Angola looks very positive to have a better political and economic system in future. Its population is young and growing at a fast rate. However, this will only be achieved through educating a lot of the people”.

Por fim, chegamos ao optimismo daqueles que colocam o problema da sucessão sob a perspectiva de uma mudança por alguém que faça melhor, o que traduz, na prática, a caracterização de um futuro “ideal”, diferente do que experienciam no presente. “É doloroso fazer parte de uma geração que perdeu uma oportunidade única de se erguer das cinzas, deixadas pela colonização, e se tornar numa nação forte e consistente”, comenta um respondente de 30 anos, que nasceu e vive em Luanda. “Angola foi criada ou está a ser criada numa perspectiva partidária, ou seja, vivemos numa ditadura que, ornamentada de democracia, vai escondida no tempo devorando os que no caminho da liberdade encontra. O presidente criou condições para dificultar quem depois dele viesse. Teremos de recomeçar o sistema político devido aos estragos que a corrupção e nepotismo deixaram nas entranhas da nação. Perdemos identidade cultural, a nacionalidade perdeu valor e somos porque temos de ser, não porque queremos ser”, conclui. Daí que, nas palavras de uma inquirida de 29 anos,

igualmente de Luanda, “temos de pensar sempre no melhor. A mudança tem efeitos positivos e negativos e um novo presidente terá de ser alguém da classe alta. Caso contrário, será um ladrão como todos os outros em África”. Ou “tem de ser um novo dirigente capaz de identificar de forma indiscriminada as questões que o país demonstra. Terá de ter uma vontade política bem definida e estruturada para não se deixar influenciar”, complementa uma outra respondente, de 25 anos, natural de Luanda e residente no Rio de Janeiro. Em suma, como assinala um participante de 36 anos, também de Luanda, “todas e quaisquer mudanças requerem melhorias. Quem for escolhido que saiba fazer bem e melhor”.

Além de todas estas posições, que reflectem as diversas gradações da dicotomia acima representada, resta observar aqueles que consideram que, independentemente de quem suceder a José Eduardo dos Santos, continuará tudo na mesma, já que, na opinião de um inquirido de 59 anos, nascido no Huambo e residente no Porto, “nem sempre mudar o maquinista altera a velocidade da locomotiva”. Com efeito, como aduz um outro respondente, de 46 anos, natural de Bembe, no Uíge, e residente em Luanda, “a mudança de homem não significa nada; há necessidade de mudar o *modus operandi*”. O que, para uma participante de 37 anos, igualmente de Luanda, será muito difícil. “Todo o ‘atipismo’ consagrado na Constituição parece-me ter sido desenhado com determinados propósitos e a pensar num conhecido projecto de poder, tendo em vista a sua eternização e a de uma certa classe política no poder”, justifica. A que se junta outro argumento, apontado por um inquirido de 26 anos, também de Luanda: “é muito instável a questão de uma sucessão num Estado no qual se revê a monarquia europeia vestida de negro. Além de que vejo José Eduardo dos Santos a comandar pelos bastidores toda orquestra que é o nosso país”.

Chegamos assim, em matéria de “futuro político” (o futuro “imaginado” pelos respondentes) a um conjunto de ideias muito diversas que importa sistematizar, tanto mais que aparecem aqui sob três planos de observação que se correlacionam entre si – quem manda, quem deveria mandar e o que poderá mudar – que apelam, como temos vindo a sublinhar, para uma reapreciação das dinâmicas de poder dominantes e das tendências de reprodução das mesmas em contexto de sucessão ao actual presidente da República, figura que “tutela” a hegemonia política do partido-Estado.

Nestes termos, é possível destacar o seguinte:

(i) José Eduardo dos Santos e o MPLA (em particular o *bureau* político ou o chamado grupo de “notáveis” do partido que aparece, regra geral, associado à expressão “generais”) são

as duas “forças” que aparecem maioritariamente implicadas na ideia de poder em Angola, as forças que comandam os destinos da Nação, se bem que não seja consensual que o façam necessariamente, isto é, que exerçam materialmente o poder, porquanto, no imaginário dos participantes neste estudo, não só há um “encavalitamento” entre estes dois “agentes” (o que esvazia a preponderância de um ou de outro) como múltiplas combinações entre estes e outros “agentes”, endógenos e exógenos ao país, bem como entre as próprias forças internas do partido-Estado (o que implica um exercício de poder por “mandato”, ou seja, condicionado pelas “regras” impostas, explícita ou implicitamente, por todos aqueles que o viabilizam), a que acresce a distinção entre ter poder e mandar, entre dirigir e decidir (que reforça, aliás, a intuição anterior);

(ii) a avaliação do desempenho e da legitimidade de quem manda, ou de quem os respondentes consideram que manda, tende a ser o que designaríamos por uma “supra-narrativa”, à falta de melhor termo, na medida em que se afasta das especificidades que nela estão contidas, colocando-se acima das mesmas. Por outras palavras, o questionamento do desempenho e da legitimidade dos “agentes” de poder tende a ignorar o seu objecto específico para dar conta de um outro objecto (substituindo o “quem” por “como”), ou seja, informando dos indivíduos que aprovam ou não o modo como o poder é exercido (pela forma como se manifesta), isto é, e em última instância, as condições políticas que Angola experiencia, independentemente de quem as gere, pelo que se apresenta como um indicador particularmente relevante;

(iii) o mesmo sucede com a interpretação dos resultados eleitorais, enquanto narrativa, porquanto, neste caso, tende a ser portadora da informação daqueles que consideram ou não o sistema político como democrático, em razão do conteúdo expresso neste particular remeter explicitamente para uma categorização dicotómica, contrariamente ao que é capturável se a questão for colocada directamente, uma vez que essa permite o recurso a “códigos de silêncio” ou a utilização de múltiplos sentidos;

(iv) acresce por fim a utilidade do questionamento quanto à possibilidade de haver “outros agentes” no exercício do poder (quem deveria mandar), na medida em que informa e confirma as deduções que são postas em evidência através das duas estratégias de observação anteriores, ao alocar os indivíduos nas tendências dominantes;

(v) neste contexto, e ponderando os resultados obtidos através dos vários indicadores em escrutínio, é possível afirmar que cerca de 40% dos participantes neste estudo preconiza a

ideia que dá conta da incompatibilidade a vários níveis entre a dita transição democrática e a racionalidade de reprodução da hegemonia política do MPLA, enquanto partido-Estado presidencializado, isto é, 40% rejeita o modelo de governação de Angola, os seus “agentes” e o modo como exercem o poder, enquanto um terço defende o contrário, o que posiciona os restantes numa “zona cinzenta”, de indefinição, um grupo que não informa, nem justifica, remetendo-se para o “silêncio”;

(vi) tendo presentes os valores desta distribuição, verifica-se que a tendência para o optimismo (mesmo sob reservas) em relação ao futuro de Angola, pensado sob uma perspectiva de sucessão a José Eduardo dos Santos, é superior à tendência para o pessimismo, o que coincide com a relação desigual entre as tendências manifestadas pelos participantes ao serem questionados, de modo mais geral, sobre o futuro do país em termos políticos;

(vii) contudo, tanto o optimismo como o pessimismo são portadores de argumentos que, a vários níveis, são incompatíveis entre si, o que pressupõe, à partida, uma dinâmica de reprodução das fracturas e rivalidades, independentemente dos cenários idealizados ou “imaginados”. De resto, a análise das “zonas de confronto” que se manifestam nestas tendências dá conta disso mesmo ao fazer avultar dois caminhos que não excluem a continuidade ou mesmo o agravamento da conflitualidade: (a) a sucessão sob o patrocínio do MPLA (que incorpora dois níveis que se correlacionam entre si, a indicação ou não do sucessor por parte de José Eduardo dos Santos e o grau de manifestação, e respectivas consequências, dos antagonismos entre os vários grupos dominantes do partido-Estado) e (b) a sucessão sob o patrocínio das forças que se opõem ao MPLA (que implica sobretudo o consenso ou não entre os “agentes” da oposição, do qual depende a viabilização de uma “alternativa” e as condições em que a mesma se pode processar).

## Considerações finais

Chegados aqui, e após este longo e sinuoso percurso – que (i) pretende dar conta, como sublinhámos no início do trabalho, dos conteúdos e das práticas discursivas dominantes, materiais e simbólicas, que concorrem para a construção da “ordem política” e das ideias de poder na sociedade angolana pós-colonial, ou seja, das principais categorias de percepção e sistemas de codificação do poder que caracterizam e dotam de sentido o *habitus* do político e configuram e modelam o campo político angolano na conjuntura dita pós-colonial, (ii) com o fim último de promover uma reflexão crítica sobre a problemática da análise, *per si*, dos mecanismos da reprodução do poder dos ditos grupos subalternos do sistema-mundo – importa elencar algumas observações, a título de sistematização final:

(i) a promoção de qualquer debate que implique a ideia de poder (em razão dos inúmeros problemas conceptuais que coloca) apela desde logo, enquanto primeiro plano de análise, a um extenso e intrincado corpo teórico interdisciplinar, isto é, à revisão crítica de uma pluralidade de eixos em competição que releva de premissas epistémicas e de contextos analíticos diferenciados, contraditórios e, no limite, antagónicos. Esta complexidade de correlações, tanto convergentes como divergentes, tanto de sobreposição como de interpenetração, que coexistem nesta área de estudos, sugere consideráveis armadilhas apriorísticas, vários constrangimentos epistemológicos e muitas subtilezas que importa ter em conta. Quer isto dizer que, não obstante a estratégia adoptada para o acondicionamento da matriz crítica que oriente a discussão, é fundamental fazer um exercício prévio de ponderação heurística de acordo com o que se pretende observar, sem o qual não é possível captar com propriedade o que importa extrair dos contributos teóricos associados ao objecto em escrutínio. Foi o que fizemos no primeiro capítulo ao convocarmos a herança teórica e a tradição de pensamento predominantes nas ciências sociais, ou seja, as principais categorias de análise sobre a problemática do poder, ainda que, regra geral, sob formatação “ocidental” e a presunção da sua aplicabilidade à escala universal;

(ii) a promoção de qualquer debate que implique a ideia de poder em contextos africanos apela concomitantemente para um outro plano de análise, não menos negligenciável que o primeiro (nos termos que observámos na alínea anterior), perante a evidência de que a dimensão pluricultural e pluriétnica destas sociedades obriga a reequacionar as categorias empíricas que concorrem para a captura da noção de poder e dos conceitos associados, uma vez que há uma modificação no conteúdo nos mesmos (como demonstrámos, aliás, através de

vários exemplos na discussão empírica). Quer isto dizer que a racionalidade weberiana – que formata a orientação dos estudos sobre o poder nas suas várias versões e traduz, de uma forma genérica, a herança tradicional do pensamento ocidental – requer um exercício conceptual de maior amplitude, porquanto ao ancorar-se na estrutura dos sistemas sociais das sociedades industrializadas ocidentais tende a excluir contextos diferentes de codificação no qual avultam outras dimensões, designadamente as que resultam do universo político-simbólico. Foi o que fizemos no segundo capítulo ao observarmos os principais particularismos das dinâmicas de poder nestes espaços, sobretudo nos subsarianos, ou seja, em espaços que não coincidem com aqueles em que é enunciada a racionalidade do poder de matriz “ocidental”;

(iii) a promoção de qualquer debate que implique a ideia de poder em contexto angolano (adoptado nesta pesquisa como “estudo de caso”) e em conjuntura dita pós-colonial (a opção que é seguida) apela também – e igualmente de modo concomitante com os dois planos de análise atrás referenciados – para um terceiro plano que se traduz por um diálogo com o passado em busca dos fenómenos de poder de longa duração que manipulam o presente (e reconstroem simultaneamente o próprio passado como processo de reordenação dos acontecimentos que dotam o contexto actual de sentido e significados). Trata-se pois de observar os fenómenos que desempenham de modo mais relevante uma função de significação no contexto actual de Angola, as narrativas que relatam um determinado “itinerário histórico” e que retransmitem a memória, porquanto qualquer apelo a uma reordenação do presente, isto é, qualquer tentativa de recuperação de uma identidade histórica à luz do presente, coexiste sempre com a lembrança de uma ordem antiga, a permanência de um imaginário. Foi o que fizemos no terceiro capítulo ao analisarmos, numa perspectiva crítica, os processos de produção e reprodução do poder que mediaram, modelaram e configuraram o acontecimento colonial e pós-colonial.

Em suma, na primeira parte deste trabalho, procedemos a uma explicitação da problemática do poder sob três perspectivas de análise: (i) a revisão crítica da herança tradicional de matriz “ocidental”, (ii) o que dela se pode extrair e aplicar fora dos seus espaços de enunciação, com vista a procurar o que se altera no conteúdo dos conceitos e o que os dota de sentido nos contextos africanos e (iii) o que resulta, no caso concreto de Angola e em conjuntura dita pós-colonial, do “encontro” entre essa herança exógena e a herança endógena, isto é, entre o poder “imaginado” pelo colonizador e o poder “imaginado” pelo colonizado, pelas chamadas comunidades autóctones, durante o acontecimento colonial.

No estudo empírico, apresentado e discutido na segunda parte deste trabalho, e guiados pelas questões de investigação que formulámos no início, procurámos identificar, caracterizar e testar a respectiva validade heurística das principais categorias de percepção do poder em Angola, isto é, as narrativas de poder dominantes (na acepção definida na introdução) que dão conta do modo como a ideia se exprime e se manifesta (bem como, em última instância, se “legítima”, razão pela qual apelámos à ideia geral das narrativas do poder ao poder das narrativas), sobretudo a partir da análise do conteúdo do discurso informal, nas várias dimensões da actividade dos indivíduos.

Nestes termos, sumarizámos por cada uma dessas dimensões os aspectos que se afiguram como mais relevantes para a discussão em escrutínio, os quais concorrem, no seu conjunto, para a concretização da dupla intenção, insistimos, da presente pesquisa: a captura das narrativas de poder dominantes (que traduzem uma reflexão possível sobre Angola e os desafios que enfrenta) e o questionamento das estratégias para essa mesma captura que sinaliza os contornos da problemática da análise, *per si*, isto é, a evidência de que o esforço de investigação nesta matéria, designadamente no que se refere aos mecanismos de reprodução do poder dos ditos grupos subalternos do sistema-mundo (na acepção adoptada para este estudo), como demonstrámos, implica muitas ambiguidades e constrangimentos a vários níveis que importa ultrapassar.

No plano das identidades, foi possível destacar as seguintes ideias que se apresentam como dominantes ou mais relevantes:

(i) a naturalidade dos indivíduos, enquanto variável, pouco ou nada informa quanto à língua que os mesmos consideram como materna ou a que falam (conceitos que, aliás, tendem a imbricar-se). O mesmo sucede com a origem étnica ou o sentimento de pertença étnica. Logo, é de aceitar que, no contexto angolano, há incompatibilidades entre vários elementos constitutivos da identidade, pelo que o valor heurístico de cada um deles deve ser relativizado e interpretado à luz de outros factores, de outras relações;

(ii) a “mestiçagem” ou o “mulatismo” (para usar expressões referidas pelos próprios respondentes) não só se distinguem uma da outra – como meio de sinalização da utilização pejorativa que se lhes pode ser dada – como também, e sobretudo, continuam a ser categorias problemáticas, na medida em que codificam diversos processos de miscigenação ou “sistemas de castas” (a que não é alheia a diferenciação historicamente produzida pela política colonial de assimilação);



(iii) a afirmação de pertença bantu como indissociável da condição de negro e africano está tendencialmente associada aos bacongos (e às funções míticas de produção identitária do antigo reino do Congo), ainda que alguns daqueles que dizem pertencer a outros grupos étnicos, particularmente os quimbundos e ovimbundos, se revejam numa ou noutra categoria. Esta valorização da pertença bantu por parte dos bacongos (indissociável da negritude e da africanidade, insistimos) é utilizada, porém, para outro fim, designadamente como categoria de “neutralização” da alocação dos indivíduos a grupos étnicos e de rejeição, por essa via, por uma parte significativa dos respondentes, da narrativa da tradicional diferenciação étnica e geográfica do espaço político angolano;

(iv) o sentimento de pertença étnica, no geral, mostra ser problemático até porque tendencialmente só é “comunicado” se não forem impostas aos indivíduos categorias prévias que os vinculem a um determinado grupo étnico;

(v) a afirmação de pertença ao grupo dos quimbundos é mais problemática do que a afirmação de pertença a qualquer outro grupo, o que sugere múltiplos sentidos e conteúdos, não necessariamente compatíveis, na codificação da ideia de ser quimbundo.

Na esfera espiritual, e a par de três ideias que interpretam e avaliam, nas palavras dos participantes neste estudo, o fenómeno religioso em Angola, a saber, (i) a religião como expressão de uma “filantropia” tanto espiritual como terrena, (ii) a religião como “religião-negócio” e (iii) a religião como parceira íntima do poder político (que coincidem com as intuições da crescente “confessionalização” do espaço público e da intervenção da religião em várias outras dimensões, incluindo a política, na qual a religião de forma concomitante tanto manipula como é manipulada), chegámos a algumas outras evidências:

(i) a afirmação da crença e pertença religiosa – ainda que, no nosso universo de inquiridos, corresponda, grosso modo, às tendências de distribuição das confissões religiosas em Angola, sob o primado do cristianismo (africano/africanizado) nas suas várias modalidades e da crescente efervescência das chamadas confissões *new age* – são ideias diferentes, por vezes incompatíveis, pelo que não são suficientes para informar da identidade espiritual dos indivíduos;

(ii) o cristianismo, sendo dominante em Angola, é objecto vários processos de “africanização” (vários, porque não são generalizáveis mas específicos, conforme os “espaços” a que se aplica ou pretende conquistar), processos tanto endógenos como exógenos

que o adaptam em função de diferentes “agendas” e o dotam de múltiplas ideias, convergentes e divergentes, que acabam por se imbricar (regra aplicável às várias modalidades das confissões ditas cristãs bem como a outras, o que degenera num “encavalitamento” entre credos);

(iii) a acção da igreja católica, da religião dita predominante em Angola, apesar de ser tendencialmente aquela que é melhor avaliada, não se distingue substancialmente em relação à das “outras” religiões, em razão da carga negativa de que é portadora estar muito próxima da que é atribuída às religiões “concorrentes” (a que acresce a desconcórdia entre ser católico e avaliar positivamente a igreja católica);

(iv) a acção do islamismo não mobiliza apreciações positivas ou negativas consideráveis, o que indicia que o proselitismo muçulmano pela conquista de posições no “mercado religioso”, no caso angolano, e ao contrário do que sucede noutros espaços africanos, é de um modo geral um fenómeno irrelevante;

(v) a tendência para um afastamento da vinculação ao “religioso”, evocado no plano privado, aponta para a emergência em Angola do fenómeno do “não religioso”, ou seja, dos indivíduos que não professam qualquer religião e/ou não manifestam sentimentos de pertença religiosa, fenómeno que, regra geral, é omitido nos estudos sobre o assunto.

Quanto à dimensão política e ao problema da liberdade e da democracia, foi possível sinalizar os seguintes aspectos:

(i) a ideologia política, enquanto categoria de análise, tende a não informar do pensamento político-ideológico dos indivíduos, isto é, tende a não ser entendida como uma categoria de expressão do pensamento político-ideológico, até porque é encarada como recipiente viável para diversos conteúdos incompatíveis entre si;

(ii) o conjunto de ideias que concorre para o que os inquiridos entendem por democracia pouco ou nada difere das leis ditas universais inerentes à noção convencionalizada pela tradição do pensamento grego;

(iii) a ideia de democracia é percebida e aceite de forma inquestionável como o modelo “ideal” de governação, o “bom modelo” por oposição aos outros modelos, os “maus”, ou seja, como o ideal universal do exercício de poder, pelo que pode ser usada como

contraponto de análise em relação àquilo que se distancia do “ideal”, desvelando o que, para os respondentes, é criticável no modelo de governação de Angola;

(iv) o acontecimento pós-colonial é, regra geral, observado sob dois enfoques compartimentados que tendencialmente se omitem um ao outro: a independência enquanto conquista em relação ao poder colonial e a independência enquanto força motriz para um sistema de dominação que se distancia do “ideal” conquistado;

(v) o valor “liberdade” é portador de duas historicidades diferentes, a descolonização e o acontecimento pós-colonial, pelo que importa identificar não só o referencial de cada narrativa de poder mas também a historicidade desse mesmo referencial.

Em matéria de autoridades tradicionais, chegámos à possibilidade de demonstrar o seguinte:

(i) a narrativa dominante na nossa amostra aponta para uma secundarização desta figura de poder local, olhada tendencialmente com indiferença ou como pouco relevante para a vida da sociedade angolana, ainda que continue a ser parte constitutiva da identidade dos indivíduos;

(ii) apesar da apreciação da acção e da própria figura em si dos chefes tradicionais ser tendencialmente negativa, são aduzidos argumentos tanto desfavoráveis como favoráveis, argumentos que, de resto, não são necessariamente incompatíveis;

(iii) entre os vários aspectos positivos que são creditados na acção das autoridades tradicionais, avultam três grandes ideias, designadamente a preservação da tradição e da cultura, a mediação para a resolução de conflitos locais e a figura de representação do Estado nas zonas rurais, ou seja, onde este não chega;

(iv) pelo lado negativo, é de sublinhar duas ideias dominantes: a associação íntima entre estes chefes locais e o partido-Estado, que resulta em práticas de corrupção e instrumentalização tanto dos sobas como das populações sobre as quais exercem influência; e o que designamos por lei do obscurantismo, de natureza feiticista, invocada em nome da tradição, que obsta ao progresso e ao desenvolvimento material e espiritual dos indivíduos.

Finalmente, é de salientar que a problemática das autoridades tradicionais permite sinalizar, enquanto exercício de investigação, um pormenor de análise que se afigura pertinente: “sobas” e “autoridades tradicionais” designam ideias que não coincidem

necessariamente e tendem a incorporar visões diferentes, só inteligíveis à luz da associação entre a expressão e aquilo a que, para cada indivíduo, se refere positiva e negativamente. Significa isto que a terminologia utilizada para a observação de um determinado fenómeno carece de uma descodificação prévia em função do uso que lhe é dado, isto é, das várias especificidades de que qualquer denominação é portadora.

Em matéria de sistema político e dos agentes que nele operam, no contexto do que foi observado, foi possível sublinhar algumas ideias centrais:

(i) ainda que mais de metade dos inquiridos considere que experiencia em Angola um “sistema político democrático”, enquanto um terço defende viver num “sistema político ditatorial”, há na percepção dos mesmos um manifesto imbricamento entre formas de poder e formas de exercício de poder, entre representações ideológicas e representações político-partidárias, de que resultam duas particularidades: (a) tanto a organização do poder como o exercício do mesmo são tendencialmente mais inteligíveis (e melhor traduzíveis) sob a ideia de regime e não de sistema; (b) a organização do poder político em Angola e o seu exercício são percebidos através de múltiplas combinações que evidenciam não só o elevado índice de ambiguidades no plano das (in)certezas políticas, mas também, e sobretudo, as contradições da noção de democracia, enquanto referencial para a produção das narrativas de poder;

(ii) a ideia de sistema ou regime democrático é expressa através de um duplo discurso que faz coabitar a visão pessoal e individual de democracia com uma “outra” visão de democracia, mais ampla ou “colectiva”, por “conveniência” ou convenção, até porque, apesar de mais de metade dos que percebem o sistema político angolano como democrático não simpatizar com qualquer formação partidária, entre os que o fazem, avulta uma relação dominante com o MPLA;

(iii) o sistema de poder é observado e “imaginado” sob duas tendências gerais mas provisórias, no sentido de que ambas são portadoras da mesma ideia de “singularidade”, de algo “sui generis” e inacabado, duas visões por concretizar, porque nelas, para a maioria dos respondentes, o poder não é totalmente democrático nem totalmente ditatorial ou autoritário, além de que nas duas são viáveis os mesmos fenómenos como o capitalismo e o “eduardismo”, ou a “democratura” e a “ditocracia”, expressões materiais de um sistema político “por definir”, um sistema que “não tem nome por ser único”, sistema que está ainda a “ser inventado”;

(iv) o funcionamento do sistema político angolano tende a ser avaliado de forma negativa em razão do poder político e do seu exercício serem observados e entendidos como fenómenos essencialmente disfuncionais, a que não são alheios (a) o elevado índice de reprovação da acção de praticamente todos os “agentes” ligados ao Estado, (b) a relação ambígua entre a figura do chefe de Estado e o Governo, que se confundem, e (c) a distinção valorativa entre o Governo e a Assembleia Nacional (que aparece, regra geral, secundarizada), o que traduz uma desvalorização do poder legislativo ou, em rigor, uma indiferenciação entre o poder legislativo e o poder executivo que tende a absorver o primeiro;

(v) ainda que as organizações não governamentais e os movimentos e associações cívicas se destaquem pela positiva, nenhuma instituição ou entidade da vida pública é entendida de forma maioritária como dotada de capacidade para resolver os problemas económicos e sociais de Angola, o que faz avultar a importância das redes de proximidade, nomeadamente os familiares, amigos e vizinhos.

No plano económico e social, os participantes neste estudo sinalizam essencialmente as seguintes questões:

(i) ainda que o desenvolvimento seja um conceito vago que atende a muitas especificidades locais e regionais, não percepcionadas e/ou valorizadas da mesma forma por todos os participantes, no geral, e visto a partir de dentro, Angola é considerado um país “subdesenvolvido”, com a excepção de Luanda, e algumas outras cidades, designadamente Cabinda, Benguela, Lobito, Lubango, Huambo e Namibe, que dividem as opiniões no sentido de serem encaradas também como espaços “emergentes”. Esta discussão sobre os níveis de desenvolvimento tende a separar as regiões do litoral das do interior, à excepção das províncias do Zaire, Bengo e Kwanza-Sul, uma vez que é particularmente nestas áreas do litoral que o problema se coloca. As restantes, na percepção dos inquiridos, são remetidas definitivamente para a esfera do “subdesenvolvimento”;

(ii) a título pessoal, para os respondentes, a situação económica e financeira é objecto de optimismo que tende a estender-se em relação ao futuro, não apenas individual mas também colectivo, porquanto é tendencialmente aceite a ideia segundo a qual há manifestos sinais de crescimento económico (não obstante os efeitos recessivos que se sentem em Angola desde a crise petrolífera de Junho de 2014);

(iii) a percepção optimista dá lugar porém a um profundo pessimismo se forem convocadas questões que apelam para a descoincidência entre crescimento económico e desenvolvimento humano, cujo reconhecimento por parte dos inquiridos implica a enumeração de um longo rol de problemas e o reenvio dos mesmos para o campo político, designadamente para o das instituições do Estado, um campo dominado tendencialmente, nesta perspectiva, por uma governação autoritária, centralizada, repressiva e intolerante (enredada na corrupção e no clientelismo);

(iv) apesar dos inúmeros problemas referenciados, com repercussões em sectores como o emprego, a saúde ou o ensino e nas próprias condições básicas de vida dos angolanos, são reconhecidos vários progressos, em que avulta sobretudo o princípio da paz e da reconciliação nacional (ainda que, para cerca de um terço dos respondentes, seja um processo inacabado ou entendido no “sentido armado do termo”).

Acresce uma singularidade relacionada com a problemática da imigração: não obstante a maioria dos participantes mostrar indiferença em relação à presença de estrangeiros em Angola, cerca de um quarto produz uma análise crítica e diferenciadora que penaliza tendencialmente os asiáticos e africanos, em particular os libaneses, congoleses, malianos, são-tomenses e guineenses.

Em matéria de cidadania e participação na vida pública, chegámos igualmente a algumas ideias dominantes:

(i) apesar da participação na vida pública ser considerada importante – e encarada, ainda que em menor escala, como um contributo para a resolução de determinados problemas do país (o que sinaliza algum descrédito quanto aos efeitos práticos da intervenção) – os respondentes exercem-na com reservas e sob “códigos de silêncio”, sobretudo se apelar para a acção política que assuma um carácter contestatário ou reivindicativo (de acordo com o princípio segundo o qual quanto mais pública é a actividade, menor é a frequência da “participação”);

(ii) a ideia de reivindicar ou protestar (que aparece incrustada no recurso a instrumentos de expressão política como as manifestações) é utilizada com deliberadas ambiguidades que procuram ocultar a diferença subtil entre protestar e participar em protestos, isto é, entre a vontade de ou o direito de e a materialização efectiva da contestação em contexto público;

(iii) nesta perspectiva, a acção dos respondentes enquanto “agentes” do campo político, “agentes” que representam a dita sociedade civil, é tendencialmente neutralizada (ou remetida para a esfera privada), até porque, na percepção dos mesmos, um dos outros instrumentos de expressão política, os partidos, tende igualmente a “silenciar” essa acção;

(iv) em matéria de sufrágio ou direito de voto, expressão maior da chamada emancipação política dos angolanos e do exercício da cidadania, os inquiridos identificam quatro problemas que traduzem uma apreciação crítica do sistema eleitoral e dos partidos políticos: (a) o facto de nenhum partido ser capaz de mobilizar de forma expressiva o sentimento de identificação com o mesmo (questão que se cruza com a falta de resposta dos partidos aos interesses e necessidades dos indivíduos); (b) a convicção de que as eleições em Angola não mudam nada; (c) a impossibilidade do exercício de voto por parte dos emigrantes; e (iv) a problemática das irregularidades e fraudes eleitorais;

(v) em matéria de sistema de valores que conduzem a acção política dos respondentes, verifica-se uma manifesta coincidência entre as referências a que os mesmos dão mais importância nos partidos políticos e nos seus líderes e os principais problemas que, para os inquiridos, Angola enfrenta, coincidência que não só sublinha o conjunto de questões mais problemáticas que dominam o imaginário dos participantes neste estudo (entendidas como percepções de poder ou dos modos como este se manifesta e do que resulta dessas manifestações) como também, e noutro plano, apela para a ideia de que a principal missão dos partidos políticos, mais do que incorporarem valores gerais e com menos “ganhos” imediatos como Nação, família, Deus ou federalismo, é a de intervirem nos processos de resolução dos problemas sociais, económicos e políticos do país. Daí a importância dada às ideias e aos programas eleitorais dos partidos e à sua abertura ao diálogo e ao debate interno (que remete, aliás, para o problema da liberdade de expressão), ainda que não deixem de ser referidas ideias que se aproximam da esfera do clientelismo como a valorização do “dinheiro e influência” dos partidos ou do facto de neles haver “familiares e amigos”.

Finalmente, e fazendo apelo para as narrativas de poder que perspectivam o “futuro político” de Angola (o futuro “imaginado” pelos respondentes), observadas sob três planos que se correlacionam entre si – quem manda, quem deveria mandar e o que poderá mudar (o que pressupõe uma reapreciação das dinâmicas de poder dominantes e das tendências de reprodução das mesmas em contexto de sucessão ao actual presidente da República, figura que “tutela” a hegemonia política do partido-Estado), foi possível destacar o seguinte:

(i) José Eduardo dos Santos e o MPLA (em particular o *bureau* político ou o chamado grupo de “notáveis” do partido que aparece, regra geral, associado à expressão “gerais”) são as duas “forças” que aparecem maioritariamente implicadas na ideia de poder em Angola, as forças que comandam os destinos da Nação, se bem que não seja consensual que o façam necessariamente, isto é, que exerçam materialmente o poder, porquanto, no imaginário dos participantes neste estudo, não só há um “encavalitamento” entre estes dois “agentes” (o que esvazia a preponderância de um ou de outro) como múltiplas combinações entre estes e outros “agentes”, endógenos e exógenos ao país, bem como entre as próprias forças internas do partido-Estado (o que implica um exercício de poder por “mandato”, ou seja, condicionado pelas “regras” impostas, explícita ou implicitamente, por todos aqueles que o viabilizam), a que acresce a distinção entre ter poder e mandar, entre dirigir e decidir (que reforça, aliás, a intuição anterior);

(ii) a avaliação do desempenho e da legitimidade de quem manda, ou de quem os respondentes consideram que manda, tende a ser o que designaríamos por uma “supra-narrativa”, à falta de melhor termo, na medida em que se afasta das especificidades que nela estão contidas, colocando-se acima das mesmas. Por outras palavras, o questionamento do desempenho e da legitimidade dos “agentes” de poder tende a ignorar o seu objecto específico para dar conta de um outro objecto (substituindo o “quem” por “como”), ou seja, informando dos indivíduos que aprovam ou não o modo como o poder é exercido (pela forma como se manifesta), isto é, e em última instância, as condições políticas que Angola experiencia, independentemente de quem as gere, pelo que se apresenta como um indicador particularmente relevante;

(iii) o mesmo sucede com a interpretação dos resultados eleitorais, enquanto narrativa, porquanto, neste caso, tende a ser portadora da informação daqueles que consideram ou não o sistema político como democrático, em razão do conteúdo expresso neste particular remeter explicitamente para uma categorização dicotómica, contrariamente ao que é capturável se a questão for colocada directamente, uma vez que essa permite o recurso a “códigos de silêncio” ou a utilização de múltiplos sentidos;

(iv) acresce por fim a utilidade do questionamento quanto à possibilidade de haver “outros agentes” no exercício do poder (quem deveria mandar), na medida em que informa e confirma as deduções que são postas em evidência através das duas estratégias de observação anteriores, ao alocar os indivíduos nas tendências dominantes;



(v) neste contexto, e ponderando os resultados obtidos através dos vários indicadores em escrutínio, é possível afirmar que cerca de 40% dos participantes neste estudo preconiza a ideia que dá conta da incompatibilidade a vários níveis entre a dita transição democrática e a racionalidade de reprodução da hegemonia política do MPLA, enquanto partido-Estado presidencializado, isto é, 40% rejeita o modelo de governação de Angola, os seus “agentes” e o modo como exercem o poder, enquanto um terço defende o contrário, o que posiciona os restantes numa “zona cinzenta”, de indefinição, um grupo que não informa, nem justifica, remetendo-se para o “silêncio”;

(vi) tendo presentes os valores desta distribuição, verifica-se que a tendência para o optimismo (mesmo sob reservas) em relação ao futuro de Angola, pensado sob uma perspectiva de sucessão a José Eduardo dos Santos, é superior à tendência para o pessimismo, o que coincide com a relação desigual entre as tendências manifestadas pelos participantes ao serem questionados, de modo mais geral, sobre o futuro do país em termos políticos;

(vii) contudo, tanto o optimismo como o pessimismo são portadores de argumentos que, a vários níveis, são incompatíveis entre si, o que pressupõe, à partida, uma dinâmica de reprodução das fracturas e rivalidades, independentemente dos cenários idealizados ou “imaginados”. De resto, a análise das “zonas de confronto” que se manifestam nestas tendências dá conta disso mesmo ao fazer avultar dois caminhos que não excluem a continuidade ou mesmo o agravamento da conflitualidade: (a) a sucessão sob o patrocínio do MPLA (que incorpora dois níveis que se correlacionam entre si, a indicação ou não do sucessor por parte de José Eduardo dos Santos e o grau de manifestação, e respectivas consequências, dos antagonismos entre os vários grupos dominantes do partido-Estado) e (b) a sucessão sob o patrocínio das forças que se opõem ao MPLA (que implica sobretudo o consenso ou não entre os “agentes” da oposição, do qual depende a viabilização de uma “alternativa” e as condições em que a mesma se pode processar).

Eis, pois, um conjunto de “percepções”, de práticas discursivas dominantes que concorrem para a construção da “ordem política” e das ideias de poder na sociedade angolana pós-colonial (matrizes materiais e simbólicas do poder), observadas a partir de várias dimensões da actividade dos indivíduos, que importa reter. Como reflexão possível sobre Angola e os desafios que enfrenta, em particular; como reflexão crítica sobre a problemática da análise, *per si*, dos mecanismos da reprodução do poder dos ditos grupos subalternos do sistema-mundo, no geral.

Mas o debate não se esgota aqui. Pelo contrário. Tanto mais que todas estas narrativas são inevitavelmente portadoras de um carácter restrito (porquanto têm uma natureza amostral e não extrapolável), uma limitação metodológica incontornável que assumimos desde o início deste estudo, os limites dentro dos quais o presente debate foi conduzido.

Numa frase, trata-se dos limites que importa agora dirimir.

## Bibliografia e fontes

- Adams, Richard N. (1977). Power in human societies: a synthesis, in Fogelson, In Raymond D., Adams & Richard N. (eds.), *Anthropology of Power: Studies in Anthropology*. Nova Iorque: Academic Press, 387-410.
- Adler, Emanuel (1999). O construtivismo no estudo das relações internacionais. In *Lua Nova* (47). São Paulo: CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), 201-246.
- Africa Ranking (2015). *Top 20 largest economies in Africa 2015*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.africaranking.com/largest-economies-in-africa/5>.
- Agualusa, José Eduardo (2014). *A rainha ginga, e de como os africanos inventaram o mundo*. Lisboa: Quetzal.
- Albuquerque, Martim de (1985). Legitimidade. In *Enciclopédia Polis, Vol. 3*. Lisboa: Verbo, 1017-1019.
- Althusser, Louis (1971). Ideology and ideological state apparatuses. In *Lenin and Philosophy and Other Essays*. Paris: Monthly Review Press. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.marxists.org/reference/archive/althusser/1970/ideology.htm>.
- Amin, Samir (1997). *Capitalism in the age of globalization*. Londres: Zed Press.
- Amin, Samir (2009). *Eurocentrism: modernity, religion, and democracy: a critique of eurocentrism and culturalism*. Nova Iorque: Monthly Review Press (ed. original, 1988).
- Amorim, Celso (1994). Perspectivas da Cooperação Internacional. In Marcovitch, Jacques (org.), *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão*, São Paulo: EDUSP (Editora da Universidade de São Paulo).
- Andrade, Justino Pinto (2006). Angola e o multipartidarismo. In Vidal, N. & Andrade, J. P. (org.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Luanda e Lisboa: Edições Firmamento, 59-68.
- Andrade, Mário Pinto de (1997). *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Angola Press (2012). *Historial do reino do Bailundo* (13 de Abril). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/sociedade/2012/3/15/Historial-Reino-Bailundo,512eb334-1651-4a97-9e1c-ead8deb27b3.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2012/3/15/Historial-Reino-Bailundo,512eb334-1651-4a97-9e1c-ead8deb27b3.html)
- Angonotícias (2007). *Reino da baixa de Kassanje em Angola não existe* (17 de Julho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/14499/reino-da-baixa-de-kassanje-em-angola-nao-existe>.
- AngoNotícias (2014). *Igreja metodista unida celebra 129 anos em Angola* (18 de Março). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/41918/igreja-metodista-unida-celebra-129-anos-em-angola>.
- AngoNotícias (2015a). *Alguns vectores da actual crise financeira em Angola* (11 de Agosto). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/47951/alguns-vectores-da-actual-crise-financeira-em-angola>.

- AngoNotícias (2015b). *Conflito entre kimbanguistas ganha novos contornos* (16 de Dezembro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/7490/conflito-entre-kimbanguistas-ganha-novos-contornos>.
- AngoNotícias (2015c). *Igreja tocoista é ilegal* (14 de Maio). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/46831/igreja-tocoista-e-ilegal>.
- Anugwow, Edlyne E. (2004). African social sciences and developments in the new century: challenges and prospects. In *African Development Bank*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Arens, W. & Karp, Ivan (1989). *Creativity of power: cosmology and action in african societies*. Londres: Smithsonian Institution Press.
- Aron, Raymond (1991). *Introduction a la philosophie de l'histoire*. Paris: Gallimard (ed. original, 1938).
- Aron, Raymond (2002). *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília (ed. original, 1962).
- Assembleia Constituinte de Angola (2010). *Constituição da República de Angola* (redacção da revisão constitucional aprovada em 21 de Janeiro). Luanda. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA\\_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf](http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA_4.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf).
- Assembleia Nacional de Angola (2015). *Angola regista maior crescimento de mulheres parlamentares a nível da lusofonia* (28 de Abril). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.parlamento.ao/noticias/iii-legislatura/-/blogs/angola-regista-maior-crescimento-de-mulheres-parlamentares-a-nivel-da-lusofonia#http://www.parlamento.ao/glue/AN\\_Navigation.jsp](http://www.parlamento.ao/noticias/iii-legislatura/-/blogs/angola-regista-maior-crescimento-de-mulheres-parlamentares-a-nivel-da-lusofonia#http://www.parlamento.ao/glue/AN_Navigation.jsp).
- Austin, Kenneth (2011). Communist China's capitalism: the highest stage of capitalist imperialism. In *World Economics*, 12 (1). Londres, 79-94.
- Ayittey, George B. N. (1991). *Indigenous african institutions*. Nova Iorque: Transnational Publishers.
- Ayittey, George B. N. (2002). Why Africa is poor. In Morris, Julian (ed.), *Sustainable Development: Promoting Progress or Perpetuating Poverty?* Londres: Profile Books. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://policynetwork.net/sites/default/files/george\\_ayittey\\_chapter4.pdf](http://policynetwork.net/sites/default/files/george_ayittey_chapter4.pdf).
- Ayittey, George B. N. (2011). *Defeating dictators: fighting tyranny in Africa and around the world*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Badie, Bertrand (1992). *L'état importé: essai sur l'occidentalisation de l'ordre politique (l'espace du politique)*. Paris: Fayard.
- Balandier, Georges, et. al. (1956). *Le tiers-monde, sous-développement et développement*. Paris: PUF-INED.
- Balandier, Georges (1957). *Afrique ambiguë*. Paris: Plon.
- Balandier, Georges (1963). Sociologie dynamique et histoire à partir de faits africains. In *Cahiers internationaux de sociologie* (34). Paris: Les Presses universitaires de France, 3-11.
- Balandier, Georges (1969). *Antropología política*. Barcelona: Ediciones Península.
- Balandier, Georges (1977). *Histoire d'autres*. Paris: Les Éditions Stock.

- Balandier, Georges (2014). *Sentido e poder*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- Barreiros, José Jorge (2012). *Democracia, comunicação e media*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Barroso, José Durão (1996). Funcionalismo. In *Enciclopédia Polis (2)*. Lisboa: Verbo, 1611-1616.
- Barroso, José Durão & Cabral, R. (1997). Poder. In *Enciclopédia Polis (4)*. Lisboa: Verbo, 1291-1298.
- Baumgartner, T., et. al. (1976). Meta-power and the structuring of social hierarchies. In Burns, Tom R. & Buckley, Walter (orgs.), *Power and control: social structures and their transformations, Sage Studies in International Sociology (6)*. Ann Arbor: University of Michigan, Sage Publications, 215-288.
- Bayart, Jean-François (1986). Civil society in Africa. In Chabal, Patrick (ed.), *Political domination in Africa: reflections on the limits of power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bayart, Jean-François (1989). *L'état en Afrique: la politique du ventre*. Paris: Fayard.
- Bayart, Jean-François; Ellis, Stephen; Hibou, Béatrice (1997). *La criminalization de l'état en Afrique*. Bruxelas: Éditions Complexe.
- Beardsworth, Richard (1996). *Derrida & the political*. Nova Iorque: Routledge.
- Birmingham, David (1992). *Frontline nationalisme in Angola & Mozambique*. Londres: James Currey.
- Birmingham, David (2002). Angola. In Chabal, Patrick, et. al. (org), *A history of postcolonial jusophone Africa*. Londres: C. Hurts & Company.
- Blau, Peter Michael (1964). *Exchange and power in social life*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Bourdieu, Pierre (1973). Cultural reproduction and social reproduction. In Brown, Richard (ed.), *Knowledge, education, and cultural change: papers in the sociology of education*. Londres: Taylor & Francis, 56-68.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil (ed. original, 1998). Recuperado em Novembro, 2015, de [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/BOURDIEU\\_Pierre\\_A\\_domina%C3%A7%C3%A3o\\_masculina.pdf?1332946646](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/BOURDIEU_Pierre_A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646).
- Bourdieu, Pierre (2003). *Firing back: against the tyranny of the market 2*. Nova Iorque: The New Press.
- Brannen, J. (1992). Combining qualitative and quantitative approaches: an overview. In Brannen, J. (ed), *Mixing methods: qualitative and quantitative research*. Ashgate, 3-37.
- Brannen, J. (2005). Mixing methods: the entry of qualitative and quantitative approaches into the research process. In *International Journal of Social Research Methodology (8) 3*. Routledge, 173-184.
- Bratton, Michael & Walle, Nicolas van de (2002). *Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brites, Rui (2011). Desenvolvimentos avançados em métodos e técnicas de investigação: investigação qualitativa. In *Seminário do programa de doutoramento em Estudos Africanos (Dezembro)*. Lisboa: ISCTE/IUL.

- Button, Dean (2010). Instruments of power: China's use of soft power in Africa. In *Tese de Mestrado em Relações Internacionais*. Joanesburgo: Universidade de Witwatersrand.
- Cabral, Roque (1983). Autoridade. In *Enciclopédia Polis (1)*. Lisboa: Verbo, 493-495.
- Cadornega, António de Oliveira de (1681). *História geral das guerras angolanas*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1940.
- Callaghy, Thomas M. (1984). *The state-society struggle: Zaire in comparative perspective*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Carr, Edwards Hallet (1964). *The twenty years' crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations*. Nova Iorque: Harper Torchbooks.
- Carvalho, Paulo de (2012). Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. In *Revista Angolana de Sociologia (9)*. Luanda, 51-58. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://ras.revues.org/422>.
- Castells, Manuel (2007). Communication, power and counter-power in the network society. In *International Journal of Communication (1)*. Los Angeles: Annenberg School for Communication, University of Southern California, 238-266.
- Castells, Manuel (2009). *Communication power*. Oxford: Oxford University Press.
- Chabal, Patrick (ed.) (1986). *Political domination in Africa: reflections on the limits of power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chabal, Patrick (1994). *Power in Africa: an essay in political interpretation*. Londres: MacMillan Press.
- Chabal, Patrick (1995). Entender la política del África negra postcolonial. In *Nova África (1)* (Julho). Barcelona, 37-43.
- Chabal, Patrick (1996). Introduction. In Chabal, Patrick et. al., *The post-colonial literature of lusophone Africa*. Londres: Hurst & Company, 1-28.
- Chabal, Patrick (2002). Lusophone Africa in historical and comparative perspective. In Patrick Chabal, et. al. (org.), *A history of postcolonial lusophone Africa*. Londres: C. Hurts & Company.
- Chabal, Patrick & Daloz, Jean-Pascal (1999). *Africa works: disorder as political instrument*. Londres: James Currey.
- Chabal, Patrick & Vidal, N. (2007). *Angola, the weight of history*. Londres: C Hurst & Co Publishers.
- Chakravartty, Anjan (2013). Scientific realism. In Zalta, Edward N. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer Edition)*. California: Stanford University.
- Chatterjee, Manjari (2000). Man, the state and war: Kenneth Waltz. In notas do *IR Field Seminar* (Outubro). Massachusetts: Boston University. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://freepdfdb.com/pdf/man-the-state-and-war-kenneth-waltz-olivia-lau-home-25254813.html>.
- Chazan, Naomi, et. al. (1999). *Politics and society in contemporary Africa*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Chomsky, Noam & Herman, Edward S. (1988). *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. Nova Iorque: Random House.

- CIA World Factbook (2014). *Taxa de alfabetização: tabela comparativa entre países*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.indexmundi.com/map/?v=39&l=pt>.
- Clapham, Christopher (1996). *Africa and the international system: the politics of state survival*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clarence-Smith, Gervase (1985). Business empires in Angola under Salazar, 1930-1961. In *African Economic History (14)*. University of Wisconsin-Madison, 1-13.
- Clarence-Smith, Gervase (1990). *O III império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema.
- Clastres, Pierre (1989). *Society against the state: essays in political anthropology*. Nova Iorque: Zone Books.
- Clegg, Stuart (1975). *Power, rule and domination*. Londres: Routledge.
- Club-K (2014). *Antigo dirigente do MPLA exilado em Lisboa (desde 1979) espera pelo passaporte para regressar ao país* (22 de Abril). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17923:adolfo-maria-antigo-dirigente-do-mpla-exilado-em-lisboa-desde-1979-espera-pelo-passaporte-para-poder-voltar-ao-seu-pais&catid=14&Itemid=1090&lang=pt](http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=17923:adolfo-maria-antigo-dirigente-do-mpla-exilado-em-lisboa-desde-1979-espera-pelo-passaporte-para-poder-voltar-ao-seu-pais&catid=14&Itemid=1090&lang=pt).
- Club-K (2015a). «*Direcção Universal*» dos tocoístas espera reconhecimento há 13 anos (2 de Maio). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21009:direccao-universal-dos-tocoistas-espera-reconhecimento-ha-13-anos&catid=2:sociedade&Itemid=1069&lang=pt](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=21009:direccao-universal-dos-tocoistas-espera-reconhecimento-ha-13-anos&catid=2:sociedade&Itemid=1069&lang=pt).
- Club-K (2015b). *Negócios da China explicados “tintim por tintim”*: Carlos Rosado de Carvalho (23 de Junho). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21406:negocios-da-china-explicados-tintim-por-tintim-carlos-rosado-de-carvalho&catid=17:opinioao&lang=pt&Itemid=1067](http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=21406:negocios-da-china-explicados-tintim-por-tintim-carlos-rosado-de-carvalho&catid=17:opinioao&lang=pt&Itemid=1067).
- Club-K (2015c). *Pastora considera que liderança do presidente JES é fruto do propósito de Deus* (29 de Março). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20695:pastora-considera-que-lideranca-do-presidente-jes-e-fruto-do-proposito-de-deus&catid=2:sociedade&Itemid=88&lang=pt](http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=20695:pastora-considera-que-lideranca-do-presidente-jes-e-fruto-do-proposito-de-deus&catid=2:sociedade&Itemid=88&lang=pt).
- CNN (2012a). *Is oil-rich Angola a development success?* (30 de Agosto). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://edition.cnn.com/2012/08/30/opinion/opinion-angola-development-elections/index.html>.
- CNN (2012b). *Oil-rich Angola bids to secure future with \$5bn wealth fund* (25 de Outubro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://edition.cnn.com/2012/10/25/world/africa/angola-oil-sovereign-wealth-fund/index.html>.
- CNN (2012c). *The billion-dollar question: where is Angola's oil money?* (29 de Novembro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://edition.cnn.com/2012/11/28/business/angola-oil-revenues>.
- Coelho, Ana C. da C. S. (2012). A concepção da teoria dos jogos e suas implicações teóricas para as relações internacionais: limites e possibilidades. In *Tese de Mestrado em Direito e Relações Internacionais*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96338/310434.pdf?sequence=1>.

- Cohen, David William & Odhiambo, E. S. Atieno (1987). *Ayany, malo and ogot: historians in search of a Luo nation*. In *Cahiers d'études africaines*, 107-108, XXVII (3-4). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 269-286.
- Collier, Paul & Hoeffler, Anke (2004). *Greed and grievance in civil war*, In *Oxford Economic Papers* (56). Oxford: Oxford University Press, 563-595. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.econ.nyu.edu/user/debraj/Courses/Readings/CollierHoeffler.pdf>.
- Comaroff, John L. & Comaroff, Jean (eds.) (1999). *Civil society and the political imagination in Africa: critical perspectives*. Chicago: University of Chicago Press.
- Comissão Nacional Eleitoral de Angola (2007). *Estatística das eleições de 1992*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.cne.ao/estatistica1992.cfm>.
- Comissão Nacional Eleitoral de Angola (2008). *Eleições legislativas de 2008: resultados nacionais*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.cne.ao/estatistica2008.cfm>.
- Comissão Nacional Eleitoral de Angola (2012). *Eleições gerais de 2012: total nacional*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.eleicoes2012.cne.ao/paginas/paginas/dat99/DLG999999.htm>.
- Conceição, Octavio A.C. (2002). *O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas*. In *Revista de Economia Contemporânea* 6 (2) Julho-Dezembro. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 119-146. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23117/000369565.pdf?sequence=1>.
- Copans, Jean (2010). *Un demi-siècle d'africanisme africain*. Paris: Karthala.
- Copans, Jean (2014). *A longa marcha da modernidade africana: saberes, intelectuais, democracia*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- Coutinho, Carlos Nelson (1999). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cox, Robert W. & Schechter, Michael G. (2002). *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. Londres: Routledge.
- Critchley, Simon (2009). *Ethics, politics, subjectivity: essays on Derrida, Levinas and contemporary french thought*. Nova Iorque: Verso Books.
- Crowder, Michael & Ikime, Oboro (eds.) (1970). *West african chiefs: their changing status under colonial rule and independence*. Nova Iorque: Africana Publishing.
- Crozier, Michel & Friedberg, Erhard (1980). *Actors and systems: the politics of collective action*. Chicago: University of Chicago Press.
- Cupchik, G. (2001). *Constructivism realism: an ontology that encompasses positivist and constructivist approaches to the social sciences*. In *Forum qualitative sozialforschung/forum: qualitative social research* (2) 1. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>.
- Czartoryski, Andrew (1975). *Education for power*. Londres: Davis-Poynter.
- Dahl, Robert Alan (1967). *Pluralist democracy in the United States: conflict and consent*. Berkeley: University of California.
- Dahrendorf, Ralf (1959). *Class and class conflict in industrial society*. Londres: Routledge.



- Datta, L. (1994). Paradigm wars: a basis for peaceful coexistence and beyond. In Reichardt, C. S. & Rallis, S. F. (eds), *The qualitative-quantitative debate: new perspectives*. San Francisco: Jossey-Bass, 53-70.
- Davidson, James (1992). *The black man's burden: Africa and the curse of the nation-state*. Londres: James Currey.
- Defarges, Philippe Moreau (1997). *As relações internacionais desde 1945*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Denzin, N. K. (1989). *The research act*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Cox, J. W. & Hassard, J. (2005). Triangulation in organizational research: a representation. In *Organization (12) 1*. AB/INFORM Global, 109-133.
- Derrida, Jacques (1983). Letter to a japanese friend. In Wood, David & Bernasconi, Robert (eds., 1988), *Derrida and différance*. Warwick: Parousia Publications.
- Deutsch, Karl & Singer, J. David (1964). Multipolar power systems and international stability. In *World Politics, 16 (3)*. Cambridge: Cambridge University Press, 390-406.
- Diário de Notícias (2004). *Como Angola se tornou um país independente* (11 de Agosto). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://150anos.dn.pt/2014/08/11/como-angola-se-tornou-um-pais-independente>.
- Diário de Notícias (2010). *Três dos mais importantes jornais angolanos comprados por grupo privado desconhecido* (4 de Junho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.dn.pt/tv-e-media/media/interior/tres-dos-mais-importantes-jornais-angolanos-comprados-por-grupo-privado-desconhecido-1585776.html>.
- Diário de Notícias (2011). *Jornalista detida: “policia perguntou-me porque estava revoltada com sistema”* (7 de Março). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=1800594&seccao=CPLP](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1800594&seccao=CPLP).
- Diário de Notícias (2012a). *Morreu autoridade tradicional máxima do reino do Bailundo* (15 de Janeiro). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content\\_id=2241715&seccao=CPLP](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2241715&seccao=CPLP).
- Diário de Notícias (2012b). *Signatário do memorando de Luena faz balanço “muito positivo”* (5 de Abril). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.dn.pt/globo/cplp/interior/signatario-do-memorando-de-luena-faz-balanco-muito-positivo-2404213.html>.
- Diário de Notícias (2014). *Lopo do Nascimento anuncia abandono da política* (23 de Janeiro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.dn.pt/globo/cplp/interior/lopo-do-nascimento-anuncia-abandono-da-politica-3648393.html>.
- Dias, Eduardo Costa (2001). Estado, política e dignitários político-religiosos: o caso senegâmbiano. In *Cadernos de Estudos Africanos (1)*. Lisboa: ISCTE, 27-51.
- Dias, Eduardo Costa (2013). Religiões em África: programas, espaços e performances. In colóquio *O que é religião em África? - Identidade, pertença e prática ritual* (Fevereiro de 2013). Lisboa: ISCTE-IUL.
- Dias, Eduardo Costa (2014). Repensar os estudos africanos: descolonizar o pensamento, questionar as práticas, reconfigurar as agendas. In *Revista Lusófona de Estudos Culturais (2) 1*. Universidade do Minho/Universidade de Aveiro, 7-24. ISSN 2183-0886.

- Diniz, Ferreira (1918). *Populações indígenas de Angola*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Recuperado em Novembro, 2015, de <https://ia700801.us.archive.org/26/items/populaesindgena00dini/populaesindgena00dini.pdf>.
- Diop, C. Anta (1987). *Black Africa: economic and cultural basis for a federal state*. Nova Iorque: Lawrence Hill & Co.
- Diop, C. Anta (1989). *The african origin of civilization: myth or reality*. Chicago: Chicago Review Press.
- Doob, Christopher B. (2013). *Social inequality and social stratification in US society*. Upper Saddle River, New Jersey: Pearson Education.
- Dosse, François (2007). *A história do estruturalismo (I)*. Bauru, São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 349-350.
- Dreyfus, Hubert & Rabinow, Paul (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Du Bois, W. E. B. (2000). *The souls of black folk*. Nova Iorque: Dover Publications.
- Duarte, Hugo Villaça (2008). O estruturalismo althusseriano e o método de intervenção política em Gramsci: notas sobre tradições marxistas conflituantes. In *comunicação no XIII Encontro de História Anpuh-Rio* (Agosto). Rio de Janeiro: Associação Nacional de História. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212958777\\_ARQUIVO\\_OestruturalismoalthusserianoemetododeintervencapoliticaemGramsci.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212958777_ARQUIVO_OestruturalismoalthusserianoemetododeintervencapoliticaemGramsci.pdf).
- Eiseman, Mike (2002). *Angola: oil and diamonds and the prospects for recovery*. Joanesburgo: Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa (EISA). Recuperado em Novembro, 2015, de <https://eisa.org.za/wep/angrecovery.htm>.
- Ela, Jean-Marc (2014). *Cheikh Anta Diop ou a honra de pensar*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- Emmett, Dorothy M. (1972). *Function, purpose and powers*. Londres: Macmillan.
- Ervedosa, C. (1980). *Arqueologia angolana*. Luanda: Ministério da Educação.
- Escobar, Arturo (2007). Worlds and knowledges otherwise: the latin american modernity/coloniality research program. In *Cultural Studies (21) 2/3* (Março/Maio). Berkeley: University of California Press, 197-210.
- Esquerda Net (2015). *Regime angolano prende jovens activistas* (20 de Junho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.esquerda.net/artigo/regime-angolano-prende-jovens-ativistas/37458>.
- Estermann, C. (1983). Etnografia de Angola (sudoeste e centro). In *Colectânea de artigos dispersos (1/2)*. Lisboa: Instituto de investigação Científica e Tropical.
- Expresso (2014a). *Liberdade religiosa no mundo 2014* (8 de Novembro).
- Expresso (2014b). *Álvaro Sobrinho, que faz “parte de uma família com posses””, recusa falar sobre os seus salários* (18 de Dezembro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://expresso.sapo.pt/economia/alvaro-sobrinho-que-faz-parte-de-uma-familia-com-posses-recusa-falar-sobre-os-seus-salarios=f903353>.

- Expresso (2015). *Procuradoria angolana garante que jovens ativistas não são presos políticos* (29 de Julho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-07-29-Procuradoria-angolana-garante-que-jovens-ativistas-nao-sao-presos-politicos>.
- Fanon, Frantz (1963). *Los condenados de la tierra*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Faruque, Saleha (2010). The three images: causes of war in international relations. In *Suite101* (Dezembro). Vancouver. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://suite101.com/article/the-three-images-causes-of-war-according-to-kenneth-waltz-a324519>.
- Ferreira, José Carlos Ney & Veiga, Vasco Soares da (1957). *Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique: anotado e legislação complementar*. Lisboa, 1-127. Recuperado em Novembro, 2015, de <https://governodosoutros.files.wordpress.com/2011/03/ferreira-josc3a9-carlos-ney-estatuto-dos-indc3adgenas-portugueses-da-provc3adncias-da-guinc3a9-angola-e-moc3a7ambique-annotado-e-le1.pdf>.
- Fielding, N. & Schreier, M. (2001). Introduction: on the compatibility between qualitative and quantitative research methods. In *Forum qualitative sozialforschung/forum: qualitative social research* (2) 1. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>.
- Fishman, Joshua A. & García, Ofelia (eds.) (2010). *Handbook of language and ethnic identity: disciplinary and regional perspectives* (1). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Flyvbjerg, B. (2004). Five misunderstandings about case-study research. In *Qualitative research practice*. Londres e Thousand Oaks: SAGE Publications, 420-434.
- Folha de São Paulo (2015). *Artistas do Brasil se unem à campanha contra repressão política em Angola* (30 de Julho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/07/1662190-prisao-de-ativistas-chama-a-atencao-para-repressao-em-angola.shtml>.
- Forbes (2011). *A new angolan militant group of uncertain strength* (6 de Abril). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.forbes.com/sites/energysource/2011/04/05/a-new-angolan-militant-group-of-uncertain-strength>.
- Foucault, Michel (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frank, Andre Gunder & Gills, Barry K. (1996). *The world system: five hundred years or five thousand?*. Nova Iorque: Routledge.
- Fuller, Gary, et. al. (orgs.) (2000). *John Locke: an essay concerning human understanding in focus*. Londres: Routledge.
- Fundação Aid to the Church in Need (2014). *Liberdade religiosa no mundo: relatório 2014 (Angola)*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.religion-freedom-report.org>.
- Fundação AIS (2013). *Observatório 2013 da liberdade religiosa no mundo*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.fundacao-ais.pt/observatorio/detail/id/159>.
- Giddens, Anthony (1979). *Central problems in social theory: action, structure and contradictions in social analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Giddens, Anthony (1984). *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press.

- Global Witness (1998). *A rough trade: the role of companies and governments in the Angolan conflict*. Londres. Recuperado em Novembro, 2015, de <https://www.globalwitness.org/en/archive/rough-trade>.
- Global Witness (1999). *A crude awakening - how angolan State corruption and the lack of oil company and banking transparency has contributed to Angola's humanitarian and development catastrophe*. Londres. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.globalwitness.org/archive/crude-awakening-how-angolan-state-corruption-and-lack-oil-company-and-banking-transparency>.
- Gomes, Catarina Antunes (2009). De como o poder se produz: Angola e as suas transições, In *Tese de Doutoramento em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Recuperado em Novembro, 2015, de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10463/3/De%20como%20o%20poder%20se%20produz%20tese.pdf>.
- Gonçalves, António Custódio (1999). Identidades culturais e emergência do nacionalismo angolano. In *Africana Studia (2)*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 47-60. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS02\\_047.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS02_047.pdf).
- Gonçalves, António Custódio (2002). Estado, cidadania e nacionalismos: o caso de Angola. In Gonçalves, António Custódio (org.), *África subsariana: globalização e contextos Locais*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 105-120. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6929.pdf>.
- Gonçalves, António Custódio (2005). *Tradição e modernidade na (re)construção de Angola*. Lisboa: Edições Afrontamento
- Gospel Prime (2013). *Igrejas católica e evangélica competem por fiéis em Angola* (8 de Fevereiro). Recuperado em Novembro, 2015, de <https://noticias.gospelprime.com.br/igrejas-catolica-e-evangelica-competem-por-fieis-na-angola>.
- Gramsci, Antonio (1999). Prison Notes 1929-1935. In Hoare, Quentin & Smith, Geoffrey Nowell (orgs.), *Selections from the prison notes*. Londres: ElecBook. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.walkingbutterfly.com/wp-content/uploads/2010/12/gramsci-prison-notebooks-vol1.pdf>.
- Grosfoguel, Ramón (2004). Race and ethnicity or racialized ethnicities? Identities within global coloniality. In *Ethnicities (4) 3* (Setembro). Berkeley: University of California Press, 315-336.
- Grosfoguel, Ramón (2007a). Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. In *Ciência e Cultura (59) 2* (Abril/Junho). São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 32-35. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200015&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200015&script=sci_arttext).
- Grosfoguel, Ramón (2007b). The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms. In *Cultural Studies (21) 2/3* (Março/Maio). Berkeley: University of California Press, 203-246.
- Grosfoguel, Ramón (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, In *Revista Crítica de Ciências Sociais (80)* (Março). Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES), 115-147.
- Habermas, Jurgen (1962). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Berlim: Hermann Luchterhand Verlag.

- Habermas, Jurgen (1987). *The theory of communicative action (2)*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, Jurgen (1990). *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Habermas, Jurgen (2006). Political communication in media society - does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. In *Communication Theory (16)*. Washington, DC: International Communication Association, Wiley-Blackwell.
- Hall, Peter M. (1997). Meta-power, social organization, and the shaping of social action. In *Symbolic Interaction (20) 4* (Fevereiro). Nova Iorque: Society for the Study of Symbolic Interaction, 397-418.
- Hall, Stuart, et. al. (2005). Culture, media, language: working papers. In *Cultural Studies, 1972-79*. Londres: Taylor & Francis e-Library (ed. original, 1980). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://pt.scribd.com/doc/76029186/Culture-Media-Language-Stuart-Hall>.
- Hamminga, Bert (2005). Language, reality and truth: the african point of view. In Hamminga, Bert (ed.), Knowledge cultures: comparative western and african epistemology, *Poznań Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities (88)*. Nova Iorque: Rodopi, 57-84.
- Harris, David (1992). *From class struggle to the politics of pleasure: the effects of gramscianism on cultural studies*. Londres: Routledge, Chapman & Hall.
- Hasenclever, Andreas, et. al. (2000). Integrating theories of international regimes. In *Review of International Studies (26) 1* (Janeiro). Cambridge: British International Studies Association, 3-33.
- Heimer, Franz-Wilhelm (2002). Reflexões acerca de uma abordagem interdisciplinar das sociedades africanas. In *Cadernos de Estudos Africanos (3)*. Lisboa: CEA/ISCTE, 153-159.
- Henderson, Lawrence W. (1980). *Angola: five centuries of conflict*. Ithaca: Cornell University Press.
- Henriques, Isabel Castro (1997). *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Cooperação Científica.
- Henriques, Isabel Castro (2004). *Território e identidade: a construção da Angola colonial*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Herbst, Jeffrey (2000). *States and power in Africa: comparative lessons in authority and control*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Hettne, B. & Soderbaum, F. (2000). Theorizing the rise of regionness. In *New Political Economy (5) 3*. Londres: Routledge, 457-474.
- Hobbes, Thomas (2010). *Leviatã*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Hodges, Tony (2004). The role of resource management in building sustainable peace. In *Accord (15)*. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.cr.org/downloads/Accord%2015\\_11The%20role%20of%20resource%20management%20in%20building%20sustainable%20peace\\_2004\\_ENG.pdf](http://www.cr.org/downloads/Accord%2015_11The%20role%20of%20resource%20management%20in%20building%20sustainable%20peace_2004_ENG.pdf).
- Hountondji, Paulin J. (1996). *African philosophy: myth and reality*. Bloomington: Indiana University Press.

- Hountondji, Paulin J. (2008). Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In *Revista crítica de ciências sociais* (80) (Março). Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES), 149-160.
- Hountondji, Paulin J. (org.) (2012). *O antigo e o moderno: a produção do saber na África contemporânea*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- Human Rights Watch (1999). *Angola unravels: the rise and fall of the Lusaka peace process*. Nova Iorque. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.hrw.org/reports/1999/angola>.
- Human Rights Watch (2002). Angola: human rights developments. In *World Report*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.hrw.org/wr2k2/africa1.html>.
- Human Rights Watch (2003). *Struggling through peace: return and resettlement in Angola* (15 de Agosto). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.hrw.org/report/2003/08/15/struggling-through-peace/return-and-resettlement-angola>.
- Huntington, Samuel P. (1993). *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Huntington, Samuel P. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Hutchinson, John & Smith, Anthony D. (1996). Introduction. In Hutchinson, John & Smith, Anthony D., *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press.
- Hyden, Goran (1996). Rethinking theories of the State: an africanist perspective, In *Africa Insight* (26) 1. Pretoria: Africa Institute of South Africa (AISA), 26-35. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://dbnweb2.ukzn.ac.za/und/politics/Hyden.pdf>.
- Hyden, Goran & Bratton, Michael (eds.) (1992). *Governance and politics in Africa*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Instituto Nacional de Estatística de Angola (2014a). *Fontes de rendimento e composição das receitas por área de residência*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xid=ine&xpgid=boardmain2&xlang=PT&boardId=10448981&actualmenu=787289>.
- Instituto Nacional de Estatística de Angola (2014b). *Censo 2014: resultados preliminares*. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014\\_FINAL.13.10.14.pdf](http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Preliminares%20%20Censo%202014_FINAL.13.10.14.pdf).
- International Republican Institute (2006). *Republic of Angola national opinion poll, june 29 to september 6*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.iri.org/sites/default/files/2006-12-06-Angolan-Poll.pdf>.
- International Republican Institute (2009). *Republic of Angola: public opinion survey in seven provinces, december 13, 2008 to January 18, 2009*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.iri.org/sites/default/files/polls/2009%20April%2024%20Public%20Opinion%20Survey%20of%20Seven%20Angolan%20Provinces,%20December%2013,%202008-January%2018,%202009.pdf>.
- Inter-Parliamentary Union (1992). Parliamentary election results for Angola in 1992. In *Angola: historical archive of parliamentary election results*. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.ipu.org/parline-e/reports/arc/2007\\_92.htm](http://www.ipu.org/parline-e/reports/arc/2007_92.htm).

- Jackson, Robert H. & Rosberg, Carl G. (1985). The marginality of african states. In Carter, Gwendolen M. & O'Meara, Patrick (eds.), *African independence: the first twenty-five years*. Bloomington: Indiana University Press.
- Jackson, Robert H. (1990). *Quasi-states: sovereignty, international relations, and the third world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- James, W. Martin (2004). *Historical dictionary of Angola*. Londres: Scarecrow Press.
- Javeau, Claude (1998). *Lições de sociologia*. Oeiras: Celta Editora.
- Jervis, Robert (1999). Realism, neoliberalism, and cooperation: understanding the debate. In *International Security (24) 1*. Cambridge: MIT Press, 42-63.
- Jing, Sun (2004). *The research on the culture hegemonism*. Pequim: Social Science Academic Press.
- Johnson, R. Burke & Onwuegbuzie, Anthony J. (2004). Mixed methods research: a research paradigm whose time has come. In *Educational Researcher (33) 7* (Outubro). Washington, DC: American Educational Research Association, 14-26. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://mintlinz.pbworks.com/w/file/attach/83256376/Johnson%20Mixed%20methods%202004.pdf>.
- Jornal de Angola (2010). *Muitos anos de vida para a mamã Tina* (29 de Dezembro). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://jornaldeangola.sapo.ao/gente/muitos anos de vida para a mama tina](http://jornaldeangola.sapo.ao/gente/muitos%20anos%20de%20vida%20para%20a%20mama%20tina).
- Jornal de Angola (2011). *Editorial: a claque no lugar errado* (8 de Março). Recuperado de [http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniaao/editorial/a claque no lugar errado](http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniaao/editorial/a%20claque%20no%20lugar%20errado).
- Jornal de Negócios (2015). *Banca angolana sem dólares faz disparar procura no mercado informal* (19 de Janeiro). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/cambios/detalhe/banca angolana sem dolares faz disparar procura no mercado informal.html](http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/cambios/detalhe/banca%20angolana%20sem%20dolares%20faz%20disparar%20procura%20no%20mercado%20informal.html).
- Jua, Nantang Ben (1995). Indirect rule in colonial and post-colonial Cameroon. In *Paideuma (41)*. Frankfurt: Frobenius Institute, 39-47.
- Kellas, James G. J. (1998). *The politics of nationalism and ethnicity*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Kelle, Udo (2001). Sociological explanations between micro and macro and the integration of qualitative and quantitative methods. In *Forum qualitative sozialforschung/forum: qualitative social research (2) 1*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>.
- Keohane, Robert O. (2002). *Power and interdependence in a partially globalized world*. Nova Iorque: Routledge.
- King, Roger & Kendall, Gavin (2004). *The State, democracy and globalization*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Kipury, Naomi (1983). *Oral literature of the maasai*. Londres: Heinemann Educational Books.
- Kirk-Greene, Anthony (1995). 'Le roi est mort! Vive le roi': the comparative legacy of chiefs after the transfer of power in british and french West Africa. In Kirk-Greene, Anthony & Bach, Daniel (orgs.), *State and society in francophone Africa since independence*. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- Kissinger, Henry (1994). *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster.

- Krasner, Stephen D. (1992). Realism, imperialism and democracy. In *Political Theory* (20) 1 (Fevereiro). California: Sage Publications, 38-52.
- Krasner, Stephen D. (ed.) (2001). *Problematic sovereignty: contested rules and political possibilities*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Lasswell, Harold D., et. al. (1950). World politics and personal insecurity. In *A study of power*. Glencoe, Illinois: Free Press.
- Lavalle, Adrián Gurza (2001). Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro. In *Tese de Doutorado em Ciência Política*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/Adrian.pdf>.
- Lei de Revisão Constitucional da República Popular de Angola* (1991). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176034/000472167.pdf?sequence=3>.
- Leopold, Robert Selig (1991). Prescriptive alliance and ritual collaboration in Loma society. In *Tese de Doutorado em Filosofia*. Bloomington: Indiana University.
- Lévi-Strauss, Claude (1952). *Race et historie*. Paris: UNESCO.
- Li, Lin & Hong, Xiaonan (2012). The application and revelation of Joseph Nye's soft power theory. In *Studies in Sociology of Science* (3) 2. Laval, Quebec: Canadian Research & Development Center of Sciences and Cultures, 48-52.
- Lincoln, Y. S. & Guba, E. G. (2003). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (eds.), *The landscape of qualitative research - theories and issues*. Londres: Sage, 253-291.
- Lourenço, Vítor Alexandre (2006). O campo político em África: as relações de (inter)dependência entre Estado e autoridades tradicionais. In *Occasional Papers Series* (16). Lisboa: CEA/ISCTE-IUL.
- Lourenço, Vítor Alexandre (2007). Do conceito de campo político em África: contornos teóricos e exercícios empíricos. In *Cadernos de Estudos Africanos* (13/14). Lisboa: ISCTE-IUL, 51-80.
- Luhmann, Niklas (1982). Politics as a social system. In *The differentiation of society*. Nova Iorque: Columbia University Press, 138-165.
- Lukes, Steven (1978). Power and authority. In Bottomore, Tom & Nisbet, Robert (eds.), *A history of sociological analysis*. Londres: Heinemann, 633-676.
- Lwanda, George C. (2011). Oiling economic growth and development: Sonangol and the governance of oil revenues, In *Development Planning Division: Working Paper Series* (21). África do Sul: Development Bank of Southern Africa. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.dbsa.org/EN/About-Us/Publications/Documents/DPD%20No21.%20Oiling%20economic%20growth%20and%20development%20Sonangol%20and%20the%20governance%20of%20oil%20revenues%20in%20Angola.pdf>.
- M'Bokolo, Elikia (2007). *África negra, história e civilizações. Do século XIX aos nossos dias* (2). Lisboa: Edições Colibri.
- Mabeko-Tali, Jean-Michel (2000). *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962 – 1971)*. Luanda: Editorial Nzila.



- Mabeko-Tali, Jean-Michel (2006). Exclusão e estratégias de sobrevivência no Estado-Nação: o caso das transições políticas congoleza e angolana. In Vidal, N. & Andrade, J. P. (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Luanda e Lisboa: Edições Firmamento. 175- 205.
- Maciel, Tadeu Morato (2009). As teorias de relações internacionais pensando a cooperação, In *Ponto-e-virgula (5)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 215-229.
- MacIver, Robert M. (1947). *The web of government*. Nova Iorque: Macmillan.
- MacQueen, Norrie (2006). Elusive settlement: Angola's 'peace processes', 1975-2002. In Furley, Oliver & May, Roy (orgs.), *Ending Africa's war. Progressing to peace*. Hampshire: Ashgate Publishing.
- Maffesoli, Michel (1997). *A Transfiguração do Político. A tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina.
- Maffesoli, Michel (2007). Tribalismo pós-moderno: da identidade às identificações. In *Ciências Sociais Unisinos 43 (1)*. São Leopoldo, 97-102.
- Magalhães, Nuno Santiago de (2007). O futuro do nordeste asiático: realismo tridimensional, preferências e estruturas, extraído de Towards a tridimensional theory of integration. In *Working Paper (27)*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais.
- Mail & Guardian Africa (2014a). *A changing map: how 'small wars' are redrawing Africa's borders* (7 de Julho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://mgafrica.com/article/2014-07-07-a-changing-map-how-small-wars-are-redrawing-africas-borders>.
- Mail & Guardian Africa (2014b). *Africa as we know her might soon be history thanks to rebels, minerals, and drugs* (7 de Julho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://mg.co.za/article/2014-07-07-africa-as-we-know-her-might-soon-be-history-thanks-to-rebels-minerals-and-drugs>.
- Makumbe, Mw John (1998). Is there a civil society in Africa? In *International Affairs (74) 2* (Abril). Londres: Royal Institute of International Affairs, 305-319.
- Malaquias, Assis (2000). Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation. In J. Ciltiers & C. Dietrich (eds.), *Angola's war economy. The role of oil and diamonds*. Pretoria: Institute for Security Studies, pp. 95-114. Recuperado em Novembro, 2015, de <https://www.issafrica.org/pubs/books/angola/6malaquias.pdf>.
- Malaquias, Assis (2007). *Rebels and robbers: violence in post-colonial Angola*. Uppsala: Nordic Africa Institute.
- Maldonado-Torres, Nelson (2002). Postimperial reflections on crisis, knowledge, and utopia: transgressive critical hermeneutics and the 'death of european man'. In *Review, XXV (3)*. Nova Iorque: Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, Binghamton University, 277-315.
- Maldonado-Torres, Nelson (2007). On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. In *Cultural Studies (21) 2/3* (Março-Maio). Londres: Routledge, 240-270.
- Maldonado-Torres, Nelson (2008). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In *Revista Crítica de Ciências Sociais (80)* (Março). Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 71-114.
- Maltez, José Adelino (1993). *Sobre a ciência política*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Mamdani, Mahmood (1996). *Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Kampala: Fountain Publishers.
- Manela, Erez (2007). *The Wilsonian moment: self-determination and the international origins of anticolonial nationalism*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Marenin, Otwin (1987). The managerial State in Africa: a conflict coalition perspective. In Ergas, Zaki (org.), *The african State in transition*. Londres: Macmillan.
- Maria, Adolfo (2014). *Angola: sonho e pesadelo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Maria, Adolfo (2015). *Angola: contributos à reflexão*. Lisboa: Edições Colibri.
- Marques, Rafael (2011). *Diamantes de sangue. Corrupção e tortura em Angola*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Marracho, A. J. M. (2008). Revoltas e campanhas nos dembos (1872-1919) - 47 anos de independência às portas de Luanda. In *Tese de Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais*. Lisboa: ISCTE. Recuperado em Novembro, 2015, de [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1444/1/Revoltas%20e%20Campanhas%20nos%20Dembos%20\\_1872-1919.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1444/1/Revoltas%20e%20Campanhas%20nos%20Dembos%20_1872-1919.pdf).
- Martins, João Vicente (2001). *Os tutchokwe do nordeste de Angola*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia/Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Martins, Vasco (2015). Ovimbundu identity attributions in post-war Angola. In *Journal of Southern African Studies* (41) 4. (Junho). Londres: Routledge, 853-867.
- Martuscelli, Danilo Enrico (2008). Gramsci e Althusser como críticos de Maquiavel. In *Revista de Sociologia e Política* (16) (Agosto). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000300003>.
- Mateus, Álvaro & Mateus, Dalila Cabrita (2009). *Purga em Angola*. Lisboa; Texto Editores.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999). *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Mauss, Marcel (2011). *Émile Durkheim, Hobbes à l'agrégation*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Mazrui, Ali A. (1986). *The africans: a triple heritage*. Londres: BBC Publications/Little Brown.
- Mbembe, Achille (2001). *On the postcolony*. Berkeley: University of California Press.
- Mbembe, Achille (2013). *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Mangualde e Luanda: Edições Pedago e Edições Mulemba.
- Mbembe, Achille (2014a). *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona.
- Mbembe, Achille (2014b). *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Mangualde e Luanda: Edições Pedago e Edições Mulemba.
- Mearsheimer, John J. (2001). *The tragedy of great power politics*. Nova Iorque: W. W. Norton.
- Médard, Jean-François (1982). The underdeveloped State in tropical Africa: political clientelism or neo-patrimonialism? In Clapham, Christopher (ed.), *Private patronage and public power: political clientelism in the modern State*. Londres: Frances Pinter.

- Meijer, Guus & Birmingham, David (2004). Angola from past to present. In *Accord (15)*. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.cr.org/downloads/Accord%2015\\_3Angola%20from%20past%20to%20present\\_2004\\_ENG.pdf](http://www.cr.org/downloads/Accord%2015_3Angola%20from%20past%20to%20present_2004_ENG.pdf).
- Meneses, Maria Paula, et. al. (2003). As autoridades tradicionais no contexto do pluralismo jurídico. In Santos, Boaventura de Sousa & Trindade, João Carlos (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- Messiant, Christine (1989). Luanda, 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste, In Cahen, M. (org.), *Bourgs et villes en Afrique lusophone*. Paris: Harmattan, 125-199.
- Messiant, Christine (1992). Social and political background to the ‘democratization’ and the peace process in Angola. In *Seminar Democratization in Angola* (18 de Setembro). Leiden: Eduardo Mondlane Foundation; Holland Committee on Southern Africa & African Studies Centre, 13-41.
- Messiant, Christine (1994). Angola: le retour à la guerre ou l’inavouable faillite d’une intervention internationale. In *L’Afrique Politique*. Paris: Karthala, 199-229.
- Messiant, Christine (1995). Angola, les voix de l’ethnisation et de la décomposition. In Cahen, Michel (ed.), *Transitions libérales en Afrique lusophone*. Paris: Karthala, 181-212.
- Messiant, Christine (2004). Why did Bicesse and Lusaka fail? A critical analysis. In *Accord (15)*. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.cr.org/downloads/Accord%2015\\_4Why%20did%20Bicesse%20and%20Lusaka%20fail\\_2004\\_ENG.pdf](http://www.cr.org/downloads/Accord%2015_4Why%20did%20Bicesse%20and%20Lusaka%20fail_2004_ENG.pdf).
- Messiant, Christine (2006). Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia: a economia política de Angola - sistema político formal e sistema político real, 1980s-2004: a reconversão dum domínio hegemónico. In Vidal, N. & Andrade, J. P. (eds.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 131-161.
- Metcalf, Daniel (2014). *Dália azul, ouro negro: viagem a Angola*. Lisboa: Edições Tinta da China, 113-120.
- Mignolo, Walter D. (2000). *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton: Princeton University Press.
- Mignolo, Walter D. (2002). José de Acosta’s historia natural y moral de las Indias: occidentalism, the modern/colonial world, and the colonial difference. In Morgan, Jane E. (org.), *José de Acosta, natural and moral history of the Indies*. Durham: Duke University Press.
- Mignolo, Walter D. (2003). Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências’ revisitado*. Porto: Edições Afrontamento.
- Miller, Joseph (1995). *Poder político e parentesco: os antigos Estados Mbundos em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional.
- Mingst, Karen A. (1999). *Essentials of international relations*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Ministério da Educação de Angola (2014). *Relatório de monitorização sobre educação para todos* (Novembro). Luanda. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002317/231722por.pdf>.

- Ministério das Colónias (1930). *Acto colonial: decreto n.º 18 570 de 8 de Julho*. Recuperado em Novembro, 2015, de [https://pt.wikisource.org/w/index.php?title=Especial:Livro&bookcmd=download&collection\\_id=5385e27b9d7b933732dc8889a2c24bf6b2525520&writer=rd2latex&return\\_to=Acto+Colonial](https://pt.wikisource.org/w/index.php?title=Especial:Livro&bookcmd=download&collection_id=5385e27b9d7b933732dc8889a2c24bf6b2525520&writer=rd2latex&return_to=Acto+Colonial)
- Ministério do Ultramar (1963). *Estatuto político-administrativo da província de Angola: decreto n.º 45 374, de 22 de Novembro*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://dre.tretas.org/dre/261347>.
- Mitchell, J. (1983). Case and situation analysis. In Gomm, R.; Hammersely, M. & Foster, P. (eds.). *Case study method*. Londres: SAGE Publications, 165-186.
- Mkandawire, Thandika (1989). *Problems and prospects of the social sciences in Africa*. Addis Abeba: Organization for Social Science Research in Eastern and Southern Africa (OSSREA).
- Mkandawire, Thandika (1997). The social sciences in Africa: breaking local barriers and negotiating international presence. In *African Studies Review* (40) 2. Piscataway, New Jersey: African Studies Association, Rutgers University, 15-36.
- Mkandawire, Thandika (ed.) (2005). *African intellectuals: rethinking politics, language, gender and development*. Londres: Zed Books.
- Moreira, Adriano (1993). *Ciência política*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, Adriano & Albuquerque, Celso (1978). *Legado político do Ocidente*. Rio de Janeiro: Difel.
- Morgenthau, Hans J. (2005). *Politics among nations: the struggle for power and peace*. Nova Iorque: McGraw-Hill (revised edition). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.sisekaitse.ee/public/Valissuhted/ERASMUS/Morgenthau\\_A\\_Realist\\_theory\\_of\\_international\\_politics.pdf](http://www.sisekaitse.ee/public/Valissuhted/ERASMUS/Morgenthau_A_Realist_theory_of_international_politics.pdf).
- Movimento Protectorado Lunda Tchokwe (2016). *Há mais de 9 meses que José Eduardo dos Santos ignora a carta da European Free Alliance sobre autonomia da nação Lunda Tchokwe* (31 de Janeiro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://protectoradodalunda.blogspot.pt/2016/01/ha-mais-de-9-meses-que-jose-eduardo-dos.html>.
- Mundimbe, Valentin Y. (2013a). *A ideia de África*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- Mudimbe, Valentin Y. (2013b). *A invenção de África: gnosis, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- Nation Master (2014a). *Facts and stats about Angola*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.nationmaster.com/country-info/profiles/Angola>.
- Nation Master (2014b). *Ethnic groups*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.nationmaster.com/country-info/stats/People/Ethnic-groups>.
- Nation Master (2015). *Angolan people stats*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.nationmaster.com/country-info/profiles/Angola/People>.
- Ndlovu-Gatsheni, Sabelo J. (2013). *Coloniality of power in postcolonial Africa: myths of decolonization*. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA).

- Neto, Agostinho (1975). *Discurso na proclamação da independência de Angola*. Luanda: Fundação António Agostinho Neto (FAAN). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola).
- Neto, Maria da Conceição (2001). Angola: the historical context for reconstruction. In Robson, Paul (org.), *Communities and reconstruction in Angola: the prospects for reconstruction in Angola from the community perspective*. Ontario: Development Workshop, 23-50.
- Newitt, Malyn (1981). *Portugal in Africa: the last hundred years*. Londres: C Hurst & Co Publishers.
- Nieuwaal, E. Adriaan B. van Rouveroy van (2000). *L'État en Afrique face à la chefferie: le cas du Togo*. Paris: Karthala.
- Nye, Joseph S., Jr. (1990). Bound to lead: the changing nature of world power. In *Political Science Quarterly* (105) 2. Nova Iorque: Academy of Political Science, 177-192. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://members.shaw.ca/compilerpress1/Anno%20Nye.htm#Introduction>.
- Nye, Joseph S., Jr. (2004). *Soft power: the means to success in world politics*. Nova Iorque: PublicAffairs.
- O País (2014a). *Margareth Anstee: "os acordos de Bicesse foram feitos muito à pressa"* (5 de Dezembro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://opais.co.ao/os-acordos-de-bicesse-foram-feitos-muito-a-pressa>.
- O País (2014b). *Metodistas perspectivam o futuro da igreja* (7 de Outubro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://opais.co.ao/metodistas-perspectivam-o-futuro-da-igreja>.
- Obenga, Théophile (2013). *O sentido da luta contra o africanismo eurocentrista*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- OECD (2015). *International migration outlook 2015*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/international-migration-outlook-2015\\_migr\\_outlook-2015-en](http://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/international-migration-outlook-2015_migr_outlook-2015-en).
- Oliveira, Ricardo Soares de (2015). *Magnífica e miserável: Angola desde a guerra civil*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- Organização das Nações Unidas (1993). *Resolução n.º 864 do Conselho de Segurança da ONU*. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://legismactext.safp.gov.mo/2000/S2/2000\\_29/AVCE05\\_ANP.htm](http://legismactext.safp.gov.mo/2000/S2/2000_29/AVCE05_ANP.htm).
- Organização das Nações Unidas (1995). *Angola - UNAVEM II: facts and figures*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemIIF.html>.
- Organização das Nações Unidas (2013). Ethnocultural characteristics. In *Principles and recommendations for vital statistics systems, revision 2*. Nova Iorque, UN Statistics Division. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/popchar/popcharmethods.htm>.
- Parkin, David J. (1982). *Semantic anthropology*. Nova Iorque, Academic Press.
- Parsons, Talcott (1963). On the concept of power. In *Proceedings of the american philosophical society* (107). Filadélfia: American Philosophical Society, 232-262.
- Parsons, Talcott (1991). *The social system*. Londres: Routledge (ed. original, 1951).

- Pawson, Lara (2013). *Nito Alves: the teenage reincarnation of resistance in Angola*. In *The Guardian* (3 de Outubro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/03/nito-alves-teenage-resistance-angola>.
- Pawson, Lara (2014). *Em nome do povo: o massacre que Angola silenciou*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- P. E. A., Elungu (2014). *Tradição africana e racionalidade moderna*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- Peck, Janice (2001). Itinerary of a thought: Stuart Hall, cultural studies and the unresolved problem of the relation of culture to not culture. In *Cultural Critique* (48). Minneapolis: University of Minnesota, 200-249.
- Péclard, Didier (2015). *Les incertitudes de la nation en Angola: aux racines sociales de l'Unita*. Paris: Karthala.
- Pedraza, Luis Dallanegra (1998). *El orden mundial del siglo XXI*. Buenos Aires: Ediciones de la Universidad.
- Pepetela (1990). *Lueji, o nascimento de um império*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pepetela (1992). *A geração da utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pepetela (1997). *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pepetela (2005). *Predadores*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pepetela (2011). *A sul. O sombreiro*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pereira, Dulce (2006). *Crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Pestana, Nelson (2002). L'État en Angola: discours et pratiques. In *Tese de Doutoramento em Ciência Política*. Montpellier: Université de Montpellier.
- Pestana, Nelson (2003). As dinâmicas da sociedade civil em Angola. In *Occasional Papers*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos (CEA-ISCTE).
- Pew Research Center (2014a). *Government restrictions index*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.pewforum.org/files/2014/01/RestrictionsV-GRI.pdf>.
- Pew Research Center (2014b). *Social hostilities index*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.pewforum.org/files/2014/01/RestrictionsV-SHI.pdf>.
- Pew Research Center (2015). *Religious composition by country, 2010-2050*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.pewforum.org/2015/04/02/religious-projection-table/2020/number/all>.
- Pezarat-Correia, Pedro (1996). *Angola: do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin Editores.
- Pimenta, Fernando Tavares (2006). *Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- PINN (2014). *Afinal Angola não banuiu o islão (27 de Janeiro)*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://portugueseindependentnews.com/2014/01/27/afinal-angola-nao-baniu-o-islao>.

- PORDATA (2015). Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo. In *Base de Dados Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>.
- Portal de Angola (2012). *MESCT prevê atribuir seis mil bolsas internas e externas em 2012* (16 de Janeiro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.portaldeangola.com/2012/01/mesct-preve-atribuir-seis-mil-bolsas-internas-e-externas-em-2012>.
- Portal de Angola (2014). Ana Margoso: manifestação não é uma afronta, é um direito (18 de Julho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.portaldeangola.com/2014/07/ana-margoso-manifestacao-nao-e-uma-afronta-e-um-direito>.
- Portal de Angola (2015). *Lopo do Nascimento: “não sei se existe coesão no MPLA”* (17 de Novembro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.portaldeangola.com/2015/11/lopo-do-nascimento-nao-sei-se-existe-coesao-no-mpla>.
- Portal Oficial da República de Angola (2015). *Lista de ministros e secretários de Estado*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.governo.gov.ao/Organismos.aspx?op=S>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). Income Gini coefficient. In *Human Development Report 2015: Work for Human Development*. Nova Iorque: PNUD. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://hdr.undp.org/en/content/income-gini-coefficient>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014). *Relatório do desenvolvimento humano 2014 - sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*. Nova Iorque: PNUD. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf).
- Przeworski, Adam (1989). *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Público (2001). *Acordos de Bicesse falharam por “falta de vontade política das partes”, diz alto responsável da ONU* (31 de Maio). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.publico.pt/mundo/noticia/acordos-de-bicesse-falharam-por-falta-de-vontade-politica-das-partes-diz-alto-responsavel-da-onu-25439>.
- Público (2002a). *Governo angolano anuncia morte de Jonas Savimbi* (22 de Fevereiro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.publico.pt/mundo/noticia/governo-angolano-anuncia-morte-de-jonas-savimbi-67349>.
- Público (2002b). *Líderes da UNITA e da UNITA-Renovada reúnem-se hoje: debate sobre o futuro do movimento* (5 de Abril). Recuperado em Novembro, 2015, de <https://www.publico.pt/mundo/noticia/lideres-da-unita-e-da-unitarenovada-reunemse-hoje-116539>.
- Público (2013). *Desastre de Luanda chama a atenção para crescimento da IURD em Angola* (2 de Janeiro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.publico.pt/mundo/noticia/desastre-de-luanda-chama-a-atencao-para-crescimento-da-iurd-em-angola-1579223>.
- Quijano, Aníbal (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. In *Journal of World-Systems Research*, 6 (2). Washington, DC: American Sociological Association, 342-386.
- Quijano, Aníbal (2007). Coloniality and modernity/rationality. In *Cultural Studies* (21) 2/3 (Março/Maio). Berkeley: University of California Press, 168-178.

- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ray, Donald I. (1996). Divided sovereignty: traditional authority and the State in Ghana. In *Journal of Legal Pluralism* (28) 37-38. Londres: Routledge, 181-202.
- Real Academia Española (2001). Poder. In *Diccionario de la lengua española, XXII edición*. Madrid. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://buscon.rae.es/drae/?type=3&val=poder&val\\_aux=&origen=REDRAE](http://buscon.rae.es/drae/?type=3&val=poder&val_aux=&origen=REDRAE).
- Rede Angola (2014a). *Encontrados vestígios arqueológicos do antigo reino do Congo* (13 de Fevereiro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.redeangola.info/encontrados-vestigios-arqueologicos-do-antigo-reino-do-congo>.
- Rede Angola (2014b). *Entrevista: Manuel Nito Alves* (2 de Julho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.redeangola.info/especiais/manuel-nito-alves>.
- Rede Angola (2015). *A crise já pesa no bolso do povo: valor real dos produtos dispara em Luanda, em índices bem acima da inflação oficial* (20 de Fevereiro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.redeangola.info/especiais/a-crise-ja-pesa-no-bolso-do-povo>.
- Reno, William (1999). *Warlord politics and african States*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Ribeiro, Fernando (2012). Institucionalismo da escolha racional e institucionalismo histórico: divergências metodológicas no campo da ciência política. In *Pensamento Plural* (10). Rio Grande do Sul: Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, 89-100. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/10/04.pdf>.
- Ribeiro, Renato Janine (1989). Hobbes: o medo e a esperança. In Weffort, Francisco C. (org.), *Os clássicos da política* (1). São Paulo: Editora Ática, 54-77. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.cefetsp.br/edu/eso/valerio/hobbesjanine.html>.
- Rocha, Alves da, et al. (2014). Os grandes desafios do crescimento económico de Angola até 2017: as componentes financeiras. In *Working paper* (1) (Setembro). Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica (CETC) da Universidade Católica de Angola. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/12/Os-Grandes-Desafios-do-Crescimento-Econ%C3%B3mico-de-Angola-at%C3%A9-2017-As-Componentes-Financeiras1.pdf>.
- Rosas, Fernando et al. (1994a). O condicionalismo externo. In Mattoso, José (org.), *História de Portugal. O Estado Novo (1926- 1974) (VII)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 119-147.
- Rosas, Fernando et al. (1994b). O renascer do ‘império’. In Mattoso, José (org.), *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974) (VII)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 283-291.
- Rosenau, James N. (2003). *Distant proximities: dynamics beyond globalization*. New Jersey: Princeton University Press.
- Rotberg, Robert I. (2004). The failure and collapse of Nation-States: breakdown, prevention, and repair. In Rotberg, Robert I. (ed.), *When States fail: causes and consequences*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1-45.
- Rothschild, Joseph (1981). *Ethnopolitics: a conceptual framework*. Nova Iorque: Columbia University Press.



- Rousseau, Jean Jacques (1762). *The social contract: principles of political right*. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.saylor.org/site/wp-content/uploads/2011/02/THE-SOCIAL-CONTRACT.pdf>.
- Rueschemeyer, D. (2003). Can one or a few case studies yield theoretical gains? In Mahoney, J. & Rueschemeyer, D. (eds.). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 305-336.
- Sá, Ana Lúcia Lopes de (2010). A ruralidade na narrativa angolana do século XX. In *Tese de Doutoramento em Sociologia*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 93-130. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.adelinotorres.com/teses/Ana%20L%20C%20Bacia%20de%20S%20C%20A1\\_A%20ruralidade%20na%20narrativa%20angolana.pdf](http://www.adelinotorres.com/teses/Ana%20L%20C%20Bacia%20de%20S%20C%20A1_A%20ruralidade%20na%20narrativa%20angolana.pdf).
- Sábado (2015). *Crise angolana ameaça nove mil empresas portuguesas* (29 de Janeiro). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.sabado.pt/dinheiro/detalhe/crise\\_angolana\\_ameaca\\_nove\\_mil\\_empresas\\_portuguesas.html](http://www.sabado.pt/dinheiro/detalhe/crise_angolana_ameaca_nove_mil_empresas_portuguesas.html).
- Samatar, Ahmed I. & Samatar, Abdi I. (eds.) (2002). *The african State: reconsiderations*. Portsmouth: Heinemann.
- Sandbrook, Richard (1987). Personnalisation du pouvoir et stagnation capitaliste: l'état africain en crise. In *Politique Africaine* (26). Paris: Karthala, 15-41.
- Santos, Boaventura Sousa (1995). *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge.
- Santos, Boaventura de Sousa (2003). O Estado heterogéneo e o pluralismo jurídico. In Santos, Boaventura de Sousa & Trindade, João Carlos (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (2007). Beyond abyssal thinking: from global lines to ecologies of knowledges. In *Review, XXX (1)*. Nova Iorque: Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, Binghamton University. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/AbyssalThinking.pdf>.
- Santos, Boaventura Sousa (2009). *Una epistemología del sur: la reinención del conocimiento y la emancipación social*. Buenos Aires: CLACSO.
- Santos, Onofre dos (2002). *Os (meus) dias da independência*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Santos, Vitor Eustáquio (2014). Da internet em Angola: a falácia dos números. In *Academia.edu*. Lisboa: ISCTE-IUL. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.academia.edu/9501069/Da\\_Internet\\_em\\_Angola\\_a\\_fal%C3%A1cia\\_dos\\_n%C3%BAmeros](http://www.academia.edu/9501069/Da_Internet_em_Angola_a_fal%C3%A1cia_dos_n%C3%BAmeros).
- Sapo (2015). *Angola tem cerca de 1.200 seitas religiosas ilegais* (22 de Abril). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.sapo.pt/noticias/angola-tem-cerca-de-1-200-seitas-religiosas\\_55377a13408423f9778897d3](http://www.sapo.pt/noticias/angola-tem-cerca-de-1-200-seitas-religiosas_55377a13408423f9778897d3).
- Sardan, Jean-Pierre Olivier de (1994). Séniorité et citoyenneté en Afrique pré-coloniale. In *Communications* (59). Paris: Persée, 119-136. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm\\_0588-8018\\_1994\\_num\\_59\\_1\\_1895](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/comm_0588-8018_1994_num_59_1_1895).
- Schermerhorn, Richard A. (1979). *Comparative ethnic relations: a framework for theory and research*. Chicago: University of Chicago Press.

- Scott, James C. (1985). *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press.
- Semanário Angolense (2012). *Composição étnica do governo angolano continua desequilibrada: 56% do poder executivo é quimbundu* (6 de Outubro). Luanda.
- Semeraro, Giovanni (1999). *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Sklar, Richard L. (1985). The colonial imprint on african political thought. In Carter, Gwendolen M. & O'Meara, Patrick (eds.), *African independence: the first twenty-five years*. Bloomington: Indiana University Press.
- Sklar, Richard L. (org.) (1994). *Nationalism and development in Africa: selected essays by James Smoot Coleman*. Berkely: University of California Press.
- Skocpol, T. (2003). Doubly engaged social science, the promise of comparative historical analysis. In Mahoney, J. & Rueschemeyer, D. (eds). *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 407-428.
- Solli, Audun (2008). Theorising african States: the case of Angola from a critical theory perspective, In *Tese de Mestrado em Estudos Internacionais*. Cidade do Cabo: Universidade de Stellenbosch.
- Souza, Washington Luis (2011). Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault, In *Revista Múltiplas Leituras (4) 2*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 103-124.
- Sputnik Brasil (2013). *Angola vira o primeiro país do mundo a proibir o islã* (26 de Novembro). Recuperado em Novembro, 2015, de [http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/news/2013\\_11\\_26/Angola-vira-o-primeiro-pais-do-mundo-a-proibir-o-Isla-5003](http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/news/2013_11_26/Angola-vira-o-primeiro-pais-do-mundo-a-proibir-o-Isla-5003).
- Tashakkori, A. & Teddlie, C. (1998). Mixed methodology, combining qualitative and quantitative approaches. In *Applied Social Research Methods Series (46)*. Londres: Sage.
- Tellis, Ashley J., et. al. (2000). *Measuring national power in the postindustrial age*. Santa Mónica, Califórnia: RAND Corporation.
- Theroux, Paul (2008). *Viagem por África: uma viagem por via terrestre entre o Cairo e a Cidade do Cabo*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Theroux, Paul (2014). *Último comboio para a zona verde: Do coração de África até Angola, o meu último safari em África*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Touchard, Jean, et. al. (1991). *História das ideias políticas (1-4)*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Trocini, Federico (2009). *L'invenzione della 'realpolitik' e la scoperta della 'legge del potere': August Ludwig von Rochau tra radicalismo e nazional-liberalismo*. Bolonha: Società editrice il Mulino.
- Tshiyembe, Mwayila (2014). *O Estado pós-colonial: factor de insegurança em África*. Mangualde e Luanda: Edições Pedagogo e Edições Mulemba.
- UNESCO (2015). *Global flow of tertiary-level students*. Paris: UIS (UNESCO Institute for Statistics). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/international-student-flow-viz.aspx>.

- United States Department of State (2012). Relatório internacional sobre a liberdade religiosa em Angola em 2012. In *International Religious Freedom Report for 2012*. Washington, DC: Bureau of Democracy, Human Rights and Labor. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.humanrights.gov/wp-content/uploads/2013/09/angola\\_irfr-12-por-final.pdf](http://www.humanrights.gov/wp-content/uploads/2013/09/angola_irfr-12-por-final.pdf).
- United States Institute of Peace (1994). *Lusaka protocol*. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace\\_agreements/lusaka\\_11151994.pdf](http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/lusaka_11151994.pdf).
- United States Institute of Peace (2002). *Memorando de entendimento de Luena*. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace\\_agreements/angola\\_04042002.pdf](http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/angola_04042002.pdf).
- Uwazurike, P. Chudi (1990). Confronting potential breakdown: the nigerian redemocratization process in critical perspective. In *Journal of Modern African Studies* (28) 1. Cambridge: Cambridge University Press, 55-77.
- Vasconcelos, Álvaro (1983). Nacionalismo, marxismo e soviétismo. In Vasconcelos, Álvaro (org.), *A África num mundo bipolar, Estudos Africanos* (1), Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 57-72.
- Venâncio, José Carlos (2005). *A dominação colonial: protagonismos e heranças*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Vigouroux, Cécile B. & Mufwene, Salikoko S. (eds.) (2008). *Globalization and language vitality: perspectives from Africa*. Londres: Continuum.
- VII Conferência Internacional Americana (1933). *Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados* (26 de Dezembro). Montevideo. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/FPC\\_MA\\_16053.pdf](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPC_MA_16053.pdf).
- Voz da América (2011). *António Monteiro: “hoje o processo de paz de 1992 teria desfecho diferente”* (31 de Maio). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.voportugues.com/content/antonio-monteiro-se-fosse-hoje-eleicoes-de-1992-teriam-tido-desfecho-diferente-122883794/1260379.html>.
- Voz da América (2014). *Eduardo Kuangana: “federalismo é a solução para Angola”* (19 de Setembro). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.voportugues.com/content/angola-fala-so-eduardo-kuangana-federalismo-e-a-solucao-para-angola/2455258.html>.
- Wallerstein, Immanuel (2004). *World-systems analysis: an introduction*. Durham, NC: Duke University Press.
- Wallerstein, Immanuel (2005). *Africa: the politics of independence and unity*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Waltz, Kenneth N. (2001). *Man, the State, and war: a theoretical analysis*. Nova Iorque: Columbia University Press (ed. original, 1959).
- Waltz, Kenneth N. (2008). *Realism and international politics*. Nova Iorque: Routledge.
- Weber, Max (1947). *The theory of social and economic organization*. Oxford: Oxford University Press.
- Weber, Max (1968). On charisma and institution building: selected papers. In Eisenstadt, S. N. (org.), *The heritage of sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

- Wheeler, D. & Péliissier, R. (2009). *História de Angola*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- WikiLeaks (2011a). *Comunicado de imprensa nº001/CN-RAAM/2011 da Resistência Autóctone Angolana Para a Mudança* (5 de Abril). Recuperado em Novembro, 2015, de [https://wikileaks.org/gifiles/attach/169/169265\\_RAAM%20-%20COMUNICADO..docx](https://wikileaks.org/gifiles/attach/169/169265_RAAM%20-%20COMUNICADO..docx).
- WikiLeaks (2011b). *Special interview - RAAM Focus* (29 de Março). Recuperado em Novembro, 2015, de [https://wikileaks.org/gifiles/docs/51/5140859\\_special-interview-raam-focus-.html](https://wikileaks.org/gifiles/docs/51/5140859_special-interview-raam-focus-.html).
- Williams, Raymond (1960). *Culture & society 1780-1950*. Nova Iorque: Doubleday & Company. Recuperado em Novembro, 2015, de <http://archive.org/details/culturesociety17001850mbp>.
- Wilson, Woodrow (1918). Speech on the fourteen points. In *Congressional Record, 65th Congress, 2nd Session*. Washington, DC, 680-681. Recuperado em Novembro, 2015, de [http://wwi.lib.byu.edu/index.php/President\\_Wilson's\\_Fourteen\\_Points](http://wwi.lib.byu.edu/index.php/President_Wilson's_Fourteen_Points).
- World Bank (2013). Angola's economic recovery and challenges ahead. In *Angola Economic Update, (1)* (Junho). Recuperado em Novembro, 2015, de <http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Africa/Angola/angola-economic-update-june-2013.pdf>.
- World Council of Churches (2015). *Member churches of the World Council of Churches: Conselho de Igrejas Cristãs em Angola*. Recuperado em Novembro, 2015, de <https://www.oikoumene.org/en/member-churches/africa/angola/cica>.
- Yang, Huimin (2011). On the soft power of sci-tech culture and paths to improve it. In *Studies in Sociology of Science (2) 2*. Laval, Quebec: Canadian Research & Development Center of Sciences and Cultures, 79-83.
- Yin, R.K. (1994). *Case study research: design and methods*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Young, Crawford (1994). In search of civil society. In Harbeson, John Willis, et. al. (orgs.), *Civil society and the State in Africa*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 33-50.

## **Anexos**

# Questionário: matrizes do poder em Angola

Este questionário destina-se a fins exclusivamente académicos, no âmbito de um trabalho realizado por investigadores universitários em Portugal no qual se pretende captar a pluralidade de opiniões e modos de agir dos cidadãos angolanos sobre diversas temáticas com vista a analisar as matrizes do poder que caracterizam o jogo político em Angola e a forma como se expressam e são potenciadas ou não pelas TIC.

Toda a informação obtida respeita o anonimato do respondente e é processada de forma confidencial. Para garantir a segurança e a privacidade das respostas do respondente, mais se informa que não há qualquer recolha de dados pessoais associados, incluindo os endereços de IP utilizados para o preenchimento do formulário.

A análise dos dados e a comunicação dos resultados serão feitas em sede de academia de forma agregada por indicadores e/ou variáveis, pelo que em caso algum haverá qualquer referência de natureza individual de todos e quaisquer respondentes, tanto mais que o formulário, insiste-se, não recolhe a identificação do autor das respostas, mas tão somente as correlações das opiniões expressas pelo mesmo.

Finalmente sublinha-se que, dada a "leitura" alargada que este estudo aspira observar, trata-se de um questionário longo – o seu preenchimento demora cerca de 30 minutos e não pode ser interrompido, ou seja, os dados não são gravados até à submissão final do mesmo – pelo que se apela e agradece a sua paciência e o precioso contributo que está a dar para o sucesso desta investigação.

Este questionário individual em formato electrónico apenas pode ser submetido e validado após a resposta a todas as perguntas obrigatórias. Nas questões facultativas, siga por favor as instruções que são dadas.

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

---

Agradece-se a partilha deste questionário (cujo preenchimento deve ser feito exclusivamente por cidadãos nascidos em Angola, com ou sem nacionalidade angolana, residentes ou não no País), com o reenvio do link do mesmo, junto de quem considere que possa ter interesse e/ou disponibilidade para participar.

---

Trabalho de investigação na área científica de Estudos Africanos do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE-IUL (<http://www.iscte-iul.pt>)

Contacto institucional para qualquer questão ou dúvida relacionada com o presente questionário:  
[m18008@iscte-iul.pt](mailto:m18008@iscte-iul.pt)

\*Required

(Pág. 1/6)

## I. Caracterização

---

### 1. 1. Idade \*

.....

**2. 2. Sexo \****Mark only one oval per row.*

	F	M
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**3. 3. Naturalidade \***

Cidade e província

.....

**4. 4. Local de residência \***

Cidade e província

.....

**5. 5. Número de pessoas com quem vive \***

.....

**6. 6. Situação conjugal \****Mark only one oval per row.*

	Solteiro (a)	União de facto	Casado (a)	Separado (a)	Viúvo (a)
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**7. 7. Escolaridade \****Mark only one oval per row.*

	9º ano	12º ano	Licenciatura	Pós-graduação	Mestrado	Doutoramento	Outro
Último ano concluído ou grau obtido	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**8. Outro. Qual?**

.....

**9. 8. Condição perante o trabalho \****Mark only one oval per row.*

	Trabalhador por conta própria	Trabalhador por conta de outrem	Desempregado (a)	Reformado (a)	Outra
Situação actual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**10. Outra. Qual?**

.....

**11. 9. Profissão \*****12. 10. Rendimento mensal próprio \***

*Tick all that apply.*

- Sem rendimento
- Até 100 dólares (até cerca de 9,750 kwanzas)
- De 101 a 200 dólares (de 9,750 a 19,500 kwanzas)
- De 201 a 500 dólares (de 19,500 a 48,750 kwanzas)
- De 501 a 1,000 dólares (de 48,750 a 97,500 kwanzas)
- De 1,001 a 1,500 dólares (de 97,500 a 146,000 kwanzas)
- Mais de 1,500 dólares (mais de cerca de 146,000 kwanzas)

**13. 11. Rendimento mensal do agregado familiar**

(Responda apenas se for aplicável)

*Tick all that apply.*

- Até 100 dólares (até cerca de 9,750 kwanzas)
- De 101 a 200 dólares (de 9,750 a 19,500 kwanzas)
- De 201 a 500 dólares (de 19,500 a 48,750 kwanzas)
- De 501 a 1,000 dólares (de 48,750 a 97,500 kwanzas)
- De 1,001 a 1,500 dólares (de 97,500 a 146,000 kwanzas)
- Mais de 1,500 dólares (mais de cerca de 146,000 kwanzas)

**14. 12. A que classe social considera pertencer? \***

*Mark only one oval per row.*

	Classe baixa	Classe média baixa	Classe média	Classe média alta	Classe alta
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(Pág. 2/6)

## II. Identidade

---



15. **13. Características que melhor o descrevem \***

*Tick all that apply.*

- Branco
- Negro
- Mulato
- Mestiço
- Angolano
- Africano
- Afro-português
- Afro-europeu
- Luso-africano
- Bantu
- Ovimbundo
- Quimbundo
- Bakongo
- Tchokwe

16. **Outras. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

17. **14. Língua materna \***

.....

18. **15. Mais línguas que fala \***

*Tick all that apply.*

- Português
- Umbundu
- Kimbundu
- Kikongo
- Nenhuma
- Outras

19. **Outras. Quais?**

.....

20. **16. A que grupo étnico considera pertencer? \***

.....

21. **17. Com que líder ou líderes espirituais se identifica?**

.....

22. *Mark only one oval per row.*

Não tem Não sabe

\_\_\_\_\_

23. **18. Qual é a sua religião?**

.....

24. *Mark only one oval per row.*

Não tem Não sabe

\_\_\_\_\_

25. **19. Que importância dá aos sobas? \***

*Mark only one oval per row.*

Muita Bastante Alguma Pouca Muito pouca Nenhuma Não sabe

\_\_\_\_\_

26. **20. Como avalia a acção dos sobas na sociedade angolana? \***

*Mark only one oval per row.*

Muito positiva Positiva Nem positiva, nem negativa Negativa Muito negativa Não sabe

\_\_\_\_\_

27. **21. Em traços gerais, que importância considera que é dada aos sobas pela sociedade angolana nos dias de hoje? \***

*Mark only one oval per row.*

Muita Bastante Alguma Pouca Muito pouca Nenhuma Não sabe

\_\_\_\_\_

28. **22. Na sua opinião, quais são os aspectos positivos que mais se destacam na actuação das autoridades tradicionais em Angola? \***

.....

.....

.....

.....

.....

29. **23. E os aspectos negativos? \***

.....

.....

.....

.....

.....

30. **24. Com que ideologia política se identifica?**

.....

31. *Mark only one oval per row.*

Não tem	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(Pág. 3/6)

### III. Poder e organização política

---

32. **25. Na sua opinião, o fim da guerra com os portugueses formalizado em 1975 foi um processo de: \***

(Escolha a expressão que lhe pareça mais adequada)

*Mark only one oval per row.*

Descolonização	Libertação nacional	Independência	Outro
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

33. **Outro. Qual?**

.....

34. 26. Para si, o que conquistaram os angolanos com o fim da guerra com os portugueses e a declaração de independência do País? \*

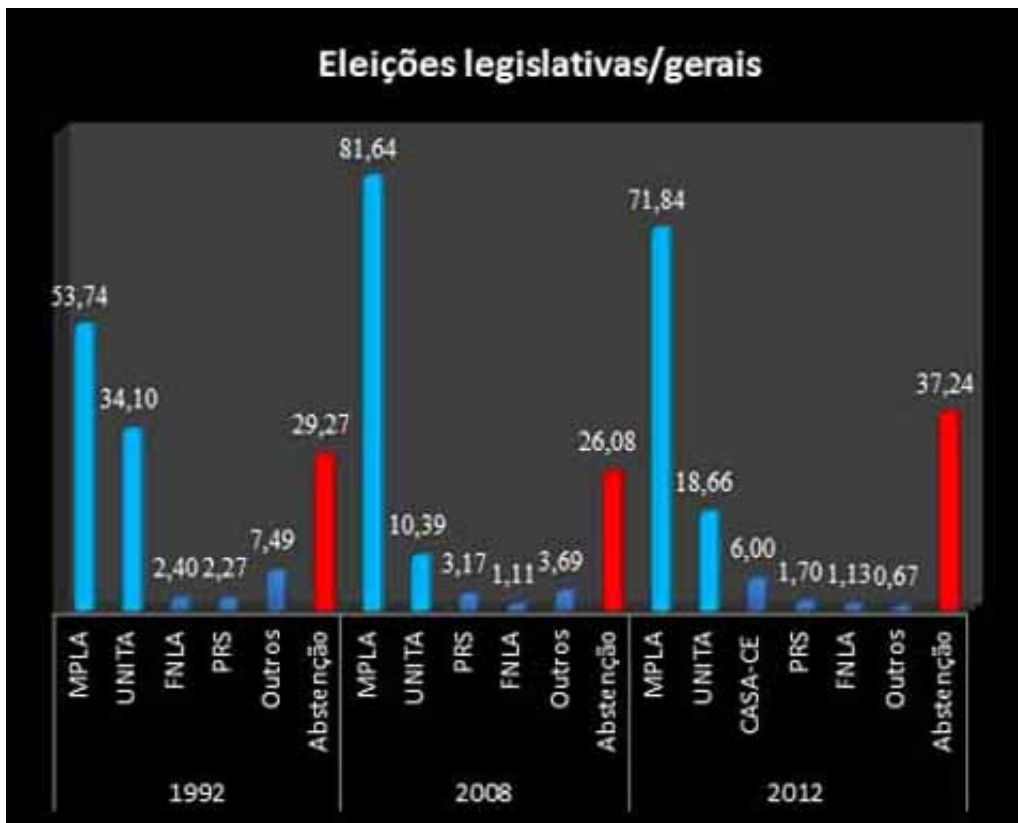
.....

.....

.....

.....

.....



35. 27. Que leitura faz deste gráfico? \*

.....

.....

.....

.....

.....

36. **28. Na sua opinião, quem manda actualmente no País? \***

.....

.....

.....

.....

.....

37. **29. Como avalia o desempenho daquele(s) que considera que manda(m) no País? \***

*Mark only one oval per row.*

Muito positivo	Positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo	Muito negativo	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

38. **30. Para si, aqueles que considera que mandam no País têm legitimidade para o efeito? \***

*Mark only one oval per row.*

Muita	Bastante	Alguma	Pouca	Muito pouca	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

39. **31. Pensa que deveriam ser outros a mandar no País? \***

*Mark only one oval per row.*

Sim	Não	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

40. **31.1. Se sim, quem?**

(Responda apenas se for aplicável)

.....

.....

.....

.....

.....

41. **31.2. E porquê?**

(Responda apenas se for aplicável)

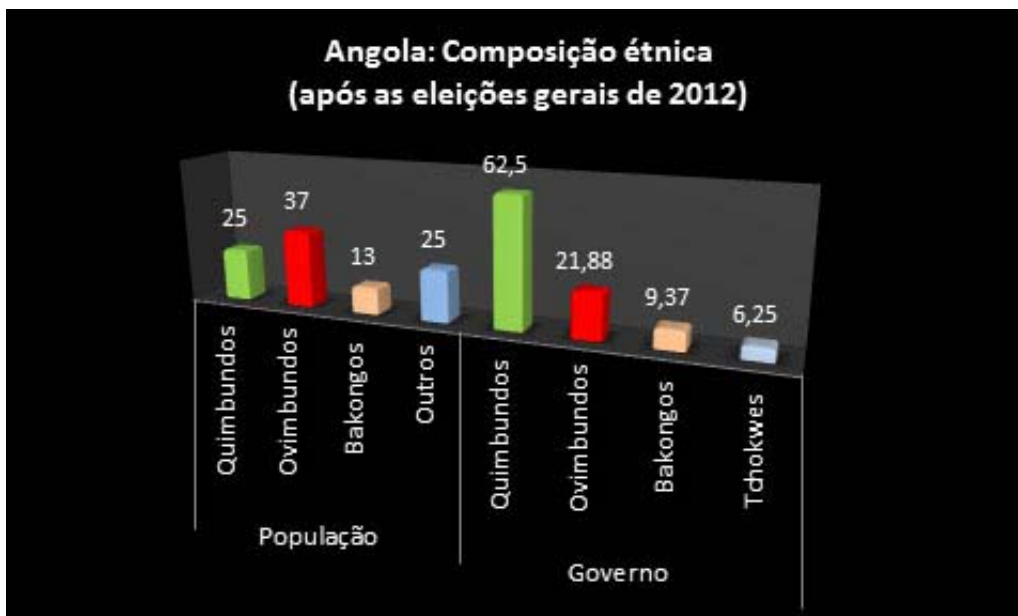
.....

.....

.....

.....

.....



42. 32. Que leitura faz deste gráfico? \*

.....

.....

.....

.....

.....

43. 33. Que tipo de sistema político considera ter em Angola? \*

Mark only one oval per row.

Democracia pluripartidária	Democracia bipartidária	Democracia monopartidária	Ditadura	Ditadura militar	Outro
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. Outro. Qual?

.....

45. 34. Que tipo de regime político considera ter em Angola? \*

Mark only one oval per row.

Comunista	Socialista	Fascista	Outro
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

46. Outro. Qual?

.....

47. **35. Que tipo de Governo considera ter em Angola? \***

*Mark only one oval per row.*

Presidencialista	Semipresidencialista	Parlamentar	Outro
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

48. **Outro. Qual?**

.....

49. **36. O que significa para si democracia? \***

.....

.....

.....

.....

.....

50. **37. Considera que a sua visão de democracia corresponde ao sistema político que existe em Angola? \***

*Mark only one oval per row.*

Muito	Bastante	Alguma coisa	Pouco	Muito pouco	Nada	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

51. **38. Para si, o sistema político angolano funciona de modo: \***

*Mark only one oval per row.*

Muito positivo	Positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo	Muito negativo	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**52. 39. Qual é a sua opinião sobre a actuação das seguintes instituições e entidades da vida pública? \***

Mark only one oval per row.

	Muito positiva	Positiva	Nem positiva, nem negativa	Negativa	Muito negativa	Não sabe
Presidente da República	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assembleia Nacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Governadores provinciais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autarcas municipais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tribunais e sistema judicial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forças Armadas (militares)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forças de Segurança (policiais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Empresários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sindicatos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Políticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Meios de Comunicação Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Movimentos e associações cívicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organizações Não Governamentais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Chefes tradicionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Igreja Católica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outras religiões	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**53. 39.1. No caso de ter avaliado outras religiões, indique qual ou quais**

(Mantenha por cada confissão religiosa que indicar a mesma escala de avaliação entre "muito positiva" e "muito negativa")

.....

.....

.....

.....

.....

**54. 40. Para si, a capacidade dos políticos e instituições políticas angolanas para resolver os problemas do País é: \***

Mark only one oval per row.

	Muito elevada	Elevada	Moderada	Reduzida	Muito reduzida	Nenhuma	Não sabe
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



55. **41. Para si, a vontade dos políticos e instituições políticas angolanas para resolver os problemas do País é: \***

*Mark only one oval per row.*

Muito elevada	Elevada	Moderada	Reduzida	Muito reduzida	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

56. **42. Na sua opinião, a consideração dos políticos e instituições políticas angolanas pelas reivindicações da população é: \***

*Mark only one oval per row.*

Muito elevada	Elevada	Moderada	Reduzida	Muito reduzida	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

57. **43. Considera que uma intervenção mais activa dos cidadãos na vida política e pública pode contribuir para alterar a situação? \***

*Mark only one oval per row.*

Muito	Bastante	Alguma coisa	Pouco	Muito pouco	Nada	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

58. **44. Considera que a vontade das pessoas em participar nos assuntos da vida política e pública é: \***

*Mark only one oval per row.*

Muita	Bastante	Alguma	Pouca	Muito pouca	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

59. **45. Considera que uma intervenção mais activa dos chefes tradicionais na vida política e pública pode contribuir para alterar a situação? \***

*Mark only one oval per row.*

Muito	Bastante	Alguma coisa	Pouco	Muito pouco	Nada	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

60. **46. Considera que a vontade dos chefes tradicionais em participar nos assuntos da vida política e pública é: \***

*Mark only one oval per row.*

Muita	Bastante	Alguma	Pouca	Muito pouca	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

61. **47. Pensa que os políticos e as instituições políticas angolanas estão interessadas numa maior participação dos cidadãos? \***

*Mark only one oval per row.*

Muito	Bastante	Alguma coisa	Pouco	Muito pouco	Nada	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

62. **48. Para si, a capacidade das instituições políticas internacionais para resolver os problemas de Angola é: \***

*Mark only one oval per row.*

Muito elevada	Elevada	Moderada	Reduzida	Muito reduzida	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

63. **49. Para si, a vontade das instituições políticas internacionais para resolver os problemas de Angola é: \***

*Mark only one oval per row.*

Muito elevada	Elevada	Moderada	Reduzida	Muito reduzida	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

64. **50. Na sua opinião, e em termos globais, quais são os aspectos positivos que mais se destacam na vida política actual de Angola? \***

.....

.....

.....

.....

.....

65. **51. E os aspectos negativos? \***

.....

.....

.....

.....

.....

66. **52. Em termos políticos, de que forma avalia as perspectivas de futuro para Angola? \***

*Mark only one oval per row.*

Muito positiva	Positiva	Nem positiva, nem negativa	Negativa	Muito negativa	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

67. **52.1. Utilize este espaço caso queira fazer alguns comentários em relação ao futuro de Angola, sobretudo a pensar num quadro de sucessão ao presidente José Eduardo dos Santos.**

.....

.....

.....

.....

.....

(Pág. 4/6)

## IV. Quadro social e económico

---

68. **53. Como avalia a presença de estrangeiros/imigrantes em Angola? \***

*Mark only one oval per row.*

	Muito positiva	Positiva	Nem positiva, nem negativa	Negativa	Muito negativa	Não sabe
Portugueses	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Brasileiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Chineses	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indianos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

69. **53.1. Outros. Quais?**

(Caso queira referir estrangeiros/imigrantes de outra origem, indique neste campo apenas uma nacionalidade)

.....

70. *Mark only one oval per row.*

	Muito positiva	Positiva	Nem positiva, nem negativa	Negativa	Muito negativa
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

71. **53.2. Outros. Quais?**

(Caso queira referir estrangeiros/imigrantes de outra origem, indique neste campo apenas uma nacionalidade)

.....

72. *Mark only one oval per row.*

Muito positiva	Positiva	Nem positiva, nem negativa	Negativa	Muito negativa
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

73. **53.3. Outros. Quais?**

(Caso queira referir estrangeiros/imigrantes de outra origem, indique neste campo apenas uma nacionalidade)

.....

74. *Mark only one oval per row.*

Muito positiva	Positiva	Nem positiva, nem negativa	Negativa	Muito negativa
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

75. **54. Os imigrantes são necessários e devem ser apoiados e integrados na sociedade angolana? \***

*Mark only one oval per row.*

Concorda totalmente	Concorda em parte	Não concorda, nem discorda	Discorda em parte	Discorda totalmente	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**76. 55. Do seu ponto de vista, quais são os principais problemas que Angola enfrenta? \****Tick all that apply.*

- Desemprego
- Pobreza
- Rede de estradas
- Rede de transportes
- Rede de esgotos
- Acesso à água
- Acesso à educação
- Qualidade de ensino
- Corrupção
- Crime/Violência
- Fome
- Acesso a bens alimentares
- Acesso a serviços de saúde
- Qualidade do sistema de saúde
- Acesso a electricidade
- Acesso à Internet
- SIDA
- Outras doenças
- Distribuição da riqueza/rendimento
- Respeito pelos direitos humanos
- Imigração (entrada de estrangeiros)
- Emigração (saída de angolanos)

**77. Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

78. **56. A sua situação económica e financeira**

(Responda apenas em relação ao período ou períodos em que é aplicável)

Mark only one oval per row.

	melhorou	continuou igual	piorou
durante a guerra de libertação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
durante a guerra civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
do fim da guerra civil ao presente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

79. **57. Considera que há sinais de crescimento económico? \***

Mark only one oval per row.

Muito elevados	Elevados	Moderados	Reduzidos	Muito reduzidos	Nenhuns	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

80. **58. Na sua opinião, qual ou quais das seguintes instituições e entidades têm mais capacidade para resolver os problemas económicos e sociais da sua comunidade local? \***

Tick all that apply.

- Presidente da República
- Assembleia Nacional
- Governo
- Governadores provinciais
- Autarcas municipais
- Forças Armadas (militares)
- Forças de Segurança (policiais)
- Partidos políticos
- Sindicatos
- Organizações Não Governamentais
- Movimentos e associações cívicas
- Igreja Católica
- Chefes tradicionais
- Familiares, amigos e vizinhos
- Outros

81. **Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

**82. 59. Em qual ou quais das seguintes entidades e instituições confia mais para a resolução dos problemas da população? \****Tick all that apply.*

- Presidente da República
- Assembleia Nacional
- Governo
- Governadores provinciais
- Autarcas municipais
- Forças Armadas (militares)
- Forças de Segurança (policiais)
- Partidos políticos
- Sindicatos
- Organizações Não Governamentais
- Movimentos e associações cívicas
- Igreja Católica
- Chefes tradicionais
- Tribunais e sistema judicial
- Meios de Comunicação Social públicos
- Meios de Comunicação Social privados
- Organizações internacionais
- Familiares, amigos e vizinhos
- Outros

**83. Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

84. **60. Em qual ou quais das seguintes entidades e instituições confia menos para a resolução dos problemas da população? \***

*Tick all that apply.*

- Presidente da República
- Assembleia Nacional
- Governo
- Governadores provinciais
- Autarcas municipais
- Forças Armadas (militares)
- Forças de Segurança (policiais)
- Partidos políticos
- Sindicatos
- Organizações Não Governamentais
- Movimentos e associações cívicas
- Igreja Católica
- Autoridades tradicionais
- Tribunais e sistema judicial
- Meios de Comunicação Social públicos
- Meios de Comunicação Social privados
- Organizações internacionais
- Familiares, amigos e vizinhos
- Outros

85. **Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....



86. **61. Na sua opinião, e em termos gerais, os problemas de Angola devem-se a questões como: \***

*Tick all that apply.*

- Má gestão do Estado
- Corrupção no Estado
- Economia dependente do petróleo
- Desenvolvimento centrado em Luanda
- Clivagens étnicas internas
- Reconciliação nacional inacabada
- Desigualdades entre áreas urbanas e áreas rurais
- Clivagens regionais com países vizinhos
- Dependência de investimentos estrangeiros
- Ingerência da antiga potência colonial
- Ingerência de outros países mais poderosos
- Ingerência de organizações políticas e económicas internacionais
- Capitalismo internacional
- Globalização
- Outras

87. **Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

88. **62. Na sua opinião, Luanda é uma cidade: \***

*Mark only one oval per row.*

Desenvolvida	Emergente	Subdesenvolvida	Não sabe
○	○	○	○

89. **62.1. Indique outras cidades ou regiões de Angola caso queira classificar como desenvolvidas, emergentes ou subdesenvolvidas.**

.....

.....

.....

.....

.....

90. **63. Na sua opinião, Angola é um País: \***

*Mark only one oval per row.*

Desenvolvido	Emergente	Subdesenvolvido	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

91. **64. Pensa que os problemas económicos e sociais de Angola serão resolvidos: \***

*Mark only one oval per row.*

A curto prazo	A médio prazo	A longo prazo	Nunca	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(Pág. 5/6)

## V. Cidadania e participação na vida pública

---

92. **65. Simpatia partidária: indique o partido político com o qual mais se identifica (em Angola ou no exterior).**

.....

93. *Mark only one oval per row.*

Não tem	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

94. **65.1. Considera que há liberdade de expressão no partido político com o qual simpatiza?**

(Responda apenas se for aplicável)

*Mark only one oval per row.*

Muita	Bastante	Alguma	Pouca	Muito pouca	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

95. **66. Filiação partidária: indique o partido político de que é membro (em Angola ou no exterior).**

.....

96. *Mark only one oval per row.*

Não tem	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

97. **66.1. Considera ter liberdade de expressão no partido político de que é membro?**

(Responda apenas se for aplicável)

Mark only one oval per row.

Muita	Bastante	Alguma	Pouca	Muito pouca	Nenhuma	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

98. **67. Na sua opinião, quem deve escolher os governadores provinciais? \***

Mark only one oval per row.

Presidente da República	Assembleia Nacional	Cidadãos da respectiva província	Não sabe
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

99. **68. Costuma votar em eleições políticas? \***

Mark only one oval per row.

Sim	Não
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

100. **68.1. Em caso negativo, quais são as razões?**

(Responda apenas se for aplicável)

Tick all that apply.

- Não se revê em partido algum
- As eleições não alteram nada
- Nenhum partido tem um programa que se distinga dos outros
- Nenhum partido tem um programa que responda aos seus interesses e necessidades
- Outras

101. **Outras. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

102. **69. Votaria em candidatos femininos? \***

Mark only one oval per row.

Sim	Não
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

103. **70. A que aspectos dá mais importância num partido político para eventualmente decidir apoiá-lo? \***

*Tick all that apply.*

- Ideias/programa
- Experiência governativa
- Experiência política (na oposição)
- Muitos militantes e apoiantes
- Dinheiro e influência
- Forte participação de camadas jovens
- Forte participação de mulheres
- Familiares e amigos ligados ao partido
- Aberto ao diálogo e ao debate interno
- Novo partido com novas ideias
- Outros

104. **Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

105. **71. Em termos de valores, a qual ou a quais dá mais importância num partido político? \***

*Tick all that apply.*

- Paz
- Desenvolvimento
- Democracia
- Justiça
- Educação
- Saúde
- Emprego
- Habitação
- Reconciliação nacional
- Tolerância política
- Igualdade
- Família
- Deus
- Nação
- Federalismo
- Outros

106. **Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

107. **72. A que aspectos dá mais importância num movimento político, cívico, comunitário ou sindical para eventualmente decidir apoiá-lo? \***

*Tick all that apply.*

- Ideias/programa
- Experiência de intervenção na vida pública
- Muitos membros e apoiantes
- Dinheiro e influência
- Forte participação de camadas jovens
- Forte participação de mulheres
- Familiares e amigos ligados ao partido
- Aberto ao diálogo e ao debate interno
- Nova organização com novas ideias
- Outros

108. **Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

109. **73. Quais os requisitos que mais valoriza para escolher um candidato a eleições e eventualmente votar nele? \***

(Aplicável tanto em eleições políticas como em eleições para dirigentes de movimentos cívicos, comunitários, sindicais, etc.)

*Tick all that apply.*

- Ser conhecido
- Com boas ideias, mesmo que desconhecido
- Com experiência no poder
- Com dinheiro e influência
- Ser da sua região ou província
- Ser da sua etnia
- Ser da sua religião
- Ser do seu partido político
- Defender os seus interesses pessoais
- Defender os interesses da sua comunidade local
- Outros

110. **Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

111. **74. Para si, a participação nos assuntos da vida pública é: \***

*Mark only one oval per row.*

	Muito importante	Importante	Mais ou menos	Pouco importante	Nada importante
_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

112. **75. Costuma reclamar, reivindicar ou protestar publicamente quando sente os seus direitos ou interesses desrespeitados? \***

*Mark only one oval per row.*

	Sempre	Quase sempre	De vez em quando	Raramente	Nunca
_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

113. **76. As reivindicações e protestos em que se envolveu tiveram sucesso? \***

*Mark only one oval per row.*

	Sempre	Quase sempre	De vez em quando	Raramente	Nunca
_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

114. **77. É membro de alguma das organizações seguintes e qual é o seu grau de envolvimento com as mesmas? \***

Mark only one oval per row.

	Não pertence	Apenas pertence	Raramente participa	Participa com alguma regularidade	Participa com frequência	Assume cargos (ou já assumiu)
Organização religiosa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organização humanitária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Movimento cívico ou comunitário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Partido político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Movimento político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Organização sindical	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Associação empresarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clube desportivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

115. **Outras. Quais?**

(Identifique o tipo de organização, mantendo para cada a mesma escala de avaliação entre "apenas pertence" e "assume cargos")

.....

.....

.....

.....

.....

116. **78. Das seguintes actividades, indique em quais costuma participar e a frequência com que o faz: \***

Mark only one oval per row.

	Muito frequentemente	Frequentemente	De vez em quando	Raramente	Nunca
Discutir política com amigos, colegas ou familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participar em debates públicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participar em protestos ou manifestações públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Candidatar-se a eleições (políticas ou outras)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



(Pág. 6/6)

Chegou à última página deste questionário, para a qual se pede a sua particular atenção devido ao número elevado de questões com checkbox obrigatório. Agradece-se mais uma vez a sua paciência e o precioso contributo que está a dar para o sucesso deste estudo.

## VI. Media e novas tecnologias

---

117. **79. Assinale os meios que tem ao seu dispor em casa: \***

*Tick all that apply.*

- Televisão
- Rádio
- Computador de mesa
- Computador portátil
- Telemóvel
- Smartphone
- Tablet
- Acesso à internet
- Nenhum

118. **79.1. Assinale os meios que tem ao seu dispor no trabalho:**

(Responda apenas se for aplicável)

*Tick all that apply.*

- Televisão
- Rádio
- Computador de mesa
- Computador portátil
- Telemóvel
- Smartphone
- Tablet
- Acesso à internet
- Nenhum

119. **79.2. Assinale os meios que tem ao seu dispor na escola ou universidade:**

(Responda apenas se for aplicável)

*Tick all that apply.*

- Televisão
- Rádio
- Computador de mesa
- Computador portátil
- Telemóvel
- Smartphone
- Tablet
- Acesso à internet
- Nenhum

120. **80. Qual é o grau de importância para a vida pública angolana que atribui aos seguintes meios de comunicação e informação? \***

*Mark only one oval per row.*

	Muita	Bastante	Alguma	Pouca	Muito pouca	Nenhuma
Televisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornais e revistas em papel	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornais e revistas digitais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Blogues	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Redes sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

121. **Outros. Quais?**

(Mantenha por cada meio que indicar a mesma escala de avaliação entre "muita" e "nenhuma")

.....

.....

.....

.....

.....

122. **81. Quando se apercebe de que ocorreu um acontecimento inesperado a que meio(s) costuma recorrer para se informar? \***

*Tick all that apply.*

- Televisão
- Rádio
- Jornais e revistas em papel
- Jornais e revistas digitais
- Portais na internet
- Motores de busca na internet
- Blogues
- Redes sociais
- Conversa "cara a cara" com amigos, colegas, vizinhos, etc.
- Outros

123. **Outros. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

124. **82. Quando vê televisão, ouve rádio, lê jornais ou revistas ou navega na internet, quais são os temas ou assuntos da actualidade informativa que lhe interessam mais? \***

*Mark only one oval per row.*

	Muito	Bastante	Algum	Pouco	Muito pouco	Nenhum
Política nacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Política internacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informação local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Economia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bolsa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Justiça	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ambiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ciência e Tecnologia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Informática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desporto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espectáculos (concertos, teatro, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Vida de figuras públicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Crime	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Casos incríveis e insólitos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jogos electrónicos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Música	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cinema	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viagens	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Culinária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estado do tempo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Guia de programação de televisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lotarias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

125. **83. Que aspectos valoriza mais na informação a que acede pelos meios de comunicação social? \****Tick all that apply.*

- Notícias simples e acessíveis
- Notícias aprofundadas
- Denúncia do que está errado
- Divulgação do que está certo
- Pluralidade de pontos de vista
- Proximidade com a sua opinião pessoal
- Notícias de fontes governamentais
- Notícias de fontes não governamentais
- Notícias de fontes internacionais africanas
- Notícias de fontes internacionais não africanas

## Televisão

---

126. **84. Quais são os canais de televisão de que mais gosta? \****Mark only one oval per row.*

	Muito	Bastante	Mais ou menos	Pouco	Muito Pouco	Nada	Não vê
TPA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TV Zimbo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Banda TV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
RTP África	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
RTP Internacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TVI 24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SIC Notícias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TV Globo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TV Record	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Band News	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TV Brasil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ETV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CNN Internacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
BBC World News	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Al Jazeera	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Russia Today	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CCTV News	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CNBC Africa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**127. Outros. Quais?**

(Mantenha por cada canal que indicar a mesma escala de avaliação entre "muito" e "nada")

.....

.....

.....

.....

.....

**128. 85. Em que canais de televisão mais confia quando procura informar-se sobre a actualidade? \***

Mark only one oval per row.

	Muito	Bastante	Mais ou menos	Pouco	Muito Pouco	Nada	Não vê
TPA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TV Zimbo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Banda TV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
RTP África	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
RTP Internacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TVI 24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SIC Notícias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TV Globo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TV Record	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Band News	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
TV Brasil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ETV	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CNN Internacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
BBC World News	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Al Jazeera	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Russia Today	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CCTV News	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CNBC Africa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**129. Outros. Quais?**

(Mantenha por cada canal que indicar a mesma escala de avaliação entre "muito" e "nada")

.....

.....

.....

.....

.....

**Rádio**

---

130. **86. Quais são as estações de rádio de que mais gosta? \***

Mark only one oval per row.

	Muito	Bastante	Mais ou menos	Pouco	Muito Pouco	Nada	Não ouve
Rádio Nacional de Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio Ecclésia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio Mais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Luanda Antena Comercial (L.A.C FM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio 5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio Canal Angola (RCA)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio Despertar Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

131. **Outras. Quais?**

(Mantenha por cada estação que indicar a mesma escala de avaliação entre "muito" e "nada")

.....

.....

.....

.....

.....

132. **87. Em que estações de rádio mais confia quando procura informar-se sobre a actualidade? \***

Mark only one oval per row.

	Muito	Bastante	Mais ou menos	Pouco	Muito Pouco	Nada	Não ouve
Rádio Nacional de Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio Ecclésia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio Mais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Luanda Antena Comercial (L.A.C FM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio 5	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio Canal Angola (RCA)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rádio Despertar Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

133. **Outras. Quais?**

(Mantenha por cada estação que indicar a mesma escala de avaliação entre "muito" e "nada")

.....

.....

.....

.....

.....

## Jornais, revistas e outras publicações

134. **88. Quais são os jornais, revistas e outras publicações (em papel ou online) de que mais gosta? \***

*Mark only one oval per row.*

	Muito	Bastante	Mais ou menos	Pouco	Muito Pouco	Nada	Não lê
Jornal de Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornal Angolense	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O País	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Folha 8	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornal Agora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornal Expansão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Novo Jornal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
África Today	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
África 21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nova Gazeta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Angonoticias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Angola 24 Horas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Luanda Digital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Angola Acontece	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sapo Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Club-K	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

135. **Outras. Quais?**

(Mantenha por cada publicação que indicar a mesma escala de avaliação entre "muito" e "nada")

.....

.....

.....

.....

.....



136. **89. Em que jornais, revistas e outras publicações (em papel ou online) mais confia quando procura informar-se sobre a actualidade? \***

Mark only one oval per row.

	Muito	Bastante	Mais ou menos	Pouco	Muito Pouco	Nada	Não lê
Jornal de Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornal Angolense	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O País	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Folha 8	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornal Agora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornal Expansão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Novo Jornal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
África Today	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
África 21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nova Gazeta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Angonoticias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Angola 24 Horas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Luanda Digital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Angola Acontece	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sapo Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Club-K	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

137. **Outras. Quais?**

(Mantenha por cada publicação que indicar a mesma escala de avaliação entre "muito" e "nada")

.....

.....

.....

.....

.....

## Internet

---

138. **90. Em média, usa a internet quanto tempo por dia ou por semana? \***

(Indique o número de horas ou minutos num caso ou noutra)

.....

139. **91. Com que frequência usa a internet nas seguintes actividades? \***

Mark only one oval per row.

	Muito frequentemente	Frequentemente	De vez em quando	Raramente	Nunca
Trabalho/Negócios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estudo/Formação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diversão/Lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contactos e relacionamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Procurar informação a que não pode aceder por outros meios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Publicar informação que não pode divulgar por outros meios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Denunciar o que considera estar errado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divulgar o que considera estar certo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

140. **92. Que sites visita com mais frequência? \***

Mark only one oval per row.

	Muito frequentemente	Frequentemente	De vez em quando	Raramente	Nunca
Da sua cidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Da sua região	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De Angola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De outros países africanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De outros países europeus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Do Brasil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De outros países da América latina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dos Estados Unidos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Da China	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De outros países asiáticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

141. **93. O que procura nos sites que visita? \***

.....

.....

.....

.....

.....

142. **94. Qual é o grau de utilização que faz das seguintes redes sociais? \***

*Mark only one oval per row.*

	Muita	Bastante	Alguma	Pouca	Muito pouca	Nenhuma
Facebook	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Twitter	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Orkut	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
MySpace	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
YouTube	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
LinkedIn	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tumblr	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instagram	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sonico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1mambu	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

143. **Outras. Quais?**

(Mantenha por cada rede que indicar a mesma escala de avaliação entre "muita" e "nenhuma")

.....

.....

.....

.....

.....

144. **95. Habitualmente para que fim usa as redes sociais que indicou na pergunta anterior? \***

*Tick all that apply.*

- Diversão
- Relacionamentos
- Procura de emprego
- Participar em grupos de discussão política
- Não usa
- Outros fins

145. **Outros fins. Quais?**

.....

.....

.....

.....

.....

146. **96. Em que aspectos da sua vida (pessoal, profissional, social, etc) a internet tem sido mais importante? \***

.....

.....

.....

.....

.....

147. **97. Na sua opinião, quais são os aspectos positivos da Internet para os angolanos? \***

.....

.....

.....

.....

.....

148. **98. E os negativos? \***

.....

.....

.....

.....

.....

149. **99. Em traços gerais, de que sente falta na informação a que tem acesso em Angola? \***

.....

.....

.....

.....

.....

150. **100. Na sua opinião, as novas tecnologias disponíveis em Angola: \****Mark only one oval per row.*

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Não concorda, nem discorda	Discorda em parte	Discorda totalmente	Não sabe
estão ao serviço das potências imperialistas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são controladas e manipuladas pelo Estado angolano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são controladas e manipuladas por grandes grupos financeiros internacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
são uma nova forma de colonização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
permitem maior acesso ao conhecimento e à informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
permitem maior liberdade de expressão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
permitem conhecer outras opiniões	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
permitem dar a conhecer a sua opinião	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

151. **Utilize este espaço caso queira fazer algum comentário sobre o questionário em geral ou alguma questão em particular**

.....

.....

.....

.....

.....

---

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

Contacto institucional para qualquer questão ou dúvida relacionada com o presente questionário:  
[m18008@iscte-iul.pt](mailto:m18008@iscte-iul.pt)

Powered by  
 Google Forms